



Xira Arqueologia

N.º 3 DEZ'14



Atas

Congresso Conquista
e Romanização
do Vale Do Tejo



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA | FLUL LETRAS LISBOA



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq



Cira Arqueologia

N.º 3 DEZ'14

Atas

Congresso Conquista
e Romanização
do Vale Do Tejo



www.cm-vfxira.pt



www.museumunicipalvfxira.pt

TÍTULO: *Cira Arqueologia Online* | PROPRIEDADE: Museu Municipal Vila Franca de Xira | EDITOR: Câmara Municipal Vila Franca de Xira
COORDENAÇÃO GERAL: Fátima Faria Roque | COORDENAÇÃO EDITORIAL: Carlos Fabião e João Pimenta | DESIGN E PAGINAÇÃO: Dulce Munhoz
REVISÃO DE TEXTO: João Pimenta e Patrícia Ramos | LOCAL DE EDIÇÃO: Vila Franca de Xira DATA DE EDIÇÃO: dezembro de 2014 | ISSN 2183-0584
CONTACTOS: museumunicipal@cm-vfxira.pt

1 – Texto de introdução do Sr. Vice-Presidente da Câmara	p. 4
2 – Texto de introdução do Sr. Diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.....	p. 8
3 - POR ESTE RIO ACIMA: CONQUISTA E IMPLANTAÇÃO ROMANA NO OCIDENTE DA PENÍNSULA IBÉRICA	
Carlos Fabião.....	p. 9
4 - EL PATRÓN ARQUEOLÓGICO DE CARÁCTER MATERIAL: UN CRITERIO IMPRESCINDIBLE DE IDENTIFICACIÓN DE RECINTOS MILITARES ROMANO-REPUBLICANOS	
Ángel Morillo/Andrés Adroher Auroux.....	p. 25
5 - OS CONTEXTOS DA CONQUISTA. <i>OLISIPO E DECIMO JVNIO BRUTO</i>	
João Pimenta	p. 44
6 - LA FUNDACIÓN DE VALENTIA: HISTORIA, ARQUEOLOGIA, RITOS, BASUREROS Y CABAÑAS	
Albert Ribera i Lacomba	p. 61
7 - CERÂMICAS DE VERNIZ NEGRO ITÁLICO E IMITAÇÕES EM PASTA CINZENTA DE MONTE DOS CASTELINHOS - VILA FRANCA DE XIRA	
João Pimenta; Vincenzo Soria e Henrique Mendes	p. 86
8 - O ESTABELECIMENTO ROMANO REPUBLICANO DE <i>OLISIPO</i> : ESTRUTURA E CONTEXTOS DO BECO DO FORNO DO CASTELO, Lote 40 – LISBOA.	
João Pimenta/Alexandra Gaspar/Ana Gomes/Nuno Mota/Pedro Miranda	p. 122
9 – ACERCA DA OCUPAÇÃO ROMANA REPUBLICANA DE <i>OLISIPO</i> : OS DADOS DA INTERVENÇÃO NA RUA DO RECOLHIMENTO N.ºs 68-70.	
Nuno Mota/ João Pimenta/Rodrigo Banha da Silva	p. 149
10 – INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA URBANA DE 1993 NA FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA/ LARGO DAS PORTAS DO SOL (LISBOA): AS EVIDÊNCIAS DO PERÍODO ROMANO.	
Rodrigo Banha da Silva	p. 178
11 - DUAS FORTIFICAÇÕES DO FINAL DA IDADE DO FERRO/INÍCIO DA ROMANIZAÇÃO: SÃO SALVADOR (CADAVAL) E SÍTIO DO CASTELO (ARRUDA DOS VINHOS).	
Guilherme Cardoso.....	p. 200
12 - SANTARÉM DURANTE A ÉPOCA ROMANO-REPUBLICANA	
Ana Margarida Arruda; Catarina Viegas.....	p. 242
13 - ACAMPAMENTO ROMANO DE ALTO DOS CACOS - ALMEIRIM.	
João Pimenta/Henrique Mendes/Eurico Henriques	p. 256
14 – CONJUNTO DE <i>GLANDES PLUMBEAE</i> DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE ALTO DOS CACOS - ALMEIRIM	
Amílcar Guerra/João Pimenta/João Sequeira	p. 293
15 - ENTRE SERTÓRIO E CÉSAR: AS MARCAS DO EXÉRCITO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE CABEÇA DE VAIAMONTE (MONFORTE/ PORTUGAL)	
Teresa Rita Pereira	p. 322
16 - A PROPÓSITO DE UM CONJUNTO DE <i>GLANDES PLUMBEAE</i> : O CASTELO DAS JUNTAS (MOURA) NO CONTEXTO DO EPISÓDIO SERTORIANO DAS GUERRAS CIVIS NA MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	
Rui Mataloto	p. 343
17 - OS <i>CASTELLA</i> DO BAIXO ALENTEJO. O CASO DO MONTE MANUEL GALO	
Catarina Alves	p. 385
18 - S.I.R.A. REFLEXIONES SOBRE LA NORMALIZACIÓN EN EL ESTUDIO DE CERÁMICAS PROCEDENTES DE EXCAVACIONES ARQUEOLÓGICAS	
Andrés Adroher Auroux.....	p. 404

Apresentação

O projeto de investigação que o Museu de Vila Franca de Xira, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desenvolve desde 2008 em torno da estação arqueológica de Monte dos Castelinhos, tem vindo a alterar o conhecimento existente sobre o início da presença romana no Vale do Tejo, desenhando-se toda uma nova realidade até ao momento insuspeita.

As escavações nesta estação revelaram um notável conjunto urbano de época romana republicana (século I a.C.) em excelente estado de preservação. A análise da sua planta permite identificar distintos edifícios e áreas de circulação obedecendo a um plano predefinido de cariz ortogonal, que denotam um elevado padrão de romanização.

Pouco tempo após ter sido edificado, o povoado é abandonado de forma brusca e repentina. As paredes são derrubadas, os telhados colapsam, e nesses níveis de destruição recolheram-se diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico.

Desde o início das investigações em Monte dos Castelinhos, encaramos a divulgação e a interação com a comunidade como uma das premissas mais importantes para a consolidação do Campo Arqueológico.

Face a esse enquadramento, desenvolveram-se diversas ações de sensibilização e divulgação dos resultados junto da população local, com a comunicação social, e junto da comunidade científica.

Entre estas, temos que destacar: a Exposição “Campo Arqueológico Monte dos Castelinhos”, patente de 5 de Abril a 5 de Junho de 2012 na Biblioteca Pública de Castanheira do Ribatejo e a Exposição organizada em 2013 no Museu Nacional de Arqueologia e denominada “Monte dos Castelinhos - Vila Franca de Xira e a conquista romana do Vale do Tejo”.

É neste contexto que surge a pertinência da organização do Congresso Internacional “Conquista e romanização do Vale do Tejo”, com o objetivo de apresentar os recentes dados da investigação no Vale do Tejo e debater as problemáticas do processo de conquista romana no extremo ocidente peninsular.

O encontro ocorreu em Vila Franca de Xira, no Auditório do Museu do Neo-Realismo, nos dias 19 e 20 de Setembro de 2013, sendo o primeiro dia de comunicações e o segundo de visitas a sítios arqueológicos e Museus.

Com este terceiro volume da Revista Cira Arqueologia, que ora se apresenta, materializam-se os resultados deste encontro numa edição que esperamos seja um ponto de partida para o desenvolvimento de uma segunda fase dos trabalhos e da valorização do Monte dos Castelinhos, num momento em que se encontra já aprovada, pela Secretaria de Estado da Cultura, uma nova fase de estudo para o sítio, no âmbito dos denominados Projetos de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), intitulado “Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (Mocrate)”.

SR. VICE-PRESIDENTE

FERNANDO PAULO FERREIRA

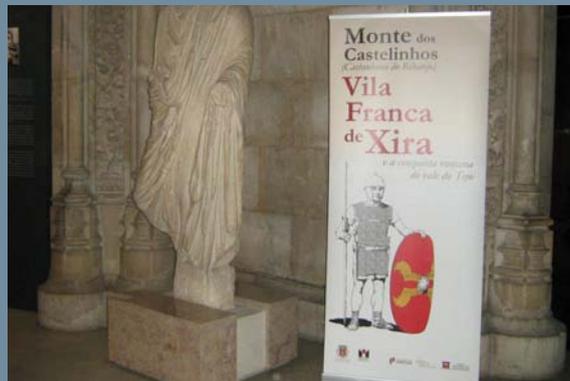
Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 65
2600-263 Vila Franca de Xira
Tel. 263 280 350

museumunicipal@cm-vfxira.pt
sede@museumunicipalvfxira.org
www.museumunicipalvfxira.org
www.cm-vfxira.pt



1



2

N.º 1 e 2 Inauguração da Exposição Monte dos Castelinhos no Museu Nacional de Arqueologia.



3

N.º 3 Assinatura do protocolo de colaboração com os proprietários de Monte dos Castelinhos.



4

N.º 4 Decorrer do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo.



5



6

N.º 5 e 6 Visita ao Monte dos Castelinhos no decorrer do segundo dia do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo.



7



8



9

N.º 7 a 9 Visita ao Museu Nacional de Arqueologia e à exposição aí patente de Vila Franca de Xira, no decorrer do segundo dia do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo.



10

N.º 10 Apresentação pública pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda do segundo Volume da Revista CIRA Arqueologia no auditório do Museu Nacional de Arqueologia.

Prefácio

O Congresso Internacional sobre a Conquista e Romanização do Vale do Tejo constitui uma relevante iniciativa que reúne os esforços da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, particularmente do seu Centro de Arqueologia (Uniarq).

A parceria entre ambas instituições públicas é já uma realidade consolidada, resultante de um antigo protocolo de colaboração que se tem consubstanciado em diversas acções, no Museu Municipal, no Museu do Neo-Realismo e também no Projecto de investigação e valorização do sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos. É concretamente este último que aqui nos interessa.

O trabalho de investigação iniciado pelo serviço de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira neste importante sítio arqueológico romano teve início no ano de 2008 revelando-se desde então a sua importância. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa esteve, está e estará sempre aberta e disponível para cooperar com instituições públicas ou privadas que desenvolvem projectos de qualidade no âmbito das suas áreas de investigação e formação. Pelo interesse de que se reveste o sítio arqueológico, por estar perto de Lisboa e por ser de mútuo interesse, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Faculdade e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, em Setembro de 2010, pelo qual os nossos alunos, devidamente integrados e apoiados pudessem realizar as suas práticas de campo no local - unidades curriculares de Trabalho de Campo e Laboratório, da Licenciatura em Arqueologia.

No sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos, ao longo dos últimos anos, têm realizado a sua iniciação às práticas de trabalho de campo vários estudantes da Licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a supervisão dos seus docentes, mas em estreita colaboração com os arqueólogos municipais de Vila Franca de Xira, que deste modo funcionam como agentes activos no processo de formação, proporcionando aos nossos alunos um ambiente de trabalho muito próximo daquele onde se virão a integrar uma vez concluída a sua Licenciatura.

Quando se concluiu a primeira fase das intervenções em Monte dos Castelinhos entendeu o Município ser ocasião para uma primeira grande apresentação pública de resultados, através de uma exposição temporária no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, inaugurada em Maio de 2013.

No âmbito da exposição surgiu a ideia de reunir em Vila Franca de Xira um Congresso Internacional dedicado ao tema da Conquista e Romanização do ocidente da Península Ibérica, com especial atenção ao vale do rio Tejo. Como não poderia deixar de ser, correspondemos à proposta autárquica, colaborando activamente na organização da iniciativa e nos seus trabalhos e é com natural júbilo que vemos chegar a publicação das Actas da reunião científica internacional, fundamental para memória futura.

Embora a Faculdade de Letras de Lisboa seja uma instituição nacional, com uma forte vertente de internacionalização, não esquece nunca as suas obrigações de serviço público e cooperação com instituições locais, designadamente na área metropolitana de Lisboa onde geograficamente se insere.

DIRECTOR FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DE LISBOA

PAULO FARMHOUSE ALBERTO

➤ Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica

CARLOS FABIÃO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Resumo:

Dois conhecidos apontamentos, de Estrabão e Plínio-o-Velho, constituem as notórias referências a estabelecimentos militares romanos no baixo Tejo. Desde há longa data a investigação procurou identificar os seus vestígios materiais, na margem norte do rio, tidos como posições-chave para as campanhas de conquista em direcção ao norte. Presenças análogas na zona da Extremadura espanhola, como o grande estabelecimento de Cáceres el Viejo, são usualmente encaradas como decorrendo de uma outra linha de penetração também dirigida a paragens setentrionais, mas não relacionada com o ocidente.

O que aqui se propõe é olhar estas duas realidades como partes de uma mesma estratégia, devidamente articulada, tendo o Tejo como eixo. O registo arqueológico permite identificar histórias comuns: instalação no último terço do séc. II a.C., refluxo e abandonos durante o conflito sertoriano, reocupação posterior e consolidação nos inícios do Principado.

Nos últimos anos tem-se verificado que esta ocupação se distribui por ambas margens da bacia hidrográfica do Tejo, sugerindo que mais do que simples rectaguarda de apoio à conquista toda a região teria um real interesse para Roma, provavelmente, pela riqueza aurífera cuja exploração pode ter começado nessa época e não mais tarde como habitualmente se tem pensado.

Summary:

Two well-known quotations from ancient literature (Strabo and Pliny-the-Elder) are the major references for Roman military presence in the lower Tagus area. From long time ago historians and archaeologists search in the river's northern bank the material remains of those places, seen as major rear guard points for Roman conquest of Iberian Peninsula's northern parts. Similar settlements are known at Spanish Extremadura, chiefly the huge Roman camp of Cáceres el Viejo, also seen as a key settlement for Roman northern conquest but not related with the western sites.

The aim of this article is to collect evidence for an actual relationship of the sites from both areas, seen as parts of the same strategy, not just for the northern conquest but also to control some key areas and resources all along the river. Archaeological evidence shows a similar story for those sites: settlement in the late second century B.C., abandonment during Sertorian conflict, reoccupation and consolidation under the Principate.

Recent research have documented a more dense occupation during this period in both banks of Tagus river, probably due to the relevant alluvial gold, which exploitation may have begun by then and not just in Julio-Claudian period as usually was thought.

“O Tejo tem de foz uma largura de uns 20 estádios e uma profundidade tão grande que pode ser remontado por barcos de dez mil ânforas de capacidade. Na altura das cheias, produz dois esteiros, nos baixios interiores, a ponto de formar como que um mar de 150 estádios, de tornar a planície navegável e de isolar, no esteiro superior, uma ilha, de cerca de 30 estádios de extensão e com uma largura um pouco menor, muito fértil e com belas vinhas. Esta ilha situa-se junto da cidade de Móron, que se ergue num monte próximo do rio, a 500 estádios de distância do mar no máximo, e está rodeada por uma região fértil.

A navegação até aí é fácil mesmo para barcos de grande porte numa boa parte do seu trajecto e, no resto, por embarcações de rio. Para cima de Móron a navegação ainda é mais longa.

Brutos, denominado o Galaico, utilizou esta cidade como a base das operações, quando entrou em guerra contra os Lusitanos e os submeteu. Em seguida amuralhou Lisboa, nas margens do rio, para ter livres a navegação e o acesso aos víveres. Estas cidades são também as maiores que se encontram junto ao Tejo.”

Estrabão, Geografia, III, 3, 1 - tradução de José Ribeiro Ferreira (Kalb; Höck, 1988: 190).

“As colónias são: Augusta Emerita, situada junto ao rio Anas; a de Metellinum, a de Pax Iulia e a de Norba com o apelido de Caesarina, da qual dependem administrativamente Castra Seruilia e Castra Caecilia; a quinta é Escálabis que se designa Praesidium Iulium. O município de cidadãos romanos é Olisipo, cognominado Felicitas Iulia (...)”

Plínio-o-Velho, *História Natural*, 4, 117 - tradução de Amílcar Guerra (Guerra, 1995: 35).

1. Os textos

Graças a dois curtos apontamentos de dois autores clássicos, o Tejo foi desde sempre tido como um eixo fundamental de instalação romana, nos primeiros tempos da sua presença em paragens ocidentais da Península Ibérica. A estes apontamentos poderá acrescentar-se ainda a referência a um *Aritium praetorium*, um topónimo de evidente ressonância militar, que o chamado Itinerário de Antonino situa no eixo de uma das vias que estabelecia a comunicação entre *Olisipo* e aquela que seria mais tarde a capital da *Lusitania*, *Avgvsta Emerita*. Mas, se para os dois primeiros lugares havia uma indicação de natureza cronológica, o último terço do século II e os meados do I a.C., respectivamente, para o *praetorium* nada de seguro se poderia apontar, ainda que uma cronologia dentro dos séculos II / I a.C. para a sua instalação pareça óbvia pelo que se conhece da dinâmica da conquista.

Durante décadas os investigadores tentaram localizar *Móron* e *Aritium*, uma vez que se davam como adquiridas as identificações de *Olisipo* com Lisboa e a de *Scallabis* com Santarém, ainda que com maior convicção a primeira do que a segunda, só verdadeiramente esclarecida pelos trabalhos arqueológicos de Ana Margarida Arruda. Não têm faltado também as tentativas de identificar nas actuais áreas urbanas de ambas os vestígios dessas antigas instalações militares, tarefa importante, sem dúvida, mas que não deixa de revelar alguma propensão para a chamada “arqueologia ilustrativa”, ou seja, procurar documentar materialmente uma informação que se constrói a partir das narrativas literárias e não do registo arqueológico em si. No caso de *Aritium*, existe o problema adicional de haver um suposto outro lugar com o mesmo nome e o epíteto *vetus* e / ou a possibilidade de se tratar

do mesmo aglomerado associado a uma célebre epígrafe, muito comentada, mas hoje perdida, encontrada na zona de Alvega, junto do ponto onde a ribeira de Lampreia desagua no Tejo (IRCP, 467). Pelo local de achado da epígrafe, a zona de Alvega é apontada como o da implantação de um ou ambos aglomerados – para uma discussão do tema v. Alarcão, 1988: 50-51 e Guerra, 1998: 296-8. Ainda como possível lugar de instalação militar, foi sugerido o lugar de Medelim, junto de Monsanto, Idanha-a-Nova, que obviamente conserva a mesma memória toponímica da actual Medellín, na Extremadura espanhola, a antiga *colonia* romana de *Metellinum*, associando-se deste modo às operações de Q. Caecilio Metelo (Alarcão, 1988: 35-6). Embora pouco mais se possa acrescentar ao debate sobre localização e funções destes dois locais, como veremos, há dados que de algum modo sugerem presenças militares por estas paragens. Ao longo dos últimos anos, sobretudo pelo persistente e sistemático trabalho de João Pimenta e Henrique Mendes, começa a desenhar-se a ideia de uma robusta presença militar romana ao longo do Tejo, somente a título de exemplo refira-se a revisão dos dados de sítios já conhecidos, mas muitas vezes quase esquecidos, como o Alto do Castelo, Alpiarça ; o Porto de Sabugueiro, Muge (Pimenta; Mendes, 2008; Pimenta; Mendes; Arruda; Sousa; Soares, 2014); o Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta; Henriques; Mendes, 2012), obviamente, para além do Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013). Contudo, creio que a região tem sido vista mais como a rectaguarda de apoio à conquista das regiões setentrionais e não tanto como área em si mesma estrategicamente importante para Roma.

Antes de nos centrarmos no registo arqueológico, importa reter ainda alguns dados da literatura antiga que me parecem interessantes justamente para entender o valor da bacia hidrográfica do Tejo. Registo os apontamentos geográficos de Estrabão, a saber, as qualidades portuárias da zona da foz do Tejo e tão importante quanto estas a extensa navegabilidade do rio, que permitia bom acesso ao interior peninsular. Outros apontamentos literários merecem especial consideração, Estrabão, primeiro, e Plínio-o-Velho, depois, referem explicitamente a riqueza aurífera dos rios lusitanos: “*A região de que falamos [Lusitânia] é fértil e é percorrida por rios grandes e pequenos que correm todos desde o levante paralelos ao Tejo. Quase todos são navegáveis e são os que mais areia aurífera possuem*” (Geografia, III, 3, 4); “*O Tejo é famoso pelas suas areias auríferas*” (Plínio-o-Velho, História Natural, 4, 115). O mesmo Naturalista regista ainda as grandes quantidades de

ouro obtidas pelo método dito de “*ruina montium*” nas Astúrias, Galécia e Lusitânia, embora sublinhando o maior peso da primeira região, não deixa de mencionar as outras (Nat. 33,78), mas a moderna investigação preferiu sempre conceder maior atenção a paragens mais setentrionais e menos à Lusitânia. Veremos como estes textos podem ser convocados na hora de tentar explicar a persistência da presença militar romana ao longo da bacia hidrográfica do Tejo e não somente no seu estuário.



Figura 1
Mapa do baixo Tejo,
com indicação de
alguns dos locais
mencionados no
texto.

2. Dos textos para o registo arqueológico

Passando aos dados do registo arqueológico, deve sublinhar-se a notória importância de *Olisipo* nestas primeiras etapas do processo de ocupação do território empreendido pelos romanos, aferida pelos dados obtidos nas intervenções arqueológicas na zona do Castelo de S. Jorge. Os estudos de João Pimenta revelaram uma impressionante quantidade de ânforas itálicas de época republicana, ou seja, algo cronologicamente compatível com os primórdios de uma instalação permanente no último terço do séc. II a.C., bem como com o papel de rectaguarda de abastecimento e de porta de entrada (e saída) ao interior peninsular deste aglomerado indígena ao longo do período da conquista (Pimenta, 2005). No caso que mais directamente interessa, sublinharia a presença das ânforas do tipo greco-itálico documentadas, por serem o mais firme indicador de um processo que claramente arranca no séc. II a.C. (*Id.*: 48-50; 118-120). Novos dados apresentados no contexto deste Congresso reforçam estas ideias já devidamente consolidadas, onde pode inclusivamente caber algo que permita entender o sentido dado à “fortificação” do local empreendida pelo governador da *Ulterior* a que se refere Estrabão. Interessante será, no futuro, avaliar mais extensos impactes e transformações na área do estuário, uma vez que parece claro que, pelo menos, um outro núcleo relevante localizado na margem esquerda, o sítio de Quinta do Almaraz, Almada, se manteve ocupado neste mesmo período ou, em alternativa, foi reocupado em momentos posteriores, os dados disponíveis não são ainda claros (Barros; Henriques, 2002), configurando uma nítida situação de controle de ambas margens do estuário. Naturalmente, análoga reflexão se poderá fazer relativamente a outros povoados de altura, mais distantes do curso do rio, mas certamente integrados na rede do povoamento local, conhecidos sobretudo na margem norte.

Chões de Alpompé, Santarém, poderia ser o local da antiga *Móron*, como de há longa data se propõe. Os dados disponíveis, se não permitem uma categórica identificação entre um aglomerado que figura uma única vez em toda a tradição literária antiga, justamente na referência do geógrafo grego que abre o presente texto, e o sítio arqueológico implantado junto da confluência entre o Alviela e o Tejo, possibilitam francamente essa aproximação, veja-se o que em outro local escrevi, tentando realizar o balanço dos conhecimentos disponíveis e remetendo para a numerosa bibliografia já publicada (Fabião, 2002). A abundante presença de ânforas de época republicana no local, onde não faltam também os exemplares de tipo greco-itálico (Fabião, 1989: 99-101), produzidas nas costas tirrénicas da Península Itálica, esclarece cabalmente sobre a importante ocupação neste período, ao mesmo tempo que os materiais antigos de tradição indígena constituem indício de uma ocupação anterior à presença romana, confirmando de algum modo o estatuto de relevante povoado mencionado por Estrabão, ainda que estas referências se prestem a outra ordem de considerações, ou seja, quando o geógrafo menciona *Olisipo* e *Móron* como os mais relevantes do baixo Tejo, é admissível que assim os considerasse por terem sido aqueles que Roma elegeu para instalar as suas forças. Aos já expostos argumentos em favor de uma utilização militar de Chões de Alpompé pode agora acrescentar-se um elemento bem expressivo que atesta a produção local de glandes de chumbo, um dado já mencionado por José Ruivo (Ruivo, 1999: 102), que aqui se pode apresentar, graças às diligências realizadas por João Pimenta e Henrique Mendes junto dos autores das recolhas ali efectuadas com recurso a detectores de metais.

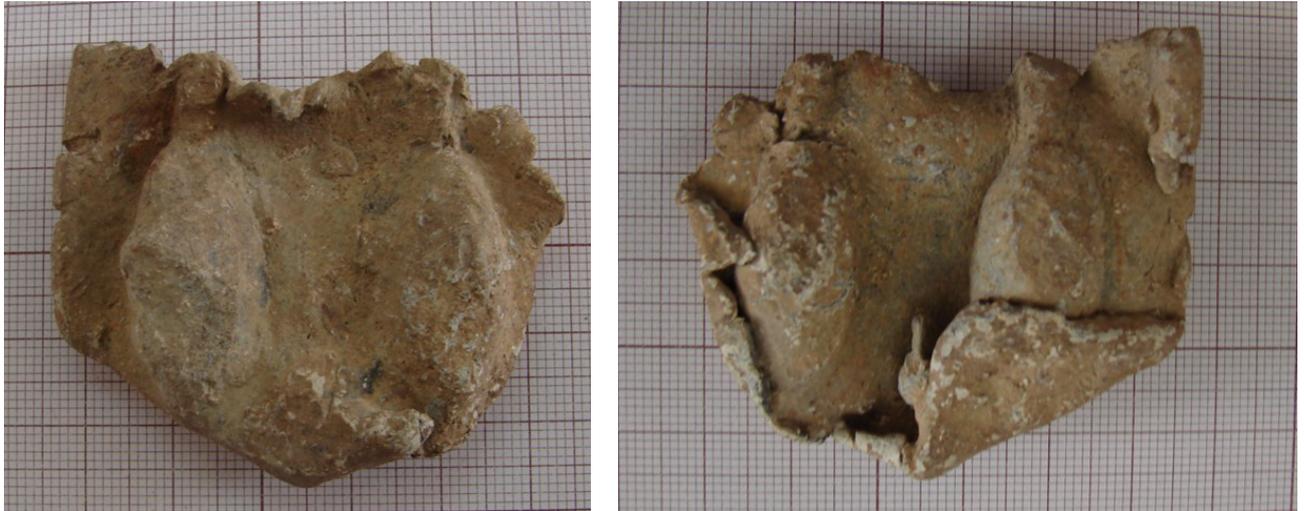
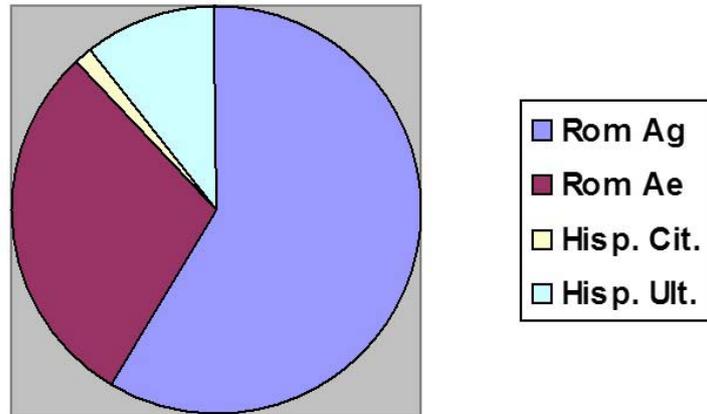


Figura 2
Chapa de chumbo com glandes não terminadas, procedente de Chões de Alpompe, Santarém (fotos gentilmente cedidas por João Pimenta)

Vale a pena determo-nos sobre este eixo *Olisipo – Móron*, que terá sido importante nas primeiras acções de conquista e instalação do exército romano, mas não isento de algumas vicissitudes, que terão alterado a sua configuração ao longo do tempo. Sobre o núcleo do estuário do Tejo, pouco haverá a dizer, uma vez que não restam dúvidas da sua longevidade sob a égide de Roma, como o registo obtido nas escavações da área urbana de Lisboa tem demonstrado e o testemunho de Plínio-o-Velho já indicava. Mas, a putativa *Móron* ou, mais concretamente, o sítio arqueológico de Chões de Alpompe coloca algumas questões interessantes, de difícil esclarecimento, no estado actual dos conhecimentos. Como se referiu, não volta a ser mencionado na literatura antiga e não há nenhuma epígrafe latina que se lhe refira, ou seja, parece constituir local abandonado e de que não restou memória toponímica. Infelizmente, nunca houve escavações arqueológicas nos Chões, pelo que tudo o que dali conhecemos resulta quer de recolhas de superfície, mais ou menos intensivas, quer de elementos obtidos sem efectivo controle arqueológico. José Ruivo deu a conhecer um notável lote de moedas, obtidas por acção de detectoristas (Ruivo, 1999), que se vieram acrescentar a um par de exemplares já antes publicado (Diogo; Faria, 1985). O conjunto é abundante, ultrapassando a centena de numismas, quase todos de perda individual, embora um lote de 20 denários constitua um pequeno tesouro, a fazer fé nas informações disponibilizadas pelos achadores (Ruivo, 1999: 106-107). O número impressiona por si, trata-se do maior conjunto de moeda romana de época republicana, resultante de perdas individuais conhecido no ocidente da Península Ibérica.

A composição do conjunto estudado revela uma expressiva presença de numerário em prata, 64 exemplares, cerca de 60% do total, e 42 em bronze, cerca de 40%, às quais se deverão adicionar as duas já anteriormente publicadas. A distribuição das moedas pelos períodos em que Crawford dividiu as séries de emissões de denários republicanos, permite supor que se trata do registo de moeda em circulação durante um lapso de tempo mais ou menos longo ao mesmo tempo que uma regular distribuição pelos diferentes períodos de emissão, com especial incidência na fase imediatamente anterior ao episódio da rebelião sertoriana, após o qual não se registam mais denários nos Chões de Alpompe (Ruivo, 1999: Quadro 1). Esta ideia é reforçada pelas emissões de bronze, quer as cunhadas na Hispânia, sobretudo na *Ulterior*, quer as emissões itálicas (*Ibidem*). Num total de 106 numismas, a esmagadora maioria (103) remonta ao período republicano e somente 3 constituem cunhagens dos inícios do principado de Augusto (Ruivo, 1999: 102).

Figura 3
Espólio numismático
de Chões de Alpompé
(Santarém), até 81 a.
C., segundo Ruivo,
1999.



Os mais relevantes aspectos suscitados por este acervo numismático são, respectivamente, a clara identificação de um momento de introdução / difusão / uso de moeda romana no ocidente em cronologia compatível com a notícia de Estrabão; a existência de um regular abastecimento e circulação nas décadas seguintes; a aparente quebra da sua chegada em cronologia compatível com o conflito sertoriano, ainda que a presença dos exemplares mais recentes sugira que não terá de todo cessado a frequência do local.

Assim, ao já expressivo acervo de materiais arqueológicos de procedência itálica (cerâmicas, moedas), haverá a adicionar a existência de uma produção local de armas e também de materiais de construção, como os tijolos romboidais, dados a conhecer pela primeira publicação que apresenta artefactos dos Chões de Alpompé (Zbyszewski; Ferreira; Santos, 1968), e algumas *tegulae*, que não sabemos se podem datar destes períodos tão recuados (Diogo; Trindade, 1993-1994: 269-270 e Est.V). Infelizmente, pela ausência de escavações, não temos nenhuma ideia de como seria a organização do espaço e as suas arquitecturas, mas parece razoável supor que a instalação teria conhecido um carácter permanente e se as *tegulae* tiverem sido fabricadas nesta época de primeiras instalações, constituem as mais antigas cerâmicas de cobertura romanas documentadas no ocidente peninsular

O rico panorama numismático de Chões é comparável ao conhecido para o estabelecimento militar de Cáceres el Viejo, onde a menor proporção de numerário de prata poderá em parte resultar da distorção introduzida pelo pequeno tesouro recolhido em Alpompé. Sublinhar este aspecto e estabelecer a comparação afigura-se relevante porque, como bem sublinhou Hildebrandt o espólio numismático do estabelecimento militar extremeño configura claramente um contexto de circulação monetária que se teria estendido, no mínimo, por cerca de dois decénios, cessando abruptamente cerca de 80 a.C. (Hildebrandt, 1984: 296-7). Os novos exemplares recolhidos no âmbito dos mais recentes trabalhos de valorização deste estabelecimento aumentaram em número os numismas conhecidos, sem alterar no essencial a composição do conjunto, embora tenham aumentado o número das emissões em bronze, quer itálicas, quer peninsulares (Abásolo Álvarez; González Fernández; Mora Serrano, 2008). Estas observações, que poderiam parecer naturais

em âmbito meridional romanizado (por assim dizer), ganham outra dimensão quando colocadas no devido contexto espaço-temporal, ou seja, atendendo a que ambos sítios arqueológicos se encontram em área distante do foco central mediterrâneo, em locais onde ainda não circularia a moeda e num lapso temporal, entre os finais do século II e os inícios do I a.C., em que se davam os primeiros passos da instalação romana, pois somente há bem pouco tempo terminara a chamada “guerra lusitana”.

1 – Chões de Alpompe (Santarém) – (Ruivo, 1999)

2 – Cabeça de Vaiamonte (Monforte) – (Fabião, 1998)

3 – Cáceres el Viejo – (Ulbert / Hildebrandt, 1984)

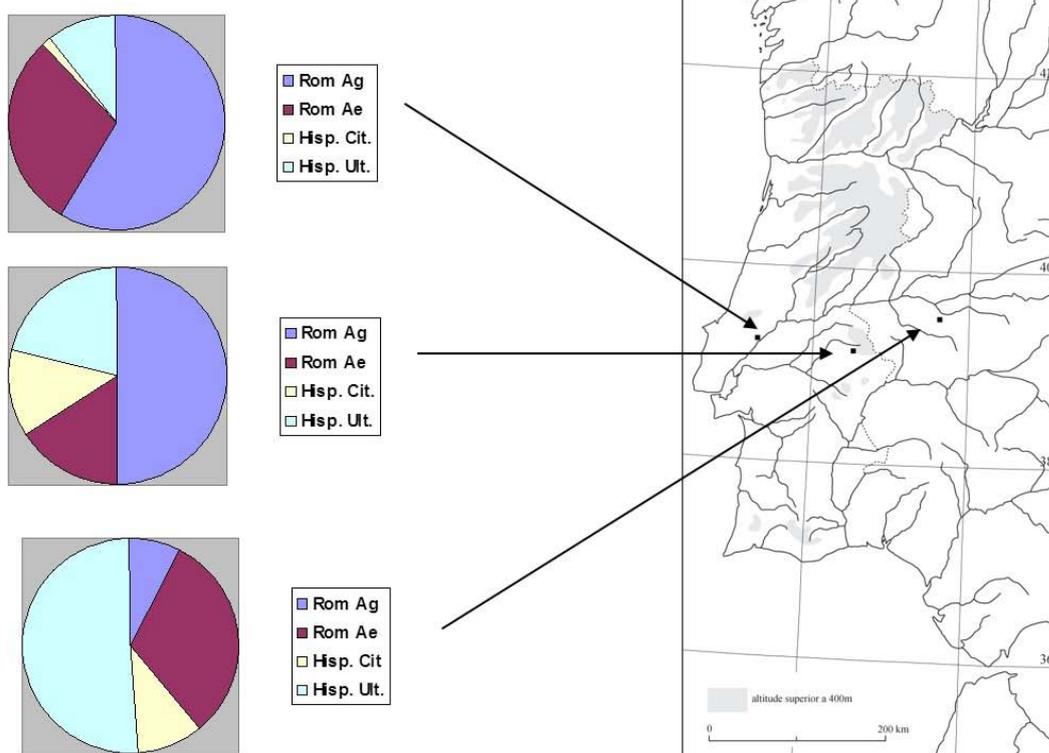


Figura 4

Comparação dos conjuntos numismáticos de Chões de Alpompe, Santarém (segundo Ruivo, 1999); Cabeça de Vaiamonte, Monforte (segundo Fabião, 1998) e Cáceres el Viejo (segundo Hildebrandt, 1984)

Nota: não estão incluídas as moedas de Cáceres el Viejo resultantes dos mais recentes trabalhos.

Chões de Alpompe e Cáceres el Viejo podem ser considerados (e assim têm sido) como dois dos principais eixos de penetração romana para norte, em direcção às áreas ainda não controladas por Roma. O que aqui se propõe é uma perspectiva distinta, ou seja, encarar estes dois pontos como pólos (extremos?) de uma linha de instalação e controle territorial que tem na bacia hidrográfica do Tejo o seu eixo de ligação e que poderá incluir outros lugares de função militar, como o sítio de El Santo de Valdetorres, Badajoz, nas proximidades de Medellín, na margem norte do Guadiana (Heras Mora; Bustamante Alvarez, 2007; Heras Mora, 2009) ou a utilizações de povoados indígenas pelo exército romano, como parece ser o caso de Villas Viejas del Tamuja (Hernández Hernández; Rodríguez López; Sánchez Sánchez, 1989; Blázquez Cerrato, 2014).

A imagem que se vai compondo para a região da Extremadura espanhola é rica e interessante, como bem sublinhou recentemente Cruces Blázquez Cerrato (2014), embora a relação entre essa estratégia de ocupação do espaço e a zona do baixo Tejo não

pareça estar devidamente articulada, diria, sobretudo por falta de informação para a parte portuguesa que permita vencer a distância entre estas regiões. Há todavia alguns dados que podem ser acrescentados e que parecem conferir sentido à ideia de um verdadeiro eixo Este-Oeste, estabelecendo a necessária comunicação entre aquela região hoje espanhola e o litoral ocidental.

Neste caso assume particular interesse o conjunto numismático recolhido no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte, Monforte, que tive ensejo de estudar (Fabião, 1998). O seu interesse reside, em primeiro lugar, na localização geográfica, *grosso modo*, a meio caminho entre os dois estabelecimentos militares de Chões de Alpompé e Cáceres el Viejo - embora afastado, para sul, da bacia do Tejo, como sucede com o grande estabelecimento de Cáceres -, e porque o local conheceu a instalação de um contingente militar romano em dada fase da sua existência (Fabião, 1998. 45 e ss.; 2005; 2006: 121-3 – sobre a Cabeça de Vaiamonte, veja-se a comunicação apresentada no âmbito deste mesmo Congresso, para além do que em outro lugar escrevi (Fabião, 1998: 145 e ss.).

O conjunto monetário apresenta evidentes afinidades com o de Chões, com robusta representação de numerário de prata (denários), embora os apontamentos resultantes da escavação que até nós chegaram não permita determinar se algum pequeno tesouro ali terá sido identificado também. Assim, devemos considerar o acervo, na generalidade, como resultante de perdas individuais (Fabião, 1998: Ap. Num. p. 5-15). A composição corresponde ao padrão dos Chões, com uma significativa representação de numerário de bronze da *Uterior*, escassa presença de numerário da *Cterior*, quase todo de bronze, embora se registre também um denário de *Bolskan*, e numerário de bronze de Roma, sobretudo asses.

Independentemente de outras considerações que este acervo monetário coloca, interessa sublinhar a cronologia das emissões de prata procedentes de Roma visto que, como recentemente foi observado, estas constituem um dos mais seguros indicadores do contexto específico em que se movimentam os exércitos romanos na região (Blázquez Cerrato, 2014).

Comparação dos conjuntos monetários de prata:

Períodos de M. Crawford	Chões de Alpompé *	Cabeça de Vaiamonte **
1b (206 – 144 a.C.)	10	16
1c (143-125 a.C.)	10	19
1d (124-92 a.C.)	27	14
1e (91-79)	10	12
outros	6	11
posterior		1
TOTAL:	63	73

* Ruivo, 1999

** Fabião, 1998

Para além dos exemplares listados, regista-se ainda 1 exemplar de P. Hypsae Aed. Cvr., de 58 a.C. (RRC. 422 / 1b) e uma emissão de *Bolskan*.

Na categoria de *outros* estão todos os exemplares que não permitem identificação segura.

A quase totalidade das moedas de Cabeça de Vaiamonte (Monforte) está já disponível *on line* na base de dados dos museus portugueses:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Home.aspx>

Ainda sobre o tema da dispersão da moeda de prata por ambientes regionais que não estão necessariamente associados a presenças militares romanas, refira-se o caso do Castelo Velho de Veiros, Estremoz, localizado a sul da bacia do Tejo, em região não muito distante. Deste local, tenho conhecimento da existência de um impressionante acervo de materiais metálicos (recolhido por detectoristas), tais como: glandes de chumbo, fíbulas, fragmentos de asas de *simpula* e outros elementos de baixela de bronze tardo-republicana, um aplique em bronze de arreios de cavalo e mais de sete dezenas de denários republicanos, muitos deles forrados, entre outros materiais (Fabião, 1998). Pelas circunstâncias de recolha, só podemos afirmar que se trata de vestígios consideráveis de uma ocupação de época romana republicana, sem que se afigure possível avançar com outras considerações de ordem cronológica. Naturalmente, para além de lamentar que continuem a existir estas situações de extensa espoliação de sítios arqueológicos que retiram importantes elementos ao nosso conhecimento sobre o passado, poderemos igualmente interrogar-nos sobre quantos sítios deste tipo haverá ainda na vasta região que aqui consideramos.

Em síntese, pode dizer-se que Chões de Alpompé e Cáceres el Viejo apresentam evidentes afinidades até onde tal se pode perceber na comparação entre um local que nunca foi objecto de intervenção arqueológica e outro que foi extensamente escavado, mesmo se sem os critérios que hoje se aplicariam. Ambos registam acervos numismáticos que remetem para um início de ocupação compatível com o avanço das forças romanas depois de terminada a chamada guerra lusitana e ambos parecem ter sido abandonados ou no mínimo perdido a sua relevância na sequência do conflito sertoriano. Para ambos temos um registo de produção no próprio local de equipamento militar, glandes de chumbo, nos Chões, grevas em Cáceres el Viejo (Mutz, 1988); em ambos há registo de produção de material laterício, os tijolos romboidais, cuja finalidade desconhecemos no primeiro caso, mas que foram utilizados como material de pavimentação, no segundo (Ulbert, 1984) – a título de curiosidade, refira-se que idênticos tijolos foram utilizados nos sítios de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira (Pimenta, 2013: 36-38) e Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta; Henriques, Mendes, 2012), em cronologias mais tardias.

Para Cáceres el Viejo creio que poderemos reconhecer tratar-se de um estabelecimento de carácter permanente, importante elemento de controle territorial do exército romano (a possibilidade de ser local ocupado e reocupado por diversas vezes parece-me menos credível, atendendo aos elementos de sofisticação construtiva ali observados). Mesmo sem fundamentos sólidos, de índole estratigráfica ou arquitectónica, penso que análogas funções se poderão atribuir a Chões de Alpompé. Ambos foram abandonados no contexto do conflito sertoriano, que terá representado um importante retrocesso nos espaços sob o domínio de Roma. Contudo, certamente pela sua relevância estratégica, as áreas onde ambos se ergueram voltaram a ser ocupadas pelos romanos, sublinhe-se, as mesmas zonas, mas não os mesmos locais. Para o baixo Tejo, a colónia de *Scallabis* teria substituído Chões de Alpompé e, na Extremadura espanhola, a colónia de *Norba Caesarina* teria assumido as funções do antigo estabelecimento de Cáceres el Viejo, sublinhe-se, ambos aglomerados com estatuto colonial, implantados nas mesmas áreas, mas não nos mesmos sítios, como se a ideia de se tratar de lugares nefastos tivesse motivado esta deslocação.

A extensão do recuo romano poderá ter sido bastante mais ampla, como o exemplo de Cabeça de Vaia monte sugere – no sítio arqueológico de Monforte, há vestígios de uma certa continuidade na utilização do local, ainda que sem o vigor e relevância passados. A estes dados pode ainda acrescentar-se o testemunho dos tesouros ocultados durante o conflito sertoriano (Ruivo, 1991) com algumas ocorrências no baixo Tejo (Hipólito,

1960-1961:75-81; Faria, 1987; 1991-1992), sendo o de Santana da Carnota um dos mais expressivos (Viegas; Parreira, 1984; Ruivo, 1991), mas também com notórias ocultações na zona de Castelo Branco (Hipólito, 1960-1961: 68-71; Raddatz, 1969; Fabião, 1998; 2004) e Extremadura espanhola, particularmente na chamada mesopotâmia extremeña, entre o Guadiana e o Tejo (Blázquez Cerrato, 2014: 419, Fig. 5), sublinhando deste modo as analogias, mas também a evidente conexão entre estas distintas regiões.

Vale a pena conceder alguma atenção à região albicastrense, desde há longa data identificada como importante lugar de concentração de ocultação de tesouros de época republicana (Raddatz, 1969; Faria, 1991-1992; Fabião, 2004 e Blázquez Cerrato, 2014). Informações já antigas referem inúmeros tesouros na zona que, por vicissitudes várias, não puderam ser extensamente estudados. Deles se poderá dizer que são seguramente ocultações ocorridas em período romano republicano, ainda que também não faltem outros de clara cronologia augustana (Hipólito, 1960-1961: p. 29-89). A abundância de numerário de prata nestas paragens foi registada por Leite de Vasconcelos, no decurso de uma extensa excursão arqueológica realizada na região da Beira Baixa, em 1916: “É notável que por todo o aro e Monsanto apareçam com frequência denários de idade consular. O povo já os conhece perfeitamente e na colecção numismático-arqueológica organizada pelo falecido médico Dr. Barbosa Correia, natural de Monsanto, e que foi muito querido dos seus conterrâneos, havia bastantes, adquiridos por ele in loco” (Vasconcellos, 1917: p. 305). Pelas circunstanciadas notícias, ficamos a saber que a dita excursão rendeu ao director do Museu Ethnológico a obtenção de 25 denários romanos e mais 2 ibéricos (sic), bem como o registo de um novo tesouro de Monsanto, Idanha-a-Nova (*Idem*; Fabião, 2004).

A quantidade de denários de prata desta região, quer guardados em tesouros, por norma, mistos, incluindo objectos e moedas, quer resultantes de perda individual é indissociável da riqueza aurífera da região, de há longa data documentada (Domergue, 1987; 1990), mas nunca extensamente estudada. Estas riquezas naturais, na fase da conquista e em territórios tão distantes das áreas meridionais de tradicional instalação romana sugerem que o exército deveria estar envolvido no seu controle e exploração. É certo que não dispomos de dados concretos que permitam estabelecer esta relação (para além dos argumentos de “senso comum” e de analogias com outros casos conhecidos), menos ainda para estabelecer cronologias firmes, mas haverá a registar a recolha de uma ponta de catapulta e um *pilum* de alvado na zona de Monsanto, no decurso da aludida excursão arqueológica do fundador daquele que é hoje o Museu Nacional de Arqueologia (Vasconcellos, 1917: p. 341-2 e Est. II, Figs. 7-9). Da primeira, sabemos que terá sido recolhida em Adingueiro, no sopé de Monsanto, do lado sul, do segundo nada sabemos em concreto, mas não será de excluir a possibilidade de ter sido encontrado no mesmo local, visto que foi a mesma pessoa que ofereceu ambas peças a Vasconcellos (*Idem*: p. 305). Retomando as palavras iniciais destas páginas, lembraria que a grande elevação de Monsanto se encontra nas proximidades da aldeia de Medelim, pelo que se poderá dizer que até há por aquelas bandas alguma prova arqueológica de presenças militares romanas, embora seja aventuroso relacionar estes dados com a expressiva toponímia. Poderíamos ainda acrescentar as observações de Sánchez Palencia e Pérez García que, através de fotografia aérea, supõem identificar um grande recinto de eventual função militar nas imediações da mina da Presa, em Penamacor (Sánchez Palencia; Pérez García, 2005). Não faltam pois elementos indiciadores de uma particular atenção dada à região pelos romanos desde momentos precoces do processo de conquista.

No mapa conservaram-se as indicações de Chões de Alpompé, Santarém, Cabeça de Vaimonte, Monforte, e Cáceres el Viejo, Cáceres, para melhor visualização das relações espaciais entre os diferentes lugares.

- 1 – Chões de Alpompé (Santarém)**
- 2 – Cabeça de Vaimonte (Monforte)**
- 3 – Cáceres el Viejo**

- Área de concentração de tesouros
(zona de Castelo Branco)**

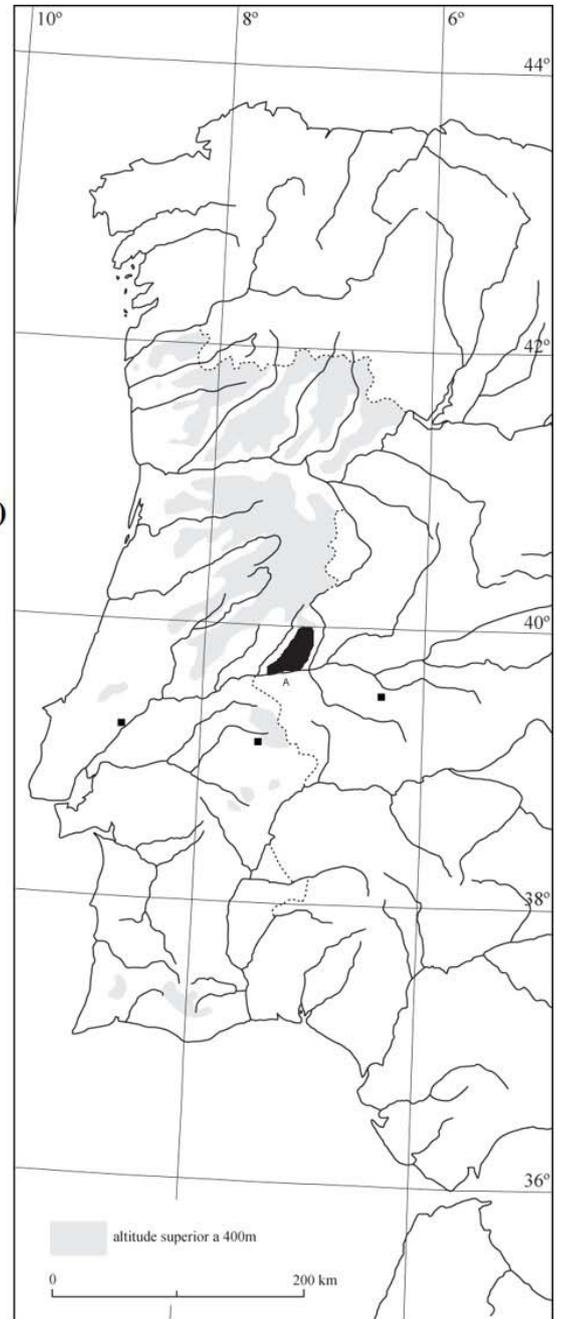


Figura 5
– Área de concentração de tesouros quase sempre mistos (jóias, recipientes e denários) da zona de Castelo Branco.

Voltando à zona do baixo Tejo, gostaria de sublinhar um aspecto mais dos recentes trabalhos sistemáticos empreendidos por João Pimenta e Henrique Mendes, que é o da crescente identificação de realidades de época romana republicana na margem esquerda do Tejo.

**Sítio do Adingeiro, Monsanto da Beira,
Idanha-a-Nova:**

**Ponta de catapulta achada com
denários e jóias de ouro.**

Pilum

J. Leite de Vasconcellos (1917)
Pela Beira in: *OAP*, 22

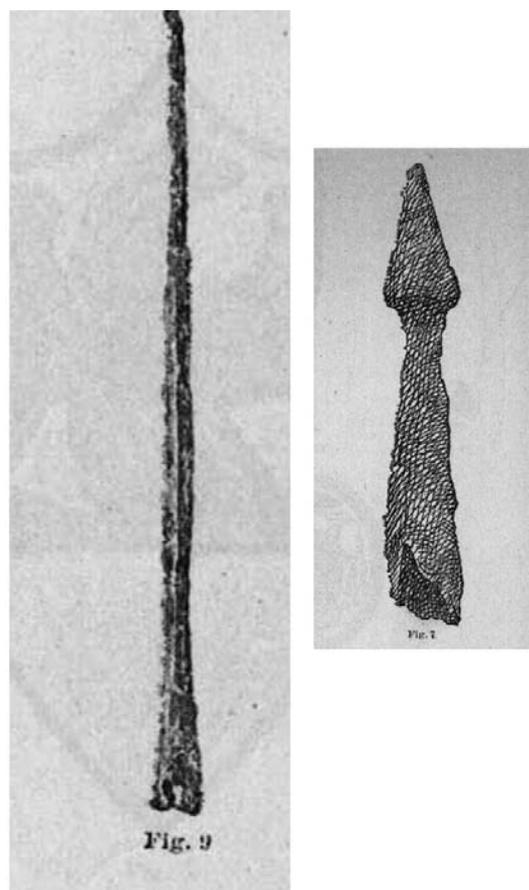


Figura 6
Armamento romano
obtido em Monsanto,
Idanha-a-Nova,
por José Leite de
Vasconcellos em 1916

De facto, nesta região havia já o registo do grande recinto do Alto do Castelo, Alpiarça, usualmente associado às ocupações proto-históricas da região, mas que acabou por entrar nos registos das presenças militares romanas no Ocidente, depois da intervenção ali efectuada por Ph. Kalb e M. Höck, que revelou a existência de um sistema defensivo constituído por duplo fosso e muralha de aterro (Kalb; Höck, 1980; 1984). Como bem observaram os autores, uma estrutura defensiva deste tipo assemelha-se fortemente às fortificações típicas dos estabelecimentos militares romanos, designadamente às de Cáceres el Viejo. Embora não tenha sido possível datar a construção destas defesas, existia de há longa data entre o acervo recolhido em Alpiarça (e conservado no Museu de Etnologia do Porto) alguns materiais romanos de época republicana (Marques, 1972; Fabião, 1989). Em concreto, não sabemos se estes materiais foram de facto recolhidos no Alto do Castelo e nada de esclarecedor se pôde até à data obter. Contudo, haverá a registar a suposta presença de um possível estabelecimento militar romano na margem sul do Tejo, em frente da zona onde se erguem Chões de Alpompé e *Scallabis* (Kalb; Höck, 1984).

Com os novos trabalhos, passamos a conhecer dois novos locais com ocupação romana nas imediações, respectivamente, Porto de Sabugueiro, Muge, Salvaterra de Magos (Pimenta; Mendes, 2008; Pimenta; Mendes; Arruda; Sousa; Soares, 2014) e Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta; Henriques; Mendes, 2012). O conjunto já apresenta uma apreciável densidade de sítios que se estende às duas margens do rio, no fundo, sugerindo uma estratégia de controle territorial que não se limita ao mero estabelecimento apoios para expedições setentrionais.

Embora com as inerentes limitações que decorrem da desigual informação disponível, poderemos dizer que há um primeiro momento, datável ainda do séc. II a.C., em que a ocupação romana se concentra em *Olisipo* e Chões de Alpompe. Pela mesma altura estão igualmente ocupados (ou são utilizados) o local onde se veio a erguer a *colonia* de *Scallabis* e também o aglomerado de Porto de Sabugueiro (Pimenta; Mendes, 2008; Pimenta; Mendes; Arruda; Sousa; Soares, 2014). Para todos podemos usar o critério da presença de ânforas do tipo greco-italico de importação itálica, a menor relevância que atribuímos ao sítio de Santarém prende-se com a escassa representação no local deste tipo de ânfora, apesar das extensas escavações ali realizadas (Bargão, 2006; Arruda; Viegas; Almeida, 2002). Todos estes locais pertenciam já à rede de povoamento indígena e não resulta claro, no estado actual dos conhecimentos, o modo como os romanos deles se apropriaram.

Provavelmente já nos primeiros decénios do século I a.C. esta ocupação assumiu maior densidade, aferida pela presença das ânforas do tipo Dressel 1 que se registam já em todos os locais mencionados para esta região (Fig.1). Aparentemente, no decurso do conflito sertoriano terão ocorrido transformações consideráveis na zona, que se estendem até áreas francamente anteriores, com o abandono ou notória perda de importância de vários locais, como Chões de Alpompe, Cabeça de Vaimonte ou Cáceres el Viejo. Mas a reocupação do espaço rapidamente se deu, escolhendo agora o poder de Roma novas instalações. Procurando escolher um indicador cronológico minimamente fiável, diria que são agora as ânforas produzidas no Guadalquivir, cuja tipologia vem sendo afinada (García Vargas; Almeida; González Cesteiros, 2011) que dominam, como parece ser o caso de Quinta do Almaraz (Barros; Henriques, 2002), Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013); Santarém (Almeida, 2008) ou Alto dos Cacos (Pimenta; Henriques; Mendes, 2012). Para o sítio de Lisboa, não conseguimos identificar nenhuma descontinuidade no registo das importações, pelo que se afigura provável que tenha permanecido incólume a estas perturbações e continuado a desempenhar papel relevante. Todos estes locais acabaram integrados na nova estratégia de ocupação do baixo Tejo que se consolida no principado de Augusto e, pode dizer-se, o panorama das importações de ânforas que se conhece nos diferentes sítios é acompanhado pelos achados ocasionais que pelo rio os pescadores vão fazendo e o Museu Municipal de Vila Franca de Xira guardando (Quaresma, 2005).

Resta naturalmente uma palavra sobre o não identificado *Aritium*.

Tem sido enfatizada uma notícia publicada por Mário Saa relativa ao achado, no sítio do “terroal”, do Casal de Tamazim, de “*uma boa provisão de pelotas de chumbo (balas de dois bicos, do feitio de bolotas), que serviam aos fundibulários romanos*” (SAA, 1956: 256-257), uma clara indicação de que o local teria sido frequentado pelo exército romano. Esta concentração de glandes, cujo paradeiro se desconhece, uma vez que foram oferecidas a desconhecidos pelo dono da propriedade em que apareceram (*Ibidem*), recorda uma situação similar, registada no Casal da Cascalheira, Ulme, Chamusca, de onde foram trazidas nove exemplares para o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, sem que se saiba, porém, em que circunstâncias (Guerra, 1987: 170-171). Com as provas actualmente conhecidas da produção destes artefactos bélicos em Chões de Alpompe, não custa admitir que outros lugares de estacionamento permanente de tropas romanas os fabricassem também. Não deixa de ser interessante registar a ocorrência destes materiais em sítios e circunstâncias tão diversificadas como a Cabeça de Vaimonte ou o Castelo Velho de Veiros (em paragens

mais distantes do rio) ou na Foz do Enxarrique, Vila Velha de Ródão, encontradas em contexto pouco esclarecedor da cronologia da sua produção e uso (GUERRA, 1987: 172, Fig. 1 e Quadro 2, nº 26-28).

Claro que as glandes dos casais de Tamazim e de Cascalheira não constituem por si indicadores que nos levem ao *Aritium* da literatura antiga, mas não deixam de sublinhar a importante densidade de vestígios de ocupação militar romana na bacia hidrográfica do Tejo já bem longe da zona da foz.

O que levou os romanos a privilegiar estas paragens desde época tão precoce terão sido, por certo, diferentes motivos. A relevância estratégica do porto olisiponense ou da via natural de penetração para norte marcada pelo lugar de Santarém constituem seguramente fortes razões que inclusivamente justificaram a densificação da ocupação, estendendo-se a ambas margens do rio. Contudo, há seguramente zonas ainda falhas de informação que futuramente ajudarão por certo a conhecer melhor o panorama, por exemplo, pela sua implantação e localização, Abrantes terá desempenhado também algum papel de relevo, uma vez que os lugares de relevância estratégica nunca o deixam verdadeiramente de o ser; e, deve sublinhar-se, o muito trabalho que haverá ainda por fazer nos distintos sítios arqueológicos aqui mencionados.

Olhando para este panorama de densa ocupação militar, não deixo de pensar que seria provavelmente a riqueza do *aurifer Tagus* a suscitar este interesse, provavelmente, muito para além das razões estratégicas aduzidas e aí estão as extensas “conheiras” de ambas margens da bacia hidrográfica e as imensas redes de galerias que se vêm identificando junto do estuário, na margem esquerda a demonstrar eloquentemente a relevância do processo, como recentemente comentámos (Cardoso; Guerra; Fabião, 2011). Falta somente obter elementos suficientes para saber se tal exploração se iniciou logo nos primórdios da ocupação ou somente mais tarde. Contudo, se o estado actual das investigações arqueológicas é ainda pobre, praticamente incipiente é o da arqueologia mineira da bacia do Tejo.

BIBLIOGRAFIA:

- ABÁSULO ÁLVAREZ, J. A.; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M. L., MORA SERRANO, B. (2008)** – Recientes investigaciones en el Campamento de Cáceres el Viejo. In: Sanabria Marcos, P. J. (ed.) *Arqueología urbana en Cáceres. Investigaciones e intervenciones recientes en la ciudad de Cáceres y su entorno*. Cáceres: *Publicaciones del Museo de Cáceres (Memorias, 7)*, p. 115-143.
- ALARCÃO, J. (1988)** – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALMEIDA, R. R. (2008)** – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona (Col. Lecció Instrumenta. 28).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J. (ed.) (2002)** – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- BARROS, L.; HENRIQUES, L. F. (2002)** – A última fase de ocupação do Almaraz. In: Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Almada, p. 97-107.
- BARGÃO, P. (2006)** – *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. 2 vols. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
<http://hdl.handle.net/10451/447>
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2014)** – Huellas militares numismáticas en el occidente peninsular. Cadiou, F.; Navarro Caballero, M. (eds) *La guerra et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a. C.)*. Bordéus: Ausonius, p. 415-428.
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2012)** – Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. In: Cardoso, J. L.; Almagro-Gorbea, M. (eds) *Lucius Cornelius Bocchus Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*. Lisboa: Academia Portuguesa da História / Real Academia de la Historia, p. 169-188.
- DIOGO, A. M. D., FARIA, A. (1985)** – Moedas romanas provenientes de Chões de Alampompé (Santarém), *Arqueologia*, 11, p. 120-122.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-4)** – Materiais Provenientes dos Chões de Alampompé (Santarém), *Conimbriga*, 32-33, p. 263-281.
- DOMERGUE, C. (1987)** – *Catalogue des Mines et des Fonderies Antiques de la Péninsule Ibérique*, 3 vols., Madrid, Diffusion De Boccard (Publications de la Casa de Velázquez - Série Archéologie VIII).
- DOMERGUE, C. (1990)** – *Les Mines de la Péninsule Ibérique dans L'Antiquité Romaine*, Roma (Collection de L'École Française de Rome, 127).
- FABIÃO, C. (1989)** – *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, Uniarq/ INIC (Cadernos da Uniarq, 1).
- FABIÃO, C. (1996)** – O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte), *A Cidade*, 11 (Nova Série), p. 31-80.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, 3 vols, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- FABIÃO, C. (2002)** – Chões de Alampompé, in: Arruda, A. M.; Viegas, C.; Almeida, M. J. (ed.), p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004)** – O tesouro de prata de Monsanto da Beira (Idanha-a-Nova). In: *Arqueologia: colecções de Tavares Proença Júnior* (Catálogo de exposição). Castelo Branco: IPM-Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, p. 62-72; 167-172.
- FABIÃO, C. (2005)** – Arqueologia militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais, *Arqueologia Militar Romana en Europa – actas*, Segovia: Junta de Castilla y León y Univ. SEK, p. 53-73.
- FABIÃO, C. (2006)** – The Roman army in Portugal. In: Morillo, A.; Aurrecoechea, J. (eds.) *The Roman army in Hispania n archaeological guide*. Leon: Univ. de Leon, p. 107-126.
- FARIA, A. M. (1987)** – Guerras e Conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade: O Testemunho dos Tesouros Monetários, in: Silva, A. C. (Dir.), *Arqueologia no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição), Lisboa, Instituto Português do Património Cultural / Departamento de Arqueologia, p. 60-61.
- FARIA, A. M. (1991-1992)** – Três Tesouros Monetários Romanos da Época Republicana, *Nvmmvs*, 2ª série, 14-15, p. 79-94.
- GUERRA, A. (1987)** – Acerca dos Projécteis para Funda da Lomba do Canho (Arganil), *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, p. 161-177.
- GUERRA, A. (1995)** – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Ed. Colibri.
- GUERRA, A. (1998)** – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular*. 2 vols. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.

- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEIRO, H. (2011)** – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología, 20. Universidad de Sevilla.
- HERAS MORA, F. J. (2009)** – “El Santo de Valdetorres (Badajoz, España). Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana”. *20th International Congress of Roman Frontier Studies. Anejos de Gladius*, 13, vol. 1, Madrid, p. 315-327.
- HERAS MORA, F. J.; BUSTAMANTE ALVÁREZ, M. (2007)** – Contribución al estudio de las ánforas tardorrepúblicas del enclave militar de “El Santo” de Valdetorres (Badajoz, España), Actas do III Encontro de arqueologia do Sudoeste Peninsular, Vipasca 2/2ª Serie, Aljustrel. p. 318-324.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; RODRÍGUEZ LÓPEZ, M. D.; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M. A. (1989)** – *Excavaciones en el Castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.
- HILDEBRANDT, H. J. (1984)** – Die Münzen aus Cáceres el Viejo. In: Ullbert, *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura* p. 257-297.
- HIPÓLITO, M. C. (1960-1961)** – Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*, II-III, p. 1-166.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. (1984)** – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Arqueologia.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1984)** – O Alto do Castelo, Alpiarça (Distrito de Santarém) - Acampamento Romano ou Fortificação Pré-Romana?, *Livro do 2º Congresso Sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, p. 239-245.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1988)** – *Moron, Conimbriga*, 27, p. 189-201.
- MARQUES, G. (1972)** – Arqueologia de Alpiarça: As Estações Representadas no Museu do Instituto de Arqueologia do Porto, *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, 13.
- MUTZ, A. (1988)** – Die Deutung eines Eisenfundes aus dem römischen Lager Cáceres el Viejo. *Madriider Mitteilungen*, 29, p. 201-207.
- PIMENTA, J. (2005)** – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 41).
- PIMENTA, J. (COORD) (2013)** – *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo), Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição). Lisboa: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu Nacional de Arqueologia.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** – *O Acampamento Romano do Alto dos Cacos Almeirim*. Almeirim: Associação de defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008)** – Descoberta do povoado pré-romano do Porto de Sabugueiro, Muge. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11(2), p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014)** – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos), *Magos, Revista Cultural do concelho de Salvaterra de Magos*, 1, p. 39-57.
- QUARESMA, J. C. (2005)** – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8(2), p. 403-428.
- RADDATZ, K., 1969** - *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel Vom Ende des Dritten bis zur Mitte der Ersten Jahrhunderts von Chr. Geb. Untersuchungen zur Hispanischen Toreutik*, Berlin (Madriider Forschungen, 5).
- RUIVO, J. (1991)** – O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*, 70, p. 91-100. **RUIVO, J. (1999)** – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In: Centeno, R.; García-Bellido, M.P. (ed.) *Rutas Ciudades y Moneda en Hispania – anejos de Archivo Español de Arqueología*, 20, p. 101-110.
- SAA, M. 1956-1967** - *As Grandes Vias da Lusitania. O Itinerário de Antonino Pio*, 6 vols., Lisboa, Ed. do Autor.
- SÁNCHEZ PALENCIA, F. J.; PÉREZ GARCÍA, L. C. (2005)** – Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges / Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacor- Meimoa. In: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia 2ª Jornadas do Património da Beira Interior. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 267-307.
- ULLBERT, G. (1984)** – *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*, Berlin (Madriider Beiträge, 11).
- VASCONCELLOS, J. LEITE (1917)** – Pela Beira, *O Archeólogo Português*, 22, p.293-344.
- VIEGAS, J. R.; PARREIRA, R. (1984)** - Der Schatzfunde von Santana da Carnota (Alenquer / Portugal), *Madriider Mitteilungen*, 25, p. 79-91.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; SANTOS, C. (1968)** – Acerca do Campo Fortificado de “Chões” de Alpompe (Santarém), *O Archeólogo Português*, 3ª Série, 2, p. 49-57.

➤ El patrón arqueológico de carácter material: un criterio imprescindible de identificación de recintos militares romano-republicanos¹

ÁNGEL MORILLO (UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID)

ANDRÉS MARÍA ADROHER AUROUX (UNIVERSIDAD DE GRANADA)

Resumen

El conocimiento sobre los campamentos militares republicanos en Hispania sigue planteando en la actualidad graves carencias, derivadas tanto de la metodología de excavación aplicada a recintos que emplearon piedra en su construcción, como a los problemas de identificación de los que se edificaron en tierra y madera, sin duda la gran mayoría. No obstante, a partir del registro arqueológico podemos comenzar a definir los modelos de arquitectura defensiva empleados en campamentos de ambos tipos, que van desde sencillas estructuras de tierra y madera, terraplenes con núcleo interior de tapines y zócalos o alzados completos de muralla en piedra.

Junto al método tradicional que parte de la identificación de estructuras constructivas que resulten significativas, tanto en piedra como en materiales perecederos (fosos, terraplenes, muros de piedra, etc.), debemos analizar el registro arqueológico de los asentamientos susceptibles de ser identificados como militares. En estas páginas planteamos diversas reflexiones acerca de esta cuestión.

Summary

Our knowledge of military forts in Republican Hispania is still characterised by serious gaps, which are mainly a result of both the excavation methods in stone buildings and identification problems in the case of earth and earth and timber ones, which are no doubt a majority. However, the archaeological records available make it possible to define defensive architecture patterns that were used in the construction of both types of military sites, ranging from simple structures made of earth and timber, embankments with a core made of turf and the use of stone in the bases and/or the full elevation of walls. Some examples will serve as a basis to define such patterns.

Together with the traditional method, the identification of significant constructive structures, both in stone and earth and timber structures (ditches, ramparts, walls etc.) we must analyze the archaeological records of the settlements that are likely to be identified as military. We consider here some questions about this topic,

A vueltas con la identificación de campamentos romano-republicanos: el modelo canónico a debate

A pesar de que el conocimiento sobre las estructuras militares republicanas es uno de los campos que ha experimentado un avance más notable en la investigación peninsular (fig. 1 y 2), sigue planteando en la actualidad graves carencias, que ya hemos ido desarrollando en algunos trabajos anteriores (Morillo, 2008; 2013, e. p.; Morillo y Adroher, 2012, e. p.). Los problemas derivan tanto de la confusión terminológica, como de los problemas

de identificación arqueológica sobre el terreno. En definitiva, de la dificultad de encajar determinadas realidades arqueológicas dentro de las categorías supuestamente “canónicas” que se explicitan en las fuentes clásicas (Morillo, 2008, 77-83).

La terminología es un aspecto poco cuidado en las publicaciones sobre castramentación romana, y, sobre todo, cuando nos acercamos a los necesarios trabajos de puesta en valor y difusión de los resultados de estudios arqueológicos de diversa índole. De esta forma, cuando analizamos algunas publicaciones, independientemente de su carácter científico o divulgativo, se dejan entrever irregularidades terminológicas sobre las que vale la pena entrar a fondo. En primer lugar hay que poner el acento en la lógica diferencia entre la terminología creada al uso por los autores clásicos latinos y su adaptación al castellano, lo que puede realizarse mediante la transcripción, la transliteración, o incluso la directa traducción. La terminología inadecuada o descontextualizada cronológicamente nos puede llevar a errores, pues lleva implícita un amplio grupo de conceptos que inherentemente asociamos a dichos términos.

Una de las confusiones más llamativas y generalizadas en los últimos tiempos en las publicaciones científicas es el caso de la denominación *castra aestiva*, que se suelen relacionar con estructuras en materiales perecederos, como madera y tierra. Sin embargo, las evidencias arqueológicas van confirmando que muchas estructuras militares temporales del periodo republicano o julioclaudio presentan base de piedra a modo de zócalo o parapeto, como sucede en el caso numantino o en los numerosos *castra* y *castella* republicanos repartidos por el territorio peninsular. Y, por el contrario, durante el periodo altoimperial siguen realizándose estructuras militares con materiales perecederos, a veces perdurando años e incluso décadas, como algunos recintos julioclaudios. Con todo, negando o desconociendo la evidencia material, algunos autores siguen insistiendo en que existe una relación directa entre la calidad de la construcción y la entidad temporal de ocupación del mismo, generalizando el término *castra aestiva* a cualquier asentamiento militar realizado en materiales perecederos. El ejemplo más visible de esta confusión conceptual lo podemos contemplar en recientes publicaciones sobre campamentos en la región cantábrica, donde la presencia cualquier recinto edificado de madera y tierra lleva automáticamente a identificar dicho asentamiento como un establecimiento militar de las guerras cántabras y “encajarlo” en el relato histórico de los acontecimientos, sin pensar que dicho modelo constructivo perdura durante siglos y puede obedecer a casuísticas bien diferentes. El empleo aleatorio de denominaciones latinas, en muchos buscando un efecto “cultista”, se resolvería en este caso con el sencillo uso de la categoría “campamento temporal” o “campamento de campaña”, que responden a realidades perfectamente conocidas en castellano (Morillo y Adroher, 2012, e. p.).

El propio concepto de campamento temporal dista mucho de estar aclarado convenientemente, ya que se emplea para referirse a realidades arqueológicas muy diferentes, que van desde recintos completos en materiales perecederos a otros que emplean zócalos de piedra tanto en las defensas como en las edificaciones interiores, dejando en medio combinaciones de ambos tipos (v. Morillo y Adroher, 2012, e. p.).

Otra cuestión que comienza a ser resuelta solo en los últimos años son los problemas de identificación arqueológica de recintos militares republicanos. Frente al modelo “canónico” polibiano, que ha sido aceptado casi sin discusión en la historiografía durante décadas, los hallazgos recientes muestran la gran adaptabilidad del campamento romano desde el punto de vista de las plantas, materiales y sistemas constructivos. A partir del registro

arqueológico conocido podemos comenzar a definir los modelos de arquitectura defensiva empleados en recintos militares republicanos, que van desde sencillas estructuras de tierra y madera, terraplenes con núcleo interior de tapines (*caespites*) y murallas pétreas. En realidad, salvo en algunas excepciones, en el caso de los recintos edificados en piedra, más que ante murallas propiamente dichas estaríamos ante parapetos con altura muy parecida a las estructuras romanas militares contemporáneas realizadas con tierra y madera (1,60 - 1,80m), que proporcionarían protección a la vez que visibilidad y operatividad para emplear la artillería ligera (hondas, venablos).



Figura 1
Campamentos republicanos en Hispania (Morillo 2013)

Poco a poco vamos conociendo los modelos de arquitectura militar tardorrepublicana en suelo peninsular, modelos que a veces se adaptan a las pautas marcadas por los textos clásicos, pero en otras se apartan en alguno o varios de sus elementos constitutivos (plantas, sistemas defensivos, materiales constructivos, ausencia de fosos, etc.). Mucho más difíciles de definir son los asentamientos que no responden a una tipología militar “canónica”, pero que tanto por su fisonomía como por su registro arqueológico muestran una clara vinculación con el elemento militar romano. Nos referimos al conjunto de fuertes y fortines sembrados a lo largo del siglo I a. C. por distintas regiones de Hispania como la Contestania, el Sudeste o el Sudoeste peninsulares, conquistadas desde mucho tiempo atrás. Su cronología y concentración en zonas con intensa actividad bélica durante el conflicto sertoriano ha provocado una suerte de automatismo de asociación de dichos recintos con el mencionado episodio. Pero hay que estar alerta ante la simple calificación de “militares” para todos ellos. La realidad debe ser bastante más compleja.

La variabilidad del modelo de recinto militar durante el periodo republicano, aún por aclarar en muchos de sus aspectos, nos ha llevado a plantear la necesidad de proceder a una identificación a partir no sólo de los elementos arquitectónicos conservados, que por su propia adaptabilidad pueden engañarnos, sino también la imprescindible caracterización

de elementos indiscutiblemente militares dentro de los registros estratigráficos (Morillo, 2008). En esta ocasión vamos a ocuparnos más detalladamente de esta última cuestión.

Figura 2
Campamentos republicanos en Hispania. Las zonas marcadas con trama más oscura indican los principales focos donde se concentran los fuertes o fortines datados entre en periodo sectoriano y las últimas décadas del siglo I a. C. (A. Morillo 2013)



El patrón arqueológico de carácter material en recintos militares tardo-republicanos

Este es uno de los campos donde se plantean más problemas, porque se abusa de ciertas ideas preconcebidas, algunas de carácter arqueográfico, otras puramente arqueológico, sobre las que conviene detenerse a reflexionar brevemente. Dichas cuestiones son válidas por igual para cualquier tipo de yacimiento arqueológico, pero a veces, en el caso concreto de los campamentos romanos, la necesidad más o menos justificada o la excesiva vehemencia del investigador ha llevado a pasarlos por alto, como si su identificación no estuviera sujeta a los mismos requisitos metodológicos.

La idea de “fósil-guía” o “fósil-director”, adaptada a la estratigrafía arqueológica a partir del principio de sucesión faunística de la geología, ha sido una herramienta fundamental para construir las sucesiones de artefactos en distintos lugares alejados entre sí. Pero el ulterior desarrollo de la estratigrafía puramente arqueológica superó esta dependencia de ciertas piezas con una datación más o menos fiable, como puede extraerse de la escasa importancia que el mismo E. Harris otorgó a esta idea para establecer sus principios de estratigrafía. En ningún caso se menciona la relación existente entre ciertas piezas más o menos características de un momento u otro, ya que geología y arqueología no parten de las mismas premisas. Mientras que la estratigrafía geológica necesita del concepto de actualismo para considerar que el desarrollo de los fenómenos de erosión y sedimentación son atemporales y universales (es decir, que afectan de igual manera y se comportan de forma semejante mientras se den exactamente los mismos parámetros formativos y/o transformativos), no cabe duda que en arqueología es materialmente imposible partir

de esa misma premisa. Nunca, bajo ningún caso, dos estratigrafías distintas de períodos diferentes, tendrán la misma naturaleza, puesto que la variable de la acción antrópica en el proceso formativo es difícilmente definible y altamente diversa.

Con ello queremos plantear que la aparición o ausencia de ciertos materiales arqueológicos en un contexto u otro está sometido a tal cantidad de variables que resulta cuanto menos imposible determinar su presumible presencia/ausencia en un momento dado sin realizar la excavación pertinente, de forma muy semejante a lo que sucede dentro de la caja de la paradoja del gato de Erwin Schrödinger; siguiendo la explicación de Copenhague de Niels Bohr, existen tantas probabilidades de que encontremos un denominado fósil-guía como de que no lo encontremos, de modo que, previo al momento de la excavación, ambas posibilidades son ciertas en un 50%.

Además olvidamos en muchas ocasiones dos términos arqueológicos que son esenciales para comprender los problemas que plantean esos “fósiles-guías”. Nos referimos a la intrusión y a la amortización. Entendemos por amortización la diferencia de tiempo existente entre la fabricación de un objeto (móvil o no) y el momento en que éste es desechado, voluntariamente (por depósito o por abandono) o no (pérdida o inutilización). En definitiva, desde su origen hasta que, abandonando el contexto sistémico, entra a formar parte del contexto arqueológico. La amortización voluntaria depende de múltiples factores, como el uso y el valor cultural que se da a un objeto, la capacidad para ser sustituido por otro de semejantes características, etc. La mayor parte de estas variables dependen del grupo social que mantenga dicho objeto en uso, es decir, que la funcionalidad, simbología, uso y disponibilidad de la pieza se subordinará a concepciones ideológicas y sociológicas propias de ese grupo cultural, distinto del grupo cultural vecino. A su vez, dentro de un mismo grupo humano no todos los asentamientos tienen la misma funcionalidad, por lo que la representación de ciertas piezas no tendrá por qué ser igual en todos los modelos de ocupación espacial que presenten.

Por otra parte contamos con el concepto de intrusión. Dada una unidad estratigráfica, el material arqueológico que la integra tiene una relación directa tanto desde el punto de vista funcional como cronológico con el proceso y el momento formativo de dicha unidad estratigráfica. Todo el material que no mantenga esa relación directa será considerado como intrusivo. El grado de “intrusionalidad” de un estrato puede ser muy distinto, ya que puede afectar a un número reducido de piezas (intrusión puntual) o a un porcentaje importante del mismo (intrusión invasiva). La intrusión puntual puede a su vez ser positiva o negativa, según el sentido del desplazamiento cronológico de la pieza definida como intrusiva; una intrusión positiva es aquella en la cual se detecta que la cronología de la pieza es más moderna que el momento formativo del estrato. Un buen ejemplo lo constituyen algunas monedas que pueden caer en el interior de una oquedad situada bajo tierra (como una tumba) que se va rellenando con el paso del tiempo por estratos más modernos, ya que entre las rendijas de la cubierta pueden colarse eventualmente algunos pequeños objetos.

En principio si no se detecta adecuadamente, la intrusión positiva suele dar lugar a una argumentación incorrecta, consistente en valorar cronológicamente dicha pieza adelantando la cronología del estrato a períodos posteriores al de su verdadera formación, aunque en general una buena observación de la seriación estratigráfica evita este problema. La intrusión negativa² se relaciona con la pieza en la cual se detecta que su cronología es más antigua que la del proceso formativo del estrato. En este sentido, es más difícil detectarla, ya que la superposición estratigráfica no ayuda en el proceso de detección de una intrusión

negativa, a lo que debemos sumar que las piezas con amplias amortizaciones pueden dar sensación de intrusión, cuando en realidad se trata de materiales que han perdurado más tiempo en uso. Para ello solamente un número mínimo de repeticiones del fenómeno en semejantes contextos crono-funcionales podrá determinar si estamos ante un caso de amortización negativa o de amortización (y no siempre, pues podrían existir otros factores difícilmente controlables culturalmente como el coleccionismo o el valor simbólico-mágico).

No obstante, existen dos grados de intrusión, pues ésta puede afectar a la cronología y la funcionalidad (intrusión total) o puede afectar sólo a una de ambas. Si un estrato se forma a partir del desplazamiento de una unidad sedimentaria depositada con anterioridad el material no forma parte ni del contexto funcional ni del contexto cronológico en que se forma el nuevo estrato. Por el contrario, un estrato depositado para el realce de un nivel (como una superposición de un suelo a partir de material de aporte) puede presentar material perfectamente contemporáneo al momento formativo pero, al proceder de otros contextos funcionales, poco o más bien nada los relaciona con la funcionalidad del nuevo estrato (intrusión funcional).

Parte de estos problemas los resuelve el cambio del concepto de fósil-guía por el de contexto o “material-guía”, empleado como sustantivo colectivo. La propuesta consiste en que se proceda a una valoración de la evidencia material en cuanto a conjunto, para nada independiente de sus contextos formativos, transformativos, estructurales, artefactuales y ecofactuales. Sólo el estudio de conjuntos sin segregación de sus elementos estructurales y muebles, conservando la idea de asociación completa con ellos y distinguiendo materiales en posición primaria y secundaria dentro de los niveles arqueológicos, permite una aproximación al valor interpretativo del registro arqueológico: de esta forma el contexto supera al concepto de fósil-guía y lo declara obsoleto, superando la fase historicista en el análisis del registro arqueológico.

Además, existen problemas de otra naturaleza, pero asociados, como vimos anteriormente, al valor crono-contextual que queremos dar a las piezas que nos aparecen en un estrato o conjunto concreto, y que pueden distorsionar seriamente la interpretación del mismo. Para empezar, desde el punto de vista del material-guía, las dataciones que han ofrecido los primeros campamentos romanos en el *limes* germánico, en particular aquellos abandonados tras la derrota de las tropas romanas de Varo en el *saltus Teutoburgensis* en el año 9 d. C. (Haltern, Oberaden..) han provocado un efecto nada fácil de controlar. Las propuestas cronológicas de marcos temporales muy ajustados para la *terra sigillata* itálica no son fácilmente extrapolables a otros contextos geográficos y temporales, como sería la Península Ibérica durante el periodo republicano. Tampoco las monedas permiten ajustar completamente la cronología, aunque puedan dar una idea, sobre todo si están presentes en grandes cantidades (¿fruto de una soldada?). Hay que tener cuidado en la presunta igualdad cronología de pieza=cronología del contexto, costumbre que, como acabamos de comprobar, sigue perdurando en numerosos estudios contemporáneos. Es bien sabido que las monedas permanecen en circulación más tiempo que otros objetos y de ahí sus largas perduraciones en los registros estratigráficos. Otro buen ejemplo lo tenemos en el comportamiento de los ocultamientos de monedas, que suelen ser denominados “tesorillos” erróneamente en la mayoría de los casos y que encierran frecuentemente, diferencias cronológicas importantes entre las distintas piezas presentes en el mismo conjunto y la formación de su contexto arqueológico. Algunos autores plantean, además, el importante

papel que jugaron las guerras civiles en Hispania en la puesta en circulación de una gran cantidad de plata, tesaurizada a lo largo de cierto tiempo que puede superar fácilmente medio siglo de intervalo entre las piezas más antiguas y más modernas (Gozalbes, 2001, 355).

En el caso de intervenciones arqueológicas, es preciso establecer la secuencia estratigráfica aunque nos encontremos ante un único nivel de uso. En principio parece innecesario repetir esta obviedad arqueológica. Sin embargo, la casuística concreta de los recintos militares, lleva a algunos autores a considerar que un campamento responde a una actuación militar concreta, por lo todos los materiales hallados responden necesariamente al mismo momento cronológico. Uno de los ejemplos más paradigmáticos en este sentido es el de algunos asentamientos de la cordillera cantábrica, que por su ubicación geográfica se vinculan automáticamente a una fase concreta de las guerras cántabras sin reparar en que los materiales marcan claramente diferentes fases de ocupación (Morillo, 2008b, 115).

La estratigrafía dentro de la que se enmarcan los hallazgos permite distinguir varios horizontes culturales y cronológicos muy bien definidos a través de su patrón material. Dichos horizontes o contextos se suceden diacrónicamente y están compuestos por una asociación de elementos arqueológicos determinados, composición que varía significativamente con el paso del tiempo. Por lo tanto, como ya hemos apuntado más arriba, un material aislado de determinado tipo tan sólo constituye un indicativo cronológico aproximado, siendo la presencia conjunta de varios de ellos lo que permite establecer márgenes temporales más ajustados y precisos. De cualquier manera, no debemos olvidar que estamos ante horizontes de amortización de materiales, lo que introduce cierta fluctuación temporal respecto al momento de uso de las estructuras constructivas. Esta metodología contiene un valor añadido en la identificación de la facies militar que, en muchos asentamientos,



Figura 3
Muralla del
campamento de
Cáceres del Viejo.
Esquina Noreste
(Fotografía: A. Morillo)

es precisamente la fundacional. Es preciso definir cada uno de dichos horizontes cronoestratigráficos comparando diferentes yacimientos militares coetáneos entre sí, e incluso cotejando asentamientos militares y civiles de parámetros temporales semejantes. No todos los elementos arqueológicos poseen el mismo valor de datación y atribución cultural. Para el caso de los campamentos, la base de comparación serán aquellas especies y formas cerámicas que permiten establecer una mayor precisión cronológica, unido al material numismático y a los restos de impedimenta militar o *militaria* (Morillo, 2008, 85).

A partir de estos elementos el paso siguiente sería reconstruir horizontes cronoestratigráficos “tipo”, cuanto más ajustados temporalmente mejor, que serán los que nos permitan avanzar hacia la datación de recintos con una única fase de ocupación, siguiendo los principios de la analogía arqueológica como herramienta y de la evolución crono-tecnológica como base comparativa. El horizonte material militar tardorrepublicano, definido a partir de recintos bien documentados como los numantinos, Cáceres el Viejo (fig. 3 y 4) o Lomba do Canho (fig. 5), está definido por la presencia de determinados materiales-guía como la cerámica campaniense A y B, ánforas y lucernas tardorrepublicanas, monedas romanas e ibéricas, así como elementos típicos del ajuar metálico como las fibulas tipo Alesia

Figura 4
Fosos del
campamento de
Cáceres del Viejo.
Esquina Noreste
(Fotografía: A. Morillo)



(fig. 6), glandes de plomo, puntas de *pilum* y dardos para *ballista* o jabalina (Morillo, 2003, 73; 2008, 85-86). La asociación entre todos o algunos de estos elementos nos indicaría, siempre que nos encontremos en zonas donde la presencia romana es un fenómeno *ex novo*, que la estructura analizada podría figurar como un recinto militar. Por el contrario, el hallazgo de alguno de estos

elementos aislados plantea problemas de identificación respecto al tipo de asentamiento del que proceden (Morillo, 2008, 85).



Figura 5
Lomba do Canho (de
Do Castro Nunes et
alii, 1988)

A diferencia de otros periodos como el augusteo y julioclaudio (Morillo et alii, 2005, 124-126; Morillo y Gómez Barreiro, 2006, 292-295; Morillo et alii, 2006b, 390-393), el patrón arqueológico de los campamentos republicanos en Hispania aún está en vías de definición. Los problemas causados por la ausencia de estratigrafías en los campamentos de la *circumvallatio* en torno a Numancia (fig. 7) o en el vecino emplazamiento de Renieblas han contribuido en buena medida a este retraso en el conocimiento (Morillo, 2008, 86). Era preciso establecer marcos de datación más ajustados. El progreso en la investigación que ha tenido lugar durante los últimos años está permitiendo, gracias tanto al estudio de nuevos asentamientos, como a su contextualización dentro de cada ámbito geográfico específico, definir varios momentos dentro de este amplio periodo. Sin embargo, seguimos observando esta tendencia simplificadora en ejemplos muy concretos, como la tendencia generalizada a atribuir al periodo de las guerras sertorianas todo recinto del siglo I a. C. ha llevado a adelantar las cronologías de las últimas series de recipientes de cerámica de barniz negro, dejando prácticamente “vacío” el periodo del conflicto entre César y Pompeyo (Morillo, 2012: e. p.).

En el caso de contar tan solo con materiales procedentes de una prospección arqueológica superficial, cual es el caso de buena parte de los recintos militares republicanos localizados durante los últimos años en la Península Ibérica, es preciso formular hipótesis aún con mayor cautela. La aparición de un material concreto en un momento dado puede ser una particularidad y no indica necesariamente que estemos ante una presencia habitual en el yacimiento, al margen que en prospección de superficie se considera que la ausencia de una evidencia no indica que no existió en su momento. No es fácil encontrar ciertas piezas en ciertas zonas, aunque debieron haber existido. Es el caso de la cerámica de barniz negro de Cales, que caracterizan gran parte del siglo I a.C. en la península y que en yacimientos militares no aparecen tan frecuentemente como pensamos en un principio que debería ser.

Este es, quizás, uno de los problemas que acusaron las primeras dataciones que practicaran Fortea y Bernier (1970) en lo que se ha dado en llamar las *turres Hannibalicæ*, consideradas en momentos como propiamente cartaginesas o en otras ocasiones como indígenas, pero dentro de cuya definición se encerraron realidades bien distintas (fig. 8). Las cronologías propuestas que arrancaban con anterioridad a época romano republicana se basaban en la presencia de material ibérico en superficie. Esta percepción de la cronología del material ibérico no tiene en cuenta dos aspectos fundamentales: en primer lugar, el abastecimiento de las tropas no está exclusivamente en manos romanas. Por tanto, gran



Figura 6
Fíbula tipo Alesia
(CER.ES nº inv.
CE14195. <http://ceres.mcu.es/pages/Main>, última visita
16/01/2014)

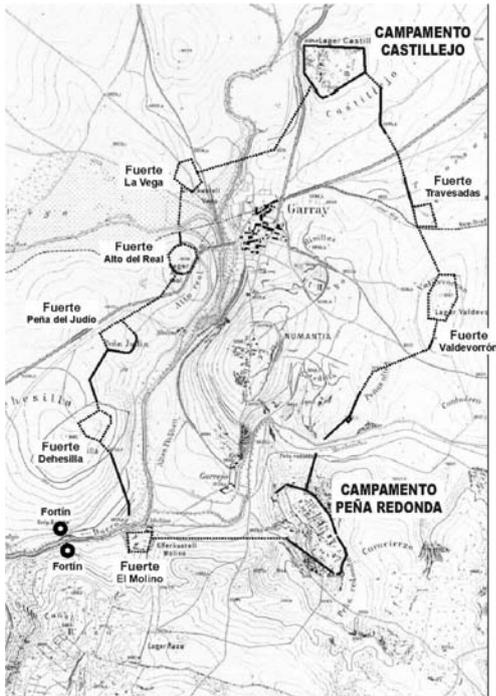


Figura 7
Circumvallatio de
Numantia. Trazado (F.
Morales, 2002)

desviación de la atención cronológica hacia interpretaciones erróneas (convirtiendo presencias puntuales en verdaderas perduraciones en la ocupación, o dando cronologías más antiguas a elementos estructurales situados sobre la base de edificios no visibles de épocas anteriores). Tampoco es fácil detectar los *hiatus*, pues los procesos transformativos del yacimiento pueden afectar más a unos períodos que a otros por una multitud de motivos (superposición, debilidad, ubicación topográfica, superficialidad, alteración por construcciones ulteriores, etc.): dichos *hiatus* pueden esconder distintas fases de ocupación, a veces muy cercanas en el tiempo. En el caso concreto de los establecimientos militares republicanos, en los que la datación de la cerámica de barniz negro, principal material-guía de los contextos.

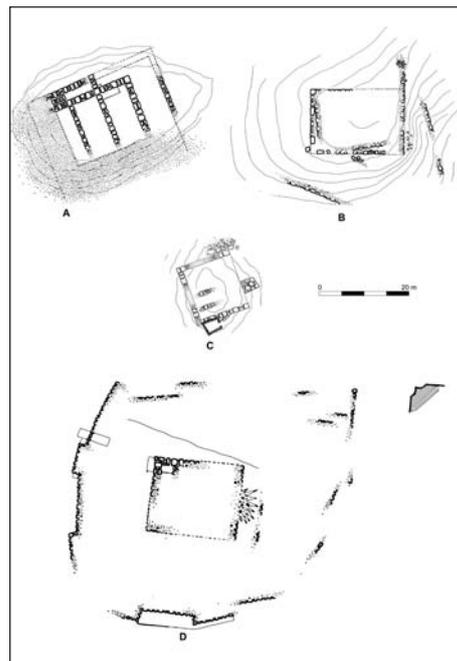


Figura 8
Torres de la Bética,
A. El Castillajero,
Luque; B. Cerro
Cotillas, Baena; C.
Cerro de las Lomas
de Nueva Carteya; D.
El Higerón, Nueva
Carteya (elaboración
propia a partir de
Fortea y Bernier 1970)

parte del material consumido por las mismas tenía carácter indígena, y eso implicaba a todo, desde la impedimenta al *instrumentum domesticum*, pasando por la alimentación. En momentos de conflictividad alta o en regiones muy alejadas de la costa y las vías de comunicación marítimo-fluviales, no siempre resulta fácil abastecer a las tropas con materiales típicamente itálicos, lo cual nos lleva a que bien es el propio ejército el encargado de fabricar los bienes y artículos destinados al autoconsumo, o bien son las propias comunidades indígenas las que les suministran dichos productos, sin que eso signifique, necesariamente, una relación conflictiva con las mismas, ya que en este abastecimiento puede producirse de forma ventajosa para las tribus indígenas o, por el contrario, con el sistema de razias, provocar un serio problema en la vida cotidiana de los pueblos indígenas.

Por todos estos motivos, las cronologías planteadas a partir de material de superficie deben ser manejadas con mucha precaución. Al no existir contexto no se pueden detectar intrusiones ni amortizaciones, mientras que algunas presencias de material residual pueden ser interpretadas como frecuentaciones aisladas que provoquen una

En definitiva, no hay que olvidar que nos encontramos ante una documentación fragmentaria e irregular. Ello no implica que debemos abandonar por completo la valoración de los elementos arqueográficos de que disponemos. Lo que sí es necesario, a todas luces, es retomar cada uno de dichos elementos y analizarlo desde una perspectiva más elaborada. La contextualización es indudablemente el factor que más debe tenerse en cuenta. De hecho, es el único que puede proporcionar la información adecuada a cada caso. Los materiales cerámicos, por ejemplo, nos acercan a una información sobre la cronología y los usos, pero no necesariamente nos habla del carácter cultural del personal que la consume. La mayor parte del servicio de mesa y cotidiano que se constata en las fortificaciones romanas,

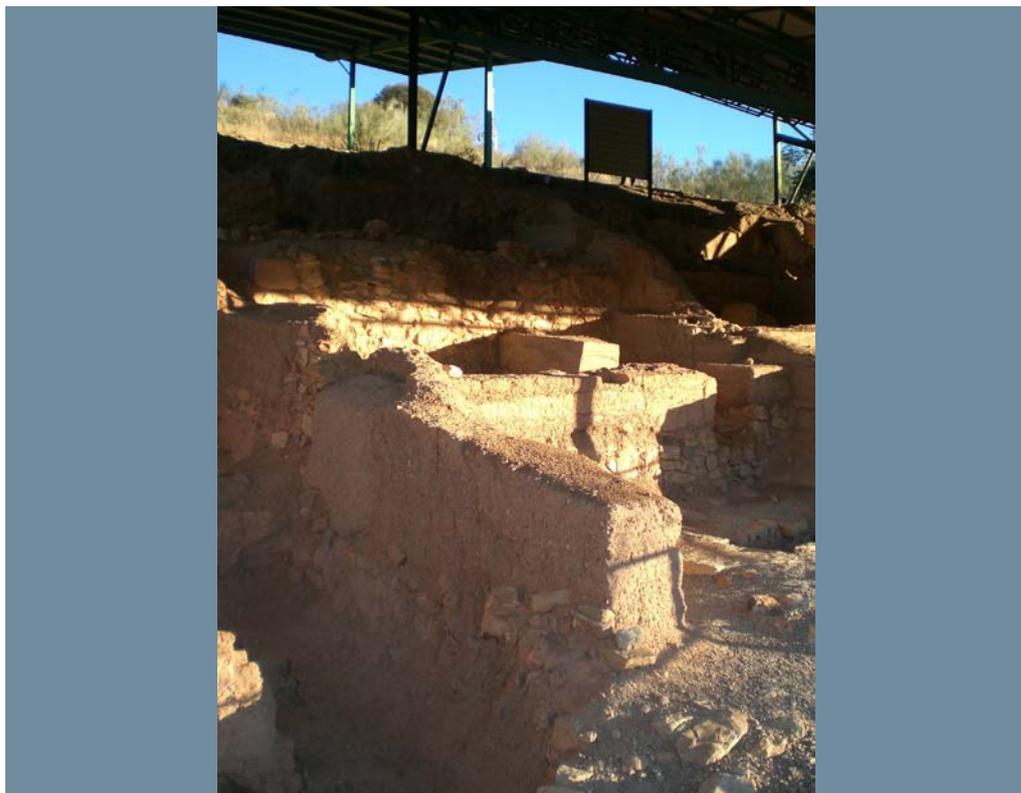
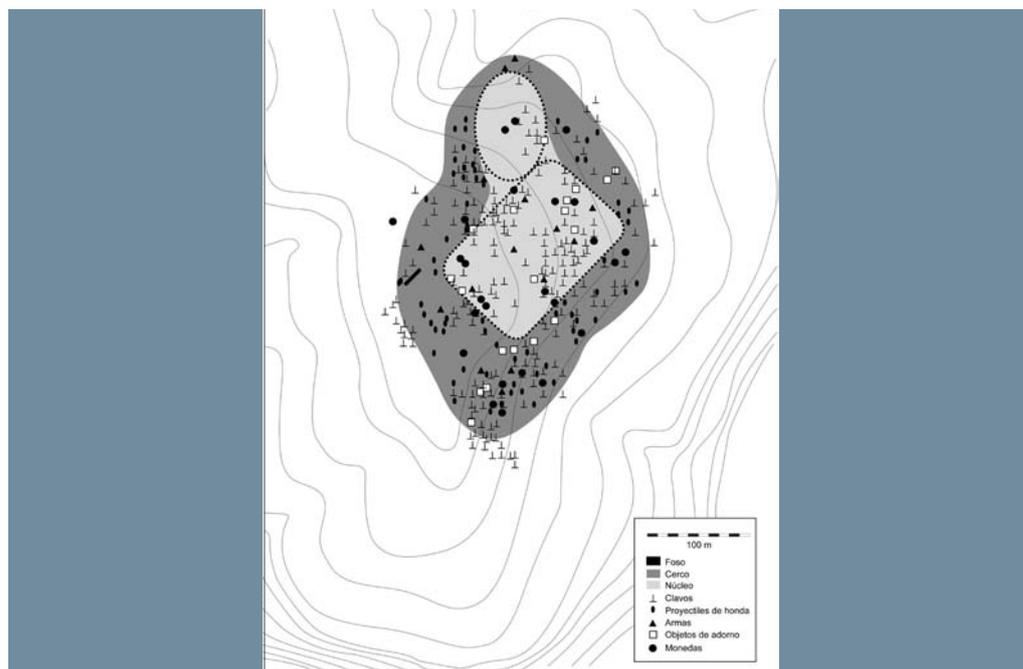


Figura 9
Cerro de la Cruz
de Almedinilla,
Córdoba (Foto:
Centro de Estudios
de Arqueología
Bastetana, 2011).

especialmente en época republicana, son de producción indígena. Entre la *impedimenta* del soldado no se incluye, lógicamente, la vajilla cerámica, ya que ocupa mucho espacio y no resulta operativa, debido fundamentalmente a que se rompe con facilidad. La producción propia o el empleo de productos de origen indígena serán las estrategias más empleadas en recintos que perduraron cierto tiempo. En el caso de campamentos con una temporalidad muy acusada, que corresponden a recintos de campaña, no es lógico pensar en la aparición de cerámica de mesa (Morillo, 2008, 89).

En este sentido, los recientes estudios realizados por uno de nosotros en relación a las denominadas cerámicas Grises Bruñidas Republicanas (GBR) están proporcionando interesante información acerca de los modelos de abastecimiento y producción en relación al ámbito militar romano (Adroher y Caballero, 2012, con bibliografía anterior), que se apartan considerablemente de los de la historiografía tradicional y apunta una posible vía nueva de acercamiento a la cuestión en el Levante y Mediodía peninsulares. Se trata de una producción reductora, sin barniz, pero con la superficie muy alisada, que imita, a veces con mucha fidelidad, los servicios propios de las campanienses universales y de diversas series de Red Slip Ware. La cronología varía entre la mitad del siglo II a.C. (ejemplares del cerro de la Cruz de Almedinilla, en Córdoba, fig. 9) hasta la mitad del siglo I d.C., momento en que se sella el depósito de Castrejón de Capote (Berrocal y Ruiz, 2003, 127), por lo que hasta el momento podemos saber. Aunque en algunos trabajos más antiguos pretendíamos considerar que se trataba de una producción indígena, en los últimos trabajos abogamos porque la producción tiene un origen relacionado directamente con el mundo militar, ya que sólo eso explica la fidelidad a algunos tipos que no siempre están presentes en estas zonas (es el caso de la imitación de Lamb. 4 en el yacimiento de los Pinos, en la comarca granadina de Guadix, cuando esa forma aún no se ha documentado en barniz negro en la Alta Andalucía). Incluso en los dos ejemplares más antiguos hasta el momento conocidos

Figura 10
Andagoste (de
Ocharán y Unzueta
2002)



(en Porcuna, Jaén y en cerro de la Cruz de Almedinilla, Córdoba), hay sobrados motivos para sospechar la presencia directa o indirecta, de personal militar romano en los asentamientos o en sus inmediaciones. Con el paso del tiempo esta técnica y estas formas serían incorporadas a las producciones de los alfareros indígenas, como demuestran los recientes hallazgos en torno a *Iliberri* (Granada), en el centro de producción localizado en parque Nueva Granada.

Esta producción tuvo su auge en el siglo I a.C., ya que la mayor parte de los yacimientos que ocupan esta centuria presentan material que se puede asignar a GBR. No obstante, y a falta de una documentación que permita una cuantificación adecuada, no suele representar más del cinco por ciento del servicio de mesa; si el asentamiento está dentro de las rutas de abastecimiento de cerámicas calenas, éstas son más frecuentes pero ello no es óbice para que no exista GBR. Pero en aquellos yacimientos datados en el siglo I en los que no se ha documentado cerámica de barniz negro, la GBR puede aparecer, y de hecho, aparece, lo que indica que sus redes de distribución poco o nada tienen que ver.

No puede hablarse de un único centro de producción, ya que, aunque en la publicación de 2012 nos centramos en el ámbito meridional de la Península Ibérica, señalamos ya en su momento que esta técnica de fabricación reductora y sin barniz aplicada a materiales que imitan producciones de origen romano se extiende a otras zonas de la antigua Hispania, con algunas diferencias en los servicios producidos, en la distribución, en el uso e incluso en la cronología, lo que solamente se explica por la existencia de múltiples talleres repartidos por todo el territorio hispano, independientes entre sí, pero que sirven a un mercado más o menos homogéneo, con gustos si no idénticos, al menos muy similares. Un episodio más del complejo y multifocal proceso de romanización de la Península.

Hasta hace tan sólo una veintena de años, la identificación de evidencias arquitectónicas, cerámicas y/o numismáticas se convertía casi en el único sistema de identificación de campamentos. La aparición de *militaria* (restos de armas, proyectiles e indumentaria militar) podía contribuir a dicha identificación, si bien el desconocimiento de las características de este material, apenas tipificado en suelo hispánico, limitaba mucho su aplicación. El per-

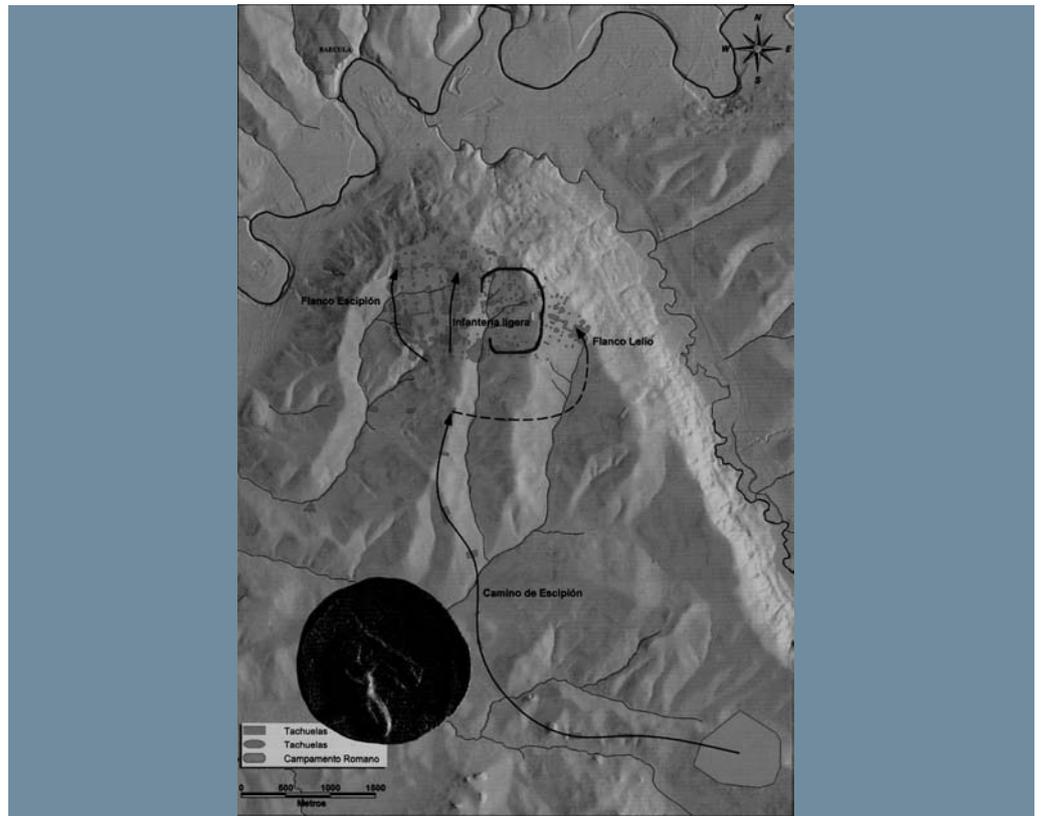


Figura 11
Baecula (de Bellón et alii, 2013)



Figura 12
Cerro de las Albahacas (Santo Tomé). Vista aérea con posible interpretación (Centro Andaluz de Arqueología Ibérica)

feccionamiento de las nuevas técnicas de prospección magnética georreferenciada sobre el terreno ha revolucionado el campo de la arqueología militar romana en general y el de los campamentos del periodo republicano en particular. Gracias a la aplicación de detectores de metales bajo supervisión científica se ha documentado un buen número de recintos militares vinculados a las guerras cántabras, que eran completamente desconocidos. Asimismo se han documentado campamentos y campos de batalla como Andagoste (fig. 10), Baecula (fig. 11 y 12) y El Pedrosillo (fig. 13 y 14), datados en el periodo republicano o se han reinterpretado algunos ya conocidos como los numantinos (Morillo, 2008, 81). En todos los casos, la identificación de estructuras constructivas ha venido determinada por la clasificación previa de materiales militares romanos que forman parte del horizonte arqueológico del yacimiento y a su vez permiten enmarcarlo desde el punto de vista cronológico. El progreso metodológico ha afectado singularmente a los recintos temporales construidos en madera y piedra. El proceso ha sido muy semejante en el vecino Portugal (Fabião, 2006). Por primera vez estamos en condiciones de identificar a partir de materiales metálicos emplazamientos militares de campaña con estructuras precederas que han podido perderse casi por completo por su escasa entidad y las difíciles condiciones de conservación en suelos rocosos como los de la mayor parte de la Península, o bien en zonas profundamente antropizadas y transformadas por la mano del hombre durante las últimas décadas.

La vía de la identificación de la *impedimenta* militar fabricada en metal tampoco está exenta de posibles errores de interpretación. Un interesante estudio aún por hacer en la arqueología militar hispana consiste en el papel que jugó el casco de tipo Montefortino (fig. 15), tanto en las comunidades indígenas, que sin duda lo utilizan (son numerosos los ejemplos, sobre todo a partir del siglo III a. C.) como, en el caso que nos ocupa, entre el personal militar de

Figura 13
Complejo militar romano republicano de El Pedrosillo (Casas de Reina-Llerena, provincia de Badajoz). Localización de los sondeos de las campañas de excavación de 2006 y 2007 (Morillo *et alii*, 2013: e. p.)



Figura 14
Muro perimetral del recinto mayor el complejo militar de El Pedrosillo (Fotografía: A. Morillo)



Figura 15
Casco Montefortino, Castillo de las Peñas de Fortuna, en Murcia (Fotografía: D. Pérez)

origen romano. La asociación directa de la aparición de dicho casco de origen itálico en cualquiera de sus variantes, se ha asociado, sin crítica alguna, a itálicos, especialmente cuando nos enfrentamos a contextos que arrancan desde finales del siglo III a. C. Este tipo de asociaciones tan directas demuestran un doble error: por un lado considerar que

la *impedimenta* romana es totalmente homogénea, tanto desde el momento en que las fuerzas militares se enrolan como con el paso del tiempo, como si no existiera por parte de dicho personal adquisición de otros productos que se alejan más o menos de la homogeneidad de un ejército e incluso actos de rapiña tras una batalla. En gran parte esta visión proviene de una concepción muy actualista de que lo que consiste un ejército, cuando en realidad incluso recientemente puede observarse cómo los soldados de los ejércitos más modernos incorporan a su armamento, de forma personal, otras armas que consideran verdaderos botines de guerra o herramientas útiles para enfrentarse al tipo de guerra o al terreno donde ésta tiene lugar; por otro lado, pensar que las comunidades indígenas, como en el caso anterior, no saquean muertos del campo de batalla recogiendo todo tipo de armas (ofensivas como defensivas) que incorporan a sus pertrechos personales, ya que el ejército indígena (si como tal lo podemos nombrar) sería mucho menos sofisticado y sobre todo menos homogeneizado que el romano. La misma reutilización que en el caso de los cascos sería factible en materiales como determinado tipo de armas ligeras (puñales, espadas) y proyectiles como los gandes, aunque parece más difícil en el caso de armas para artillería. Eso sin contar con el caso de enfrentamientos entre tropas romanas, que emplearon casi el mismo tipo de materiales. En el transcurso de un enfrentamiento como el de Pompeyo y Sertorio, no sería descabellado pensar que gandes firmados en origen por uno u otro contendiente, acabarían siendo empleados por el bando enemigo. Y sin embargo, esta actuación no es óbice para que se sigan asignando a uno y otro bando el asalto a un emplazamiento civil o militar a partir del hallazgo de estos materiales.

A partir de la identificación de materiales militares podemos sospechar la presencia del ejército romano. En regiones en proceso de conquista, donde la presencia romana es un fenómeno *ex novo*, dichos restos suelen aparecer asociados a otros cerámicos o numismáticos claramente itálicos, que se verifican tanto en yacimientos civiles como vinculados a las tropas romanas. Si aparecen en combinación con estructuras constructivas típicamente militares, la hipótesis de que nos encontramos ante un campamento puede sostenerse perfectamente (Morillo, 2008). Mayor problemática reviste el hallazgo de materiales itá-



Figura 16
Monte de Castelinhos
(de Pimenta 2013)

licos cuando van asociados a estructuras arquitectónicas que no podemos relacionar con las canónicas empleadas por el ejército romano. El caso de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) (Pimenta y Mendes, 2012, e. p.) es paradigmático en este sentido (fig. 16). Pero vamos conociendo más asentamientos de este tipo en regiones como el Mediodía (Cerro del Trigo, Peñón de Arruta, Cerro de las Fuentes de Archivel, etc.) (fig. 17 y 18) (González *et alii*, 1997; Adroher *et alii*, 2006; Brotons y Murcia 2006 y 2008), Levante (Penya del Àguila, Segària) (fig. 19) (Sala Sellés, 2012; Sala Sellés *et alii*, 2010, e. p.; 2011, e. p.) y Cataluña (Monteró, Camp de les Lloses...) (Principal y Ñaco, 2012, e. p.; Rodrigo *et alii*, 2012: e. p.) (fig. 20 y 21). A pesar de que muchos de ellos se apartan de las pautas marcadas por los textos clásicos en alguno o varios de sus elementos constitutivos (plantas, sistemas defensivos, materiales constructivos, ausencia de fosos, etc.), poco a poco va quedando clara la vinculación militar de muchos de ellos, bien como campamentos propiamente dichos, bien como fuertes, fortines o emplazamientos de guarniciones del periodo comprendido entre la guerra sertoriana y comienzos del segundo triunvirato. Hay que aplicar estudios de contextualización histórica y territorial en cada caso para detectar la motivación inicial en la construcción de la fortificación. Aunque es probable que la mayor parte esté construida por y para elementos militares no puede establecerse como una norma, ya que se dan casos en los cuales, aunque los militares, en calidad de ingenieros, hayan podido participar en su construcción, no significa que tengan efectivamente ese destino. El análisis comparativo de los registros y el reconocimiento de patrones puramente itálicos con elementos militares y otros que podemos identificar como indígenas en proceso de romanización puede precisamente constituir una vía de aproximación a la cuestión de la interpretación de dichos recintos.

Algunas consideraciones finales

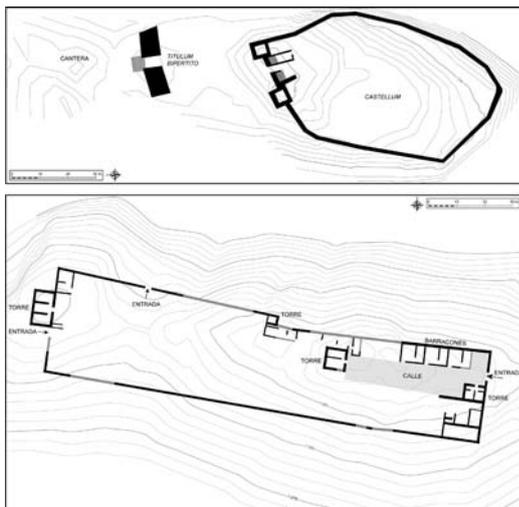


Figura 17
Planimetrías de
Fuentes de Archivel
y Cerro del Trigo
(elaboración propia
de partir de Brotons
y Murcia, 2008 y
Adroher *et alii*, 2006)

Tal y como hemos expuesto en las páginas anteriores, la imprescindible caracterización de elementos militares dentro de registros estratigráficos o de prospecciones realizadas en yacimientos presuntamente construidos por el ejército romano durante el proceso de conquista es lo único que puede contribuir a resolver muchos problemas de identificación. Estos son especialmente complejos en el caso de los recintos que no responden a la tipología militar “canónica”, datados entre el periodo sertoriano y la época de Augusto. Sin embargo, la interpretación y el uso de dichos materiales deben atenderse a una metodología hace tiempo fijada en la arqueología, que a veces parecen pasar a un segundo plano ante la “premura” de una posible caracterización como campamento o recinto militar. Es preciso reflexionar sobre ello. No es posible retomar el viejo tópico cronología de pieza=cronología del contexto. Es preciso contem-

plar los contextos en su conjunto, así como la sucesión estratigráfica del registro integral. Realizar atribuciones demasiado aventuradas puede convertirse en una versión nueva y más sutil de la arqueología filológica, de consecuencias imprevisibles. La investigación arqueológica de los últimos años se muestra pródiga en este tipo de atribuciones, que hay que tratar de evitar. El mal uso del registro material nos lleva a conclusiones metodológicamente incorrectas, que afectan muy especialmente a un momento como son los siglos

Figura 18
 Planimetrías de
 Cabezuela de
 Barranda y Peñón de
 Arruta (elaboración
 propia de partir de
 Brotóns y Murcia, 2008
 y Adroher *et alii*, 2006)

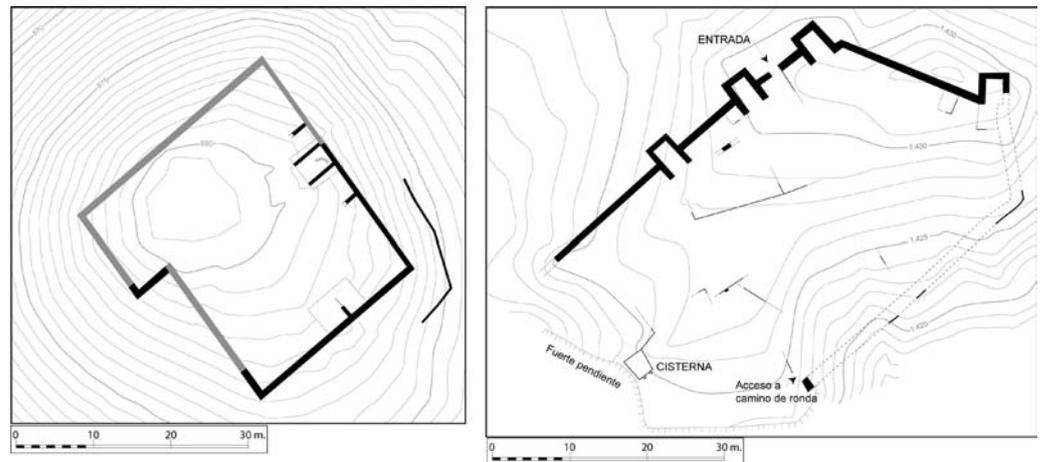
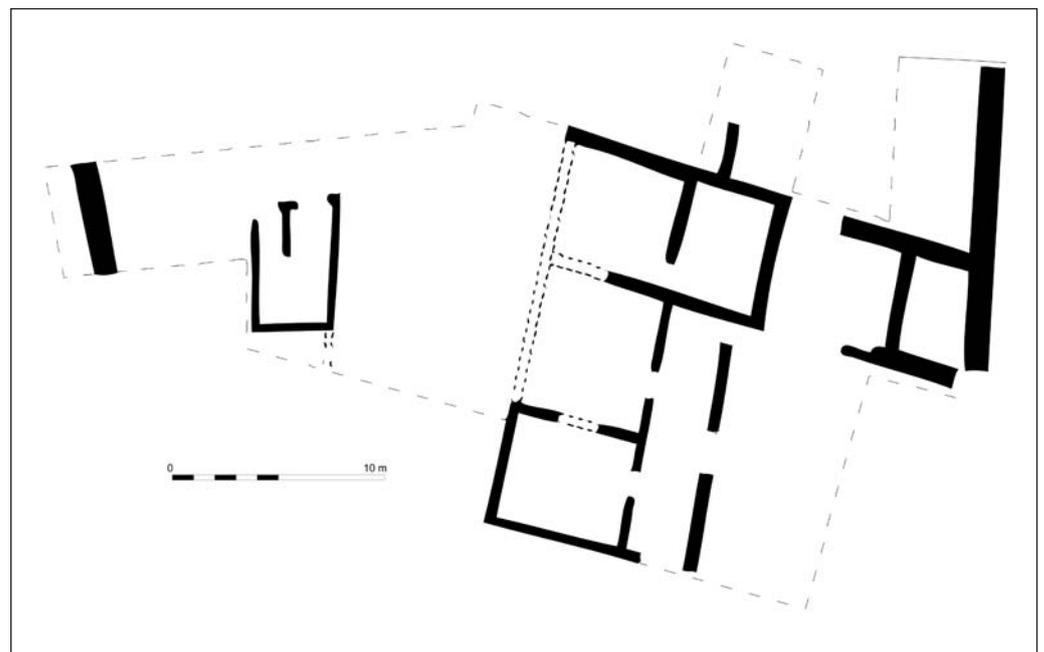


Figura 19
 Passet de Segària
 (Fotografia: A. Morillo)



Figura 20
 Monteró (de Camañes
et alii, 2010)



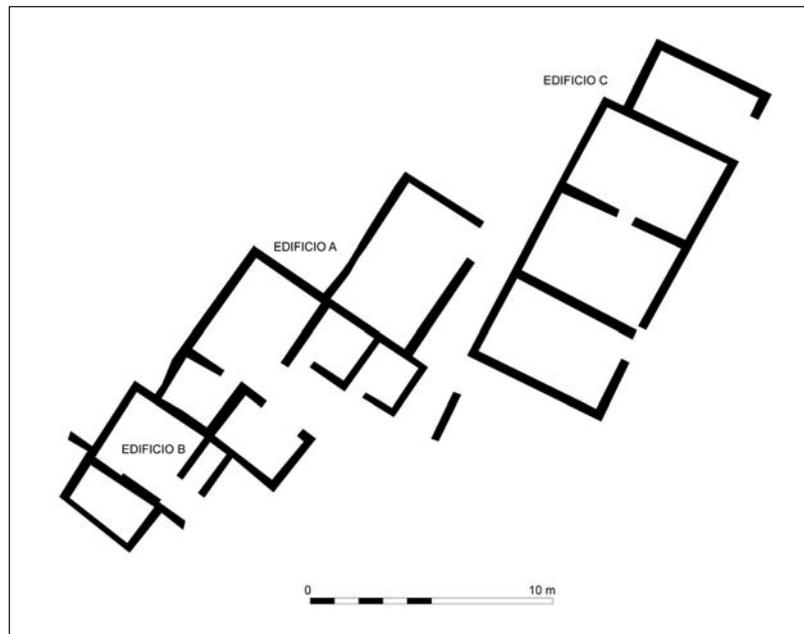


Figura 21
Planimetría de Camp
des Lloses (de Durán
et alii, 2001)



Figura 22
Castelo da Lousa.
Topografía general
(Alarcão *et alii*, 2010)

II y I a. C. Así, vemos la acción de Sertorio o Pompeyo en cualquier *oppidum* abandonado o conjunto de monedas, a veces tan sólo de 4-5 piezas, cuya composición mayoritaria sea del periodo de la guerra sertoriana (sin pararnos a valorar la presencia de alguna acuñación posterior) (Morillo, 2012: e. p.), se datan con fechas absolutas yacimientos a partir de materiales recogidos a través de una simple prospección superficial o negamos la presencia de las tropas romanas en un lugar por el simple detalle de la ausencia de cerámica de mesa itálica. En definitiva, no hay que olvidar que nos encontramos ante una documentación fragmentaria e irregular y, por lo tanto las conclusiones son inevitablemente coyunturales.

BIBLIOGRAFÍA

- ADROHER, A. M.; CABALLERO, A. (2012)** - Imitaciones de campaniense en el mediodía peninsular. La cerámica gris bruñida republicana. En BERNAL, D.; RIBERA, A., eds. - *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 23-39.
- ADROHER, A. M.; LÓPEZ, A. (2002)** - Impacto romano sobre los asentamientos ibéricos en la Alta Andalucía: las intrabéticas septentrionales. En GONZÁLEZ, C.; PADILLA, A., eds. - *Estudios sobre las ciudades de la Bética*, Granada, p. 9-48.
- ADROHER, A. M.; LÓPEZ, A. (eds.) (2004)** - *El territorio de las altiplanicies granadinas entre la Prehistoria y la Edad Media. Arqueología en Puebla de Don Fadrique (1995-2002)*. Sevilla (Arqueología Monografías).
- ADROHER, A. M.; CABALLERO, A.; SÁNCHEZ, A.; SALVADOR, J. A.; BRAO, F. J. (2006)** - Estructuras tardorrepublicanas en el ámbito rural de la Bastetania. En MORILLO, Á., ed. - *Arqueología militar romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León, p. 625-638.
- BELLÓN, J.P.; MOLINOS, M.; GÓMEZ, F.; RUIZ, A.; RUEDA, C. (2013)** - La batalla de Baecula: tras los pasos de Escipión el Africano. M. Bendala Galán (ed.): *Fragor Hannibalis. Aníbal en Hispania*, (2013), p. 313-334.
- BERROCAL, L.; RUIZ, C. (eds.) (2003)** - *El depósito altoimperial de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)*. Badajoz: Consejería de Cultura de Extremadura (Memorias de Arqueología Extremeña 5).
- BROTONS, F.; MURCIA, A. (2006)** - El *castellum* tardorrepublicano del Cerro de las Fuentes en Archivel (Caravaca de la Cruz, Murcia). Estudio preliminar. En MORILLO, A., ed. - *Arqueología Militar Romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León, p. 639-654.
- BROTONS, F.; MURCIA, A. (2008)** - Los *castella* republicanos romanos de la cuenca alta de los ríos Argos y Quípar (Caravaca, Murcia). Aproximación arqueológica e histórica. En GARCÍA-BELLIDO, M^a P.; MOSTALAC, A.; JIMÉNEZ, A., eds. - *Del Imperium de Pompeyo a la Autoritas de Augusto*. Madrid: CSIC (Anejos Archivo Español de Arqueología 47), p. 49-66.
- CAMAÑES, M^a P.; MONCUNILLA, N.; PARDÓS GÓMEZ, C.; VELAZA FRÍAS, J.; PRINCIPAL I PONCE, J. (2010)** - Un nuevo plomo ibérico escrito de Monteró 1. *Palaeohispánica: Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*, 10, 2010, p. 233-247
- CASTRO NUNES, J.; FABIAO, C.; GUERRA, A. (1988)** - *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil.
- DE CALLATAY, (2004)** - Le poid exceptionnel de certaines émissions de deniers romaines républicaines ou comment résister à la tentation de construire une grande hypothèse historique. *Revue belge de numismatique et de sigillographie* 50, p. 1-13.
- DURÁN, M.; MESTRES, i.; PRINCIPAL, J. (2001)** - El jaciment de Camp de les Lloses (Tona, Osona), *Actes de Jornades d'arqueologia i paleontologia, La Garriga*, 2001, Barcelona, 2001, p 423-442.
- FABIÃO, C. (2002)** - Os chamados *castella* do Sudoeste, *Archivo Español de Arqueología*. Madrid 75, p. 177-193.
- FABIÃO, C. (2006)** - The Roman Army in Portugal. En MORILLO, A.; AURRECOECHEA, J., eds. - *The Roman Army in Hispania. An archaeological guide*. León: Universidad de León, p. 107-126.
- FORTEA, J.; BERNIER, J. (1970)** - *Recintos y fortificaciones ibéricos en la Bética*, Salamanca: Universidad de Salamanca.
- GONZÁLEZ, C.; ADROHER, A. M.; LÓPEZ, A. (1997)** - El Peñón de Arruta (Jérez del Marquesado): una explotación minera romana, *Florentia Iliberritana*. Granada, 8, p. 183-213.
- GOZALBES, M. (2001)** - El tesoro republicano de Castilblanques (Cortes de Pallás, Valencia), *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia, 24, p. 351-355.
- MORILLO, A. (2003)** - Conquista y defensa del territorio en la Hispania republicana: los establecimientos militares temporales. En MORILLO, A.; CADIOU, F.; HOURCADE, D., eds. - *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos, rurales, municipales y provinciales)*. León-Madrid; Universidad de León-Casa de Velázquez, p. 41-80.

- MORILLO, A. (2008)** - Criterios arqueológicos de identificación de campamentos romanos en Hispania, *Salduie*. Zaragoza. 8, p. 73-93.
- MORILLO, A. (2008b)** - De la imagen legendaria a la reconstrucción arqueológica: la conquista de los pueblos cántabros, En AJA, J. R. *et alii*, coords. - *Los cántabros en la Antigüedad*. La Historia frente al Mito. Santander: Universidad de Cantabria, p. 105-119.
- MORILLO, A. (2013)** - Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania: calibrando a Sertorio, F. SALA SELLES, ed. - *Las huellas de las guerras civiles romanas en el sureste de Hispania*. Alicante, en prensa.
- MORILLO, A.; AMARÉ, M^aT.; GARCÍA MARCOS, V. (2005)** - *Asturica Augusta* como centro de producción y consumo cerámico. En FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA DÍAZ, P., eds. - *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón* (Gijón, 2002). Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series 1371), p. 139-162.
- MORILLO, A.; ADROHER, A. (2012)** - Modelos de arquitectura defensiva e implantación territorial de los campamentos republicanos en Hispania. En MAYORAL, V.; MATALOTO, R.; ROQUE, C., eds. - *De fortines y afines: la creación de los paisajes rurales de la romanidad*. Mérida: CSIC (Anejos Archivo Español de Arqueología), en prensa.
- MORILLO, A.; AURRECOECHEA, J. (2006)** - *The Roman Army in Hispania. An archaeological guide*. León: Universidad de León.
- MORILLO, A.; GÓMEZ BARREIRO, M. (2006)** - *Legio* (León). Circulación monetaria en los campamentos romanos de León. En GARCÍA-BELLIDO, M^a P., coord. - *Los campamentos romanos en Hispania* (27 a. C.-192 d. C.). El abastecimiento de moneda. Madrid: CSIC (Anejos de Gladius 9), p. 258-298.
- MORILLO, A.; GÓMEZ BARREIRO, M. (2006b)** - Herrera de Pisuerga (Palencia). Circulación monetaria en Herrera de Pisuerga. En GARCÍA-BELLIDO, M^a P., coord. - *Los campamentos romanos en Hispania* (27 a. C.-192 d. C.). *El abastecimiento de moneda*. Madrid: CSIC (Anejos de Gladius 9), p. 338-421.
- OCHARAN, J. A.; UNZUETA, M. (2002)** - Andagoste (Cuartango, Álava): Un nuevo escenario de las guerras de conquista en el norte de Hispania. *Arqueología Militar Romana en Hispania. Gladius*. Anejos 5. Madrid 2002, p. 311-325.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012)** - Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo; En MAYORAL, V.; MATALOTO, R.; ROQUE, C., eds. - *De fortines y afines: la creación de los paisajes rurales de la romanidad*. Mérida: CSIC (Anejos Archivo Español de Arqueología), en prensa.
- PIMENTA, JOAO (2013)** - A arquitectura de Monte dos Castelinhos. J. Pimenta (coords.): *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribajeto). Vila franca do Xira e a conquista romana do Vale do Tejo*. Vila franca do Xira, p. 31-42.
- PRINCIPAL, J.; ÑACO, T. (2012)** - Estrategias de implantación militar romana en el noreste de la Citerior 120-90 a. C.. En MAYORAL, V.; MATALOTO, R.; ROQUE, C., eds. - *De fortines y afines: la creación de los paisajes rurales de la romanidad*. Mérida: CSIC (Anejos Archivo Español de Arqueología), en prensa.
- RODRIGO, E. et alii (2012)** - Aproximación a la conquista romana en el NE de la Citerior a partir de la arqueología. En MAYORAL, V.; MATALOTO, R.; ROQUE, C., eds. - *De fortines y afines: la creación de los paisajes rurales de la romanidad*. Anejos Mérida: CSIC (Anejos Archivo Español de Arqueología), en prensa.
- SALA SELLÉS, F.; ABAD, L.; BAYO FUENTES, S.; DOMENECH, C. (2010)** - Las huellas de las guerras sertorianas en el sureste de Hispania. En NAVARRO, M.; CADIOU, F., eds. - *La guerre et ses traces. Conflicts et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. av. J.-C.)*. Bordeaux, en prensa.
- SALA SELLÉS, F.; BAYO FUENTES, S.; MORATALLA, J. (2011)** - Dianium, Sertorio y los piratas cilicios. Conquista y romanización de la Contestania ibérica. En ALVAREZ-OSSORIO, A., ed. - *I Congreso Nacional sobre Piratería y Seguridad Marítima*. Sevilla: Universidad de Sevilla (en prensa).
- SERRANO, E.; ATIENZA, R.; DE LUQUE, A. (1985)** - Memoria de les excavaciones del yacimiento arqueológico del Tesorillo (Teba, Mñalaga). *Noticario Arqueológico Hispánico*. 26, p. 491-546.

NOTAS

- ¹ El presente trabajo se ha elaborado en el marco del Proyecto de I+D HAR2011-24095: *Campamentos y territorios militares en Hispania*, dirigido por A. Morillo y del que también forma parte A. Adroher, concedido por el Ministerio de Ciencia e Innovación el 1 de enero de 2012.
- ² Para este concepto existe el término de residualidad, pero éste podría inducir a un error interpretativo, ya que no se asume si existe posibilidad de amortización de la pieza (es decir, sigue estando en uso a pesar de la diferencia cronológica con la formación del estrato) o se trata de un elemento que nada tiene que ver ni con la funcionalidad ni con la cronología del mismo; en ambos casos el tratamiento del objeto es distinto, así como su alcance interpretativo porque su nivel de contextualidad también lo es.

Os Contextos da conquista: *Olisipo* e *Decimo Júnio Bruto*

JOÃO PIMENTA¹ MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA/ UNIARQ

“Por la mesma época que se creaba *Valentia*, en el Occidente peninsular aparecieron nuevos centros como *Olisipo*, cuyo contexto arqueológico inicial es similar al de la *Valentia* mediterránea (...)”

(Ribera I Lacomba, 2009, p. 43)

Resumo

As excelentes condições portuárias e a localização singular da colina do Castelo de Lisboa, foram determinantes pelo papel que esta região assumiu desde meados do primeiro milénio a. C.

O projeto de arqueologia urbana desenvolvido em torno do Castelo de São Jorge possibilitou, pela primeira vez, dispor de um conjunto de dados quantitativamente relevante para este período, provenientes de escavações recentes associados a uma estratigrafia bem preservada que permite a aferição de sincronias para os diversos tipos de ânforas representados, possibilitando uma melhor leitura do seu ritmo de importações ao longo deste período.

Nos últimos anos, a realização de escavações em outras áreas da cidade têm vindo a aduzir novos dados estratigráficos e urbanísticos para o conhecimento da *Olisipo* do período romano republicano.

O estudo da estratigrafia e a análise do espólio dos contextos de época romana republicana, permitem falar de uma única fase para esta época, que situamos no terceiro quarto do século II a.C. (150 - 125 a. C.),

Summary:

The Urban archaeology project of the Sanct Jorge Castle, for the first time in the city of Lisbon allow us to study the roman republican trade, since it was possible to identify a well preserved stratigraphy that permit to analyse the synchrony of the different amphorae types represented in the contexts.

The stratigraphy study and the analyses of the imported materials, authorise us to propose a single phase to this period, that we date from the third quarter of the II century b. C. (150 - 125 b. C.).

This chronology is compatible with the first roman big military expedition in the extreme occident of the Iberian Peninsula conducted by the proconsul of *Ulterior Décimo Júnio Bruto* in 138 b. C. This General developed is campaign from the Tagus valley using the city of Moron as base of operations and fortifying the city of *Olisipo* with the objective of dominating the river entrance and secure the supply to the army.

The importation's panorama of aliment products transported in amphora's detected in the castle of Lisbon, documents some of the indispensable goods to the Mediterranean diet, such as wine, olive oil and fish sauces with different origins that reveals a intricate commercial net, that we are starting to unveil.

The meaning of *Olisipo* importation's during this period and the prevalence of the Italian

Wine amphora's from the Tyrrhenian coast from the Dressel 1 and Greco-Italic form's have to be understood with the importance that the Institutional circuits of supply to the army have in the redistribution of this products. This observation is corroborated by the stratigraphy, were it wasn't detected any tradition of commerce with the roman world previous to this phase, what indicates a rupture with the commercial traditions of the old city of the castle hill.

Introdução

O ponto de partida deste trabalho e a inspiração para o seu titulo é um texto já com alguns anos do Professor Carlos Fabião, intitulado precisamente “Os Contextos da Conquista” (Fabião, 1995).

Rastrear as evidências materiais, da primeira fase da ocupação de cidade romana de *Olisipo*, apresenta-se à partida como uma tarefa complexa. De facto, o processo de ocupação ininterrupta, que sucede no casco histórico de Lisboa desde inícios do primeiro milénio antes de Cristo até à atualidade, associado à forte tradição de atividade sísmica, dificulta em muito a perceção da evolução da urbe em todas as suas fases.

Apesar destas dificuldades, o evoluir da atividade arqueológica em meio urbano nas últimas duas décadas, permitiu aumentar substancialmente os dados disponíveis.

É com base nestes novos dados, na sua maioria ainda inéditos, que tentaremos, efetuar uma síntese do estado dos conhecimentos sobre a cidade de *Olisipo*, num dos períodos que menos se conhece a sua história, os séculos II e I a.C., correspondendo precisamente à fase de conquista militar e afirmação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular.

1 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO:



Figura 1
Mapa do Vale do Tejo com a localização dos sítios mencionados ao longo do texto.

“O Tejo, na foz, tem cerca de vinte estádios de largura, e tão grande é a sua profundidade que por ele navegam barcos de dez mil ânforas.”

(Estrabão, III, 3.1)

A singular implantação da foz do Tejo e as suas favoráveis condições naturais fizeram com que este constituísse um ponto incontornável de apoio à navegação atlântica.

Entrando na barra os navios deslocavam-se até um verdadeiro mar interior, de águas calmas e margens férteis, encontrando aí um ancoradouro seguro para qualquer tipo de embarcação.

Para montante o efeito das marés fazia-se sentir até ao porto de *Scallabis* considerado o último “porto de mar”. Daqui subiam o rio em barcos de menor calado, recorde-se que o Tejo é o rio mais extenso da Península Ibérica e o segundo mais navegável depois do Guadalquivir (Daveau, 1994).

O seu papel como principal via de comunicação para o interior do território, por onde se escoavam as matérias-primas e os excedentes dos férteis terrenos do alto Tejo irrigados pelas cheias periódicas, levaram a que desde cedo, a foz do Tejo se afirmasse como um dos mais importantes, portos de toda a fachada atlântica, ponto de contacto entre dois mundos o Mediterrânico e o Atlântico.

2 - OS PRIMEIROS CONTACTOS COM O MUNDO ITÁLICO:

Face à sua desafogada navegabilidade e manifestas riquezas naturais, o vale do Tejo é desde cedo procurado por comunidades exógenas, que aqui se estabelecem e interagem com as populações indígenas. É assim, que desde meados do primeiro milénio a.C., assistimos à presença do mundo fenício, que irá incrementar o desenvolvimento dos mais relevantes povoados portuários.

Os mercadores semitas iram, ter um papel fundamental no desenvolvimento destes núcleos, alcançando alguns deles dimensões de verdadeiras cidades (Arruda, 2002, Sousa, 2011). Estes aglomerados de cariz urbano, mantêm ao longo da Idade do Ferro fortes contactos com o mundo mediterrâneo parecendo assumir o papel de portos abertos à navegação.

Ciente da relevância que o porto de *Olisipo* apresenta a nível estratégico e do seu significado político a nível regional, esta cidade é desde cedo inserida na órbita de Roma.

Os primeiros contactos com o mundo Itálico ocorrem na segunda metade do século II a.C. no âmbito do processo de conquista do extremo ocidente peninsular.

Através de Estrabão (III, 3.1), sabemos que em 138 a.C., o novo governador da província romana da *Uterior*, o procônsul *Décimo Júnio Bruto*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao noroeste peninsular. Este estabeleceu a sua base de operações na cidade de *Móron*, no fundo do estuário, e utilizou *Olisipo*, junto à foz, como cidade de retaguarda, desempenhando esta o papel de domínio da entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos em campanha.

Esta campanha marca o início dos contactos regulares do vale do Tejo com a península Itálica. De facto, apesar de todas as convulsões, decorrentes dos períodos conturbados que o extremo ocidente da península ibérica atravessou, durante os finais do século II e I a.C., não mais deixou de se fazer sentir a presença da máquina de guerra romana (Fabião, 1998). Evidências essas bem marcadas como iremos ver, no súbito surto do volume de importações de bens e produtos alimentares e da emergência da numária itálica no quotidiano da urbe (Pimenta, 2005).

3. OLISIPO no século II a.C.

O grande povoado da foz do Tejo, mencionado em diversas fontes clássicas, é desde cedo interpretado como estando na génese da atual cidade de Lisboa.

Realmente, nunca se perdeu a noção da antiguidade da cidade e da sua sobreposição à urbe romana. Os vestígios do período clássico coexistiam com a cidade medieval quer espacialmente quer fisicamente por emergirem periodicamente em qualquer obra que se realizasse.

A génese do povoado situa-se na colina do Castelo de São Jorge. Esta possui uma situação topográfica ímpar, com um amplo controlo visual da entrada da barra do Tejo e do seu estuário, assim como, de toda a margem sul e de boa parte dos vales que a circundam a norte, permitindo o domínio estratégico da foz do Tejo e o controlo do acesso ao interior do território.

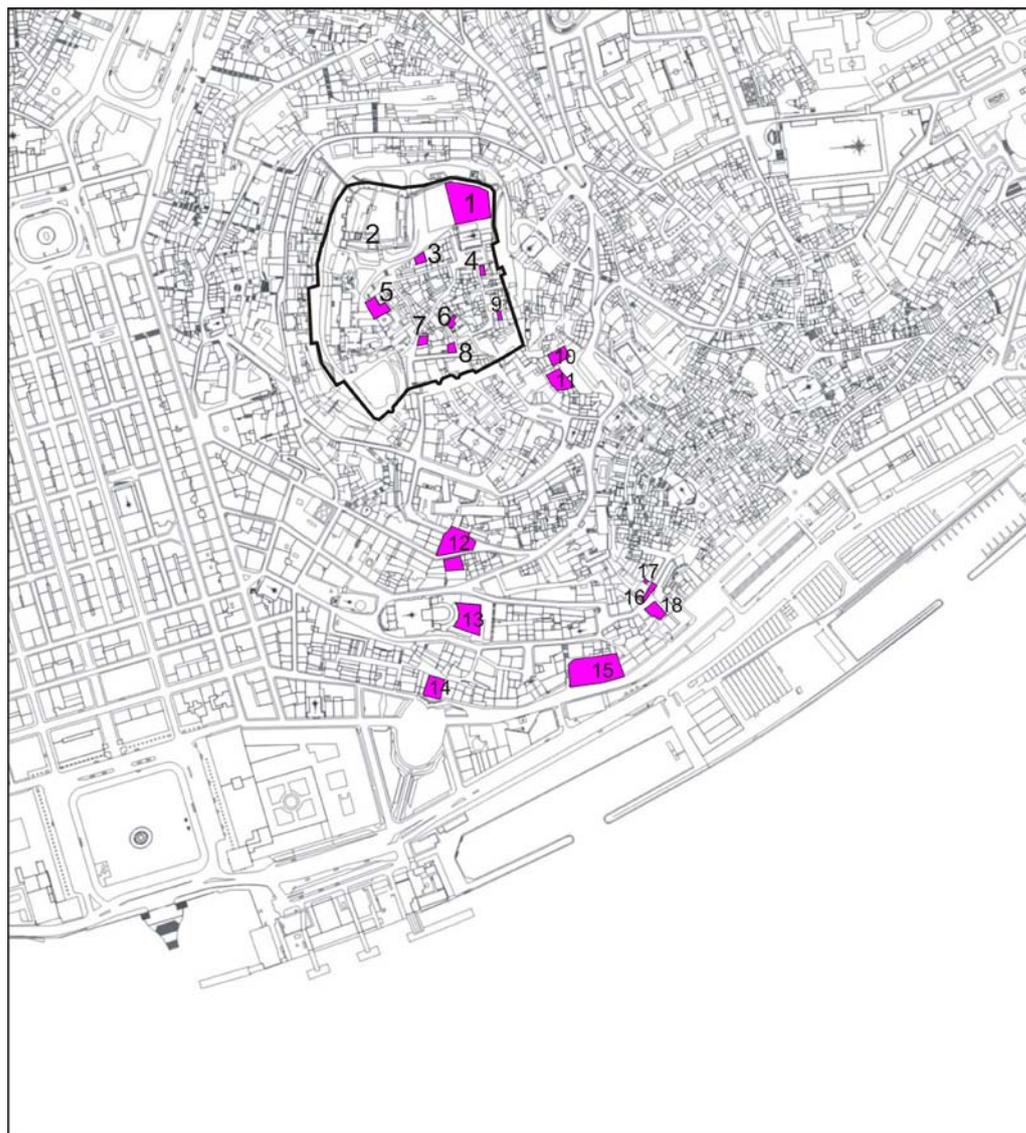
As suas características de implantação e as suas apetências naturais como área portuária tornaram este povoado, um sítio de excepcional importância estratégica.

As recentes pesquisas que têm vindo a ser efetuadas, no morro do Castelo de São Jorge, na colina e na área portuária, têm permitido definir de uma forma clara os primeiros momentos de contacto com o mundo Itálico.

Em todas as leituras efetuadas é incontornável, a referência à importância e ao dinamismo económico que este grande aglomerado urbano alcançou desde meados do século VIII a.C., mantendo fortes contactos com o sul peninsular.

É contudo marcante, ao estudarmos as estratigrafias da cidade, verificarmos a súbita presença em meados do século II a.C. das primeiras importações itálicas. Estas evidências estão omnipresentes e levam-nos a sublinhar o significado deste momento para o subsequente desenvolvimento da urbe.

Figura 2
Planta de Lisboa com a localização das intervenções onde se detetou níveis romano republicanos:
1 – Praça Nova; 2 – Castelejo; 3 – Grupo Desportivo do Castelo; 4 – Rua do Recolhimento N.º 70; 5 – Palácio das Cozinhas; 6 – Beco do Forno n.º 16-20; 7 – Rua de Santa Cruz; 8 – Beco do Forno n.º 1; 9 – Rua do recolhimento n.º 36; 10 – Largo das Portas do Sol; 11 – Fundação Ricardo Espírito Santo; 12 – Teatro Romano; 13 – Claustro da Sé; 14 – Casa dos Bicos; 15 – Armazéns Sommer; 16 – Rua de São João da Praça; 17 – Pátio Senhora de Murça; 18 – Palácio Angeja.



O estudo dos contextos exumados no Castelo de São Jorge permitiu-nos definir de uma forma clara e contundente a primeira fase da presença romana.

O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permite aferir uma cronologia bem definida, centrada no terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.). Mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005, 2007).

Figura 3
Planta topográfica da colina do castelo de Lisboa, com a reconstituição hipotética do esteiro do tejo do vale da Baixa e com a localização das intervenções onde se detetou estruturas e sequências estratigráficas do século II a.C. A castanho traçasse os limites presumíveis do núcleo urbano.



Figura 4
Fotografia da colina do Castelo de São Jorge com o Tejo em fundo em meados dos anos quarenta do século passado.

Sintetizando os dados, dos diversos contextos que já tivemos oportunidade de apresentar detalhadamente, importa determo-nos nas características gerais das importações que definem esta fase e que permitem individualizá-la.

Sublinhe-se que não foi atestada qualquer tradição de comércio com a península Itálica antes deste momento:

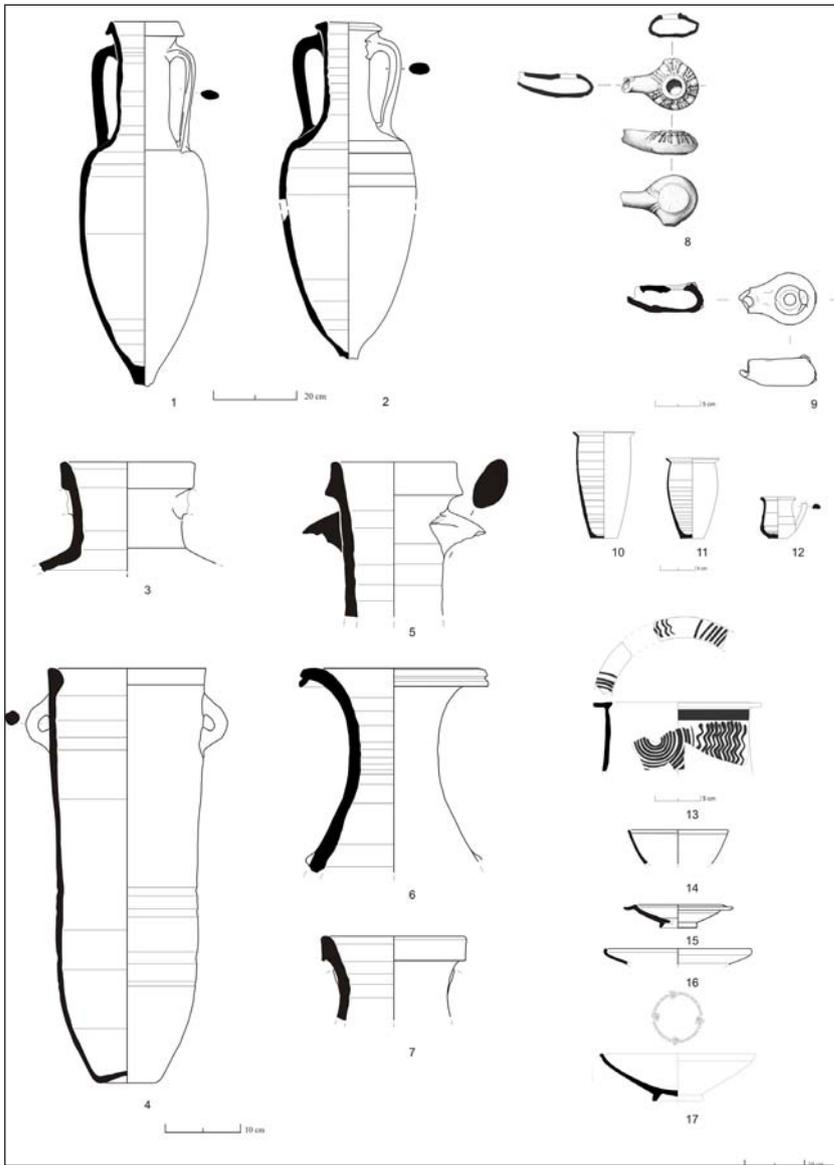


Figura 5
Síntese dos contextos da primeira fase da presença romana em Olisipo – 140-130 a.C.

Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. (Manã C2b) de Ramon Torres (1995), (ver figura 5, n.º 4 e 6). Estão também presentes imitações dos modelos Greco-italícos, não sendo claro qual o seu conteúdo (Pimenta, 2007).

A importação de azeite da área Líbio-Tunisina está documentada pela presença de numerosas ânforas oleícolas, denominadas Tripolitanas antigas (ver figura 5, n.º 7).

A cerâmica Ibérica encontra-se documentada nestes níveis. A forma mais representada é os *kalathoi*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de lábio moldurado (ver figura 5, n.º 13).

A nível das cerâmicas finas, assiste-se à massiva chegada de cerâmicas de verniz negro de produção da península Itálica. Entre estas existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles. Encontrando-se igualmente representadas cerâmica Campaniense B de Cales, e a Campaniense B Etrusca, nomeadamente a taça Lamboglia 8a (ver figura 5, n.º 14 a 17).

A par destas encontram-se bem representados os delicados copos de paredes finas de produção Itálica, das formas I e II de Mayet (ver figura 5, n.º 10 e 11). A presença de lucernas encontra-se bem vincada, estando atestados diversos exemplares de tradição helenística, como da forma Ricci B, e exemplares já de influência itálica como da forma Dressel 1, nalguns casos com verniz negro (ver figura 5, n.º 8 e 9). A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, sendo um dado eloquente, do papel do porto de *Olisipo* enquanto plataforma distribuidora.

Os contentores vinícolas da península Itálica dominam de forma clara. Em particular os produtos da área da costa Tirrénica, ânforas Greco-Itálicas tardias ou de transição e ânforas Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número ânforas da costa Adriática, Greco-Itálicas tardias e ânforas de Brindisi (ver figura 5, n.º 1 a 5).

Paralelamente aos produtos Itálicos assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía Gaditana e a área Líbio-Tunisina.

Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. (Manã C2b) de Ramon Torres (1995), (ver figura 5, n.º 4 e 6).

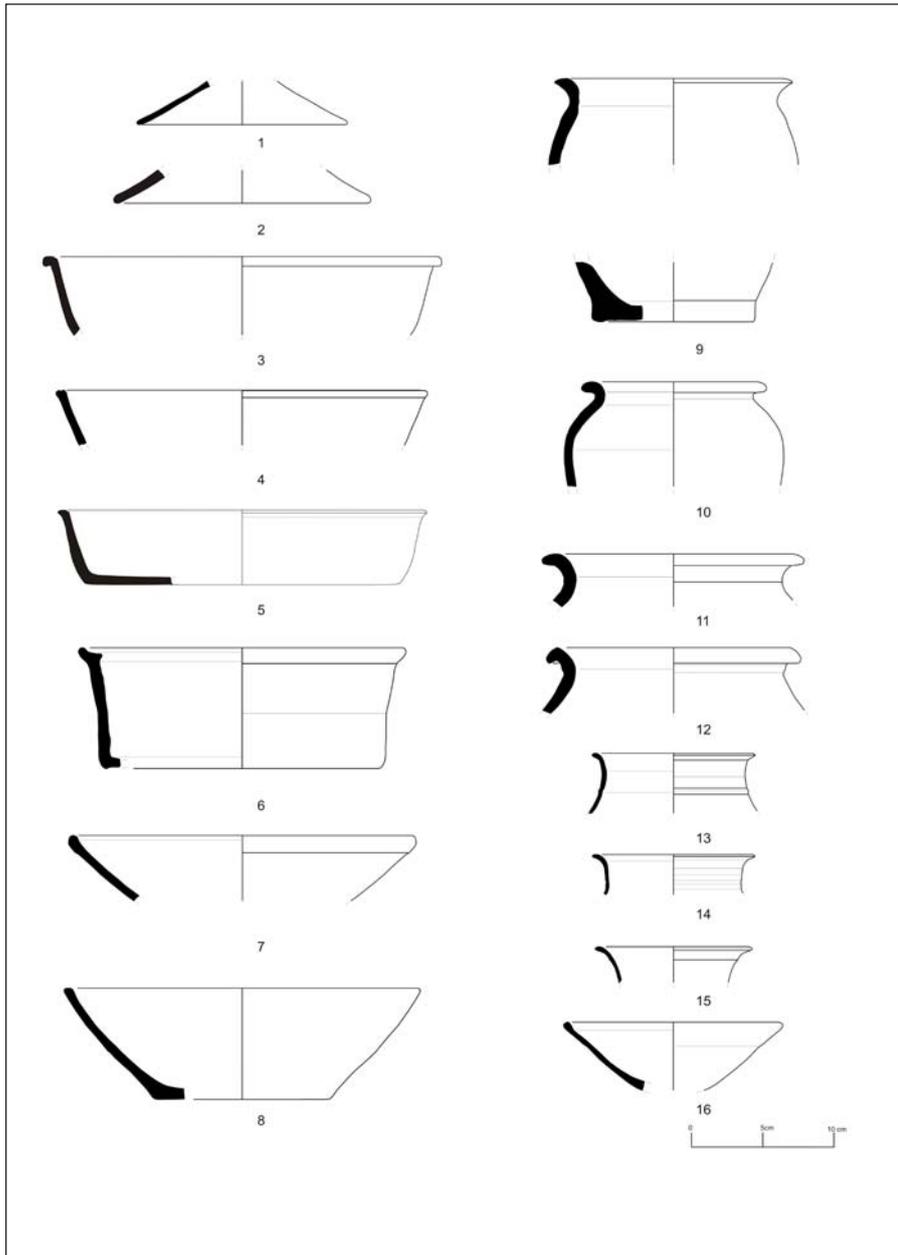


Figura 6
Síntese da Cerâmica
comum presente nos
contextos da primeira
fase da presença
romana em *Olisipo* –
140-130 a.C.

durante o consulado de Décimo Júnio Bruto em 138 a.C. (Ribera I Lacomba, 2009).

Tendo em conta os naufrágios, estaríamos perante associações de materiais similares aos dos navios Giannutri e Pedrosa, datado o primeiro entre 150-140 a.C. e o segundo em 140-130 a.C. (Ribera I Lacomba, 1998).

Esta fase da vida da cidade e que atesta de forma eloquente a chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo situa-se assim a nível de cronologia a meio caminho dos níveis de destruição da cidade de *Karthago* em 146 a.C. e dos acampamentos militares do cerco da cidade Celtibérica de Numancia em 133 a.C. (Principal, 2013).

Entre a cerâmica comum, ainda que domine as cerâmicas do mundo indígena local, encontram-se presentes cerâmicas produzidas na península itálica com as típicas pastas campanienses. Entre estas destaca-se a forma Comum Itálica *Patina* Lt 6 C e C E e a *Couvercle* 7 A. (ver figura 6). Assim como importações de cerâmica cinzenta, de possível produção Emporitana (ver figura 5, n.º 12).

A par destas associações cerâmicas verifica-se a emergência da numária itálica no quotidiano da urbe, atestada por diversos exemplares de liga de cobre.

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território atualmente português, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica. Desencadeada em 138 a.C. pelo novo Governador da Ulterior, o procônsul Décimo Júnio Bruto, com claros objetivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular.

Do ponto de vista de enquadramento histórico os contextos Olisiponenses permitem situar cronologicamente um momento concreto, que encontra paralelos, em tudo idênticos, nos níveis de fundação de Valência, cidade fundada segundo Tito Lívio,

4. *Olisipo* e o abastecimento institucional ao exército

A importância da alimentação para o bom funcionamento da máquina de guerra romana era um dado adquirido na organização de uma expedição militar a territórios desconhecidos, não faltando referências nas fontes clássicas a desaires militares atribuídos a deficiências de abastecimentos de determinados produtos essenciais à dieta mediterrânica (Fabião, 1989). Não admira, portanto, a preocupação demonstrada pelo general denominado o

“Galaico” na organização da sua retaguarda, pelo assegurar de uma cidade “aliada” para servir de base de apoio ao abastecimento dos exércitos durante as campanhas para o interior.

O panorama das importações de produtos alimentares em ânforas atestado em Lisboa, parece documentar alguns dos alimentos indispensáveis para a dieta mediterrânica, o vinho, o azeite e os preparados piscícolas com proveniências bem diversas que revelam uma intrincada rede comercial.

O significado do ritmo de importações deste grande povoado portuário e do claro predomínio que as ânforas vinárias Itálicas da costa tirrénica, do tipo Dressel 1 e greco-italicas aí evidenciam, não pode deixar de se relacionar com o papel que os circuitos institucionais de abastecimento aos exércitos em campanha têm na chegada e distribuição destes contentores.

Recorde-se que os dados disponíveis para o extremo ocidente peninsular, demonstram claramente a inexistência de qualquer tradição comercial com o mundo romano anterior a esta fase, o que indica uma clara rutura com as tradições comerciais destes antigos povoados portuários (Fabião, 1998).

De facto, os circuitos de redistribuição de bens alimentares ao exército, empreendido pelas *societates publicanorum* e que antecedem o mecanismo conhecido em época Imperial como *annona militaris* (Carreras Monfort, 1999, 2002), encontram-se bem documentados na península Ibérica durante a época romana republicana, sendo o único mecanismo comercial que explica

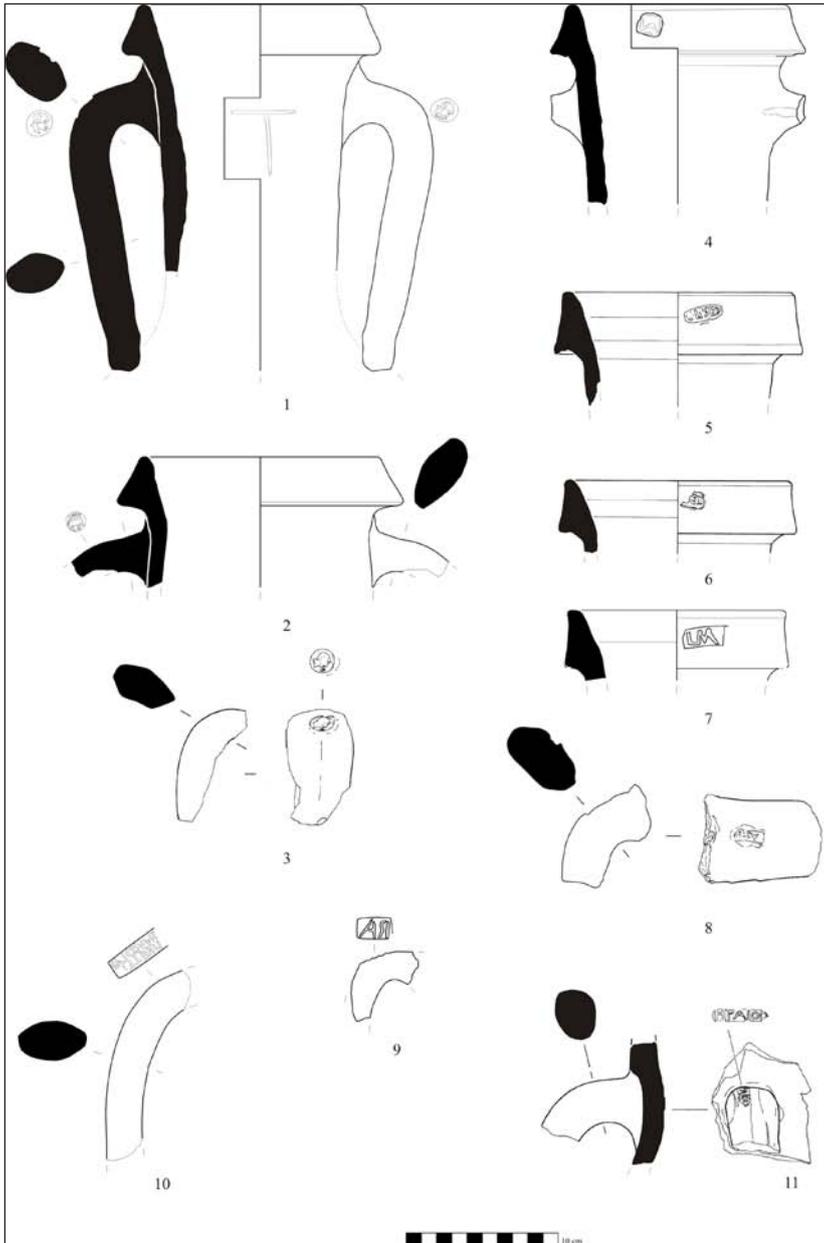


Figura 7
Marcas de ânforas
itálicas de cronologia
republicana de Lisboa.

a concentração de ânforas em sítios interiores como os acampamentos numantinos, ou os acampamentos militares de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984) e de “El Santo” de Valdetorres, Badajoz (Heras Mora, Bustamente Álvarez, 2007).

Em Lisboa as ânforas Itálicas preservam uma relevante tradição epigráfica que nos permite tecer algumas, breves considerações acerca da sua proveniência. Preservam-se catorze

Figuras 8 e 9
Fotografia das marcas
identificadas na ânfora
itálica recolhida no
edifício n.º 36 da Rua
do Recolhimento do
Castelo.



Figura 10
Fotografia da marca
identificada na
escavação da Praça
Nova.



Figura 11
Fotografia da marca
identificada na
escavação da Casa dos
Bicos em 1981.





Figura 12
Fotografia da
escavação de uma
fossa detritica
identificada na Praça
Nova de Lisboa.

Gália tendo surgido na Hispânia apenas em sítios de cariz militar, nos acampamentos de circunvalação a Numantia (Renieblas) e em Ampurias (Desbat e Maza, 1997). O estudo das pastas dos exemplares de Lyon permite aferir uma proveniência do norte da campania ou do sul do Lácio (Desbat e Maza, 1997, p.515).

O segundo conjunto está representado por quatro marcas, identificadas em diversas intervenções na cidade espaçadas ao longo do tempo. Estas marcas caracterizam-se por estarem inseridas numa cartela circular de reduzidas dimensões. Em três dos casos trata-se de um busto de perfil com a face virada para a direita evidenciando parte de uma inscrição da qual apenas se consegue ler L. ANI. O exemplar identificado na escavação da Casa dos Bicos, já no distante ano de 1981, apresenta igualmente uma cartela circular, no entanto em vez do busto surge-nos a representação de um elefante e a gravação em excelente estado da legenda L. ANICI, clarificando assim as leituras anteriores.

Embora se conheçam algumas marcas com características similares, até ao momento ainda não foi possível encontrar paralelos exatos para este conjunto. A representação de um busto de uma personagem de cariz militar e a figura de um elefante, pode sugerir estarmos perante um tipo de marca muito particular, em que se associa a uma determinada imagem a inscrição de um indivíduo, possivelmente o proprietário das terras de onde era produzido o vinho.

O gentílico *Anicius* encontra-se bem atestado na península Itálica, em especial na zona do *Latium* e *Campania*, surgindo igualmente na *Etrúria*, e na própria cidade de Roma. Não podemos deixar de referir que um dos seus membros, *Lucius Anicius Gallus* foi uma figura militar de relevo tendo sido Cônsul de Roma em 160 a.C.

Entre as ânforas de proveniência da costa adriática da península Itálica, destaca-se a presença de uma marca que podemos atribuir à área de *Brindisi*. Trata-se de uma ânfora Brindisiana com a marca *HPAIOC* gravada na asa.

É particularmente interessante a coincidência, ou não, de esta marca surgir num contexto funerário do sul de Itália na zona da Daunia – Apúlia, no Hipogeu de Barbarossa di Canosa,

marcas sobre ânforas vinárias e duas sobre ânforas oleícolas de Brindisi. Apesar de não ser invulgar a descoberta de ânforas desta época com marcas, a sua concentração no porto de Lisboa afere-lhes um interesse suplementar pelo papel que este assumiu como abastecedor do exército.

Um dos elementos mais interessantes é o facto de sobressaírem dois conjuntos de marcas diretamente relacionados com duas importantes *Gens* da Itália Republicana.

O primeiro grupo atestado por três exemplares corresponde ao grupo das marcas, C.L.SEX atribuído à *Gens Sexitilia*. Estas marcas encontram-se bem atestadas na



Figura 13
Fotografia da escavação de um edifício republicano no atual Museu do Teatro Romano³.



Figura 14
Fotografia da escavação de um edifício republicano no pátio da Senhora de Murça .

Figura 15
Conjunto Numismático itálico identificado nas escavações de Lisboa. A primeira moeda é da Intervenção do Pátio da Senhora de Murça⁸ e as restantes do Castelo de São Jorge.

datado de finais do século III a inícios da II a.C., associada a uma ânfora ródia com a marca EYKLEITOIY (Volpe, 1984). O facto de esta marca em concreto encontrar-se atestada no vale do Tejo em escavações efetuadas no planalto da antiga alcáçova islâmica de Santarém (Bargão, 2006. p. 55), reforça sem dúvida a probabilidade de ambas entrarem na mesma rota comercial para o extremo ocidente.

As ânforas de preparados piscícolas, assumem um peso importante entre o panorama das importações do porto de *Olisipo* no século II a.C. (23%), tendo os abastecimentos ocidentais, da área do Estreito de Gibraltar um papel preponderante diria mesmo dominante. Não deixa de ser pertinente, recordar o papel de apoio de *Gádir* e, em virtude do *foedus* de 206 a.C. (López Castro, 1994). Este apoio poderia ser materializado na utilização da sua frota, no fornecimento de dispositivos militares e certamente no abastecimento de produtos alimentares ao longo da fachada atlântica.

3.1. Urbanismo de OLISIPO no século II a.C.

Ao tentarmos estabelecer um discurso coerente sobre esta fase da vida da cidade, deparamo-nos com um enorme vazio de informação. Contudo, mesmo mantendo-se muitas questões em aberto, parece-nos oportuno sublinhar algumas linhas gerais e perspetivas de investigação.

Numa ótica de leitura de continuidades ou descontinuidades com o povoado indígena, os dados disponíveis permitem afirmar termos uma rutura clara. Entenda-se, não se assiste à reutilização de estruturas pré-existentes de cronologia pré-romana, mas sim à construção de novas. Assistindo-se nestas, a distintas orientações do modelo urbano e a técnicas de construção inovadoras e desconhecidas no ocidente à data.

Este novo desenho urbano, associado a todo um pacote artefactual, de procedência exógena, permite-nos afirmar que a chegada dos exércitos itálicos teve um profundo impacto no povoado pré-existente.

Os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos, sendo plausível supor que esta área privilegiada e onde deveriam residir as elites do povoado, assiste nesta fase à implantação de um novo desenho urbano que apaga as pré-existências. Poderá esta leitura corresponder à instalação de um contingente militar dentro da cidade indígena de *Olisipo*?

Na escavação da Praça Nova, de longe a área mais intervencionada, por questões de valência patrimonial, apenas em algumas áreas de sondagem se desceu dos níveis islâmicos. Sendo assim, apenas temos uma leitura parcelar do urbanismo de fases anteriores. Nas áreas investigadas verifica-se que as estruturas



de cariz habitacional anteriores há chegada das primeiras importações itálicas, são abandonadas e preteridas em relação a novas, sendo que estas evidenciam em alguns casos novas técnicas de construção e distintos alinhamentos. Infortunadamente, não dispomos de plantas destas novas estruturas que nos permitam grandes interpretações, apenas alguns troços de paredes, formando um desenho ortogonal e evidenciando pavimentos de argila. Um dos dados diferenciadores destas novas realidades é o surgimento de fossas detríticas, onde os lixos de cariz doméstico são descartados. De salientar que fossas similares às identificadas no Castelo de São Jorge são uma presença constante nos níveis de fundação da cidade de Valência (Ribera i Lacomba, 1998, p. 310--311).

Na atual área da freguesia de Santa Cruz do Castelo, diversas intervenções realizadas no âmbito do projeto de recuperação deste bairro histórico permitiram aferir estratigrafias bem preservadas associadas nalguns casos a estruturas arquitetónicas.

Um dos edifícios melhores conhecidos corresponde ao detetado no Beco do Forno do Castelo n.º 16 – 20. Corresponde sem dúvida a um dos mais eloquentes e expressivos dados da descontinuidade das soluções arquitetónicas em relação ao mundo indígena. As evidências estruturais correspondem a um amplo edifício de planta retangular, grosseiramente orientado aos pontos cardiais. As suas paredes encontram-se rebocadas com argamassa e evidencia um pavimento de argamassa impermeabilizante em *opus signinum*. Ver artigo sobre esta intervenção no presente volume.

Na encosta da colina do Castelo, diversas intervenções mais ou menos recentes, tem permitido obter dados relativos às primeiras fases da ocupação romana. Destaque-se o artigo presente neste volume, em torno dos resultados da escavação do edifício do largo das Portas do Sol. Aí registou-se uma curiosa estrutura negativa, que poderia possivelmente estar correlacionada com uma eventual primeira fortificação do núcleo urbano.

Nas escavações do Museu do Teatro Romano, foi possível detetar a presença de vestígios estruturais correspondendo a um edifício de época republicana que ficou preservado sob os aterros para a construção de parte deste monumento. Corresponde a um compartimento de planta retangular, com paredes de pedra seca e que usa o próprio substrato geológico calcário para a sua implantação, sendo este escavado para o efeito. Associado ao seu abandono, detetou-se um interessante contexto de finais do século II inícios do século I a.C. Neste nível, recolheu-se um interessante elemento de pavimento romboidal, que atesta a existência de pavimentos em *opus spicatum*. Trata-se de um pavimento tipicamente itálico, que encontra bons paralelos no edifício republicano de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Elementos de pavimento, similares a este do teatro, tem vindo a ser detetados em sítios de cariz militar como o Alto dos Cacos – Almeirim, em Chões de Alpompé, no Castelo da Lousa² e no acampamento romano de Cáceres el Viejo e no sítio de “El Santo” de Valdetorres Badajoz (Pimenta, 2013; Heras Mora e Macarena Bustamende, 2007).

Apesar dos dados serem poucos para a zona da colina, na antiga área Portuária, regista-se um curioso aumento da informação disponível, quer contextual quer estrutural.

Na reanálise dos dados das antigas escavações da Casa dos Bicos, verificou-se a presença de um contexto bem preservado com associações de materiais em tudo idênticas aos identificados no Castelo⁴.

Na escavação dos antigos Armazéns Sommer, identificou-se uma ampla sequência estratigráfica. Da fase a que nos reportamos, registou-se a presença de um contexto composto por duas paredes formando um angulo reto e com um pavimento de argila vermelha. As associações materiais permitem aferir um abandono deste espaço atribuível ao século II a.C.⁵

Na Rua de São João da Praça, identificou-se um conjunto de estruturas aparentemente de cariz habitacional, cujo momento de abandono é atribuível aos finais do século II a.C. (Pimenta, Calado e Leitão, 2005).

Resultado de uma intervenção mais recente e ainda parcialmente inédita, a escavação do pátio da Senhora de Murça, nas imediações da intervenção acima referida, logrou aferir novos elementos, confirmando a leitura de um abandono da área no século II a.C.⁶.

Se a nível da organização do urbanismo da cidade republicana começamos a vislumbrar a existência de um novo desenho de matriz itálica que se estende pela encosta até às margens do rio Tejo, do seu sistema defensivo pouco sabemos.

Apesar da referência de Estrabão, à fortificação por parte do procônsul Décimo Júnio Bruto do núcleo urbano, até ao momento ainda não foi possível detetar de uma forma clara a muralha fundacional da cidade republicana.

Não é igualmente de excluir, que a passagem Estraboniana, aludisse a par da construção ou reconstrução das eventuais muralhas, igualmente a presença física de um importante dispositivo militar, instalado no próprio povoado.

Considerações Finais

As excelentes condições portuárias e a localização singular da colina do Castelo, sobranceira ao estuário do rio mais extenso da Península Ibérica, área de charneira entre a Europa Atlântica e o mundo mediterrânico, foram determinantes pelo papel que esta região assumiu nos primeiros contatos com o mundo itálico.

Ainda que as fontes sejam omissas à forma, entenda-se conquista militar, acordo ou tratado, o certo é que Roma fez por assegurar o apoio desta cidade Indígena à sua causa, tendo esta desempenhado durante a campanha de Decimo Junio Bruto um papel crucial.

Com este apoio, Roma domina a foz do Tejo e assume o controlo da grande estrada fluvial para o interior da Península Ibérica.

O projeto de arqueologia urbana que se desenvolveu em torno do Castelo de São Jorge possibilitou, pela primeira vez, dispor de um conjunto de dados quantitativamente relevante para o estudo do início da presença romana, provenientes de escavações recentes, associados a uma estratigrafia bem preservada.

O estudo da estratigrafia e a análise do espólio dos contextos de época romana republicana permitem falar de uma única fase, que situamos no terceiro quartel do século II a.C. (150--125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares, em estações com cronologias bem definidas.

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica. Desencadeada em 138 a.C. pelo novo Governador da Ulterior, o procônsul Décimo Júnio Bruto, com claros objetivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular.

Das muralhas do primitivo núcleo urbano de Olisipo, mencionada por Estrabão (III, 3.1), pouco ou nada se sabe, sendo plausível face ao registo arqueológico que a passagem do geógrafo de Amaseia, se referisse, a uma fortificação efetiva, entenda-se à instalação de um forte dispositivo militar que assegurasse o seu efetivo apoio à causa Romana.

Tendo em conta os dados disponíveis, podemos afirmar que este destacamento militar se terá instalado no morro do Castelo, verdadeira “acrópole” da cidade.

A presença do exército em povoados indígenas encontra-se bem atestada nas fontes literárias, ainda que a sua perceção arqueológica nem sempre seja de fácil entendimento (Fabião, 2002 e 2004).

Durante o episódio hispânico, decorrente do conflito entre os partidários de Gaio Mário e de Lúcio Cornélio Sila, conhecido como “Guerra Sertoriana” (82-72 a.C.), o extremo ocidente da península parece, face à situação de instabilidade e conflito generalizado, ter ficado entregue a si mesmo (Fabião, 1998). Todo o teatro de operações desenvolve-se longe do vale do Tejo, no sul da península, embora com algumas incursões ao sul do território atualmente português.

Para o vale do Tejo, importa reter a informação disponibilizada através do conjunto numismático recolhido no sítio de Chões de Alpompe, interpretado como a cidade de Morón e/ou como Acampamento militar romano, (Ruivo, 1999), e que autoriza a leitura de esta estação ter sido abandonada, provavelmente no contexto da rebelião sertoriana (Fabião, 2002a).

Qual o impacto deste episódio no porto de Olisipo? Na fase de investigação em que nos encontramos não é de todo claro. Porém não podemos deixar de sublinhar, que os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos em relação ao abandono desta área da cidade em finais do século II a.C. e ao súbito declínio das importações nesta área da cidade.

A informação disponível para a cidade durante o século I a.C. é de momento relativamente escassa (Dias, 2013). Contudo os elementos disponíveis permitem-nos sublinhar a importância que o porto de Olisipo terá desempenhado durante este período instável, transparecendo o seu papel como pólo distribuidor de bens e produtos para o seu vasto e diversificado território.

Os dados arqueológicos com que podemos lidar atestam a pujança económica das importações Itálicas que continuam a chegar até meados do século I a.C. sendo então substituídas pelos produtos sul peninsulares, em especial do vale do Guadalquivir e da baía de Cádiz. Em termos económicos podemos interpretar esta evidência que começa a vislumbrar-se de uma forma clara no ocidente como o princípio do “vizinho mais próximo”, isto é da valorização da proximidade geográfica no abastecimento (Fabião, 2000, FILIPE, 2008).

Em relação à dinâmica urbanística da cidade, é durante o século I a.C. que parece ter-se gizado o primeiro desenho urbano da parte baixa. Ainda que a monumentalização da cidade decorrente da sua elevação a capital de Civitas, tenha obliterado muita informação, algumas sondagens recentes, deixam vislumbrar que podemos ter em Olisipo um urbanismo tipicamente romano em época tardo-republicana.

Terminado o conturbado período de guerras civis assiste-se a um esforço de consolidação de uma nova organização política e institucional destes novos territórios. Segundo Plínio-o-Velho (PLIN.4, 117) sabemos que Olisipo terá recebido o estatuto de município romano (Municipium Civium Romanorum) e com ele o cognomen Felicitas Iulia, possivelmente, segundo António Faria “entre 31 e 27 a. C., no mesmo contexto político em que foi fundada a colónia de Pax Iulia e atribuído o direito latino a Ebora” (Faria, 1999 p. 37).

A cidade atinge nesta fase um período de apogeu, face ao às profundas alterações políticas, económicas, sociais e urbanísticas decorrentes do processo de ascensão a uma nova categoria político administrativa.

BIBLIOGRAFIA:

- ALAPONT MARTÍN, L.; CALVO GÁLVEZ, M.; RIBERA I LACOMBA, A. (2009)** – *La destrucción de Valentia por Pompeyo (75 a.C.)*. Quaderns de Difusió Arqueològica. 6. Ayuntamiento de València.
- ALMEIDA, R. R. (2008)** – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios. Col. Lección Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- AMARO, C.; MANSO, C.; SEPÚLVEDA, E. (2013)** – Complexo Industrial romano de preparados de peixe da Baixa. Sua abordagem a partir de dois novos equipamentos. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 755-763.
- ARRUDA, A. M. (2002)** – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. ; ALMEIDA, R. R. (1999)** – As importações de vinho itálico para o território atualmente português contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. Collection de la casa de Vélasquez (65), p. 307-337.
- BARGÃO, P. (2006)** – *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em pré-história e arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.
- BLOT, M. L. P. (2003)** – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 28.
- CARRERAS MONFORT, C. (1999)** – The nature of the Roman trade: an archaeological perspective. *Münstersche Beiträge z. antiken Handelsgeschichte*. Bd. XVIII. H. 2 S, p. 87-114.
- CARRERAS MONFORT, C. (2002)** – The Roman military supply during the Principate transportation and staples. In *The Roman Army and the Economy*. Edited by Paul Erdkamp. J.C.Gieben Publisher. Amsterdam, p. 70-89.
- DAVEAU, S. (1994)** – A foz do Tejo palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa. Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, p. 24-31.
- DESBAT, A., MAZZA, G. Col. De M. PICON (1997)** – La marque C. L. SEX. sur amphores Dressel 1A. In *Actes du Congrès du Mans*. Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 511-516.
- DIAS, V. (2013)** – A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 717-726.
- FABIÃO, C. (1989)** – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1995)** – Os contextos da conquista romana. In *História de Portugal*, dir. MEDINA, J. Alfragide: Ediclube. Vol. II – O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana. P. 180-186.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2002)** – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2002a)** – Chões de Alompé. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73.
- FABIÃO, C. (2006)** – *A herança romana em Portugal*. Edição do Clube do Coleccionador dos Correios.
- FARIA, A.M. (1999)** – Colonização e Municipalização nas províncias Hispano-Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. Número 2, p. 29-50.
- FILIPÉ, V. (2008)** – *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 141 p. Policopiado. Dissertação de mestrado.
- GUERRA, A. (1995)** – *Plínio-o-velho e a Lusitânia*. Lisboa. Colibri.
- GUERRA, A. (2001)** – Resistência e aculturação no Ocidente Hispânico: Defesa do território e identidade linguística. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 150-164.
- HERAS MORA, F. J.; MACERENA BUSTAMENDE, A. (2007)** – Contribución al estudio de las ánforas tardorrepublicanas del enclave militar de “El Santo” de Valdetorres (Badajoz, España). *Vipasca. Arqueologia e História*. N.º 2. II Série, p. 318-324.
- JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. ; RIBERA I LACOMBA, A. (2002)** – Valencia y las primeras ciudades Romana en Hispania. *Grandes Temas Arqueológicos*. 3. Ajuntament de Valencia.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994)** – *Hispania Poena. Los fenicios en la Hispania Romana*. Barcelona. Crítica / Arqueologia.

MANTAS, V. G. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988. Paris. CNRS. Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42, p. 149-205.

MÁRQUEZ VILLORA, J. C.; MOLINA VIDAL, J. (2005) – *Del Hiberus a Cartago Nova. Comercio de Alimentos y Epigrafía Anfórica Grecolatina*. Col. Lecció Instrumenta. 18. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

MOLINA VIDAL, J. (1997) – *La Dinámica Comercial Romana entre Italia e Hispania Citerior*. Universidad de Alicante. Alicante. Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, p. 353.

MORILLO, A. (2007) – *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León.

MORILLO, A. (2008) – Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos en Hispania In *Actes de la table ronde internationale (Madrid, novembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine. SALDVIE*. N.º 8. Universidad de Zaragoza, p. 73-93.

MOREL, J. P. (1981) – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.

PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.

PIMENTA, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de arqueologia, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz, p. 221-233.

PIMENTA, J. (2013) – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 2, p. 313-314.

PRINCIPAL, J. (2013) – Cuando Arqueología e historia se dan la mano: Cartago Y Numancia, dos buenos referentes. In *Manual de cerâmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 333-356.

RAMON TORRES, J. (1995) – *Las Ânforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Col. Lecció Instrumenta. 2. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – *La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romanarepublicana (Segles II-I a. De C.)*. Estudios Universitarios. 71. Valencia.

RIBERA I LACOMBA, A. (2003) – El papel militar de la fundación de *Valentia* (138 a.C.): Historia y Arqueología. In *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales y provinciales)*. Casa de Velázquez. Madrid 2001, p. 363-390.

RIBERA I LACOMBA, A. (2009) – La fundación de *Valentia*: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. In *OEBALUS Studi sulla Campania nell' Antichità*. 4. Scienze e Lettere Roma. Napoli, p. 46-77.

RIBERA I LACOMBA, A.; JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. (2012) – *VALENTIA*, Ciudad Romana: su evidencia Arqueológica. In *HISPANIAEVRBES Investigaciones Arqueológicas en Ciudades Históricas*. José Beltrán Fortes e Oliva Rodríguez Gutiérrez (Coordinadores Científicos). Universidad de Sevilla.

RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In Centeno, R.; García Bellido, M.; Mora, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueología. XX, p. 101-110.

SILVA, R. B. (2005) – *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc.I a.C.-séc.IId.C.)*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana). Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho. Braga. Versão Policopiada.

SILVA, V. (1944) – *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história da Lisboa Romana)*. Lisboa. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C. (dissertação de doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Sr.ª Prof.ª Doutora Ana Margarida Arruda)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

ULBERT, G. (1984) – *Caceres el viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Estremadura. Madrider Beiträge*. 11. Mainz-am-Rhein.

VOLPE G. (1984) – La circolazione delle anfore romane nella Daunia : dati preliminari. In: *Amphores romaines et histoire économique. Dix ans de recherche. Actes du colloque de Sienne (22-24 mai 1986)* Rome : École Française de Rome, 1989. pp. 629-632. (Publications de l'École française de Rome, 114).

NOTAS

- ¹ Museu Municipal Vila Franca de Xira/UNIARQ
- ² Exemplar em exposição no Museu de Évora
- ³ Imagem cedida por Lídia Fernandes a quem se agradece.
- ⁴ Em estudo pelo signatário e Clementino Amaro.
- ⁵ Escavação da responsabilidade científica de Ana Gomes. Dados em estudo pelo signatário.
- ⁶ Intervenção da responsabilidade de Manuela Leitão e Vasco Leitão a quem muito se agradece a informação.
- ⁷ Imagem cedida por Manuela Leitão a quem se agradece.
- ⁸ Fotografia de João Paulo Ruas, modificada.

La fundación de Valentia: historia, arqueología, ritos, basureros y cabañas

ALBERT RIBERA I LACOMBA¹ SECCIÓN DE INVESTIGACIÓN ARQUEOLÓGICA MUNICIPAL (SIAM) - AYUNTAMIENTO DE VALENCIA

Summary:

The first signs of exploitation of the territory of Valencia prior to the Foundation back to century III B.C. The town was settled on an alluvial terrace in an environment of waterways, ponds and wetlands. There would have been an Iberian town nucleus in the vicinity but not in the same place as the Roman city. The first settlers would have started life in tents and performed ritual offerings to placate the gods. Then they made cabins or military barracks, which would have endured longer and which allowed them to exploit the lands in a lake side pile dwelling environment that they had to improve. During the first years, the livelihood of the settlers would have been supported by the public funds, as may be illustrated by the large number of amphorae that appear on the site.

Resumen

El debate sobre los orígenes de Valencia se remonta a varios siglos atrás (Pla, 1962) y ha dado una abundante, y también discrepante, bibliografía. Pero sólo las numerosas excavaciones arqueológicas de los últimos 30 años, con gran cantidad de cerámicas de contextos muy bien delimitados y fechados, que complementan la fiabilidad de todo el conjunto, han resuelto algunos de los problemas esenciales, principalmente verificar la validez de la fecha histórica de la fundación, el 138 a. C., que da Tito Livio (*Periocha* 55), y demostrar el origen itálico de sus primeros habitantes. La especial antroponimia de sus magistrados monetales, propia de Italia centro-meridional, y su arquitectura monumental, son ambas claramente de raíz itálica (Ribera, 1998, pp. 77-98; Ribera, 2006. Pena, 2002. Ripollès, 1988, 2002). La nueva ciudad, que probablemente debió tener la categoría de colonia latina, se asentó en una elevación del terreno rodeada por canales fluviales, espacios lagunares y humedales, con el mar a 4,5 km y no a 5,5 como en la actualidad, por lo que sería un lugar con defensas naturales y muy bien comunicado por tierra y mar (Ribera, Grau, Marín, 2002). Esta condición romano-itálica, en un entorno aun plenamente ibérico y esta facilidad para recibir productos del exterior, explican la abundancia de las cerámicas de origen itálico. El abundante registro arqueológico, combinado con las fechas históricas, hacen de *Valentia* un lugar privilegiado para el estudio de la arquitectura y la cultura material de la época republicana.

1. El paisaje natural alrededor de la futura ciudad

Son de gran interés las observaciones de los autores antiguos sobre el paisaje que circundaba Valencia. La más antigua es del geógrafo griego Estrabón (*Geographika*, III, 4), del s. I a. C. que, curiosamente, no menciona ni a Valentia (en esos momentos destruida por Pompeyo y aún no reconstruida) ni al lago de la Albufera, pero sí que distinguió la desembocadura del Xúquer como un elemento geográfico separado del río. Se refirió a un estuario amplio, señalado como un accidente geográfico concreto, en el que habría que incluir el lago. En el s. I d. C., Plinio (*Naturalis Historia*, III, 20), por el contrario, no solo deja constancia del lago de la Albufera, aunque no la nombra, sino que se refiere a él como una anónima superficie de agua bastante extensa, que llegaría a la Celtiberia, lo que no deja de ser una delimitación exagerada, que, de todas las maneras, pone de manifiesto la existencia de una gran laguna. Si comparando la evolución, en continua regresión, de la Albufera desde los periodos medieval y moderno, ya vemos cuanto ha cambiado la situación (Rosselló, 1990), cuan no lo haría para épocas más remotas como la romana. Si la evolución normal de estos cordones lagunares es de una lenta pero inexorable colmatación, al remontarnos dos milenios atrás sólo se cabe pensar en un lago mucho más grande y profundo, lo que coincidiría con el gran *amoenum stagnum* (¡laguna agradable!) de Plinio, que lo lleva al interior de la provincia de Valencia, exageración que definiría este *stagnum* como una muy extensa superficie de agua.

Tanto Estrabón como Plinio son autores fiables y solventes, lo que no se puede decir de Rufo Festo Avieno, del s. IV d. C., que escribió un controvertido poema geográfico, *Ora maritima*, que supuestamente recogía datos de un periplo del litoral hispano de los griegos massalotas en el s. VI a. C., o sea, varios siglos anterior al momento en que fue escrito el poema. Característicos de esta obra son una serie de topónimos únicos, que no se vuelven a encontrar en otros autores,

lo que da que pensar en invenciones más que de lugares reales, porque en el fondo es un poema que buscaría más lo artístico que la veracidad geográfica, tal como ha sido reconocido. Sin embargo, no deja de resultar sugerente que cuando describe del litoral central valenciano se vuelva a hacer mención a una zona lagunar, el *Palus Naccarum* (la marisma o laguna de los Nácáros), en cuyo centro había una isla con olivos consagrada a Minerva, que siempre se ha identificado con la Albufera y el Palmar. Manteniendo que el lago fuera la Albufera, también cabría suponer que esta isla primigenia pudiera ser el lugar elevado sobre el cual se fundó Valencia en el 138 a. C., aunque la falta de hallazgos arqueológicos de esos remotos periodos impide asegurarlo. Sin embargo, esporádicamente, algunas cerámicas griegas (Fig. 1) de los siglos VI-V, pero no de los siglos posteriores, se encuentran en las excavaciones (Mata & Burriel, 2001). Tal vez sean los primeros indicios de este antiguo recinto sacro.

En el s. I d. C. Valentia estaba a 3.000 pasos del mar según Plinio (*Naturalis Historia* III, 20), unos 4'5 Km. En la actualidad se halla a 5'5, 1 Km más lejos que hace 2.000 años, debido al continuo avance de la línea de costa por las avenidas del Turia. Las primeras referencias al paisaje de Valencia son de un entorno lagunar, que hace pocos siglos ocupaba una gran extensión (Carmona, 2002). La ciudad se alzaría en una pequeña elevación, isla o península, de buena ubicación defensiva natural y fácil comunicación al mar a través del río o del lago (Ribera, Grau, Marín, 2002). La localización de dos desembarcaderos marinos, en la Malvarrosa, al norte, y el Saler, al sur de la desembocadura del Turia (Fernández, 1984), y de un puerto fluvial de época imperial al norte de la ciudad, explican el gran número

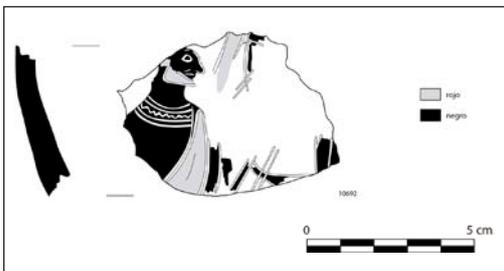


Figura 1
Cerámica ática de
figuras negras. Plaza
de l'Almoina.

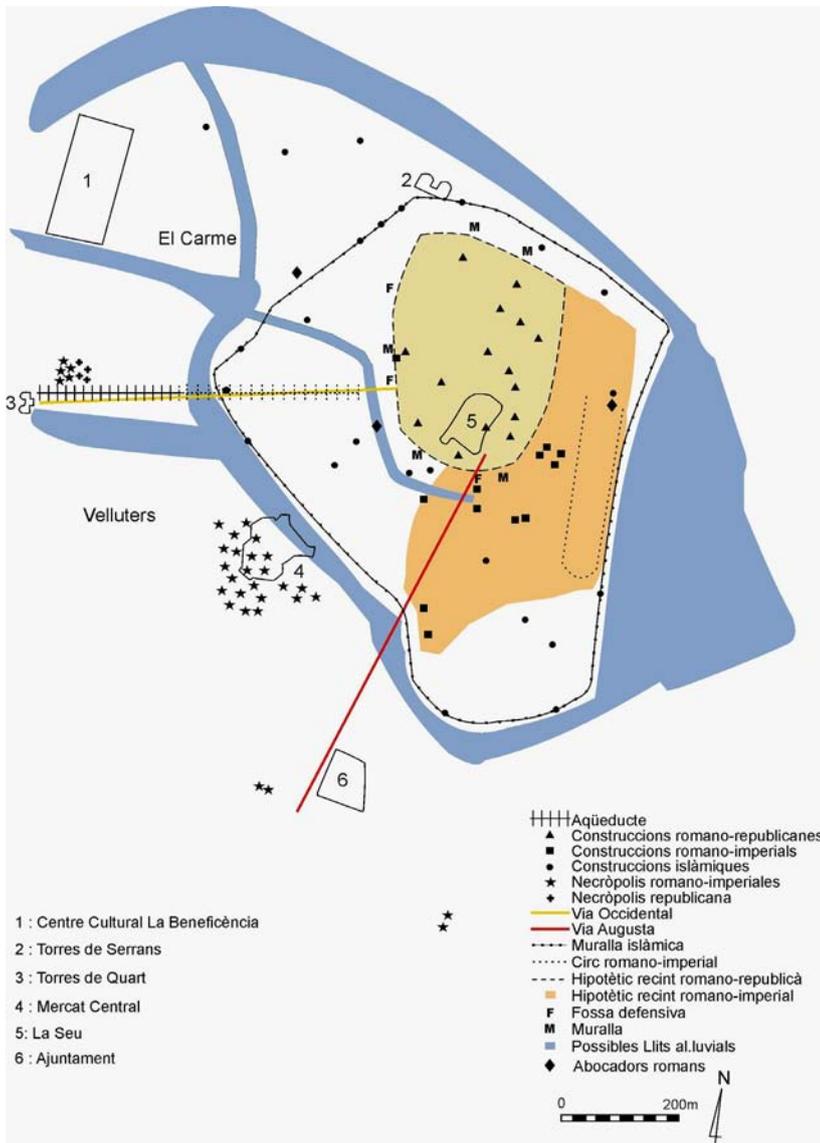


Figura 2
 Valentia republicana e imperial con los canales que la rodeaban.

surocado por canales acuáticos (Fig. 2).

2. El paisaje arqueológico previo a la futura ciudad

Una larga tradición proponía unos orígenes ibéricos de Valencia, la supuesta ciudad de Tyrís. Sólo se basaba en una única alusión a este lugar en la ora marítima de Avieno, ya que ningún otro autor de la antigüedad volvió a mencionar éste y otros topónimos de este poema, considerado de dudoso valor geográfico (Pena, 1993, pp. 61-77). La intensa actividad arqueológica de los últimos 30 años en el centro histórico de Valencia descarta plenamente esta teoría de un asentamiento indígena anterior a la ciudad romana, aunque, vistos los hallazgos de los últimos años en los alrededores, no se puede descartar que en las inmediaciones pudiera haber un núcleo prerromano (Ribera, 1998, pp. 303-304, 307). A 8 km al noroeste de Valencia, está el asentamiento del Tos Pelat (Montcada) (Fig. 3), ocupado desde finales del siglo VI y abandonado en la primera mitad del IV (Burriel, Mata, 2008, pp. 11-22; 2013). Sería coetáneo del fondeadero submarino de la Malva-rosa, situado frente a él a pocos kms. de la costa, donde se han recuperado restos de ánforas púnicas y griegas del siglo V a.C. (Fernández, Gómez, Ribera, 1989, pp. 607-618).

Del entorno meridional de la ciudad apenas hay información prerromana, con la excep-

de materiales romanos importados (Burriel, Ribera, Serrano, 2004).

El territorio cercano estaba dominado por el amplio corredor lagunar que rodeaba Valentia, ambiente poco frecuentado por los iberos, pero que para los romanos no era extraño poner en cultivo con obras de bonificación (Traina, 1988). Se han identificado parcelaciones de época romana (González Villaescusa, 2002), aunque la arqueología del territorio de Valencia apenas se conoce y son difíciles de datar (Alapont & alii, 2004). Este reparto fue la primera gran alteración antrópica de las tierras que rodeaban la ciudad.

Es un paisaje semejante al de otras fundaciones romanas del siglo II a.C. como él de Aquileia o Narbo, ésta fundada en 118 a.C., 20 años posterior a Valentia, cerca del mar, a orillas del río Aude, donde la línea de costa también ha retrocedido y pequeñas lagunas han invadido el antiguo golfo marino de época romana (Sánchez & alii, 2011).

Otra característica del nuevo espacio urbano serían las emanaciones de agua potable en su interior, como la que dio origen a un santuario republicano con un gran pozo y una piscina, probablemente dedicado a Asklepios (Albiach, Espi, Ribera, 2009).

La nueva ciudad se erigió junto al río y prácticamente sobre el agua, en una pequeña elevación en medio de una llanura aluvial y en un entorno



Figura 3
La muralla del
yacimiento ibérico del
Tos Pelat (Montcada).
Foto Josep Burriel

ción del hallazgo de un exalipatro corintio en Picanya, a pocos km. al sudoeste de Valencia (Monrabal, 1995).

Recientemente, al norte del Turia se han producido una serie de hallazgos previos a la fundación (Fig. 4). Alrededor de la calle de Sagunt, que seguiría la traza de la vía romana, desde hacía varios años se habían detectado algunos indicios dispersos de actividad humana anteriores a la fundación de la ciudad. Pero han sido las extensas excavaciones de la calle Ruaya (2008-2009), a 500 metros al norte de Valencia, las que han dado un gran avance para el conocimiento de los siglos IV y III a.C. Dada su gran extensión, 100 x 70 metros (Fig. 5), y la abundancia de los hallazgos, aún están pendientes de estudio. La morfología de las numerosas evidencias descartaría que pertenecieran a un centro de poblamiento, aunque éste se pueda encontrar en las inmediaciones. Cabría suponer que algunos de los hallazgos avalarían un carácter sacro. Sería el caso de un amplio grupo de pozos agrupados, que deben tener funcionalidad votiva, lo que se vería refrendado por algunas piezas bastante elocuentes, como pequeños altares cilíndricos de cerámica (Fig. 6), semejantes a otros de la Carthago púnica (Lancel & alii, 1979, pp. 321-322) y a piezas en piedra de la Chipre helenística. Han aparecido gran cantidad de cerámicas ibéricas acompañadas por

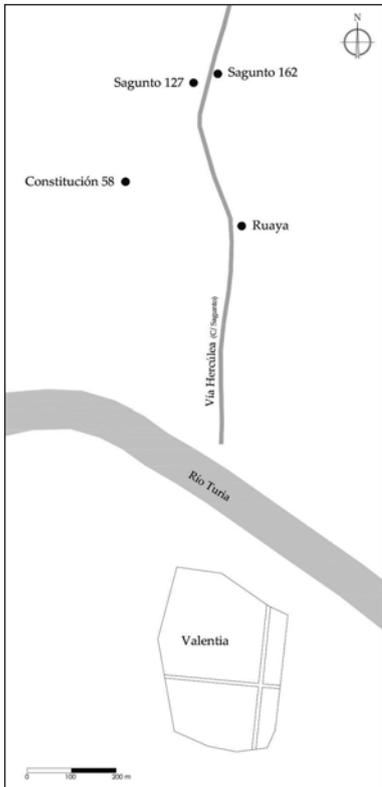


Figura 4
Hallazgos
prerromanos al norte
de Valentia

ánforas y vasijas del mundo púnico de Ibiza, Cádiz y Cartago, vajilla de barniz negro del área napolitana y dos monedas púnicas, seguramente de la ceca Cartagena. La mayor parte del material es de finales del siglo III a.C., aunque hay algunas piezas del IV. Esta vida previa a la fundación del 138 a.C. se cortaría a principios del siglo II a.C. y no habría continuidad entre estos descubrimientos y los de la fundación romana en el casco histórico.

No sería extraño, pues, que existiera un asentamiento ibérico en las cercanías, como sucede con las restantes fundaciones romanas de la época. Está descartada su existencia en el lugar de la ciudad romana.

En esta misma zona, en una calle casi paralela a la de Sagunt, la avenida de la Constitución, en una excavación de modestas dimensiones se encontró un pozo que había sido rellenado con materiales de los inicios del siglo II a.C., probable indicio de que el área con esta clase de hallazgos fue bastante amplia.

Un km al norte de Valencia, siempre junto a la calle Sagunt, en el nº 162 ha aparecido un largo tramo de una ancha vía de inicios del s. II a.C., que no se dirigía a *Valentia*, sino que travesaría el río más al oeste, aunque pronto fue abandonada. Esto significaría que la vía, en este caso la Vía Hercúlea, tras la fundación de *Valentia* sería desviada de su itinerario inicial para hacerla pasar por la nueva ciudad. Polibio (III, IX) atestigua que por la época de la fundación de Valencia se reformaría la Vía Hercúlea, como han corroborado algunos miliarios de esta época en el área catalana (Mayer, Roda, 1986). Al lado de esta vía, un poco hacia el sur, se encontró una pequeña hoguera votiva con varias dracmas de *Arse* y un



Figura 5
Excavaciones en la
calle Ruaya

denario romano, anteriores a mediados del s. II a.C. (Ripollès, 2005).

3. La fundación de *Valentia*. La historia

3.1 Las fundaciones romanas del siglo II a.C.

Tras la Segunda Púnica y la victoria romana sobre los cartagineses y su expulsión de la península Ibérica, a fines del s. III a.C., la fundación de nuevas ciudades en Iberia no fue una prioridad para Roma, como atestigua que en 70 años, antes de la fundación de *Valentia*, las fuentes históricas sólo mencionan que se crearan tres: *Italica* (206 a.C.), *Gracchuris* (179 a.C.) y *Corduba* (169/168 o 152/151 a.C.), amén del peculiar ejemplo de



Figura 6
Pequeño altar de
cerámica de las e
xcavaciones en la calle
Ruaya

Carteia (171 a.C.). En cualquier caso, fueron actuaciones diacrónicas y aisladas unas de otras, derivadas de coyunturas especiales y bien distintas entre sí (Jiménez & Ribera, 2002). El largo conflicto con Aníbal, aunque finalizó con la clara victoria de Roma, también significó la desarticulación territorial y social de la Italia Medio Republicana (Toynbee, 1965). La pérdida de los libros de la historia de Tito Livio a partir del volumen XLV, en el 167 a.C., convierte la mayor parte del s. II a.C. en un periodo poco conocido en sus detalles. Fue el momento en que, tras la larga y traumática guerra de Aníbal, se desarrolló la colonización de la Cisalpina, se intentó repoblar y reurbanizar la Magna Grecia y se iniciaron los nuevos asentamientos en Hispania, para lo que se tuvieron que adaptar a los nuevos

y diferentes tiempos los antiguos sistemas y maneras de llevar a cabo la colonización en la Italia de los siglos IV y III a.C. (Coarelli, 1988).

El vacío casi total de información histórica entre las bien conocidas fundaciones en Italia de inicios del s. II a.C., caso de *Vibo Valentia* (194), *Aquileia* (181) y *Luna* (177), y las más numerosas y ya mejor documentadas de la época de Augusto (Laffi, 2002), suponen un grave problema por la falta de conocimiento de la génesis de la mayoría de las numerosas fundaciones urbanas que jalonaron la expansión romana en Occidente, incluidas las numerosas del oeste de la Cisalpina a fines del s. II a.C. Entre estas se cuentan varias de Hispania, como *Corduba*, *Valentia*, *Brutobriga*, *Palma*, *Pollentia*, *Baetulo* e *Iluro*, surgidas en este periodo y en los inicios del s. I a.C., de las que apenas se conocen las vicisitudes y en bastantes casos el momento exacto de su creación (Marín, 1988).

Sin embargo, el considerable avance de la investigación arqueológica en la provincia hispana ha puesto de manifiesto un hecho destacado para el estudio de las primeras fundaciones romanas a partir de mediados del s. II a.C. Ahora sabemos que, además de las pocas ciudades que referencian las fuentes escritas, se crearon algunas otras más con apariencia externa inequívocamente romana, como la Cabañeta, cerca de Zaragoza (Ferreruela & Minguez, 2002) o “Ca l’Arnau”, cerca de Barcelona (Martín & García 2002), o de raíz indígena pero fuertemente romanizadas en su arquitectura y urbanismo, como la Caridad en la provincia aragonesa de Teruel (Vicente & alii, 1997). De todas estas se desconoce su nombre antiguo, aunque la primera tal vez pueda ser la *Castra Aelia* que citan las fuentes (Pina & Pérez, 1998). Un rasgo común de estas nuevas y anónimas ciudades, creadas a mediados del siglo II a.C, como *Valentia*, y *Olisipo*, que también tendría que añadirse a este grupo de nuevos núcleos (Pimenta, 2005), es que duraron poco, ya que fueron destruidas durante el conflicto de Sertorio. Otras, por el contrario, como *Baetulo*, *Palma* o *Pollentia* (Orfila & alii, 2008) ya surgirían como consecuencia de la reconstrucción general que seguiría a los desastres urbanos que provocó este episodio bélico. En estos casos, la práctica inexistencia de información histórica concreta sobre su fundación dificulta su investigación y ha creado no pocas confusiones con las fechas de los hallazgos arqueológicos realizados en esos lugares.

Sin embargo, habría un caso en el que, por fortuna, se concentra una escasa pero concreta

información histórica (Dolç, 1980. Pena, 2002), la existencia de una ceca fundacional (Ripollès, 2002) y una extraordinaria y abundante documentación arqueológica, *Valentia* (Ribera, 1998, 2006 y 2008).

3.2. *El contexto histórico de la fundación de Valentia.*

Las fuentes escritas sólo mencionan en una ocasión (*Periocha* 55 de Tito Livio) que una ciudad, en concreto un *oppidum* llamado *Valentia*, fue fundada por o en el consulado de D. Junio Bruto, el 138 a.C., para alojar a los soldados que habían luchado en Lusitania contra Viriato, a los que se les repartieron tierras. Esta relación entre guerra victoriosa e instalación colonial posterior es recurrente en la colonización romana anterior y, entre otras muchas, sucedió con la fundación de *Cosa*, tras la guerra contra los etruscos, de *Beneventum* y *Paestum* tras el conflicto con los samnitas y Pirro o de *Luna* frente a los ligures. En nuestro caso, sin embargo, la ciudad no se instalaría en el remoto y poco apetecible territorio de los derrotados, los lusitanos del Occidente hispánico, sino en una zona fértil y agradable a orillas del Mediterráneo, muy alejada del conflicto y ya pacificada desde más de medio siglo.

Medio siglo antes, tras la guerra de Aníbal se había planteado la necesidad de repoblar la desolada Magna Grecia. En la actual Calabria, el antiguo *Bruttium*, en el 192 a.C. se instaló la colonia latina de *Vibo Valentia*, sustituyendo a la griega *Hipponium*. Esta fue la primera ciudad que se llamó así (Cannatà, 2013). Sólo 54 años después apareció otra *Valentia*, a la que siguieron otras varias en las Galias, *Britannia* o la *Valentia Banasa* de Marruecos, todas éstas ya de época imperial. Se desconoce qué tipo de relación pudo haber entre ambas ciudades, las dos primeras *Valentia*, aunque alguna deberían tener, ya que las monedas de la *Valentia* hispana imitan a las de la de Calabria, con su peculiar cornucopia en el reverso (Taliercio, 1989). No se debería considerar como una casualidad que dos ciudades con el mismo nombre presentasen la misma iconografía monetaria y, más aun, cuando ésta no es muy habitual. Este mismo símbolo aparece en dos series de denarios de Roma acuñados por magistrados monetales de la familia Fabia, algunos de cuyos miembros participaron en las campañas contra Viriato, por lo que no se debe descartar que tal vez intervinieran en la fundación de la *Valentia* hispánica, siendo la referencia al cónsul D. Junio Bruto meramente cronológica (Pena, 2002).

Por la misma época que se creaba *Valentia*, en el Occidente peninsular aparecieron nuevos centros como *Olisipo*, cuyo contexto arqueológico inicial es similar al de la *Valentia* mediterránea (Pimenta, 2005) o la más desconocida *Brutobriga*, conocida por sus acuñaciones con simbología marina, cuya reducida dispersión la situarían al este de la provincia de Badajoz, cerca de Villanueva de la Serena (Pena, 2002, p. 268), a pesar de que sus motivos náuticos sugerirían una ubicación en el litoral.

3.3 *El entorno territorial de Valentia*

A mediados del s. II a.C., en 750 Km de costa, entre *Emporion* y *Carthagonova*, Roma sólo disponía de 3 bases importantes: *Emporion*, en el norte, *Tarraco*, enclave militar, a 250 Km al sur y, a 500 Km al sur de ésta, *Carthagonova*, centro económico, con su puerto natural y su riqueza minera.

La ubicación de *Valentia* no es casual, entre *Tarraco* y *Carthagonova*, a 250 Km exactamente equidistante de ambas. Durante la Segunda Guerra Púnica hubo un campamento roma-

no cerca del solar que luego ocuparía la ciudad, en *Sucro*, citado por Livio (XXVIII, 24) en 206 a.C. La existencia en *Valentia* de una *Porta Sucronensis* (CIL II², 14, 33) indicaría su perduración, seguramente como un pequeño núcleo urbano, pero apenas se sabe nada de él, aunque se supone que estaría bajo el actual pueblo de Albalat de la Ribera.

La fundación de Valencia coincidió con un momento clave de la conquista del interior de Iberia, entre la derrota de Viriato, 139 a.C. y la destrucción de Numancia, 133 a.C. La nueva ciudad fue un centro estratégico y privilegiado por su carácter romano-itálico, que controlaría un amplio territorio y serviría de base a expediciones hacia el interior, como la guerra numantina y la que tuvo lugar contra los celtiberos meridionales a principios del s. I a.C., que concluyó con la fundación de *Valeria*, a 100 Km. al oeste de Valencia.

El corto párrafo que narra la fundación indica que se repartieron tierras, *agros..edit..*, entre los colonos, lo que alteraría la estructura territorial indígena, al aprovechar el vacío creado en el hinterland edetano por la desaparición de *Edeta* a inicios del s. II a.C. (Bonet & Mata, 2002). Era habitual que el territorio de una nueva colonia se instalara punitivamente sobre él de ciudades indígenas vencidas. En nuestro caso, sería lógico que ocupara el antiguo espacio edetano, hacia el noroeste, más que él del fiel aliado saguntino al norte.



Figura 7
Cerámicas del
depósito ritual de la
calle Roc Chabas

4. La Fundación de *Valentia*. Arqueología

Si al conocimiento de la fecha histórica del 138 a.C., añadimos que las excavaciones que desde hace más de 60 años realiza el Servicio de Investigación Arqueológica Municipal (SIAM) del Ayuntamiento de Valencia en esa ciudad, han dado un panorama bastante completo de lo que fue la primera ciudad, fundada en el 138 a.C., el resultado habría de servir como referente de lo que fueron las fundaciones romanas de ciudades en el s. II a.C.

4.1. El espacio anterior a la fundación

Los orígenes geológicos del área ocupada por la ciudad romana se relacionan con la combinada actividad de la acumulación de sedimentos y la erosión del tramo final del río Turia, en un punto donde el canal fluvial describía una curva, que con el tiempo se convertiría en una pequeña terraza elevada, lugar privilegiado que fue el elegido para instalar la nueva ciudad (Carmona,

2002).

El terreno sobre el que se asentaron los primeros pobladores eran arcillas y limos amarillentos que se superponían a un lecho más profundo de gravas. Entre estos sedimentos sólo se ha encontrado un indicio arqueológico de la presencia humana antes de la fundación romana, unos pocos, y desaparecidos, fragmentos de cerámica a mano, ¿de la Edad del Bronce?, que aparecieron en 1959 y 1960 en las excavaciones de la plaza de la Virgen, según relata un fiable testigo de su aparición (Tarradell, 1962, p. 14).

En los niveles romanos y posteriores han aparecido, muy esporádicamente, algunos fragmentos de cerámicas griegas de los siglos VI-V, que retrotraerían al hipotético recinto sacro de Avieno (Mata & Burriel, 2001).

4.2. Las primeras señales de ocupación humana

Las excavaciones del SIAM de Valencia han dado un panorama bastante completo de varios episodios relacionados con la ciudad fundada en el 138 a.C. Para entender los hallazgos arqueológicos de la fundación de *Valentia*, hay que pensar lo que supondría la llegada de unos 2.000 colonos a un lugar deshabitado en el que, gracias a un blando subsuelo arcilloso amarillento se han detectado los restos de bastantes de las actividades de los primeros habitantes en los momentos iniciales.

Estos primeros vestigios se dividen en dos grupos según su intencionalidad. Uno lo cons-



Figura 8
Urnas invertidas sobre el nivel natural en las excavaciones de las Cortes Valencianas

tituirían los restos asociados a ritos iniciáticos, de carácter mágico, destinados a propiciar el futuro desarrollo de la vida privada y pública, y el otro serían los de carácter cotidiano, como fosas, vertederos y hogares (Marín & Ribera, 2002. Ribera, 2010).

4.2.1. Hallazgos rituales

En el mundo romano tenía especial relevancia religiosa cualquier actividad que supusiera el inicio de algo, como la construcción de una nueva casa o un edificio público. Mucho más la tenía un hecho de mayor magnitud, como la fundación de una ciudad, que luego se conmemoraba con celebraciones periódicas y se plasmaba en monumentos. Los libros rituales prescribían como tenían que ser los ritos de la fundación de las ciudades, los de la consagración de sus altares y templos, la bendición de los muros, las normas para distribuir las puertas y todo aquello que concernía a la paz y a la guerra. Los ritos fundacionales privados, más modestos que los públicos, estaban ligados a la construcción de casas y son los que más se constatan arqueológicamente.

En los niveles relacionados con la fundación de *Valentia* se han identificado algunos casos de restos claros de sacrificios rituales. Entre estos depósitos votivos habría que distinguir los que serían ofrendas y los banquetes. Con un banquete habría que asociar la gran fosa fundacional de la excavación de Roc Chabàs, al norte del foro. Tenía forma oval (3,00 x 2,00 x 0,70) y un depósito en el fondo, formado por cerámicas bien conservadas (Fig.



Figura 9
Ánforas fragmentadas
debajo de un
muro de las termas
republicanas de
l'Almoína

inicial, ya que la fosa cortaba los niveles naturales. Había 44 vasijas, mayoritariamente itálicas, con ánforas de vino de Campania, de aceite de la Tripolitania, copas de barniz negro de Nápoles y Cales, vasos para beber (de Etruria, jarrita de gris emporitana, páteras ibéricas) y cerámica de cocina de Campania (patinas y ollas). En este conjunto se encontraban los utensilios necesarios para preparar un ágape ritual, por lo que fueron arrojados al fondo de la fosa al final de la celebración, ya que todos los objetos que se usaban en estas prácticas, una vez culminadas, debían ser retirados rápidamente de la circulación, al considerarse contaminados e impuros para los humanos por su contacto con la divinidad. Vista la evolución posterior de esta zona, que se supone el lado septentrional del foro, este singular depósito votivo sería de carácter público más que privado.

Otra clara ofrenda ritual sería el curioso depósito de cinco urnas alineadas y en posición invertida (Fig. 8), que conservaban el lacre que sellaba las tapaderas. Apareció en la excavación de las Cortes Valencianas, un poco más al norte del anterior hallazgo. En el interior de las urnas había los restos carbonizados de materia orgánica. Su carácter singular, sin ningún propósito práctico, y su posición estratigráfica, bajo la primera ocupación y sobre el terreno natural, indica su evidente carácter ritual, dentro de la categoría de ritos de comienzo. En el mundo romano, estas ofrendas de fundación y construcción casi siempre tomaban la forma de sacrificios de animales o deposiciones de comida y bebida en recipientes de alfarería (Merrifield, 1987).

También de carácter público sería el depósito de un pozo de las excavaciones de l'Almoína, al este del foro, junto al cruce entre el cardo y el *decumanus maximus*, con un contenido coetáneo y bastante parecido de objetos de mesa y cocina, además de restos de fauna peculiares (Ribera, 2010. Iborra & *alii*, 2013).

Ofrendas semejantes se han encontrado en los niveles de fundación de la colonia de *Luna*, cerca de Pisa, sólo unas décadas más antiguos que *Valentia* y dentro de un mismo ambiente cultural romano-itálico (Gambaro, 2002).

Este mismo fenómeno de ofrendas se ha localizado en las termas republicanas, bajo el muro que separa *caldarium* y *praefurnium*, donde aparecieron cerámicas semicompletas, carbones, fauna etc. y cuatro ánforas greco-itálicas alineadas (Fig. 9), con el interior repleto de tierra gris con carbones y materia orgánica (espinas de pescado, etc.) y fauna (maxilar de conejo, una costilla, etc.) y una lucerna Ricci-E. Sería una ofrenda ritual de fundación propiciatoria, previa a la construcción de las termas.

Otro evidente rito fundacional sería el pequeño depósito de monedas de la puerta norte, formado por seis ases republicanos de Roma enterrado junto a la torre dentro de un pequeño cofre de madera. Las monedas representan a Jano, el dios

7) y huesos de extremidades inferiores de animales neonatos, entre los que había ovi-cáprido, toro, cerdo, caballo, gato e incluso un posible dedo humano, además de cáscaras de hueso, caracoles y conchas marinas. Tras su deposición en la fosa, tuvo lugar su cremación y una cubrición rápida, lo que, junto a la peculiar fauna hallada, avala la interpretación ritual. El material cerámico era del periodo entre 150-130 a.C. y estratigráficamente correspondía al momento

guardián de las puertas y también de los comienzos, que aseguraba a su vez buenos finales. Las mismas puertas de Roma estaban bajo su tutela (Ribera, 2010).

Otro tipo de ofrendas rituales, ya de un carácter distinto, el funerario, estaban en las tumbas del siglo II a.C. del cementerio de la calle Quart, al oeste de la ciudad, con deposiciones de cabezas de cerdo sobre el esqueleto, práctica conocida como la *porca praesentanea*, de tradición itálica. Este rito vinculado con el cerdo es otra inequívoca prueba de la filiación itálica de los pobladores de Valencia (Ribera, 2009, pp. 62-65).

Estos hallazgos hay que relacionarlos con la necesidad de los antiguos de reparar con un acto expiatorio algunas acciones, como las construcciones de todo tipo que alteraban la integridad de la naturaleza, considerada divina e inviolable. Cualquier actividad edilicia se consideraba como un acto violento ejercido contra los espíritus del lugar, a los que se infligía una ofensa que había que reparar por medio de ofrendas, para neutralizar ulteriores venganzas de los espíritus. Estas ofrendas, pues, servirían para aplacar a las divinidades y garantizar la perdurabilidad de los nuevos elementos creados sobre las tierras o aguas violentadas.

Estos rituales de reparación eran especialmente necesarios cuando las intervenciones alteraban el agua. En este sentido, la ciudad, por su extensión y sus pozos, o la vía, por su longitud y su alteración de ríos y cursos menores de agua, con sus puentes, estaban espe-



Figura 10
Fosas rellena
da con desperdicios.
L'Almoína.

cialmente necesitadas de realizar sacrificios expiatorios (Serlorenzi & Di Giuseppe, 2010). Cada dios tenía su templo y sus ritos particulares, cada comunidad tenía sus templos y sus hábitos culturales, cada actividad tenía sus expiaciones, cada prodigio su interpretación y todos tenían sus subsiguientes actos rituales, todo en constante evolución, de ahí la gran diversidad existente, casi totalmente desconocida, tanto a nivel de textos como de materialidad arqueológica (VAN ANDRINGA, 2002, pp. 101-102).

La correcta identificación de hallazgos rituales y su publicación permitiría, en un futuro no muy lejano, conocerlos e interpretarlos con mayor precisión.

4.2.2. Hallazgos cotidianos

Todos estos variados restos de prácticas rituales son una gran minoría si los comparamos con los que proceden de las actividades cotidianas de los primeros pobladores, entre los que se incluyen pequeñas fosas de planta circular, usadas como basureros (Fig. 10), y algunos hogares también de forma redonda. En su interior se ha recuperado abundantes cerámicas, más fragmentadas que en los depósitos de génesis ritual, y abundantes y variados

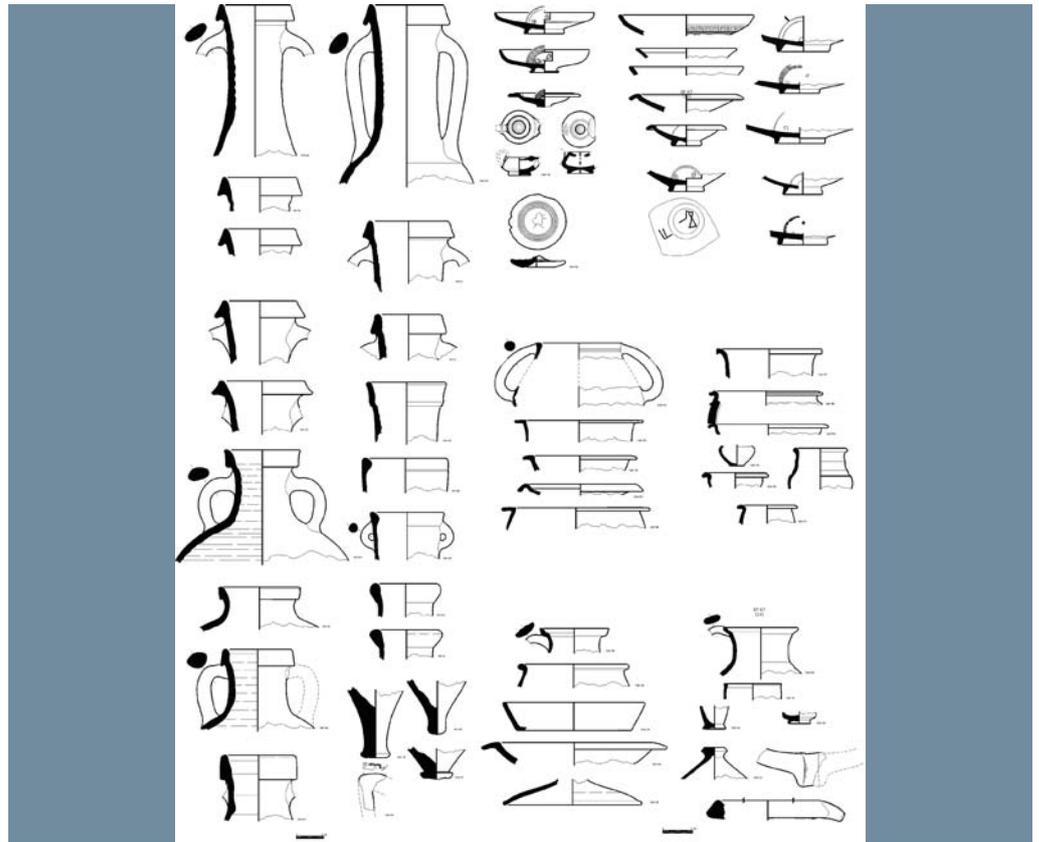


Figura 11
Cerámicas del
basurero de la calle
Barón de Petrés

restos orgánicos (huesos, carbones, conchas,...) (Marín & Ribera, 2002).

En la calle Barón de Petrés, al nordeste de la ciudad, pero ya fuera del núcleo republicano, se encontró un gran vertedero de la época de la fundación, con los restos fragmentados de muchas ánforas, 50 itálicas y 25 púnicas, así como 21 vasos de barniz negro y 17 piezas ibéricas (Fig. 11). Por su situación cercana al río seguramente se formó con desechos de los cargamentos que llegaban por vía fluvial (Ribera & Romani, 2011).

También fuera pero cerca del recinto, por el sur, se han encontrado restos de actividad de los primeros momentos de la ciudad, como el posible hogar de la calle Cabillers (Fig. 12), relleno con ollas itálicas y vasos ibéricos.



Figura 12
Hogar de la calle
Cabillers

5 La cultura material de la época de la fundación

Todos estos contextos de procedencia diversa han proporcionado gran cantidad de cerámicas que permiten proponer lo que sería el conjunto-tipo del momento de la fundación de Valentia, alrededor del 138 a.C.

5.1 La cerámica de barniz negro.

Hay producciones de Campania (Nápoles y Cales) y Etruria. Predominan los talleres napolitanos (Fig. 13). Un 75% pertenece a la campaniense A media, en un momento de standardización técnica y tipológica. Sus barnices, menos espesos, ya muestran su degeneración. Se simplifican las decoraciones, paso previo a su gradual desaparición (Principal & Ribera, 2013). En tipología (Fig. 14) se impone el servicio de bol (L. 25, 31, 33b), copa (L. 27, 28) y plato (¿L. 5?, 6, 36, 55), piezas abiertas y api-

lables adaptadas a un amplio movimiento comercial. Se dio un predominio casi absoluto de una forma de cada grupo, la L. 31 en los boles, la L. 27 en las copas y la L. 36 en los platos. Las formas más antiguas (L 68), aparecen en un mínimo porcentaje.

Otro grupo campano es la facies antigua de Cales, bien conocida y estudiada en *Valentia* (Pedroni, 2001. Escrivá & *alii*, 1992. Marín & Ribera, 2000, 2001). Es muy minoritaria aunque con amplio repertorio tipológico. Los talleres de Cales, desde la segunda mitad avanzada del siglo II a.C. evolucionaron hacia una gran estandarización, desarrollando características técnicas y tipológicas del repertorio etrusco, adoptando las formas de la campaniense B, alejándose de la tipología de la campaniense A (Pedroni, 2000). Esta facies calena media no se registra en contextos claramente fundacionales, entre 140-135, pero sí en los que serán un poco posteriores, hacia 135-130 a.C. Las primeras formas de esta variedad son una pátera (L 5) y un plato (L 6). Las decoraciones son círculos de ruedecilla y círculos concéntricos enmarcando el fondo interno. Se hacen cada vez más abundantes, en competencia con la campaniense A, a la que no llega a superar, aunque a fines del siglo II ya abarcan un 40% (Ribera, 1998. Marín & Ribera, 2000, 2001). El barniz negro de Etruria es minoritario, con buena calidad técnica y una cuidada decoración. Su repertorio refleja diferencias significativas con las producciones campanas (Pasquinucci & *alii*, 1998). Uno de los talleres menos representados es el Grupo II de Valencia, de origen incierto. Más rara aun es la siempre escasa Byrsa 401, a la que se le supone una procedencia siciliana (Escrivá & *alii*, 1992. Morel, 1998. Principal & Ribera, 2013).

Figura 13
Producciones de barniz negro del contexto de la fundación de Valentia.

Porcentaje de las producciones de barniz negro	
Campaniense A	74'8%
B etrusca	13'1%
Calena antigua	7'4%
Otras (calena clásica, Byrsa 401, Grupo II)	4'7%

Figura 14
Formas de cerámica de barniz negro del contexto de la fundación de Valentia.

Barniz Negro del nivel de fundación de Valentia	
Producción	Formas
Campaniense A	L 5, 6, 25, 27b, 27c, 28, 31, 33b, 36, 55 y 68
B Etrusca	L 2, 3, 4, 5, 6, 8b; MP 8a; M 2653
BN Cales Antigua	L 25, 27b, 33b, 36; MP 116, 127, 147
BN Cales Media	L 5, 6
Grupo II, Valentia	L 31 y 36
Byrsa 401	L 33b

5.2 Las cerámicas de paredes finas.

Las cerámicas de paredes finas son muy representativas de la etapa republicana a partir de mediados del siglo II a.C. Aunque su presencia es escasa, siempre están presentes en el nivel

fundacional, representadas por las formas Mayet I y II, cubiletes muy austeros, de perfil fusi-forme u ovoide y labios ganchudos con una escasa variación, no están engobados, son lisos y la única decoración constatada se reduce a una ruedecilla continua que forma trazos paralelos ligeramente oblicuos, sobre todo en la forma II (Huguet, López, Ribera, 2013).

5.3 Las ánforas (Fig. 15).

La más representativa es la Dr. 1A, que predomina sobre la grecoitálica, aunque es difícil establecer sus diferencias (Panella, 2010). La mayor parte son del área vesubiana. Menos numerosas, pero bastante habituales son las de Apulia, donde aún fabricaban ánforas de tipología arcaizante, como las greco-itálicas (Fig. 16), junto alguna Dr. 1A y de Brindisi (Pascual & Ribera, 2013). Había una estrecha conexión con el área púnica, cuyos envases son minoritarios en relación con los romanos, pero siempre están presentes. Las ánforas púnicas más numerosas son las Tripolitanas Antiguas (Pascual & Ribera, 2002), más que las del sur de Hispania (Mañá C-2, CC NN) y las púnicoebusitanas (PE 17, 23). Las rodias son escasas y están por estudiar.

Figura 15
Las ánforas del
contexto de la
fundación de Valentia

Ánforas del nivel de fundación de Valentia		
<i>Origen</i>		<i>Tipos</i>
Itálicas	Campanas	Greco-itálica, Dr. 1A
	Adriáticas	Greco-itálica, Dr 1A, Brindisi
Púnicas	Africanas	Tripolitana Antigua, Mañá C-1b
	Del Estrecho	CC NN, Mañá C-2b
	Ebusitanas	PE 17, 23?
		Rodia

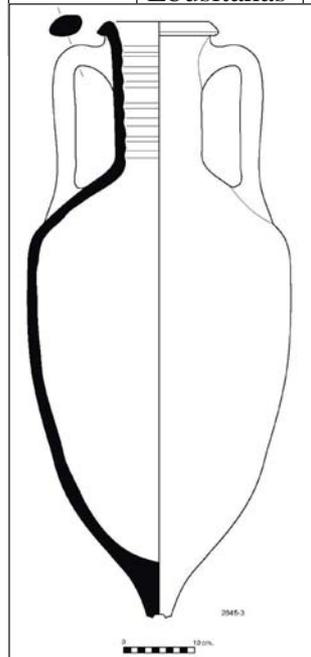


Figura 16
Ánfora grecoitálica de
taller de Apulia. De
una fosa de l'Almoina

5.4 La cerámica de cocina.

Predomina la itálica, que constituye un conjunto homogéneo, con doble origen campano y etrusco. Denota hábitos alimenticios y culinarios de la región de origen de los colonos. La cerámica itálica de cocina mantiene un porcentaje constante (10%) con respecto al total de la cerámica. Las formas corresponden en su mayoría a fuentes o cazuelas, siendo las ollas un grupo minoritario pero no escaso. La cerámica de cocina local complementa a la itálica, ya que dominan las ollas. Esto se explica porque las ollas son difíciles de apilar y ocupan mayor espacio en las naves (Huguet, 2013). También hay alguna cerá-

mica de cocina púnica, ebusitana y de Cartago (Lancel 273), lo que confirma las relaciones evidenciadas con las ánforas y las monedas.

5.5 La cerámica ibérica.

La cerámica ibérica es frecuente en este primer nivel, aunque siempre en menor proporción que los materiales importados. Su presencia responde a contactos con el mundo indígena circundante que aumentará considerablemente hacia el final de este período. Se presenta

Campamentos numantinos

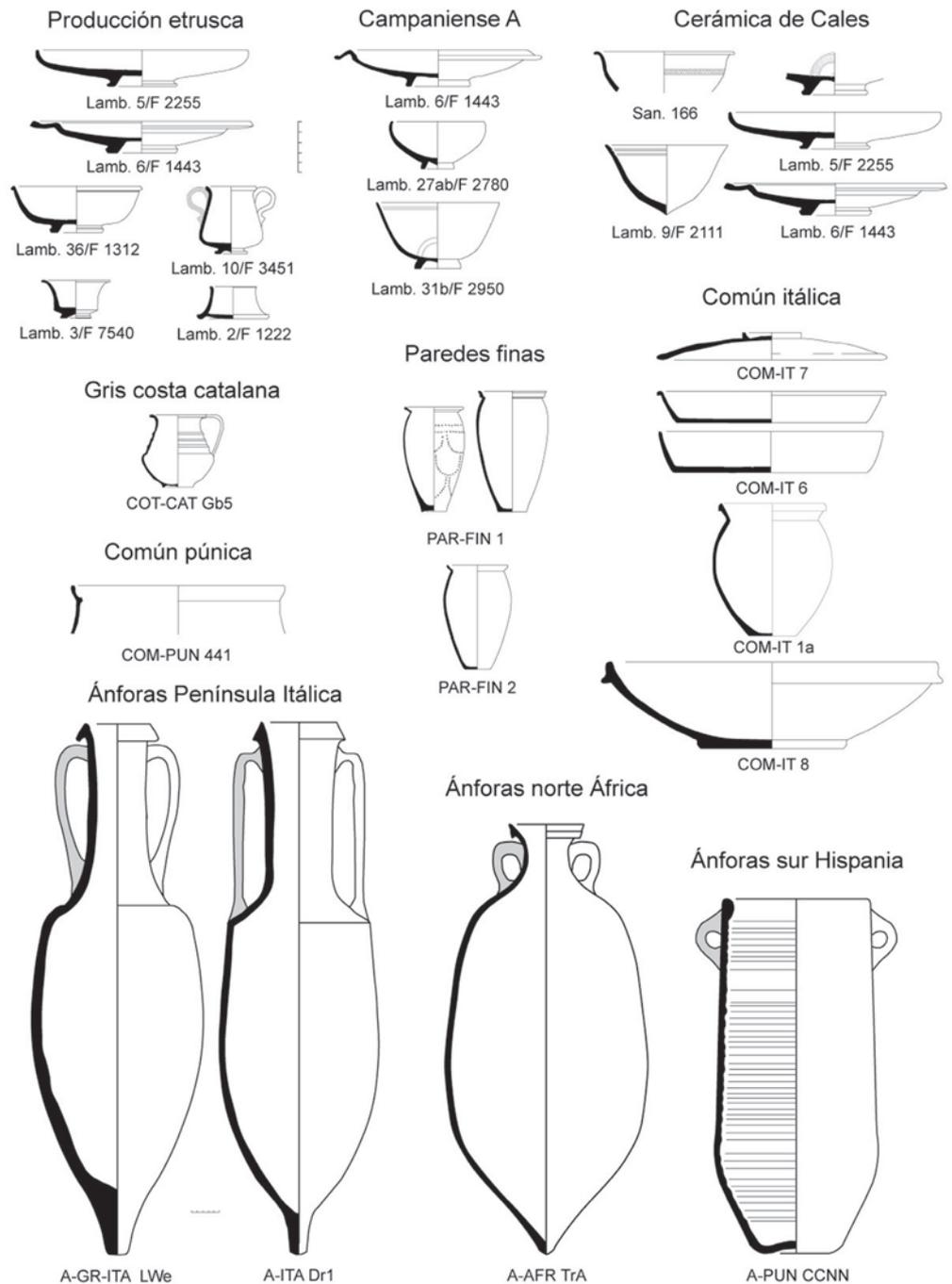


Figura 17
Cerámicas de los
campamentos
romanos del asedio de
Numancia del 133 a.C.
Según Jordi Principal.

en conjuntos de mesa, despensa y almacenaje. Las formas más representadas son los *kalathos* y en segundo lugar las tinajas de labio moldurado, tinajillas y lebes. Por otra parte, la representación de la vajilla de mesa indígena, platos y páteras, es de escasa importancia, tal vez porque esta función la cumplía la cerámica de barniz negro.

5.6 Estudio comparativo del contexto de la fundación de *Valentia*

Se dispone de dos valiosos referentes para encuadrar el contexto de la fundación de *Valentia*: *Carthago* y Numancia. Los materiales asociados a la destrucción (146 a.C.) de la ciudad púnica manifiestan una clara similitud entre las cerámicas de barniz negro de ambos lugares, con el predominio de la campaniense A napolitana y la presencia minoritaria de B etrusca de buena calidad, producciones calenas antiguas (antes conocidas como Byrsa 661) y la Byrsa 401, configurando un panorama general casi idéntico al de la fase más antigua de *Valentia*. Las diferencias se centran en que una parte de la campaniense A de *Carthago* presenta un aspecto algo más antiguo por la mayor abundancia de decoraciones impresas y sobrepintadas. Las ánforas itálicas ofrecen también alguna diferencia, como la extrema rareza de la Dr. 1A, que, por el contrario, ya es bastante normal en los inicios de *Valentia*, y el predominio casi exclusivo de las greco-itálicas en el momento final de la ciudad cartaginesa (Morel, 2004. Sanmartí & Principal, 1998. Principal, 2013).

Mucho más cercano en el tiempo, el espacio y el repertorio cerámico son los materiales de los campamentos de Numancia, sólo 4 ó 5 años posteriores (Fig. 17). Las similitudes son evidentes, tanto entre la cerámica de barniz negro, como en ánforas y vajilla de cocina (Sanmartí & Principal, 1997. Principal 2000, 2013).

La comparación con estos yacimientos bien fechados demuestra la idoneidad de las cerámicas más antiguas de *Valentia* con la fecha histórica del 138 a.C.

En la misma línea, pero ya un poco más impreciso cronológicamente es el conjunto propuesto en el área ibérica *indikete* para el periodo 130/125-100/90 a.C. (Nolla, Palahi, Vivó, 2010).

Entre los yacimientos subacuáticos, el cargamento del pecio que más se asemeja al contexto de fundación de Valencia es el de la Punta de Scaletta (isla de Giannutri), datado entre 150-130 a.C., 150-140 para unos (Lamboglia, 1964) y 140-130 para otros (Firmati, 1992). También muy semejante es la carga del de l'Illa Pedrosa, en la costa catalana, de 140-130 a.C. (Sanmartí, Principal 1998. Ribera 2001, p. 300). Sus repertorios cerámicos son muy semejantes a los de la fase inicial de Valencia (Ribera, 2013).

En Baleares hay otros dos pecios, menos conocidos, que serían del mismo momento. De uno, el de Na Guardis, se duda de su adscripción a un barco. En todo caso, la fecha propuesta, 150-130 a.C., se debe a las numerosas ánforas grecoitálicas, acompañadas por alguna Dr. 1A y ¿1C? y otras del área púnica ebusitana. El otro naufragio coetáneo sería el PE, con ánforas de Ibiza acompañadas por campaniense A (Cerdà, 1999. Guerrero, 1990). Algo más antiguo, hacia el 150 a.C., es el interesante barco Escombreras 1, con carga mixta de barniz negro de Nápoles y de la facies antigua de Caes. Las ánforas romanas son todas grecoitálicas evolucionadas. Es un buen referente para mediados del s. II a.C. (Pinedo & Alonso, 2004).



Figura 18
Restos de una cabaña circular. Excavación de la calle Roc Chabàs



Figura 19
Fondo de cabaña. Excavación de la calle Roc Chabàs

6. Los primeros edificios de *Valentia*



Figura 20
Posible empalizada.
Excavación de la plaza
de Cisneros

Al no haber una ciudad anterior, los primeros colonos se encontrarían con un solar vacío sin casas previas para cobijarse. Sin embargo, dada su probable procedencia militar, los primeros habitantes no tendrían problema en instalar tiendas de campaña como las del ejército, en las que se alojarían los primeros días, como en un campamento. Los restos de alguna de estas tiendas, de planta circular, con el poste central y los agujeros de los palos laterales, se han encontrado en la excavación de la calle Roc Chabàs (Fig. 18), de donde también proceden fondos de cabañas (Fig. 19). También había una alineación de postes bajo el mismo lugar que después ocuparía el porticado del foro, lo que habla del diseño inicial de los espacios públicos, que primero se delimitaron con postes de madera y luego ya se construyeron con piedra. En otros lugares de Valencia también se encuentran agujeros aislados de postes de estas primeras viviendas (Marin & Ribera, 2002). A esta efímera fase constructiva inicial la sustituiría otra con construcciones algo más consistentes, pero aún no definitivas. Son habitaciones rectangulares con la base de sus muros de una hilera de piedras medianas trabadas con tierra y un alzado de ladrillos de adobe o de tierra prensada, el *opus formaceum*, que formarían las paredes de barracones semejantes a los de los campamentos más estables (Pamment, 1996). Los restos de estos barracones y de las tiendas y cabañas no parecen seguir lo que luego fue la trama urbana. Hay que suponer un escaso margen de tiempo entre las tiendas y las cabañas iniciales y la construcción de los barracones de *opus formaceum*, sin que se descarte que

podrían funcionar al mismo tiempo, aunque en l'Almoina se ha detectado que unos barracones se superponían a las modestas primeras edificaciones. En todo caso, del estudio de

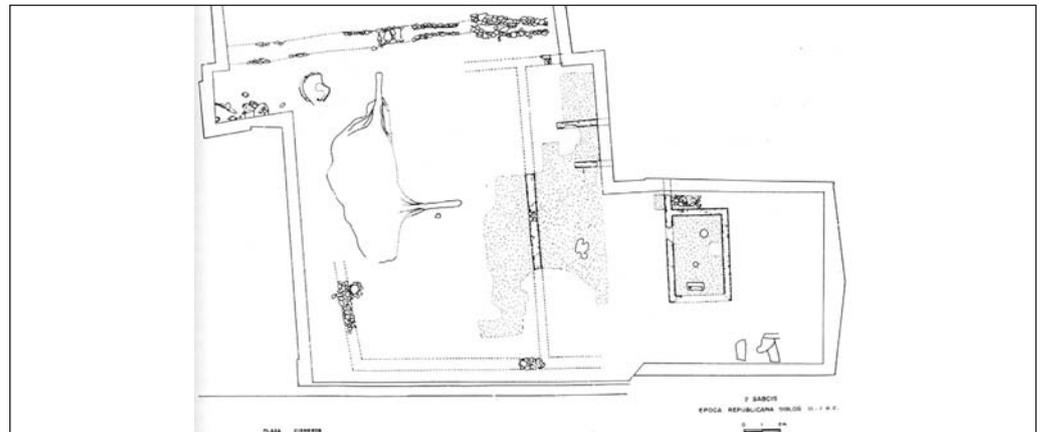


Figura 21
Fase republicana de la
excavación de la plaza
de Cisneros

los materiales asociados a estas fases constructivas, se deduce que no debió pasar mucho tiempo entre unos y otros. Lo mismo se puede decir entre las ofrendas rituales y los primeros basureros y vertederos, que parecen también corresponder a un mismo momento. También de los primeros momentos era una alargada fosa con el fondo cubierto por piedras (Fig. 20) de lo que sería una empalizada de madera en la plaza de Cisneros, al noroeste de la ciudad, ya muy cerca del río (Marin & Ribera, 2002). La fase republicana de esta excavación (Fig. 21), relativamente extensa para lo que es normal en Valencia, estaba presidida por un edificio rectangular orientado de norte a sur (Fig. 22), paralelo a la referida empalizada, cuyas dimensiones eran de 4,50 x 2,75 metros. En el eje de su lado corto meridional había una especie de banco macizo. Esta construcción estaba perfectamente modulada y orientada respecto a la referida empalizada, que marcaría el

Figura 22
Probable estancia
sacra presidida por un
altar. Excavación de la
plaza de Cisneros



límite septentrional. Otros muros paralelos, en dirección norte-sur, al oeste, y este-oeste, al norte, completaban el conjunto. En un principio, el departamento rectangular central se había interpretado como una cocina (Serrano, 2000, p. 82), seguramente por la presencia de ese banco central. Sin embargo, seríamos de la opinión que esa fosa alargada delimitaría una probable área sacra de probable filiación indígena, aun por estudiar.

Las características del edificio rectangular son del todo semejantes, por ejemplo, a uno de los departamentos del denominado hipotéticamente ¿santuario gentilicio? del yacimiento ibérico del Castellet de Banyoles, en Tivissa (Tarragona) (Sanmartí & *alii*, 2012, pp. 56-59).

Más que un banco de cocina, el elemento central sería la base de un altar. Esta nueva explicación encajaría mejor con el aparente aislamiento constructivo de la estancia, en el centro del recinto y daría total sentido al, excepcional vaso ibérico del “Ciclo de la Vida” (Fig. 23), que se encontró en su interior (Olmos, 2000). Al, oeste del edificio había una gran fosa rellena con gran cantidad de material cerámico, especialmente ánforas, que ahora están en proceso de estudio, aunque se puede avanzar que se datan en un momento cercano a la fundación de la ciudad, como gran cantidad de ánforas greco-italicas de transición o Dr. 1A iniciales de procedencia vesubiana.

Las paredes del edificio estaban construidas con tierra prensada o ladrillos de adobe, lo mismo que el altar central. Estos muros se hicieron con “tapial de tierra” sin base de piedra, revocado con enlucido de cal y con bloques de piedra en las esquinas. El piso era de tierra prensada con una fina capa de cal en la superficie. Era una técnica constructiva parecida, pero no igual, al *opus formaceum*, bien conocido en las excavaciones de l’Almoína, donde se

usó durante un breve periodo en la fase anterior a la erección de las termas y el *horreum*, pero que se diferencia por qué en este caso se usa una base de piedras sobre la que se levantaba la pared de tierra. El supuesto altar estaba formado por una plataforma de adobes

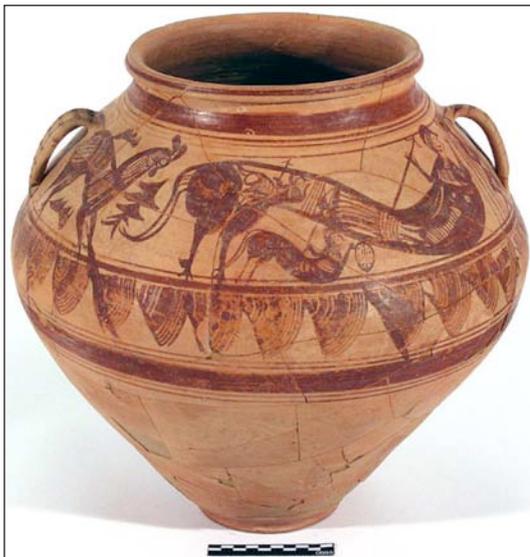


Figura 23
Vaso ibérico del “Ciclo
de la Vida”. Excavación
de la plaza de Cisneros

con la superficie rubefacta, que incluso, según sus excavadores, “...conservaba parte del alzado de una bóveda, también de adobes, que se apoyaría en la cara norte de este muro” (Serrano, 2000, p. 82).

Al norte de esta estancia habría otros dos departamentos, divididos por otro muro de “tapial de tierra”, que conservaban sus pavimentos, uno de mortero y lascas de piedras y el otro con piedras de pequeñas y medianas dimensiones dispuesta horizontalmente y trabadas con mortero de cal.

Pero en la zona de este probable santuario, la secuencia estratigráfica republicana sólo se componía de una fase, no de tres como en la zona del foro, en l’Almoína, o al norte del foro, en las excavaciones de la calle Roc Chabàs y las Cortes Valencianas.

El final de esta supuesta área sacra llegó con la destrucción del 75 a. C., que ha estado bien atestiguada en este lugar y de cuyo nivel de incendio proceden bastantes piezas arqueológicas, alguna de ellas tan excepcional como el vaso ibérico ya mencionado, que encajaría perfectamente en un contexto sacro, tal como se ha propuesto también para algunos de los excepcionales vasos ibéricos de Edeta (Bonet, 2010). La destrucción de este hipotético recinto sacro, junto con la de casi toda la ciudad (Ribera & Calvo, 1995. Alapont, Calvo, Ribera, 2010), contrastaría con la falta de señales de destrucción del santuario de Asclepios, al este del foro. La explicación más factible es que éste sería respetado por corresponder a una divinidad integrada en el panteón romano, lo que implicaría que fuera respetado por los destructores de la ciudad, Pompeyo y su ejército. Por el contrario, en este contexto bélico, un área sacra indígena sería arrasada sin problemas ni escrúpulos de ningún tipo. Por consiguiente, cabría plantear la posibilidad que esta probable zona sacra situada al noroeste de la ciudad, junto al río, estuviera dedicado a cultos indígenas como indicaría: la planta del edificio, la técnica constructiva, el extraordinario vaso ibérico y su destrucción. Un tema que no se puede determinar es el momento de su construcción, por qué no hay datos arqueológicos. Fue destruido en el 75 a.C. y a su lado occidental hay una gran fosa rellenada en los inicios de la segunda mitad del s. II a.C., pero no hay información para asegurar que se creó al mismo tiempo que la ciudad o sí ya existía con anterioridad.

7. Conclusiones

Los primeros pobladores, durante su primer año empezarían viviendo en tiendas de campaña, al tiempo que realizaban ofrendas rituales para conseguir la aprobación de las divinidades y el beneplácito de los espíritus del nuevo lugar que hollaban con su presencia (Ribera, 2010). Habría una especial incidencia votivo-religiosa en l’Almoína donde se erigió un santuario de Asclepios (Albiach, Espi, Ribera, 2009). Al mismo tiempo, tanto por necesidades logísticas, en la zona fluvial, como por causas higiénicas, iban surgiendo, tanto dentro como en las inmediaciones del núcleo urbano, vertederos y basureros.

Poco después, pero aún en este primer año de la ciudad, surgirían las primeras construcciones más sólidas, cabañas o barracones militares. Estas instalaciones, aún provisionales, perdurarían más, dado que la prioridad constructiva en una nueva fundación de la época era construir el recinto amurallado, tarea en la que tenían que participar los colonos. Al mismo tiempo, se tenían que poner en explotación tierras en un entorno lacustre que había que bonificar previamente, lo que dejaría escaso tiempo para construir viviendas más sólidas. Durante estos primeros años de creación del espacio urbano y de preparación del territorio, el sustento de los colonos corría a cargo del erario público (Laffi, 1983).

Una de las características más destacadas del contexto propio del momento de la fundación de *Valentia* es el predominio de las importaciones de cerámicas itálicas. La mayoría, tanto de la vajilla de mesa como de la de cocina, y los envases de productos alimenticios, como el vino, procedían de Italia, mayoritariamente de Campania. Las ánforas campanien-ses son la mayor parte del volumen y del peso de los materiales arqueológicos republica-nos del inicio de *Valentia*. En dos ciudades de esta área, *Neapolis* y *Cales*, se fabricó la mayor parte de la vajilla de mesa de barniz negro usada por los primeros pobladores de *Valentia*. Pero donde mejor se rastrea la filiación itálica es en la vajilla de cocina de los primeros pobladores, prueba fehaciente de unos usos culinarios totalmente ajenos a las tradiciones ibéricas. La mayor parte de las pastas de estos útiles culinarios se reconocen del entorno vesubiano (Marín & Ribera, 2003).

Los colonos de *Valentia* es evidente consumían gran cantidad productos itálicos, mayori-tariamente campanos y bebían, cocinaban y servían alimentos en vajilla fabricada en los alrededores del Vesubio.

La mayoría de los grafitos incisos en la cerámica son latinos, aunque también se han iden-tificado unos pocos ibéricos. Incluso hay alguno griego, lo que indicaría que el origen predominante de los primeros pobladores de *Valentia* era el romano-itálico pero que en su población no dejaría de existir el cosmopolitismo de los centros comerciales mediterrá-neos (De Hoz, Díaz, Ribera, 2013).

BIBLIOGRAFIA:

ALAPONT, Llorenç; BURRIEL, Josep; JIMENEZ, José Luis; RIBERA, Albert (2004) - L'arqueologia de l'Horta de Valencia: un món per descobrir. *L'Horta. El paisatge de la memòria. Afers 47*. Catarroja, p. 13-28.

ALAPONT, Llorenç; CALVO, Matías; RIBERA, Albert (2010) - *La destrucción de Valencia por Pompeyo (75 a.C.)*. Quaderns de Difusió Arqueològica, 6, Ajuntament de València, Valencia.

ALBIACH, Rosa; ESPÍ, Israel; RIBERA, Albert (2009) - El agua sacra y su vinculación con el origen y desarrollo urbano de una fundación romana. El santuario (¿Asklepieion?) de Valentia (Hispania). In: MATEOS P.; CELESTINO S., PIZZO A., TORTOSA T. eds. *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo occidental*. Anejos de AEspA XLV. Mérida, p. 417446.

BONET, Helena (2010) - Ritos y lugares de culto de ámbito domestico. In *Debate en torno a la religiosidad protohistórica*. TORTOSA, T.; CELESTINO, S. eds., CAZORLA, R. (coordinadora). Anejos de AEspA LV. Madrid, p. 177-202.

BONET, Helena, MATA, Consuelo (2002) - El final del mundo ibérico en torno a *Valentia*. In JIMÉNEZ J.L., RIBERA A. Eds., *Valencia y las primeras ciudades romanas en Hispania*. Grandes Temas Arqueológicos 3. Valencia, p. 233244.

BURRIEL, Josep; RIBERA, Albert; SERRANO, M^a Luisa (2004) - A fluvial harbour of the Roman period at Valentia (Hispania Tarraconensis). In *Close Encounters: Sea- and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. BAR International Series 1283, p. 129-138..

BURRIEL, Josep; MATA, Consuelo (2008) - El poblament ibèric d'El Tòs Pelat (Moncada-Bètera). Un *oppidum* edetà en l'Horta Nord de València. *Quaderns dels Museus Municipals de València*, 2. Valencia, p. 1122.

CANNATÀ, Maurizio (2013) - *La colonia latina di Vibo Valentia*.

CARMONA, Pilar (2002) - Geomorfología de la llanura de Valencia. El río Turia y la ciudad. In *Territorio, sociedad y patrimonio. Historia de la ciudad II*. Valencia, p. 1727.

CERDÀ, Damià (1999) - *El vi en l'Ager Pollentinus i en el seu entorn*. Col·lecció la Deixa 3. Palma de Mallorca.

DE HOZ, M^a Paz; DIAZ, Borja; RIBERA, Albert (2013) - Grafitos sobre cerámica procedentes de los niveles romanorrepúblicanos de *Valentia* (Valencia, España). *Acta Paleohispánica* 13, p. 407-429.

ESCRIVÁ, Vicent; MARÍN, Carmen; RIBERA, Albert (1992) - Unas producciones minoritarias de barniz negro en Valentia durante el s. II a. JC. In *Estudios de Arqueología ibérica y romana. Homenaje a Enrique Pla Ballesler*. Trabajos Varios del S.I.P 89. Valencia, p. 411-442.

FERNANDEZ, Asunción (1984) - *Las ánforas romanas de Valentia y de su entorno marítimo*. Serie Arqueológica Municipal, 3. Valencia.

FERNANDEZ, Asunción; GOMEZ, Carlos; RIBERA, ALBERT (1989) - Ánforas griegas, etruscas y fenicias del yacimiento submarino de Cabanyal-Malvarrosa. *XIX Congreso Nacional de Arqueología*, p. 607-618.

FIRMATI, Mario (1992) - Il relitto della nave romana di Punta Scaletta, a Giannutri (Gr). *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia della Università di Siena XII* 13, p. 12-33.

GAMBARO, Luigi (2002) - Luna. In JIMÉNEZ J.L., RIBERA A. Eds., *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. Grandes Temas Arqueológicos 3. Valencia, p. 7180.

GONZALEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2002) - *Las formas de los paisajes mediterráneos (Ensayos sobre las formas, funciones y epistemología parcelarias: estudios comparativos en medios mediterráneos entre la antigüedad y época moderna)*. Jaén: Universidad de Jaén.

GUERRERO, Víctor (1990) - Problemas en torno al inicio de la romanización en Mallorca. *Saguntum-PLAV* 23. Valencia, p. 225-242.

HUGUET, Esperança (2013) - El material més usat per als antics: la ceràmica comú i de cuina. In A.

Ribera ed. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Curso de formación permanente para arqueólogos 3. Madrid, p. 291-330.

HUGUET, Esperança; LÓPEZ, Albert; RIBERA, Albert (2013) - *Las otras cerámicas finas*. In A. Ribera ed. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Curso de formación permanente para arqueólogos 3. Madrid, p. 147-214.

IBORRA, Pilar; GRAU, Elena; GUILLEM, Pere; MARTINEZ, Rafael; PEREZ, Guillem; RIBERA, Albert (2013) - El pozo votivo fundacional de l'Almoína (Valencia, siglo II a.C.). Estudio del material paleobiológico. Proyecto Valentia-Pompeia: economía y medio ambiente en dos ciudades de época republicana. In: *Animals i arqueologia hui. I Jornades d'Arqueozoologia*. Museu de Prehistòria de València. Valencia, p. 305-322.

JIMÉNEZ, José; RIBERA, Albert, Eds. (2002) - *Valencia y las primeras ciudades romanas en Hispania*. Grandes Temas Arqueológicos 3. Valencia.

LAFFI, Umberto (1983) - I senati locali nell'Italia repubblicana. In «*Les «bourgeoisies» municipales italiennes aux IIe et le siècles av. J.C.*». C.N.R.S. y Institut Français de Naples. Paris – Naples, p. 59-74.

LAMBOGLIA, Nino (1964) - La campagna 1963 sul relitto di Punta Scaletta all'isola di Giannutri (relazione preliminare). *Rivista di Studi Liguri* 30, p. 229-257.

LANCEL, Serge ed. (1979) - *Byrsa I. Rapports préliminaires des fouilles (1974-1976)*. Collection de l'Ecole Française de Rome 41. Roma.

MARIN, Carmen; RIBERA, Albert (2000) - Las cerámicas de barniz negro de Valentia. In X. Aquilué Abadías, J. García Roselló, J. Guitart Duran Eds. *La cerámica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona (Empúries, 4 i 5 de juny de 1998). Mataró, pp. 91-106.

MARIN, Carmen; RIBERA, Albert (2001) - Las cerámicas de barniz negro de Cales en Hispania (y las Galias). In L. Pedroni ed. *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*, Città di Castello, p. 246-295.

MARIN, Carmen; RIBERA, Albert (2002) - La realidad arqueológica de la fundación de Valencia: magia, basureros y cabañas. In JIMÉNEZ J.L., RIBERA A. Eds. - *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. Grandes Temas Arqueológicos 3. Valencia, p. 287-298.

MATA, Consuelo; BURRIEL, Josep (2001) - Importaciones de los siglos VI-V aC en el centro y norte del País Valenciano. In *Ceràmiques jònies d'època arcaica: centres de producció i comercialització al Mediterrani Occidental*. Monografies Emporitanes 11. Barcelona, p. 233-256.

MAYER Marc; RODÀ Isabel (1986) - La epigrafía republicana en Cataluña. Su reflejo en la red viaria. En *Epigrafía hispánica de época romano-republicana: 157170*. Zaragoza.

MERRIFIELD Ralph (1987) - *The archaeology of ritual and magic*. Londres: B.T. Batsford.

MONRAVAL, Magdalena (1995) - Exalipro corintio procedente de Picanya (Horta Sud, Valencia). *Sagvntvm*, 29. Valencia, p. 131-140.

MOREL, Jean-Paul (1998) - L'étude des céramiques à vernis noir, entre archéologie et archéométrie. In P. Frontini, M. T. Grassi eds., *Indagini archeometriche relative alla ceramica a vernice nera: nuovi dati sulla provenienza e la diffusione*. Como, p. 9-22.

MOREL, Jean-Paul (1998b) - Les amphores importées à Carthage punique. In J. Sanmartí, D. Ugolini, J. Ramón i D. Asensio eds., *Arqueomediterrania 8. La circulació d'àmfores al Mediterrani occidental durant la Protohistòria (segles VIII-III aC): aspectes quantitius i anàlisi de continguts*. Barcelona, p. 11-24.

NOLLA, Josep M^a; PALAHI, Lluís; VIVÓ, Jordi (2010) - De l'oppidum a la civitas. La romanització inicial de la Indigècia. Universitat de Girona. Girona.

OLMOS, Ricardo (2000) - El vaso del 'Ciclo de la Vida' de Valencia: una reflexión sobre la imagen metafórica en época iberohelenística. *Archivo Español de Arqueología*, 73, Madrid, p. 59-77.

PAMMENT, John (1996) - *Roman Republican Castramentation. A reappraisal of historical and archaeological sources*. BA.R. International Series 630. Oxford.

PANELLA, Clementina (2010) - Roma, il suburbio e l'Italia in età Medio e Tardo-republicana: cultura materiale, territori, economie. *Facta* 4, p. 11-124.

PASCUAL, Guillermo; RIBERA, Albert (2002) - Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del Occidente Mediterráneo. Un contenedor poco conocido de la época republicana. In *Vivre, produire et échanger*:

reflets méditerranéens. Mélanges offerts à Bernard Liou. Collection «Archéologie et Histoire Romaine» 8. Montagnac, p. 303-318.

PASCUAL, Guillermo; RIBERA, Albert (2013) - El material más apreciado por los antiguos. Las ánforas. In A. Ribera ed. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano.* Curso de formación permanente para arqueólogos 3. Madrid, p. 215-290.

PASQUINUCCI, Marinella; ALESSI, Donatella; BIANCHINI, Susanna; CAPELLI, Claudio; CIBECCHINI, Franca; CHERUBINI, Linda; DEL RIO, Antonella; MENCHELLI, Simoneta; SPINESI, Paola; VALLEBONA, Marina (1998) - Ceramica a vernice nera dall'Etruria settentrionale costiera. Primo contributo alla caratterizzazione delle produzioni locali e delle importazioni. In P. Frontini, M.T. Grassi ed. *Indagini archeometriche relative alla ceramica a vernice nera: nuovi dati sulla provenienza e la diffusione.* Como, p. 101-118.

PEDRONI, Luigi (2000) - Produzione e diffusione della ceramica calena "media": problemi e ipotesi di lavoro. In X. Aquilué, J. García, J. Guitart Eds. *La ceràmica de vernis negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica.* Taula rodona (Empúries, 4 i 5 de juny de 1998), Mataró 2000, p. 345-362.

PEDRONI, Luigi (2001) - *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione.* Città di Castello.

PENA, M^a José (1993) - Avieno y las costas de Cataluña y Levante (II). *Hemeroskopeion-Dianium. Faventia* 15/1, p. 6177.

PENA M^a José (2002) - Problemas históricos en torno a la fundación de Valentia. In JIMÉNEZ J.L., RIBERA A. Eds. *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania.* Grandes Temas Arqueológicos 3. Valencia, p. 267278.

PIMENTA, Joao (2005) - *As Ânforas Romanas do Castelo de Sao Jorge (Lisboa).* Trabalhos de Arqueologia 41. Lisboa.

PINEDO, Juan; ALONSO, Daniel (2004) - El yacimiento submarino de la Isla de Escombreras. In *Scombraria. La Historia Oculta bajo el mar. Arqueología Submarina en Escombreras.* Cartagena. Murcia, p. 128-151.

PLA, Enric (1962) - Los cronistas de Valencia y la fundación de la ciudad. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia* 1. València, p. 61-88.

PRINCIPAL, Jordi (2013) - Cuando Arqueología e Historia se dan la mano: Carthago y Numancia: dos buenos ejemplos. A. Ribera ed. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano.* Curso de formación permanente para arqueólogos 3. Madrid, pp. 331-356.

PRINCIPAL, Jordi; RIBERA, Albert (2013) - El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina. La cerámica de barniz negro. A. Ribera ed. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano.* Curso de formación permanente para arqueólogos 3. Madrid, p. 41-146.

RIBERA, Albert (1998) - *La fundació de València. La ciutat a l'època romanorepublicana (segles II-I a. de C.).* Estudios Universitarios 71. Valencia.

RIBERA, Albert (2001) - Los pecios con cerámicas calenas de barniz negro: problemas y soluciones. In L. Pedroni ed. *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione,* Città di Castello, p. 296-306.

RIBERA, Albert (2006) - The roman foundation of Valencia. The town in the Roman republic period (II-I centuries BC.). En L. Abad, S. Keay, S. Ramallo eds. *Early Roman Towns in Hispania Tarraconensis.* Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series 62, p. 75-89.

RIBERA, Albert (2009) - La fundación de Valentia: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C.". *Oeabalus Studi sulla Campania nell'Antichità* 4, p. 4177.

RIBERA, Albert (2010) - Depósitos rituales de Valentia (Hispania): de la primera fundación republicana (138 a.c.) a la segunda augustea. In DI GIUSEPPE H., SELORENZI M. eds. *I riti del costruire nelle acque violate.* Roma, p. 269-294.

RIBERA, Albert (2013) - Los pecios del litoral ibérico y la fundación (138 a.C.) y la destrucción de Valentia (75 a.C.). In Ed. G. Olcese *Immensa Aequeora 3. Ricerche archeologiche, archeometriche e informatiche per la ricostruzione dell'economia e dei commerci nel bacino occidentale del Mediterraneo (metà IV sec. a.C. – I sec. d.C.).* Atti del convegno Roma 24-26 enero 2011. Ed. Quasar. Roma, p. 455-468.

RIBERA, Albert; CALVO, Matías (1995) - La primera evidencia arqueológica de la destrucción de Valentia por Pompeyo. *Journal of Roman Archaeology*, 8, p. 1940.

RIBERA, Albert; GRAU, Elena; MARÍN, Carmen (2002) - La fundación de Valencia y su impacto en el

paisaje. In *Territorio, sociedad y patrimonio*. Historia de la ciudad II. Valencia, p. 2954.

RIBERA, Albert; MARÍN, Carmen (2003) - Las importaciones itálicas del nivel de fundación (138 a.C.) de la ciudad romana de Valentia. *Rei Cretariae Romanae Fautorum. Acta* 38. Abigdon, p. 287294.

RIBERA, Albert; ROMANÍ, Nuria (2011) - Valentia. In J.A. Remolà y J. Acero eds. *La gestión de los residuos urbanos en Hispania. Xavier Dupré Raventós (1956-2006) In Memoriam*. Anejos de Archivo Español de Arqueología LX. Madrid, p. 313-344.

RIPOLLÈS, Pere Pau (1988) - *La ceca de Valentia*. Estudis Numismàtics Valencians 2. Valencia.

RIPOLLÈS, Pere Pau (2002) - La ceca de Valentia y las monedas de su época. In JIMÉNEZ J.L., RIBERA A. Eds. *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. Grandes Temas Arqueológicos 3. Valencia, p. 335348.

RIPOLLÈS Pere Pau (2005) - El depósito monetario de la calle Sagunt (Valencia). In RIBERA A., RIPOLLÈS, P.P. Eds. *Tesoros monetarios de Valencia y su entorno*. Grandes Temas Arqueológicos 4. Valencia, p. 35-42.

ROSSELLÓ, Vicenç (1990) - L'Albufera de València. In Les vistes valencianes d'Anthoine van den Wijngaerde (1563). Valencia, p. 341-358.

SANCHEZ, Corinne; CAVERO, Julien; JEZEGOU, Marie-Pierre; PAGES, Gaspard (2011) - Narbonne, la ville et ses ports. In: M. Pasqualini (textes réunis par), *Fréjus romaine, la ville et son territoire. Les agglomérations de Narbonnaise, des Alpes-Maritimes et de Cisalpine à travers la recherche archéologique*, 8e colloque historique, 8-10 octobre 2010. Fréjus, p. 153-166.

SANMARTÍ, Enric; PRINCIPAL, Jordi (1997) - Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 7. Llieda, p. 35-75.

SANMARTÍ, Enric; PRINCIPAL, Jordi (1998) - Cronología y evolución tipológica de la Campaniense A del siglo II aC: la evidencia de los pecios y de algunos yacimientos históricamente fechados. In J. Ramon, J. Sanmartí, D. Asensio, J. Principal eds., *Les facies ceràmiques d'importació a la costa Ibèrica, les Balears i les Pitiüses durant el segle II aC i la primera meitat del segle II aC (Arqueo Mediterrània 4)*. Barcelona, p. 193-216.

SANMARTÍ, Joan; ASENSIO, David; MIRÓ, M^a Teresa; JORNET, Rafael (2012) - El Castellet de Banyoles (Tivissa): Una ciudad ibérica en el curso inferior del río Ebro. *Archivo Español de Arqueología* 85. Madrid, p. 43-63.

SERLORENZI Mirella, DI GIUSEPPE Helga (2009) - *La via Campana. Aspetti topografici e rituali*. In *SUBURBIUM II. Il Suburbio di Roma dalla fine dell'età monarchica alla nascita del sistema delle ville (V-II sec. a.C.)*, Atti del Convegno (Roma 2004 - 2005). Roma, p. 573-598.

SERRANO, M^a Luisa (2000) - Excavaciones en Valencia: el contexto arqueológico del vaso "el ciclo de la vida". *Archivo Español de Arqueología*, 73. Madrid, p. 7885.

TARRADELL, Miquel (1962) - Valencia, ciudad romana: estado actual de los problemas. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia* 1, p. 5-34.

TALIERCIO, Marina (1989) - *La monetazione di Valentia*. Bibliotheca 3. Centro Internazionale di Studi numismatici. Roma.

TRAINA, Giusto (1988) - *Paludi e bonifiche del mondo antico. Saggio di archeologia geografica*. L'Erma di Bretschneider. Roma.

VAN ANDRINGA, William (2002) - *La religion en Gaule romaine. Piété et politique (I^{er}-III^e siècle apr. J.-C.)*. Editions Errance. Paris.

NOTAS

- ¹ Sección de Investigación Arqueológica Municipal (SIAM)
Ayuntamiento de Valencia
Calle Traginers 2
E 46014 Valencia
siam@valencia.es

Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos - Vila Franca de Xira

JOÃO PIMENTA¹ MUSEU MUNICIPAL VILA FRANCA DE XIRA/UNIARQ

VINCENZO SORÍA² BOLSEIRO FCT/ UNIARQ

HENRIQUE MENDES³ MUSEU MUNICIPAL VILA FRANCA DE XIRA/UNIARQ

Resumo:

Com o presente trabalho pretende-se apresentar os já extensos conjuntos de cerâmica de verniz negro da península Itálica, assim como as suas imitações em produções de pasta cinzenta, convencionalmente atribuídas ao âmbito peninsular, recolhidos nas 6 campanhas de escavação arqueológica efetuadas em Monte dos Castelinhos até ao momento.

Esta investigação insere-se no projeto de estudo “Monte dos Castelinhos: Povoamento e dinâmicas de ocupação em época romana republicana no vale do Tejo” dirigido por um de nós (J.P.). Com esta publicação pretende-se dar início ao estudo dos diversos grupos de materiais recolhidos inserindo-os dentro da estratigrafia e faseamento do sítio, e tendo uma atenção particular na sua distribuição espacial dentro do conjunto arquitetónico identificado.

Summary:

The present work aims to present the already extensive sets of Campanian ware of the Italian peninsula, as well as their imitations in productions of gray ware, conventionally attributed to peninsular context, collected in 6 campaigns of archaeological excavation carried out at the Monte dos Castelinhos.

This research is part of the research study “Mountain of Castelinhos: Settlement dynamics and Republican Roman occupation in the Tagus Valley” directed by one of us (JP). This publication is intended to initiate the study of diverse groups of materials collected by inserting them into the stratigraphy and phasing of the site, and having a particular focus on their spatial distribution within the architectural complex.

1. Enquadramento do projeto

O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos ocupa um extenso morro calcário sobranceiro à antiga foz do rio Grande da Pipa, na freguesia de Castanheira do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira, (Figura 1).

Esta extensa estação, com mais de 10 hectares, encontra-se numa área de portela de ligação natural entre as margens do Tejo e o interior da Península de Lisboa, através do Vale do Rio Grande da Pipa.

As características da sua implantação, com ampla visibilidade, e defensibilidade natural levam a que a sua localização assuma uma posição geoestratégia de controlo de uma zona de fronteira natural. Em frente a Castelinhos encontra-se uma extensa zona de alagadiça onde correm três importantes linhas de água subsidiárias do Tejo, o rio Grande da Pipa, o rio de Alenquer e o rio da Ota.

Sendo conhecidas desde há mais de cem anos, referências à existência de ocupações antigas, estas nunca foram devidamente investigadas resumindo-se a alguns achados isolados e a prospeções de superfície (Pimenta, Mendes e Norton, 2008).

As escavações que o Museu Municipal de Vila Franca de Xira tem desenvolvido no local desde 2008, inserem-se no âmbito de um projeto plurianual de pesquisa do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, aprovado pela Direção Geral de Património e Cultura (DGPC), e denominado “Monte dos Castelinhos: Povoamento e dinâmicas de ocupação em época romana republicana no vale do Tejo” (Pimenta, 2013).

2. Contextualização do sítio



Figura 1
Localização do Monte dos Castelinhos na península Ibérica em geral e no vale do Tejo em particular, com a localização dos dois principais núcleos urbanos

Tendo em conta os resultados dos trabalhos de prospeção, abriram-se seis áreas de sondagem em distintos pontos do sítio arqueológico. Estas tiveram objetivos específicos correlacionados quer com a perceção do sistema defensivo (Sondagem 1, 2 e 6), quer com a obtenção de leituras estratigráficas (Sondagem 3, 4 e 5).

A área colocada a descoberto até ao momento, revelou um notável conjunto urbano de época romana datado do século I a.C., composto por vários edifícios e áreas de circulação obedecendo a um plano predefinido de cariz ortogonal.

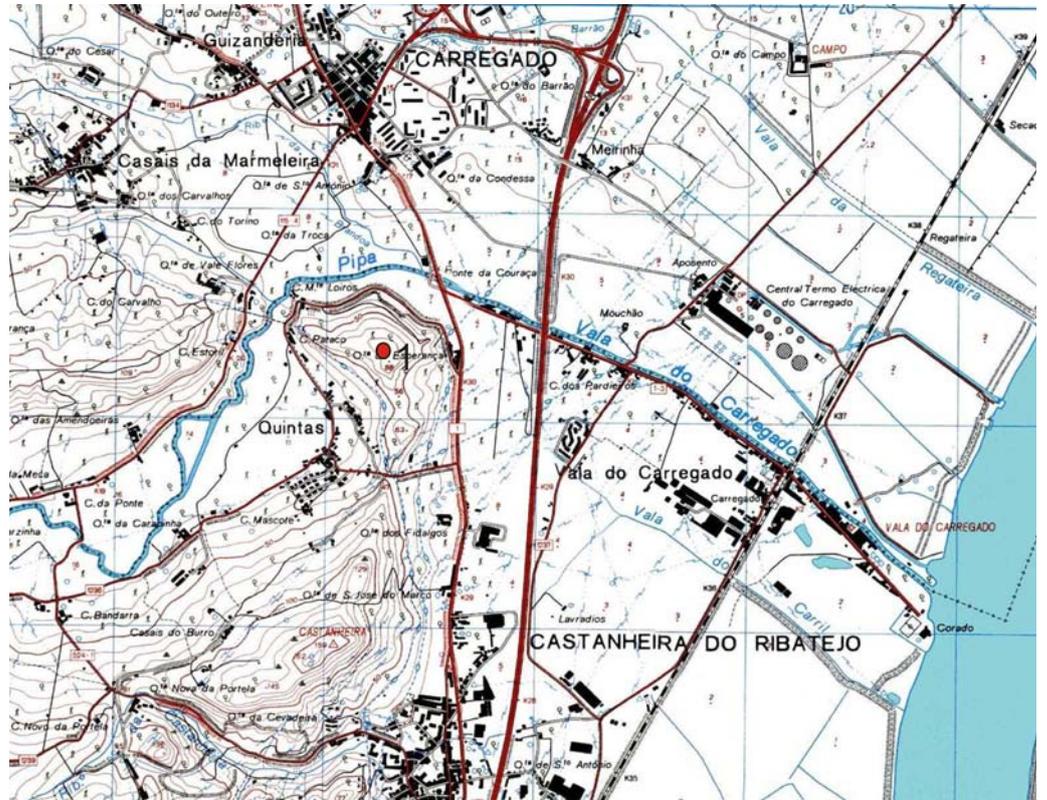
O esforço para implantação deste urbanismo é significativo, visto estarmos em grande parte da área perante uma encosta com forte pendente. Para vencer este desnível os diversos compartimentos foram construídos em socalcos sucessivos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito.

Não podemos deixar de sublinhar que o discurso sobre este sítio se encontra em processo de construção, não sendo ainda de todo claro que o estabelecimento é este (Pimenta e Mendes, 2014).

O primeiro ponto que nos parece relevante é de que podemos afirmar categoricamente a ausência de quaisquer níveis pré-existentes.

Temos assim, evidências consistentes da construção de raiz, em meados do século I a.C., de um estabelecimento de dimensões consideráveis, mais de 10 hectares, numa área de grande valor estratégico e implantado de forma equidistante em relação aos dois principais núcleos habitacionais do vale do Tejo, as cidades de *Olisipo* e *Scallabis* (ver figura 1).

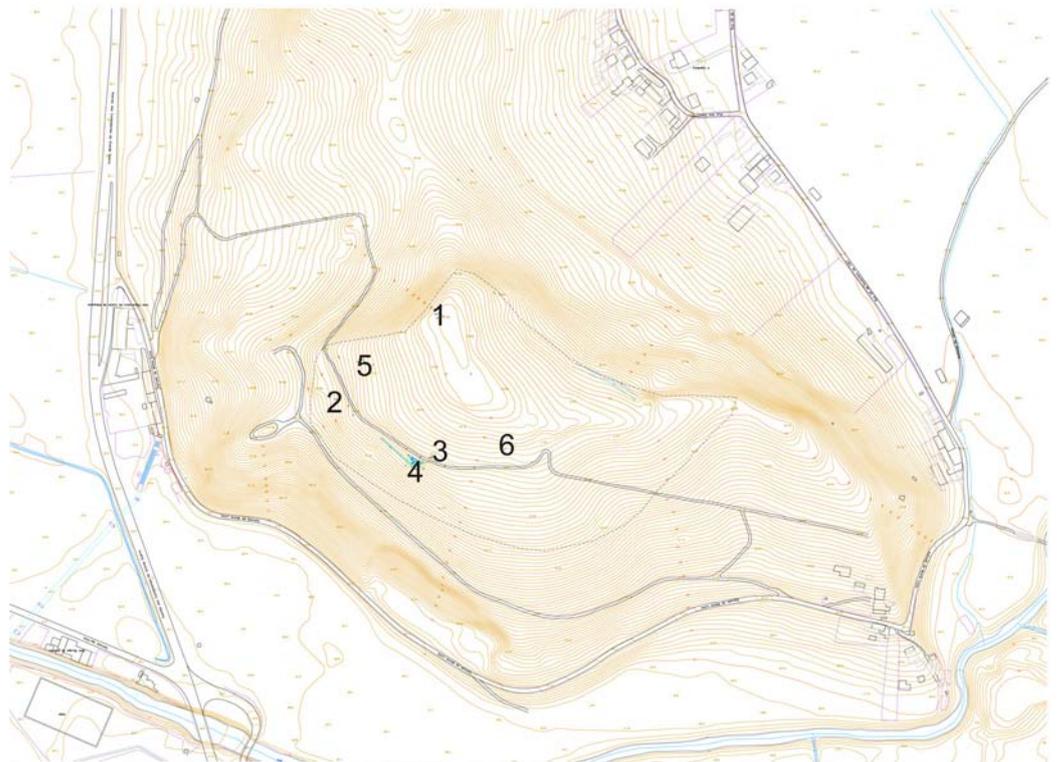
Figura 2
Localização do Monte
dos Castelinhos na
Carta Militar de Vila
Franca de Xira 1:
25.000, Folha n.º 390.



Face às consistentes evidências estratigráficas e estruturais constata-se que apenas alguns anos (no máximo uma a duas décadas) depois da edificação deste estabelecimento se assiste à sua brusca destruição resultante de um conflito bélico.

Este cenário levanta um amplo quadro de questões que nos encontramos a tentar clarificar e que se prendem com a interpretação da funcionalidade e relevância deste sítio arqueológico.

Figura3
Levantamento
topográfico do Monte
dos Castelinhos com a
localização das áreas
de sondagem.



Perante estes dados é plausível que o sítio tenha sido alvo de uma destruição bélica. Face ao seu enquadramento cronológico, este episódio pode ser correlacionada com os conflitos entre os partidários de César e Pompeio na Ulterior resultante da instabilidade reinante no ocidente durante este período (Fabião, 1998).

Apesar de destruído, alguns dados, permitem afirmar que o sítio de Monte dos Castelinhos não é total nem definitivamente abandonado. As áreas destruídas não voltam a ser reedificadas. Porém numa das ruas, assiste-se a uma repavimentação já de época Augustana e verificou-se na última campanha uma clara reutilização e reocupação de um dos compartimentos da sondagem n.º 5. Estes elementos, assim como a presença de *Terra Sigillata* Itálica, Gálica e mesmo Hispânica nos níveis de superfície indica-nos uma continuidade do sítio que aparentemente se estende até época Flávia (Silva, 2012, p. 505-506). Infelizmente as sondagens até ao momento realizadas ainda não permitiram definir de uma forma contundente níveis desta fase Alto Imperial.

3. Identificação das produções

O conjunto objeto de estudo é caracterizado por dois macro grupos artefactuais: que se referem o primeiro às produções em verniz negro da colónia latina de Cales (Campânia setentrional) e o segundo às produções a pasta cinzenta, convencionalmente atribuídas ao âmbito peninsular, que imitam os protótipos em verniz negro de produção itálica⁴.



Grupo 1



Grupo 2

A produção calena é reconhecível pela pasta calcária de tonalidade rosácea com presença de mica e outras pequenas inclusões; o revestimento é composto por um verniz negro-acastanhado apresentando-se opaco ou com reflexos metálicos. Destaca-se também que a aplicação sumária do composto para o revestimento, produziu uma cobertura parcial de algumas peças; as tonalidades avermelhadas visíveis sobretudo nos fundos exteriores e interiores das peças são o resultado da disposição destas na câmara de cozedura do forno (empilhamento).

Através da análise das diferenças composicionais das pastas foi possível identificar dois grupos no âmbito das produções em pasta cinzenta encontradas em Monte dos Castelinhos (figura 4). A presença de revestimento não foi portanto uma das variáveis que contribuiu ao reconhecimento dos grupos, porque a maioria das peças só apresentavam pequenos vestígios, devido a fenómenos tafonómicos. Segue-se a descrição detalhada dos elementos caracterizantes os dois grupos reconhecidos:

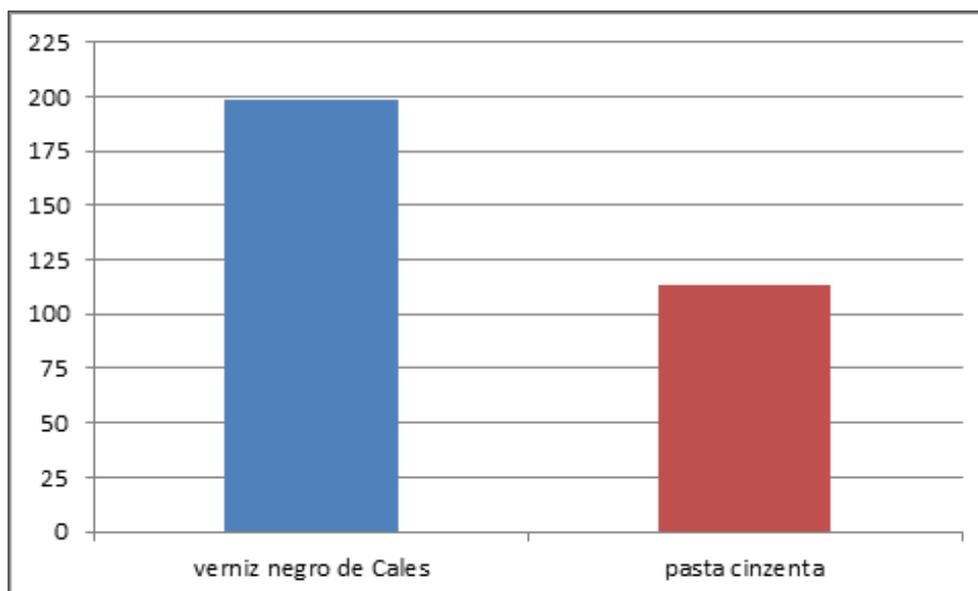
Grupo 1= Pasta: M. 2.5Y 7/1 (light gray). Calcária, pulverulenta, muito depurada com altas percentagens de presença de mica e inclusões orgânicas de médias e grandes dimensões. Revestimento: quase totalmente ausente; só parecem pequenos vestígios dum engobe cinzento fosco pouco aderente ao corpo cerâmico.

Grupo 2= Pasta: M. 10YR 5/2-4/2 (grayish brown). Calcária, presença de inclusões de pequenas e médias dimensões brancas; baixas percentagens de mica; presença de inclusões orgânicas reconhecidas pela presença de vacúolos. Revestimento: engobe fosco bem aderente.

Não obstante esta subdivisão, considerar-se-ão os dois grupos em conjunto devido às características técnicas similares e à falta de confirmações arqueométricas para justificar a análise dos dois grupos separadamente.

Figura 4
Fotografia das produções em pasta cinzenta.

Figura 5
Gráfico N.º de fragmentos por fabrico.



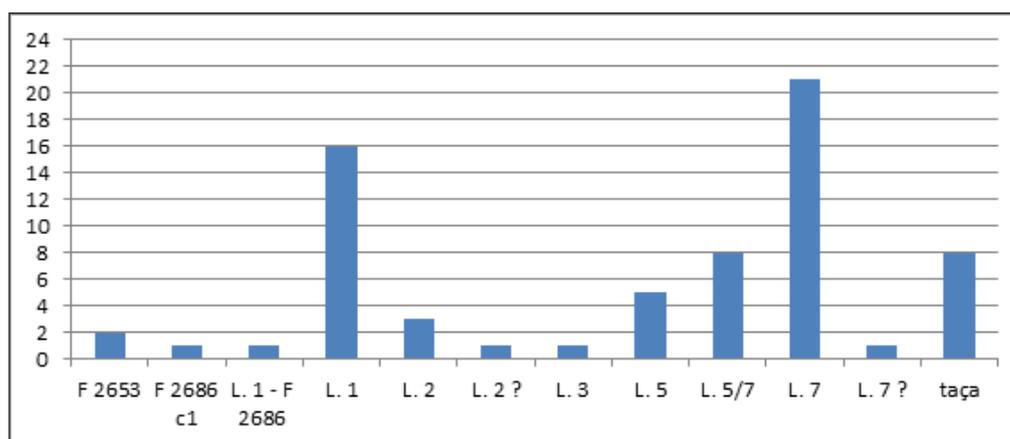
4.1 Análise estadística geral do conjunto

O conjunto exumado durante as campanhas de escavação 2008-2013 e objeto do presente estudo é de 312 fragmentos.

4.1.1 Cerâmicas de verniz negro de Cales

Este conjunto é composto por 199 fragmentos, representando 64% da totalidade do conjunto. Destes foi possível identificar 68 indivíduos tendo como discriminante a identificação dos bordos. As formas mais representadas são os pratos Lamb. 7 e as taças Lamb. 1, correspondendo respetivamente a 21 e 16 exemplares.

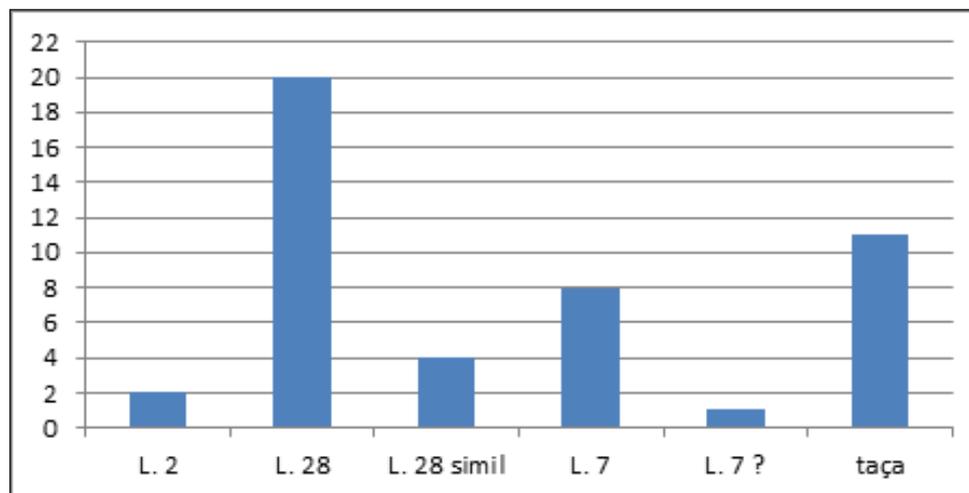
Figura 6
Cerâmica de verniz negro de Cales: contabilização dos bordos.



4.1.2 Produção em pasta cinzenta

Neste conjunto contabilizaram-se 113 fragmentos, que representam 36% da totalidade do conjunto. Foram identificados 46 indivíduos. As taças Lamb. 28 encontram-se atestadas com 20 indivíduos e a categoria funcional de “taças” com 11, sendo as formas mais frequentes. Enquanto os pratos Lamb. 7 correspondem a 9 exemplares.

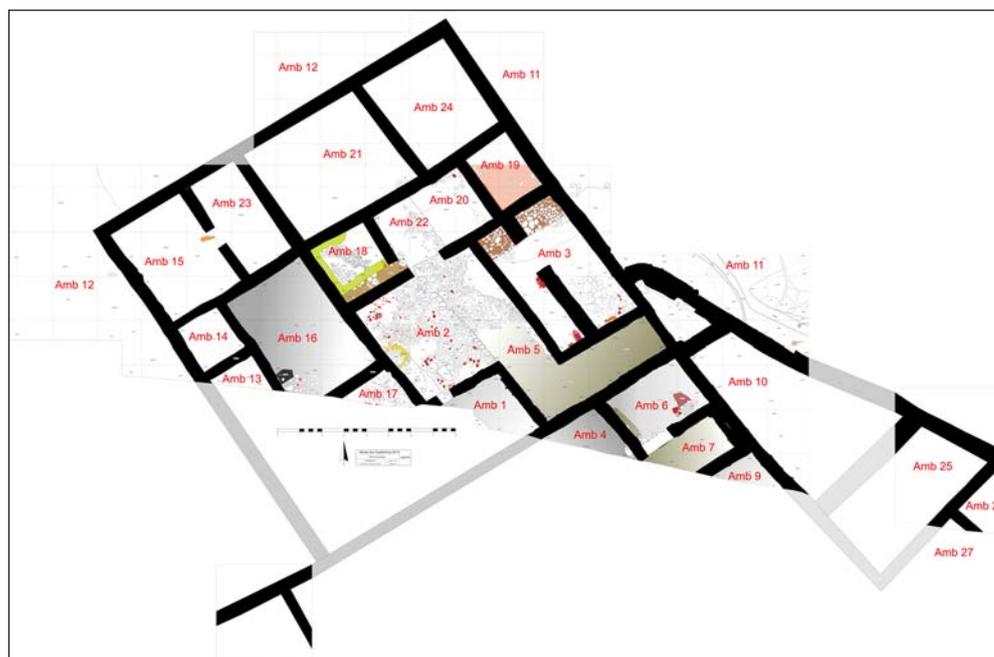
Figura 7
Cerâmica
pasta cinzenta:
contabilização dos
bordos.



4.2 Análise contextual

Decorrente da análise estratigráfica e da dinâmica do urbanismo é possível individuar 3 fases distintas de cronologia romana republicana em Monte dos Castelinhos (Pimenta e Mendes, 2013). Esta situação permite uma análise pormenorizada do enquadramento contextual do conjunto em estudo.

Figura 8
Planta interpretativa
da última fase de
ocupação detetada
nas áreas de
Sondagem 3 e 4 - Fase
2.



Fase 1 – Corresponde à primeira fase identificada, assentando diretamente sobre os níveis de base calcários. A sua identificação é ainda muito parcial, resultando das leituras estratigráficas que efetuámos em profundidade no interior dos compartimentos de época romana republicana da Fase 2.

No interior dos Ambientes 5, 6, 7, 9 e 10 detetou-se estruturas pétreas pré-existentes de construção cuidada, que foram destruídas e desmanteladas para a construção do urbanismo

da Fase 2. Estas estruturas correspondem a dois compartimentos de tendência retangular, que utilizam o nível geológico como pavimento.

Qual a cronologia desta fase? É de momento uma incógnita. Os níveis associados a estas estruturas são já de meados do século I a.C., mas dificilmente recuam muito. Entenda-se, não diferem grande coisa dos níveis associados à construção e abandono brusco do conjunto urbanístico de matriz ortogonal que lhe sucede.

Estes caracterizam-se pela presença de cerâmica comum predominando os contentores de armazenamento de bordo moldurado e base com reforço externo; presença de cerâmica comum importada do sul peninsular; paredes finas itálicas; ânforas Itálicas do Tipo Dressel 1C; ânforas hispânicas de morfologia ovóide do vale do Guadalquivir, e da área da baía de Cádiz, ovóides Gaditanas e Mañà C2b. A nível do espólio metálico destaca-se a presença de um numisma de cunhagem hispânico, correspondendo a uma cunhagem da antiga cidade Ibérica de KELSE. Tendo em conta a iconografia, o exemplar exumado em Castelinhos parece corresponder a uma cunhagem posterior a 133 a.C.

A importância destes níveis, têm que ser matizada, eles de facto não datam as estruturas, mas sim o seu abandono. Qual a cronologia da sua construção/ocupação é de momento uma incógnita.

Fase 2 – Corresponde ao momento de construção e edificação de um conjunto arquitetónico regular traduzindo um urbanismo de matriz ortogonal com um elevados padrões de romanização (Pimenta, 2013a).

Os níveis da fase anterior foram desmantelados e aterrados, sendo sobrepostos pelo novo desenho urbano, contudo temos que referir que os alinhamentos são análogos.

Nestes níveis de aterro e de regularização para a construção dos pavimentos dos novos edifícios, o espólio é abundante. Sendo constituído por diversos elementos de cerâmica de construção (*tegulae*), cerâmica comum do sul peninsular, paredes finas itálicas, cerâmica verniz negro caleno, fragmentos de almofariz importados da forma 2 de Santarém. Entre as ânforas surgem importações do sul peninsular, nomeadamente ânforas Ovóides Gaditanas e ânforas da Classe 67 do Guadalquivir.

Importa sublinhar que o espólio cerâmico apresenta-se em tudo idêntico ao detetado nos níveis de abandono/destruição (Fase 3). Entenda-se, o estudo das cerâmicas importadas identificadas, nomeadamente a cerâmica verniz negro caleno, a cerâmica de paredes finas, e as ânforas, leva-nos a sublinhar a uniformidade do espólio e das suas associações formais remetendo-nos para cronologias muito próximas das avançadas para a fase de abandono. A nível do espólio metálico destaca-se a presença de um numisma de cunhagem hispânico, correspondendo a uma cunhagem da antiga cidade de Castulo. Estaremos assim perante um curto espaço de ocupação deste conjunto urbano.

Fase 3 – Corresponde ao momento de abandono/destruição deste espaço. O estudo do espólio exumado, nos diversos níveis associados a esta fase permitem afirmar que este sector do povoado foi alvo de um abandono brusco e sincrónico, pouco tempo depois de ter sido edificado. A escavação destes níveis permitiu identificar diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico. Entre os materiais identifica-se glandes de chumbo, uma ponta de lança - *pilum*, duas balas de catapulta em arenito, e um invulgar escudo romano – *scutum* (Pimenta, 2013b, Guerra e Pimenta, 2013).

O estudo das cerâmicas importadas, nomeadamente os serviços de mesa de verniz negro

itálico, os delicados copos e taças de paredes finas, as lucernas, as ânforas e a cerâmica comum, leva-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio exumado e das suas associações formais. A presença de paredes finas encontra-se particularmente bem atestada, com produções itálicas das formas 2, 3 e 8 C de Mayet, com cronologias seguras entre os inícios do século I a.C. até Augusto. As lucernas, apesar de muito fragmentadas, encontram-se presentes em praticamente todos os compartimentos e áreas de circulação. Do ponto de vista tipológico coexistem formas de tradição helenística com lucernas Itálicas do tipo Dressel/Lamboglia 2.

O conjunto de ânforas romanas, identificado nestes níveis é assaz relevante e significativo. Não sendo aqui o lugar de apresentar o já extenso conjunto, importa reter em linhas gerais o panorama das importações. O abastecimento de produtos alimentares em ânforas é dominado esmagadoramente pelas importações meridionais provenientes do vale do Guadalquivir. As ânforas documentadas evidenciam uma grande variedade morfológica indo de encontro ao quadro tipológico recentemente proposto por Rui Almeida (2008). Encontram-se presentes praticamente todos os tipos sistematizados, evidenciando um claro panorama de importações centrado entre o fim do segundo e meados do terceiro quartel do século I a.C. Entre as ânforas com esta proveniência, destaca-se a presença de ânforas da Classe 67, Haltern 70 e os contentores da forma Ovóide 4.

Completando este quadro de importações do sul peninsular, surgem-nos diversas ânforas destinadas ao transporte dos preparados piscícolas da área de Cádiz. Estão presentes as ânforas ovóides Gaditanas, assim como os primeiros modelos das formas Dressel 7/11. Por último as ânforas de produção regionais, provenientes do vale do Tejo/Sado, encontram-se já representadas no momento de abandono/destruição do sítio (Pimenta, 2014). Do ponto de vista da cronologia, a ausência de ânforas Itálicas, é um dado a ter em conta. De fato, o abrandamento e mesmo a diminuição brutal da importação das ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, encontra-se bem datado para a Gália, sendo claro aí que as ânforas itálicas presentes em contextos da segunda metade do século I a.C. são residuais e que as importações destes contentores abrandam rapidamente cerca de 40 a.C.

Identificou-se ainda um interessante conjunto de metais, que se encontra em fase de tratamento e restauro para poder ser estudado, dos quais se destaca uma série elementos de baixela tardo republicana em bronze como uma asa do tipo *Piatra Neamt*, uma asa de *simpulum* assim como diversos numismas de cunhagem hispânica da *Ulterior*.

Para a questão da cronologia, interessa ainda referir, a descoberta de um conjunto de fíbulas em bronze das quais foi possível classificar três exemplares de fíbula Alésia Pré-Aucissa com cronologias entre os meados do século I a.C. e Augusto e uma fíbula em ómega, que sendo comum em contextos do século I a.C. evidencia porém uma lata cronologia até meados do século III d.C.

O maior número de fragmentos de verniz negro Itálico e imitações em pasta cinzenta provem precisamente da fase 3, o que não será de estranhar visto ser a que tem maior número de contextos escavados até ao momento.

A análise quantitativa e distributiva das produções e das formas por fases tem assim esta condicionante. Não obstante esta limitação à partida, a presença/ausência de determinadas formas e produções por fase remete-nos para um repertório homogéneo, confirmando as hipóteses iniciais de estarmos perante um conjunto utilizado num curto lapso de tempo.

	Fase 1	Fase 2	Fase 3
verniz negro de Cales	L. 1; L. 28 /F 2653; L. 3	L. 1; L. 5; 5/7	L. 1, L. 2 losango, L. 3, L. 5, L. 5/7 losango; L. 7
imitação verniz negro	ausente	L. 28/ F 2653	L. 28/ F 2653; L. 7
paredes finas	ausente	itálicas	2, 3 e 8 C itálicas
ânforas	Dr. 1C itálica; ovóides do Guadalquivir e da baía de Cádiz	ovóides gadi-tanas; LC67 Guadalquivir; Ovóide 4, Mañã C2B	LC67 Guadalquivir; Ovóide 4 Guadalquivir; Haltern 70 do Guadalquivir; Dressel 7/11 Gadi-tana; produções do Tejo/Sado
cerâmica comun	importações do sul peninsular	importações do sul peninsular; almofariz tipo 2 Santarém	importações do sul peninsular
numismas	cunhagem de Kelse	cunhagens hispánicas da Ulterior nomeadamente um exemplar de Castulo	cunhagens hispánicas da Ulterior
cerâmica de construção	<i>tegulae</i>	<i>tegulae</i>	<i>tegulae</i>
metais	pregos em ferro	Fíbulas	glandes; <i>pilum</i> ; <i>scutum</i> ; asa do tipo Piatra Neamt; <i>simpulum</i> ; fíbulas Alésia Pré-Aucissa
lucernas	ausente	ausente	Dressel 2 itálica
elementos de produção textil	pesos de tear	pesos de tear	pesos de tear

Figura 9
Tabela das associações de materiais por fases.

4.2.1 Análise quantitativa por fases:

O estudo dos contextos permitiu isolar um total de 144 fragmentos recolhidos em níveis associados ao faseamento do sítio. Entre estes 100 correspondem a verniz negro de produção calena (69 %) e 44 a imitações em pasta cinzenta (31%).

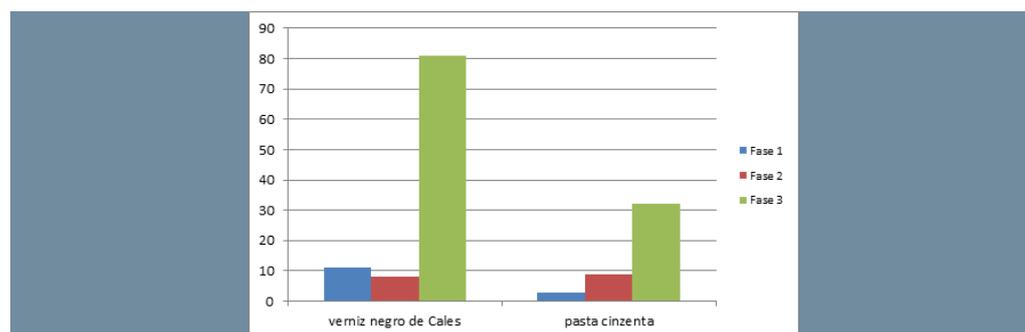
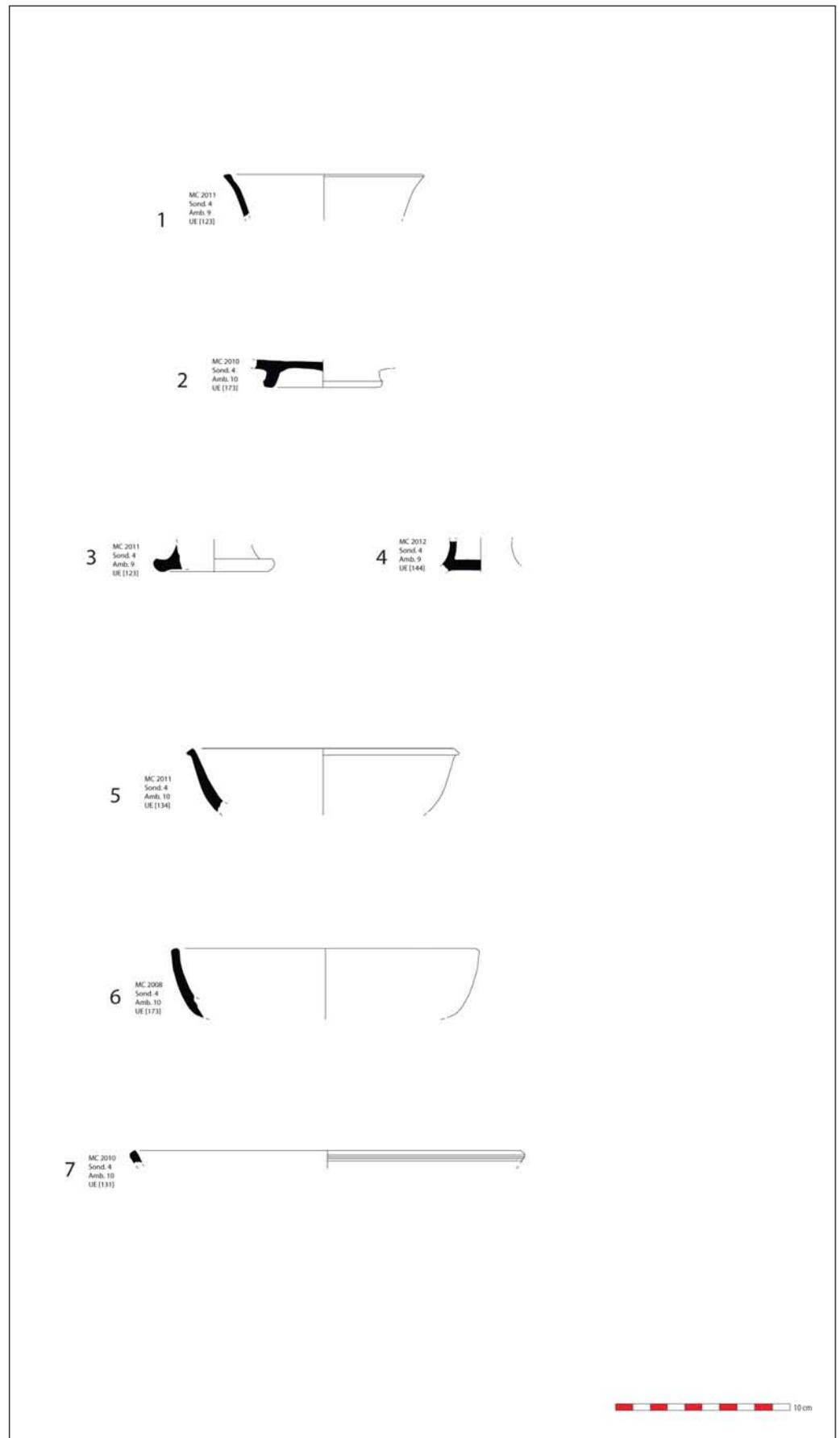


Figura 10
Gráfico N.º de fragmentos por fases.



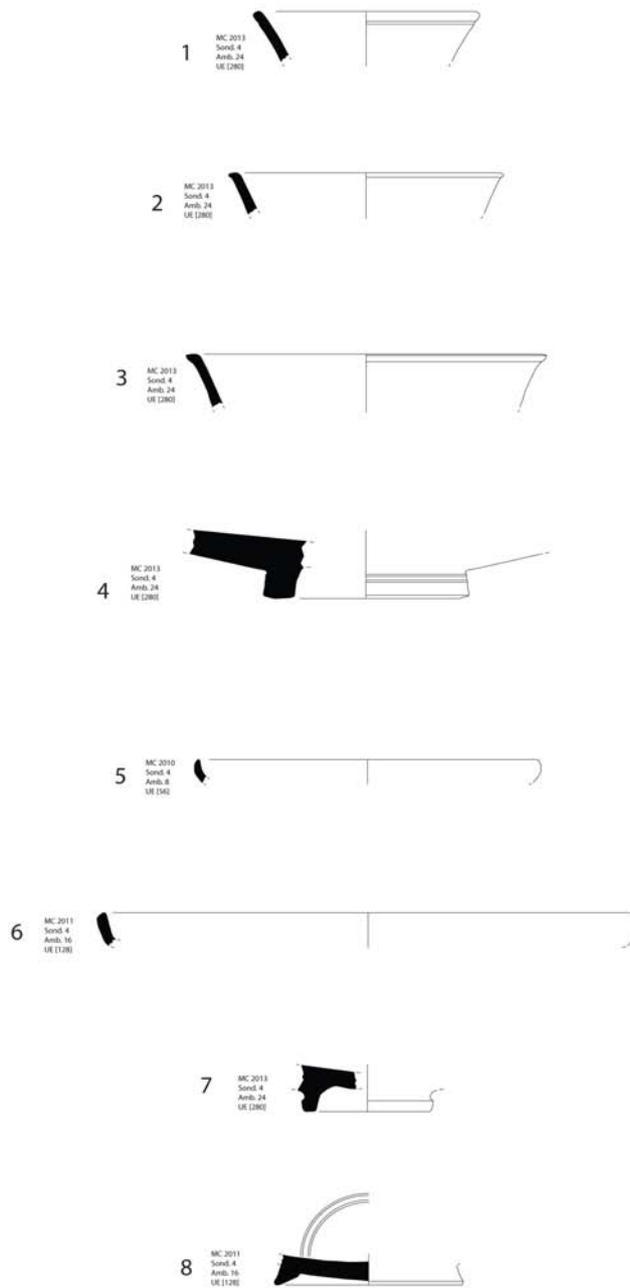


Figura 12

Figura 12 - Conjunto de produção em pasta cinzenta e verniz negro caleno da Fase 2: n.º 1 “taça” em pasta cinzenta, n.º 2 e 3 taça Lamb. 28 em pasta cinzenta, n.º 4 prato Lamb. 7 em pasta cinzenta, n.º 5 prato Lamb. 5 caleno, n.º 6 prato Lamb. 7, n.º 7 fundo caleno, n.º 8 fundo de taça Lamb. 1 caleno.

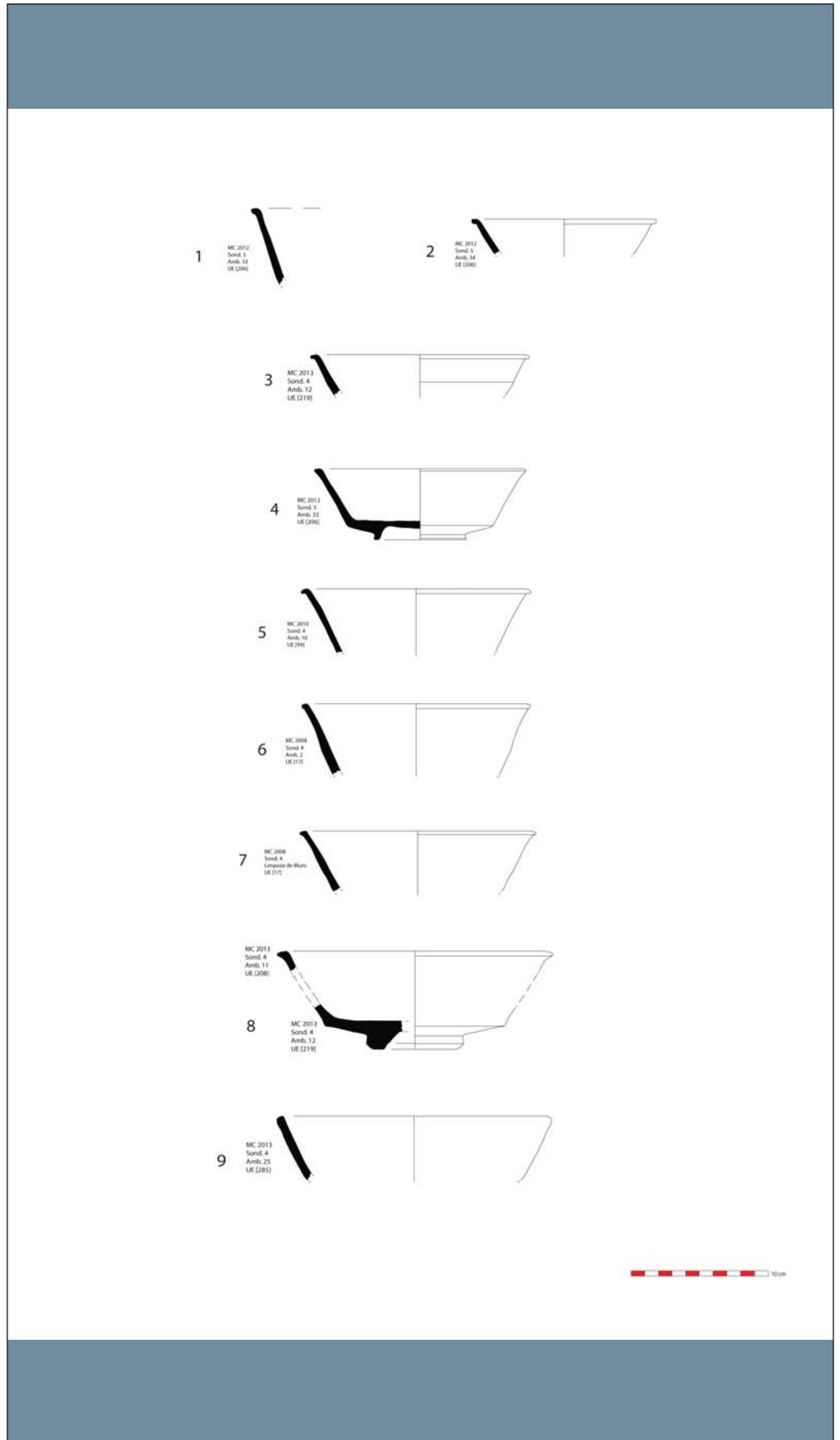


Figura 13
 Conjunto de produção
 em pasta cinzenta da
 Fase 3: n.º 1-8 taças
 Lamb. 28, n.º 9 taça
 Lamb. 28 simil.

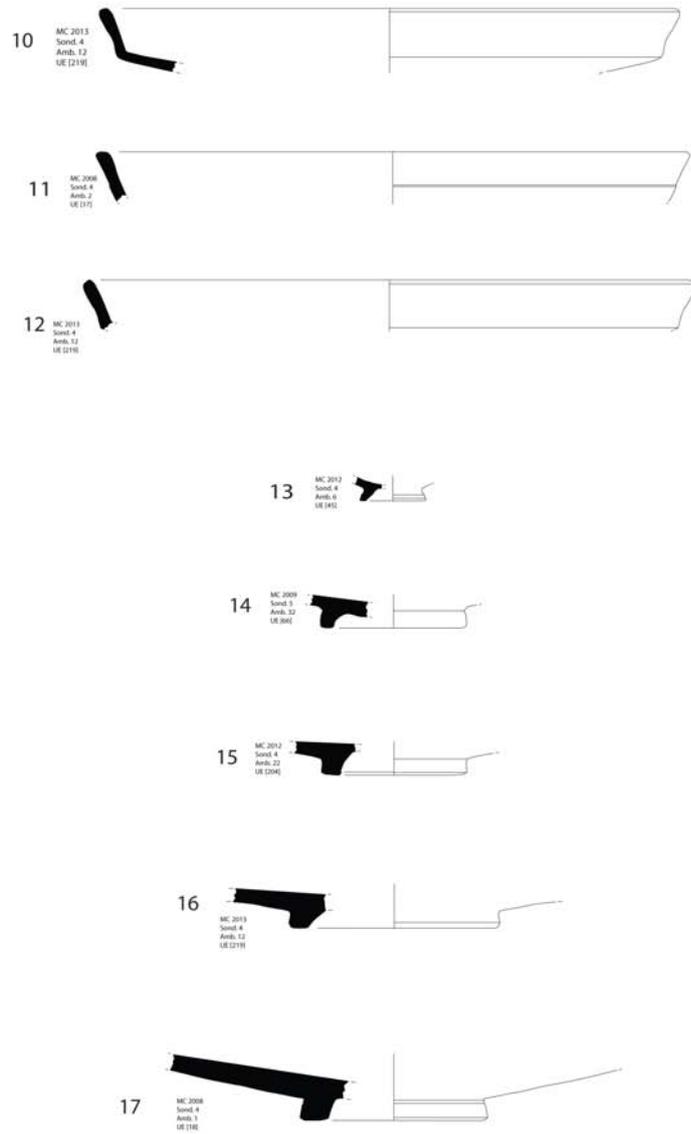


Figura 14
Conjunto de produção
em pasta cinzenta
da Fase 3: n.º 10-12
pratos Lamb. 7, n.º
13 fundo de “taça”,
n.º 14-17 fundos de
pratos Lamb. 7.



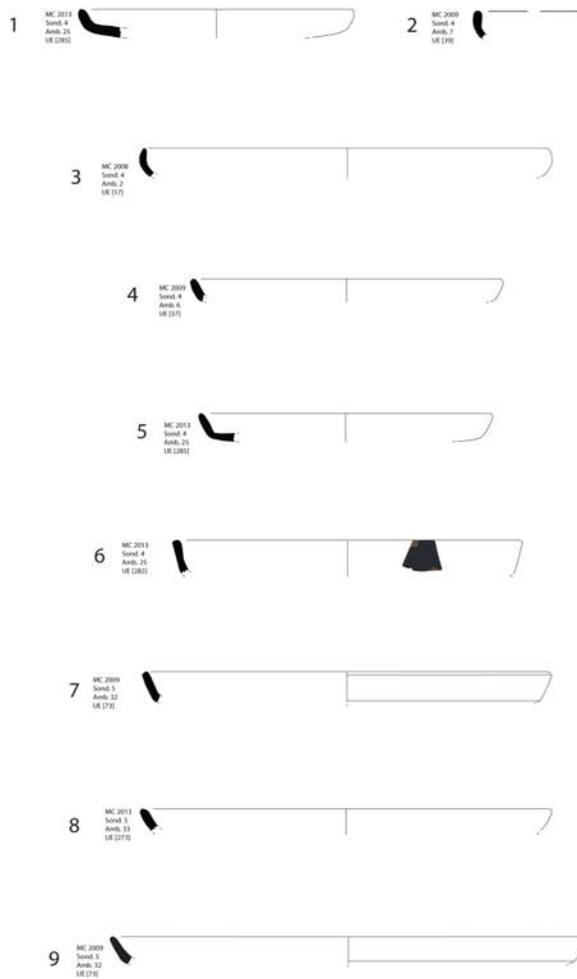


Figura 15
 Conjunto de verniz
 negro de Cales da Fase
 3: n.º 1-3 pratos Lamb.
 5, n.º 4 prato Lamb.
 5/7, n.º 5-9 pratos
 Lamb. 7.

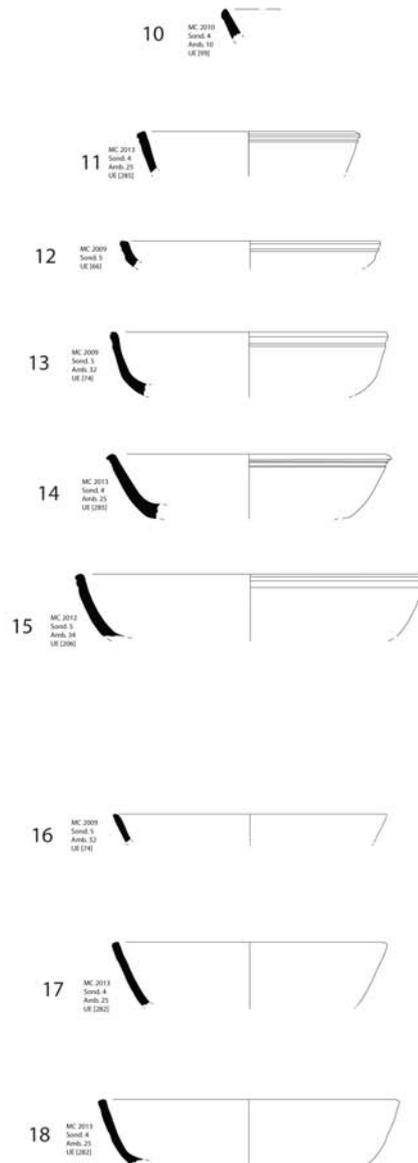


Figura 16
Conjunto de verniz
negro de Cales da Fase
3: n.º 10-15 taça Lamb.
1, n.º 16-18 “taças”.

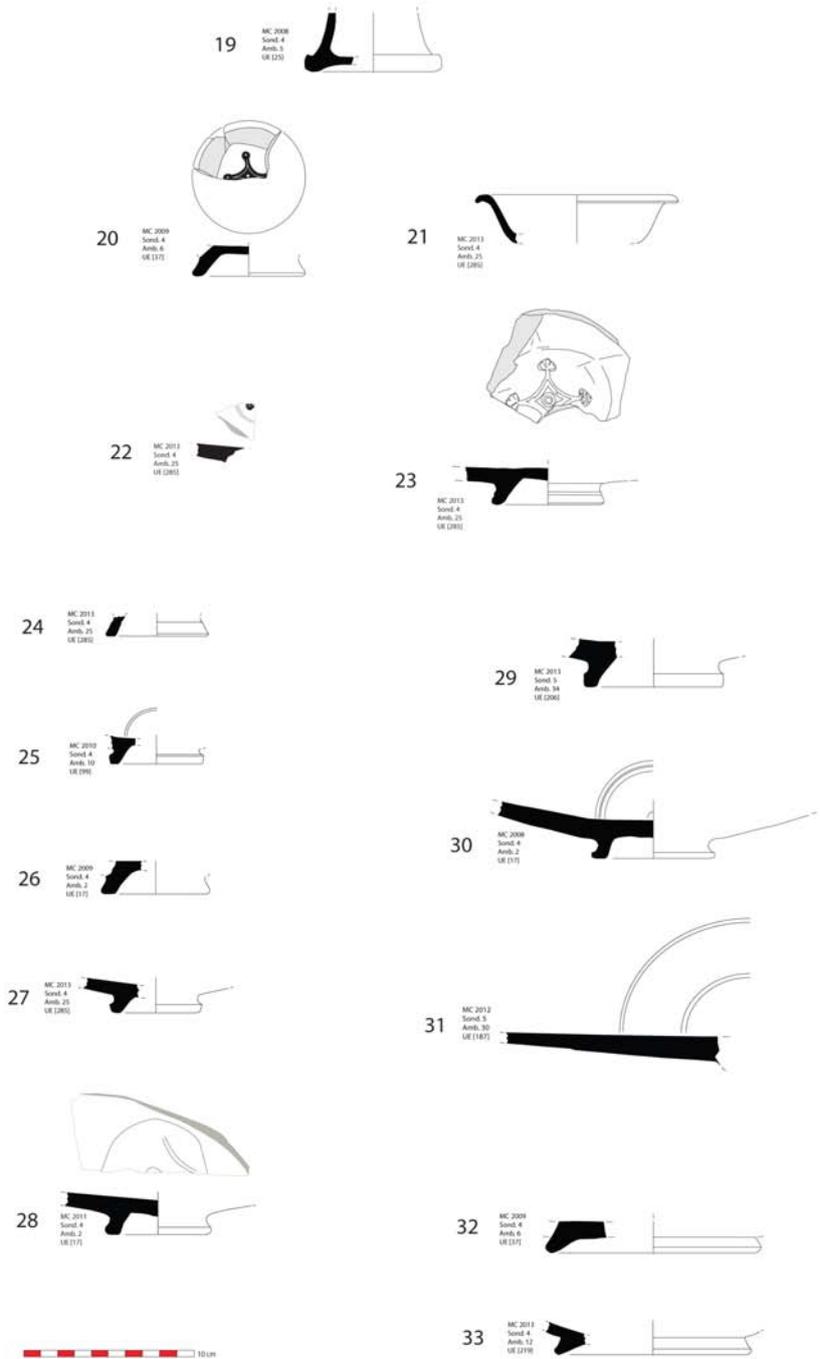


Figura 17
 Conjunto de verniz negro de Cales da Fase 3: n.º19 pyxis Lamb. 3, n.º 20 pyxis Lamb. 2 com losango, n. 21 pyxis Lamb. 2, n.º 22 frag. com losango, n. 23 pyxis Lamb. 2 com losango, n.º 24-31 fundos de pratos Lamb. 5/7 (n.º 28 com vestígio de losango), n.º 32-33 fundos de taça Lamb. 1.



Na fase 1 foi possível identificar 14 fragmentos dos quais 11 calenos e 3 de pasta cinzenta. As formas pertencentes ao primeiro grupo correspondem às taças Lamb. 1 e Lamb. 28 /F. 2653 de Morel e à *pyxis* Lamb. 3, enquanto ao segundo grupo pertence uma “taça” de forma indeterminada.

A fase 2 é caracterizada quase pelo mesmo número de fragmentos, em relação à fase anterior (17) embora neste caso os dois fabricos resultem ter quase o mesmo número de fragmentos (8 calenos e 9 de pasta cinzenta). As taças de pasta cinzenta estão representadas pela categoria funcional de “taça” e pela forma Lamb. 28/ F. 2653 de Morel. Detetou-se também um fundo de prato classificável como Lamb. 7. As cerâmicas calenas encontram-se representadas por um fundo de taça Lamb. 1 e pelos pratos Lamb.5 e 5/7.

Como referimos, a fase 3 têm o maior número de contextos escavados e consequentemente o maior número de fragmentos (107). Em relação às outras fases, proporciona uma maior variedade formal, sendo de destacar além das formas anteriormente descritas de produção em pasta cinzenta (“taça”, Lamb. 28/ F. 2653) e calena (Lamb. 1, 2, 3, 5, 5/7, 28/ F. 2653) também os pratos Lamb. 7 atestados quer em produção calena como de pasta cinzenta.

NMI	Pasta cinzenta			Verniz negro de Cales		
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 1	Fase 2	Fase 3
“taça”	1	1	1	0	0	3
Lamb. 28	0	2	8	1	0	0
Lamb. 28 simil	0	0	1	ausente		
Lamb. 7	0	0	3	0	1	8
Lamb. 7 / Consp. B. 1. 6 ⁵	0	1	4	ausente		
Lamb. 1	ausente			2	1	6
Lamb. 2	ausente			0	0	2
Lamb. 3	ausente			2	0	1
Lamb. 5/7	ausente			0	1	5
Lamb. 5	ausente			0	1	3
TOT por fases	1	4	17	5	4	28
TOTAL	22			37		

Figura 18
Tabela NMI: Presença/
ausência de formas
por fabrico.

4.2.3 Análise das categorias funcionais

Um dos elementos que sobressai da análise do conjunto da Fase 1 é a completa ausência de pratos que por sua vez aparecem na fase seguinte. Esta circunstância de difícil interpretação tem que ser matizada pela diminuta área escavada correspondendo a esta fase.

Por outro lado os dados da Fase 2 revelam uma composição já algo distinta onde esta morfologia formal concretiza-se nas formas Lamb. 7 de pasta cinzenta e Lamb. 5 e 7 de verniz negro de Cales.

A *facies* cerâmica da Fase 3 pode ser considerada paradigmática pela quantidade de materiais exumados. O serviço de mesa compõe-se por 42 indivíduos dos quais 22 são pratos e 21 taças. O substancial equilíbrio entre estas tipologias funcionais (embora a nível de fabricos encontramos uma relação de 1 a 1 para as taças e de 1 a 2 para os pratos a favor

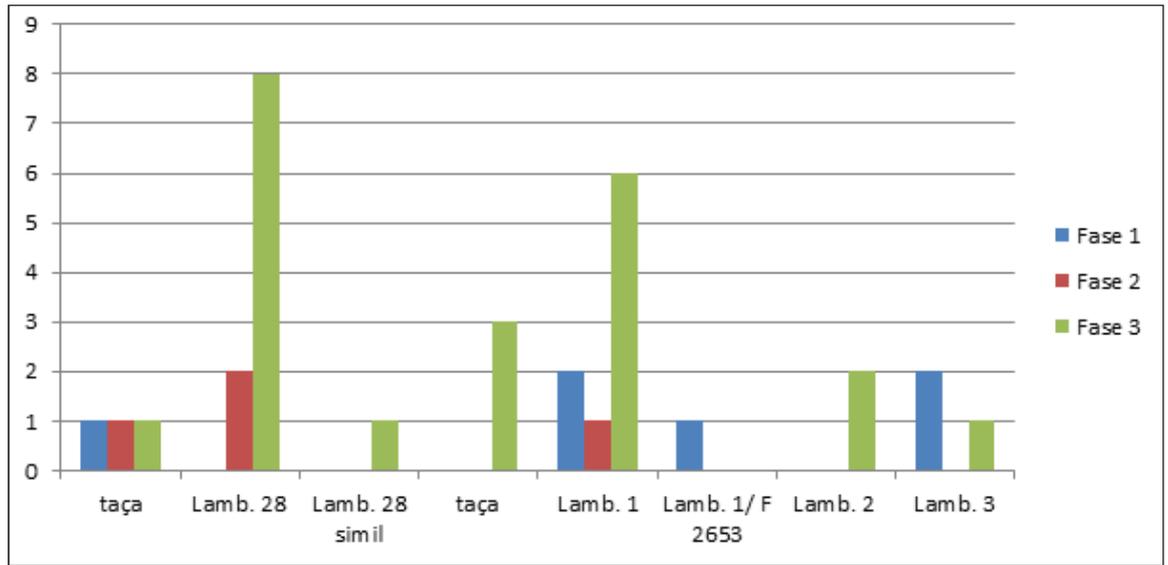


Figura 19
Gráfico NMI das taças por fases. As primeiras três formas pertencem à produção em pasta cinzenta enquanto as restantes pertencem ao fabrico caleno.

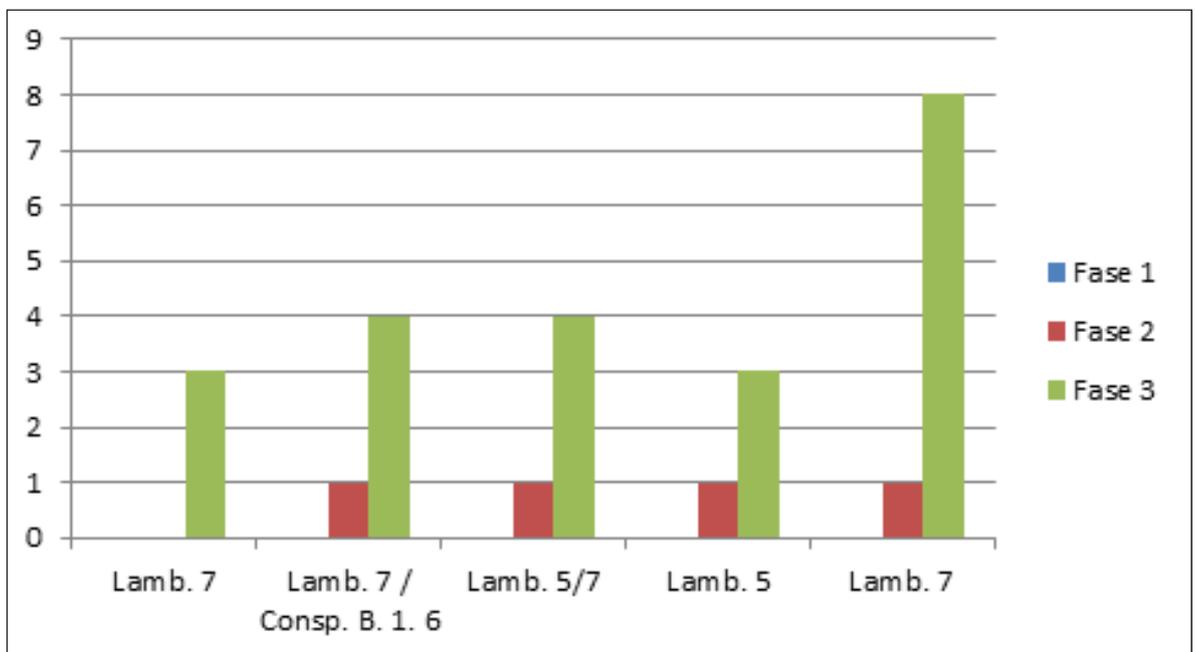


Figura 20
Gráfico NMI dos pratos por fases. As primeiras duas formas pertencem à produção em pasta cinzenta enquanto as restantes pertencem ao fabrico caleno.

da produção calena) remete para uma prática convivial que se caracterizava pelo consumo indiscriminado de alimentos líquidos, semilíquidos e sólidos.

A ausência de formas típicas do repertório caleno tardio como a urna Lamb. 10 e o “suporte” Lamb. 4, assim como a escassa presença da *pyxides* Lamb. 2 e 3 é também indicativa do tipo de comensalidade que era praticada no sítio em questão.

Além das considerações sobre a funcionalidade destas formas, deve-se sublinhar um outro aspeto do quotidiano que é a reparação dum recipiente de produção calena através dum gato metálico (fig. 15, n.º 6). Esta ação pode interpretar-se pelo interesse do proprietário em continuar a utilizar um objeto, que não seria de fácil acesso não pela sua valência mas pelo seu valor intrínseco. Em geral, a prática de reparação de artefatos cerâmicos não parece ser conectada à qualidade do objeto em si (Peña 2007, 249), sendo frequentes reparações de cerâmicas em verniz negro ou vermelho assim como de cerâmica comum (Fabião 1998). Contudo no já extenso conjunto de cerâmicas exumadas em Monte dos Castelinhos este é caso único.

4.2 Análise cronológica

Começando com a análise da cerâmica de verniz negro de Cales, o conjunto de formas remete para a fase tardia da produção da colônia latina (Pedroni 2001; Principal – Ribera 2013), balizada entre o 90/80 e 40/20 a.C.. A isto deve-se acrescentar a total ausência de cerâmicas de verniz negro de Nápoles, (Campaniense A), que pode ser considerada como um fator cronologicamente significativo: o período final da sua produção é geralmente estabelecido nos meados do séc. I a.C.. Contudo não se pretende assentar a análise cronológica do presente conjunto sobre este dado, pois os diferentes fatores que determinaram a distribuição dos manufatos napolitanos para o sítio de Monte dos Castelinhos podem fugir de considerações de ordem cronológico.

Um ponto importante para afinar a cronologia do conjunto é a presença de produtos de pasta cinzenta imitando os protótipos em verniz negro itálico. Ao reconhecimento destes artefactos foi atribuído um valor cronológico que se expressa nas características morfológicas intrínsecas a este tipo de produção.

As formas em verniz negro caleno presentes em Monte dos Castelinhos e amplamente distribuídas no Mediterrâneo ocidental a partir do terceiro quartel do séc. II a.C. são as taças Lamb. 1, os pratos Lamb. 5 e as *pyxides* Lamb. 3⁶, por sua vez a taça Lamb. 28 / F. 2653 parece ser particularmente presente em contextos do séc. I a.C.. O prato Lamb. 7 foi um dos elementos utilizados para restringir à *facies* tardia de produção calena a cronologia do conjunto em exame (Ribera, 2006). A reforçar esta constatação está a presença da decoração imprimida em “losango”, típica desta fase produtiva dos ateliers calenos (Pedroni 2000, 349-350 e 2001, 193), reconhecida nos fundos duma taça L.2 e dum prato L. 5/7 (fig. 17, n.º 20, 23 e 28).

O repertório formal dos grupos de pasta cinzenta imitando o verniz negro itálico é limitado a poucas formas: o prato Lamb. 7 e a taça Lamb. 28, além de taças cuja morfologia não foi possível determinar através das tipologias aqui utilizadas. O conceito mesmo de imitação tem implicações cronológicas concretas que se expressam numa “posterioridade” ou pelo menos numa “contemporaneidade” de produção das imitações respeito aos modelos de referência. Portanto se o prato Lamb. 7 de produção calena é típico do segundo quartel do séc. I a.C., deve-se admitir uma cronologia alta da sua imitação a partir desta datação. Pode-se portanto aplicar o mesmo raciocínio com os mesmos resultados para a taça Lamb. 28.

Partindo destes dados, procedeu-se ao estabelecimento duma grelha na qual as formas até aqui mencionadas marquem cronologicamente o faseamento urbanístico tardo republicano proposto para o sítio de Monte dos Castelinhos.

Fase	Datação	Formas	UEs
1	90/80-50 a.C.	Cales: Lamb. 1, 3, 28/F 2653. Pasta cinzenta: “taça”.	[88], [123], [131], [134], [143], [144], [173].
2	70-40 a.C.	Cales: Lamb. 1, 5/7, 5, 7. Pasta cinzenta: Lamb. 7, 28, “taça”.	[52], [56], [128], [217], [280].
3	60-30/25 a.C.	Cales: Lamb. 1, 2, 3, 5, 5/7, 7, “taça”. Pasta cinzenta: Lamb. 7, 28, “taça”.	[17], [18], [23], [25], [28], [34], [37], [39], [45], [66], [73], [74], [86], [99], [153], [187], [204], [206], [219], [273], [282], [285].

Figura 21
Datação das fases
através o verniz negro
caleno e as produções
em pasta cinzenta

Resumindo:

-a Fase 1 baseia a sua cronologia alta no início da fase tardia da produção calena e a sua cronologia baixa é marcada pela ausência do prato Lamb. 7 caleno. A presença de alguns fragmentos de cerâmicas a pasta cinzenta fez com que se prolongasse até ao 50 a. C. a sua cronologia baixa.

-a Fase 2, sendo uma fase de transição e apresentando similitudes com os conjuntos da Fase 1 e 3, sobrepõe-se cronologicamente às outras.

- a Fase 3, apresenta um conjunto de materiais similar ao das fases anteriores embora agora apareça abundantemente o prato Lamb. 7; a sua cronologia baixa pode ser estabelecida por volta do período 30-25 a.C. pela ausência de terra sigillata itálica. É indicativa também a presença da decoração em losango no fundo de duas *pyxides* Lamb. 2 e dum prato Lamb. 5/7. Situação similar acontece num contexto do castelo de Castro Marim datado entre 50 e 30 a.C. (Viegas 2011, 425)⁷.

5. Distribuição espacial

A dispersão de fragmentos de verniz negro itálico e de produções em pasta cinzenta é frequente nos vários compartimentos postos à luz. Contudo há algumas zonas em que a concentração é maior: o conjunto de materiais identificados nestes espaços pode ajudar na interpretação da funcionalidade do mesmo⁸. Também a ausência é um dado a ter em conta sendo interpretável mais como um ulterior indício da funcionalidade específica dum espaço do que em termos cronológicos (Carvalho- Morais 2010, 142).

Na Sondagem 4, os ambientes que tem um relevante número de fragmentos são o N.º 2, 5, 6, 10, 11, 12, 24, 25, correspondendo a uma variável entre 10 e 33 fragmentos.

Focando na fase 3, ou seja aquela com maior número de contextos escavados, os ambientes

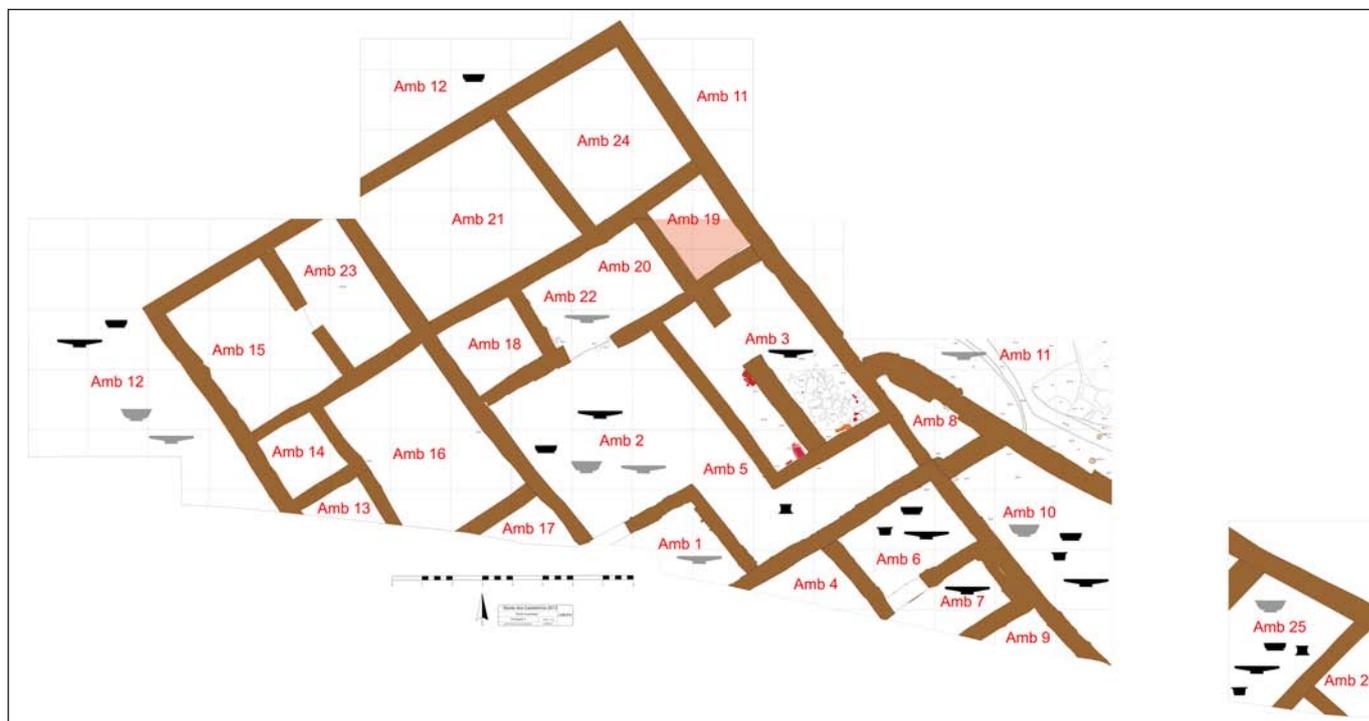


Figura 22
Mapa de distribuição das cerâmicas de verniz negro caleno e das Imitações de pasta cinzenta na Sondagem 4 relativa à fase 3.

2, 6, 12 e 25 são aqueles com a maior presença de fragmentos (> 9) e consequentemente aqueles que oferecem uma imagem melhor da composição dos serviços finos de mesa.

A nível qualitativo, encontramos a presença no ambiente 2 de um prato Lamb. 7 de pasta cinzenta, duas taças Lamb. 28 de pasta cinzenta, um prato Lamb. 5 caleno, dois pratos Lamb. 5/7 calenos e uma provável taça Lamb. 1 calena. No ambiente 6 encontraram-se duas taças Lamb. 1 calenas, uma taça Lamb. 2 calena com decoração em losango, um prato Lamb. 5/7 caleno e duas “taças” em pasta cinzenta. A composição do serviço de mesa do ambiente 12 aproxima-se ao do ambiente 2 por apresentar formas de pratos e taças quer em pasta cinzenta quer no fabrico caleno. A composição formal do ambiente 25 é similar ao do ambiente 6, sendo ausente também neste caso formas de prato em pasta cinzenta. Na Sondagem 5, os ambientes que proporcionaram um número de fragmentos considerável são o N.º 31, 32 e 33 (respectivamente, 34, 36 e 19 fragmentos).

Os fragmentos em contextos de fase 3 surgem maioritariamente no ambiente 32 (17 frag.) com uma associação entre três taças calenas (duas Lamb. 1 e uma “taça”), quatro pratos Lamb. 7 calenos, um prato Lamb. 5/7 caleno. As produções em pasta cinzenta estão também presentes com dois fundos. Nos compartimentos 33-34, a composição do serviço de mesa é composto por uma taça Lamb. 1 calena, três taças Lamb. 28 em pasta cinzenta, um prato Lamb. 5/7 caleno e um prato Lamb. 7 caleno. No compartimento 35 encontram-se as mesmas formas apenas descritas mas sem a taça Lamb. 28 em pasta cinzenta.

6. Paralelos morfológicos

Tendo em conta a caracterização do conjunto em estudo, é importante ter presente, outras estações geograficamente próximas que embora tenham contextos de exumação diferentes, apresentem associações formais parecidos ao que acabamos de descrever.

Portanto é preciso ter em conta que não se pretende proceder a uma comparação em termos contextuais pois as variáveis a considerar não cabem no presente estudo. Com isto, pretende-se inserir o conjunto de Monte dos Castelinhos num mais amplo panorama



Figura 23
Mapa de distribuição das cerâmicas de verniz negro caleno e das imitações de pasta cinzenta na Sondagem 5 relativa à fase 3.

distributivo através da escolha de contextos que proporcionem dados sobre a composição qualitativa dos próprios conjuntos assim como sobre as propostas cronológicas.

O conjunto de verniz negro itálico presente no sítio de Lomba do Canho (Arganil) é constituído pelas formas Lamb. 1, 3, 5/7, 7 de provável origem caleno (Fabião e Guerra, 1996). A ocupação e o abandono do sítio foram estabelecidos no segundo e terceiro quartel do séc. I a.C. (Fabião 2007, 124), resultado do cruzamento das informações cronológicas retiradas do conjunto de verniz negro itálico assim como de outros objetos arqueológicos. Neste caso foi considerada a ausência de terra sigillata como marcador cronológico para o abandono do sítio (Ibid., 126).

No povoado do Pedrão (Setúbal) foram identificadas (Soares e Silva 1973) formas em verniz negro itálico⁹ correspondentes a Lamb. 1, 2, 3, 5¹⁰, a maioria das quais em níveis superficiais (camada 1 do compartimento 7). Os fragmentos em contexto de finais do séc. II-I a.C. (camada 3 do compartimento 1)¹¹ se resumem a três fragmentos de pratos Lamb. 5; destaca-se também a presença dum fragmento inclassificável de pasta cinzento-amarelada clara (5Y 6/1) com engobe que pensamos possa tratar-se dum produto imitante os vernizes negros itálicos. Também neste caso a ausência de terra sigillata foi interpretada como “dado negativo importante para a determinação do limite inferior da cronologia” (Soares e Silva 1973, 279), tendo sítio proposto uma cronologia de ocupação circunscrita no tempo e centrada em 50 a.C. (Silva e Soares, 1986, 141).

A norte de Monte dos Castelinhos, encontramos o conjunto de verniz negro proveniente da Alcáçova de Santarém (Soría 2013) próximo em termos de composição e cronologia. A esmagadora presença de cerâmica a verniz negro de Cales (74% do total dos indivíduos de verniz negro) concretiza-se em formas atribuíveis ao repertório tardio: Lamb. 1, 2, 3, 4, 5, 5/7 e 7. Assinalável é a presença sobre fundos de pratos Lamb. 5/7 da decoração estampilhada em losango. Além disto, é significativa a presença dum conjunto de cerâmicas em pasta cinzenta imitando protótipos itálicos em verniz vermelho (Soría, no prelo). Embora não seja abundante do ponto de vista percentual (11% do total dos indivíduos de verniz negro), é bastante significativo do ponto de vista morfológico: foram reconhecidas

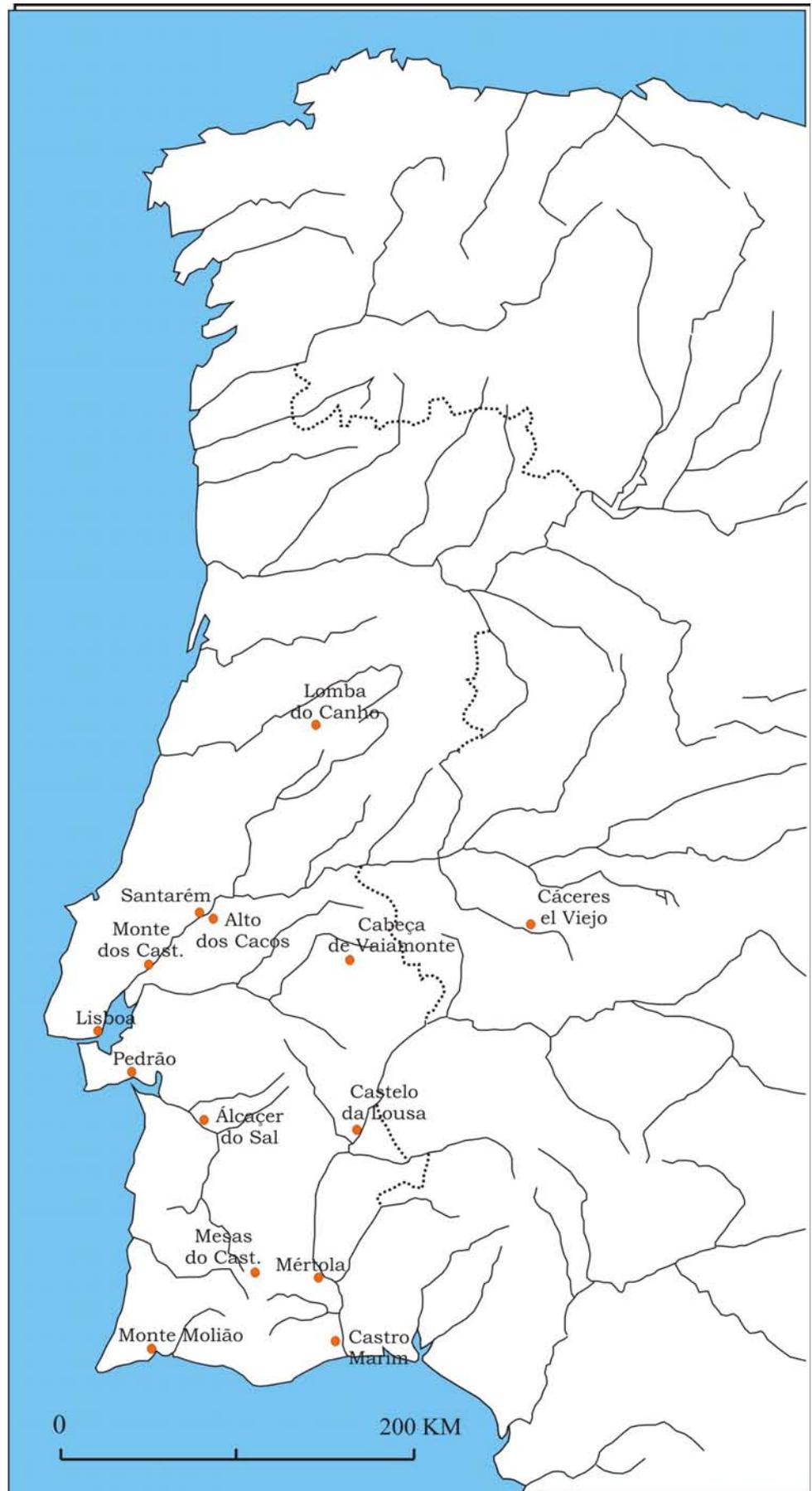


Figura 24
Mapa do território português com a localização dos principais sítios mencionados no texto

formas que imitem as taças Lamb. 1, 2, 28 e 27 assim como os pratos Lamb. 5, 6 e 7. Foram também identificadas cerâmicas de verniz negro napolitano e etrusco.

No sítio de Alto dos Cacos (Almeirim) (Pimenta, Henriques, Mendes 2012), documentou-se a presença de cerâmicas de verniz negro caleno nas formas das taças Lamb. 1 e 2 e dos pratos Lamb. 7. Embora o reduzido conjunto seja fruto de recolhas de superfície antigas e mais recentes, é um indubitável indício da utilização do local em meados do séc. I a.C.. No conjunto de vernizes negros itálicos de Cabeça de Vaiamonte (Monforte) sobressaem as produções calenas com as formas Lamb. 1, 2, 3, 4, 5, 5/7, 7, Pasquinucci 127 (Fabião 1998). Contudo merece atenção o conjunto de produções que imitam os protótipos itálicos: foram exumados maioritariamente pratos Lamb. 7 e taças Lamb. 2 em fabricos que diferem completamente dos de Monte dos Castelinhos. Referimos também a presença de uma imitação de taça Lamb. 1 e de outras duas taças que reproduzem formas típicas dos protótipos napolitanos de verniz negro, nomeadamente Morel 68/ F 3131 e Lamb. 31. Também o repertório formal do conjunto de verniz negro itálico de Cáceres el Viejo (Ulbert 1984) tem afinidades com o de Monte de Castelinhos. As formas ali encontradas remetem para o repertório produtivo tardio caleno, nomeadamente Lamb. 1, 2, 3, 4, 5, 7¹². Também são presentes formas em pasta cinzenta (Lamb. 2 e 5/7), neste caso aparentemente sem vestígios de qualquer revestimento. Apesar do debate sobre a identificação do sítio como *castra Caecilia*, *Servilia* ou *Liciniana*, o repertório formal remete para um horizonte cronológico que abrange os primeiros três quartos do séc. I a.C. não sendo descartável que períodos de ocupação do sítio poderiam abranger os finais do II a.C. assim como o último quartel do séc. I a.C..

No castelo da Lousa (Mourão), o conjunto de vernizes negros itálicos é composto principalmente pelo fabrico caleno¹³ sendo que as formas ali exumadas enquadram-se na variante tardia. Foram identificadas as formas Lamb. 1, 2, 3, 5, 7, uma suposta Lamb. 10 e uma Pasquinucci 127 de perfil completo. Esta última é de particular interesse porque não é frequente no território português nem como produção etrusca nem calena. Contudo a atribuição a uma ou outra área produtiva tem implicações de ordem cronológica, sendo que a distribuição do artefacto está ligada a fatores que nem sempre asseguravam a contemporaneidade em contextos de exumação. Foi também reconhecido um prato Lamb. 5/7 de verniz negro napolitano, forma tardia desta produção que não surpreende no seio do conjunto caleno apenas descrito.

O estudo das imitações de verniz negro itálico seguiu uma ordenação que tinha como elemento discriminador a qualidade das pastas, a presença/ausência de revestimento assim como a reelaboração de pormenores formais descritos pelo Lamboglia ou Morel. Com estes critérios foram definidos duas classes uma pertencente aos vernizes negros itálicos (nas quais se enquadram os trabalhos da Delgado (1971) e Luís (2010)) e outra às cerâmicas comuns, estas últimas ulteriormente divididas em regionais e não regionais (Vaz Pinto-Schmitt 2010). Os indivíduos com revestimento documentados por Luís Luís, são Lamb. 2 e 5/7. Para as imitações estudadas no âmbito da cerâmica comum as formas regionais são: Lamb. 1, 2, 5/7, várias tigelas entre as quais a Lamb. 28, e entre as não regionais encontramos as formas Lamb. 1, 2, 5/7.

Não obstante a escassez de materiais datáveis e os problemas de leitura das realidades urbanísticas, o período de construção do castelo da Lousa foi avançado ser no terceiro quartel do séc. I a.C. e o abandono nos finais do reinado de Augusto (Alarcão et al. 2010, 109-110). A presença de terra sigillata e não só (por exemplo o fragmento de ânfora lusitana inserida no forno) proporcionou o *terminus post quem* nos contextos de exumação. A ausência de

terra sigillata em alguns sectores foi considerada como um indicador de ordem funcional mais do que propriamente cronológico (Ibid., 104).

Como já referimos acima, foi reconhecido um contexto de 50- 30 a.C. no castelo de Castro Marim cuja composição o aproxima aos de Monte dos Castelinhos. No seio das diferentes produções em verniz negro itálico, destaca-se o repertório caleno pela quantidade de bordos identificados (83% do total dos vernizes negros e imitações em pasta cinzenta). Foram reconhecidas com segurança as formas Lamb. 1, 2, 3, 4, 5, 5/7, 7; o repertório das produções em pasta cinzenta é composto pelas formas Lamb. 1, 7, 28 e por taças. Importa também referir que este contexto é caracterizado pela total ausência de terra sigillata (Viegas 2011, 438) que delimita a sua cronologia baixa.

Não podemos deixar de mencionar outros três relevantes conjuntos de cerâmicas de verniz negro itálico estudados no território português durante os últimos anos, nomeadamente o de Mértola, Mesas do Castelinho (Almôdovar) e Monte Molião (Lagos). Embora apresentem problemáticas diferentes face ao exposto até agora, afigurem-se como ulteriores testemunhos da complexidade em termos socioeconómicos que nos proporciona a chegada desta classe de artefactos até o extremo Ocidente peninsular (Luís, 2003; Alves, 2011; Dias, 2011).

7. Considerações finais:

Neste panorama de investigação, o sítio de Monte dos Castelinhos reveste um fundamental papel: a sua sequência estratigráfica bem fechada que permitiu a determinação de fase cronológicas distintas junto com a presença dum número notável de materiais datáveis faz com que se torne num ponto de referência para os estudos do período tardo republicano na parte ocidental da península ibérica.

O conjunto de cerâmicas de verniz negro itálico e as produções em pasta cinzenta são uns dos indicadores que nos ajudam na compreensão das dinâmicas internas ao sítio. A composição do conjunto analisado revela peculiaridades que é importante não subestimar. Não obstante todos os problemas de ordem quantitativa que se geram quando se está em presença de realidades parciais como as arqueológicas, podemos afirmar que o serviço fino de mesa é integrado por produções calenas e produções em pasta cinzenta quase em iguais medidas. Tudo isto tem implicações de ordem cultural e até económicas relevantes e faz com que esta coleção cerâmica se torne numa medida de comparação imprescindível no âmbito destes estudos.

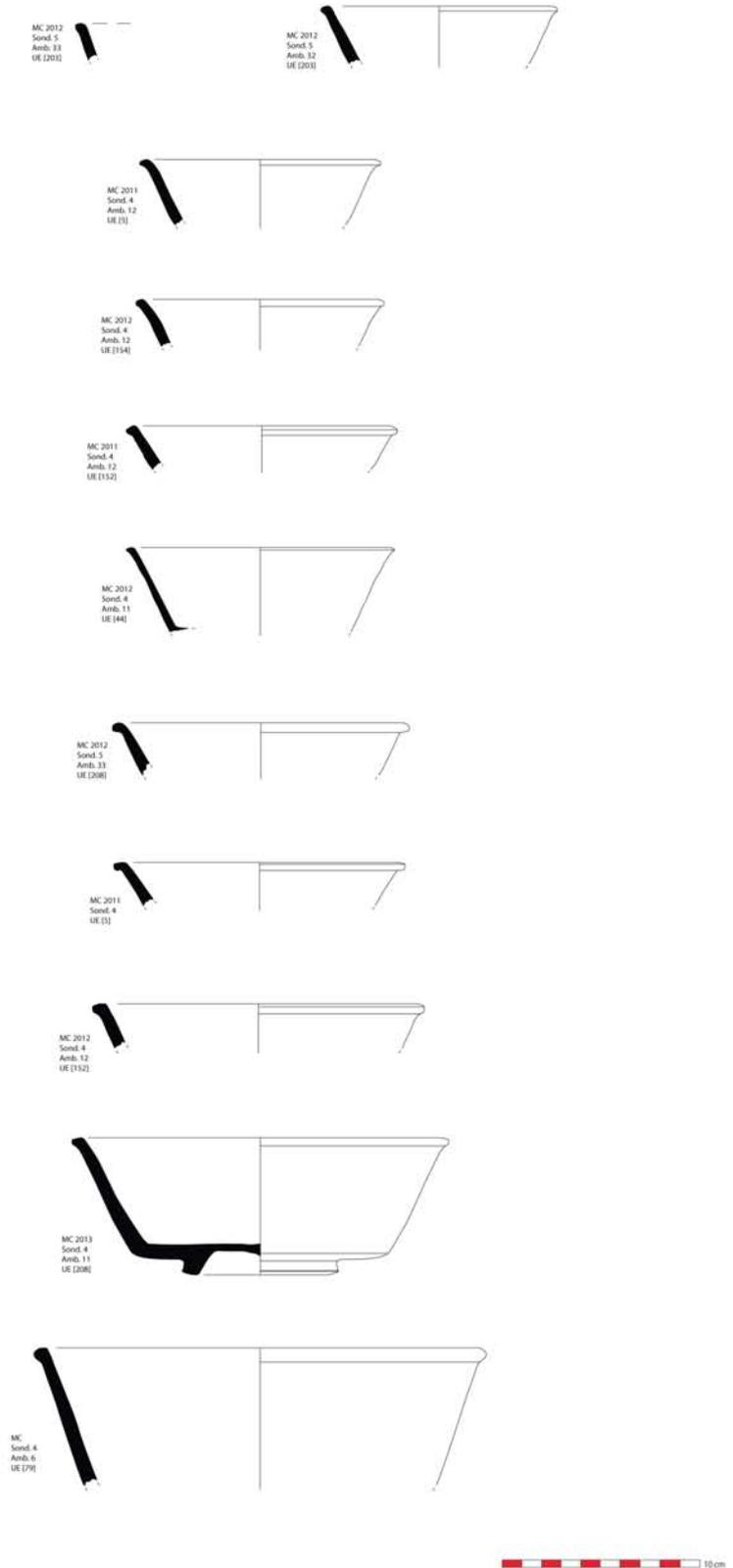


Figura 25
 Cerâmicas em pasta cinzenta identificados fora de contexto primário: taças Lamb. 28.

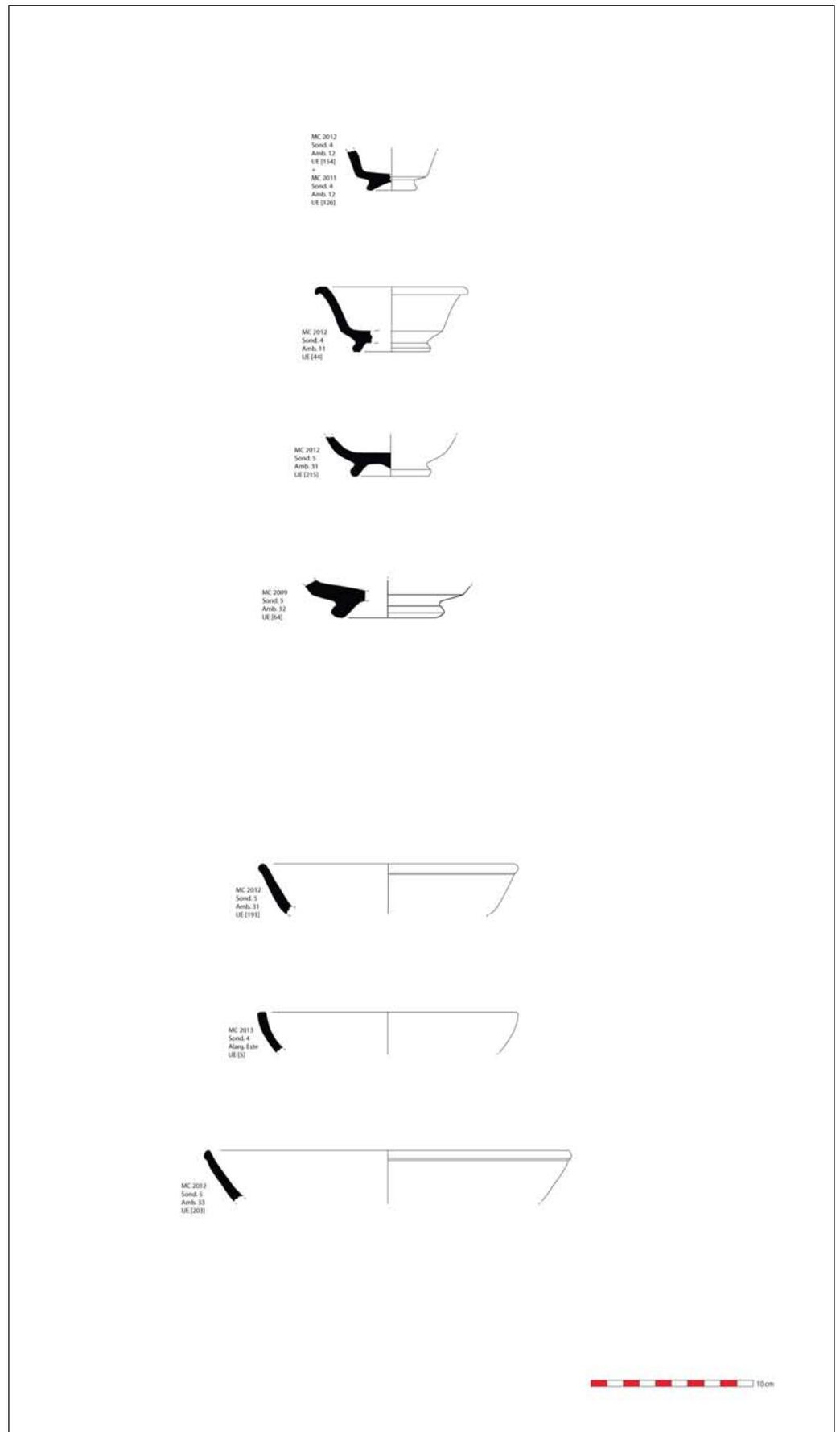


Figura 26
 Cerâmicas em pasta cinzenta identificados fora de contexto primário: taças Lamb. 2 e outras taças.

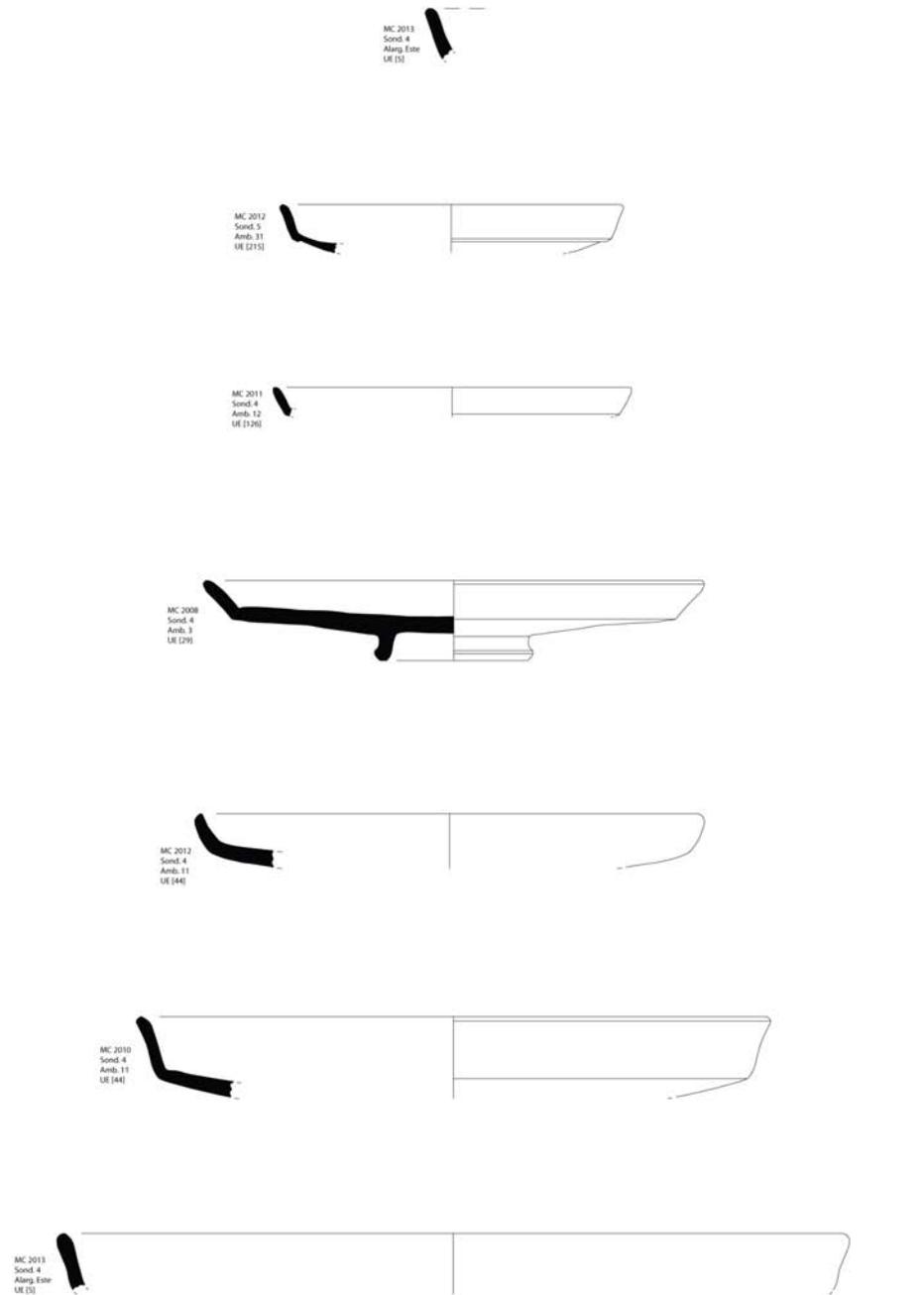


Figura 27
 Cerâmicas em pasta
 cinzenta identificados
 fora de contexto
 primário: pratos Lamb.
 7.

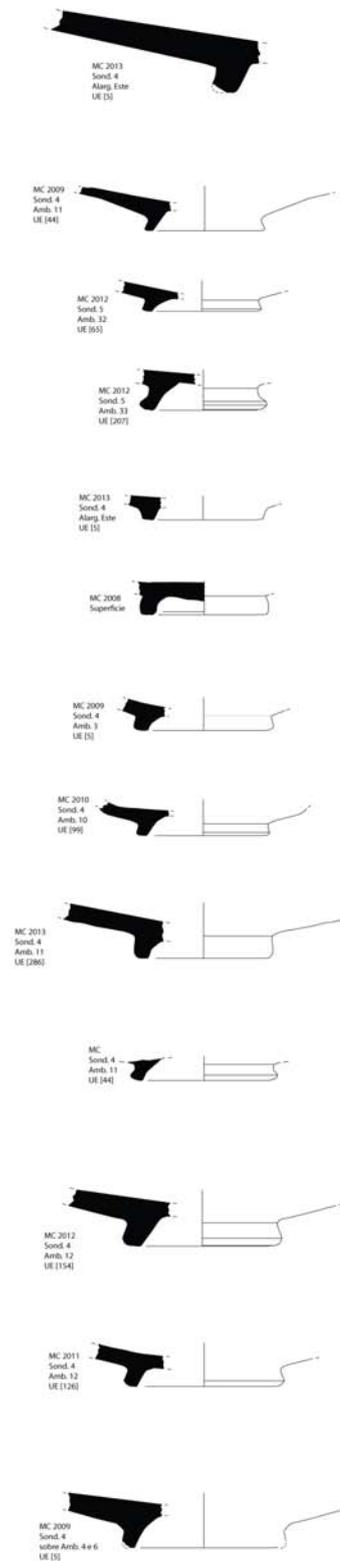


Figura 28
 Cerâmicas em pasta
 cinzenta identificados
 fora de contexto
 primário: fundos.



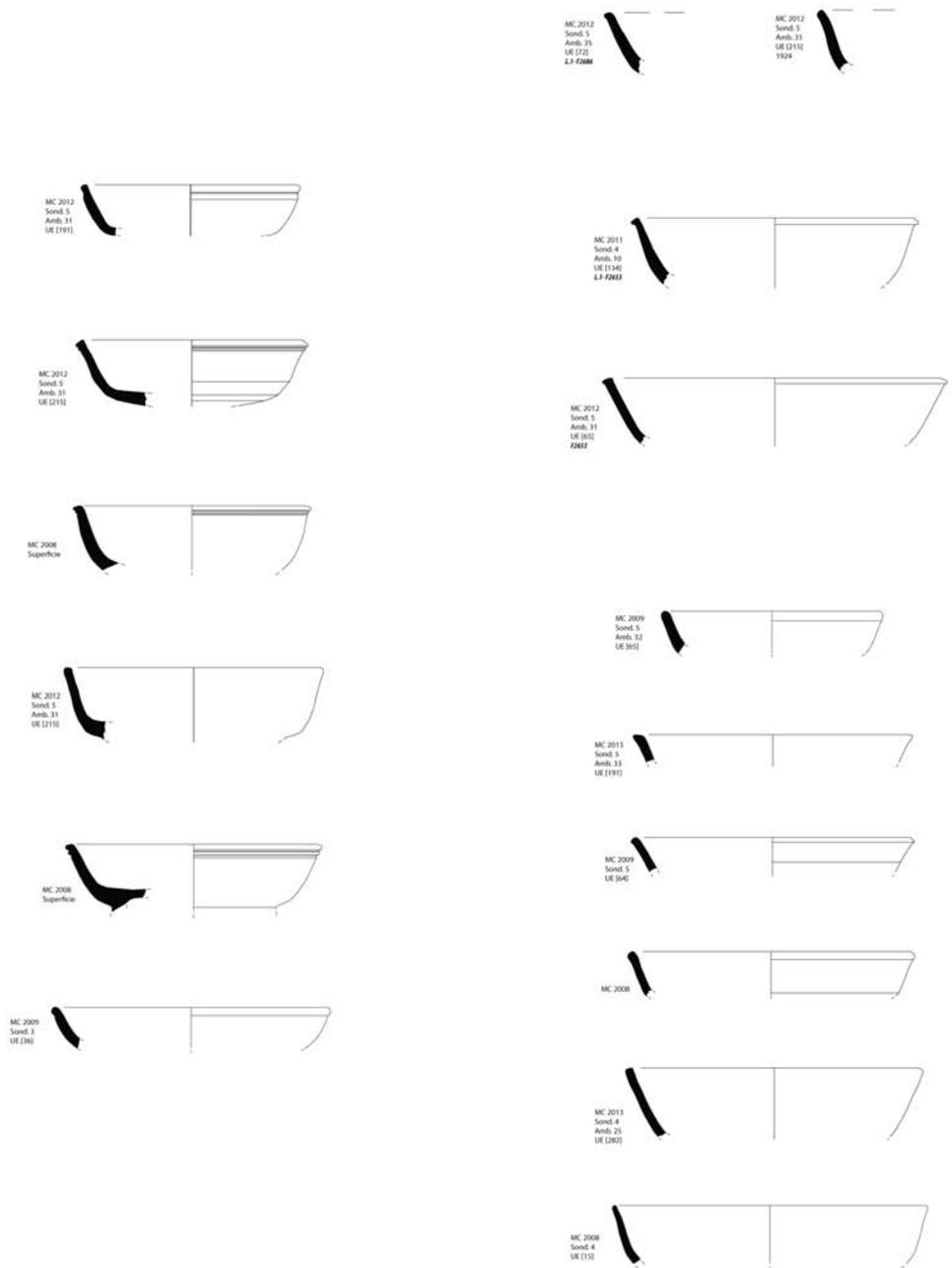


Figura 29
 Cerâmicas de verniz negro caleno fora de contexto: taças Lamb. 1 e outras taças.



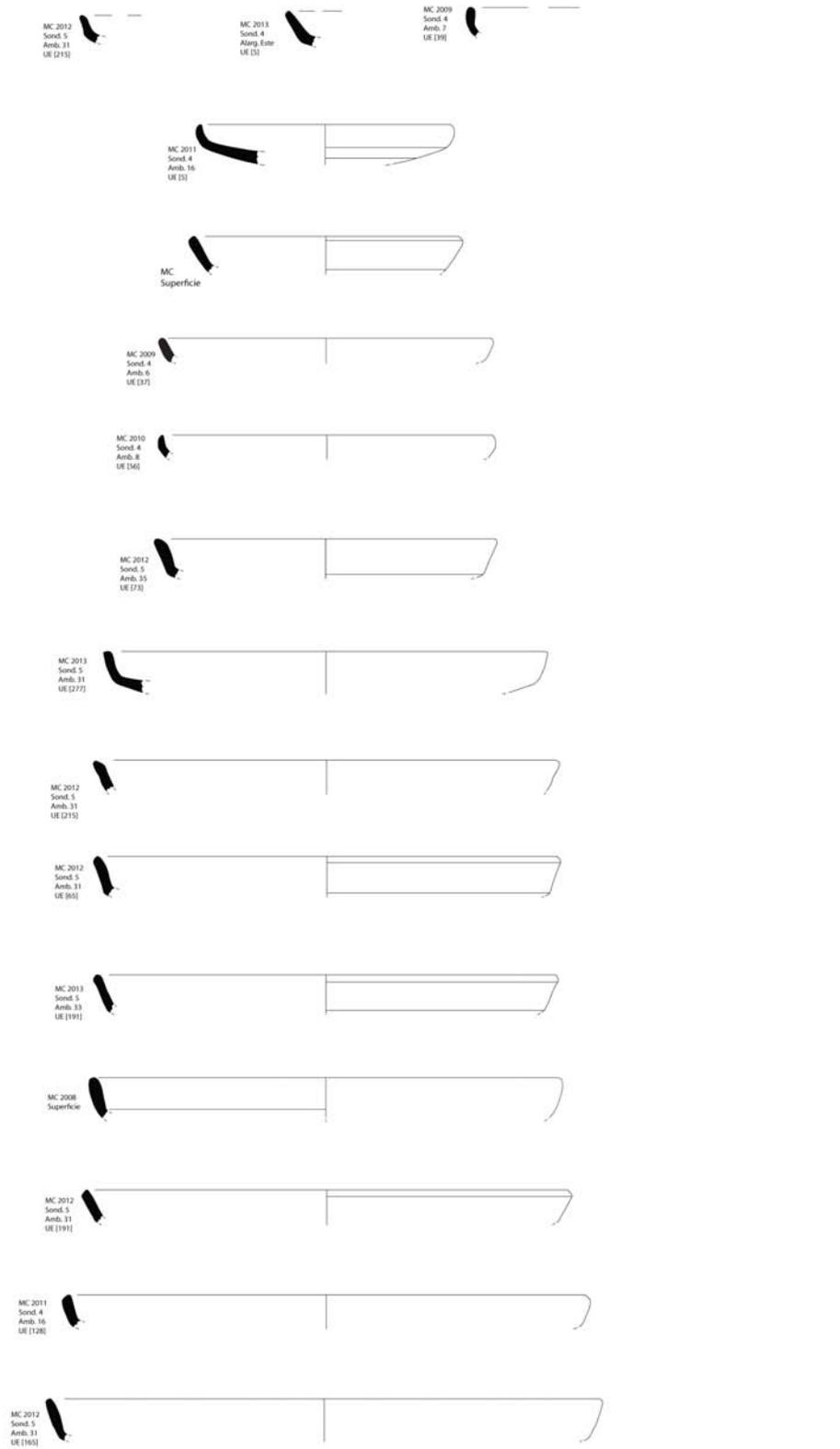


Figura 30
Cerâmicas de verniz
negro caleno fora
de contexto: pratos
Lamb. 5 e Lamb. 7.

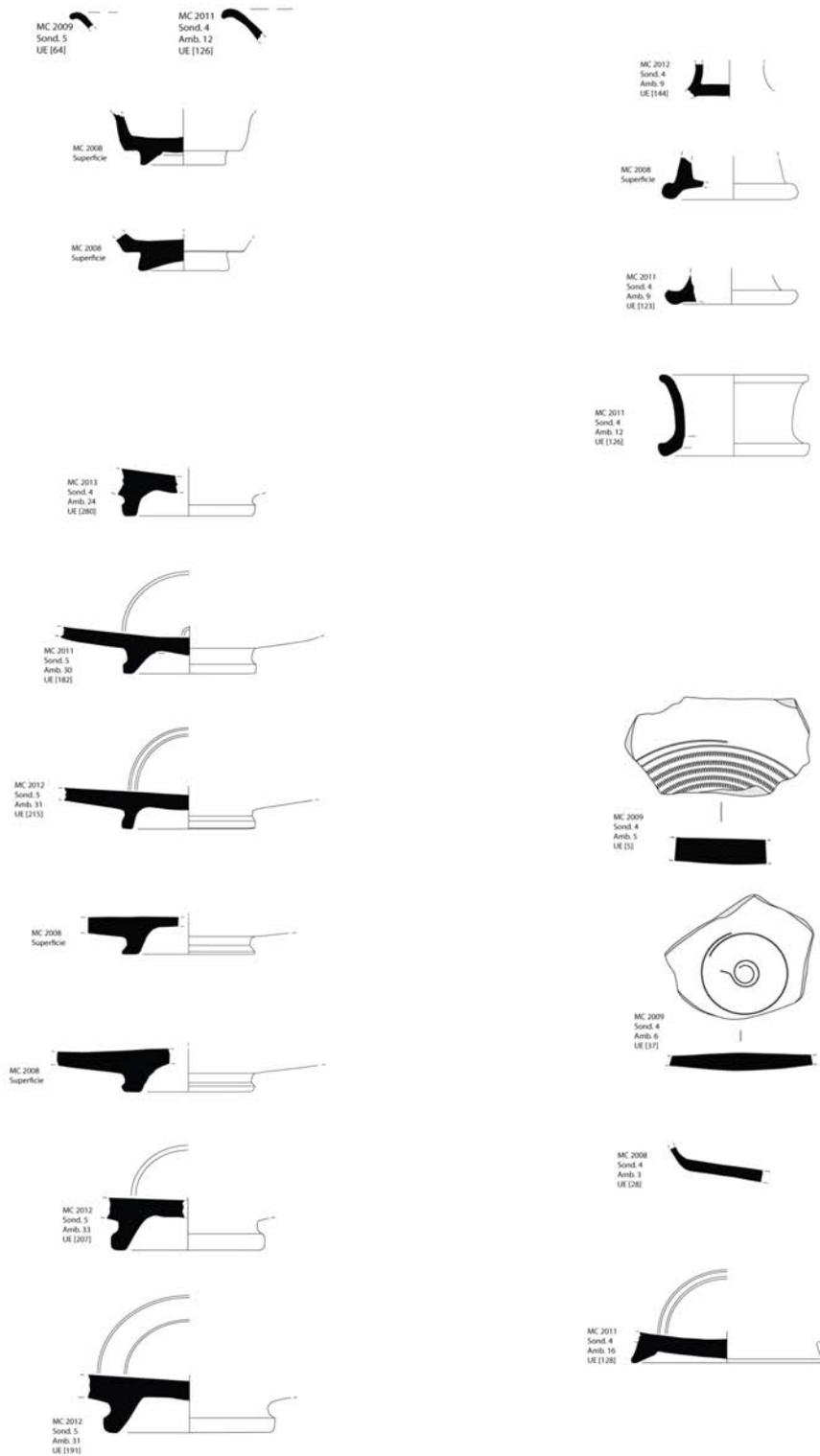


Figura 31
 Cerâmicas de verniz negro caleno fora de contexto: Lamb. 2, Lamb. 3 e fundos com decorações.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, C. (2011)** – A Cerâmica Campaniense em Mesas do Castelinho. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Volumes, 115, 161 p. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2994>
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010)** – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.
- ALMEIDA, R. R. (2008)** – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Collecció Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- CALADO, M.; DEUS, M.; MATALOTO, R. (2000)** – O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Revista de Guimarães – volume especial. Actas do Congresso de Proto-História Europeia – Centenário da morte de Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. II, pp. 759-774.
- CARVALHO, P.; MORAIS, R. (2010)** – Terra sigillata de tipo itálico. *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002, STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, pp. 139-152.
- CONSPECTUS= ETTLINGER, E. et al (2002)**: *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*, Dr. Rudolf Habelt GmbH, Bonn (Materialen zur romischgermanischen Keramik, Heft 10).
- DIAS, V. (2011)** – A Cerâmica campaniense de Monte Molião, Lagos. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Volumes, Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3020>
- DELGADO, M. (1971)** – Cerâmica campaniense em Portugal, em *Actas do II congresso Nacional de Arqueologia, vol. II*. Coimbra, pp. 403-420.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (1992)** – A romanização do actual território português. In *História de Portugal*. Direcção José Mattoso. Lisboa. Circulo de Leitores. Vol. I, pp. 202-299.
- FABIÃO, C. (2002)** – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, pp. 108-131.
- FABIÃO, C. (2004)** – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León, pp. 113-134.
- FABIÃO, C. (2004a)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords César Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, pp. 53-73.
- FABIÃO, C. (2007)** – El ejército romano en Portugal. em Morillo (ed.) *El Ejército Romano en Hispania (Guía Arqueológica)*. León: Universidad de León, pp. 113-134.
- FABIÃO, C., GUERRA, A. (1996)** – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*. N.º Zero, pp. 109-131.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J. (2013)** – Os projéteis de funda de Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- LAMBOGLIA, N. (1952)** – Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. In *Atti del I° Congresso Internazionale di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950), pp. 139-206.
- LUÍS, L. (2003)** – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos da Arqueologia. 27.
- LUÍS, L. (2010)** – Cerâmica Campaniense. In *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, pp. 111-138.
- MARIN JORDÁ, C.; RIBERA I LACOMBA, A. (2001)** – Las ceramicas de barniz negro de Cales en Hispania (y las Galias), em *Ceramica calena a vernice nera, produzione e diffusione*. Pedroni, L., Petruzzi Editore, pp. 246-295.

- MOREL, J. P. (1981a)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MOREL, J. P. (1981b)** – La produzione della ceramica campana : aspetti economici e sociali, em Giardina, A. e Schiavone, A. *Società romana e produzione schiavistica*, Editori Laterza, pp. 81-97.
- MORILLO, A. (ed.) (2007)** – *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León.
- MORILLO, A. (2008)** – Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos en Hispania *In Actes de la table ronde internationale (Madrid, novembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine. SALDVIE. N.º 8*. Universidad de Zaragoza, pp. 73-93.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1990)** – As Lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). In *Conimbriga*. Coimbra. XXIX, pp. 69-90.
- PEDRONI, L. (2000)** – Produzione e diffusione della ceramica calena “media”: problemi e ipotesi di lavoro. In *la ceramica de vernís negre dels s. II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibérica*, Mataró, p. 345-362.
- PEDRONI, L. (2001)** - Ceramica calena a vernice nera, produzione e diffusione. Petrucci Editore.
- PEÑA, J. T. (2007)** - *Roman Pottery in the Archaeological Record*. New York: Cambridge University Press.
- PINTO, I. V. e MORAIS, R. (2007)** – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, pp. 235-254.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008)** - O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série, n.º 16, pp. 26-37.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012)** – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. In *Cira Arqueologia* n.º 1. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2013)** – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2013a)** – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 31-42.
- PIMENTA, J. (2014)** – Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana. Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010*. Câmara Municipal do Seixal.
- PIMENTA, J. (2013b)** – O escudo romano de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 43-46.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013)** – A sequência estratigráfica de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 15-30.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014)** – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C*. Anejos de Archivo Español de Arqueologia, p. 125-142.
- PIMENTA, João; HENRIQUES, Eurico; MENDES, Henrique (2012)** – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PRINCIPAL, J.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013)** - El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina - La cerámica de barniz negro. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio romano*. Alcalá de Henares, pp. 43- 146.
- RICCI, M. (1973)** – Per una cronologia delle lucerne tardo-repubblicane. In *Rivista di Studi Liguri*. XXXIX. 39, pp. 168-234.

- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986)** – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa. S.N.P.R.C.N. Coleção Parques Naturais. 15.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (2012)** – Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. In *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*, Município de Palmela, Palmela, pp. 67-87.
- SILVA, R. B. (2012)** – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Prof.ª Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1973)** - Ocupação do período Proto-Romano do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Vol. 1, pp. 245-305.
- SORÍA, V. (2013)** - A cerâmica de mesa em época tardo republicana em *Scallabis*: o contributo da campaniense. In *Actas do II Congresso Internacional da SECAH*, Cádiz 2011, 249-269.
- SORÍA, V. (no prelo)** A cerâmica de mesa de pasta cinzenta que imita protótipos itálicos tardo republicanos/ protoimperiais, proveniente da Alcáçova de Santarém, in *Actas do II Congresso Internacional da SECAH*, Braga 2013.
- ULBERT, G. (1984)** – *Caceres el viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Estremadura*. *Madridrer Beitrage*. 11. Mainz-am-Rhein.
- VAZ PINTO, I.; SCHMITT, A. (2010)** – Cerâmica comum, em *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *STUDIA LUSITANA* 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, pp.219- 444.
- VIEGAS, C. (2011)** – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.

NOTAS

- ¹ Museu Municipal Vila Franca de Xira/UNIARQ
- ² Bolseiro FCT/ UNIARQ
- ³ Museu Municipal Vila Franca de Xira
- ⁴ Daqui em frente referir-se-á a esta produção baseando a terminologia sobre as suas características de fabrico (“pasta cinzenta”) porque o seu ou os seus centros de produção são alvo de debate e análise.
- ⁵ Manteve-se a dupla designação por tratar-se de fragmentos de fundo cuja classificação enquadra-se na tipologia do Lamboglia (1952) e do Conspectus (2002).
- ⁶ No Mediterrâneo Ocidental encontra-se esta forma já a partir da primeira metade do séc. II a.C.. Marin Jordá - Ribera 2001.
- ⁷ Embora a qui o fundo esteja classificado como Lamb. 5.
- ⁸ A título de exemplo veja-se o trabalho de Childe, V G 1931 Skara Brae; a Pictish Village in Orkney London.
- ⁹ Considerando a descrição das pastas pensamos que o conjunto possa ser atribuído á produção calena.
- ¹⁰ Fabião (1996, 119) faz referencia também a uma L. 4, não mencionada no artigo de 1973 de Soares e Silva.
- ¹¹ Período também referido como “próto-romano”, *ibid.*, 278.
- ¹² O Ulbert (1984, figg. 533-534) assinala a presença de dois bordes de prato L. 36 em verniz negro napolitano que não considera determinantes do ponto de vista cronológico.
- ¹³ Luis 2010. O autor não explicita o centro produtor mas pela descrição que faz, do Tipo 2, foi possível identificar este com as produções da colónia Latina de Cales.

O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa.

JOÃO PIMENTA¹ MUSEU MUNICIPAL VILA FRANCA DE XIRA/UNIARQ

ALEXANDRA GASPAR² DGPC

ANA GOMES³ DGPC

NUNO MOTA⁴ CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA (CAL-DPC-CML)

PEDRO MIRANDA⁵ CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA (CAL-DPC-CML)

Resumo:

Com o presente trabalho pretende-se trazer a público dados inéditos de grande relevância para o conhecimento do início da presença romana no Vale do Tejo.

As primeiras evidências da relevância científica e patrimonial dos edifícios Lote 40 (n.º 16-20) do Beco do Forno surgiram no ano de 2000, na sequência da escavação arqueológica por parte da equipa de arqueologia do então IPPAR. Decorre desta ação, a descoberta da evidência de estruturas preservadas de um edifício de época romana republicana que urgia investigar. Apenas em 2003/2004 se reuniram as condições para intervir no espaço correspondente ao edifício do período republicano.

No ano de 2010, os arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa realizaram uma intervenção de emergência, após o colapso de um muro de contenção que confinava com a propriedade adjacente, desenvolvendo o trabalho de escavação naquela área.

O somatório destas intervenções resultou na identificação de contextos e estrutura de Época Romana Republicana que agora se apresentam em conjunto.

Summary:

The present paper aims to bring to the public unpublished data of great relevance for the understanding of early Roman presence in the Tagus Valley.

The first evidence of the scientific significance of the buildings n.º 16-20 of Beco do Forno emerged in 2000, following the archaeological dig by the archeology team of the IPPAR.

Follows from this action, the discovery of preserved structures corresponding to a building dated from Roman Republican.

In 2010, archaeologists from the Lisbon City Council held an emergency intervention, after the collapse of a retaining wall that bordered upon the adjacent property, developing the work of excavation in that area.

The sum of these interventions resulted in the identification of contexts and structure of Roman Period Republican that now are presented together.

Introdução:

A intervenção arqueológica realizada no Lote 40 do Beco do Forno do Castelo de Lisboa, (edifícios n.º 16-20), é um caso exemplar, dos paradigmas metodológicos e conceptuais com que muitas vezes a arqueologia urbana nos confronta.

As primeiras evidências da relevância científica e patrimonial, deste espaço, surgiram no ano de 2000, na sequência da escavação arqueológica por parte da equipa de arqueologia do então IPPAR, dirigida por duas das signatárias, (A.G. e A.G.), motivada pelo projeto de reabilitação urbana da área da freguesia de Santa Cruz do Castelo, Projeto Integrado do Castelo (PIC).

Decorre desta ação, a descoberta da evidência de estruturas preservadas de um edifício de época romana republicana que urgia investigar.

Porém, as condicionantes do projeto de engenharia a implementar assim como questões inerentes de segurança dos trabalhos, impediram durante largos anos a sua realização.

Apenas em 2003/2004 se reuniram as condições para intervir no espaço correspondente ao edifício do período republicano, tendo então sido possível escavar parte do compartimento, pois o restante desenvolvia-se para um edifício contíguo que se encontrava profundamente aterrado e cuja cota de pavimento se erguia a mais de seis metros acima da área onde nos encontrávamos a escavar.

No ano de 2010, os arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa (N.M. e P.M.) realizaram uma intervenção de emergência, após o colapso de um muro de contenção que confinava com a propriedade adjacente, desenvolvendo o trabalho de escavação naquela área.

O somatório destas intervenções resultou na identificação de uma série de vestígios arqueológicos de Época Moderna e Medieval, de entre os quais sobressai a identificação de um conjunto de silos que corresponde a uma área de armazenagem do Castelo utilizada desde época islâmica até ao século XV/XVI, mas também de contextos e estrutura de Época Romana Republicana que agora se apresentam em conjunto.

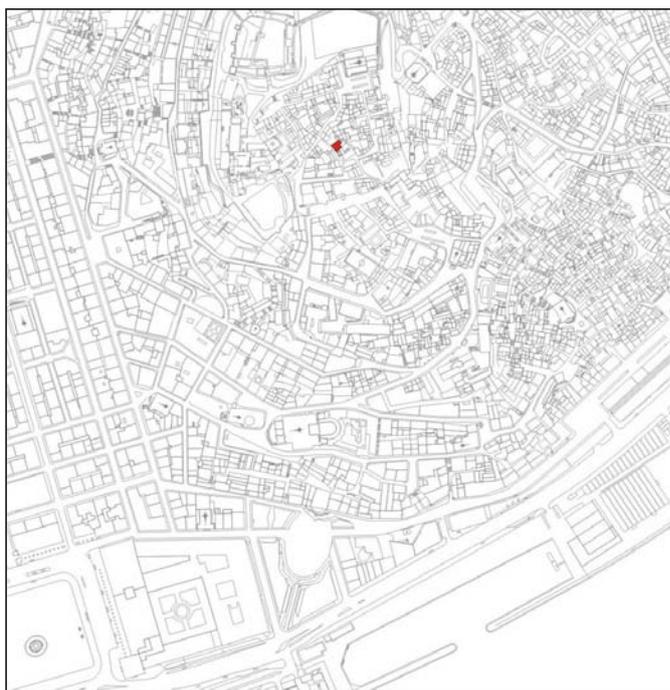


Figura 1
Localização dos
edifícios Lote 40 do
Beco do Forno da
Freguesia de Santa
Cruz do Castelo na
planta de Lisboa.

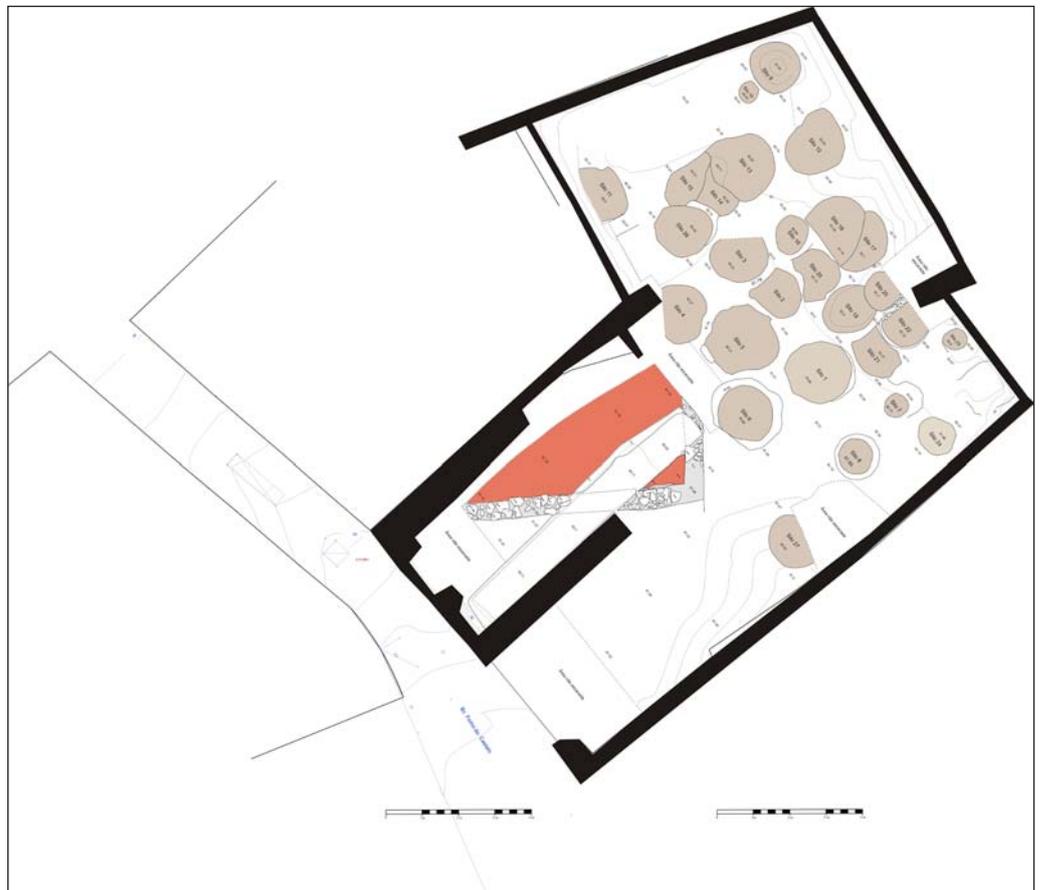
Figura 2

Planta do edifício Lote 40 do Beco do Forno, com a localização das diversas áreas intervencionadas. Assim como a diferenciação das mesmas por ano de escavação. A amarelo vala ilegal prévia à escavação. A cinzento claro área intervencionada em 2003/2004. A cinzento-escuro área intervencionada em 2010.



Figura 3

Planta da área escavada em 2003/2004.



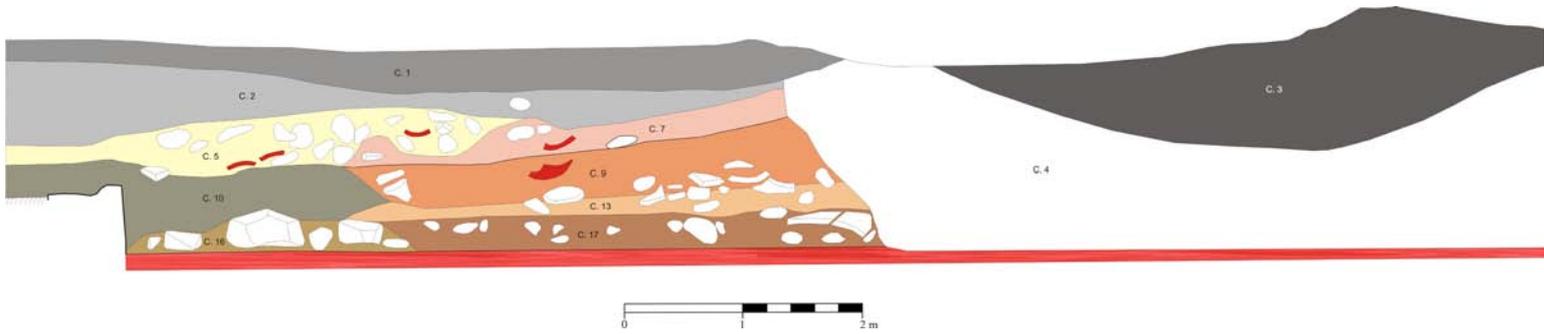


Figura 4
Perfil norte da
área escavada em
2003/2004.

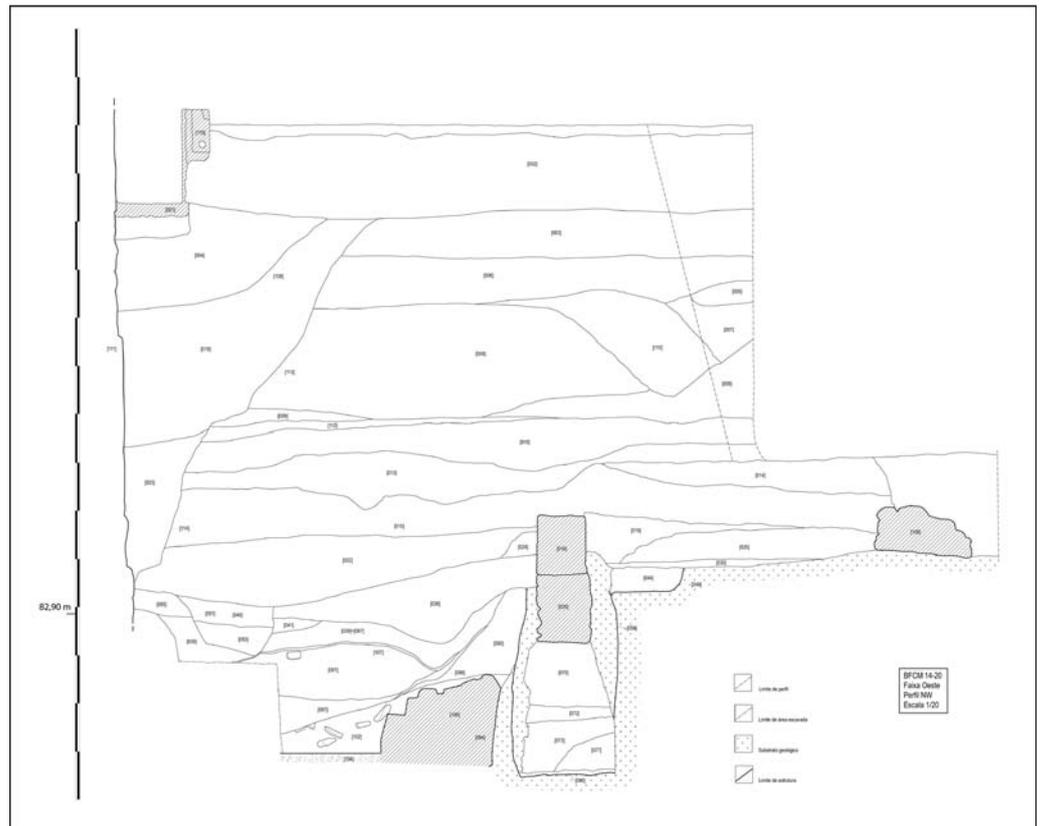


Figura 5
Perfil norte da área
escavada em 2010.

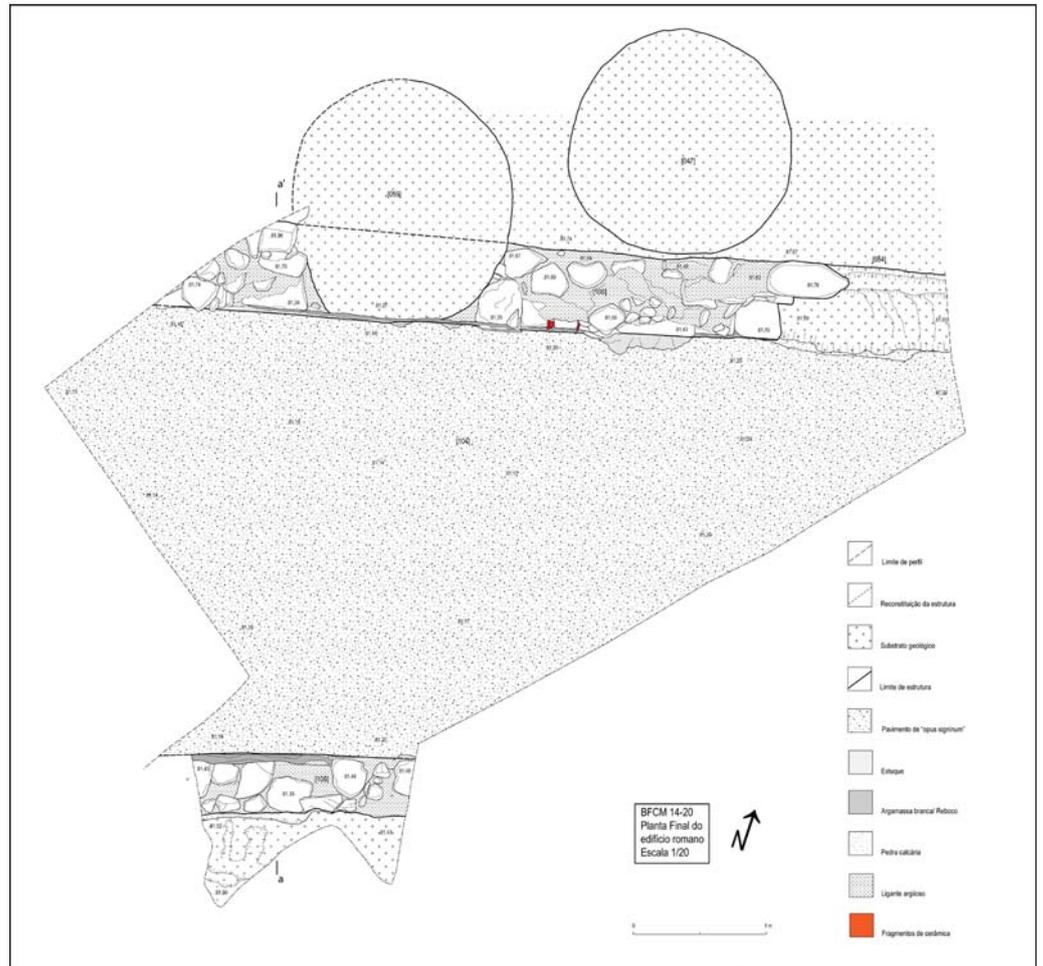


Figura 6
Planta da área
escavada em 2010.

1. O edifício republicano

Como referimos, data do ano 2000, a constatação da relevância científica e patrimonial deste espaço. Esta decorre, da abertura ilegal de uma vala, no interior de um edifício a recuperar no âmbito do PIC. Ao verificar-se esta situação, a equipa de arqueologia no terreno apurou que esta vala cortou uma série de realidades arqueológicas, entre as quais se destaca um edifício de cronologia romana republicana que urgia investigar.

Tendo em conta a análise da sequência estratigráfica, efetuada nas duas campanhas de escavação, verifica-se que toda a área do edifício do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 encontrava-se profundamente afetada pela construção de estruturas negativas em época medieval, sobretudo silos. Esta situação dificulta e muito, as leituras horizontais, para épocas pretéritas.

Apenas nas zonas com cotas de construção inferiores, correspondentes à área mais próxima da rua actual, os vestígios estruturais anteriores ao período medieval se conservaram. Contudo, mesmo neste sector esta dinâmica de desconstrução encontra-se atestada por uma profunda vala de roubo de pedra datada do período islâmico (ver fig. 4, Camada 3 e 4). As evidências estruturais do período romano republicano correspondem a parte de um edifício necessariamente mais amplo, o qual denota uma total rotura com as técnicas de construção do mundo indígena da Idade do Ferro.

O compartimento identificado apresenta uma planta retangular, embora tendencialmente trapezoidal, com 6,80 m de comprimento mínimo por 3,30 m de largura média. Não tendo sido possível identificar a sua extremidade oeste, devendo esta prolongar-se, pelo menos parcialmente, sob a atual artéria do Beco do Forno (ver figura 8), embora na intervenção arqueológica aí realizada não tenha sido possível identificar vestígios do edifício.

A nível de implantação, verifica-se que a sua construção implicou a escavação do substrato geológico calcário em todos os seus lados, assim como o corte de níveis e estruturas anteriores datados da Idade do Ferro. Essa situação é melhor visível no seu limite norte, onde este se encontra encostado em pelo menos 1,30 metros de altura, de encontro a esse mesmo substrato. É assim claro que estaríamos perante um compartimento parcialmente soterrado, sendo aliás esta circunstância que permitiu a sua sobrevivência até aos nossos dias (ver figura 14).

A sua orientação implanta-se grosso-modo de acordo com os pontos cardiais, verificando-se um alinhamento Este-Oeste.

Não deixa de ser pertinente sublinhar que a construção deste edifício corta um pavimento de argila vermelha compactada e um soco de parede em pedra seca, correspondendo ao urbanismo indígena da Idade do Ferro. Tendo em conta os elementos recolhidos parece tratar-se neste caso de uma habitação.

Como referimos, as técnicas de construção, evidenciam igualmente um claro contraste com o que conhecemos do urbanismo indígena. Este contraste evidencia-se na forma de construir, assim como nas novas técnicas e acabamentos, tais como, na utilização de argamassas enquanto revestimento parietal e pavimentos de cariz impermeabilizante.



Figura 7
Planta final da área escavada, com o resultado de ambas as intervenções.



Figura 8
Planta esquemática do edifício romano republicano. A vermelho muros preservados a cinzento reconstituição plausível.



Figura 9
Fotografia geral da
área intervencionada
em 2003/2004.



Figura 10
Pormenor da área
intervencionada em
2003/2004.



Figura 11
Pormenor da área
intervencionada em
2003/2004.



Figura 12
Fotografia da área
intervencionada em
2010.

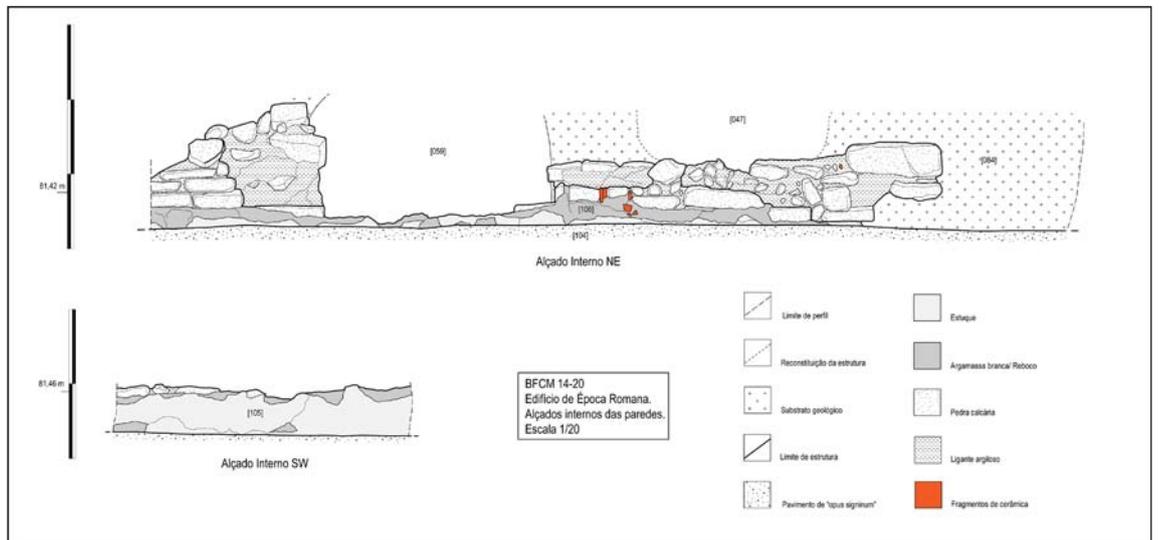


Figura 13
Alçado norte edifício romano republicano.

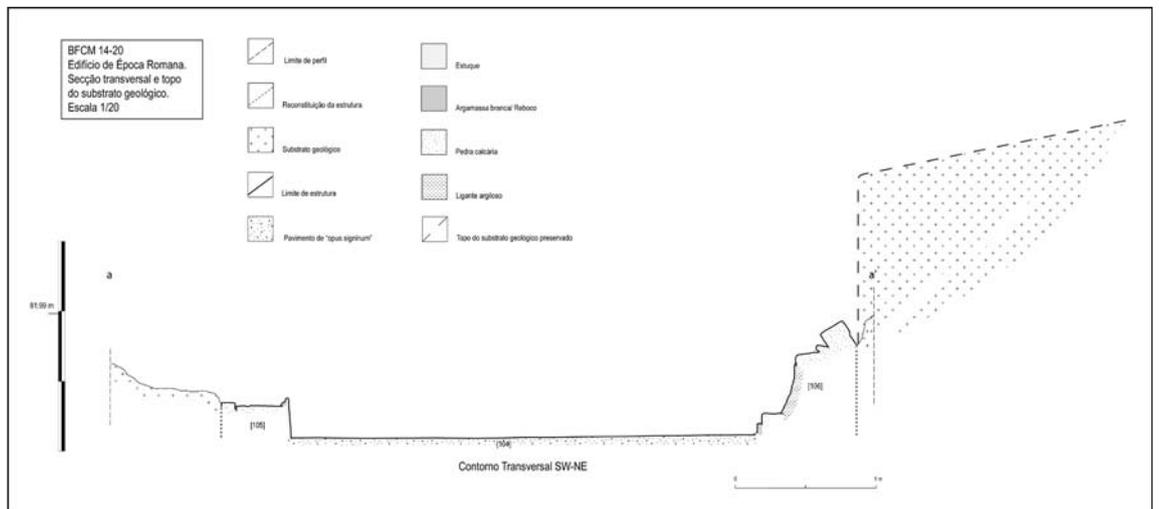


Figura 14
Corte norte-sul edifício romano republicano.



Figura 15
Fotografia da área
intervencionada em
2003/2004, sendo
visível em corte
a abundância de
material fragmentado.

As paredes são construídas em fiadas regulares de elementos pétreos calcários e de arenito toscamente aparelhados ligados por argila. Tendo em conta a existência de derrubes pétreos, a altura do nível geológico a norte, e a inexistência de vestígios de adobe parecem-nos plausível que estas paredes seriam totalmente erguidas em pedra. A face interna das mesmas encontra-se rebocada com argamassa de cal e estucadas (com utilização da técnica de “encasque” com fragmentos de ânforas). Um dos elementos mais reveladores foi a deteção de que este compartimento apresenta um pavimento de argamassa impermeabilizante denominado *opus signinum*.

Embora existam alguns antecedentes no mundo Ibérico e Púnico noutras áreas peninsulares, no extremo ocidente este tipo de argamassa foi introduzido pelos romanos tendo uma origem centro Itálica.

Para o período que nos reportamos esta técnica tanto quanto sabemos, não se encontra até ao momento atestada no território português. Contudo, em contextos mais meridionais onde a presença romana se fez sentir desde cedo, a utilização de pavimentos em *opus signinum* encontra-se atestada desde o século II a.C. Um dos melhores exemplos são as termas da antiga Colonia Romana de *Valentia*, detetadas na escavação de L’Almoína (Ribera I Lacomba, 1998).

Exemplos de edificações coetâneas e com técnicas de construção similares encontram-se atestados na península Ibérica em áreas fortemente romanizadas, tais como Córdoba – em pavimentos de edifícios habitacionais (Murillo Redondo; Jiménez Salvador, 2002); Cabrera de Mar, possivelmente a antiga cidade romana de Illuro, num edifício termal em excepcional estado de conservação (Martín Menéndez; García Roselló, 2002); no Vale do Ebro, na antiga cidade romana de Graccurreis (Alfaro), em pavimentos de edifícios habitacionais (Hernández Vera, 2002); na Colónia Celsa em habitações, assim como na cidade romana de La Caridad – Teruel (Vicente et al., 1991).



Figura 16
Fotografia da área
intervencionada em
2003/2004, sendo
visível em corte o nível
de colapso da parede.

Ao nível das soluções de cobertura para este edificado, não dispomos de grandes informações. Os contextos intervencionados permitiram recolher apenas dois fragmentos de tégulas. A sua presença, apesar de ser particularmente relevante face à sua cronologia e ao ineditismo para fases tão precoces da presença romana, não autoriza uma interpretação de ter sido esta a solução. É plausível que tivéssemos um telhado misto de materiais perecíveis com alguma tégula nas extremidades.

2. Leitura estratigráfica do seu abandono

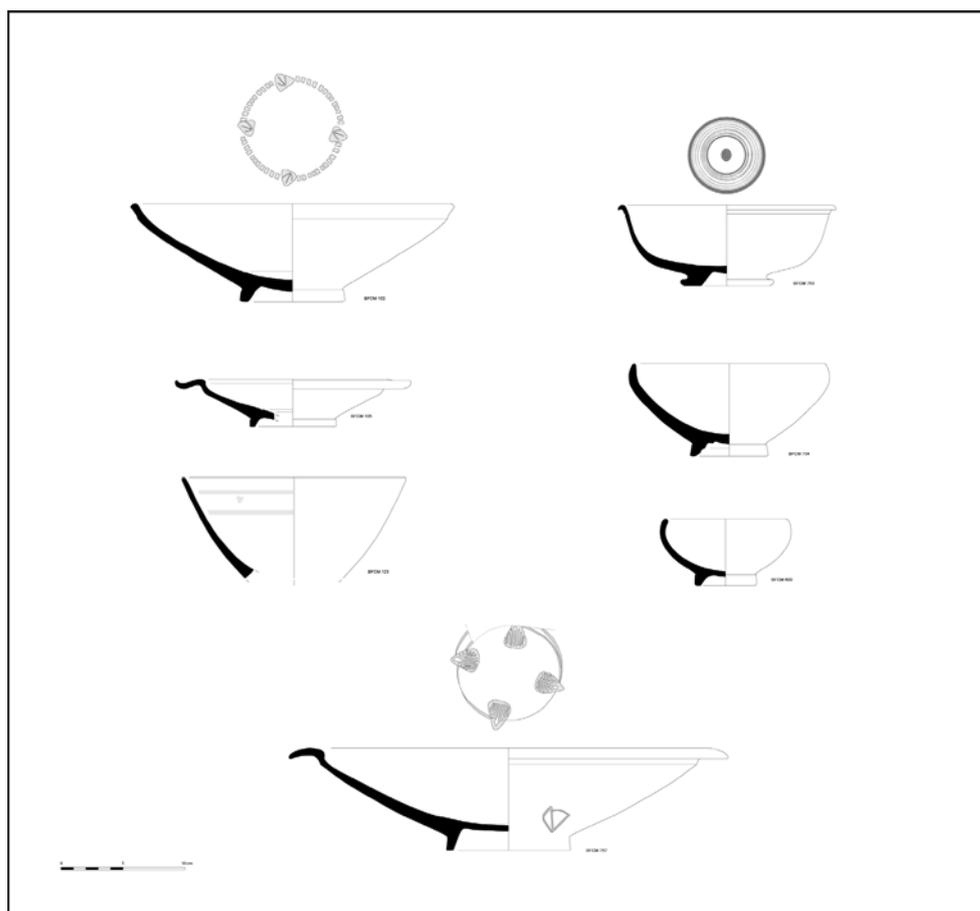


Figura 17
Cerâmica de verniz negro da península itálica. Campaniense A: BFCM 102 – Lamb. 27; BFCM 105 – Lamb. 6; BFCM 123 – Lamb. 31 com pintura a branco; BFCM 757 – Lamb. 36; BFCM 754 – Lamb. 25; BFCM 600 – Lamb. 24. Campaniense B Etrusca: BFCM 753 – Lamb. 8a.

norte de África, do mundo Ibérico e do círculo do estreito de Gibraltar que permitem aferir uma cronologia relativa segura que remete para os meados da segunda metade do século II a.C.

Não é aqui o espaço para apresentar detalhadamente o volumoso contexto que foi exumado, e que se encontra em fase de tratamento por uma equipa mais alargada, para publicação de maior fôlego. Importa reter porém em linhas gerais o fácies de importação atestado. A nível das cerâmicas finas, identificou-se um significativo conjunto de cerâmicas de verniz negro de produção da península Itálica. Entre estas existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles, com associações formais que remetem para a Fase Clássica-média com balizas cronológicas centradas entre 180-100 a.C. (Principal Ponce e Ribera I Lacomba, 2013). Encontram-se igualmente representadas cerâmica Campaniense B de Cales, e a Campaniense B Etrusca, nomeadamente a taça Lamboglia 8ª/F2566 (ver figura 17).

Os contextos preservados, diretamente associados a este edifício, correspondem ao seu abandono/destruição. A análise cuidada destas unidades estratigráficas permitem verificar, do ponto de vista tafonómico, um abandono deliberado desta área plasmado no colapso das suas paredes, assim como num nível de descarte de material essencialmente cerâmico fragmentado em conexão.

A análise do registo arqueológico é interessante. Apesar de verificar-se nestes contextos uma enorme riqueza de materiais cerâmicos, muito deles quebrados deliberadamente, não se recolheu por qualquer das equipas que intervirão neste espaço qualquer elemento metálico. Este momento encontra-se bem definido do ponto de vista da cronologia, tendo sido possível registar um contexto rico em importações cerâmicas da península itálica, do

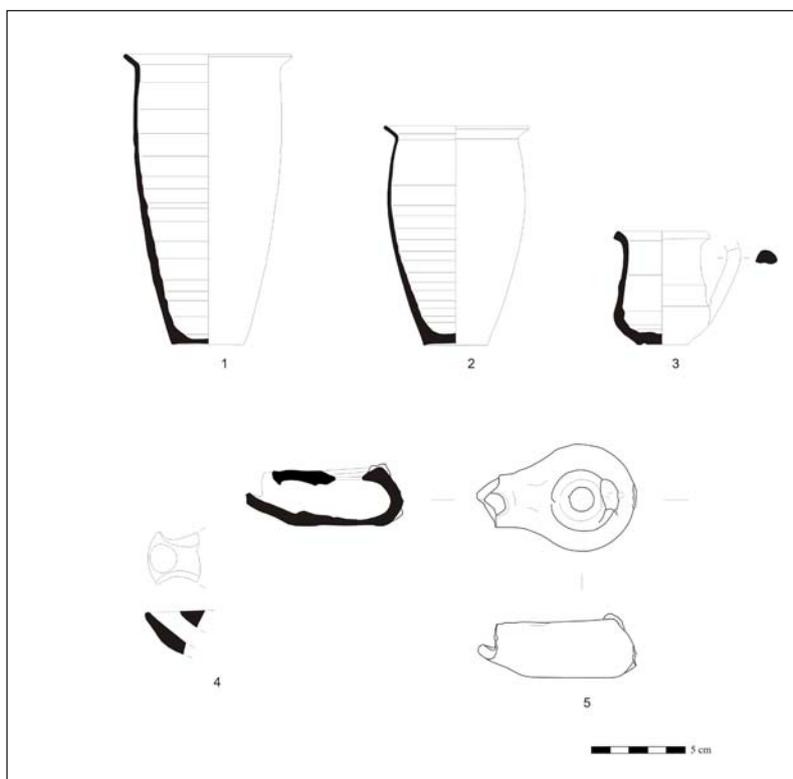


Figura 18
N.º 1 e 2 Forma II de Mayet de Cerâmica de paredes finas da península itálica. N.º 3 Jarrinho de Cerâmica Cinzenta Emporitana. N.º 4 Lucerna da Forma Dressel 1 em Campaniense A.

de tradição da Idade do Ferro, nomeadamente dois jarros completos em cerâmica cinzenta com decoração brunida (figura 21, 27 e 28), registou-se um significativo conjunto de cerâmicas comuns produzidas na península itálica, com as típicas pastas da região da Campânia. Entre estas destaca-se a forma Comum Itálica *Patina* Lt 6 C e C E e a *Couvercle* 7 A. (ver figura 20) (Bats, 1993).

A cerâmica Ibérica encontra-se documentada nestes níveis. A forma mais representada é o *kalathos*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de lábio moldurado (ver figura 19). Encontram-se igualmente atestadas as importações de cerâmica cinzenta, de possível produção da cidade de Ampúrias, representadas por um *Guttus*, (ver figura 18, n.º 3), da forma D-I da tipologia da cerâmica cinzenta Ampúritana, com cronologias do século II-I a.C. (Barberà I Farràs et al., 1993). Sublinhe-se que estes vasos estão presentes nos níveis de fundação de Valência (Ribera I Lacomba, 1998)

A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, atestando um fácies de importação similar ao já detetado para a primeira fase da presença romana em Olisipo (Pimenta, 2005). Os contentores vinícolas da península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica, ânforas Greco-Itálicas tardias ou de transição e ânforas Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número ânforas da costa Adriática, Greco-Itálicas tardias e ânforas de Brindisi (ver figura 22, n.º 1 a 5).

Paralelamente aos produtos Itálicos assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía Gaditana e a área Líbio-Tunisina.

Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN), alguns escassos fragmentos de T. 7.4.3.3. (Manã C2b) de Ramon Torres (1995) e um bocal de uma ânfora que tem vindo a ser denominada como Castro Marim 1 (Arruda, et al., 2006) (ver figura 23, n.º 1).

A importação de azeite da área Líbio-Tunisina está documentada pela presença de nume-

A par destas encontram-se bem representados neste compartimento os delicados copos de paredes finas de produção Itálica, das formas I e II de Mayet (ver figura 18, n.º 1 e 2), identificando-se duas séries distintas a nível da sua altura (López Mullor, 2013).

A prática de iluminação encontra-se bem atestada neste edifício, tendo-se recolhido três lucernas. Estão atestados dois exemplares de tradição helenística, da forma Ricci B, e um invulgar exemplar já de influência itálica da forma Dressel 1, revestido com verniz negro de produção napolitana ou Campaniense A (ver figura 18, n.º 4).

Entre a cerâmica comum, detetou-se um registo particularmente interessante e significativo a nível da interpretação dos utilizadores deste edifício. Ainda que se encontrem atestadas algumas cerâmicas

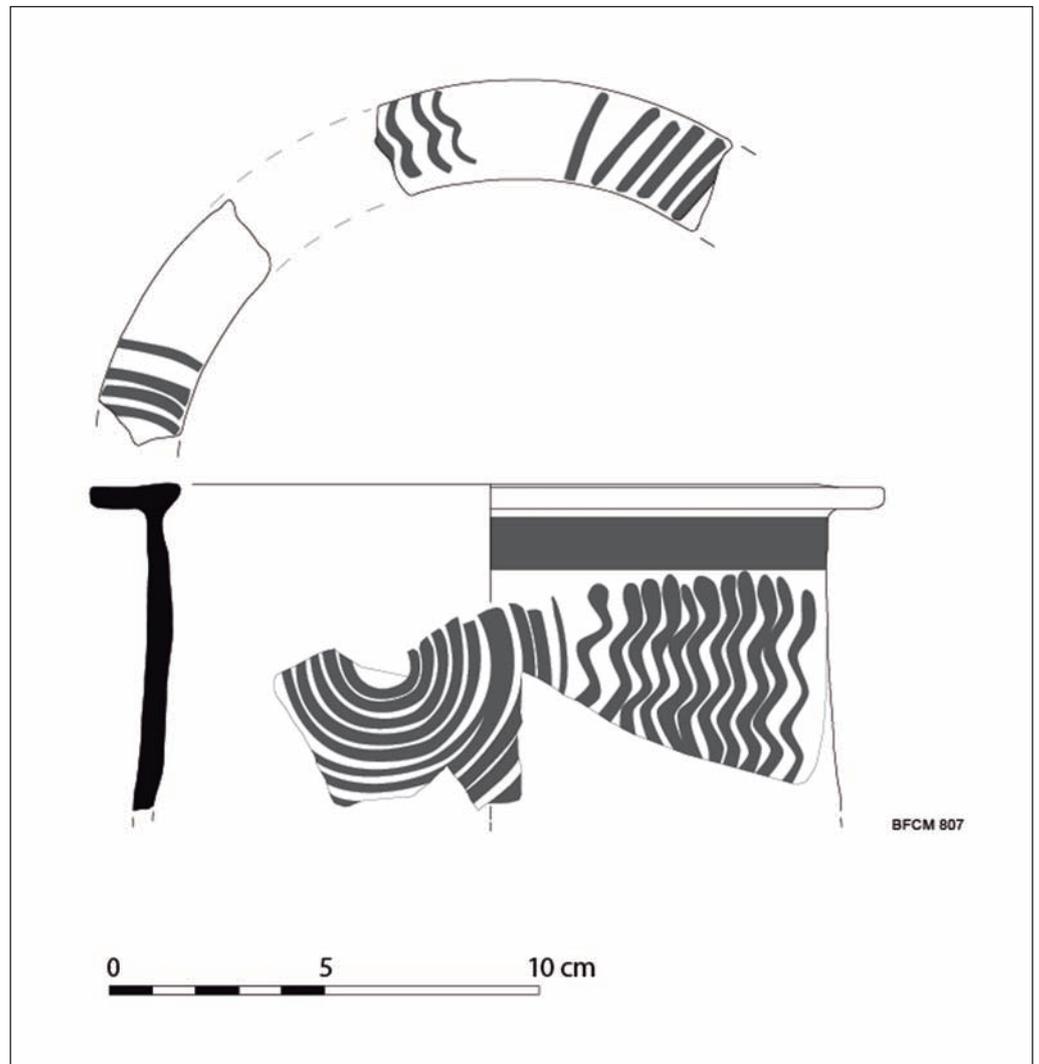


Figura 19
Kalathos de provável
produção Ibérica
pintado a vermelho.

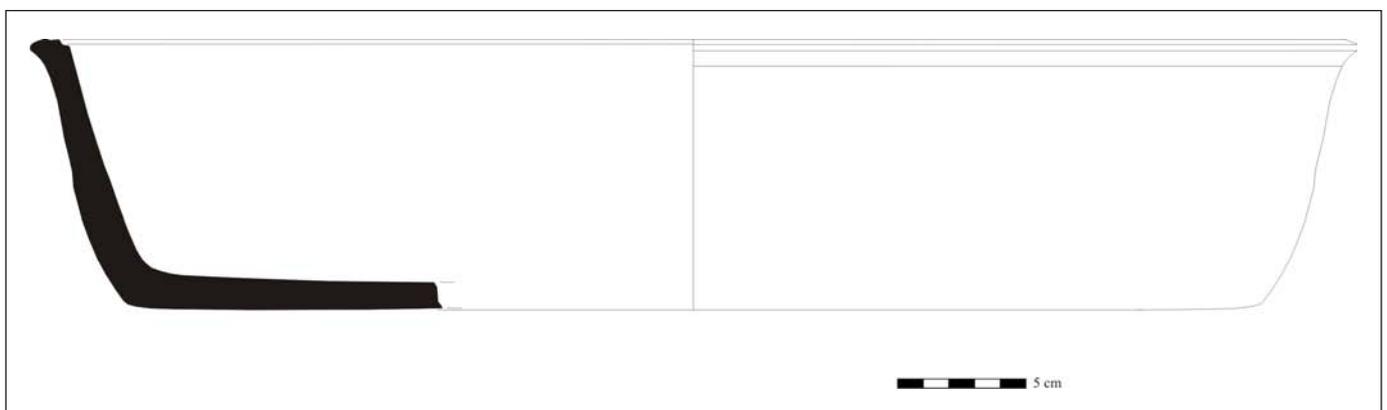


Figura 20
Cerâmica Comum
Itálica da forma *Patina*
Lt 6 C

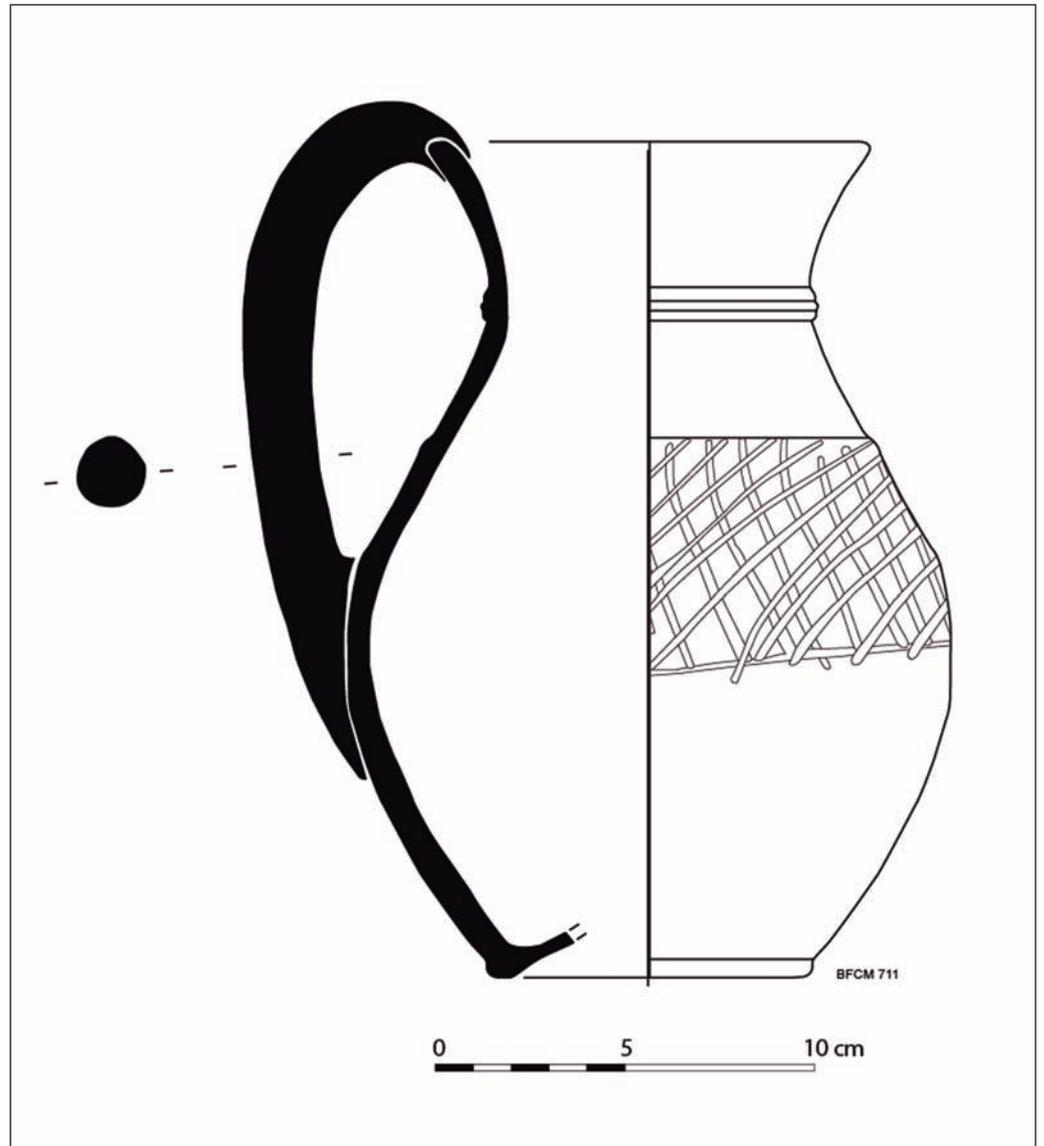


Figura 21
Jarro em cerâmica
cinzenta com
decoreção brunida.

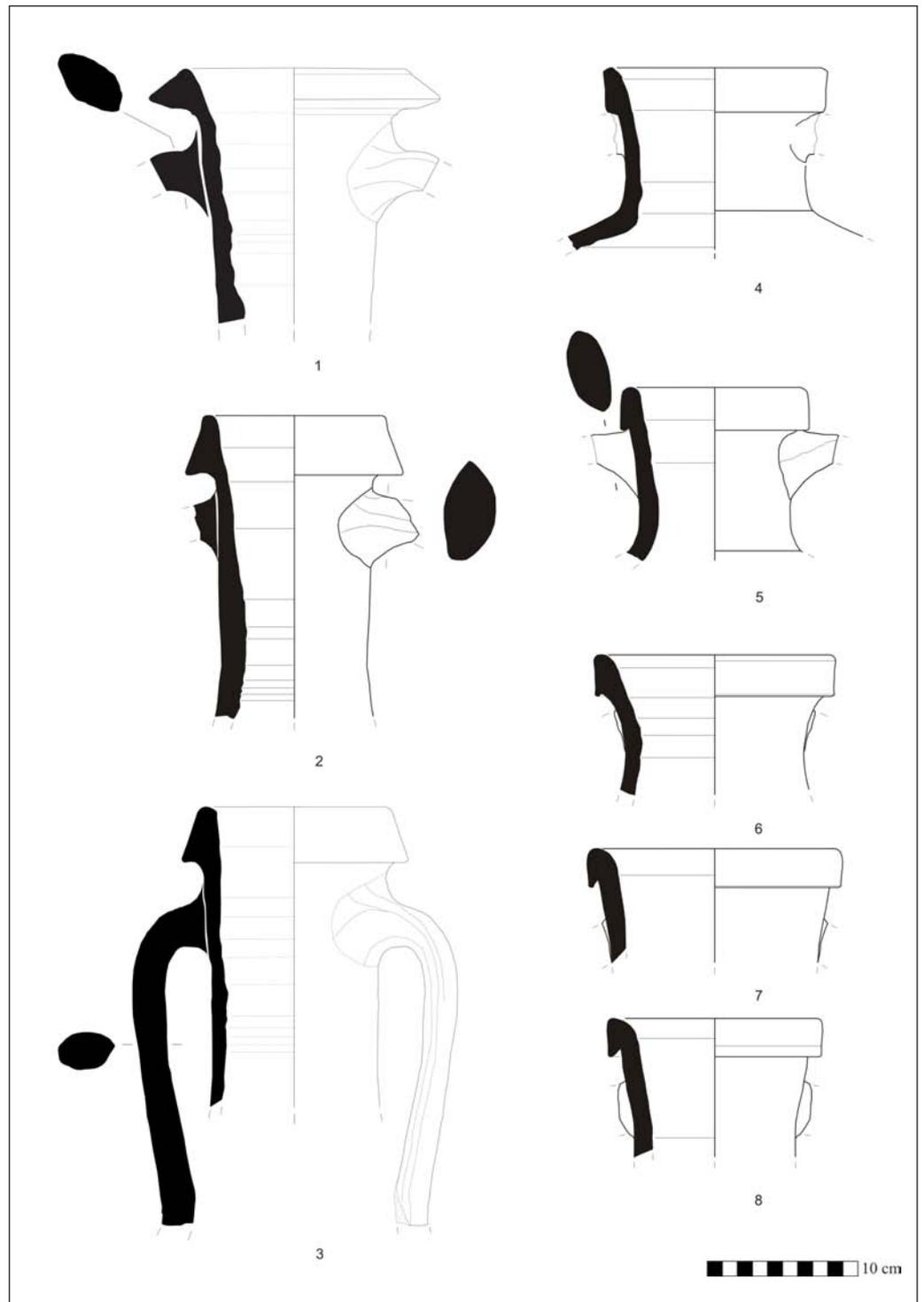


Figura 22
 N.º 1 – Ânfora Greco-Itálica; N.º 2 e 3 – Ânfora Dressel 1; N.º 4 e 5 – Ânfora de Brindisi; N.º 6 a 8 – Ânfora Tripolitana Antiga.

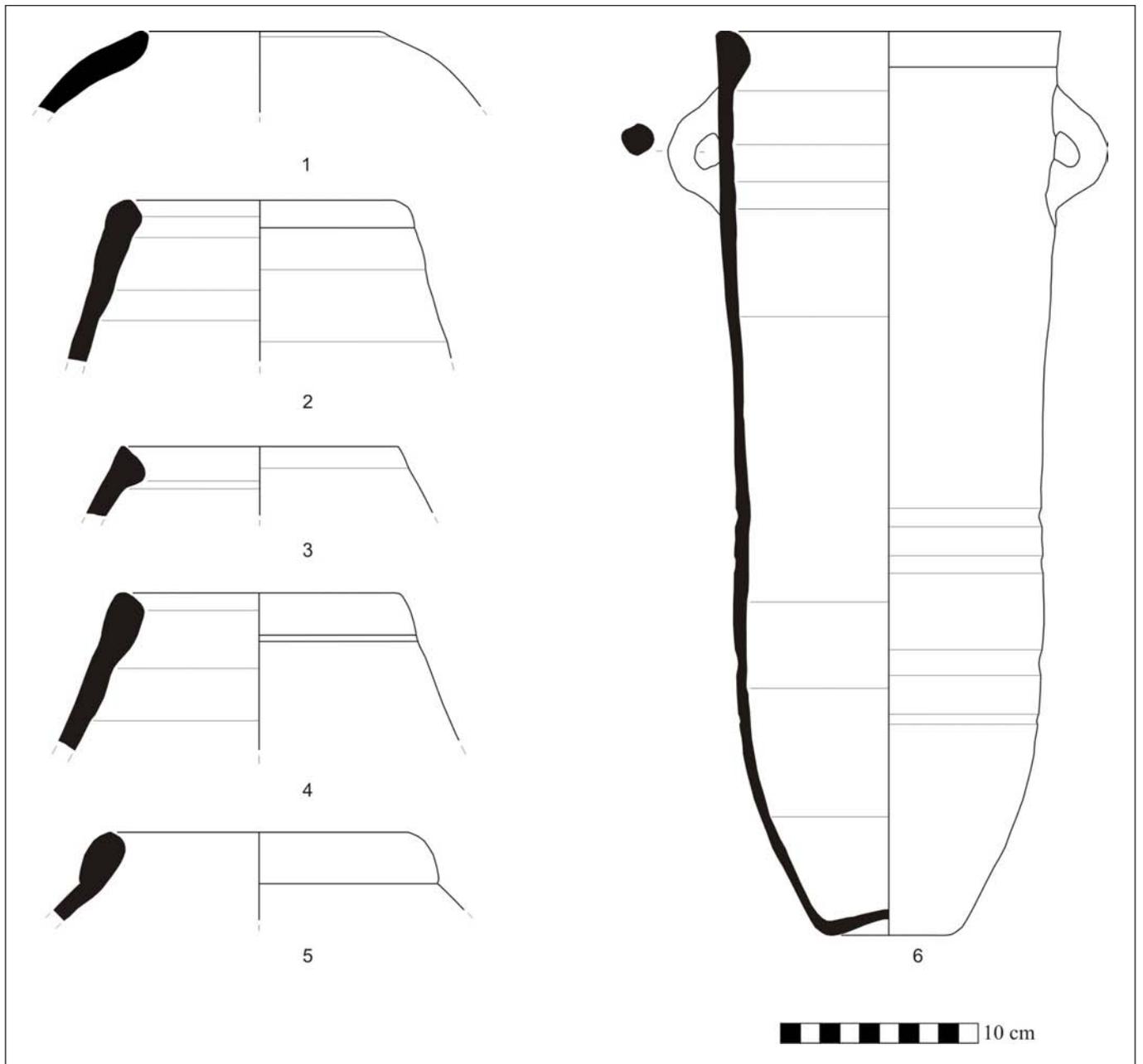


Figura 23

N.º 1 Ânfora tipo
Castro Marim 1, N.º 2
a 4 - Tipo 7 Estuário
do Tejo; N.º 5 – Tipo 6
Estuário do Tejo; N.º
6 – Tipo Tipo 9.1.1.1.
(CCNN).

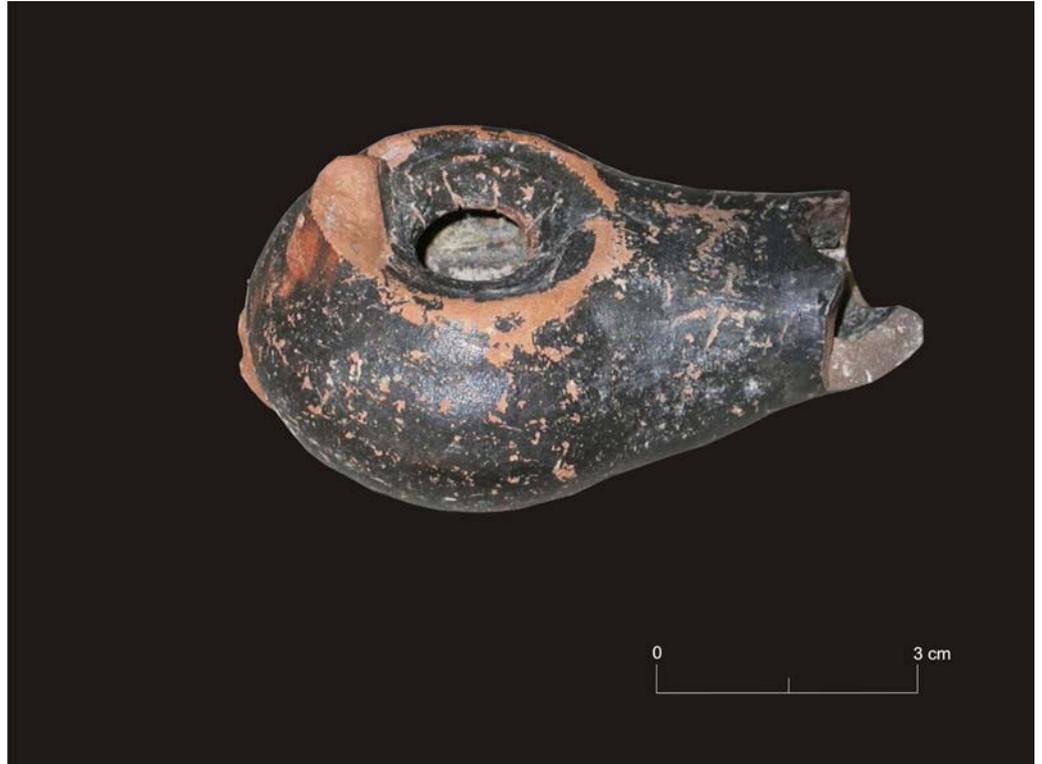


Figura 24
Lucerna da Forma
Dressel 1, revestido
com verniz negro de
produção napolitana
ou Campaniense A.



Figura 25
Copo em paredes
finas de produção
Itálica da forma Mayet
II.

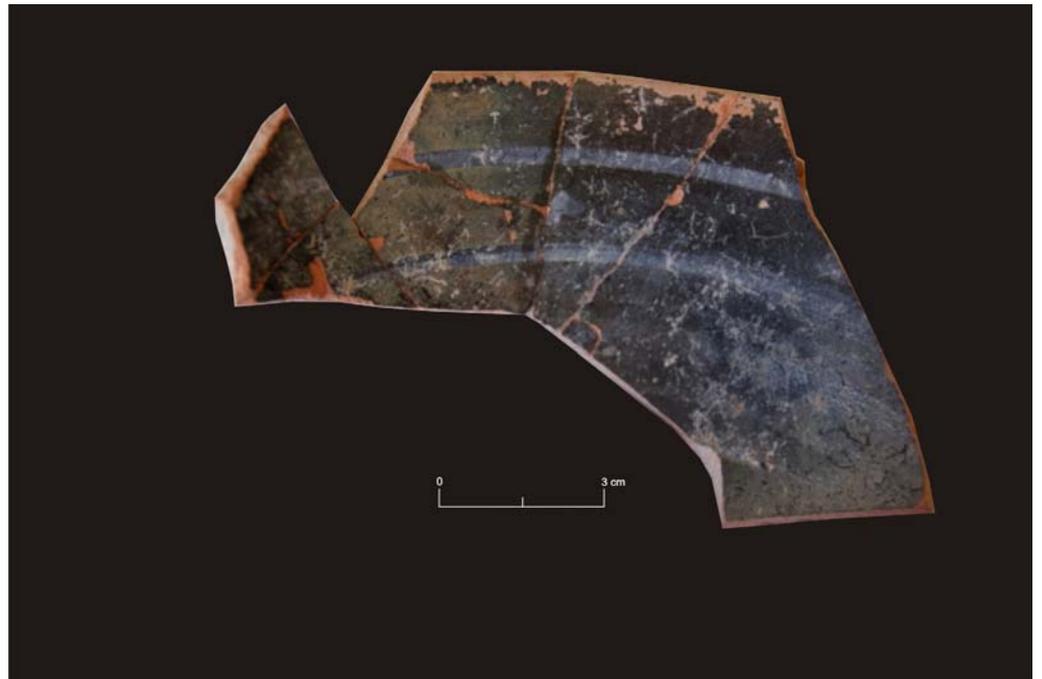


Figura 26
Cerâmica
Campaniense A, da
forma Lamb. 31, com
pintura a branco
denotando motivos
florais.

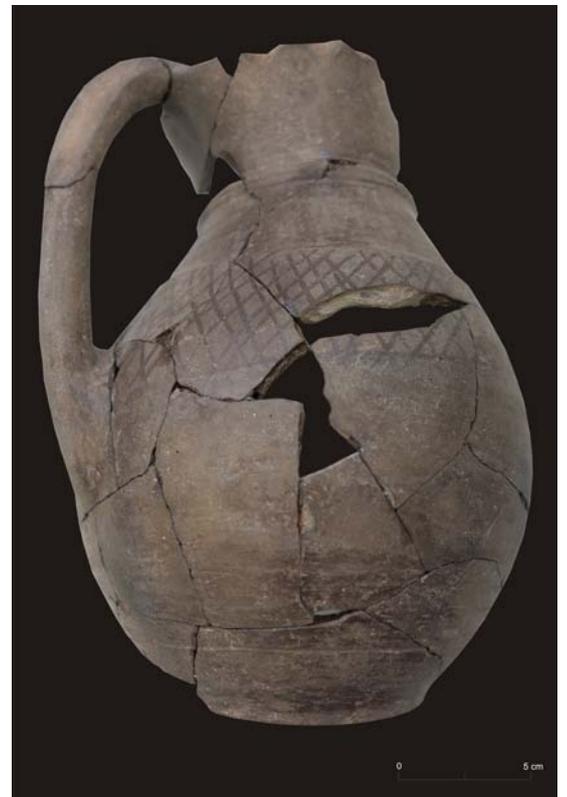


Figura 27 e 28
Jarros em cerâmica
cinzenta com
decoreção brunida.

Figura 29
Cerâmica
Campaniense A,
da forma Lamb.
36, com decoração
estampilhada sobre o
fundo.



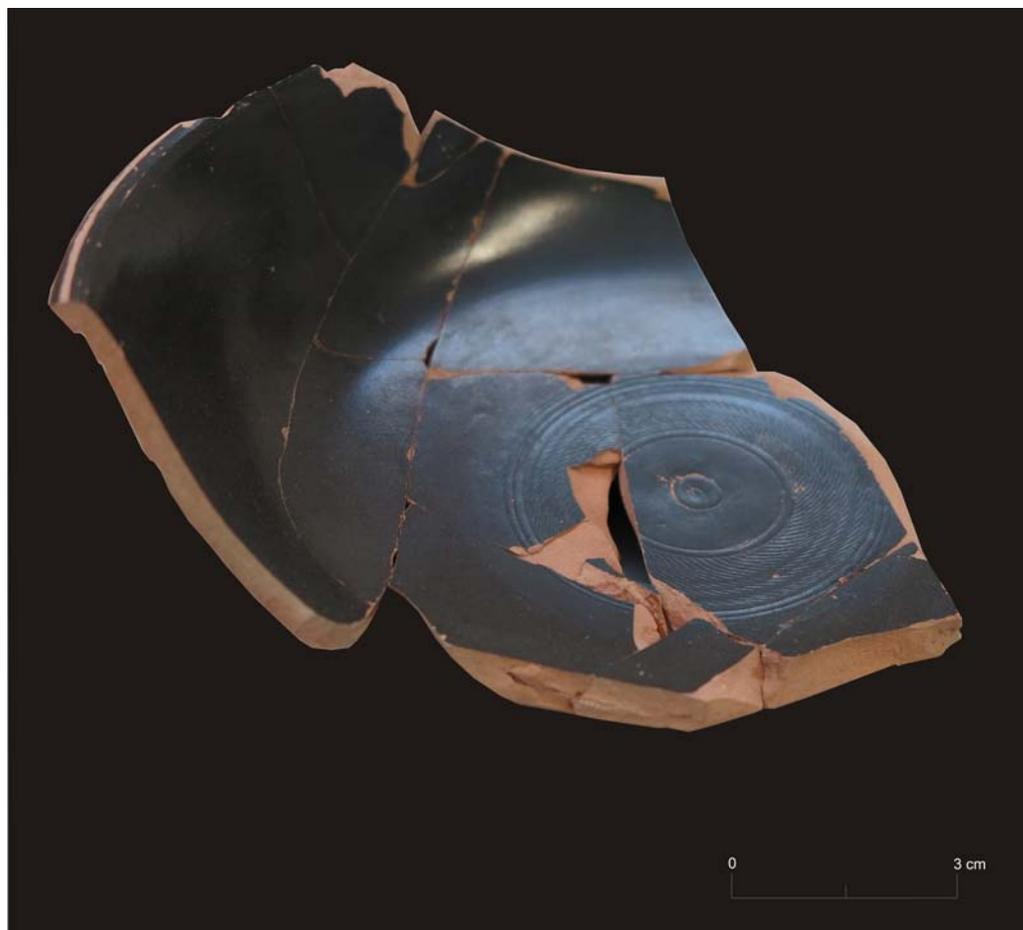
Figura 30
Cerâmica
Campaniense A,
da forma Lamb. 24.



Figura 31
Cerâmica
Campaniense A, da
forma Lamb. 25.



Figura 32
Cerâmica
Campaniense B
Etrusca, da forma
Lamb. 8a.



rosas ânforas oleícolas, denominadas Tripolitanas antigas (ver figura 22, n.º 6 a 8).

Paralelamente a estas importações atesta-se a presença de diversos modelos anfóricos de produção regional, possivelmente do Vale do Tejo (ver figura 23, n.º 2 a 5), dos tipos 5, 6 e 7 da recente proposta tipológica para as produções de ânforas do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014).

Tendo em conta a análise das associações de materiais cerâmicos afigura-se plausível uma cronologia relativa de abandono deste compartimento em meados do terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C. Esta datação tem em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005, 2007).

3. Considerações Finais

Tendo em conta os dados disponíveis, a interpretação da funcionalidade deste edifício não é de todo clara. Em primeiro plano pela escassez de dados publicados, relativos ao urbanismo do povoado de Olisipo para épocas tão pretéritas e em segundo pelo facto de se tratar, numa primeira análise, de um compartimento isolado. A escavação da área envolvente encontrava-se profundamente afetada pelas construções medievais, tendo-se apenas logrado identificar um alinhamento consistente com este compartimento, resumindo-se porém já ao seu negativo na rocha de base. Todos os elementos pétreos tinham já sido removidos, restando apenas uma vala de pedra datada pelos materiais cerâmicos como de cronologia islâmica (figura 8).

Contudo, tendo presente uma análise cuidada da paleotopografia e o alinhamento acima referido, poderemos supor e mesmo vislumbrar, uma edificação mais complexa de matriz ortogonal, com diversos compartimentos a funcionar em patamar a uma cota altimétrica mais elevada e que foram subtraídos por ação humana mais recente (figura 14).

A análise paleotopográfica permite verificar que o compartimento em análise se encontrava “encaixado” em profundidade no substrato, pelo menos parcialmente. A Norte, verificamos pelas cotas que, qualquer compartimento que aqui funcionasse, se erguia a mais de dois metros da cota do pavimento de *Opus Signinum*. A Sul, tendo em conta a existência de contextos e estruturas preservados da Idade do Ferro, pelo menos a mais de 0,80 cm. A Este, os níveis geológicos preservados erguem-se a mais de 1 metro de altura. De momento apenas não dispomos de informação para o lado Oeste, que se encontra fora da área intervencionada.

Teríamos assim uma adequação do desenho urbano à encosta do morro do Castelo, com uma implantação de um edifício mais complexo em patamares, no qual se englobava este curioso compartimento. Apesar desta adequação, pelo menos aparente, temos vestígios de que para a sua edificação se cortou o urbanismo indígena pré-existente, assim como de relevantes trabalhos de escavação do substrato geológico.

Qual a funcionalidade deste compartimento? Como referimos, não é de todo claro. Contudo, pelas suas características específicas, e face aos paralelos existentes na bibliografia da especialidade, poderá ter tido uma função hidráulica, enquanto equipamento termal, ou mesmo cisterna. Porém, não é de excluir a utilização do espaço como local de armazenamento.

Em relação à cronologia de construção deste edifício, os dados de momento são escassos, resumindo-se à análise das suas técnicas de construção e a constatação da reutilização de fragmentos de ânfora de produção itálica na edificação das próprias estruturas, o que remete para meados do século II a.C.

Os vestígios contextuais e estruturais identificados na escavação do edifício Lote 40 do Beco do Forno do Castelo vêm reforçar e matizar os dados disponíveis para o estudo dos primeiros contactos com o mundo Itálico na foz do Tejo. Estes vestígios constituem, a par de outros contextos já identificados em Lisboa, um contributo significativo para o discurso da presença romana em época republicana no sítio de *Olisipo* e, neste caso, concretamente no topo da colina do castelo.

O estudo deste edifício e a análise do seu abandono/destruição coloca algumas questões que nos parecem pertinentes debater e que esperamos poder abordar com a continuação dos estudos em torno desta intervenção.

Uma dessas questões é a causa do abandono do edifício numa fase tão precoce que, face ao estudo dos materiais, terá sido abandonado ainda em meados do terceiro quartel do século II a.C. (150-125 a.C.).

Poderemos estar perante uma destruição deliberada de um edifício construído por Romanos e para ser utilizado por Romanos? Este episódio traduz o fim da presença militar em *Olisipo* correlacionada com o desfecho da campanha militar de *Decimus Iunius Brutus Calpurnicus*? Ainda que temerária tal proposta tem que ser equacionada à luz das fontes e dos presentes dados. Não podemos deixar de sublinhar, que os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos em relação ao abandono desta área da cidade em finais do século II a.C. e ao súbito declínio das importações (Pimenta, 2005).

BIBLIOGRAFIA:

- ARRUDA, A. M., VIEGAS, C. e BARGÃO, P., PEREIRA, R. (2006)** – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do Simpósio internacional de Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 153-176.
- BARBERÀ I FARRÀS, J.; NOLLA I BRUFAU, J. M.; MATA I ENRICH, E. (1993)** – *La ceràmica Grisa Emporitana. Cuadernos de Arqueologia*. N.º 6. Barcelona. Edicions Servei del Llibre L'Estaquiro.
- BATS, M. (1993)** – *Céramique commune italique*. In *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. de n.è.) en Méditerranée nord-occidentale*, Lattara. 6, p. 357-362.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1991)** – La Colonia Celsa. In *La Casa Hispanoromana*. Actas do Congresso sobre La Casa Hispanoromana. 16 a 18 de Novembro de 1988. Institución Fernando El Católico. Zaragoza, p. 131-164.
- FABIÃO, C. (2002)** – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2004)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73.
- JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. ; RIBERA I LACOMBA, A. (2002)** - Valencia y las primeras ciudades Romana en Hispania. *Grandes Temas Arqueológicos*. 3. Ajuntament de Valencia.
- HERNÁNDEZ VERA, J. (2002)** – La Fundación de Graccurreis. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. *Grandes temas Arqueológicos*. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 173-182.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994)** - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona. Crítica / Arqueologia.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013)** – Las Cerámicas de Paredes Finas del final de la república Romana y el período Augusto-Tiberiano. In *Manual de ceràmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 149-190.
- MARTÍN MENÉNDEZ, A.; GERCÍA ROSELLO, J. (2002)** – La Romanización en el territorio de los Layetanos y la fundación de la ciudad Romana de Iluro (HispaniaTarraconensis) In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. *Grandes temas Arqueológicos*. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 195-204.
- MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MURILLO REDONDO, J. F.; JIMÉNEZ SALVADOR, J. L. (2002)** – Nuevas evidencias sobre la fundación de Corduba y su primera imagen urbana. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. *Grandes temas Arqueológicos*. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 183-193.
- PIMENTA, J. (2005)** - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 41.
- PIMENTA, J. (2007)** – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de arqueologia, CETARIAE*. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz, p. 221-233.
- PIMENTA, J. (2013)** – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.
- PRINCIPAL, J.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013)** – El material más apreciado por los arqueólogos La Cerámica fina La cerámica de barniz negro. In *Manual de ceràmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 41-146.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998)** – *La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romanarepublicana (Segles II-I a. De C.)*. Estudios Universitarios. 71. Valencia.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2009)** – La fundación de *Valentia*: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. In *OEALUS Studi sulla Campania nell' Antichità*. 4. Scienze e Lettere Roma. Napoli, p. 46-77.

RIBERA I LACOMBA, A.; JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. (2012) – *VALENTIA*, Ciudad Romana: su evidencia Arqueológica. In *HISPANIAEVRBES Investigaciones Arqueológicas en Ciudades Históricas*. José Beltrán Fortes e Oliva Rodríguez Gutiérrez (Coordinadores Científicos). Universidad de Sevilla.

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – *A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro*. In Atas II Congresso Internacional da SECAH – *Ex Officina Hispana*. As produções cerâmicas de imitação na Hispana. Realizado de 3 a 6 de Abril – Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga.

VICENTE, J.; PUNTER, P.; ESCRICHE, C.; HERCE, A. I. (1991) – La Caridad (Caminreal) Teruel. In *La Casa Hispanoromana*. Actas do Congresso sobre La Casa Hispanoromana. 16 a 18 de Novembro de 1988. Institución Fernando El Católico. Zaragoza, p. 81-130.

NOTAS

- ¹ Museu Municipal Vila Franca de Xira/UNIARQ
- ² DGPC
- ³ DGPC
- ⁴ Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL-DPC-CML)
- ⁵ Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL-DPC-CML).

Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70.

NUNO MOTA¹ CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA (CAL-DPC-CML)

JOÃO PIMENTA² MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA/UNIARQ

RODRIGO BANHA DA SILVA³ ARQUEÓLOGO. TÉCNICO SUPERIOR DO CAL-DPC-CML. DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FCSH-UNL. INVESTIGADOR INTEGRADO DO CHAM-FCSH E UAÇ.

Resumo

O presente artigo pretende trazer a público os resultados da intervenção arqueológica realizada em 1998 e em 2002 no imóvel da Rua do Recolhimento n.ºs 64-70, no Castelo de São Jorge, Lisboa.

Apesar de a estratigrafia encontrar-se profundamente perturbada por uma estrutura negativa de época medieval, foi possível recolher diversos elementos que permitem vislumbrar e problematizar os primeiros momentos da presença romana em Olisipo.

Summary:

The aim of this paper is to bring public the results of the archaeological excavation conducted in 1998 and in 2002 on n.º 64-70 building of Street of Recolhimento, in the São Jorge Castle, Lisbon.

Although the stratigraphy was deeply affected by a negative structure of medieval times, it was possible to collect several elements that allow us to glimpse and problematize the first moments of the Roman presence in Olisipo.

1. Introdução

Entre 1996 e 2008 foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa o Projecto Integrado do Castelo de São Jorge, tendo os trabalhos arqueológicos sido efetuados por uma equipa composta para o efeito e coordenada por Alexandra Gaspar e Ana Gomes, arqueólogas da Administração Central.

Contemplando quer a área monumentalizada, quer alguns blocos de edificado sujeitos a acções mais ou menos profundas de reabilitação urbana, do projecto resultou a criação de um centro de interpretação e de uma área de arqueológica visitável, ambos geridos pela empresa municipal Egeac.

Os conhecimentos desta forma obtidos sobre o passado desta área da cidade de Lisboa, em particular entre a Idade do Ferro e o período medieval muçulmano, não têm paralelo anterior (vide bibliografia). Apesar de somente parcialmente divulgados, estes novos dados vieram resolver problemáticas históricas importantes, com saliência para a forma como ocorreu a primeira etapa da incorporação de *Olisipo* e seu território na esfera romana, tendo-se comprovado categoricamente a militarização do espaço (Pimenta, 2003, 2005 e 2007).

Fora do âmbito do projecto, mas em articulação com este, foram desenvolvidas algumas acções pontuais por arqueólogos da autarquia, de que o caso presente do imóvel da Rua do Recolhimento n.ºs 64-70 é exemplo. Aqui, e a despeito de uma série de perturbações de época medieval e moderna, foi possível identificar o conjunto de dados que agora se apresenta, de particular interesse para a compreensão da ocupação romana republicana do povoado de *Olisipo* nos dois séculos antes da Era.

Figura 1
 Figura 1 – Planta da
 Cidade de Lisboa
 com localização da
 intervenção e do CSJ



2. Enquadramento da Intervenção

A intervenção arqueológica resultou do projecto particular de emparcelamento de três edifícios da freguesia do Castelo, e respectiva reabilitação e requalificação.

Os elementos cartográficos antigos de Lisboa, dos meados do séc. XVII ao presente, sempre haviam assinalado a presença do edificado em causa, pelo que também este conjunto de arquitectura vernácula encerrava valor e interesse patrimonial que importava acautelar.

Com o objectivo de facultar elementos à equipa projectista, foi executada uma sondagem de diagnóstico em 1998, com a dupla intenção de aferir da tipologia de fundações presentes, mas também de testar a totalidade da potência estratigráfica presente no local.

Numa segunda fase, e seguindo o princípio da não escavação sistemática dos níveis arqueológicos situados abaixo da cota de obra à excepção de entidades de relêvo peculiar para o conhecimento do passado urbano, foi intervencionada em 2002 toda a área de um dos três prédios do conjunto, dado pretender-se executar aí um rebaixamento do piso térreo e o recalçamento das fundações das paredes mestras.

Ambas as intervenções foram dirigidas por arqueólogos municipais (RBS e RBS com NM), coadjuvados por um arqueólogo contratado na campanha de 2002 (Hugo Gomes), num ambiente de desejável e estreita boa colaboração com a equipa que conduzia então a componente arqueológica do Projecto Integrado do Castelo de São Jorge.

Por questões de segurança, e embora a escavação se tenha nortado pelos princípios metodológicos de Barker e Harris, houve aqui a necessidade de se proceder à sua adaptação mediante a aplicação de uma malha quariculada, e à escavação das quadrículas perimetrais do espaço assim configurado de forma alternada, mais se aproximando o trabalho, e somente neste aspecto, do preceituado por Wheeler.

Desta forma, a abordagem metodológica adoptada para a escavação arqueológica consistiu na implantação de uma quadrícula alfa-numérica de A a C, no sentido Oeste-Este, e de 1 a 3, no sentido Norte-Sul (Figura 3), obtendo-se um total de 9 quadrículas, sendo que uma delas (parte da Q. B 2, numa área de 1 x 1,5 m) tinha já sido escavada até ao substrato geológico na primeira campanha de intervenção arqueológica no interior do edifício (vide relatório da campanha de 1998, RBS).

Figura 2
 Planta da freguesia de Santa Cruz, em 1650 extraída da planta da cidade de Lisboa do Arquitecto Real João Nunes Tinoco.

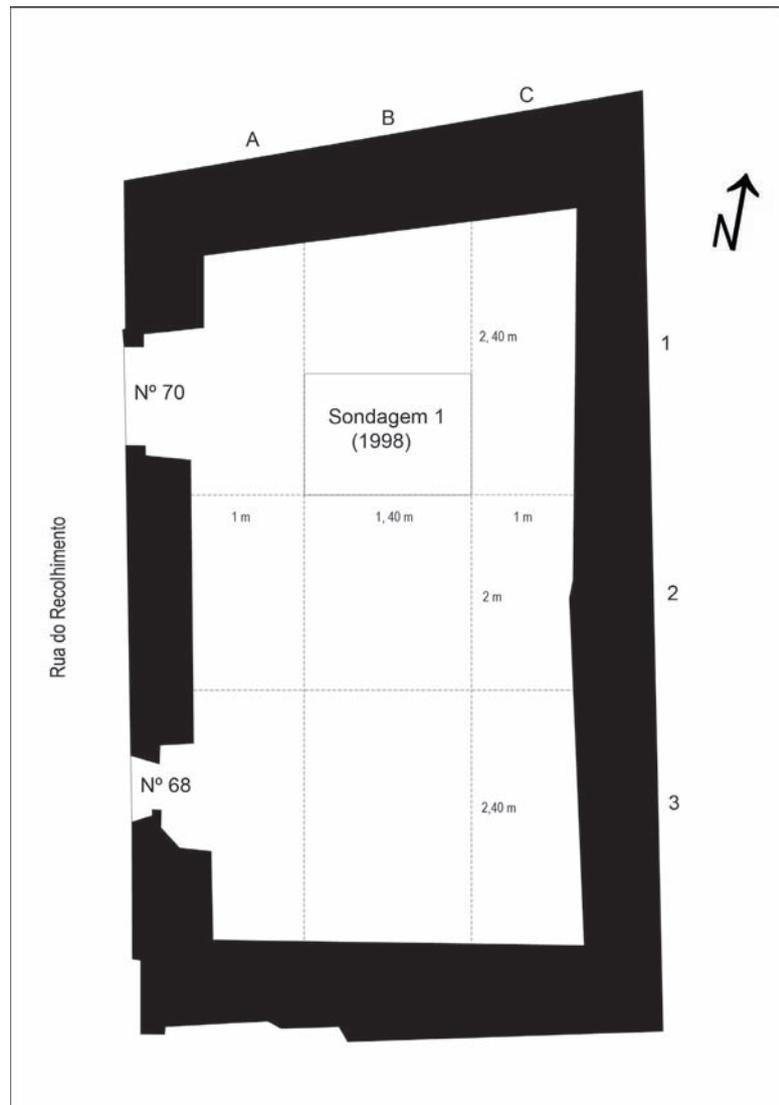
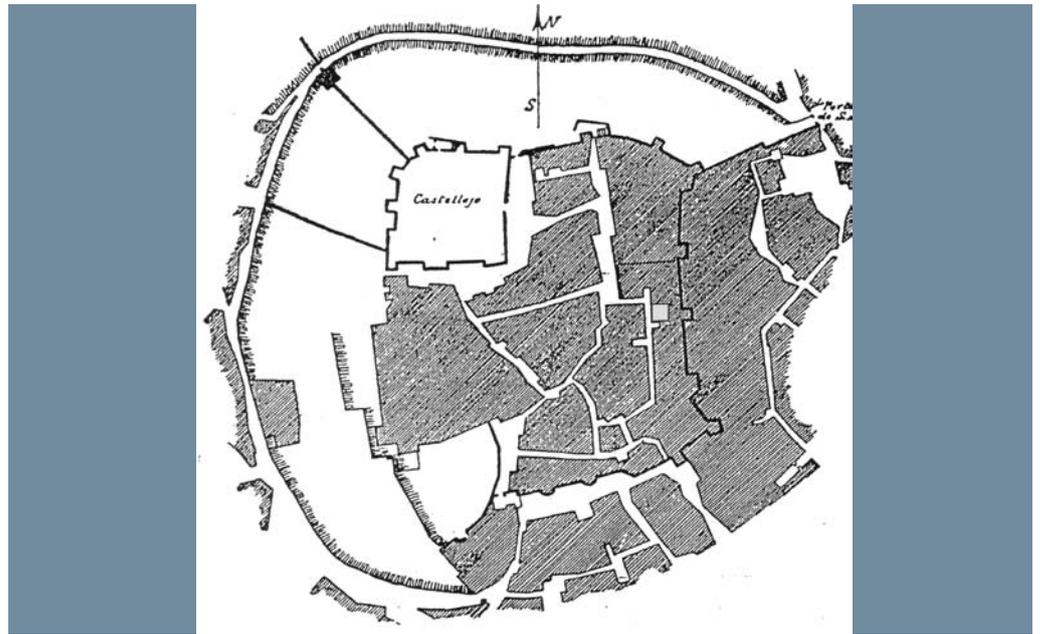


Figura3
 Planta do edifício n.ºs 68-70 da Rua do Recolhimento com localização das sondagens.

2.1. Os contextos arqueológicos

A intervenção arqueológica nos n.ºs 68-70 da Rua do Recolhimento foi delimitada ao espaço interno de um compartimento com cerca de 6.80 m X 3.40 m. Os trabalhos da obra implicavam a escavação em profundidade de c. 1,30 m abaixo do piso actual da casa, sendo essa a cota também definida para a escavação arqueológica.

A escavação das quadrículas, sem recorrer a “banqueta”, foi realizada consoante as necessidades de desenvolvimento da obra. O método de registo utilizado foi o de Harris (Unidades Estratigráficas).

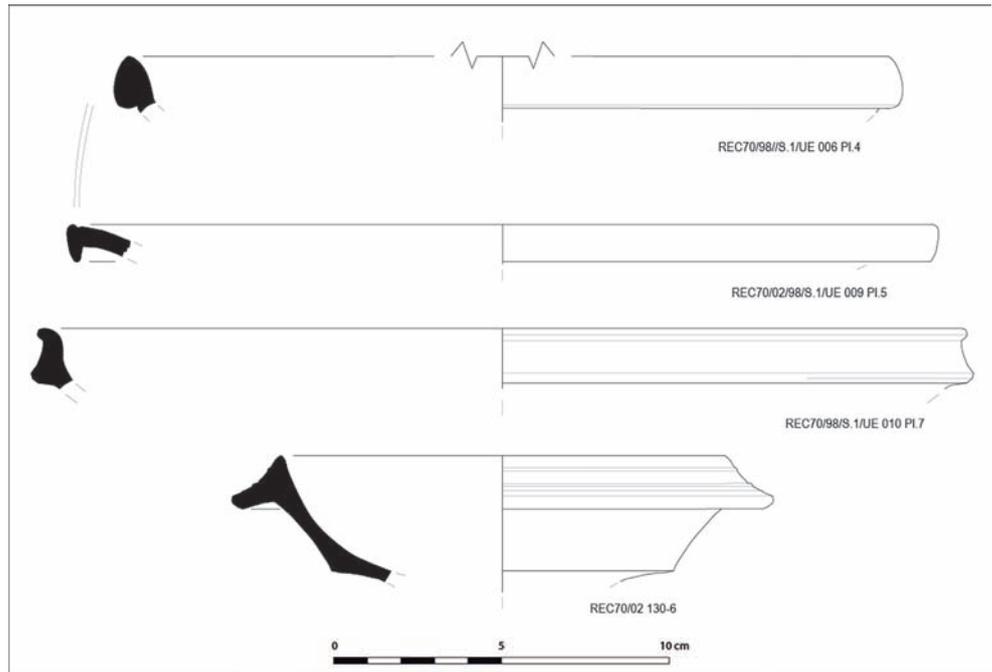
De uma forma geral, a escavação permitiu observar uma estratigrafia diacronicamente incompleta.

A totalidade do espaço do edifício dos n.ºs 68-70 da Rua do Recolhimento apresentava-se muito perturbada por acções genericamente datáveis da Baixa Idade Média.

Merece destaque neste âmbito a existência de uma grande fossa detritiva, de configuração ovalada, relativamente centralizada em relação ao edifício. Nela se constatara já em 1998 uma sequência de enchimento onde pontuava abundante telha de canudo, de segura cronologia medievla, islâmica e posterior, a par de raros elementos cerâmicos que incluíam importações flamengas datáveis dos finais do séc. XIII-séc. XIV (Silva e Oliveira, no prelo), alguma cerâmica medieval muçulmana e ocasionais fragmentos de cerâmicas romanas do Baixo Império Romano e/ou Antiguidade Tardia (vide Figura 4). O que assomava com maior relevo neste contexto era, porém, e de forma significativa, a frequência muito elevada de elementos de cronologia romana republicana, nomeadamente abundantes fragmentos anfóricos, a par de outras cerâmicas finas deste mesmo arco temporal, algumas das quais em relativo bom estado de conservação.

A relação deste complexo de unidades estratigráficas com as que lhe subjaziam não é, todavia, linear. De facto, sob a fossa mencionada registou-se um troço de muro e pavimento associado datados do final do período de dominação islâmica da cidade em cuja preparação se cerceou até à base do alicerce um outro troço de muro, perpendicular a este e construído em forte argamassa amarelada, necessariamente anterior. Os dados de escavação foram insuficientes para se esclarecer da data desta última estrutura, que tanto poderá equivaler a uma pré-existência também medieval muçulmana como, com eventual maior probabilidade, a uma presença na Antiguidade Tardia: note-se que em estratigrafia associada se recolheu uma forma Hayes 8 em *Sigillata Focense* tardia (datável da segunda metade do séc. V ao VI- conf. HAYES, 1972), a que se deverão acrescentar outros (escassos) elementos similares de outras U.E.s de formação ulterior, quer orientais (um bordo da variante Hayes 3 F- igualmente situável no arco do séc. V avançado-VI- Idem), quer africanos (bordos das formas Hayes 60 e 104 em TSCAf D- datáveis, respectivamente, da segunda metade do séc. V e do séc. VI- BONIFAY, 2004), exemplares por demais indicativos porque colhidos num local onde os artefactos da Época Romana Imperial estão ausentes. Embora se trate de um aspecto marginal ao tema que aqui se aborda, deverá enfatizar-se desde já a importância da ocorrência esta documentação no Recolhimento n.ºs 68-70, por configurar um panorama arqueológico neste sector da cidade antiga que se repete noutros locais próximos, como é o caso da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (vide SILVA, neste mesmo volume), e que encontra eco quer na epigrafia recentemente revelada na área do Castelo (GUERRA, 2006) quer nos diversos elementos de decoração arquitectónica reutilizados e visíveis na arquitectura doméstica islâmica do Núcleo Arqueológico da Alcáçova. Trata-se, contudo, de dados que compõem um quadro ainda insuficiente para uma leitura do tipo de presença e urbanismo ali verificado ao longo do séc. V e VI d.C.

Figura 4
Peça N.º 1 forma Hayes 60 em Terra sigillata africana clara D; Peça N.º 2 forma Hayes 104 em Terra sigillata africana clara D; Peça N.º 3 bordo da variante Hayes 3 F em *sigillata* foceense tardia; Peça N.º 4 forma Hayes 8 em *sigillata* foceense tardia.



Retornando às materialidades que interessam ao período republicano romano, deverá sublinhar-se que o conjunto de unidades estratigráficas referentes ao arco que cobre da Antiguidade Tardia à Baixa Idade Média se sobrepunha, por seu turno, a U.E.s pouco potentes do período republicano, com espólio associado escasso, bem como a uma outra unidade depositada directamente sob o substracto geológico e que pode remontar à plena Idade do Ferro.

De qualquer das formas, a concentração e expressão numérica elevada dos artefactos de data romana republicana no Recolhimento n.ºs 68-70 torna-se significativa por comparação com a fraca expressão atingida pelos medievais, quer coetâneos quer anteriores à formação da grande estrutura negativa. Neste sentido, a concentração do material anfórico, mas também de cerâmica de verniz negro itálico, pressupõe, com grande probabilidade, uma remobilização destas cerâmicas e de outros materiais, feita a partir de um lugar não muito distante do espaço em apreço. Os dados presentes, onde se deverá sublinhar a coerência do conjunto, assumem um relêvo peculiar para a compreensão da dinâmica da ocupação do morro do Castelo de São Jorge nas etapas iniciais da conquista e integração no mundo romano.

Figura 5
Perfil oeste da Sondagem B1-3

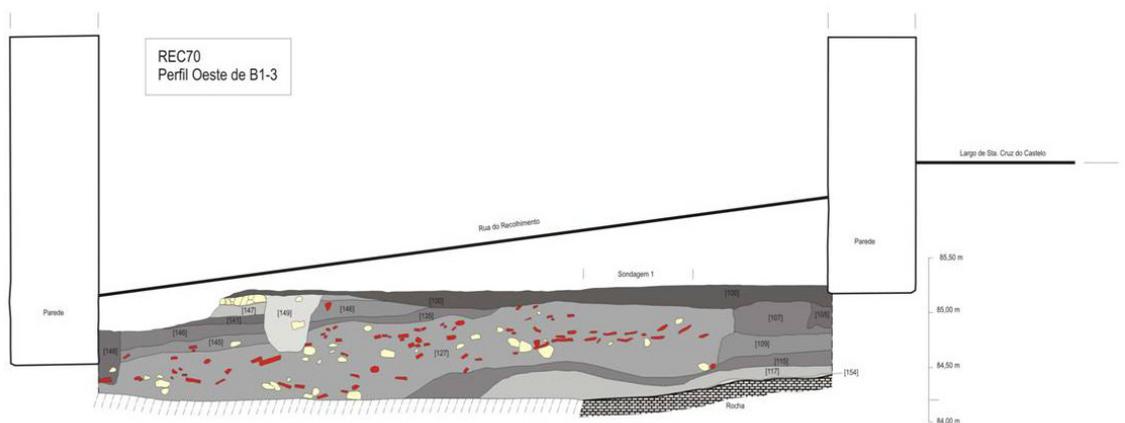


Figura 6
Pormenor da
escavação da
Sondagem B2.



Figura 7
Perfil Sul da
sondagem B2.



3. Os materiais.

O estudo dos materiais oriundos dos contextos de Época Romana Republicana até ao momento identificados nas intervenções efectuadas em distintas áreas do Castelo permitiram entrever uma única fase de ocupação para esta época que situamos no terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.). Fortemente impactante para a vida do aglomerado, este momento foi já precisado melhor no lapso entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos a partir de contextos similares de sítios com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005).

A nível metodológico, optou-se na abordagem por privilegiar os elementos que possibilitassem uma reconstituição formal, para deste modo aferir uma melhor classificação tipológica. Tendo esta em conta, foi efectuado o tratamento estatístico dos dados tendo em vista a análise do conjunto sobre diversos prismas e a sua comparação com os registos já detectados e estudados noutras zonas do Castelo, tendo-se seguido as recomendações do protocolo de quantificação de cerâmicas elaborado pelos participantes da mesa redonda de Mont Beuvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998), i.e., privilegiando a análise do número mínimo de indivíduos (adiante NMI).

Apesar da orientação adoptada, as “cerâmicas comuns” foram conscientemente subalternizadas. A justificação para este facto prende-se com o ainda incipiente estado actual dos nossos conhecimentos acerca destas classes cerâmicas na região do Estuário e Baixo Tejo para os séculos II-I a.C., como pela reduzida fiabilidade e/ou representatividade dos contextos patentes na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70 antes mencionada.

3.1. A cerâmica de verniz negro itálico.

Na presente intervenção identificou-se um significativo conjunto de cerâmica de verniz negro itálico, atestando um padrão de importação antigo que remete para as primeiras fases de contacto com o mundo itálico no Baixo-Tejo. Este é composto por 40 fragmentos, tendo sido possível classificar 11 formas correspondendo a um NMI de 10 vasos e uma lucerna. As produções representadas encontram-se repartidas por 20 fragmentos de Campaniense B da colónia latina de Cales, 19 fragmentos de Campaniense A de Nápoles, e um exemplar de Campaniense B Etrusca.

A cerâmica de verniz negro de Cales encontra-se atestada com produções que remetem para a fase média da sua produção - 130/80 a.C. (Principal Ponce e Ribera I Lacomba, 2013, p. 93). Encontram-se atestadas as formas Lamb. 1 (Morel F. 2320), n.ºs 262 e possivelmente o n.º 252; Lamb. 5 (Morel F. 2252-2258), n.º 259 e 248. Identificou-se igualmente dois fragmentos com colagem correspondendo a uma lucerna de verniz negro. Infortunadamente este exemplar evidencia um estado de preservação que não autoriza uma classificação categórica do seu modelo formal. Contudo não podemos deixar de sublinhar a raridade destes modelos de lucernas revestidos com verniz negro no extremo ocidente peninsular (Alves, 2010).

A cerâmica de verniz negro do Golfo de Nápoles, na Campânia Meridional, está presente com formas que remetem para a fase clássica - média da sua produção - 180/100 a.C. (Principal Ponce e Ribera I Lacomba, 2013, p. 115). Encontram-se atestadas as formas Lamb. 5 (Morel F. 2252), n.º 258; Lamb. 27 (Morel F. 2784-2788), n.º 244; Lamb. 28 (Morel F. 2612-14), n.º 256; Lamb. 36 (Morel F. 1312-1315), n.º 261.

A cerâmica de verniz negro etrusca de Volterra, considerada a B autêntica encontra-se atestada por um exemplar da forma Lamb. 5 (Morel F. 2252), n.º 251. Trata-se de produções

que ainda se encontram mal conhecidas no ocidente hispânico, ainda que nos últimos anos tal situação tenha visto a alterar-se. Na Península Ibérica estas produções encontram-se bem atestadas em contextos costeiros da *Citerior* de fundação romana, tais como *Tarraco*, *Carthago Nova*, *Valentia* ou *Emporion* (Principal Ponce e Ribera I Lacomba, 2013).

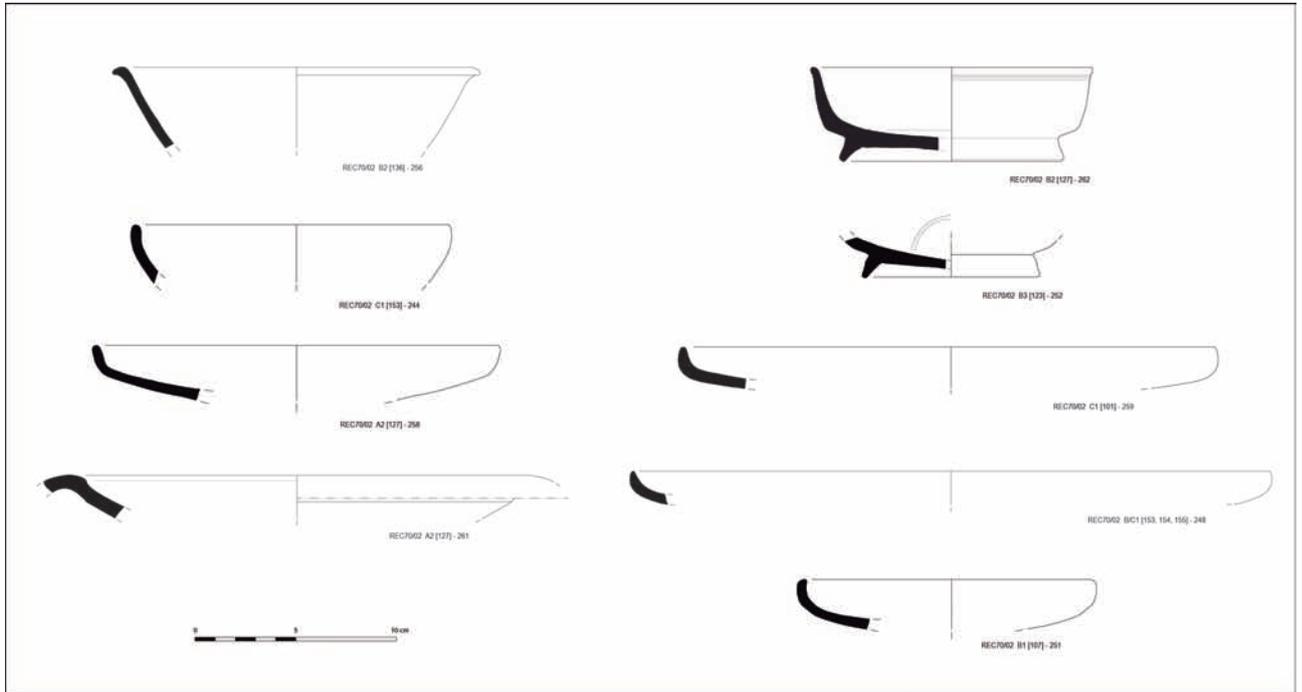


Figura 8
Conjunto de cerâmica
de verniz negro itálico.

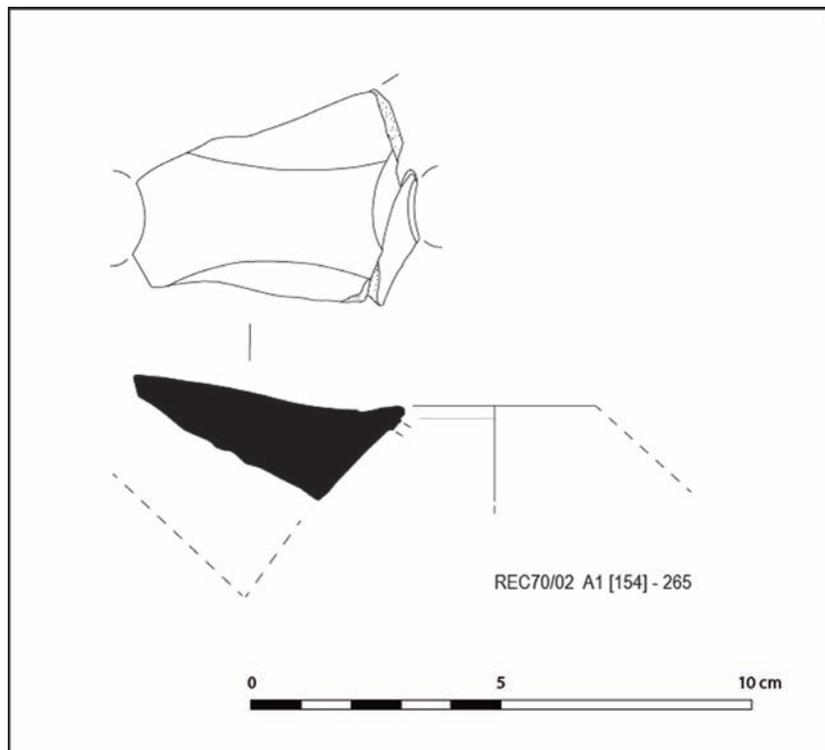


Figura 9
Lucerna revestida com
verniz negro itálico.

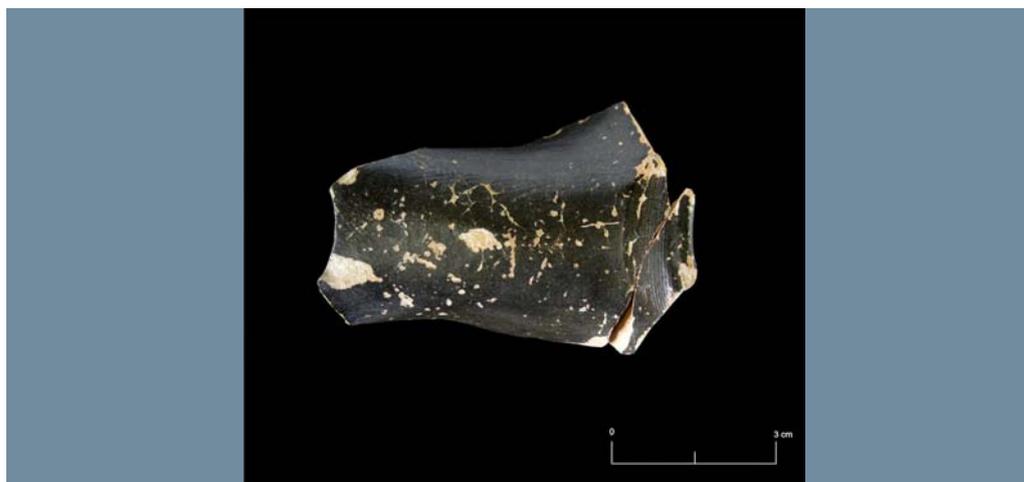


Figura 10
Fotografia de lucerna
de verniz negro itálico.

3.2. As cerâmicas de paredes finas.

Na presente intervenção recolheram-se diversos fragmentos de delicados copos de paredes finas de produção Itálica, de cronologia romana republicana, séculos II-I a.C. Entre esta categoria cerâmica foi possível reconstituir morfologicamente quatro exemplares corres-

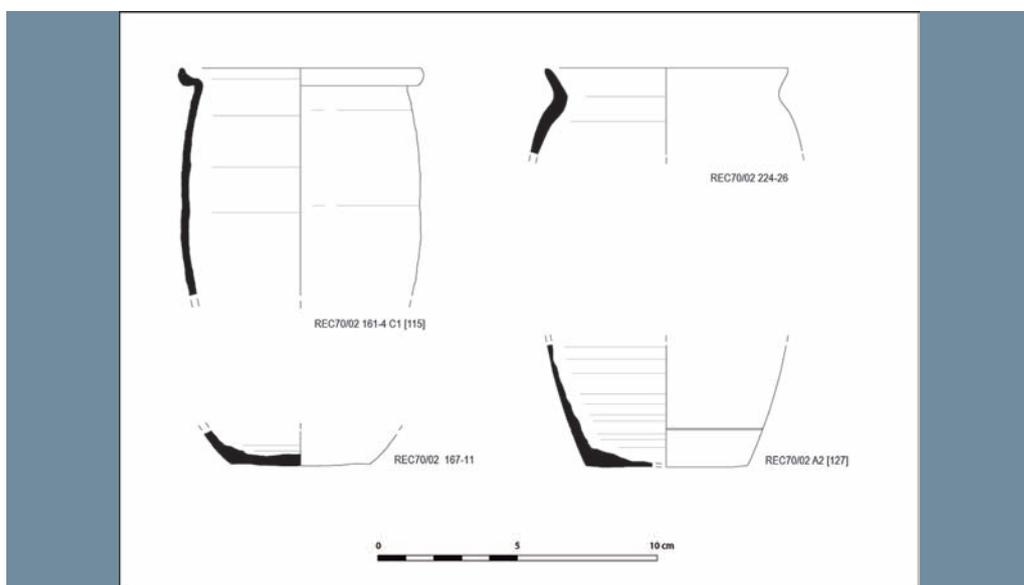


Figura 11
Conjunto de cerâmica
de paredes finas.

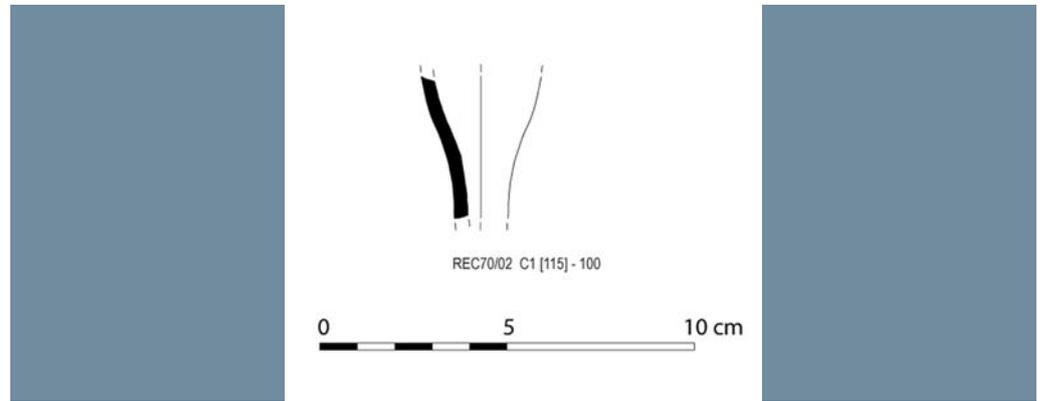
pondendo a copos integráveis nas formas I e II de Mayet (ver figura 11) (López Mullor, 2013).

3.3. Unguentários.

Na presente escavação recolheu-se um fragmento de bojo de um unguentário fusiforme, evidenciando argila bem depurada e acabamento cuidado. Apesar de recolhido fora de contexto primário, a sua análise leva a supor podermos estar perante um exemplar de unguentário de cronologia romana republicana, sendo coerente com o restante conjunto de materiais. Sublinhe-se que, apesar de ainda inéditos, recolheram-se na área do Castelo

e noutros pontos da cidade antiga, peças idênticas em contextos bem definidos do século II a.C. O presente fragmento poderia eventualmente incluir-se dentro do tipo B de Huguet Enguita e Ribera I Lacomba, (2014). Trata-se da morfologia mais difundida, evidenciando perfil fusiforme dotado de um pé alargado e muito estreito, que só dificilmente se sustem

Figura 12
Fragmento de
unguentário.



a si mesmo. A nível de cronologia a sua difusão no ocidente encontra-se balizada do século II até meados do I a.C.

3.4. *Kalathos* Ibérico.

A presença de cerâmica ibérica em contextos do período romano republicano encontra-se bem identificada em Lisboa. A forma mais representada são os *kalathoi*, estando igualmente presentes as grandes *tinajas* de lábio moldurado.

No edifício n.ºs 68-70 da Rua do Recolhimento recolheu-se um fragmento de paredes

Figura 13
Fragmento de
Kalathos.

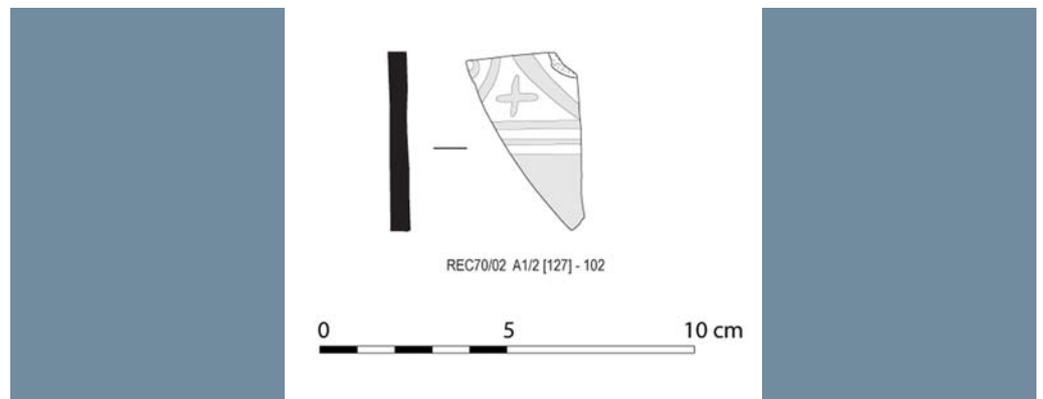


Figura 14
Fotografia fragmento
de *Kalathos*.



retas, com pintura a vermelho de motivos geométricos, possivelmente correspondendo a um *kalathos*.

3.4. Cerâmica comum.

Apesar do que acima referimos em relação ao valor informativo das cerâmicas comuns e de termos subalternizado o seu estudo, pareceu-nos relevante apresentar aqui dois exemplares distintos mas significativos para o conhecimento das ocupações antigas do Castelo. O primeiro corresponde a um pote de cerâmica cinzenta fina e acabamento cuidado. Evidencia na sua superfície externa decoração de pequenas estampilhas, agrupadas em duas linhas paralelas, formando bandas de motivos idênticos, obtidos através da mesma matriz. As chamadas cerâmicas “estampilhadas” constituem um dos elementos mais emblemáticos do período designado como II Idade do Ferro do Sul de Portugal. A peça em análise engloba-se no Grupo V, definido por Carlos Fabião para estas cerâmicas (Fabião, 1998, p. 101). Neste grupo o autor inclui um vasto conjunto vascular suscetível de ser designado como cerâmicas finas, ainda que o mais bem representado sejam as cerâmicas cinzentas finas polidas. Este tipo de peças encontra-se atestado, entre outros, no povoado da Serra de Segóvia (Elvas), Cabeço de Vaiamonte (Monforte), Alcáçova de Santarém (Arruda, 1993) e Alto dos Cacos (Almeirim) (Pimenta, *et al.*, 2012). A nível de cronologia os elementos são escassos, contudo verifica-se que estas peças e decorações serão tardias dentro desta

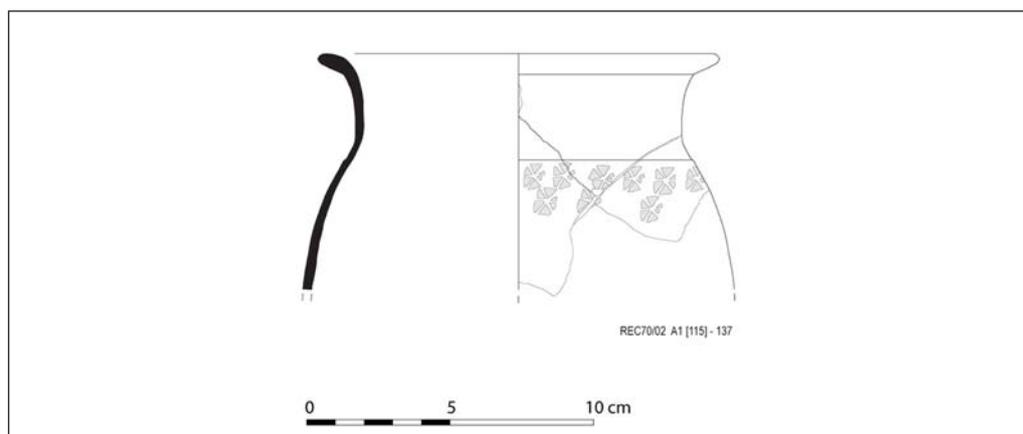


Figura 15
Pote estampilhado em
cerâmica cinzenta fina.

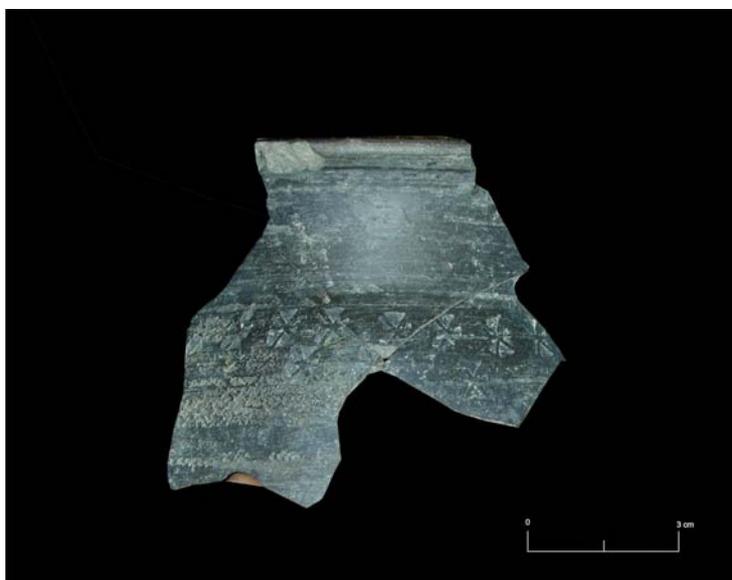


Figura 16
Fotografia pote
estampilhado em
cerâmica cinzenta fina.

tradição cerâmica, chegando ao povoado das Mesas dos Castelinhos em Época Romana Republicana (Fabião, 1998, p. 102).

Identificaram-se ainda diversos fragmentos de cerâmica cinzenta com decoração em retícula brunida, possivelmente correspondendo a jarros. Este tipo de recipientes e decora-

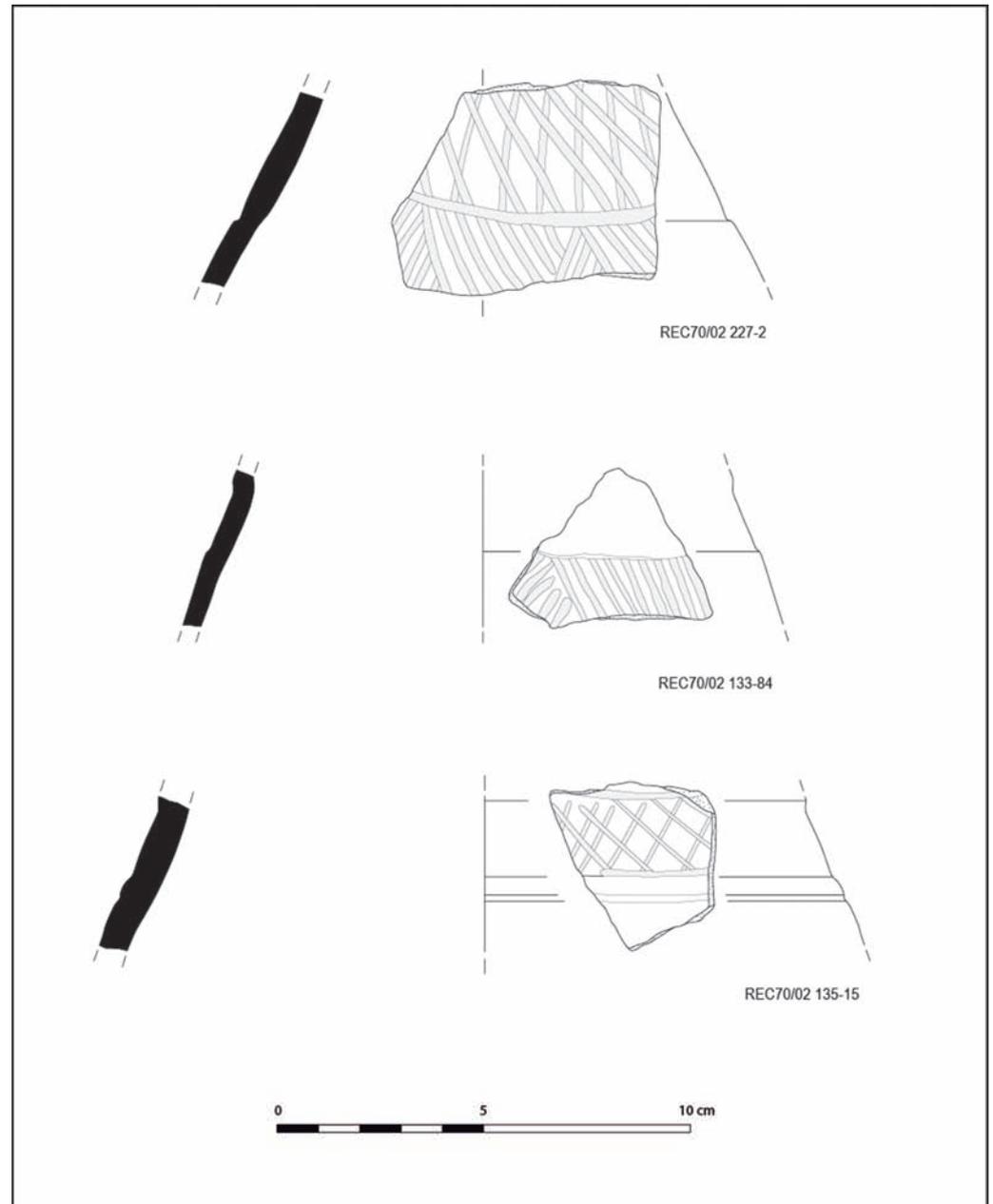
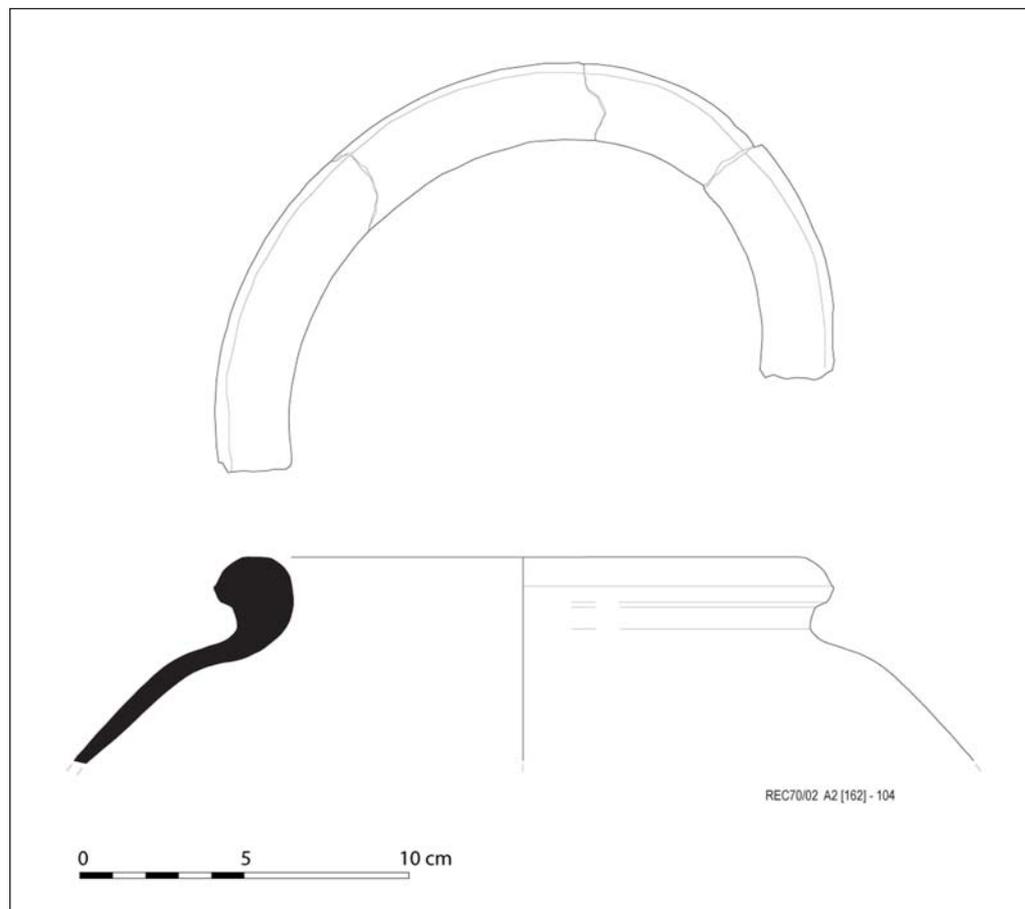


Figura 17
Cerâmica cinzenta
com decoração em
retícula brunida.

ções encontra-se bem documentado em contextos do século II a.C. na cidade de Lisboa (Pimenta, Calado e Leitão, 2005).

Em claro nível de deposição secundária, recolheram-se nos aterros de cronologia medieval diversos fragmentos com colagem de um contentor de armazenamento datável dos finais da Idade do Ferro ou mesmo já do período romano republicano. Esta peça evidencia a particularidade de apresentar defeito de fabrico a nível do bordo, ainda que se afigure que este não impediu a sua utilização.

Figura 18
Pote de
armazenamento em
cerâmica comum.



3.5. *Stylus*.

Como referimos *supra*, a presente intervenção atestou uma estratigrafia profundamente afectada por níveis de cronologia medieva. Contudo foi possível identificar e escavar na parte mais oeste do edifício um nível preservado de Época Republicana. Aí se registou uma associação de materiais coerentes, composta por ânforas itálicas do tipo Dressel 1 A e cerâmica campaniense A, permitindo aferir uma cronologia do século II a.C. para a mesma. Integrando este ambiente, na U.E. [012] da sondagem de 1998 se exumou uma significativa peça em osso, em excelente estado de preservação, que interpretamos sem reservas como *stylus*.

O achado de estiletos destinados à escrita sobre matérias moles, nomeadamente sobre cera, constitui uma novidade no caso da Rua do Recolhimento n.ºs 68-70, por se reportar com segurança ao primeiro achado deste tipo de objecto em osso datado do período republicano romano na região.

O *stylus* era utilizado para escrever notas (administrativas, de contabilidade, mais raramente correspondência) sobre placas de madeira com o interior rebaixado e coberto de cera: comumente duplas (*dyptichus*), porque unidas por argolas metálicas, mas que também poderiam ser triplas (*tryptichus*) ou até em número superior (*polyptichus*).

Em termos genéricos, e ao contrário dos exemplares metálicos, os estiletos de osso podem (e são) facilmente ser confundidos com objectos de outra natureza: punções, alfinetes de cabelo ou fusos de roca. Contudo, e como sublinharam recentemente Michel Feugère e Philippe Prévot (2008, p. 241-242), uma série de características morfológicas distingue-os

categoricamente daquele tipo de objectos, como o demonstram evidências de natureza diversa: traceológica, de que se destacam as marcas de dentição nas extremidades, ou contextual, como os achados destes elementos em contextos funerários ou de naufrágio, associados a outros objectos de escrita (Idem), dados aliás com uma distribuição geográfica ampla e com cronologias que remontam à Época Helenística.

Tipologicamente conhecem-se dois tipos dominantes: um primeiro, cónico, surgido no séc. II a.C. e que cai em desuso com Augusto, e um segundo bi-cónico que, surgido nos inícios do principado, perdurará até aos Flávios, pelo mais (Idem, p. 242).

O exemplar da Rua do Recolhimento insere-se no tipo mais antigo, com paralelos formais próximos em dois *stylus*, um da região de Montpellier (Manniez, 1984 *apud* Feugère e Prévot, 2008, p. 242) e outros recentemente identificados nos sítios militares de Villajoyosa (Alicante), do séc. III-I a.C. (www.cilniana.org/488), e no da segunda metade do séc. II a c. 70 a.C. de «La Cabañeta» (El Burgo de Ebro) (www.caiaragon.com), fazendo a sua aparição também nos contextos de 75 a.C. da violenta destruição de *Valentia* (Alapont Martin *et al.*, 2009, p. 21) e em contextos funerários ampuritanos republicanos (em exposição no Museu de Ampúrias).

Outros *styli* de Época Republicana Romana, com outras morfologias e executados em suporte metálico, haviam sido de há muito registados em sítios seguramente militares do ocidente peninsular, merecendo referência especial, pela sua proximidade geográfica e eventuais conexões históricas, o recolhido no início do séc. XX por Marques da Costa em Chibanes (Palmela), dotado da típica extremidade triangular destinada a alisar a cêra (Costa, 1910, p.57, fig.441).



Figura 19
Estilete romano
em osso.

Trata-se, por consequência, de um artefacto consentâneo cronologicamente com o restante panorama da cultura material que o sítio disponibilizou.

O espécime lisboeta em apreciação apresenta 12,6 cm de comprimento, uma secção circular, uma pequena cabeça de formato tendencialmente esférico e um bico bem afilado. Nele se notam, claramente, curtas marcas incisas no terço superior, de permeio com outros sinais de abrasão, provavelmente danos provocados pela dentição do(s) seu(s) utilizadore(s), o que atesta a funcionalidade do objecto e a sua efectiva utilização no passado.

Deixando para uma outra ocasião a exploração mais aprofundada do significado da ocorrência deste tipo de objectos de escrita nos contextos arqueológicos romanos da região, não pode deixar de se enfatizar o carácter por demais contundente que o *stylus* da Rua do Recolhimento encerra para a definição do perfil dos ocupantes do Castelo no lapso de entre 140-130 a.C. e as primeiras décadas do séc. I a.C.

4. As ânforas

Entre o espólio exumado, destacam-se os fragmentos de ânforas, presentes em praticamente todas as unidades estratigráficas do local, dado bastante revelador das profundas perturbações posteriores que os contextos desta época foram alvo neste sector da antiga alcáçova muçulmana.

A matéria inscreve-se nos estudos já antes elaborados por um dos autores sobre a matéria, sendo a apresentação, como antes, feita segundo a origem geográfica e, a um segundo nível, de acordo com a respectiva classificação morfológica e de fabrico (Pimenta 2003, 2005).

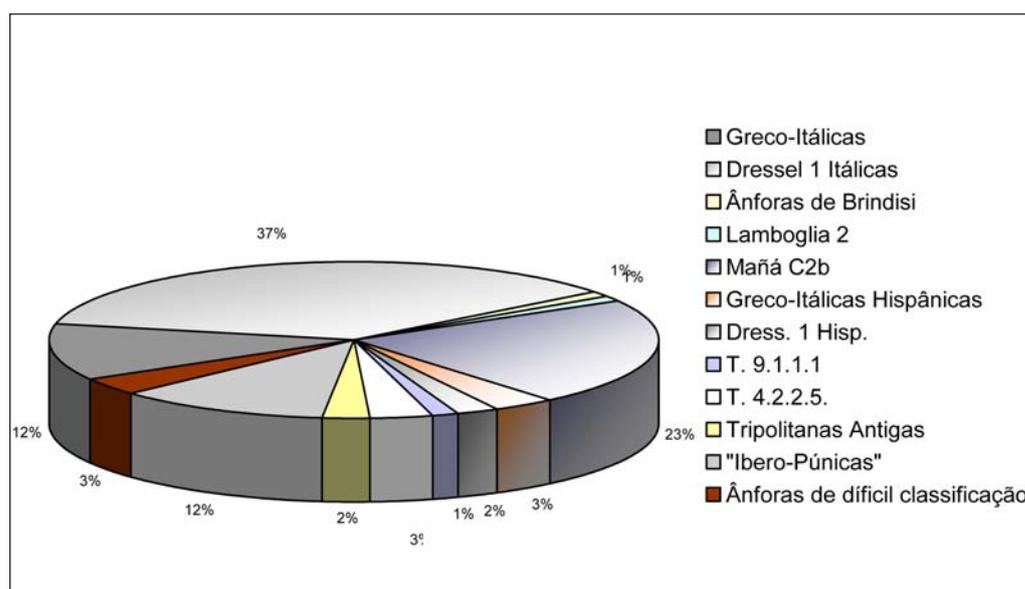


Figura 20
Representação dos diversos tipos de ânfora representados.

3.1. Ânforas de produção Itálica

Em consonância com os dados de que dispomos para o resto das intervenções na área do Castelo, a importação de ânforas provenientes da península Itálica sobressai no presente conjunto (51%). Entre estas destacam-se os típicos modelos da forma 1 da tabela de Dressel (37%) que prevalecem em relação aos contentores ditos Greco-Itálicos (12%). Escusamo-nos aqui de retomar a problemática entre a distinção dos dois tipos e o seu subsequente interesse cronológico, visto que um de nós já se deteve com algum fôlego sobre este assunto (Pimenta, 2005). Importa, no entanto, sublinhar que a chegada do vinho Italiano ao actual território português se inscreve no processo de conquista, não tendo sido precedido por nenhuma distribuição relevante de natureza comercial, como os dados da estratigrafia do Castelo vieram confirmar (Fabião, 1998).

As ânforas Greco-Itálicas encontram-se representadas por dez fragmentos de bordo cuja relação altura do lábio espessura máxima do mesmo permite uma classificação entre os modelos tardios deste tipo, seguindo as propostas de A. Hesnard e C. Lemoine (1981), depois afinadas por F. Gateau (1990).

A análise macroscópica das pastas permitiu identificar três diferentes grupos de fabrico, que como se disse por uma questão de coerência e articulação de dados seguiu os já antes definidos para as ânforas Itálicas a propósito do estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Ver Pimenta, 2005): neles, o Grupo 3 é o mais bem representado, (Figura 23 n.º 1 a 6), seguido do Grupo 4 (Figura 23 n.º 9 a 10) e Grupo 5 (Figura 23 n.º 7 a 8).

As ânforas Dressel 1 Itálicas são o tipo melhor representado no local (31 exemplares). Sob esta designação englobamos diferentes morfologias não pondo em causa a variação formal, empiricamente observável, em diferentes tipos pertencentes a “uma família comum” (ver Fabião, 1998b; Olmer, 1998; Benquet e Olmer, 2002).

A análise das pastas revelou que as típicas produções ditas “campanienses”, caracterizadas por uma grande abundância de “areias negras” de origem vulcânica, como quantitativa-mente mais relevante, nele se incluindo quer o Grupo 3, o melhor representado (Figura 23 n.º 11 a 15 e Figura 23 n.º 6), como igualmente mas com menor expressão, o Grupo 4 (Figura 24 n.º 4 e 5, e 7).

Um dos fragmentos de bocal apresenta um grafito efectuado pós-cozedura no colo (Figura 23, n.º 11). Este dado revela-se particularmente interessante, visto que entre os largos milhares de fragmentos de ânforas romanas identificados no Castelo de São Jorge, apenas tinha sido identificado uma asa de Dressel 1 com uma cruz gravada, igualmente pós-cozedura⁴. O grafito em análise corresponde, ao nexu MV⁵. O facto de se tratar de uma gravação efectuada pós-cozedura leva a pensar que se trata de uma indicação de proprietário, o que revela algo sobre a *literacia* de quem manuseava estes contentores.

Acerca das Dressel 1 resta destacar a presença de uma série de fragmentos de bocal (Figura 24, n.º 1 a 4) com lábios entre os 6 e os 7 centímetros, assim como fragmentos de asas muito espessas (Figura 24, n.º 7) e de um ombro carenado com arranque de asas (Figura 24, n.º 5), que podem se classificar como da variante C da forma 1 de Dressel (Lamboglia, 1955 e Benoit, 1957). Este dado torna-se relevante visto fornecer-nos um elemento cronológico perturbador, entenda-se que face aos dados antes disponíveis para o Castelo, onde os elementos cronológicos quase sempre remetem para cronologias antigas dentro da época Republicana. Estes modelos de Dressel 1, embora tenham começado a circular em finais do século II a.C., são característicos da primeira metade do século I a.C. (Gateau, 1990). As ânforas vinárias da costa adriática, encontram-se representadas por um fragmento de bocal, que atribuímos ainda que com necessárias cautelas ao tipo Lamboglia 2 (Figura 24 n.º 8) (Lamboglia, 1955 e Bruno, 1995). Tem uma pasta compacta e arenosa de tom vermelho acastanhado (Mun. 5YR 5/4), com alguns elementos não plásticos constituídos por grãos ferruginosos, quartzos e partículas negras de pequena dimensão.

Identificámos ainda um fundo terminando em calote (Figura 24, n.º 9) que atribuímos do mesmo modo com algumas reservas às produções designadas como ânforas de Brindisi (Cipriano; Carre, 1989). Apresenta uma pasta homogénea bem depurada de tom vermelho clara (Mun. 7.5 R 6/6), com poucos elementos não plásticos de pequena dimensão, quartzos e grãos calcários.

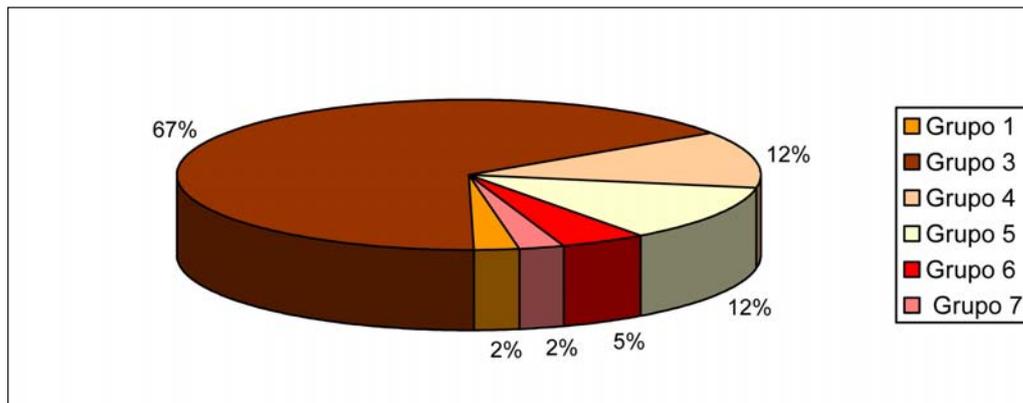


Figura 21
Representação dos
diversos grupos de
fabrico Itálicos.

Produções	Fabricos	Bordo	Asa	Ombro	Fundo	N.M.I.
Produções Itálicas (Campânia, Lácio e Etrúria)	Grupo 1		1			1
	Grupo 3	22	54	11	3	27
	Grupo 4	4	10	3		5
	Grupo 5	4	9		1	5
	Grupo 6	2	4			2
	Grupo 7	1				1
Produções Itálicas (Adriático)	Brindisi -Grupo 1				1	1
	Lamboglia 2 - Grupo 1	1				1
Produções Africanas (Tripolitanas)	Trip. Antiga - Grupo 1	2			1	2
Produções do Circulo de Gibraltar	Maña C2b - Grupo 1	13	9	1	1	13
	Maña C2b - Grupo 2	5	4		3	5
	Maña C2b - Grupo 3		1		1	1
	Gr.Itál.Hisp. - Grupo 2	1	1			1
	Gr.Itál.Hisp. - Grupo 6		3			2
	Dress. 1 Hisp. - Grupo	1	1		1	1
	Dress. 1 Hisp. - Grupo	1				1
	Tipo 9.1.1.1. - Grupo 2		1			1
	"Ibero-Púnicas"		4		1	1
Produções Regionais	Tipo 4.2.2.5	3				3
Produções Fenicio-Púnicas	Indeterminadas	10	6			10
TOTAL		70	108	15	13	84

Figura 22

Quadro de síntese dos elementos de ânfora em estudo.

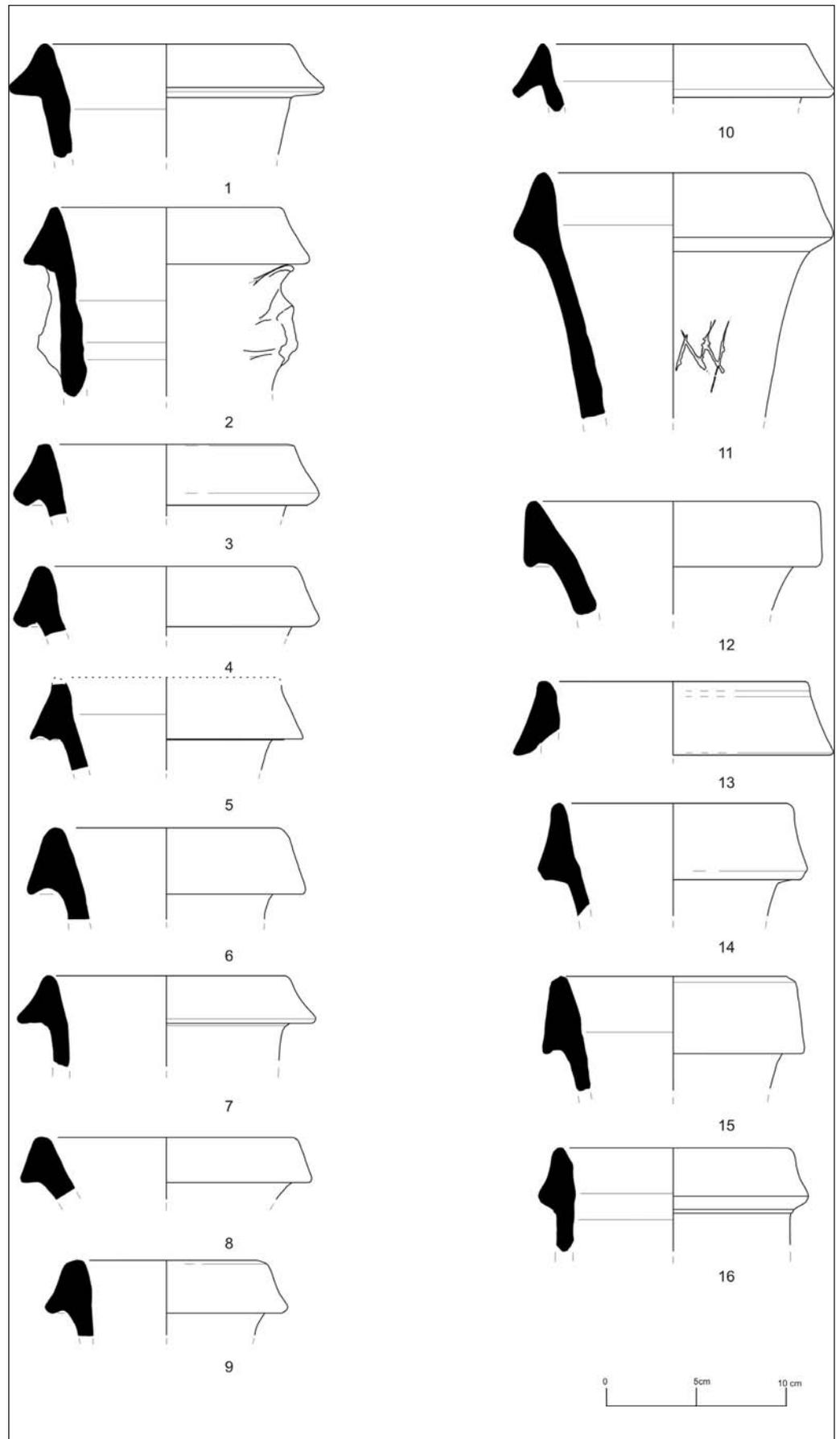


Figura 23
Prancha ânforas
Itálicas.

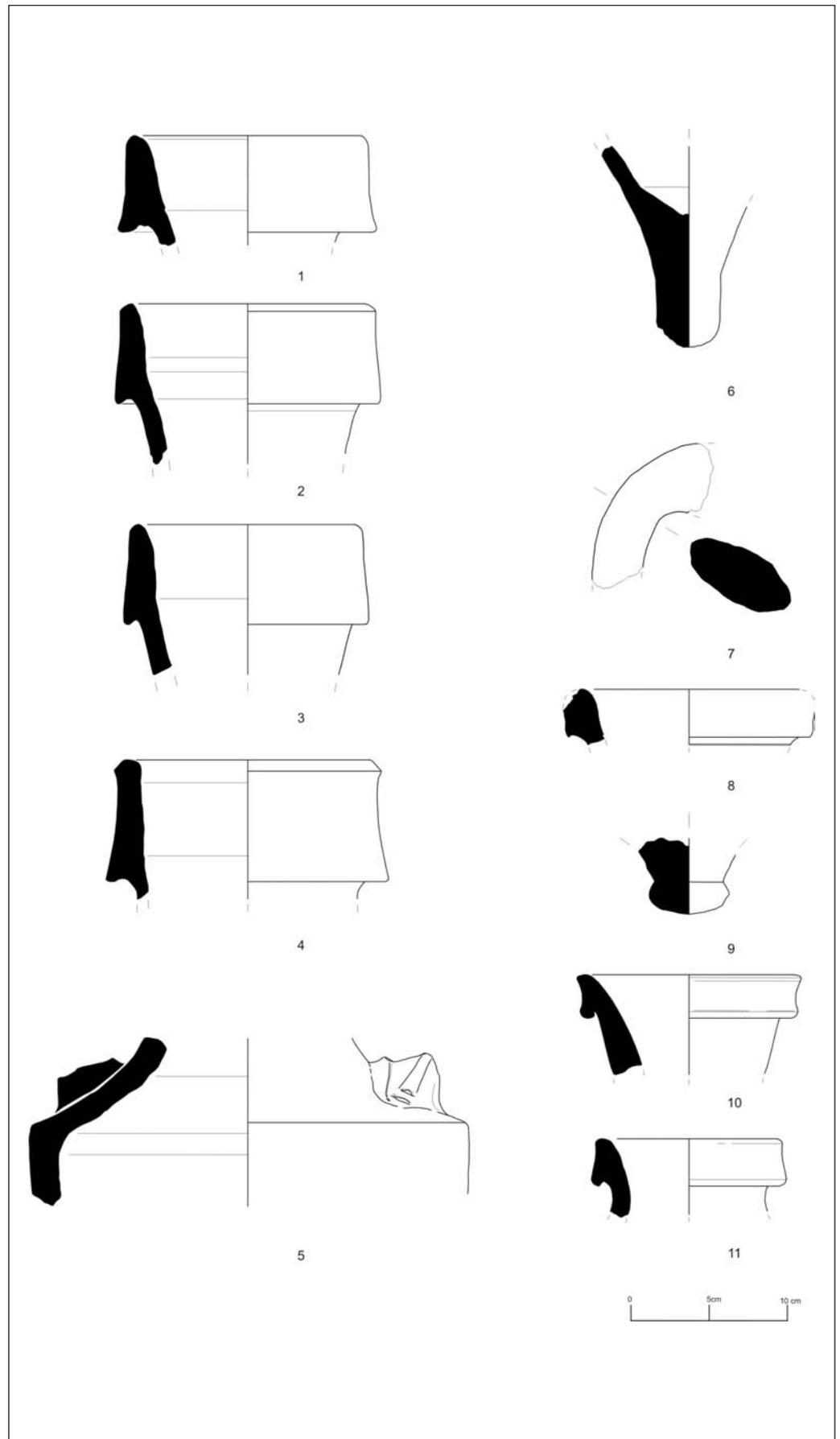


Figura 24
Prancha ânforas
Itálicas e Africanas
(n.º 10 e 11).

3.2. Ânforas do Mediterrâneo ocidental e da área do estreito de Gibraltar

As produções ocidentais de ânforas, na sua maioria destinadas a preparados piscícolas, assumem um peso importante entre o panorama das importações da cidade de Lisboa para a época que nos ocupamos, sendo como um de nós já propôs um dos indicadores mais eloquentes do precoce despertar da *Hispania* (Pimenta, 2007). Correspondem a 29% da totalidade das ânforas identificadas nesta intervenção, assumindo especial importância os contentores do tipo Mañá C2b (23%)

3.2.1. Ânforas Mañá C2b

As Ânforas Mañá C2b (tipos 7.4.3.2. e 7.4.3.3. de Ramon Torres, 1995) são a produção do Mediterrâneo Ocidental melhor representada, tendo-se identificado dezanove exemplares. A análise dos fabricos identificados aponta a totalidade dos exemplares exumados para uma produção ocidental desses contentores.

Encontram-se representados os três grupos de fabrico que definimos para este tipo (ver Pimenta 2005), sendo o Grupo 1 melhor caracterizado, estando documentado por uma série de fragmentos de bocais (Figura 25, n.º 1 a 7), um fragmento de asa com grafito (Figura 25, n.º 14) e um fragmento de bojo e colo com uma marca (Figura 26, n.º 1).

Do Grupo 2 individualizámos cinco fragmentos de bordo (Figura 25, n.º 9 a 13) e dois fundos (Figura 25, n.º 15 e 17). O Grupo 3 encontra-se escassamente representado, surgindo somente um bordo (Figura 25, n.º 8) e um fundo (Figura 25, n.º 16).

Deste grupo de fabrico identificou-se ainda um fragmento de colo com arranque de asa com um fragmento de uma invulgar marca, exumado infortunadamente fora de contexto primário num nível já medieval. A marca identificada (Figura 26, n.º 1) corresponde a uma estampilha rectangular em caracteres neo-púnicos da qual se conhecem alguns exemplares similares (Pimenta, 2005). Infelizmente o seu estado de conservação não permite uma leitura clara do seu significado, apenas possibilitando identificar o signo *-pe-*. A sua comparação com marcas similares existentes na área da baía Gaditana e no norte de África, não permite uma identificação categórica do seu significado (compare-se com García Vargas, 1998, Fig. 30, n.º 1 e Ramon Torres, 1995, Fig. 222).

Ainda deste fabrico, e igualmente com ausência de contexto primário, individualizou-se um fragmento de asa com grafito: corresponde a três linhas paralelas efectuadas pós-cozedura (Figura 25, n.º 14).

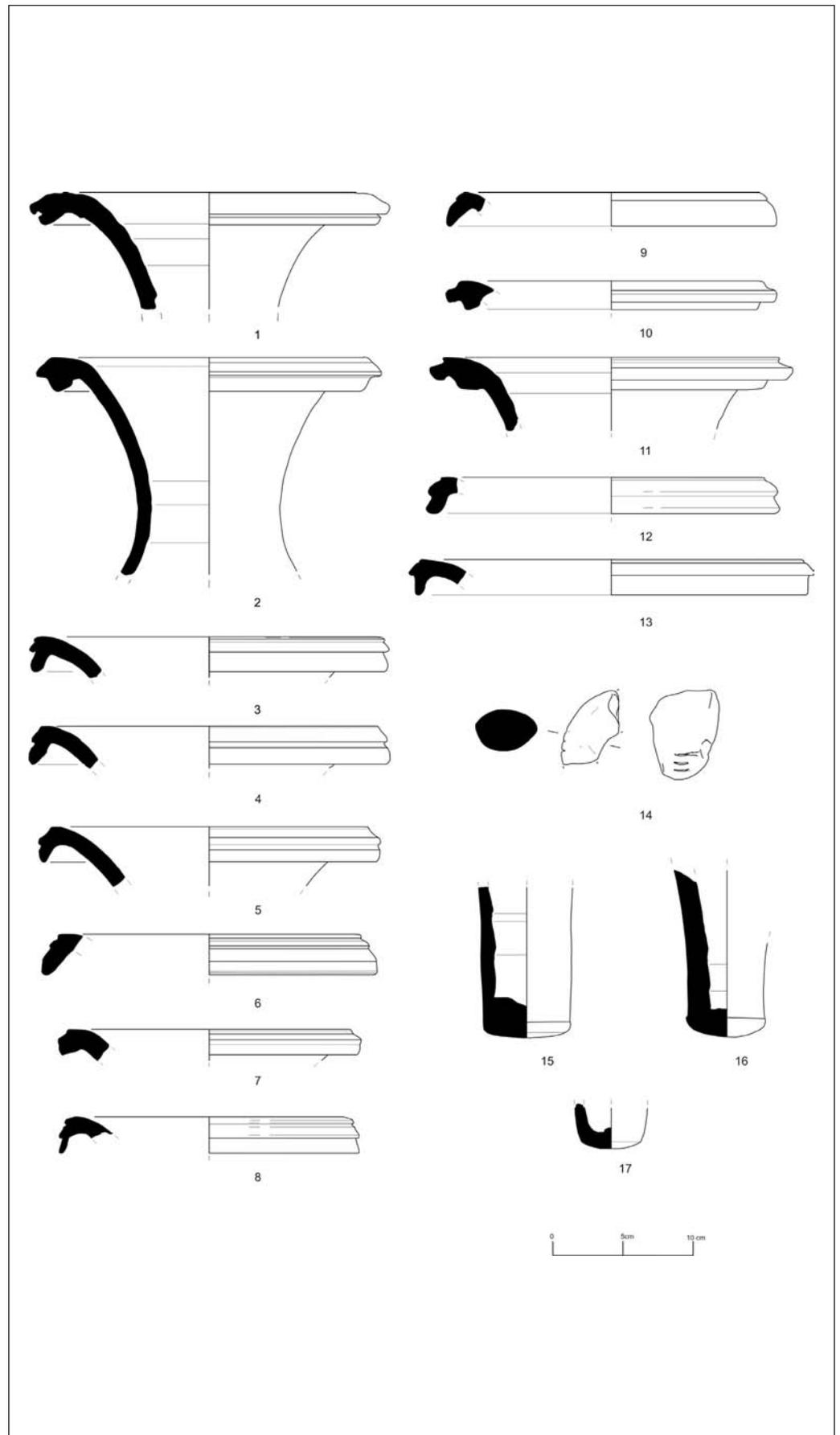


Figura 25
Prancha ânforas Mañá
C2b.

3.2.2. Greco-Itálicas e Dressel 1 Hispânicas

Documentando os primeiros momentos do longo processo de “romanização” dos contenedores de transporte dos produtos agrícolas e de derivados marinhos que ocorre na *Hispania* durante a época tardo-republicana, individualizámos um número mínimo de cinco ânforas, que copiam os típicos modelos itálicos de exportação do vinho da costa tirrénica, Greco-Itálicas e Dressel 1 (Figura 26, n.º 9 a 12).

Estas ânforas encontram-se bem representadas no conjunto de importações de *Olisipo* para esta fase e devem corresponder, tendo em conta as suas características macroscópicas, a produções da baía gaditana onde recentes intervenções têm vindo a demonstrar o seu fabrico (González Toraya et al., 2000 e Bustamante e Martín Arroyo, 2004).

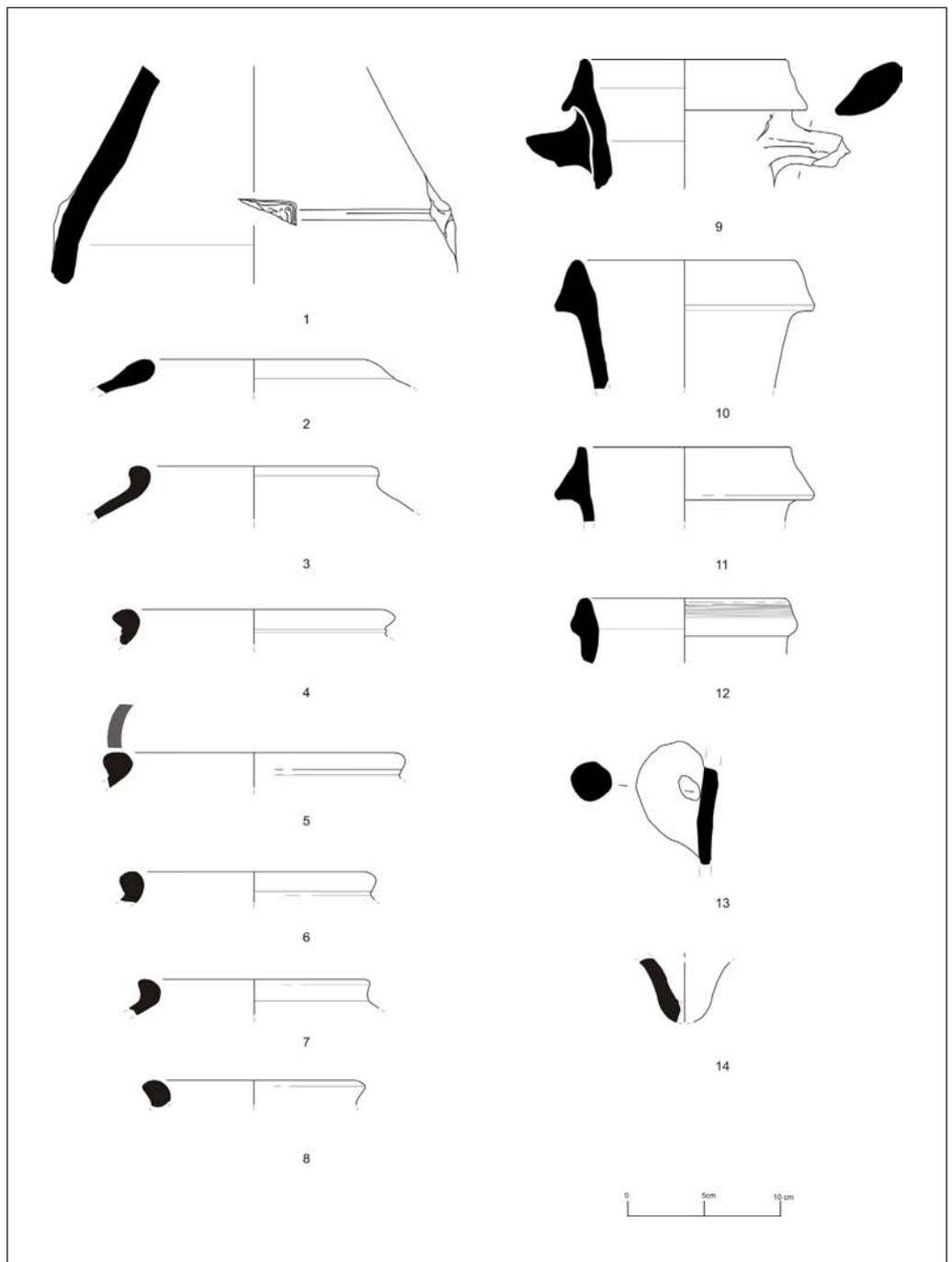


Figura 26
Prancha ânforas: N.º
1 Mañá C2b. N.º 9 a
12 Greco-Itálicas e
Dressel 1 de produção
peninsular. N.º 8 a 12 e
n.º 13 e 14 ânforas de
tradição pré-romana.

3.3. Ânforas Tripolitanas Antigas

Identificámos dois fragmentos de bordo e um fundo que atribuímos a este tipo (Figura 24, n.º 10 e 11). Correspondem aos primeiros contentores de morfologia ovóide destinados à exportação do azeite da área da Tripolitânia durante a época romana republicana. Tendo só recentemente merecido a atenção dos investigadores (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2000), deixando antever uma invulgar difusão que leva a reavaliar a importância da sua comercialização em época republicana.

3.4. Ânforas de tradição pré-romana

Identificou-se ainda nesta intervenção um significativo conjunto de ânforas de cronologia pré-romana, comprovando a longa diacronia de ocupação deste espaço ao longo do primeiro milénio antes de Cristo.

Como já verificámos com o estudo dos contextos romanos do Castelo de São Jorge, a presença de ânforas de tradição pré-romana é uma constante nos níveis do século II a.C., ainda que quantitativamente pouco representativos.

Na presente intervenção recolheram-se em níveis de revolvimento medieval, uma série de bocais de ânforas um fundo e uma asa de rolo atestando diversas influências e cronologias (Figura 26, n.º 2 a 8 e n.º 13 e 14).

Temos que ter presente a existência de uma forte ocupação pré-romana no morro do Castelo, que remonta a meados do século VIII a.C. com fortes influências semitas, e que se irá manter com forte dinamismo ao longo de todo o primeiro milénio a.C. até à chegada dos exércitos romanos, como atestam as longas estratigrafias identificadas na área arqueológica da Praça Nova do Castelo hoje em dia musealizada.

Entre os modelos de ânfora pré-romanas do presente conjunto, destacamos o exemplar que apresentamos como n.º 7 da figura 26, correspondendo a uma ânfora importada possivelmente da área Gaditana do Tipo 10.1.2.1 de Ramón Torres (1995), com uma cronologia de meados do século VII a.C. a VI a.C.

A peça n.º 2 é o modelo mais evoluído entre as ânforas deste grupo, tratando-se de uma forma D de Pellicer (Pellicer Catalán, 1978), bem atestada em níveis do século II a.C. em Lisboa.

Os exemplares n.º 3 a 6 e 8 da figura 26, são de classificação mais problemática, devendo corresponder a ânforas mais evoluídas da segunda metade do primeiro milénio a.C. Estas encontram bons paralelos na proposta de tipologia recentemente apresentada tendo por base o estudo da estratigrafia e componente artefactual da escavação do núcleo arqueológico da rua dos Correeiros em Lisboa (Sousa, 2011). Assim o nosso bocal n.º 3 da figura 26 poderá inserir-se no tipo Série 1, Grupo 1Db (Sousa, 2011, p. 124). Os exemplares n.º 4, 5, 6 e 8 poderiam ainda que com algumas hesitações face ao seu estado de fragmentação, inserir-se dentro do tipo Série 1, Grupo 1B (Sousa, 2011, p. 124).

4. Testos

Um dos dados mais peculiares nesta intervenção foi a presença de um número inusitado de fragmentos de testos de ânfora (figura 27). Ainda que peças similares tenham sido identificadas em outras áreas do Castelo, nunca se tinha identificado uma expressão quantitativa equivalente.

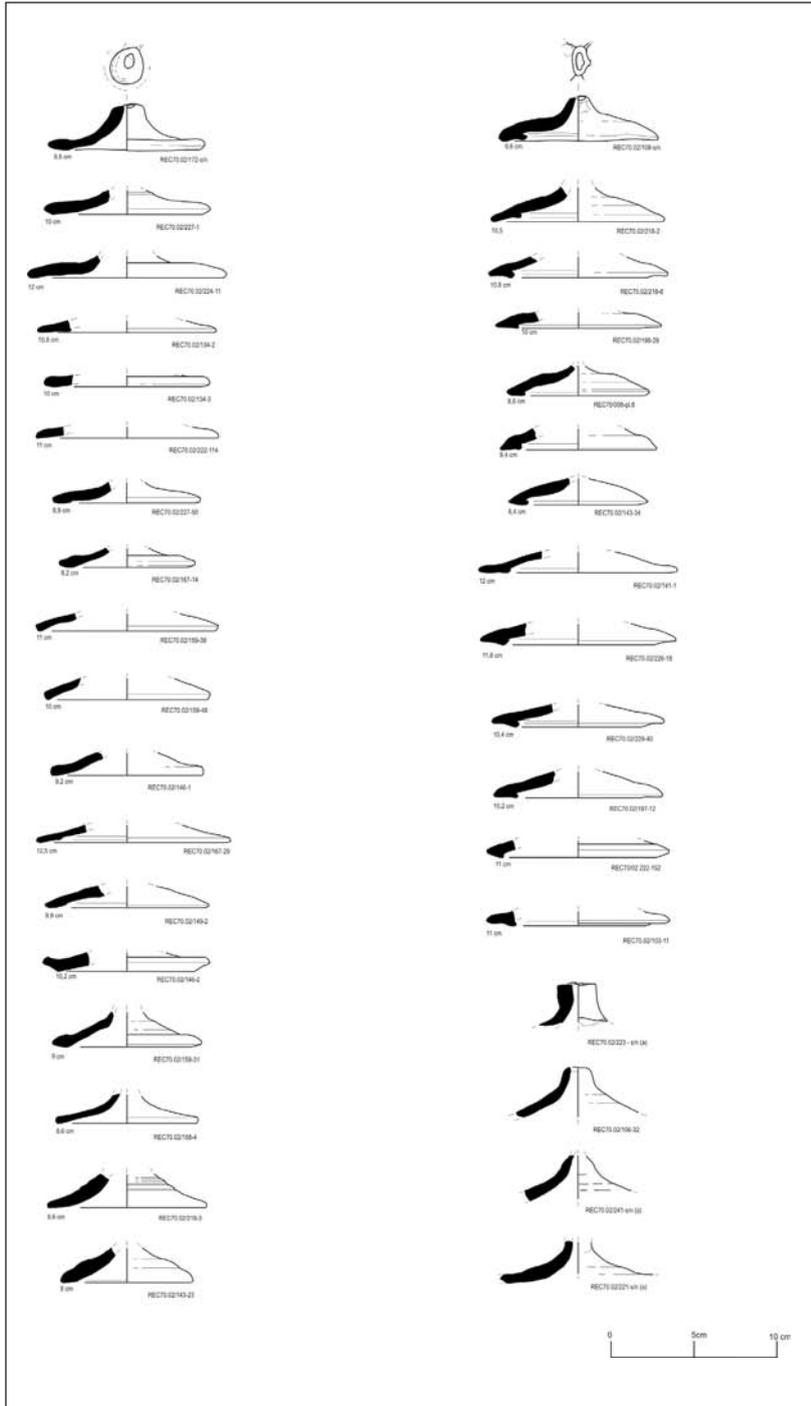


Figura 26
Conjunto de testos
de ânfora.

Entrever o significado desta concentração de testos de ânfora é uma das questões que se coloca, mas para a qual se carece de uma solução satisfatória, visto estarmos a lidar com dados exumados sobretudo em contextos de remeximentos medievos. No entanto podemos interrogarmo-nos sobre qual a utilização desta área da “acrópole” do antigo povoado nesta fase conturbada: constituirá o conjunto de testos uma evidência indirecta de uma área de armazenamento onde as ânforas chegariam ainda seladas? Ou antes perante uma lixeira original, para onde se descartou uma quantidade significativa de testos, depois de cumprida a sua função?

Identificámos um número mínimo de trinta e um exemplares, tendo sido possível reconstituir fisicamente duas peças. A análise das pastas permite aferir diferentes grupos de fabrico que deverão indicar diferentes proveniências, encontrando-se identificados fabricos itálicos e produções da área do Estreito de Gibraltar, estas com paralelos exactos em contextos produtivos, como os da olaria de Torre Alta; Avenida Portugal; La milagrosa; Cerro Bateria; Gregorio Marañón; e Callé Asteroides (Saez Romero, 2008), como oficinais, neste caso datados com precisão de finais do séc. II a.C. em *Baelo Claudia* (Bernal Casasola e Arévalo González, 2007). Os diâmetros variam entre os 8 e os 12,5 centímetros.

Considerações Finais

O conjunto de dados de Época Republicana Romana disponibilizado pela intervenção arqueológica na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70 vem de encontro aos dados já antes compilados do Castelo de São Jorge (Pimenta, 2005; Pimenta *et al.*, neste volume): o conjunto mostra uma afinidade elevada com os “pacotes artefactuais” dos momentos iniciais da conquista e integração no mundo romano, documentando-se a panóplia que associa determinados tipos de cerâmicas finas e ânforas, a par de outras produções de menor expressão. No caso da Rua do Recolhimento n.ºs 68-70 convirá, deste modo, salientar os elementos que constituem novidade para o registo arqueológico do morro do Castelo.

Por um lado, o perfil cultural da comunidade ali instalada naqueles momentos, já antes interpretado como itálico pela importância ali atingida pelos produtos alimentares importados, pela frequência da atestação da baixela de mesa itálica, do uso de lucernas e da comprovação do uso de moeda de baixo valor romana (Pimenta, 2005), surge agora reforçado de forma contundente pela presença do *stylus*, ao constituir um peculiar artefacto demonstrativo do carácter literato e à maneira itálica de membros da comunidade em causa.

Noutro sentido, cronológico, a presença dos exemplares da variante C itálica da morfologia 1 de Dressel documenta uma continuidade da importação de produtos vínicos italianos na primeira metade do séc. I a.C., que contudo terá de ser vista na sua devida e reduzida dimensão por comparação com a elevada expressão quantitativa antes atingida no lapso de 140-130 a.C., mesmo que somente no quadro da Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. Trata-se de uma diminuição drástica da frequência das importações após a instalação militar, cujos contornos precisos requeririam outro tipo de informações, para já indisponíveis.

Independentemente das explicações para o decréscimo das evidências de ocupação do Castelo no período dado, é previsível que o porto olisiponense tenha desempenhado não só uma função relevante no abastecimento aos vários exércitos romanos estacionados na região após a campanha do Galaico de 138-137 a.C., como prossiga o seu papel portuário de primeira linha nas redes comerciais que se estabeleceram a partir de então.

BIBLIOGRAFIA:

- ALAPONT MARTÍN, L.; CALVO GALVÉZ, M.; RIBERA i LACOMBA, A. (2009)**- *La destrucción de VALENTIA por Pompeyo (75 a.C.)*. Valencia, Quaderns de Difusió Arqueològica, 6.
- ALVES, C. (2011)** – A Cerâmica Campaniense em Mesas do Castelinho. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Volumes, 115, 161 p. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2994>
- ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998)** – *La quantification des céramiques, conditions et protocole. Actes de la table ronde du centre archéologique européen du Mont Beuvray* (Glux-en-Glenne, 7-9 abril de 1998). Collection Bibracte. 2.
- ARRUDA, A. M. (1993)** – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da Expansão Fenícia para a fachada atlântica Peninsular. In *Estudos Orientais IV - Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (2002)** – *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1998)** – As Ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983-1991). *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.
- BARGÃO, P. (2006)** – *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em pré-história e arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.
- BENQUET, L.; OLMER, F. (2002)** – Les amphores. In *La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Ausonius-Publications. Mémoires. 7. Bordeaux, p. 295-331.
- BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO GONZÁLEZ, A. (2007)** – *LAS CETARIAE DE BAELO CLAUDIA. Avance de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional (2000-2004)*. Arqueología Monografías. Junta de Andalucía e Universidad de Cádiz.
- BONIFAY, M. (2004)** – *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford: Archaeopress (Col. *British Archaeological Reports, International Series*, n.º 1301).
- CIPRIANO, M. T.; CARRE, M. B. (1989)** – Production et typologie des amphores sur la côte adriatique de l’Italie. In *Amphores romaines et histoire économique: Dix ans de recherche*. Roma: École Française de Rome (Collection de l’École Française de Rome; 114), p. 67-104.
- COSTA, A.M. (1910)**- Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal- Appendice. O Homem proto-histórico. Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes, *O Archeólogo Português*, vol. XV, Lisboa ; Museu Ethnológico Português, p. 55-83 .
- DIAS, V. (2013)** – A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 717-726.
- DESBAT, A. (1998)** – L’arrêt des importations de Dressel 1 en Gaule. In *Actes du Congrès d’Istres*. Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 31-35.
- FABIÃO, C. (1989)** – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2002)** – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 108-131.
- FEUGÈRE, M. ; PRÉVOT, P. (2008)** – Les matières dures animales (os, bois de cerf et ivoire) dans la vallée de l’Hérault : production et consommation. In: *I. Bertrand (dir.), Le travail de l’os, du bois de cerf et de la corne à l’époque romaine : un artisanat en marge ?* Monographies Instrumentum 34. Montagnac, p. 231-268

- FILIFE, Victor (2008)** – *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998)** – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (Siglos II A.C. - IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2000)** – La producción de ánforas “romanas” en el sur de Hispania. República y Alto Imperio. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Vol. 1. Écija: Editorial Gráficas Sol, p. 57-174.
- GASPAR, M. A.; GOMES, A. M.; SEQUEIRA, M. J.; SILVA, R. B. (2000)** – Arqueologia urbana em Lisboa. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. 8. Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Porto. ADECAP, p. 55-70.
- GATEAU, F. (1990)** – Amphores importées durant le Ie-IIe s. av. J.C. dans trois habitats de Provence occidentale: Entremont, le Baou-Roux, Saint-Blaise. *Documents d'Archéologie Méridionale*. Lattes. 13, p. 163-183.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; GUERRA, S.; MENDES, H.; RIBEIRO, S.; VALONGO, A.; PINTO, P. (2003)** – Castelo de São Jorge - Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos. *Património Estudos*. Lisboa. 4, p. 214-223.
- HAYES, J. (1972)- *Late Roman Pottery*.
- GUERRA, A. (2006)** – Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.9, n.º2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p.271-297.
- HAYES, J.W. (1972)- *Late Roman Pottery*. Roma: British School of Rome.
- LAMBOGLIA, N. (1952)** – Per una classificazione preliminare della ceramica campana. In *Atti del Iº Congresso Internazionale di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950), p. 139-206.
- LAMBOGLIA, N. (1955)** – Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicane (II-I secolo a.C.). *Rivista di Studi Liguri*. Bordighera. 22, p. 241-270.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013)** – Las Cerámicas de Paredes Finas del final de la república Romana y el período Augusto-Tiberiano. In *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 149-190.
- MAZA, G. (1998)** – Recherche méthodologique sur les amphores gréco-italiques et Dressel 1 découvertes à Lyon IIe-Ier siècles avant J.-C. In *Actes du Congrès d'Istres*. Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 11-29.
- MOLINA VIDAL, J. (1997)** – *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert.
- MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques campaniennes. les formes*. 2 Vols. Roma : Ecole Française de Rome.
- PELLICER CATALÁN, M.; ESCACENA CARRASCO, J. L.; BENDALA GALÁN, M. (1983)** – *El Cerro Macareno*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- PIMENTA, J. (2003)** – Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 341-362.
- PIMENTA, J. (2005)** – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 41.
- PIMENTA, J. (2007)** – A importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (séculos II-I a.C.). In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidade de Cádiz, Noviembre de 2005, B.A.R., International Series, 1686, Oxford, p. 221-233.
- PIMENTA, J., CALADO, M. e LEITÃO, M. (2005)** – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol. 8, 2, p. 313-334.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

- PRINCIPAL, J.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013)** - El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina - La cerámica de barniz negro. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio romano*. Alcalá de Henares, pp. 43- 146.
- RAMONTORRES, J. (1995)** - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universitat.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998)** - *La fundació de València. La ciutat a l'època romanarepublicana (Segles II-I a. De C.)*. Estudios Universitarios. 71. Valencia.
- RIBERA I LACOMBA, A.; JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. (2012)** - *VALENTIA*, Ciudad Romana: su evidencia Arqueológica. In *HISPANIAEVRBES Investigaciones Arqueológicas en Ciudades Históricas*. José Beltrán Fortes e Oliva Rodríguez Gutiérrez (Coordinadores Científicos). Universidad de Sevilla.
- SÁEZ ROMERO, A.M. (2008)** - *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)*. Volume 2. La producción alfarera gadirita durante los siglos -III y -II. BAR International Series S1812. Oxford. 2008.
- SCHULTEN, A. (1922-52)** - (Ed. e Com.) *Fontes Hispaniae Antiquae*. Barcelona.
- SILVA, R. B. (2012)** - *As "marcas de oleiro" na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Prof.a Dr.a Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R,B.; OLIVEIRA, F. (no prelo)**- European Medieval imported pottery in Lisbon: its historical significance. Londres. *Journal of Medieval Pottery*, 34.
- SILVA, V. (1937)** - *O Castelo de São Jorge em Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 2.ª Edição. Lisboa.
- SOUSA, E. (2011)** - *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.C.* Tese de Doutoramento em História especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- TCHERNIA, A. (1986)** - *Le Vin de L'Italie Romaine. Essai d'Histoire Économique d'Après les Amphores*. Paris: De Boccard.
- VIEGAS, C. (2011)** - *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.
- FERRERUELA GONZALVO, F.; MINGUEZ MORALES, J.A. (2006)** - Excavaciones en la ciudad romanorrepublicana de «La Cabañeta» (Ciudad Real, Zaragoza): campañas de 2004-2005. *Saldue*, 6, p. 331-339

NOTAS

- ¹ Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL-DPC-CML)
- ² Museu Municipal de Vila Franca de Xira/UNIARQ
- ³ Arqueólogo. Técnico Superior do CAL-DPC-CML. Docente do Departamento de História da FCSH-UNL. Investigador Integrado do CHAM-FCSH e UAç.
- ⁴ Não deixa de ser interessante comparar esta escassez, com a tradição pré-romana abundantemente documentada em Lisboa de gravar signos e caracteres sobre suportes cerâmicos.
- ⁵ Não podemos deixar de agradecer as amáveis observações prestadas pelo Prof. Dr. Amílcar Guerra.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA URBANA DE 1993 NA FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA/ LARGO DAS PORTAS DO SOL (LISBOA): AS EVIDÊNCIAS DO PERÍODO ROMANO.

RODRIGO BANHA DA SILVA¹ ARQUEÓLOGO. TÉCNICO SUPERIOR DO CAL-DPC-CML. DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FCSH-UNL. INVESTIGADOR INTEGRADO DO CHAM-FCSH E UAÇ.

Resumo:

O conhecimento de *Olisipo* (Lisboa) durante o período romano republicano conheceu na última década uma profunda alteração nos seus contornos. O aumento do número de elementos empíricos colectados e tratados, incluindo pontos arqueológicos, contextos, estratigrafias e objetos, resultou da prática regular de trabalhos ocorrida desde meados da década de 1990, verificando-se contudo um desfasamento entre o número de elementos e a respetiva publicação.

No caso presente, procede-se à revisão crítica e compulsão dos elementos de cronologia romana recolhidos no espaço do Museu Nacional de Artes Decorativas/Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, uma intervenção de emergência dirigida por Dias Diogo em 1993, sucessivamente divulgada publicamente, especialmente no que respeita a um relevante contexto relacionado com os primeiros momentos da conquista e romanização do aglomerado da Idade do Ferro.

Summary:

In the last decade the state of the art about *Olisipo* (Lisbon) during roman republican period changed dramatically. The number of studied and published empirical data increased, including sites, contexts, stratigraphy and artifacts, as a result of the archaeological work carried out in the modern town of Lisbon. Nevertheless, and as one could expect, a gap can be observe between the numbers of excavations and respective publication.

In the present case, the data collected in an excavation carried out in National Museum of Decorative Arts/Ricardo Espírito Santo Silva Foundation in 1993, under the responsibility of Dias Diogo, was critically revised and displayed. This includes an important context dating from the first moments of the roman conquest and “Romanization”, which was publically presented orally in several occasions, although remained unpublished until the

present moment.

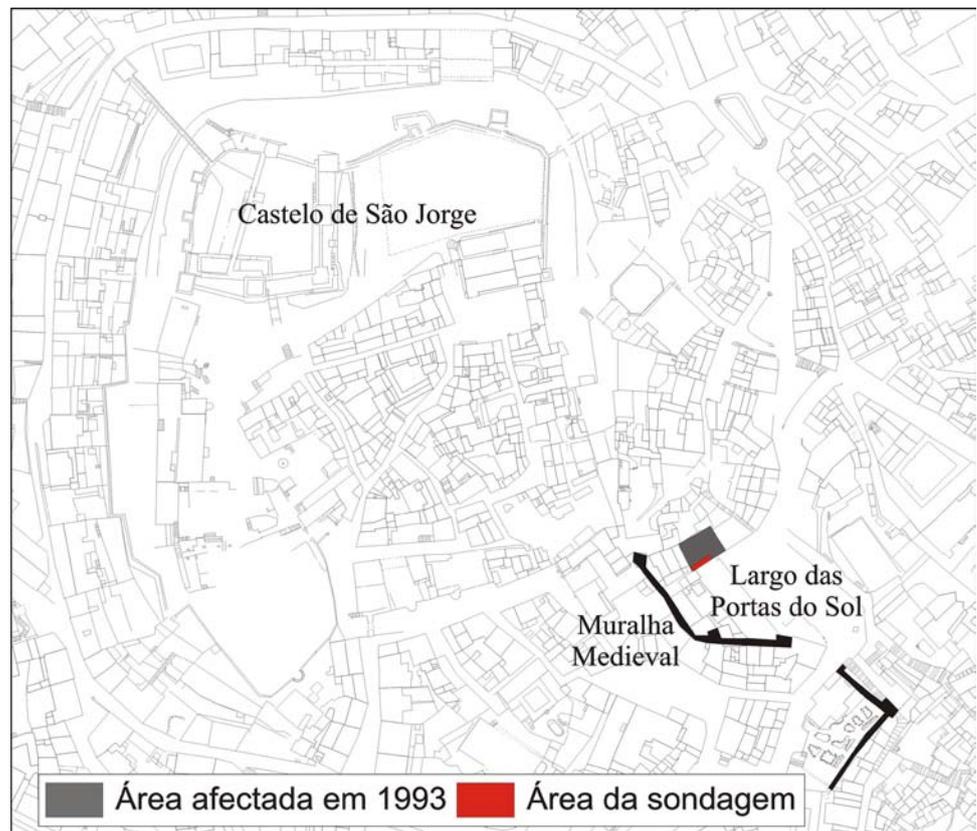
1.Introdução.

Em 1993, o antigo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (adiante I.P.P.A.R.) promoveu uma obra de ampliação das instalações da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva / Museu Nacional de Artes Decorativas. Custeado por fundos comunitários europeus (F.E.D.E.R.), contruiu-se um novo prédio num antigo espaço ajardinado confinante com a primitiva «Cerca Velha» lisboeta, junto ao topo norte do Palácio dos Condes de Azurara, sede da Fundação. A nova edificação implicou o rebaixamento do solo e a criação de dois pisos em profundidade. A despeito destes contornos, o projecto não considerou quaisquer trabalhos arqueológicos, nem a presença expectável de contextos relevantes no local.

Durante os trabalhos de construção civil ocorreu o desabamento do topo norte do Palácio Azurara. Foi na sequência deste episódio que, em 2 de Agosto de 1993, um operário que havia já trabalhado em Arqueologia com o signatário se dirigiu ao entretanto extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano (adiante G.T.T.R.L.), alertando para as ocorrências arqueológicas que se iam verificando no local e sendo portador de diversos recipientes cerâmicos intactos e outros objectos por ele colectados no espaço entretanto escavado na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

Feitos os contactos pelo Sr. Dr. António Dias Diogo, então responsável do G.T.T.R.L., com o Director do Departamento de Arqueologia do ex-I.P.P.A.R. à época, o Sr. Dr. Fernando Real, foi por este solicitado ao organismo camarário que procedesse a uma acção de

Figura 1
Localização da intervenção arqueológica realizada em 1993 na Fundação Ricardo espírito Santo Silva (Lisboa), com indicação da sua relação com o Castelo de São Jorge e a zona das antigas Portas do Sol da muralha medieval da cidade denominada «Cerca Moura».



emergência dada a indisponibilidade dos técnicos do organismo da administração central, envolvidos noutras escavações na cidade (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros e Claustros da Catedral).

O salvamento recebeu o acrónimo L.P.S. (de Largo das Portas do Sol) e foi da responsabilidade científica exclusiva do coordenador do G.T.T.R.L., como todas as acções promovidas por este organismo camarário entre 1989 e 1998. Desenvolvida no terreno pelo signatário entre 4 e 27 de Agosto de 1993, contou com apoio pontual do técnico municipal Moisés Costa Campos e de Horácio José João Afonso, ao tempo estudante de Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O empreiteiro, a firma Arquicon, cedeu também apoio de mão-de-obra não especializada.

No momento em que se verificou o salvamento arqueológico conduzido pelo G.T.T.R.L., toda a potência dos restantes c.400 m² havia sido destruída sem qualquer registo arqueológico. As observações produzidas respeitaram, portanto, a uma estreita faixa de configuração quase rectangular perfazendo menos de 15 m², equivalentes de forma genérica ao compartimento do topo do Palácio Azurara que desabara durante as obras. O espaço escavado possuía cerca de 2,30 m de largura máxima e 5,70 m de extensão, conservando uma potência estratigráfica antrópica ligeiramente superior a 6,20 m.

Apesar das limitações impostas pela reduzida dimensão da área escavada, as entidades identificadas assumem um importante significado para as leituras da dinâmica urbana da zona, como se iria depois constatar no vasto espaço confinante com o exterior da «Cerca Velha» na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, através dos trabalhos arqueológicos aí executados entre 1996 e 1997 sob a responsabilidade de Ana Gomes e Maria José Sequeira (Gomes e Sequeira, 2001).

Alguns dos elementos resultantes da intervenção de 1993 foram já publicamente divulgados repetidas vezes, designadamente os contextos e cerâmicas da Idade Moderna (Diogo e Trindade, 2000) e uma estrutura negativa de perfil em V, datada pelo responsável do período republicano romano em comunicação oral à Mesa Redonda “*Os Fenícios no Extremo Ocidente: estado da questão*” (Almada, 19 a 21 de Outubro de 1999), também já referenciada noutra bibliografia (Pimenta, 2005, p.134, nota 72).

No momento em que se perfizeram já duas décadas sobre a escavação, e por não só os dados relevantes para o período romano teimarem em permanecer no essencial inéditos como, também, por o autor ter executado no terreno a intervenção e procedido depois, ao longo de 1994, ao registo gráfico de todo o espólio recolhido, vem-se, no presente trabalho, apresentar os materiais e contextos de Época Romana, tendo-se cotejado os elementos antes registados com a observação das colecções que deram entrada no Museu da Cidade, hoje à guarda do Centro de Arqueologia de Lisboa.

2. A leitura possível sobre os contextos de Época Romana².

A intervenção arqueológica de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva foi executada de acordo com os princípios metodológicos enunciados por Mortimer Wheeler e Kathleen Kenyon, o que significa que os depósitos foram exumados seguindo os seus limites naturais, na ordem inversa da sua formação e numerados sequencialmente do mais recente para o mais antigo. Este aspecto assume relevância para a compreensão das entidades de Época Romana, na medida em que os registos gráficos e fotográficos da escavação supõem-se permanecer na posse do responsável científico, não se conservando nos organismos da administração central ou do município cópias dos mesmos ou qualquer outra

informação conhecida, salvo as indicações manuscritas de proveniência do espólio. No local foram reconhecidas quatro “camadas” sequenciais de pendente SO-NE, de espessura variável, com os números “17, 18, 20, 21, 22 e 23”. Qualquer uma delas continha material cerâmico, o que inclui a olaria de construção e, no caso de “20”, vários fragmentos

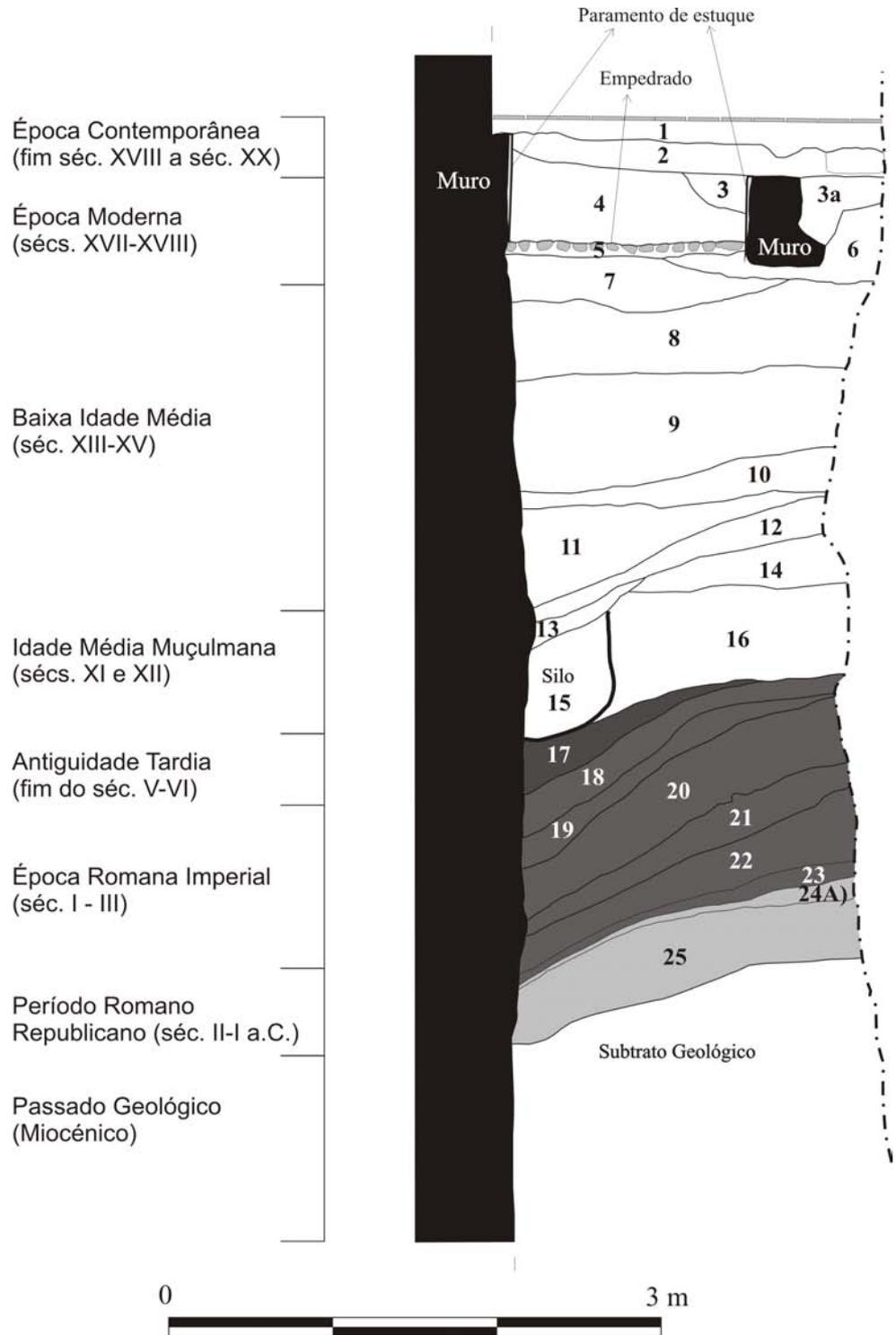


Figura 2
Perfil estratigráfico
junto do limite
NE da sondagem
intervencionada em
1993 na Fundação
Ricardo Espírito
Santo Silva (Lisboa)
com indicação das
cronologias atribuídas.

de um mesmo fresco parietal. Apesar de homogêneas no que respeita à sua configuração, tanto quanto se induz da única representação gráfica disponível da estratigrafia, encerram bem distintas datas de formação em função do espólio associado.

Na “*camada 17*” foram recolhidos elementos de ampla cronologia: a nível anfórico, para além de uma asa de rolo de contentor da Id.Ferro e de uma outra de pasta campana de Dressel 1 ou afim (n.i.), foram recolhidos dois fragmentos com bordo de Dressel 14 lusitanas (501 e 539- Fig.4), uma asa de Dressel 20(?) (487- Fig.4) e uma outra, preservando também parte do colo, de Haltern 70(?) (451- Fig.4), ambas providas do Guadalquivir, e, por fim, um bordo de Beltrán IIb (450- Fig.4) procedente da Bética costeira; nas cerâmicas comuns, todas denunciando fabricos regionais, encontra-se atestado um fragmento de bordo de pote (705- Fig.4), morfológicamente corrente na Id.Ferro, que todavia pode encerrar cronologias ligeiramente posteriores, conjuntamente com loiça de cozinha documentada em contextos do Alto Império (489, 492, 522 e 525- Fig.4; conf. Moita, 1968; Silva, no prelo) e outra, da mesma classe, romana mas claramente posterior (476 e 535- Fig.4); no âmbito da *terra sigillata* pontuavam um fundo de *Cerâmica do Tipo Peñaflores* (2777- Fig.4), do séc. I d.C., fabricos africanos do grupo da D (478-480- Fig.4) e focenses tardios (477 e 2449- Fig.4, este encontrado descontextualizado mas com probabilidade oriundo da mesma unidade). Um vidro inclassificável alto-imperial (n.i.) foi também conservado.

Interessa discutir o conjunto da *sigillata*, o de maior utilidade para a aferição cronológica da “*camada 17*”. Nele, o elemento de mais recuada cronologia equivale a um fundo de prato do tipo Martínez III em *Cerâmica do Tipo Peñaflores*, situável entre os meados do séc. I a.C. e o I d.C. (Amores e Keay, 1999). No caso presente, à boa qualidade do revestimento associa-se uma pasta muito depurada, com o cerne cinza e as superfícies mais rosadas. Apesar da sua coloração não coincidir com a descrição dos fabricos da área gaditana (Bustamante Álvarez e Huguet Enguita, 2008), como por exemplo os atestados na olaria de Jardín del Cano (Puerto de Santa María, Cádiz- López Rosendo, 2008), esta circunstância poderá explicar-se pela sobrecozedura que o exemplar do Largo das Portas do Sol patenteia, e que também lhe manchou intensamente o revestimento. Uma origem na baía de Cádiz afigura-se, por isso, como provável.

Na amostragem da classe de “cerâmica fina” em análise pontuam um bordo do tipo Hayes 99A e um fragmento de fundo, eventualmente da mesma morfologia, em *sigillata* clara africana D (Af.Cl. D). Esta forma, produzida sobretudo nas oficinas de Oudhna (Tunísia), detém uma datação revista criticamente por Michel Bonifay: inicialmente remetida para o séc.VI por John Hayes (1972), este dado seria depois recuado para o terceiro quarto do séc.V em função dos elementos de *Conimbriga* (Delgado *et al.*, 1975; Hayes, 1980); posteriormente, Tortorella (1986) e Aquilé Abadías (1989) remeteram o início da produção da forma para momentos mais precoces do séc.V, hipóteses rechassadas por Mackensen, que a situou nas duas últimas décadas do séc.V, pelo mais cedo (Mackensen, 1993); sendo uma morfologia por excelência do séc.VI, é hoje admissível que o fabrico das variantes C e D «80B/99» se prolongue já bem dentro do séc.VII (Bonifay, 2004: p.181).

No âmbito da *sigillata* focense foi identificado o comum tipo Hayes 3. O exemplar 477 (Fig.4), por ostentar a característica decoração obtida a roletilha e a proporção altura x largura do bordo dada, é integrável na variante E, tal como definida por J.W.Hayes (1972), que Andrea Carandini situa a partir dos finais do séc. V (Carandini, 1981: p. 252). 2449 (Fig.4), por seu turno, e recorde-se que recolhido fora de estratigrafia, é um vaso isento com a mesma tipologia, podendo ser enquadrado na variante C de

Hayes, a que os mesmos investigadores atribuem uma data em torno de 460-475 d.C. (Hayes, 1972; Carandini, 1981), encerrando portanto uma ligeira maior antiguidade. Deste modo, uma cronologia situável em torno das últimas décadas do séc. V d.C. ou já no seguinte, pelo menos, assoma como a mais provável para a formação da “*camada 17*”, explicando-se a presença dos elementos mais antigos, cobrindo com segurança os períodos romano republicano, alto e baixo-imperial, através da remobilização de materiais oriundos de níveis mais antigos.

Para as “*camadas 18, 19, 21 e 22*”, a informação artefactual é escassa, e quase todos os poucos elementos associados não permitem representação gráfica, sendo portanto pouco conclusivos. A única observação a reter é a de que, como antes, ocorrem igualmente cerâmicas da Id.Ferro-período romano republicano, aqui ilustrado por um pequeno fragmento de asa, talvez atribuível a uma ânfora do tipo Maña C2b (s/n- Est.5).

Situação distinta ocorre em “*20*”, onde o material é abundante e diversificado, sendo que a representação da unidade no desenho da estratigrafia disponível é enganadora, na medida em que assumia apreciável potência na área escavada arqueologicamente mais para oeste do perfil.

Nesta “*camada 20*” se recolheram, de novo, cerâmicas cobrindo um espectro alargado, embora bastante mais restrito que em “*17*”: entre o material anfórico conta-se um grupo expressivo de fragmentos de Haltern 70 oriundas do Guadalquivir (506, 639, 649 e 701, a que talvez se possam acrescentar outros recolhidos entre terras alúidas como 2803 a 2805- Fig.5), um bordo de Dressel 7/11 da baía gaditana (547- Fig.5), um fundo de ânfora vinária gaulesa, porventura do tipo Gauloise 4 (545, e talvez 2548- Fig.5, um outro exemplar idêntico, desprovido de contexto), um bordo de “*Tripolitana Antiga* (s/n- Fig.5) e, por fim, um bocal e uma asa do grupo de “*ânforas lusitanas antigas*” (Fabião, 2008) (554 e 699- Fig.5, podendo talvez incluir-se aqui a parede com porção de asa 2518- Fig.5, colectada fora de contexto); o grupo das cerâmicas comuns, como o restante maioritariamente muito fragmentário, é por isso limitado em termos de vasos classificáveis, mas nele merecem destaque um bordo e um recipiente conservando o perfil completo de potes globulares de produção regional (681 e 580/589/637... - Fig.6) que, por terem sido elaborados com muito depuradas pastas micácias e ostentarem morfologias dos bordos e fundo próximas de protótipos mais antigos, documentam elaborações de longa tradição mas que perduraram seguramente até datas tibérias e cláudias, pelo menos, de acordo com os poucos contextos já estudados e publicados de Lisboa, da Praça da Figueira (Silva, no prelo); registe-se, de igual forma, a importação de duas garrafas asadas (?) em cerâmica comum de elaboração gaditana (651-655- Fig.6).

Estando as “*cerâmicas finas*” (*sigillata*, lucernas,...) aqui ausentes, os restantes elementos são ainda assim os suficientes para garantir uma data alto-imperial romana, nomeadamente o perfil global da amostra (Idem), denunciando um momento muito centrado no período julio-cláudio, a que foge talvez ao panorama a presença do fundo de ânfora Gauloise 4(?). Terá que se admitir portanto ou uma data julio-cláudia, admitindo a ocorrência gaulesa como resultado de intrusão ou deficiente recolha ou, em alternativa, uma formação um pouco mais tardia a despeito da generalizada homogeneidade do conjunto.

Fora das considerações de âmbito cronológico, a “*camada 20*” proporcionou a recolha de um muito significativo elemento, infelizmente hoje em paradeiro desconhecido: trata-se de uma ponta de lança em ferro (s/n- Fig.6), de que em 1994 foi somente efectuado o registo fotográfico anterior ao restauro, que chegou a ser realizado. O elemento de armamento mostrava afinidades com o tipo VIIA definido por Quesada Sanz (1997), que este autor situa entre os séculos V-III a.C. (Idem, p.358), mas uma data mais ampla é ad-

missível, e a sua filiação de fabrico eventualmente indígena nenhuma implicação tem em matéria da identidade política do seu possuidor (Idem, 2006).

Muito menos potente que a unidade anterior, “23” forneceu exígua amostragem, ainda assim significativa: um bordo de taça em fabrico regional muito depurado (558-Fig.6), possivelmente da Id.Ferro, e um pequeno fragmento do bojo (567- Fig.6), de fabrico depurado e micácio, macroscopicamente assimilável ao pote de perfil completo antes mencionado a propósito da “camada 20”. Nele estava visível parte de um grafito pós-cozedura executado com ponta muito fina, onde se lia somente (...)IINA= (...?). Com a insegurança inerente à dimensão da amostra, o elemento epigráfico parece sugerir uma insegura data dentro do pleno domínio romano.

Atendendo à localização suburbana em relação à cidade antiga (Ribeiro, 1994; Silva, 2000 e 2011), e à inexistência de quaisquer estruturas associadas, parece mais provável que as referidas “camada 17” à “camada 23” equivalam a formações ocasionadas por despejos detriticos urbanos, num caso contendo eventuais elementos de uma obra (20), não sendo possível, porém, afirmar desta funcionalidade de forma categórica.

Todos as restantes “camadas”, “24 a 29”, continham elementos cobrindo um espectro cronológico da Idade do Ferro ao período tardo-republicano romano, em exclusivo. E são estes que interessam de sobremaneira valorizar nesta ocasião, por virem acrescentar um outro dado até agora mantido quase inédito aos importantes contextos tardo-republicanos identificados na cidade de Lisboa, com particular destaque para os da área do Castelo de S.Jorge (Pimenta, 2005; Pimenta *et al.*, no presente volume). No local foram exumados pouco mais de dois metros de extensão de uma estrutura negativa de perfil em V e fundo aplanado, escavada nas argilas que constituíam o substrato geológico. Como se fez referência antes, foi já publicamente divulgada por Dias Diogo (conf. Pimenta, 2005: p.134, nota 72) e interpretada por este investigador como equivalente a uma edificação de cariz defensivo datada do momento de incorporação de *Olisipo* na esfera de Roma, i.e., assimilável às campanhas de *Decimus Iunius Brutus*.

O nível geológico na qual foi aberta a “vala” apresentava uma muito suave pendente SO-NE, sendo quase plano para oriente. Na parte mais a oeste da Sondagem efectuada em 1993 registou-se uma sobreposição de estratos pouco espessos formando uma subida de cota em formato de talude (“camadas 24B, 24C, 24D, 24E, 24F e 29”) de que não se reconheceu a parte voltada ao interior da encosta do morro do Castelo, para oeste. Não é possível no momento, e em função dos dados disponíveis, garantir categoricamente que estas entidades estratigráficas compunham uma outra estrutura, neste caso “positiva”, explicação que se afigura todavia como plausível.

Cobrindo este “talude”, mas também o enchimento da “vala” e o substrato para leste, depositaram-se as “camadas 24A)” e “25”.

Numa outra intervenção arqueológica desenvolvida entre 1996 e 1997 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, entre a muralha medievá e a área escavada em 1993, uma plataforma de cota mais elevada foi ali identificada (Gomes e Sequeira, 2001). Contudo, e apesar de ambas as intervenções arqueológicas serem praticamente contíguas, a leitura dos dados não permite descortinar com clareza como as duas realidades (plataforma e “vala”-“talude”) se articulavam no passado.

Convém, portanto, isolar dentro deste “universo” os horizontes bem distintos detectados em 1993 (vide Figura 3):

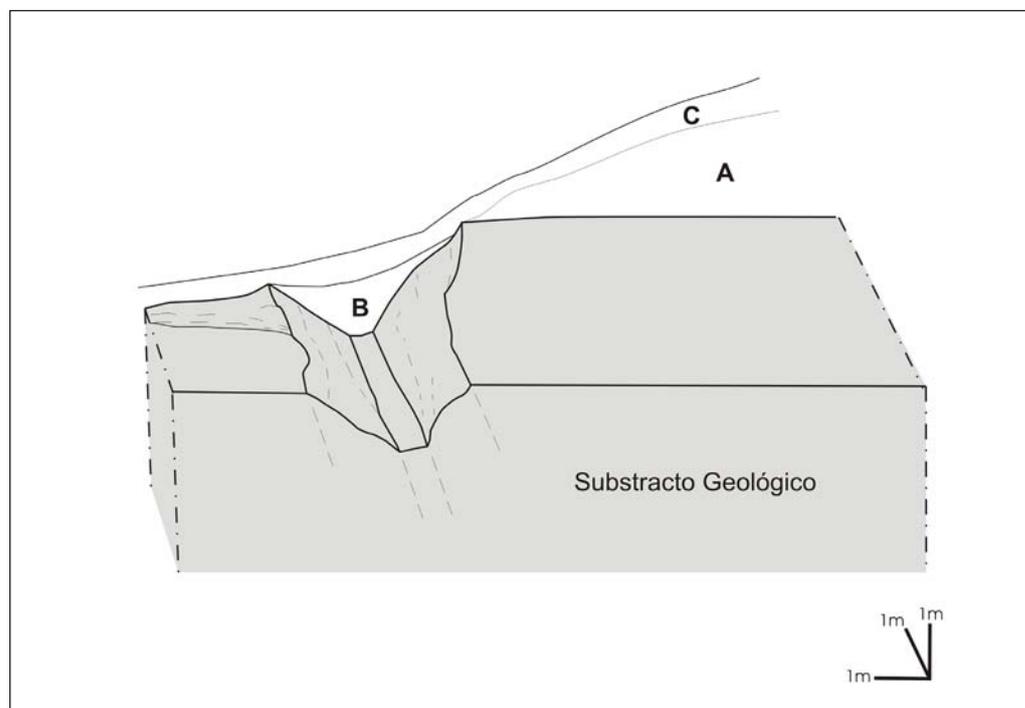


Figura 3
Reconstituição
axonométrica do
fosso.

A- os referentes à conformação do “talude” associado à “vala”, as já antes citadas “camadas 24B, 24C, 24D, 24E, 24F” e “29”;

B- a colmatação da estrutura negativa equivalente às “camadas 26, 27” e “28”, conforme aliás expressamente o indicam os apontamentos manuscritos das indicações de recolha e que acompanham os desenhos de peças realizados em 1994;

C- por fim, as “camadas 24A)” e “25”, esta justaposta pela antecedente, que cobriam A e B, por consequência geradas nos momentos mais avançados do conjunto da sequência; a este último propósito será de notar que “25” preenchia no vértice SE da sondagem uma afectação antiga de substrato e interface da “vala”.

Por conveniência de análise, designar-se-há de seguida o conjunto dos distintos depósitos pela letra que designa a leitura do faseamento dada.

Assim, em “C” pontua um conjunto de materiais de homogeneidade mais aparente que real. Deste modo, na “camada 24A)” figuram ânforas tardo-republicanas tirrénicas do tipo Dressel 1 (793, 796 e 852- Fig.7), duas taças em “Cerâmica Cinzenta Fina” (849, 743- Fig. 7), bordos de potes ou *pithoi*, como também de taças em pasta muito depurada, formas radicadas na Idade do Ferro ou com esta tradição (724, 772, 795, 727 e 250- Fig. 7, respectivamente), e um bordo de tampa também em cerâmica comum de provável origem itálica (841- Fig. 7). Uma parede pintada pelo exterior em bandas negras, vermelhas e brancas deverá encerrar datação mais recuada (780- Fig. 7). O elemento de data mais recente é prevalente sobre o restante conjunto, sendo decisivo para fixar a data de “24A)”: trata-se de um bordo de “Cerâmica de Tipo Peñaflo” da forma Martinez IIb, fabricos que, apesar de comuns em contextos da Época de Augusto e Tibério do meio-dia peninsular surgem ainda nos finais do período romano republicano, estando documentados nas es-

tratigrafias de *Celti* com datas associadas de 50-30 a.C. (Amores e Keay, 1999, p.242) No que respeita à “camada 25”, apesar de integrar o mesmo segmento da sequência que “24A”, que como se viu deverá encerrar uma data tardo-republicana a alto-imperial romana, a amostragem cerâmica é mais não só mais ampla como talvez consentânea com momentos um pouco anteriores, genericamente situáveis entre aos últimos decénios do séc. II a.C. e os meados do séc. I a.C.: identificou-se ali um bordo de ânfora Dressel 1A campana (1401 Fig. 7), duas asas do mesmo tipo ou afim (1402 e 1241- Fig. 7), um bordo de ânfora do tipo Maña-Pascual A4 (1325- Fig.8), dois bordos das morfologias inseridas na forma Pellicer D denunciando fabricos taganos (1324 e 1326-Fig. 8), e quatro asas de rolo associáveis à “família” de contentores fenício-púnicos (1327, 1328, 1331 e 1403- Fig.8) e, finalmente, dois pequenos fragmentos de asas com pastas da área da baía gaditana, muito provavelmente atribuíveis ao tipo “CCNN” ou 9.1.1.1 de Ramón Torres (1995); de novo acompanham este conjunto anfórico as “Cerâmicas Cinzentas Finas” (1315, 1366, 1396[a] e 1396[b]-Fig.8), como taças e potes elaborados com pastas bem depuradas que radicam nas tradições da Idade do Ferro locais (1321, 3122, 1323, 1344, 1347, 1349, 1350, 1354 e 1383- Fig. 9), e um fragmento de parede com pintura em banda branca com “orifício de suspensão” (1294-Fig.9). Globalmente, e apesar das suas limitações, a amostragem anfórica mostra estreitas afinidades com contextos republicanos romanos já conhecidos da cidade de Lisboa e respeitantes ao lapso c.138-100 a.C. (Pimenta, 2005), o que é corroborado pelo remanescente das cerâmicas, podendo encerrar significado neste âmbito a sugestiva afinidade morfológica do exemplar em “Cerâmica Cinzenta Fina” 1396[b]-(Fig.8) com os copos itálicos em “Cerâmica de Paredes Finas” do período republicano.

As estratigrafias que compõem “B”, a colmatação da “vala”, integram três distintas unidades, igualmente com distintas expressões materiais: embora nas duas superiores (“camada 26” e “camada 27”), as menos potentes, se tenham identificado fragmentos de parede de ânforas itálicas tirrénicas e sud-hispânicas (entre as quais uma delgada parede talvez do tipo “CCNN”), o que remete para o período romano republicano, nenhum exemplar tipologicamente classificável foi recolhido. O remanescente das cerâmicas integra uns quantos contentores fechados da Idade do Ferro em fabricos regionais (Fig.9) e um pequeno pote asado em “Cerâmica de Verniz Vermelho” de cariz orientalizante (1418-Fig.9), de clara maior antiguidade.

Já os elementos conservados da “camada 28”, a de maior potência em “B” e que assentava directamente sobre o fundo da “vala”, são a favor de uma data situada nos séculos II a meados do I a.C. São aqui numerosos os fragmentos de ânfora com colagem, na maioria pertencentes a ânforas tirrénicas itálicas, estando presentes as pastas dos grupos 3 a 5 definidos a propósito do Castelo de São Jorge por João Pimenta (2005), infelizmente estando ausentes porções da asa, fundo, colo e bordo: destes tão somente se menciona um ombro pouco pronunciado, com as características piroxenas e aguada esbranquiçada exterior (1495,...- Fig.10).

Bem ilustrado está o tipo Maña C2b: um exemplar, achado com a boca virada para cima junto ao interface oeste da vala, na sua zona superior, mostra a totalidade do bocal e colo, e uma parte da parede com arranque de uma das asas (1583,... – Fig.10); dois outros mostram parte da parede superior e asa, um com duas incisões *ante cocturam* nesta (1578- Fig.10), outro com o grafito pós-cozedura IIV(?) na zona da pança, próximo do arranque da asa (1573- Fig.10). Com estes, novamente se assinala a recolha de recipientes fechados (potes/*pithoi*- 1509 e 1557- Fig.10), e um bordo de uma ânfora de morfologia fenício-púnica, no caso muito rolado (1524- Fig.10).

Em síntese, a colmatação da “vala” (“B”) ostenta um conjunto homogé-

neo de elementos concordantes com uma cronologia de formação em torno de um lapso que se situará genericamente no lapso c.138-50 a.C.

Os elementos de mais recuada formação em “A” equivalem à “estrutura negativa”, que apresentava cerca de 2m de largura exterior e uma profundidade máxima próxima a 1,60m, e a uma aparente regularização do substrato, evidente na zona escavada a oeste. Necessariamente que a datação destas duas acções, i.e., rompimento do substrato e seu acondicionamento, se terá que fundamentar nas unidades deposicionais que se lhe sobrepunham, dado o princípio metodológico de escavação aplicado (Harris, 1989). Deste modo, na unidade que se sobrepunha ao substrato, “29”, localizada próximo ao limite oeste da sondagem escavada, a amostragem é exígua. Convém, porém, destacar aqui a presença de uma parede evidenciando a zona de colagem da parte inferior de uma asa de ânfora provavelmente do tipo Maña C2b (n.i.), que funcionará como elemento vital para a fixação de uma data situável entre a segunda metade do séc. II a.C. e os meados do séc. I a.C., pelo menos. Todo o restante conjunto das camadas “24B” a “24F” inclui cerâmicas orientalizantes de mais recuada data, no caso um bordo de “Cerâmica de Verniz Vermelho” (861-Fig.11) e paredes de recipientes com bandas a vermelho e negro (1091 e 1118-Fig.11), como outras de espectro cronológico alargado dentro do I milénio a.C. (vide Fig.11). Reforça, contudo, uma noção de atribuição ao período romano republicano a presença de um fragmento de colo de ânfora Maña C2b (1089-Fig.11) a par de dois fundos ocios sud-hispânicos (940 e 1163-Fig.11), uns poucos fragmentos de paredes talvez daquele tipo e de outros de morfologias anfóricas itálicas encontrados nas mesmas estratigrafias.

3. A leitura possível do significado dos contextos romanos detectados na Fundação Ricardo Espírito Santo/Largo das Portas do Sol em 1993.

O perfil da paleotopografia de Lisboa que se pode entrever na Antiguidade para a área do Largo das Portas do Sol acusa a existência de uma ampla plataforma que facilitava o acesso ao interior do que comporia na Idade Média o recinto amuralhado, por ela passando um caminho de longa tradição atestado textualmente desde o período de dominação islâmica, conduzindo à então designada “*Porta do Cemitério*”, depois renomeada na I dinastia portuguesa como “*do Sol*” (Sidarus e Rei, 2001). De facto, e como a escavação de 1996 e 1997 dirigida por Maria José Sequeira e Ana Gomes iria demonstrar, esta zona da encosta oriental do Castelo encerrava distintos socalcos, qualquer delas com ocupações antigas desde momentos recuados, estando atestada uma pontual utilização funerária no séc. III d.C. e, depois, habitacional ao longo dos séculos XI a XIII d.C. (Gomes e Sequeira, 2001), panorama que se repetia na sondagem intervencionada em 1993. Esta característica da zona, i.e., a existência de plataforma ampla, é peculiar na paisagem local, na medida que toda a vertente oriental da Encosta do Castelo mostra, ainda hoje, zonas de declive acentuado desde a zona da Alcáçova até próximo da zona ribeirinha, bem mais a sul nas proximidades das margens do Tejo. Este condicionalismo geográfico seguramente influenciou nas estratégias de ocupação praticadas em *Olisipo*, e é obviamente tentador correlacionar as estruturas detectadas em 1993 com as referências textuais, históricas, e a hipótese de uma necessidade de reforço construtivo no quadro da ocupação militar romana iniciada em 138 a.C. Assume então especial relevância o elemento cronológico, e neste sentido os dados coligidos para os três momentos tardo-republicanos romanos identificados no espaço, que ademais sugerem encerrar datações próximas entre si. Note-se, porém, que a indisponibilidade de “cerâmicas finas” (“cerâmicas de verniz negro”, “cerâmica de paredes finas” e

lucernas) e de numismas recolhidos em contexto conferem ao conjunto de materiais um valor necessariamente limitado, que ainda assim convém discutir um pouco mais detalhadamente.

Quando se atenta ao conjunto global, considerando aqui também os incluídos nas “camadas” de Época Imperial que poderão ter sido remobilizados de áreas próximas, ressalta dele uma relativa homogeneidade como se referiu já: de facto, parece legítimo chamar a atenção para se estar perante parte de um “pacote” já antes identificado em Lisboa, na área do Castelo de São Jorge (Pimenta, 2005; Pimenta *et al.*, no prelo), que conta com ânforas tirrénicas itálicas Dressel 1A, sud-hispânicas Maña C2b e “CCNN”, “Tripolitanas Antigas”, outras do tipo Maña-Pascual A4 e produções regionais de tradição fenício-púnica (Pimenta, 2005, no prelo e Pimenta *et al.*, no prelo, neste mesmo volume). Convém enfatizar, a este respeito, que noutros pontos da cidade de Lisboa onde se identificaram materiais de Época Republicana, pese embora incluídos em estratigrafias mais recentes como é o caso do Teatro Romano (Filipe, 2008b), Rua dos Bacalhoiros (Filipe, 2008a) ou mesmo no Castelo (Pimenta, 2005), a par dos elementos anfóricos citados ocorrem já outras morfologias mais avançadas dentro do período tardo-republicano, com natural destaque para as elaborações sud-hispânicas como as ovóides béticas, incluindo a Lomba do Canho 67, e a Haltern 70. Esta circunstância tem de ser valorada, na medida em que na área do Baixo e Estuário do Tejo os sítios com datas mais próximas aos meados do séc. I a.C., como Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira- ver Pimenta e Mendes, no prelo, neste volume), Alto dos Cacos (Almeirim- Pimenta *et al.*, 2012) ou Santarém (Bargão, 2006), denotam expectáveis perfis similares de importações predominantemente oriundas da Hispânia meridional, no que Fabião designou como a fase que segue “o princípio de proximidade geográfica nos aprovisionamento militar” (Fabião, 1993), condição que se verifica para qualquer destes sítios ribatejanos. Logo, parece ganhar corpo que o conjunto de entidades reconhecidas em 1993 equivale a formações ocorridas antes, cerca dos últimos decénios do séc. II a.C. a primeiros do I a.C., pelo mais, afigurando-se impossível aferir com maior precisão cronológica os contextos “A”, “B” e “C”. Seja como for, os dados analisados parecem apontar para um tempo de vida curto para a estrutura, sendo sugestiva a sua desactivação ainda durante o período tardo-republicano. Se ela deteve uma funcionalidade “militar”, ou se associou outras a esta, é algo que os

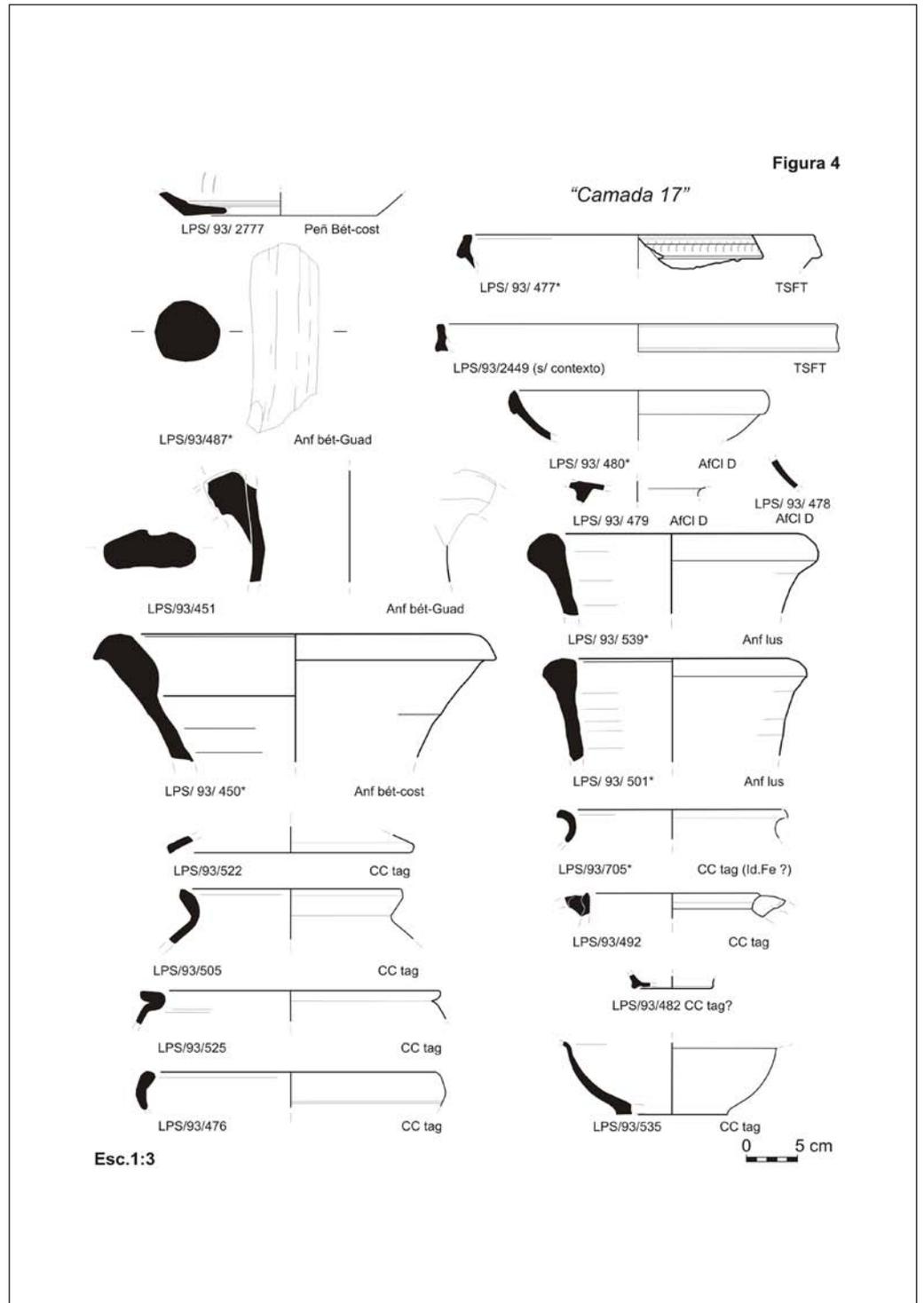


Figura 4
 Cerâmicas finas,
 ânforas e cerâmicas
 comuns do contexto
 da Antiguidade Tardia
 “camada 17”.

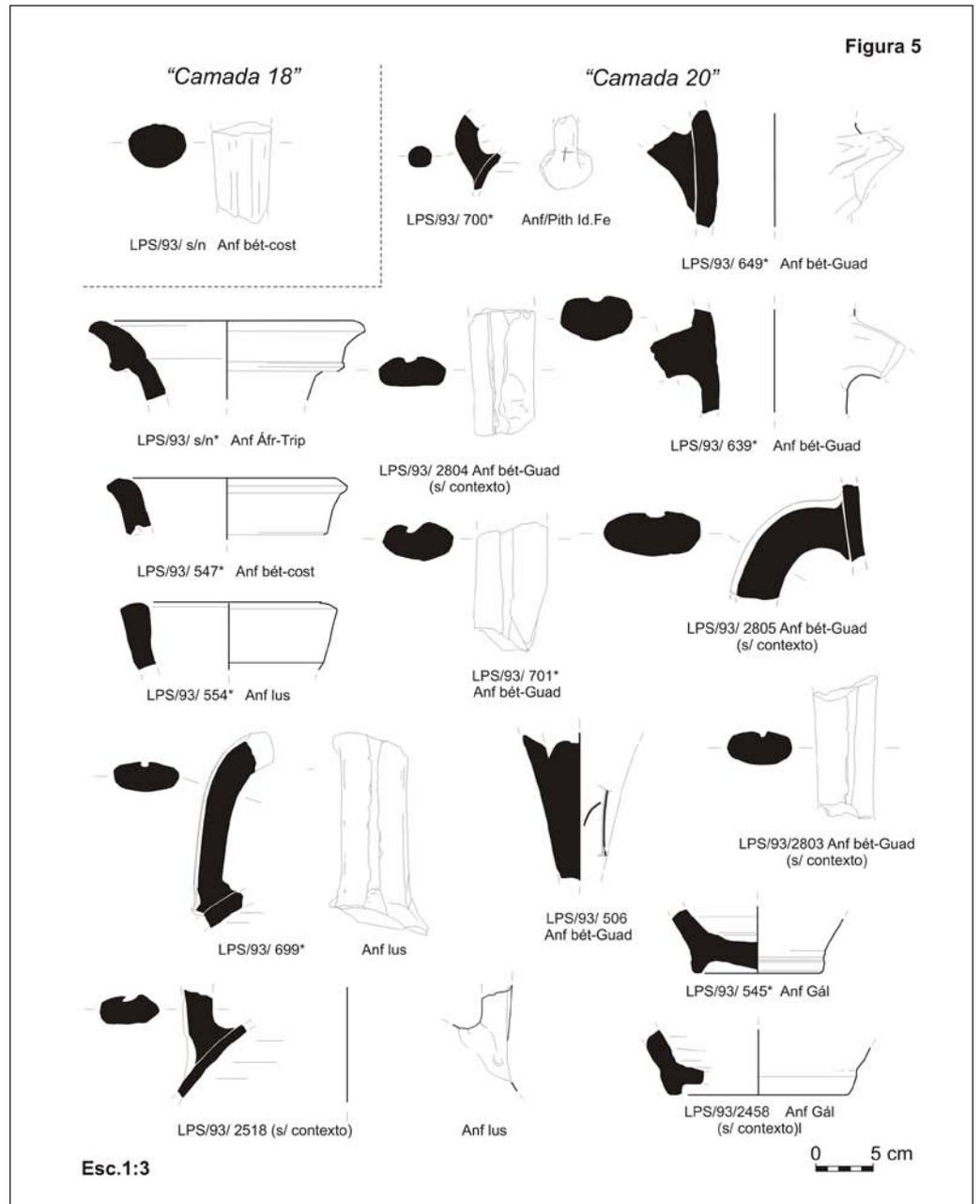


Figura 5
 Ânforas do contexto
 Imperial romano das
 “camadas 18 e 20”.

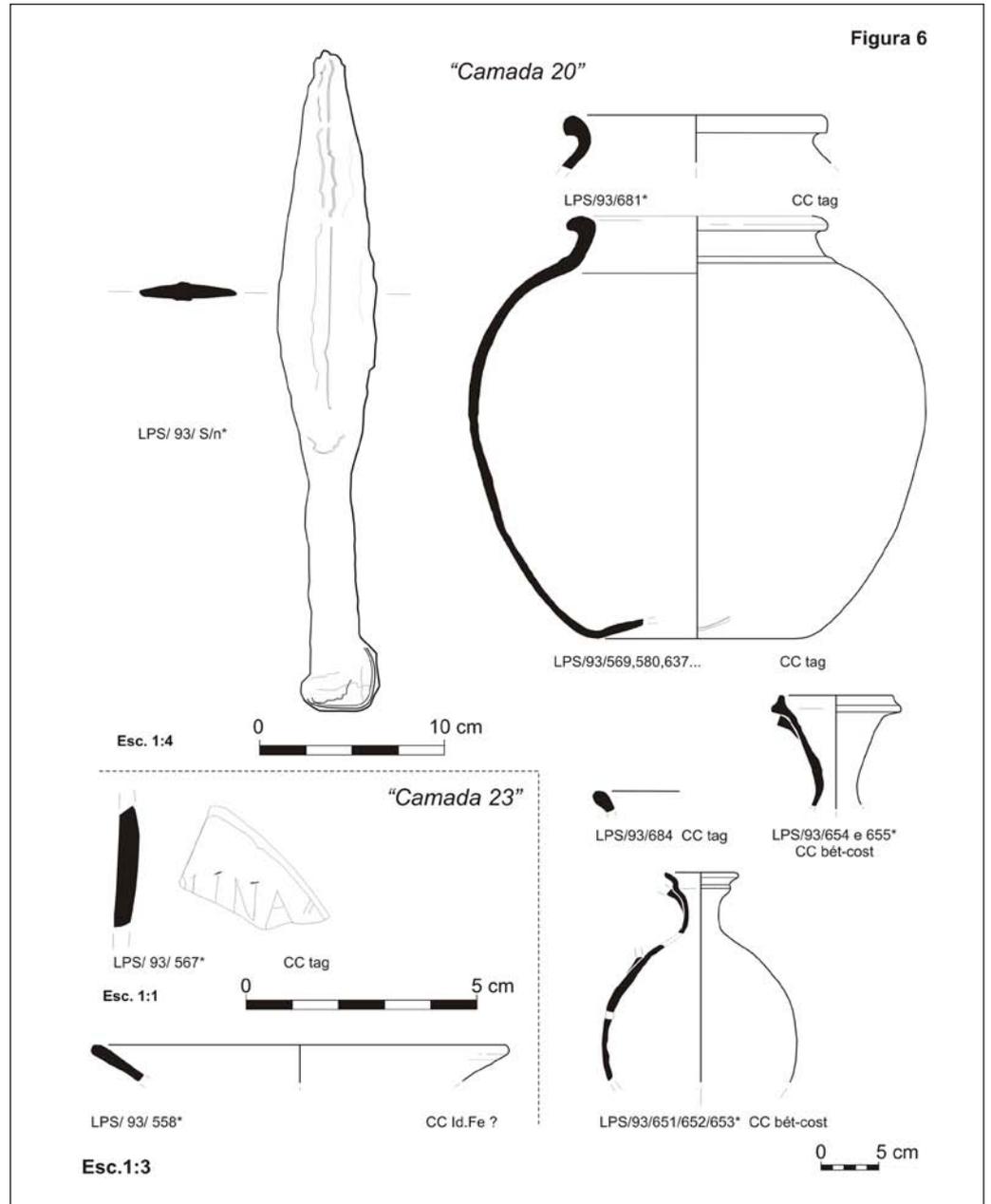


Figura 6
Ponta de lança em ferro, "cerâmica cinzenta fina" e cerâmicas comuns do contexto imperial romano das "camada 20 e 23".

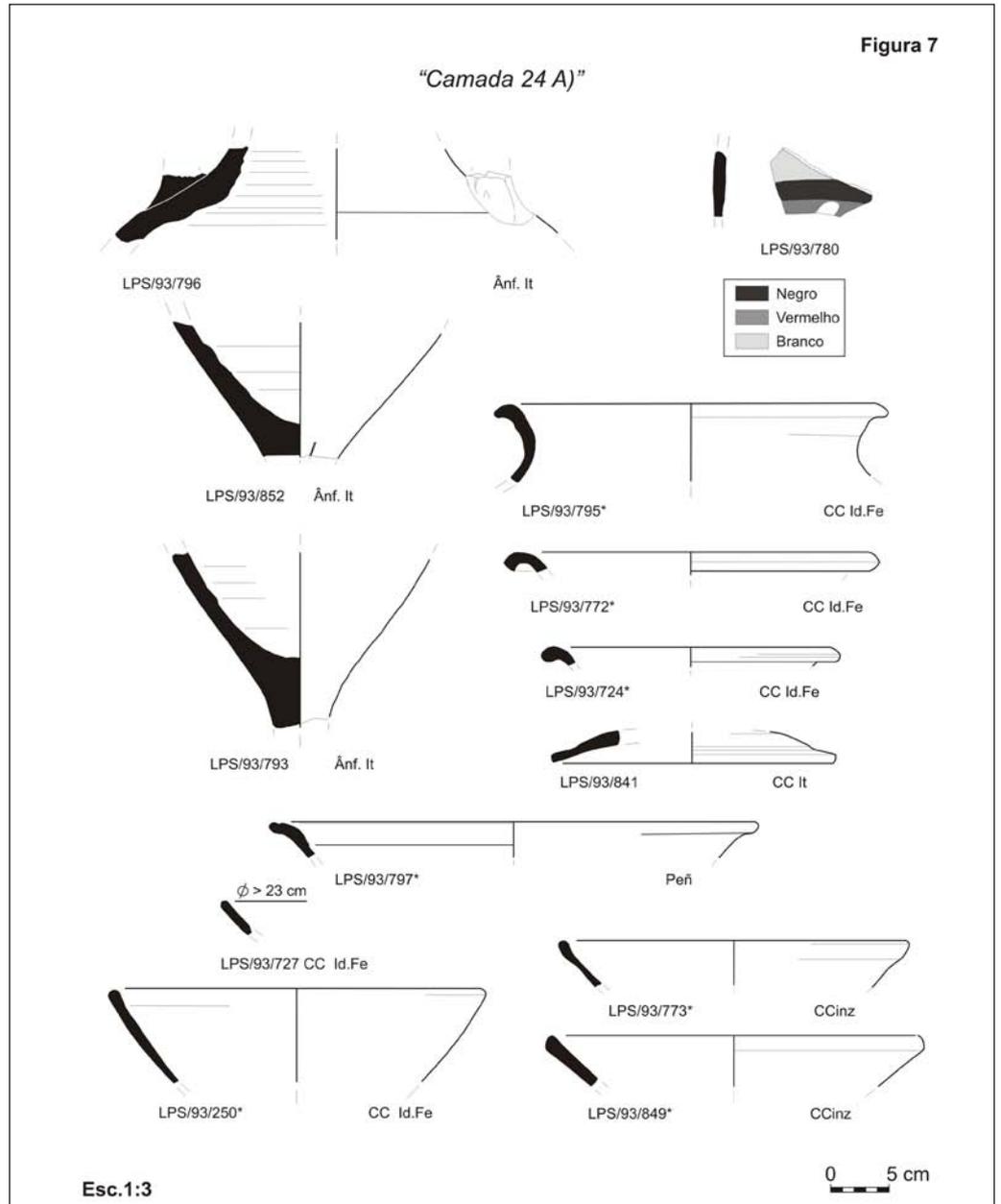


Figura 7
 Ânforas, “cerâmica cinzenta fina”,
 “cerâmica de tipo Peñaflor”, cerâmicas comuns e da Idade do Ferro do contexto pós-abandono da estrutura negativa do período republicano romano “camada 24 a)”.

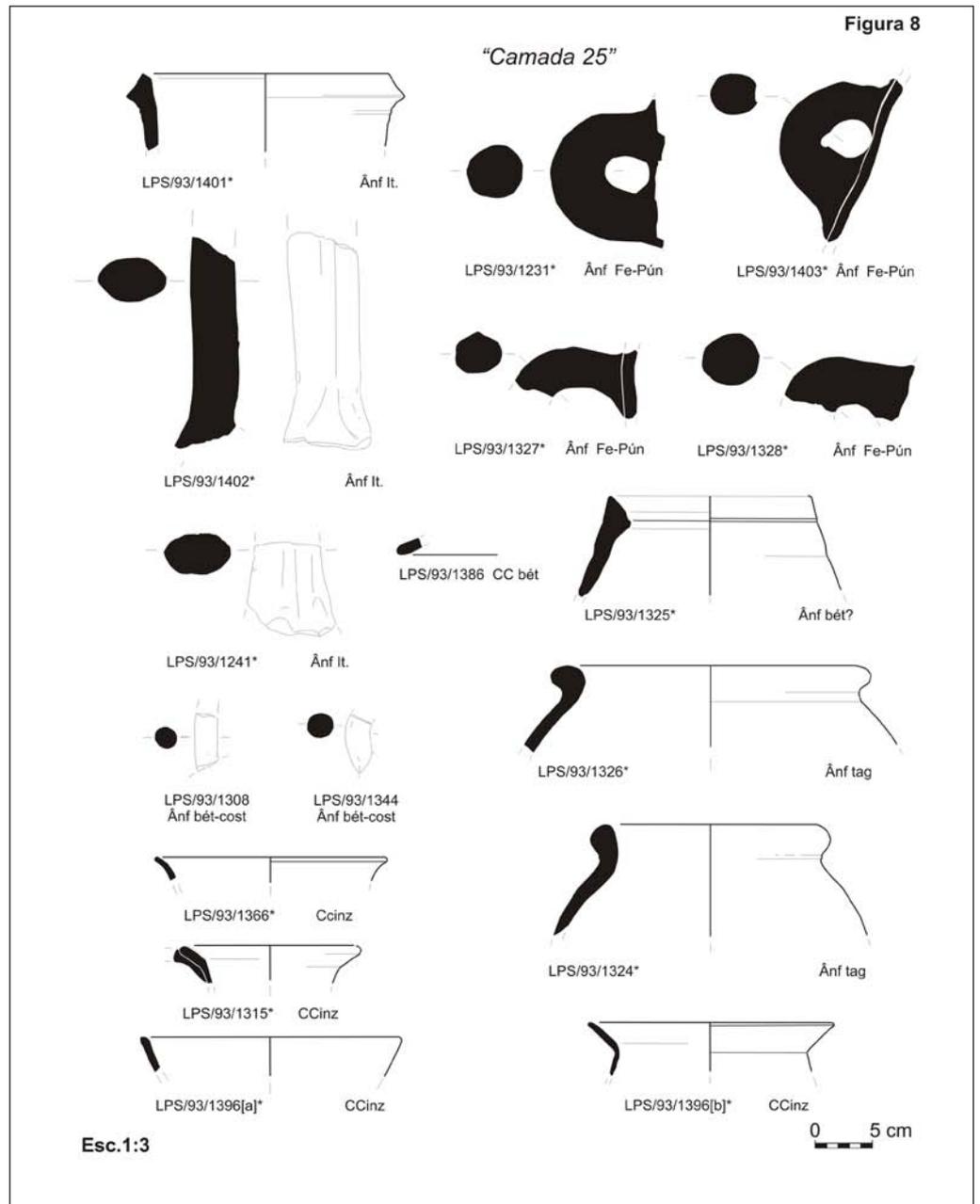


Figura 8
 Ânforas e “cerâmica
 cinzenta fina” do
 contexto pós-
 abandono da
 estrutura negativa do
 período republicano
 romano “camada 25”.

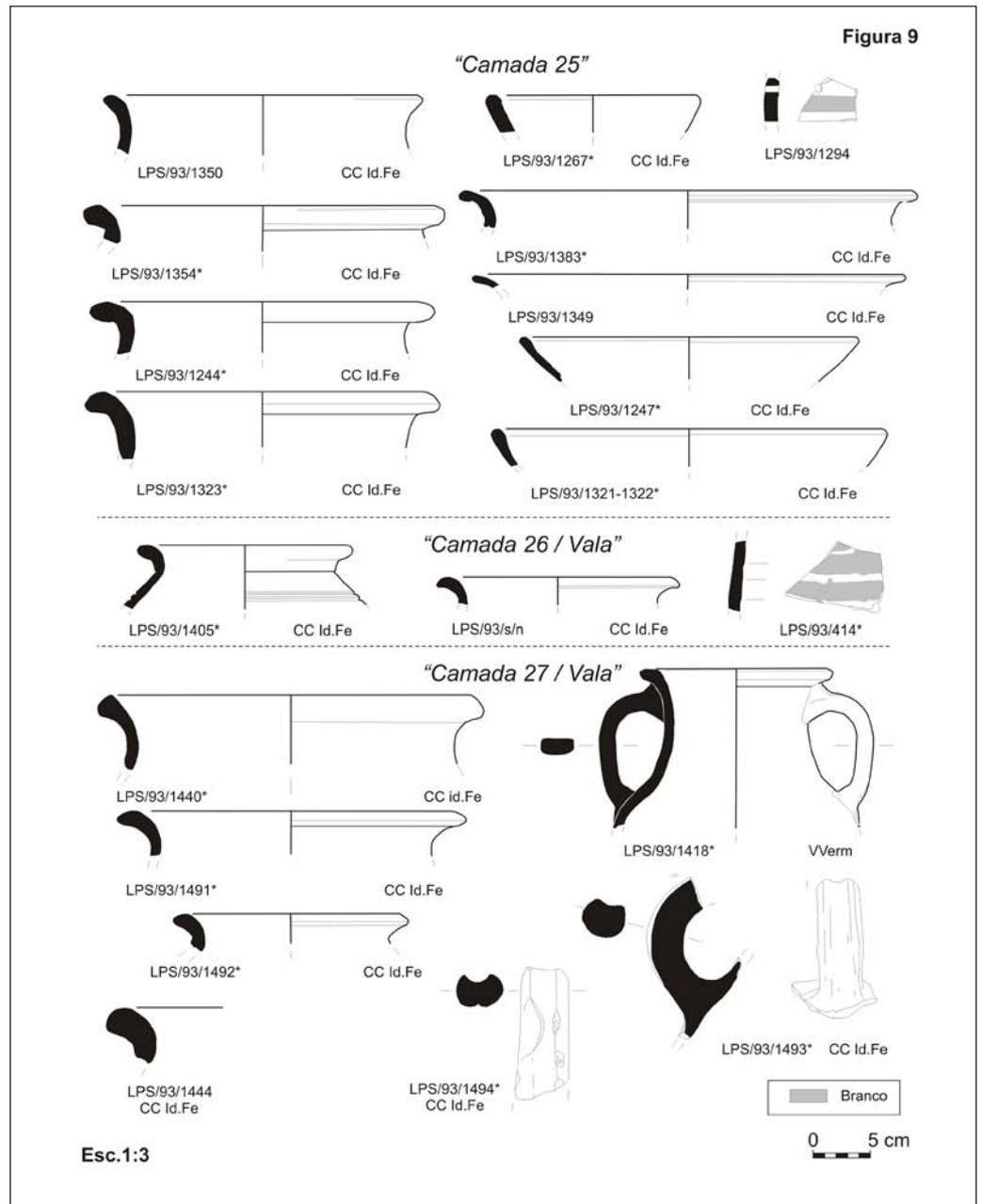


Figura 9
Cerâmicas comuns de tradição ou da Idade do Ferro do contexto pós-abandono da estrutura negativa do período republicano romano “camada 25”. Cerâmicas da Idade do Ferro e/ou de tradição do contexto de abandono da estrutura negativa romana republicana “camadas 26 e 27.

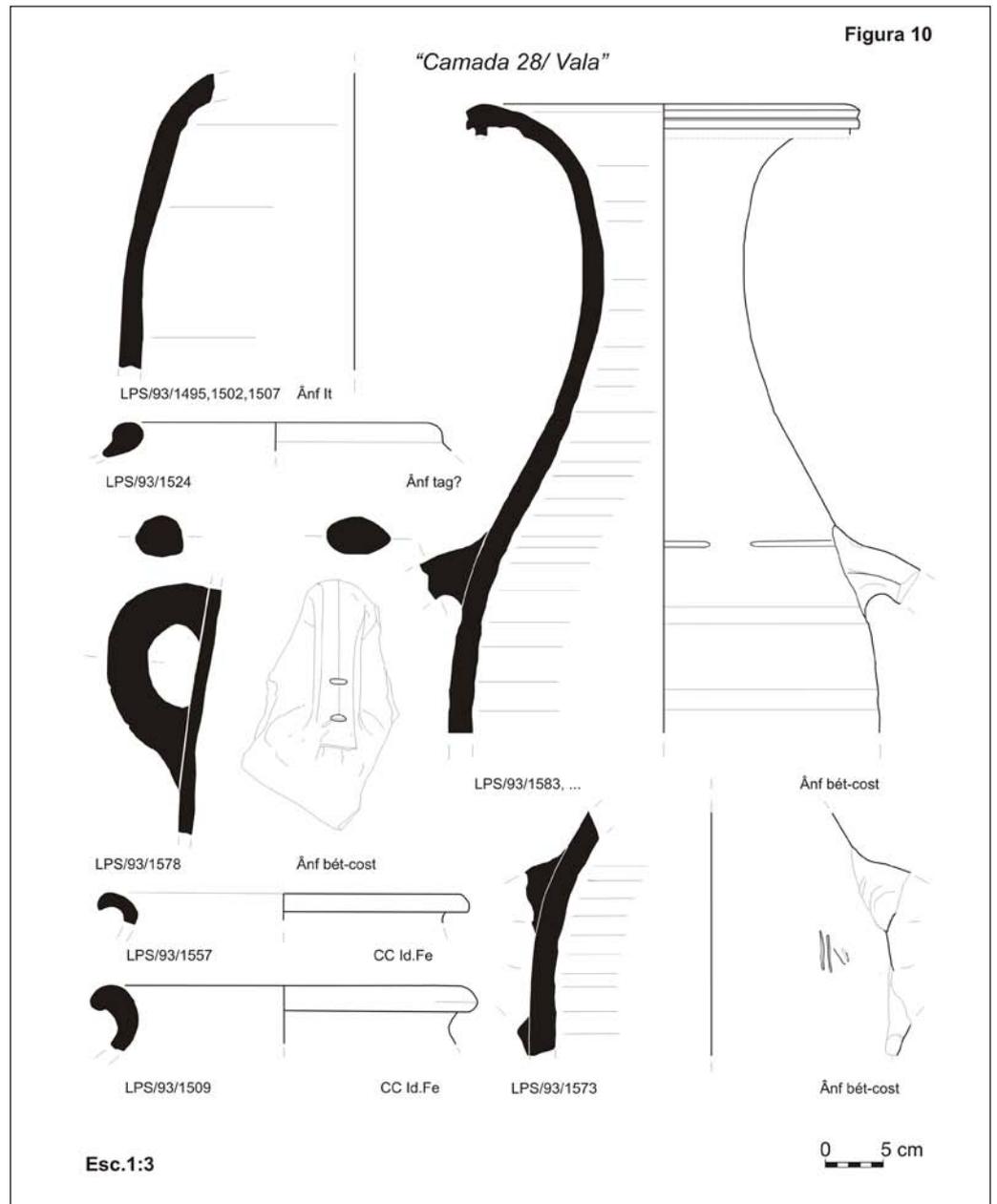


Figura 10
 Ânforas e cerâmicas
 comuns de tradição
 ou da Idade do
 Ferro do contexto
 de abandono da
 estrutura negativa
 romana republicana
 “camada 28”.

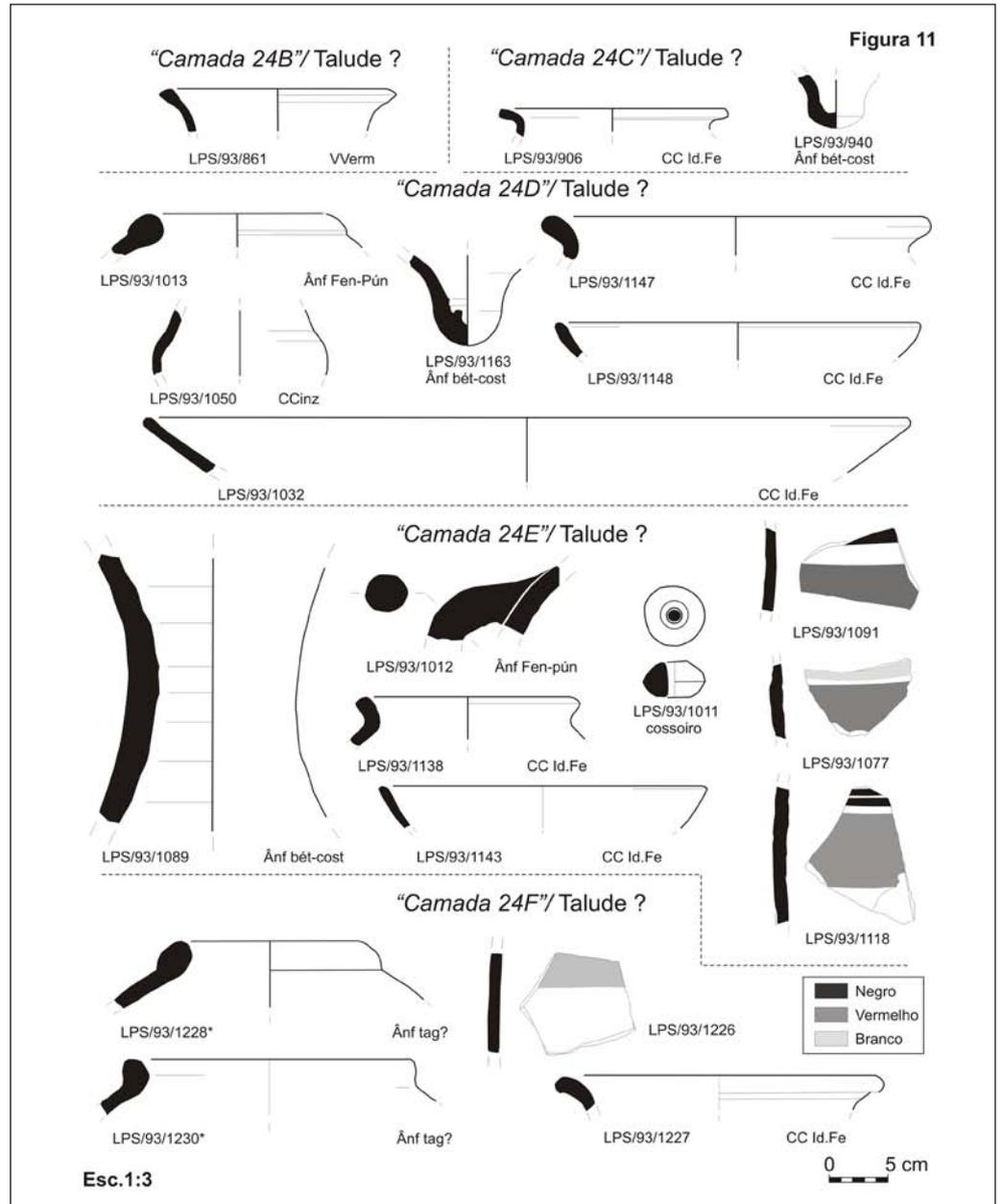


Figura 11
 Ânforas,
 cossoiro,cerâmicas
 comuns de tradição
 e da Idade do Ferro
 do contexto estrutural
 (talude ?) do período
 romano republicano
 “camadas 24 b), c), d)
 e) e f)”.

BIBLIOGRAFIA:

- AMORES, Fernando; KEAY, Simon J. (1999)** - “Las Sigillatas de Imitación Tipo Peñaflor o una Serie de Hispánicas Precoces”, in ROCA ROUMÉNS, MRNANDEZ GARCÍA, Maria Isabel (Dir.)- *Sigillata Hispánica: Centros de fabricación y producciones altoimperiales- Homenaje a M^a Ángeles Mequíz*. Málaga: Universidad de Málaga, p. 235-252.
- AQUILÉ ABADÍAS, Xavier (1989)**- “Terra Sigillata Africana”, in *Un abocador del segle V d.C. en el fórum provincial de Tàrraco*. Tarragona: Taller de Arqueologia (Col. *Memories d’Excavació*, n.º 2), p. 123-155.
- ARCELIN, Patrick; TUFFREAU-LIBRE, M. (Dir.) (1998)**- *La quantificacion des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)*. Glux-en-Glenne : Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (*Collection Bibracte*, n.º 2).
- BARGÃO, Patrícia (2006)** - “As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém” (*Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa orientada pela Prof.^a Dr.^a Ana Margarida Arruda*). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- BONIFAY, Michel (2004)** - *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford: Archaeopress (Col. *British Archaeological Reports, International Series*, n.º 1301).
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; HUGUET ENGUITA, Esperanza (2008)** - Las cerámicas “Tipo Peñaflor”, in BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA I LACOMBA, Albert (Eds.)- *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidade de Cádiz, p. 297 - 306.
- CARANDINI, Andrea (Dir.) (1981)** - *Atlante delle forme ceramiche, I- Ceramiche fine romana nel Bacino Mediterraneo (medio e tardo impero)*. Roma: Instituto della Enciclopedia Italiana.
- DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise e ALARCÃO, Adília Moutinho de (1975)** - *Fouilles de Conimbriga. IV (Les sigillées)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- FABIÃO, Carlos (1989)** - *As ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: Uniarq (Col. *Cadernos de Arqueologia*, n.º 1).
- FABIÃO, Carlos (1993)** - “Romanização - as ânforas romanas”, MATTOSO, José (Dir.)- *História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 309 - 313.
- FABIÃO, Carlos (2008)** - “Las ânforas romanas de Lusitania”, in Darío Bernal Casasola (ed.) *Cerámicas Hispanorromanas. Un Estado de La Cuestión*. Cádiz: universidade de Cádiz, p. 501-521.
- FILIFE, Vítor (2008a)** - “Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 15, n.º2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 301 - 324.
- FILIFE, Vítor (2008b)** - *As ânforas do Teatro Romano de Lisboa (Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia orientada pelo Prof. Dr. Carlos Fabião)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História (policopiado).
- GOMES, Ana e SEQUEIRA, Maria José (2001)** - “Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva” *Arqueologia Medieval*, n.º 7, *Actas do Colóquio «Lisboa, encuzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos» (850º Centenário da Reconquista de Lisboa)*. Porto / Mértola: Campo Arqueológico de Mértola / Afrontamento, p. 103-110.
- HAYES, John W. (1972)** - *Late Roman Pottery*. Roma: British School of Rome.
- HAYES, John W. (1980)** - *Supplement to Late Roman Pottery*. Roma: British School of Rome.
- LÓPEZ ROSENDO, Ester (2008)**- El alfar romano Altoimperial del Jardín del Cano (El Puerto de Santa María, Cádiz, España), en el contexto económico de Gades”, in *Revista de Historia de El Puerto*, n.º 41. Puerto de Santa María: p. 39-74.
- MACKENSEN, Michael (1993)** - *Die spätantiken sigillata und Lampentöpferheir von El Mahrine (Nortunisien)*. Munique: C.H.Beck’sche (Col. *Münchner Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte*, n.º 50).
- MOITA, Irisalva (1968)** - “Achados de época romana no sub-solo de Lisboa”, in *Revista Municipal*, ano 19, n.º 116-117. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 33 - 71.
- MORILLO CERDÁN, Ángel Morillo (ed.) (2006)** - *Arqueología Militar Romana en Hispania, II- Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León.
- PIMENTA, J. (2005)** - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Col. *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 41).
- PIMENTA, João; GASPARG, Alexandra; GOMES, Ana; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro e (no prelo)** - “O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, 16-20- Lisboa”, in *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo (Vila Franca de Xira, 19-20 de Setembro de 2013)*. Vila Franca de Xira: Câmara e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

- PIMENTA, João; MENDES, Henrique; HENRIQUES, Eurico (2012)** - *O acampamento romano de Alto dos Cacos (Almeirim)*. Almeirim: Câmara Municipal de Almeirim.
- PIMENTA, João e MENDES, Henrique (no prelo)** - “Monte dos Castelinhos-Vila Franca de Xira”, in *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo (Vila Franca de Xira, 19-20 de Setembro de 2013)*. Vila Franca de Xira: Câmara e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, João (no prelo)** - “Os contextos da Conquista. Olisipo e Decimus Iunius Brutus”, in *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo (Vila Franca de Xira, 19-20 de Setembro de 2013)*. Vila Franca de Xira: Câmara e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- QUESADA SANZ, Fernando (1997)** - “El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-Ia.C.)”, in *Monographies instrumentum*, n.º 3. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl.
- QUESADA SANZ, Fernando (2006)** - “Armamento indígena y romano republicano en Iberia (siglos III-I a.C.): compatibilidad y abastecimiento de las legiones romanas en campaña”, in Ángel Morillo Cerdán (ed.), *Arqueología Militar Romana en Hispania, II- Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León, p. 75-96
- RENFREW, Colin e BAHN, Paul (2000)** - *Archaeology: Theories, methods and practice (3rd Ed.)*. Londres: Thames and Hudson.
- SIDARUS, Adel e REI, António (2001)** - “Lisboa e o seu termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, *Actas do Colóquio «Lisboa, encuzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos» (850º Centenário da Reconquista de Lisboa)*. Porto/ Mértola: Campo Arqueológico de Mértola / Afrontamento, p. 37-72.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2000)** - “As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo”, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus (Col. *Monografias Arqueologia*, 1), p. 193 - 205.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2011)** - “Olisipo”, in *El tratamiento de los Residuos Sólidos en las Ciudades de la Hispania Romana Omenage a X. Dupré i Raventós*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Col. *Anexos del Archivo Español de Arqueología*, n.º LX), p. 201 - 213.
- SILVA, Rodrigo Banha da (no prelo)** - “Contribuição para a definição dos fácies cerâmicos de Olisipo: o período julio-cláudio”, in *Los fácies cerámicos alto-imperiales en el sul de la Península Ibérica*. Granada: Universidad de Granada.
- SILVA, Rodrigo Banha da; ALMEIDA, Rui; FILIPE, Victor (no prelo)**- “Julio-Claudian lusitanian amphorae from dated contexts from Lisbon”, in *Actas do Congresso Internacional sobre Ânforas Lusitanas (Tróia, 2013)*.
- SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de (2011)** - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C. (dissertação de doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Sr.ª Prof.ª Doutora Ana Margarida Arruda)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- TORTORELLA, Stefano (1986)** - “La ceramica fine da mensa dal IV al VII século d. de C.”, in A. Carginani (ed.), *Società Romana e Impero Tardoantico*, vol. III. Roma/Bari: Laterza, p. 211 - 225 e 819 - 880.
- VIEGAS, Catarina (2011)** - *A ocupação romana do Algarve, Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Uniarq (Col. *Estudos e Memórias*, n.º 3).

elementos disponíveis não permitem no momento garantir, como também tornam difícil categoricamente conectá-la com as campanhas de *Decimus Iunius Brutus*, hipótese que, apesar viável e aliciante, carece da compaginação com outros dados que a permitam no futuro corroborar.

NOTAS

- ¹ Arqueólogo. Técnico Superior do CAL-DPC-CML. Docente do Departamento de História da FCSH-UNL. Investigador Integrado do CHAM-FCSH e UAç.
- ² O conjunto de elementos que agora se apresenta colige dados de diversas naturezas: como se induz das referências antes feitas, nem todo o espólio foi depositado na Câmara Municipal de Lisboa ao longo do arrastado processo de extinção do G.T.T.R.L. decorrido entre 1998 e 2004. Parece aliás, e em função dos registos gráficos antes realizados pelo signatário, que precedendo a incorporação de espólio no depósito municipal houve uma selecção das espécies mais representativas, no momento em paradeiro desconhecido. Por esta razão, as que não foram detectadas nas coleções camarárias lisboetas foram devidamente assinaladas nas estampas com um asterisco. A este propósito, e assumindo o desassombro, e porque se trata de uma lastimável situação muito mais generalizada na Arqueologia Portuguesa e em particular lisboeta, é apropriado citar um trecho de Colin Renfrew e Paul Bahn: *“Whatever the reason, deliberate non-publication is a form of theft – in fact, a double theft, involving the misuse of other people’s money and the withholding of unique information. Some archaeologists compound the felony by hoarding finds, which they consider to be their scientific property, deliberately preventing colleagues from gaining access to the material or from publishing research connected with the site”* (Renfrew e Bahn, 2000, p. 481).
- A constatação de que a amostragem se encontra truncada desaconselhou, por essa razão, um trabalho de quantificação sistemática dos elementos de acordo com as metodologias que se julgam mais fiáveis para a apreciação global de conjuntos cerâmicos (ARCELIN e TUFFREAU-LIVRE, 1998), adoptadas de forma mais alargada na recente investigação portuguesa.

Duas fortificações do final da Idade do Ferro/ início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos)

GUILHERME CARDOSO ARQUEOLÓGO ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LISBOA

Resumo:

O Castro de São Salvador localiza-se no município do Cadaval, Freguesia do Cercal, na parte oriental da Serra de Montejunto, a partir do qual se domina um vasto território.

Foi identificado nos anos 40 do século XX por Hipólito Cabaço. Os materiais resultantes das suas pesquisas, encontram-se guardados em Alenquer, no museu que ostenta o seu nome.

Entre 1989 e 1991, João Ludgero Gonçalves efectuou três sondagens que lhe permitiram perceber a técnica de construção da segunda linha de muralhas do castro e recolher vários materiais arqueológicos.

Nos anos de 1996 e 1997, procedemos também a mais três sondagens arqueológicas, neste castro, onde foram identificados vestígios de estruturas num pequeno espaço virado a sul, bem como um pequeno espólio arqueológico, que se encontra guardado no Museu Municipal do Cadaval.

Mais a sul, já no concelho de Arruda dos Vinhos, entre 1988 e 1993, João Ludgero Gonçalves, procedeu a escavações arqueológicas no sítio do Castelo, localizado no extremo norte de um esporão bem próximo do Casal do Castelo, sobre o vale do rio Grande da Pipa. Sítio que já tinha sido identificado por Joaquim Gonçalves, quando prospectava estações arqueológicas com o fim de elaborar a Carta Arqueológica do concelho de Sobral de Monte Agraço.

Continuámos neste mesmo local escavações nos anos de 1996 e 1997, onde efectuámos três sondagens arqueológicas, que confirmaram os dados coligidos por João Ludgero Gonçalves anteriormente, ou seja, uma grande escassez de estruturas, certamente devido à implantação do Forte do Paço, em 1809.

Trata-se assim, de dois locais que tiveram uma ocupação estratégica com fins de observação e defesa, desde finais da Idade do Ferro até aos inícios da Romanização.

Summary:

This paper aims to present the study of the archaeological works that took place in two *castra* northwards of Lisbon.

The castro of São Salvador is located in the eastern slope of the Serra de Montejunto in the parish of Cercal, municipality of Cadaval.

Between 1989 and 1991 archaeological surveys studied the building techniques used in the outer fortification wall. Later on in 1996 and 1997 three new field works took place and some structures as well as some other archaeological finds were unearthed.

The other castro is located in the municipality of Arruda dos Vinhos near the site of Casal do Castelo in a rocky strip of land over the river Grande da Pipa valley.

Two archaeological campaigns took place in 1988/1993 and 1996/1997.

These two sites were strategic points of defence and surveillance from the end of the Iron Age up to the early times of the Romanization.

O CASTRO DE S. SALVADOR (CERCAL, CADAVAL)

Descoberto por Hipólito Cabaço nos anos 40, localiza-se no extremo oriental da Serra de Montejunto, na freguesia do Cercal, dominando uma vasta área dos municípios do Cadaval, Rio Maior, Azambuja e Alenquer.

Encontra-se à cota máxima de 255m, na pequena elevação da Penha da Lapa, fazendo-se o seu acesso por antigos caminhos rurais que envolvem o cabeço e que ligam à estrada Nacional 365, S. Salvador - Cercal, a qual se encontra à cota dos 120m.

Os terrenos onde assenta o castro são constituídos pelos afloramentos calcários da serra de Montejunto. Mais abaixo localizam-se os terrenos de cultura, maioritariamente constituídos por arenitos.

Com mais de 0,3 hectares de área de ocupação, delimitados por duas linhas de muralhas de alvenaria, integra-se na classificação tipológica, proposta por Martín Almagro-Gorbea, nos castros Celtas de tipo B, em esporão (Almagro-Gorbea, 1994, pp. 16 e 17).

A primeira linha de muralhas corre à cota dos 240m, sendo ainda visível em grande parte do seu trajeto entre o lado norte e poente, através do desmoronamento das pedras que formavam a sua parede.

Melhor conservada encontra-se a segunda linha de muralhas que se desenvolve à cota dos 248m, no lado poente. João Ludgero Gonçalves procedeu à sua escavação pondo à vista parte do paramento exterior poente, que conservava ainda uma altura de cerca de 1,2m. Foi construída por blocos de calcário local, irregulares, levemente afeiçoados, dispostos em fiadas umas sobre as outras, travados pela fiada superior, através de uma pequena inclinação para o interior. Do lado interno foi reforçada por pedras de pequenas dimensões “despejadas” contra o paramento externo seguido de um enchimento de terra. Na sondagem efectuada, em C 2/3, não se encontrou vestígios do paramento interno o que nos deixa na dúvida se existira inicialmente ou se teria sido feito com uma paliçada de troncos e qual seria a sua largura real.

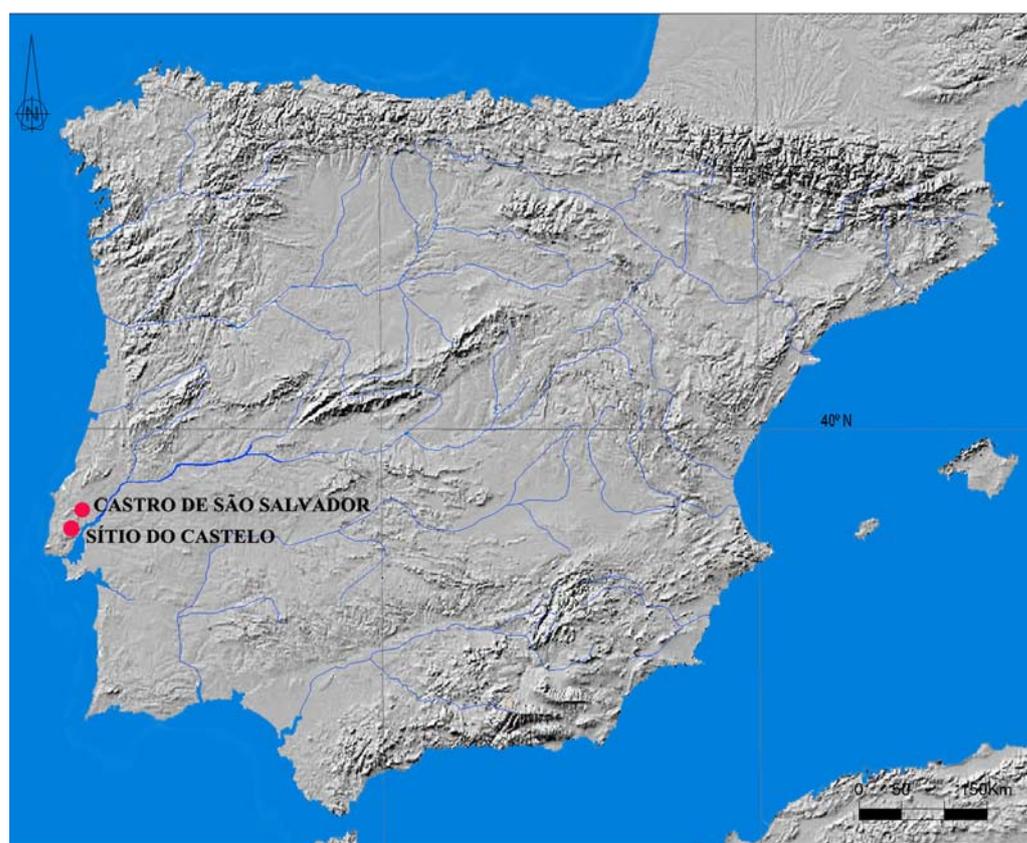


Figura 1
Localização do Castro de São Salvador e do Sítio do Castelo na Península de Ibérica.



Figura 2
Vista aérea do castro de São Salvador de Norte para sul. A, primeira muralha; B-B', segunda muralha.



Figura 3
Vista do castro de São Salvador tirada do lado sul.



Figura 4
Vista do Castro de São Salvador tirada de Oeste para Este.

Escavações Arqueológicas

Entre 1989 e 1991, João Ludgero Gonçalves, então arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, inicia as primeiras escavações arqueológicas no castro de S. Salvador, tendo identificado as duas muralhas de protecção e recolhidos abundantes fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e do período Romano.

Este arqueólogo procedeu a escavações na área central norte e na zona poente junto à segunda muralha, não tendo identificado qualquer outra estrutura para além do referido muro de defesa.

A planta geral do castro e as fotografias aéreas que então foram executadas são elementos preciosos de estudo que nos possibilitam hoje vislumbrar um povoado amuralhado de forma elíptica, na crista do monte sobranceiro ao lugar de S. Salvador.

Os trabalhos arqueológicos que realizámos nos anos de 1996 e 1997 deram continuidade aos trabalhos de João Ludgero Gonçalves, na zona interior do castro. Numa primeira fase junto ao pano da segunda linha de muralhas e posteriormente na área central Sul.

Figura 5
Localização das sondagens efectuadas. Verde, I 15; azul, C 2/3; roxo, C 4; amarelo, D 15; castanho, D 16.

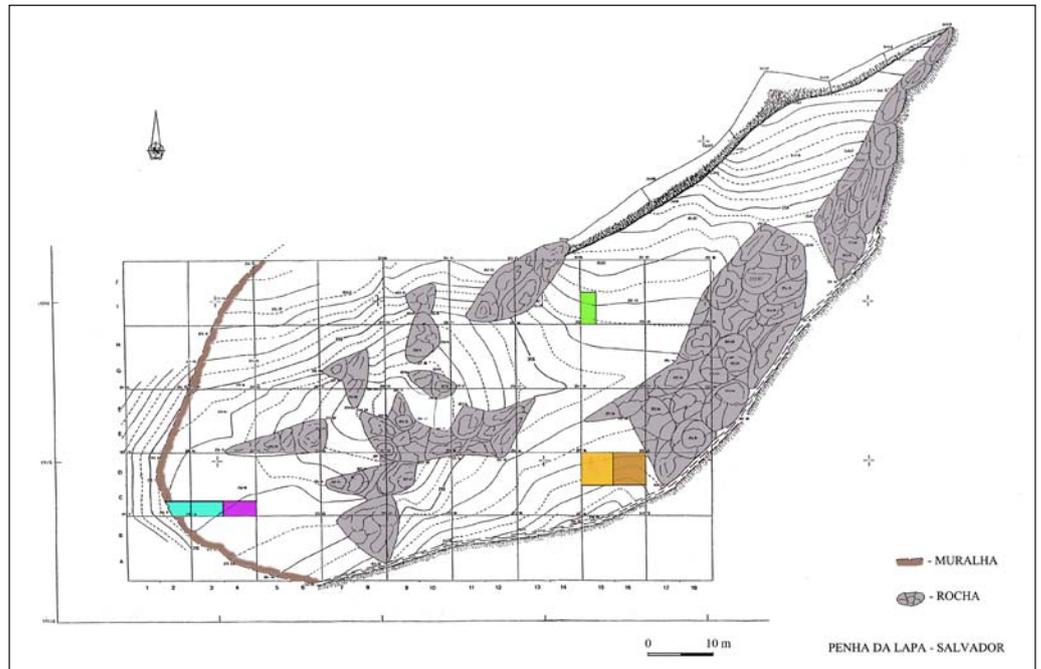


Figura 6
Área da segunda muralha com o derrube *in situ*. Vista tirada de Norte.

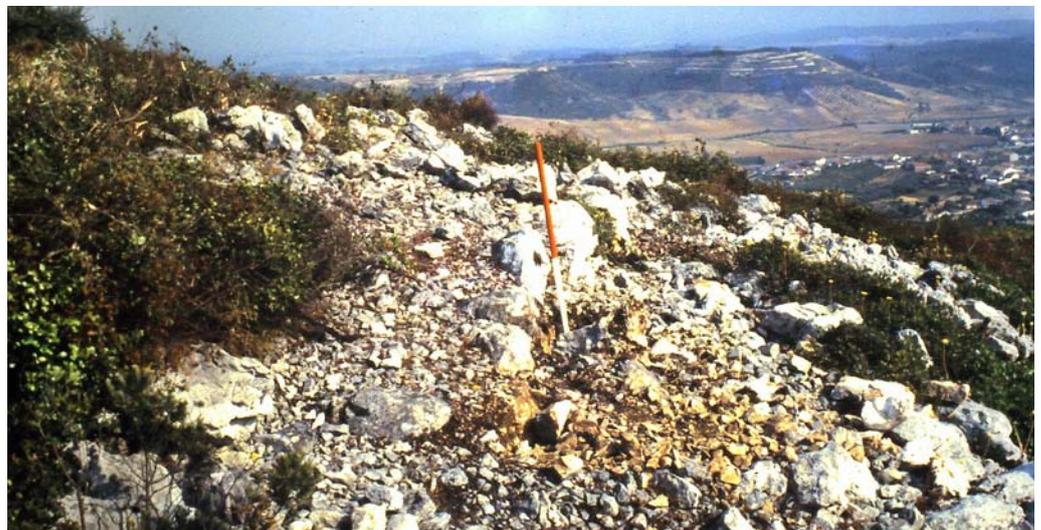


Figura 7
Fachada externa da
segunda muralha
após remoção do
derrube. Vista tirada
de sul.



As sondagens

C 2-3/Sul

Esta vala abrange a metade Sul de dois quadrados, 10m x 2,5m, que foram escavados em 1990. Incidindo sobre a zona de muralha, de onde foi retirado a camada de derrube deixando à mostra uma camada terrosa a qual deve corresponder o referido estrato de ocupação.

Os estratos definidos nesta sondagem foram os seguintes (fig. 12):

Estrato 1 – terra castanha humosa, com algumas pedras grandes

Estrato 2 – terra castanha clara também com algumas pedras grandes.

Estrato 3 – terra amarela compacta com algum cascalho, só observada no perfil sul.

Estrato 4 – terra vermelha, só observada no perfil norte.

Estrato 5 – terra castanha clara-amarelada com muito cascalho.

Estrato 6 – terra castanha solta com muitas pedras grandes e maior quantidade de pedras médias e pequenas corresponde ao derrube da muralha.

O lado exterior da muralha também se encontrava entulhado com o derrube. Para se obter uma ideia do tipo de aparelho usado na sua construção foram retiradas as pedras do derrube na face externa da muralha e apenas na frente da vala, sem chegar à rocha.

Pôde-se verificar que esta construção usava pedras de diferentes dimensões, irregulares e mal aparelhadas, não devendo ter sido usada qualquer tipo de argamassa.

Pelas observações feitas parece ser evidente que, durante o tempo em que a muralha esteve em uso, não se formou um estrato arqueológico, de ocupação, no lado interior da muralha, sobre a rocha. Verificou-se a existência de uma fina camada de terra castanha com alguma cerâmica, sendo que o derrube assentava directamente sobre ela mostrando que os ocupantes deste

castro “pisavam” esse chão. Durante a vida útil do castro deu-nos a impressão de não ter havido tempo para a formação de camadas arqueológicas quantitativas.

Os espólios obtidos não foram significativos, para além de alguns fragmentos de potes e de cossoiros em cerâmica.



Figura 8
Sondagem C 2/3
Sul. Vista tirada de
nascente.



Figura 9
Sondagem C 2/3
Sul. Vista tirada de
nascente pormenor
final.



Figura 10
Sondagem C 2/3 Sul.
Vista tirada de poente.



Figura 11
Sondagem C 2/3 Sul.
Vista tirada de Sul.

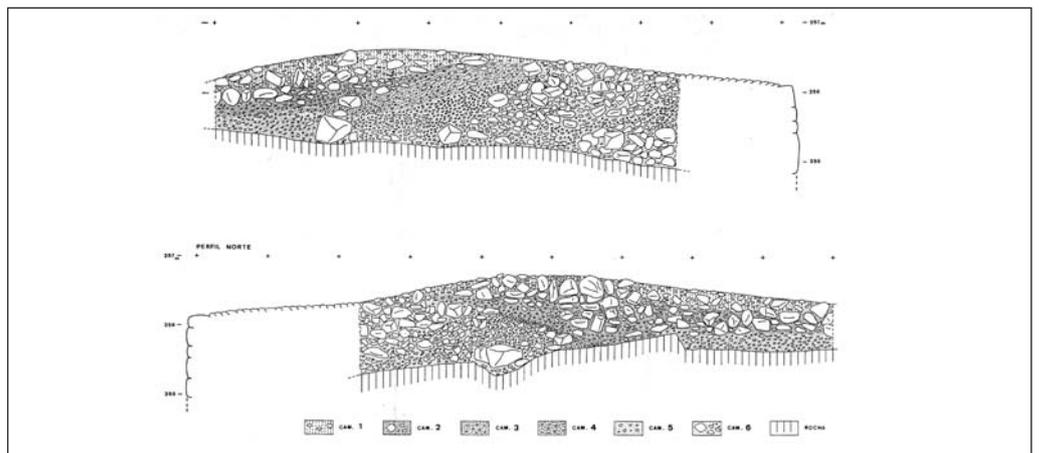


Figura 12
Sondagem C 2/3
Sul. Corte Sul e corte
Norte.

C 4

Na continuidade dos quadrados C 2/3, abriu-se o quadrado C 4 onde parte do maciço rochoso já aflorava à superfície, a norte da sondagem. Somente o lado sul tinha alguma potência estratigráfica embora de maneira muito revolvida.

Recolheram-se vários fragmentos de cerâmica entre os quais um pé de ânfora ibero-púnica do tipo T-7.4.3.3. (fig. 28, nº 10).



Figura 13
Sondagem C 4
Sul. Vista tirada de
nascente.

I 15

Este sector de 5m x 5m, foi escavado, na metade poente num total de apenas 5mx 2,5m, entre 1989 e 1990.

Com a abertura desta sondagem pretendia-se tentar saber do potencial estratigráfico-naquele local assim como da existência de estruturas conservadas.

Na primeira camada encontraram-se fragmentos de cerâmica do século I a. C., revelando pouca profundidade no lado oriental que assentava sobre o afloramento calcário. Recolheram-se, na primeira camada, abundantes fragmentos de cerâmica entre os quais potes, alguns deles decorados e de ânforas (fig. 28, nºs 8 e 13), tipos Fabião 67 e T-7.4.3.3, uma fíbula tipo Ponte B51.2a (tipo B1 de Fowler), um fragmento de bordo de jarro com pintura vermelha, um separador de tear em osso e um possível peso de bronze.

A camada 2 atingiu aqui 1,3 m de profundidade, sendo o espólio obtido constituí-

do por fragmentos de cerâmica cinzenta brunida de tradição indígena, bem como vários fragmentos de potes e um fragmento de movente de mó circular.

Estrato 1 - terra negra humosa

Estrato 2A – terra castanha avermelhada

Estrato 2B – terra castanha avermelhada mais clara, junto à base.

Não se distinguem culturalmente os estratos 2A e 2B.

Na camada 2B, encontrou-se um movente de mó, um vaso de cerâmica campaniense tipo A, e um pote pintado.



Figura 14
Sondagem I 15.
Primeira fase. Vista
tirada de oriente.



Figura 15
Sondagem I 15.
Segunda fase. Vista
tirada de Sul.



Figura 16
Sondagem I 15.
Segunda fase. Vista
tirada de ponte.

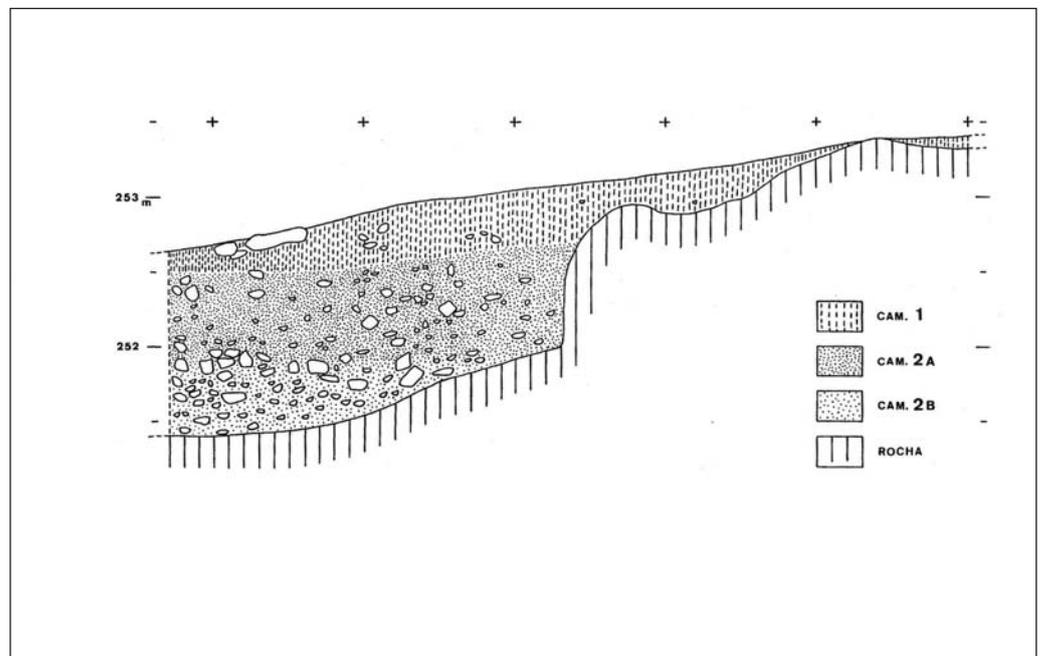


Figura 17
Sondagem I 15. Corte
poente.

FD 15

Localiza-se esta sondagem num pequeno terraço natural situado junto ao segundo pano de muralhas no lado sudeste do povoado que devido à sua localização, num plano mais baixo que o do afloramento rochoso da zona central do castro, se encontra assim protegido dos ventos do norte. Dali a vista espraia-se por vasto território, nomeadamente da estrada que ligava *Scalabilis* a Atouguia da Baleia.

Nesta sondagem foram descobertos, pela primeira vez, vestígios de alicerces de uma parede de um edifício de planta circular, junto à qual se encontravam abundantes fragmentos de cerâmica indígena do período correspondente à Idade do Ferro e fragmentos de ânforas romanas. De destacar a descoberta de um podão de ferro que embora se encontrasse em muito mau estado de conservação permitiu identificar a sua forma integral.

No lado oriental do quadrado foi identificada a base de uma estrutura de combustão.

Figura 18
A sondagem D 15
após a escavação.
Repare-se no
alinhamento de
pedras do alicerce de
uma possível cabana
de planta circular.



Figura 19
Sondagem D 15.
Vista tirada do lado
nascente.



D 16

Embora o quadrado contíguo, pelo lado Este, não tenha revelado qualquer estrutura devido à sua superfície estar muito desgastada pela erosão natural, acabou por ser aquele que ofereceu materiais arqueológicos mais antigos e significativos, como sejam fragmentos de fíbulas dos séculos V-IV a. C. e outro tipo de objectos metálicos de cobre e bronze, da II Idade do Ferro, que podem estar relacionados com um forno de fundição.

De salientar a abundância de fragmentos de cerâmica de fabrico regional, nomeadamente de grandes potes utilizados na armazenagem de víveres, aliados a raros fragmentos de cerâmica fina cinzenta, acompanhados por outros de ânforas romanas com origem no Mediterrâneo ocidental, para transporte de vinho, azeite e *garum*. Nota-se ainda a ausência de vestígios de telhas em todas as sondagens realizadas.

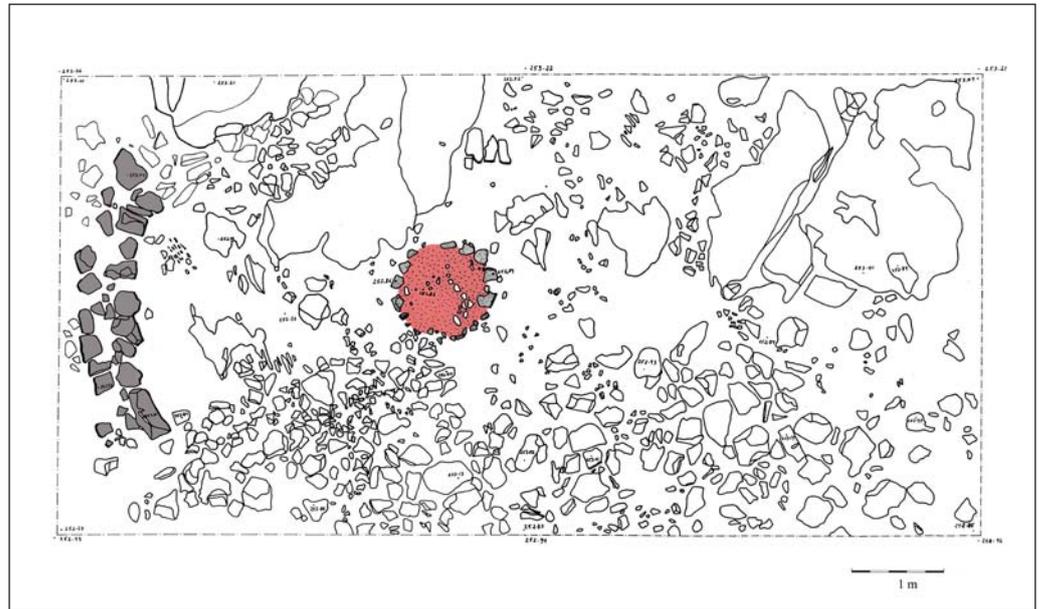


Figura 20
Sondagem D16.
Pormenor da
mancha de materiais
arqueológicos sobre
o estrato rochoso
natural.



Figura 21
Sondagem D 16.
Vista a partir de D 15,
tendo em primeiro
plano a estrutura de
combustão.

Figura 22
Planta das sondagens D 15 e D 16. Do lado esquerdo alicerce de um muro circular de alvenaria seca de dupla fiada; a vermelho indica-se a estrutura de combustão.



Estrutura de combustão

Um pouco mais para nascente do muro poente de D 15 foi escavada a base de uma estrutura de combustão delimitada por pequenas pedras. Todo o seu interior era de terra vermelha devido às sucessivas combustões a que esteve sujeita, existindo no fundo interno, pequenos fragmentos de cerâmica. Por debaixo da estrutura existiam vestígios de outra camada arqueológica mas que não escavámos para preservar a base desta estrutura. Apuraram-se as seguintes dimensões para esta estrutura: diâmetro interno de 80cm, diâmetro externo, com um máximo de 110cm e sendo a espessura da parede entre os 10 e os 20cm, medidas que nos levam a supor que estamos na presença de um forno de fundição, idênticos aos apresentados por Luis Berrocal-Rangel (1994, p. 222, fig. 15, 2).



Figura 23
Sondagem da estrutura de combustão.

Figura 24
Estrutura de combustão descoberta em D 15. É visível a terra queimada que se encontrava no seu interior.



Materiais arqueológicos recolhidos

Metals

Fíbulas

Salete da Ponte publicou, em 1982, um estudo sobre fíbulas onde integrou cinco exemplares recolhidas por Hipólito Cabaço aquando da descoberta do castro de São Salvador. Duas delas (fig. 25, n.º 1 e 2), foram classificadas como do tipo Schüle 4h, dita Transmontana, datando-as entre os finais do século IV a. C. e o período republicano (Ponte, 1982, p. 216, n.ºs 4 e 5), a terceira (fig. 25, n.º 3) foi considerada como pertencente ao tipo pseudo-La Tène II, com cronologia entre a segunda metade do século I a. C. e os inícios do século II (Ponte, 1982, p. 217, n.º 9). Para a n.º 4, da nossa fig. 24, foi atribuída ao tipo 28 de Ettlínger, com data compreendida entre a segunda metade do século I a. C. e a segunda metade do I d. C. Finalmente uma fíbula tipo Aucissa – tipo B de Camulodunum (fig. 25, n.º 5) que é comum em estratos entre o principado de Tibério e o período flaviano.

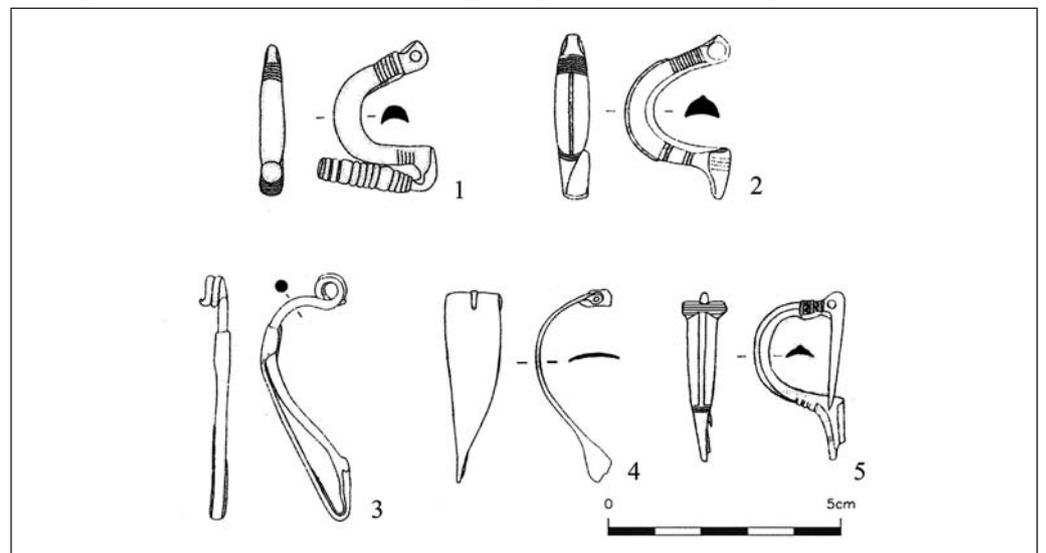


Figura 24
Fíbulas do castro de São Salvador estudadas por Salete da Ponte. 1 e 2, tipo Schüle 4h, dita Transmontana; 3, tipo pseudo-La Tène II; 4, tipo 28 de Ettlínger; 5, tipo Aucissa – tipo B de Camulodunum.

Durante as escavações que realizámos no castro foram recolhidos mais 5 fragmentos de fíbulas.

O tipo mais antigo foi exumado em D 16 (fig. 27, nº 1) do tipo Ponte 9 b (tipo Acebuchal), idêntica a outra recolhida no castro de Pragança que Salete da Ponte data da primeira Idade do Ferro (Ponte, 1982, p. 215). De outra fíbula temos somente a mola, que será possivelmente do tipo Cuadrado 3 b, (fig. 26, nº 2 e fig. 26, nº 2) datável entre 400-325 a. C. (Ponte, 1982, p. 216). Dois arcos de fíbula do tipo Ponte 32 c – fíbulas de tipo transmontano – (fig. 27, nºs 3 e 4) que Salete da Ponte data entre os finais do século IV a. C. e o século I d. C. (2006, p. 273). Por fim temos uma fíbula do tipo Ponte B51.2a (tipo B1 de Fowler) que apresenta as extremidades do aro sublinhadas por molduras anelares. Com cronologias entre os inícios do século I a. C. e os finais do século IV d. C. (2006, p. 487).

Figura 26
1, pequena barra paralelepípedica de bronze; 2, mola de fíbula possivelmente do tipo Cuadrado 3 b; 3 e 4, arcos de fíbula do tipo Ponte 32 c, dita Transmontana; 5, fíbula tipo B1 de Fowler; 6, podão de ferro.

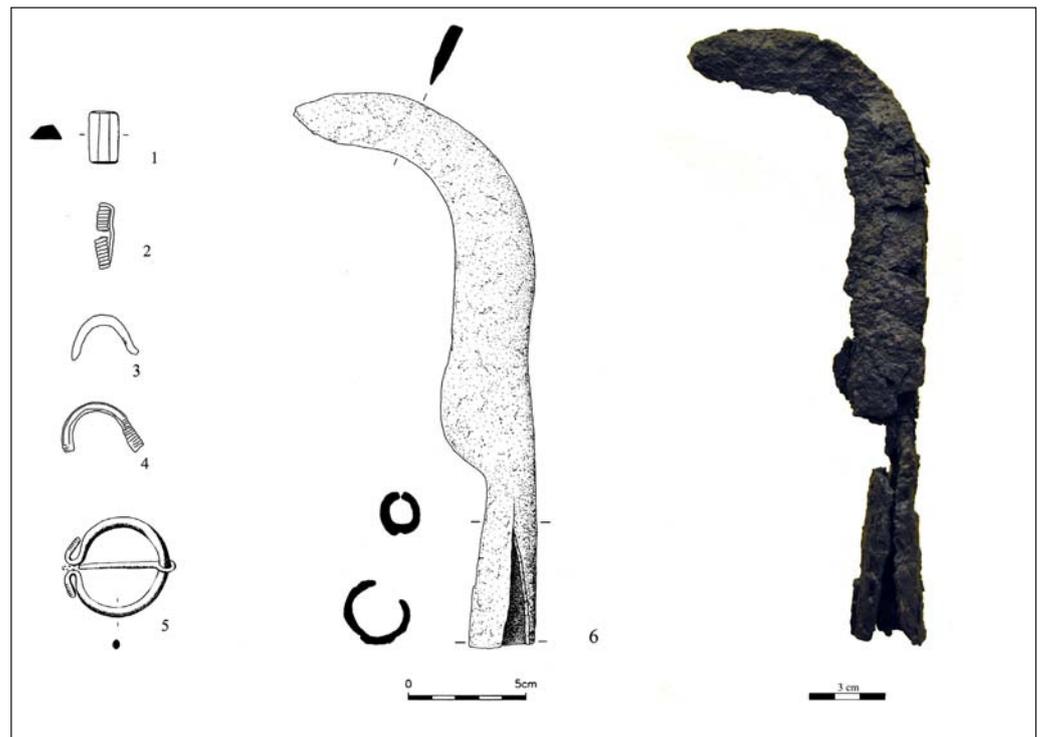




Figura 27

1, fíbula do tipo Ponte 9 b (do tipo Acebuchal), 2, possivelmente do tipo Cuadrado 3 b; 3 e 4, arcos de fíbula do tipo Ponte 32 c; 5, fíbula do tipo Ponte B51.2a.

Metals recolhidos na escavação das sondagens D 15 e D 16.

Botão

Botão em bronze, em forma de placa de perfil ondulado, formado pela união de quatro motivos em pelta muito aberta, ao centro um círculo provavelmente provocado por falha durante o processo de fundição. Passador inferior perfurado (fig. 27, nº 6). No Museu de Albacete, Espanha, existem vários botões deste género mas de três peltas, datados do Séc. IV a. C. (Abascal Palazón, e Sanz Gamo, 1993, pp. 148, 154 e 155, n.ºs 341, 342, 344 e fig. 11).

Segundo Rubí Sanz Gamo, directora do referido Museu, só o botão recolhido nas escavações, de 1983, do povoado de San Broncano, que foi definitivamente abandonado após a Segunda Guerra Púnica, é que se encontra datado com segurança entre séculos IV-III a. C.

Podão

Encostado aos alicerces do muro poente de D 15 (fig. 26, nº 6) estava um podão de alvado, peça que era utilizada habitualmente na poda das vides.

Pesos de balança

A um pequeno objecto de chumbo com superfície lateral côncava (fig. 27, nº 8) bem como uma pequena barra de bronze de secção trapezoidal (fig. 26, nº 1 e fig. 28, nº 9) poderíamos considerá-los como possíveis pesos de balança.

Vária

Recolheu-se ainda em D 16 uma anilha de arame aberta de cobre (fig. 27, nº 7) e um pequeno encaixe circular de cobre (fig. 27, nº 10).

Ânforas

São vários os fragmentos de ânforas que provam a existência de fortes contactos entre este castro e o início da romanização desta região, desde finais do século II a. C. aos finais da República aos inícios do Principado.

Tipo Dressel 1

Recolheu-se um fragmento de bordo e uma asa deste tipo de ânfora, no quadrado D 16 (fig. 28, nº 1). Trata-se de uma ânfora da Campânia, que servia para o transporte de vinho. Rui Morais data esta forma desde o século II a. C. até à primeira metade do século I a. C. (2010, p, 187).

Tipo T-7.4.3.3.

Recolhemos três fragmentos deste tipo de ânfora de origem ibero-púnica já produzida na área do Estreito de Gibraltar (Ramon Torres, 1995, p. 212).

Apresentamos dois fragmentos, um em D 16 (fig. 28, nº 2) e um possível pé desta forma (fig. 28, nº 10), em C 4. Possuem pastas do tipo “Baía de Cádiz” (Ramon Torres, 1995, p. 256) sendo datáveis da última década do século II a. C. até aos anos 60 a. C. (Ramon Torres, 1995, p. 294). Estas ânforas teriam sido utilizadas, possivelmente, para o transporte de pastas de peixe.

Em Santarém, Dias Diogo encontrou-as em estratos de revolvimento incluindo-as em diacronias compreendidas entre o século II a. C. e os meados do I a. C., propondo que serviriam para o transporte de *halex* ou possivelmente de azeitonas (Diogo, 1984, p. 125). Por sua vez nas escavações realizadas entre 1983 e 1991, por Ana Arruda, naquela cidade, foram recolhidos mais fragmentos deste tipo de ânfora exumados em estratos “seguros 27/25 a. C., 50-30 a. C., meados do séc. II a. C.” (Arruda e Almeida, 1998, pp. 217-220) de origem cartaginesa.

Em Chões de Alpopmé também foram recolhidas ânforas de produções béticas, deste tipo, que Dias Diogo data entre 125 a. C. e 50/30 a. C. (1993-1994, p. 269).

Conhecem-se ainda exemplares desta forma em Conímbriga (Alarcão, 1976, p. 86), no Castro de Chibanes com cronologias do 2º e 3º quartel do século I a. C. (Maia, 1978, p. 200; Tavares da Silva e Soares, 1997, p. 50, fig. 16, 3), junto ao Cacém, Sintra (Maia, 1978, p. 200), no acampamento romano de Lomba do Canho (Fabião, 1989, p. 99, fig. 12, 4), no Castelo da Lousa (Morais, 2010, p. 185 e 186, Est. XX, 4) e Castelo de S. Jorge, Lisboa (Pimenta, 2005, p. 64, fig. 22).

Para além das estações arqueológicas já citadas, existem outras, que apresentam este tipo de ânfora, estações que se localizam no litoral algarvio.

Ânforas ovóides da área Gaditana Dentro das formas produzidas em território da província da Bética, na área de Cádiz, temos vários fragmentos. No quadrado D 16, recolhemos um fragmento que tem algumas semelhanças com a Dressel 7/11 precoce (fig. 28, nº 3). Rui Morais identificou no Castelo de Lousa, exemplares do mesmo tipo datando a sua produção entre meados do século I a. C. e os anos 20 do mesmo século. Os bordos nº 4-7, o bojo nº 9 e os pés nºs 11-13, da fig. 27, pertencem também a produções de ânforas ovóides da segunda metade do século I a. C.

Ânfora do tipo Fabião 67.

Entre os fragmentos que se recolheram em São Salvador (*supra*) existe um similar ao tipo Fabião 67 (Fabião, 1989, 65-68). Trata-se de um fragmento de boca, de pasta da Bética, proveniente da sondagem I 15 (fig. 28, nº 8). São ânforas habitualmente datadas do século I a. C. (Morais, 2010, p. 214, nº 81).

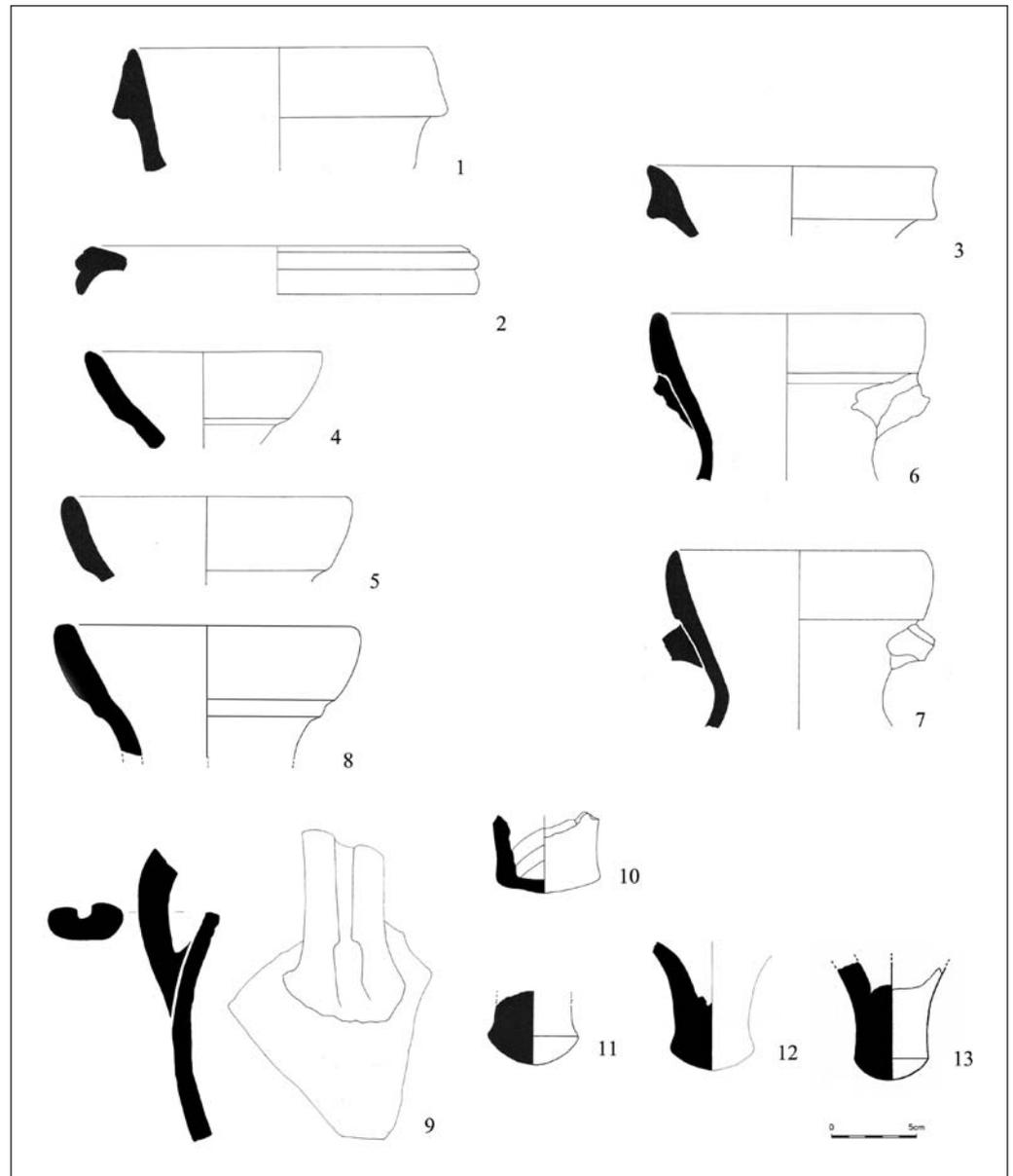


Figura 28
Fragmentos de ânfora
do castro de São
Salvador.

Nas sondagens C 2/3, estrato 6, recolheram-se dois fragmentos de uma possível bilha decorada com reticulado e linhas quebradas brunidas (fig. 29, nº 7), enquanto na sondagem I 15, estrato 2, se recolheu um pequeno fragmento decorado com um reticulado brunido (fig. 28, nº 8).

No primeiro estrato de I 15, recolheu-se um fragmento de bordo de jarro, pintado a vermelho (fig. 29, nº 4), e em C 2/3, no estrato 6, recolheram-se dois fragmentos de bojo de uma bilha, pintadas com faixas vermelhas.

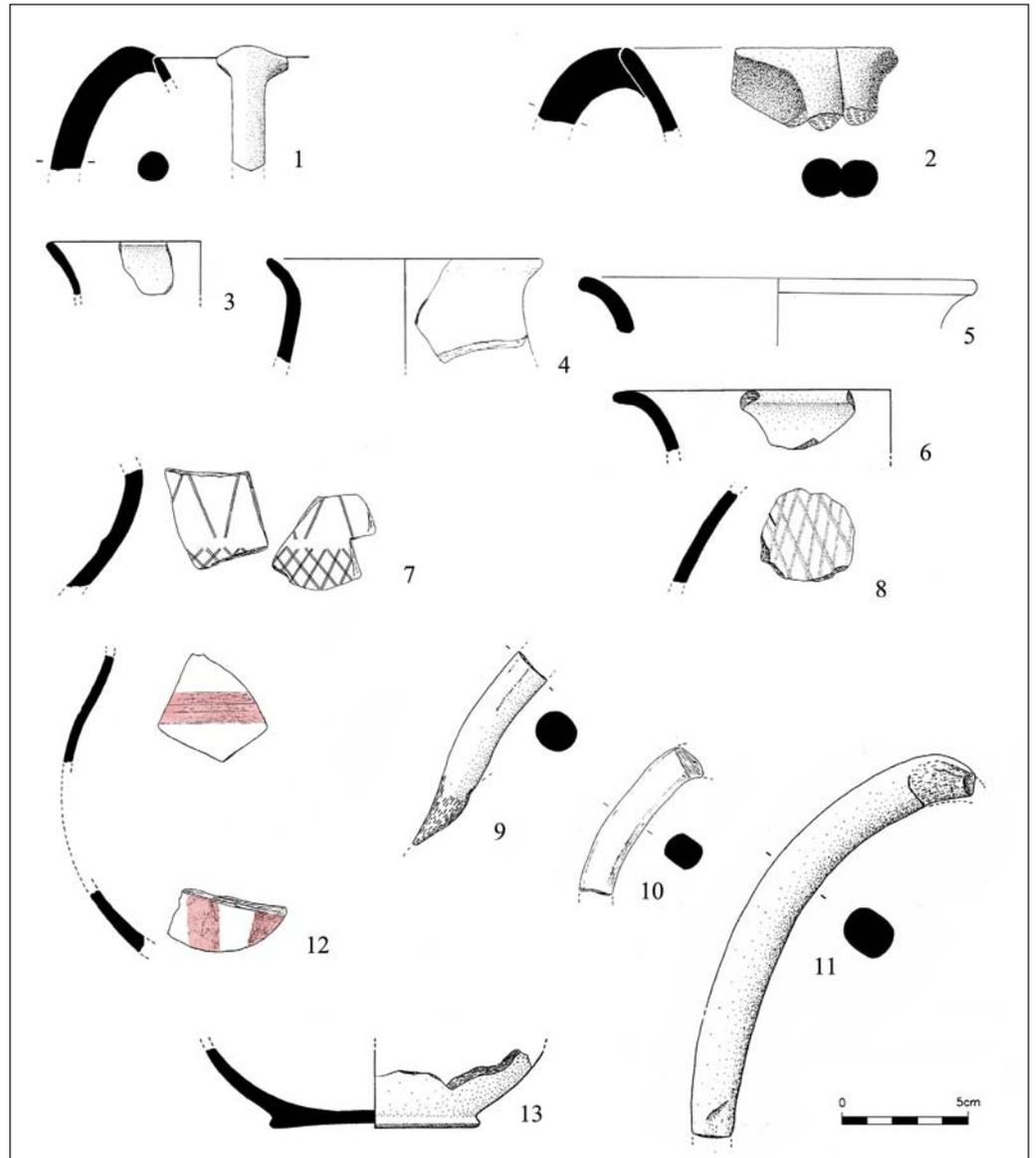


Figura 29
Fragmentos de
cerâmica cinzenta e
pintada da Idade do
Ferro.

Cerâmica campaniense

Recolheram-se três pequenos fragmentos de cerâmica campaniense. Dois deles são provavelmente de píxides (fig. 31, nºs 1 e 2), e outro o fundo de uma pequena taça (fig. 31, nº 3).

Cerâmica comum

Pastas

Numa simples observação das pastas que compõem o relatório da cerâmica comum, observamos facilmente que existem várias produções, desde as mais finas às mais grosseiras, obtidas tanto por meio de produção manual, como pela utilização de roda rápida ou por roda lenta. Estes tipos de dualidades têm, quanto a nós, que ver com a conjugação de factores tais como: a maior ou menor plasticidade das argilas usadas, dos tipos de cozedura, dos fornos, para além das técnicas de produção dos oleiros.

Sabemos também que o recurso a produções manuais são características de um mundo indígena de menores recursos, feitas em quantidades reduzidas logo, mais viradas para um consumo familiar ou de pequenos grupos, enquanto as cerâmicas elaboradas a torno rápido são destinadas a camadas sociais mais abastadas que se abasteceriam junto de fornecedores cuja produção seria em maior escala.

Para uma melhor compreensão do que afirmamos mostramos doze amostras mais representativas das produções que se encontraram no Castro de São Salvador onde realizámos observações macroscópicas recorrendo a uma lupa manual:

A – Nº Inv. 110.D 15.SS. Fragmento de bordo em voluta de pote. Pasta pouco dura, de grão fino, cozedura oxidante, cor vermelha (Munsell, 2.5YR 5/6).

E.n.p. quartzo leitoso.

B – Nº Inv. 2.D.15.SS. Fragmento de bordo em voluta de pote. Pasta pouco dura, de grão fino, cozedura semi-oxidante, cor vermelha (Munsell, 5YR 5/6).

E.n.p. quartzo leitoso.

C – Nº Inv. 4.D.15.SS. Fragmento de bordo extrovertido bífido de pote. Pasta pouco dura, de grão fino, cozedura semi-oxidante, cerne de cor cinzento e exterior vermelho (Munsell, 5YR 4/4 e 5YR 4/2).

E.n.p. quartzo leitoso.

D – Nº Inv. 6.D 15.SS (2-3). Fragmento de bordo em voluta de pote. Pasta pouco dura, de grão fino, cozedura semi-reduzida, cor cinzenta com manchas avermelhadas (Munsell, 5YR 5/6).

E.n.p. quartzo leitoso rolado e anguloso.

E – Nº Inv. 75.D 15.SS (1). Pequeno fragmento de bordo de panela. Cozedura redutora, grão médio, de cor vermelha (Munsell, 2.5YR 5/6).

F – Nº Inv. 72.D 15.SS (1). Fragmento de bordo espessado de *dolium*. Pasta pouco dura, de grão fino, cozedura semi-reduzida, cerne de cor cinzento e exterior vermelho (Munsell, 2.5YR 5/1 e 2.5YR 5/6).

E.n.p. quartzo leitoso.

G – N° Inv. 107.D 15.SS. Fragmento de bordo extrovertido direito de pote. Pasta pouco dura, de grão fino, cozedura redutora, cor negra (Munsell, 5YR 4/1).

E.n.p. quartzo leitoso e moscovite.

H – N° Inv. 8.D 15.SS (2-3). Bordo extrovertido de panela. Levantada a roda baixa. Cozedura redutora, grão grosso, de cor negra (Munsell, 5YR 3/1).

E.n.p. abundantes grãos de quartzo leitoso.

I – N° Inv. 93.D 15.SS (1). Pequeno fragmento de bordo em S de panela. Levantada à mão. Cozedura redutora, grão médio, de cor negra (Munsell, 2.5YR 2.5/1)

E.n.p. quartzo leitoso.

J – N° Inv. 9.D 15.SS (2-3). Bordo ligeiramente extrovertido de panela. Levantada a roda baixa. Cozedura redutora, grão grosso, de cor negra (Munsell, 5YR 2.5/1)

E.n.p. abundantes grãos de quartzo leitoso.

L – N° Inv. 71.D 15.SS (1). Fragmento de bordo em S de grande pote. Pasta dura, de grão médio, cozedura semi-redutora, de cor cinzento acastanhado (Munsell, 10Y R4/3).

E.n.p. quartzo leitoso, moscovite e óxido de ferro vermelho.

M – N° Inv. 9.C 4.SS. Fragmento de fundo anelar de taça. Levantada a roda. Pasta de cozedura redutora, macia, grão médio, de cor negra (Munsell, 5YR 4/2).

E.n.p. quartzo leitoso e moscovite.

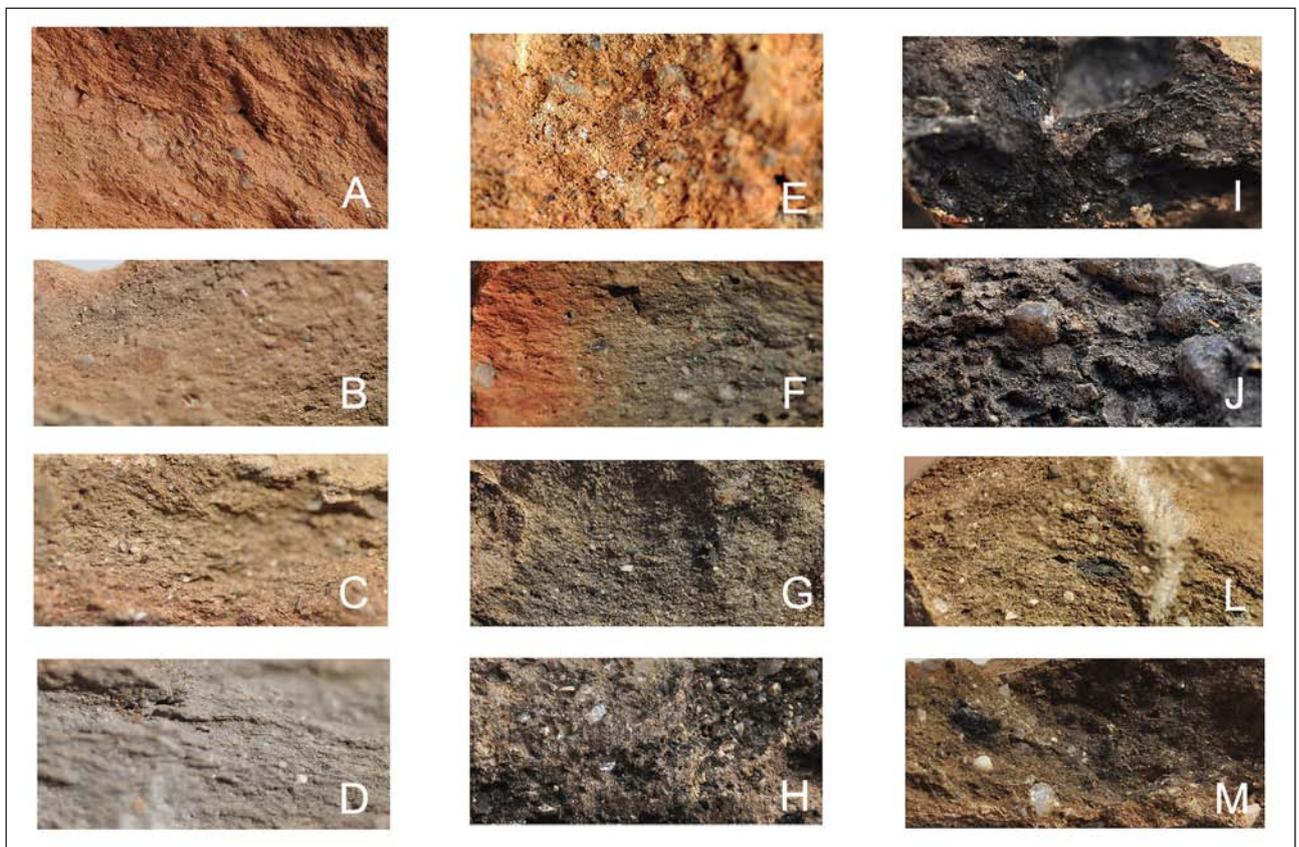


Figura 30

Tipos de pastas de cerâmicas do Castro de S. Salvador, Cercal.

Tampa

Recolheu-se um fragmento de uma tampa em I 15, estrato 1 (fig. 31, nº 4), certamente de produção já romana.

Tijelas

São peças que se produzem em todas as épocas, sendo as do Castro de São Salvador levantadas todas a roda, apresentando os fundos anelares, desbaste com fretadeira (fig. 31, nºs 5-9).

Taça

A pequena taça de bordo extrovertido, com ressalto com perfil convexo concavo de influência orientalizante (fig. 31, nº 10).

Pratos

Integramos os fragmentos de pratos que se recolheram nas sondagens de influência romana (fig. 31, nºs 11-14).

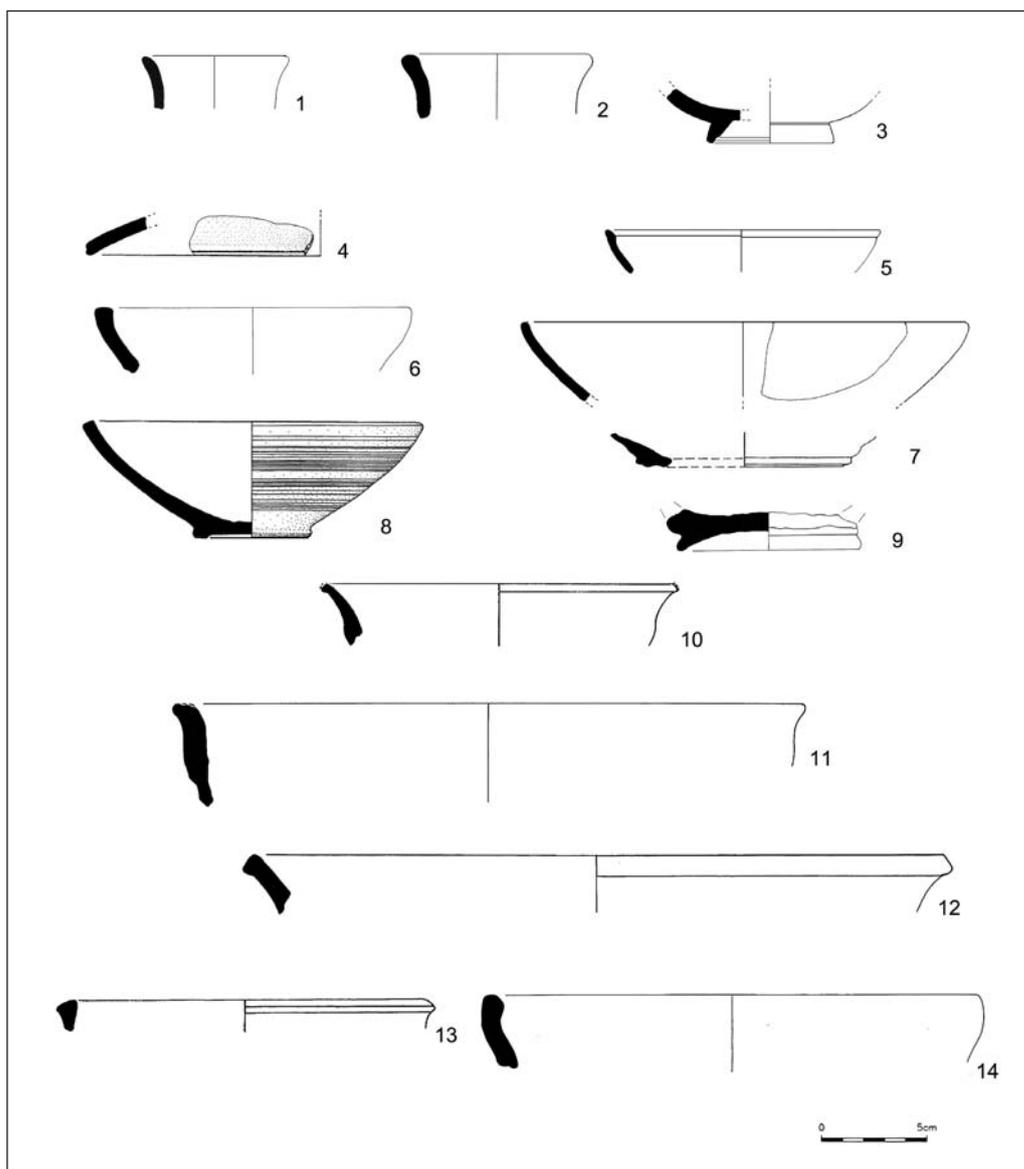


Figura 31
Materiais cerâmicos.
1-3, fragmentos
em cerâmica
campaniense; 4,
tampa em cerâmica
comum; 5-14, vários
fragmentos de tigelas
e taças em cerâmica
comum.

Potes/ panelas

Nalguns exemplares nota-se a influência orientalizante, (fig. 32, n^{os} 10, 15 e 16) idênticos a outros recolhidos no Sítio do Castelo de Santa Catarina (Caldas da Rainha) (Gonçalves, 1997, p. 10 e 40, n^{os} 1 e 2).

As pequenas panelas de cozedura redutora (fig. 32, n^{os} 4-9), apareceram também no Sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Gonçalves, p. 36, n^{os} 1 e 2), assim como no Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Fabião e Guerra, 1987, p. 300, n^{os} 501, 521, 526 e 527).

Dentro deste tipo de recipientes fazem parte outras formas, em menor número, que nos apontam para produções do final da República inícios do Império (fig. 32, n^{os} 1-3, 11 e 18).

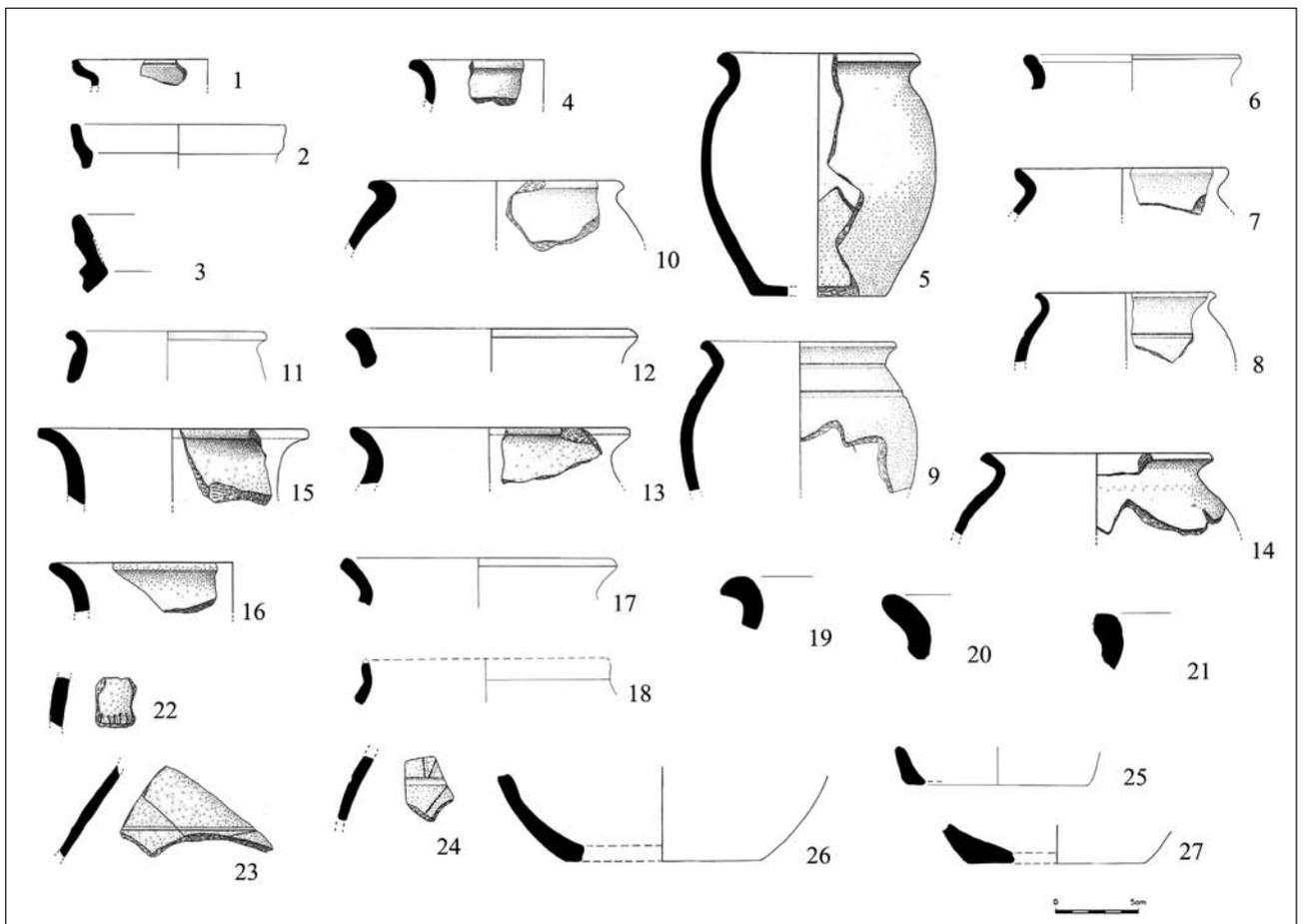


Figura 32
Panelas e potes em
cerâmica comum.

Potes e talhas

O maior grupo destes recipientes diz respeito aos destinados a armazenamento, tanto de sólidos como de líquidos.

Alguns destes contentores ainda apresentam características orientalizantes (fig. 34, n^{os} 2, 7-10), enquanto as restantes se incluem já no período Romano.

Algumas das peças podem apresentar decoração incisa, dos tipos angulosa e ondulada (fig. 34, n^{os} 26-29; fig. 34). Na *villa* romana de Borjigas, Cadaval, recolheram-se fragmentos de grandes recipientes com decoração ondulada incisa. No Castelo de Lousa apareceram alguns contentores com o mesmo tipo de decoração que as autoras datam da última metade do século I a. C. (Pinto e Schmit, 2010, p. 322 e 323).



Figura 33

1, *Oinochoe* em cerâmica cinzenta fina;
2, fragmento de pote com decoração incisa;
3 e 4, fragmentos de panelas de cozedura redutora.
(Fotografias de Guilherme Cardoso)

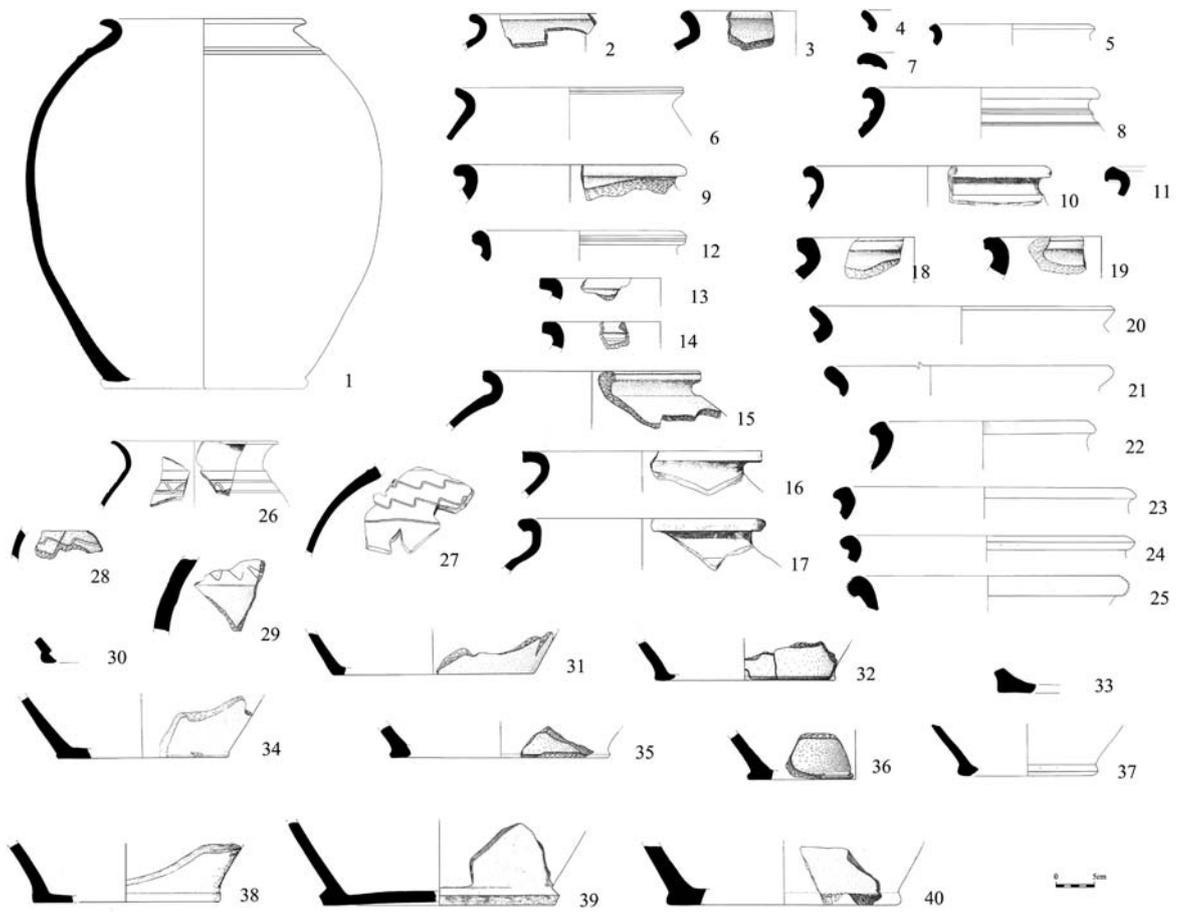


Figura 34
Potes e talhas em
cerâmica comum.



Figura 35
Fragmentos de panças
decoradas com linhas
onduladas.

Cossoiros

No quadrado I 15, recolheu-se um cossoiro decorado no estrato 1 (fig. 36, nº 5) e outro liso (fig. 36, nº 2), por sua vez na sondagem C 4 recolheu-se um de forma cónica estreita (fig. 36, nº 3) e outro no quadrado D 15 (fig. 36, nº 4).

Separador de tear

O separador de tear recolhido na primeira camada de I 15 (fig. 36, nº 1), é peça única mas que confirma a produção de tecidos neste castro, embora não tenha sido encontrado qualquer peso de tear.

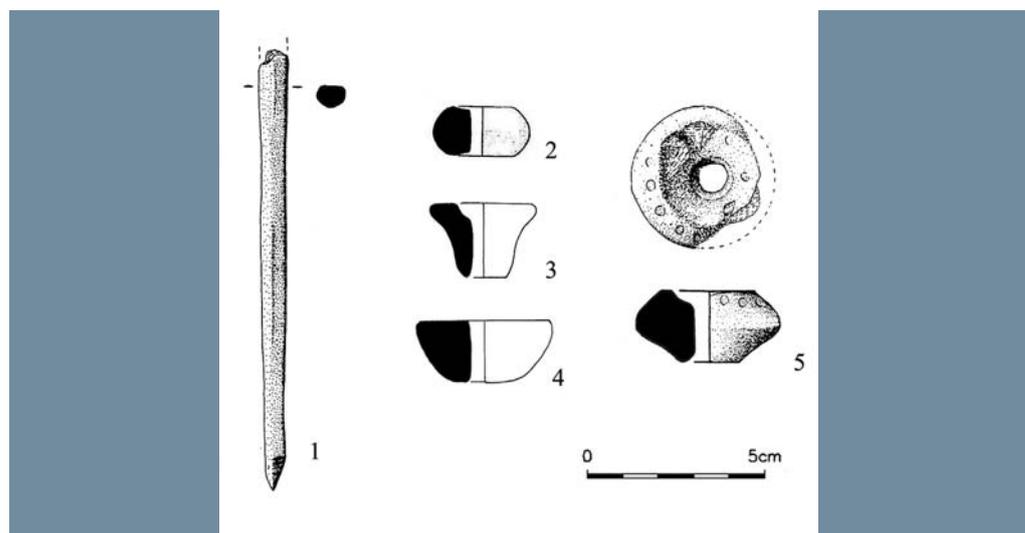


Figura 36
1, Separador de tear em osso; 2-4, cossoiros em cerâmica.

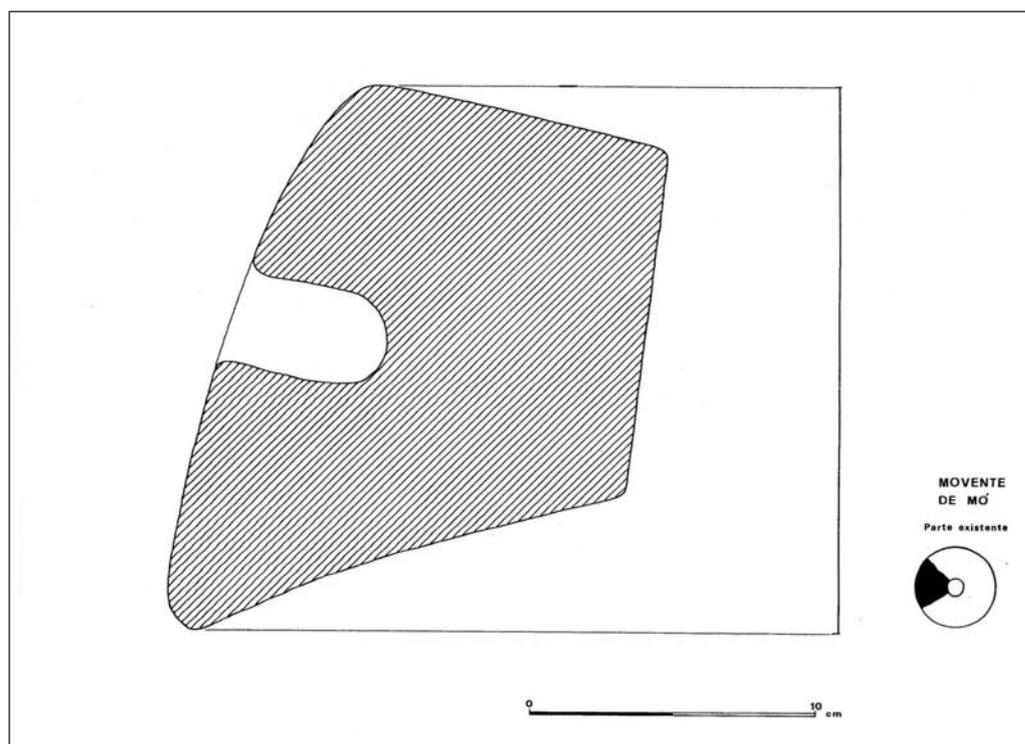


Figura 37
Fragmento de movente de mó manual de arenito, recolhida na camada 2B de I 15.

SÍTIO DO CASTELO (Arruda dos Vinhos)

Localiza-se o sítio arqueológico do Castelo na freguesia de Arranhó, num esporão elevado sobre o vale do rio Grande da Pipa, a sul da povoação de Monfalim, onde existiu o Forte do Paço, um dos baluartes da primeira das Linhas de Torres, ao tempo das invasões francesas. Os vestígios arqueológicos foram identificados à superfície, em 1987, por Joaquim Gonçalves, durante trabalhos de prospecção. No ano seguinte e até 1993, João Ludgero Gonçalves, então arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, iniciou uma série de campanhas de escavações arqueológicas, a pedido da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos. Os resultados então obtidos, publicados no nº 3 da Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa, possibilitaram concluir que o local tinha sido habitado no Calcolítico médio e final, com outra ocupação posterior no final da II Idade do Ferro.

Durante o primeiro período existiu no local um pequeno povoado fortificado com uma muralha de alvenaria seca reforçada por torreões. Nos estratos junto à base do bastião foram recolhidos diversos fragmentos de cerâmica do período do Calcolítico médio – alguns com decorações do tipo “folha de acácia” – bem como outros tipos cerâmicos pertencentes à parte final do mesmo período – vasos campaniformes decorados com técnicas de ponteadado e incisões – lâminas de sílex, pesos de tear, um fragmento de polidor em xisto anfibólico, uma conta de colar de rocha verde, um fragmento de alfinete de cabelo com cabeça troncocónica e dois punções em cobre (espólio da Idade do Cobre).

Dos finais do período sidérico verificou-se a existência de vestígios de um piso de argila cozida delimitado em parte por um alinhamento de ortostatos.

Entre os artefactos recolhidos há a destacar a abundância de fragmentos de grandes potes de cerâmica, para armazenagem de víveres, diversos fragmentos de panelas, tigelas e jarros, dois fragmentos de taças de cerâmica campaniense A, cossoiros, pesos de tear, alfinete de cabelo em bronze, três fíbulas: duas do “tipo transmontano” (Século III a. C. ao I d. C.), outra do tipo La Tène III (grupo E de Camulodunum, datada do 2º quartel do século I a. C. até à 1ª metade do III d. C.), uma faca de ferro e três denários republicanos (um de Roma datado de 153 a. C., e dois de 134 a. C.).

As últimas escavações efectuadas em 1997, sondagem S II, confirmaram que toda a zona está completamente alterada devido à erosão provocada pela água da chuva e o conseqüente escorregamento das terras que cobriam o sítio. A construção do Forte do Paço, das Linhas de Torres, terá contribuído certamente para o desaparecimento dos vestígios anteriores mas foi sem dúvidas a extracção de pedras do local que terá provocado o quase total desaparecimento da muralha do período Calcolítico e dos vestígios da Idade do Ferro.¹



Figura 38

O vale do rio Grande da Pipa visto de poente para nascente.



Figura 39

Vista do sítio do castelo tirada das pontes de Monfalmim.

Figura 40
Planta da área
escavada. A azul
sondagens onde
apareceram os
vestígios de estruturas
da Idade do Ferro
final. A vermelho,
vestígios de um muro
do Forte do Paço,
de época da Guerra
Peninsular.



Figura 41
Planta da área
escavada. Em azul-
escuro, alicerces
das estruturas
do Calcolítico. A
cinzento-escuro
muro de ortostatos
e a rosa, manchas de
área queimada, com
abundante cerâmica
da Idade do Ferro.

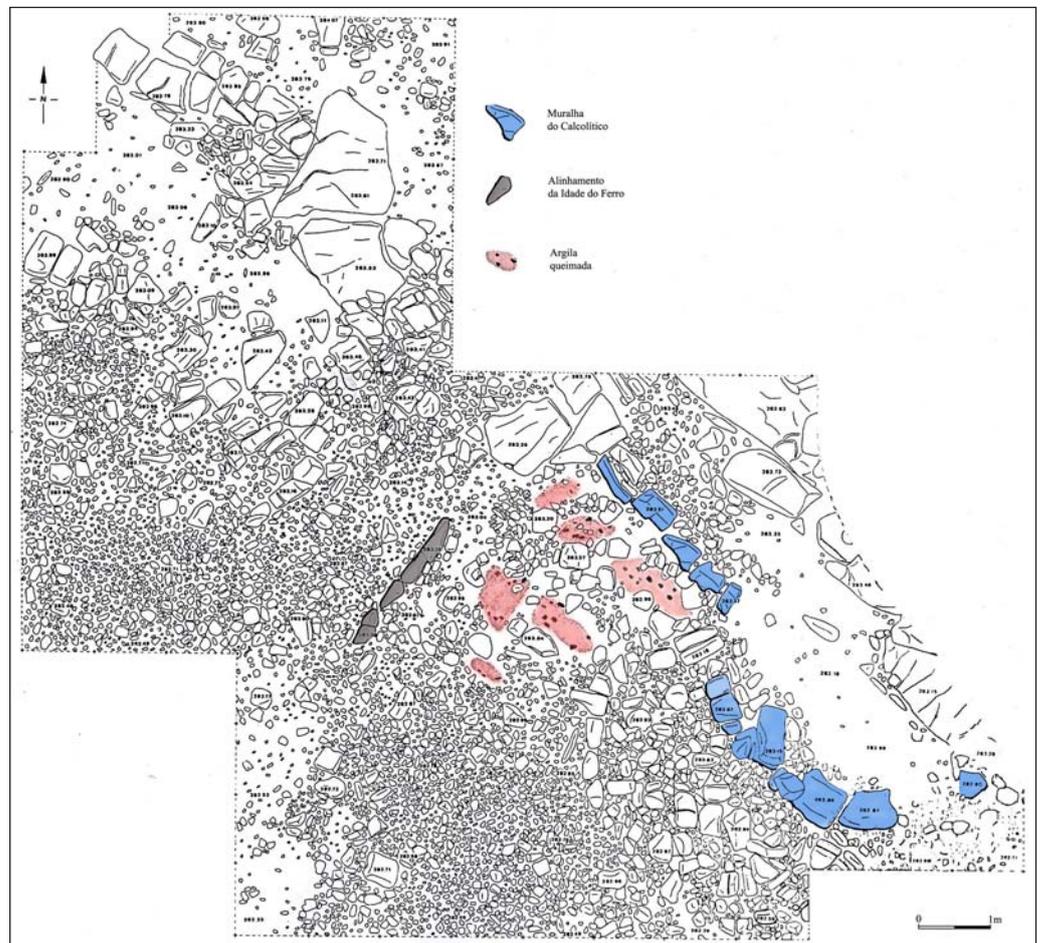




Figura 42
Vista superior dos
dois alinhamentos de
pedras e da zona de
argilas queimadas.



Figura 43
Fase intermédia da
escavação, vendo-se
o alinhamento de
pedras a a zona de
argilas queimadas.



Figura 44
Materiais da Idade
do Ferro in situ.



Figura 45
Alinhamento de
ortostatos e parte da
zona queimada.



Figura 46
Sondagem S II, de
1997.

Figura 47
Dois dos denários republicanos recolhidos.

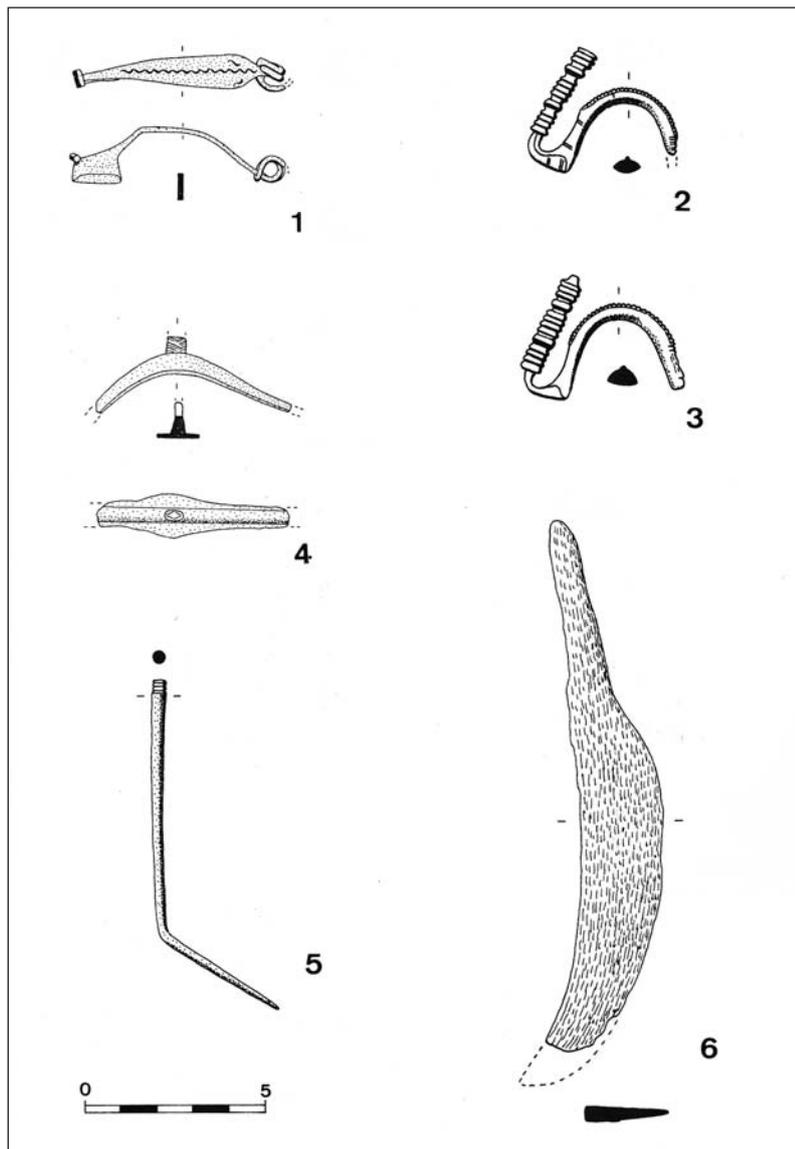


Figura 48
1-4, fíbulas; 5, alfinete de cabelo em bronze; 6, faca de ferro de lâmina curva.

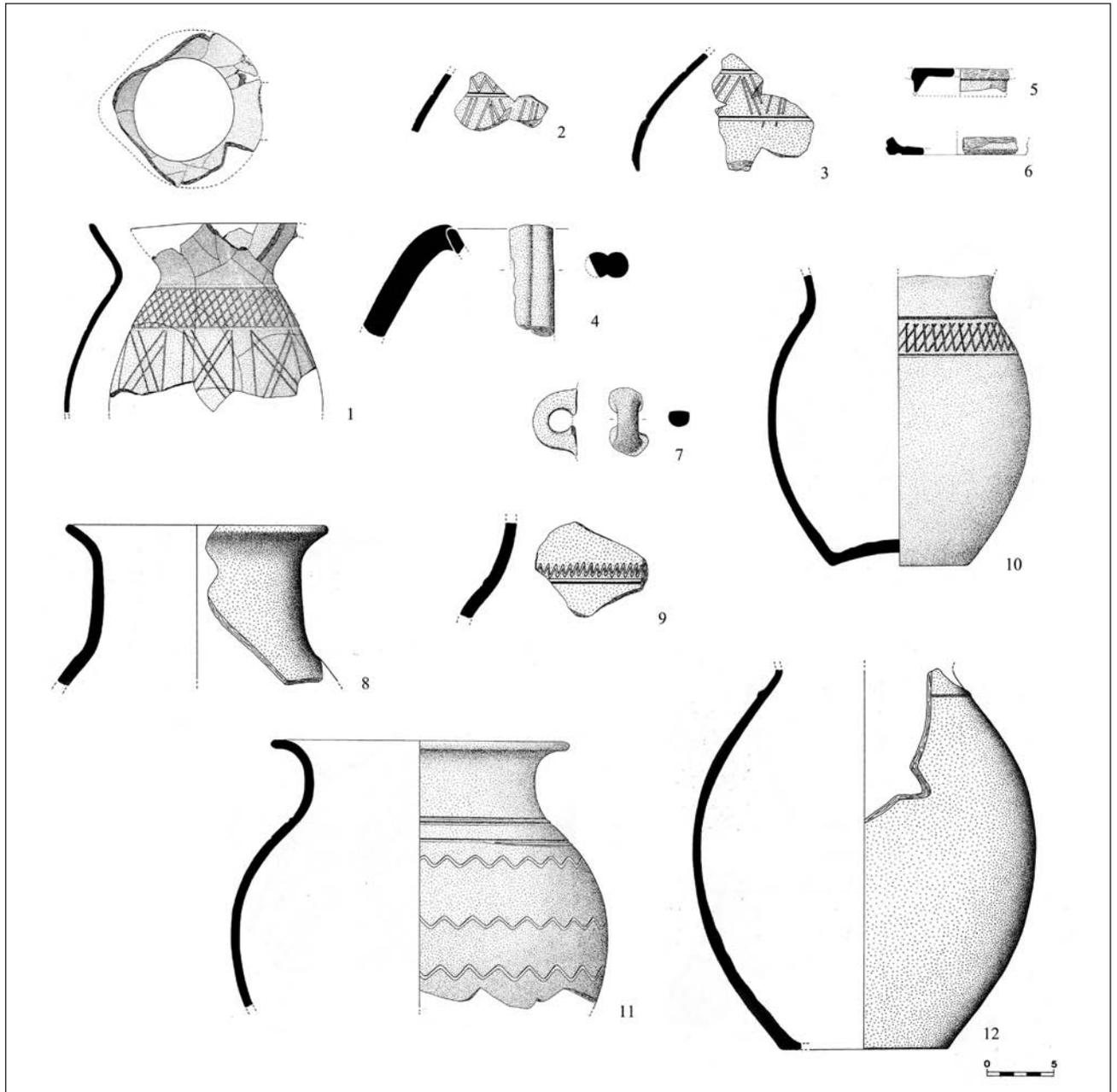


Figura 49
Cerâmicas cinzentas.

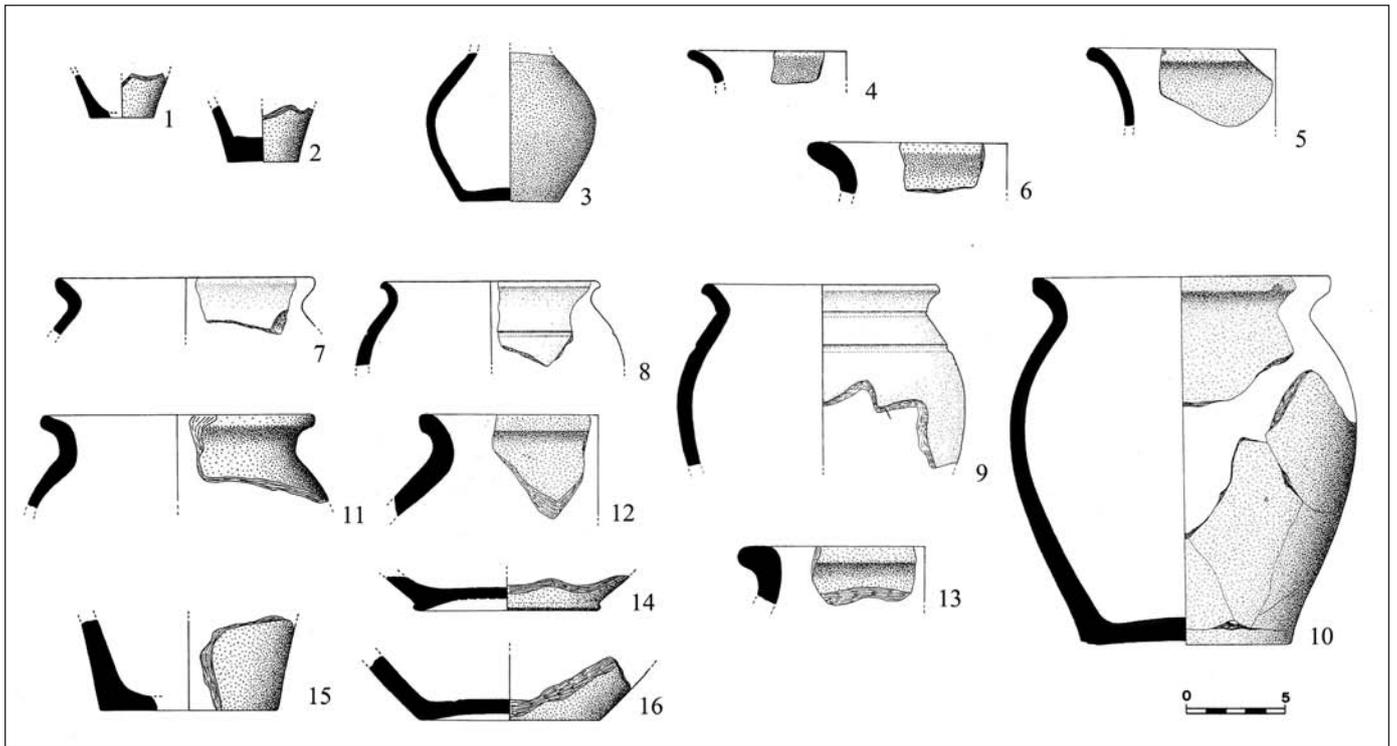


Figura 50
Panelas e potes.

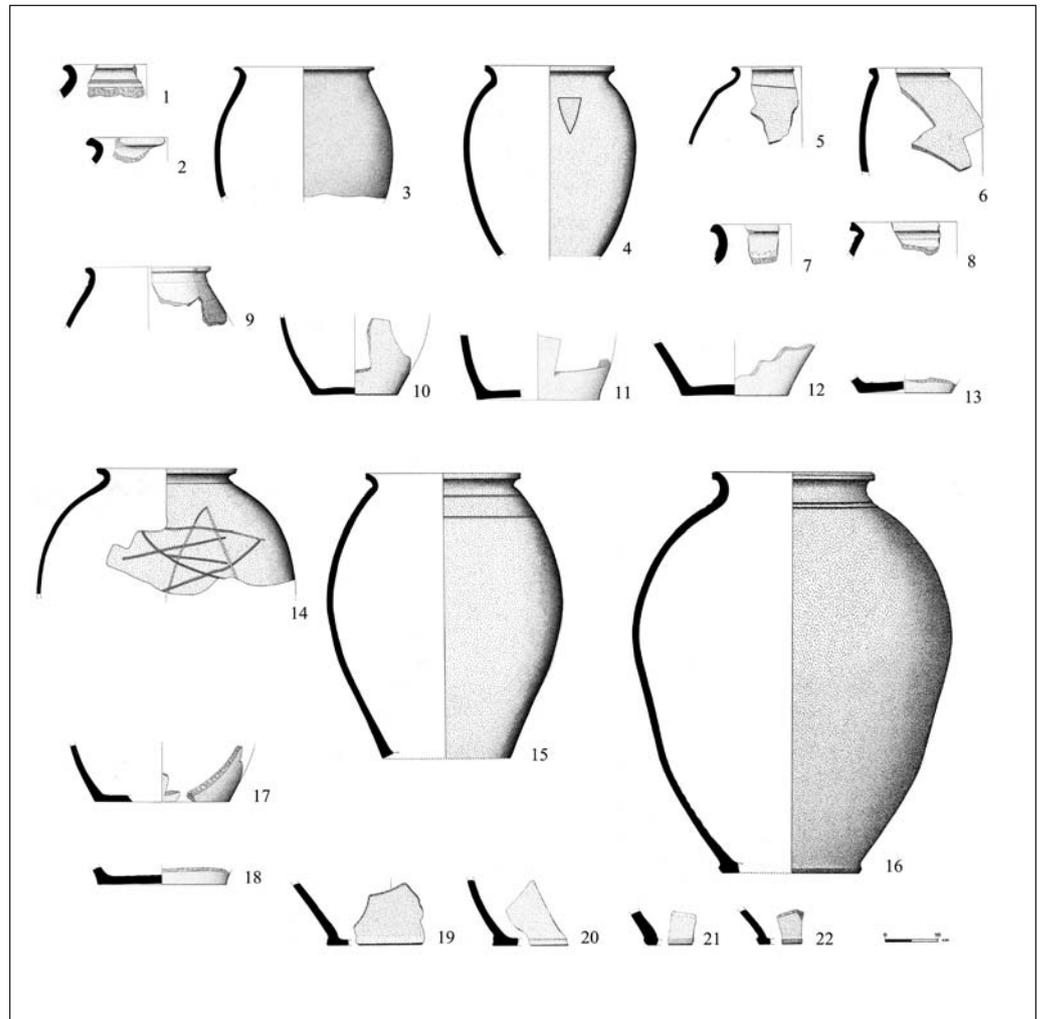


Figura 51
Potes e talhas.

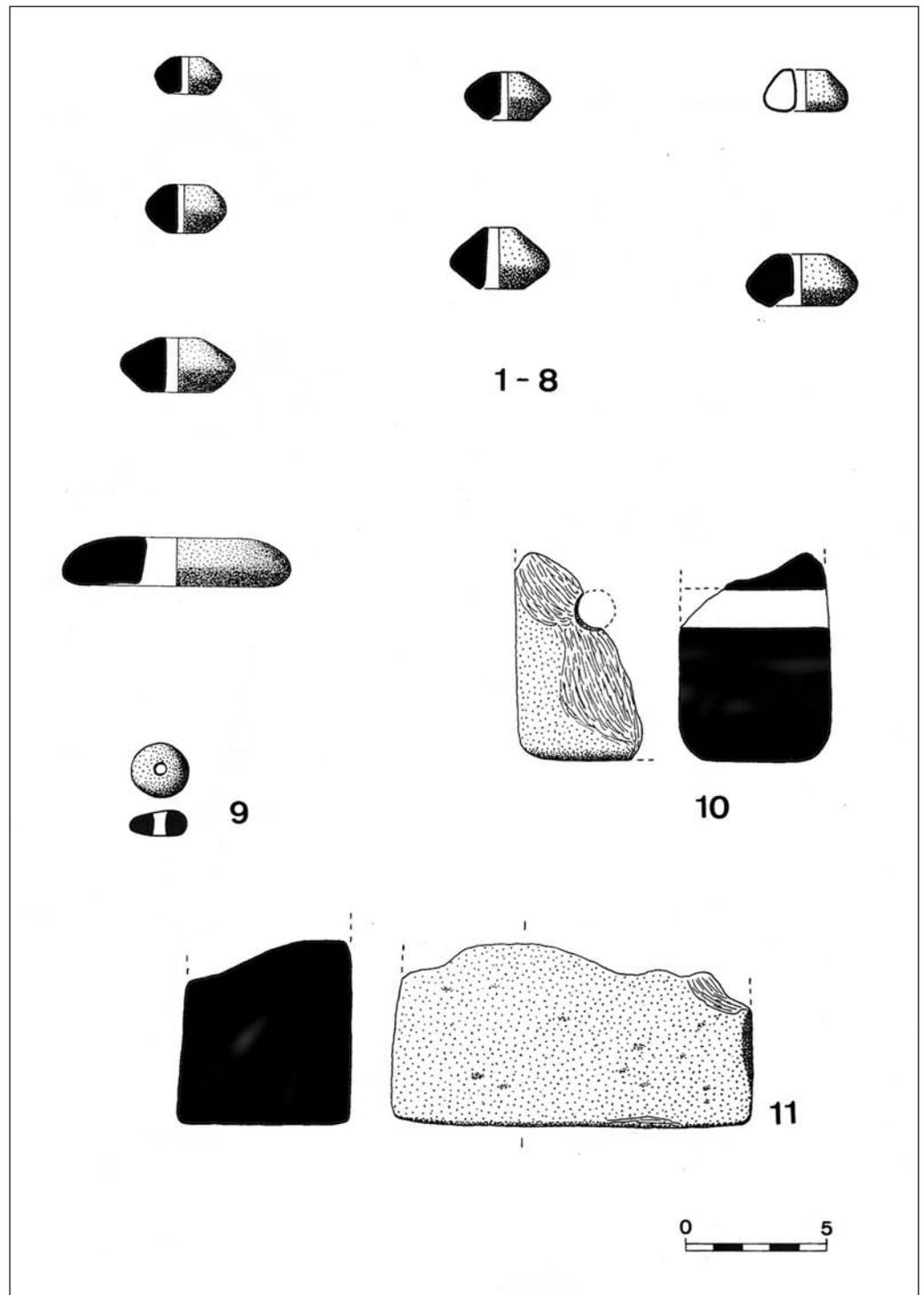


Figura 52
1-8, cossóiros; 9, conta
de âmbar; 10-11,
pesos de tear.

DO POVOAMENTO PRÉ-ROMANO À ROMANIZAÇÃO

Na área em estudo, confrontámo-nos com um povoamento pré-Romano disseminado por todo o território, em sítios estratégicos de defesa.

No caso do município do Cadaval observa-se, até ao momento, uma concentração de achados nos castros de Pragança e de S. Salvador, existindo alguns escassos vestígios de casais (da Idade do Ferro e Romanos) que detectámos no lado sul da Serra de Todo-o-Mundo e também na parte superior do esporão de Borjigas, à saída da vila do Cadaval, para o Peral.

A área do vale do Tejo foi, na antiguidade, durante muito tempo uma zona de fronteira. Verificava-se assim um choque, quer cultural, quer de instabilidade territorial que se prolongou para além das margens fluviais do grande rio.

Podemos assim considerar o castro de São Salvador como pertencente a uma defesa mais recuada de um pequeno grupo autóctone que utilizaria um tipo de “guerrilha” que respondia a ataques, de escala de pequena envergadura, e que ao mesmo tempo que vigiava o troço de uma via secundária entre *Scallabis* e Lamas (Mantas, 1996, mapa) que se iria entroncar na via que saía de *Olisipo*, passando por Torres Vedras e seguindo para *Eburobritium*.

Situado na zona norte do *ager Olisiponensis*, o território do actual concelho de Arruda dos Vinhos foi, desde os primeiros tempos, alvo de colonização romana.

Motivos dessa preferência eram sem dúvida: a riqueza do solo e a relativa amenidade do clima, por um lado e a sua localização excelente numa zona de passagem entre o estuário do Tejo e as zonas mais a poente, por outro.

Seria pois como que um enclave entre o rio Tejo e o mar.

Diversos são os vestígios da ocupação romana. E se, de acordo com os últimos trabalhos de investigação, a principal via de *Olisipo* a *Bracara Augusta* não passava directamente por ali, o certo é que Arruda dos Vinhos e, mais concretamente, Santiago dos Velhos terão sido, desde sempre, pontos de passagem obrigatórios entre o Tejo e Dois Portos (Torres Vedras), escoando-se por ali os importantes produtos agrícolas que faziam parte das riquezas da época.

Já se identificaram, a nível da ocupação do solo, por exemplo *villae* ou casais romanos (são prova disso a vila de Arruda dos Vinhos e os actuais Casal do Letrado e Casal das Pias) e do próprio Sítio do Castelo onde se exumaram moedas republicanas (dois denários de 153 a. C. e outro de 134 a. C., *supra*), uma fíbula de prata da segunda metade do século I a. C. (do género das usadas habitualmente pelos legionários romanos) e muitos fragmentos de cerâmica, designadamente de contentores de alimentos e também dois fragmentos de cerâmica campaniense. Tudo leva a crer, portanto, que por Arruda dos Vinhos passaram, desde logo, os romanos na sua marcha para o Norte, com vista à dominação dos novos territórios, que se lhes afiguraria, já então, quase como uma «terra prometida».

Zona de passagem foi-o também – e necessariamente – zona ampla de aculturação entre indígenas e romanos. Disso são prova, para já, os nomes que figuram em três epitáfios conhecidos (Cardoso e Encarnação, 2010).

A importância do vale do rio Grande da Pipa, linha de água que desagua no Rio Tejo junto ao Carregado, zona de passagem na ligação entre o território de Torres Vedras, o Tejo e as ligações a *Scallabis* e *Emerita Augusta*, dava, certamente, a esta região uma posição estratégica de real valor para um controlo que se pode antever através da existência de lugares fortificados na margem direita do dito rio, confirmado pelos materiais datados do século

II a. C., recolhidos no Sítio do Castelo, bem como no do Castelinhos, este no concelho de Vila Franca de Xira, datado entre a século II a. C. e a época de Augusto, bem como o castro do Amaral, com cronologias ocupacionais da II Idade do Ferro localizado na margem esquerda do Rio Grande da Pipa, no concelho de Alenquer.

As vias

Por fim, as vias terrestres tão importantes para o desenvolvimento da romanização dos povos da Lusitânia levam-nos a tecer algumas das seguintes considerações sobre a localização dos castros estudados.

Os novos achados arqueológicos no entorno de Vila Franca de Xira (Pimenta e Henrique, 2012) e Carregado (Pimenta *et al.*, 2008) permitem corroborar antigas teorias de fixação dos povos da Idade do Ferro na Região Oeste e colocar algumas questões quanto ao traçado das antigas vias da Baixa Estremadura.

Por sua vez Vasco Mantas opina, assim como outros autores, ser a via principal do *ager Olisiponensis* a que ligava *Olisipo* a *Scallabis*.

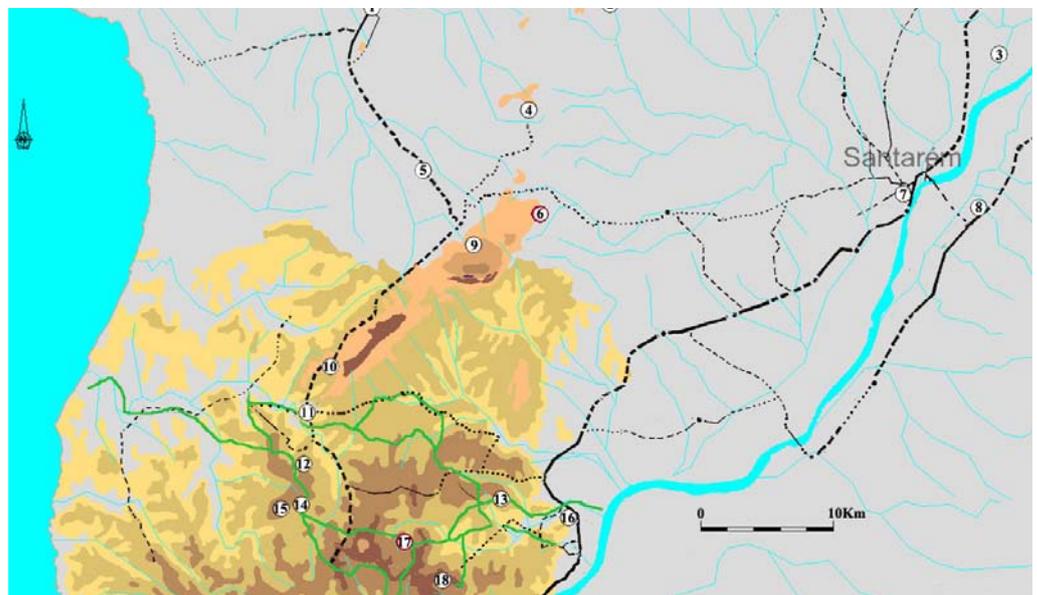
Seguindo esta na direcção norte, ao longo do Tejo, atingiria *Ierabriga*, onde iria inflectir para nordeste. A passagem do rio Trancão, no concelho de Loures, poderia ser feita em Sacavém ou junto a Loures. Daqui sairia uma estrada secundária que ligaria a Torres Vedras (*Cretina*, segundo Vasco Mantas) seguindo para *Eburobrittium* através do concelho do Cadaval (Mantas, 1996).

Já chamámos, anteriormente, a atenção das “falhas que possam existir, no trabalho de Vasco Mantas... a não existência de uma via ao longo de todo o vale do rio Grande da Pipa, concelho de Arruda dos Vinhos, tendo dois pontos fortificados sobre ele, Sítio do Castelo e Curvaceira de Cima (Castro do Amaral), e diversos outros sítios romanos ao longo dele...” (Cardoso e Gonzalez, 2008, p. 131).

Finalmente outra das hipóteses, ainda por confirmar, seria a da existência de uma via entre *Ierabriga* e *Eburobrittium* que contornando a serra de Montejunto por oriente, junto ao castro de São Salvador, seguiria daí para Norte.

Figura 53

A negro as vias propostas por Vasco Mantas, a verde, vias que propomos. 1, *Eburobrittium*; 2, Rio Maior; 3, Chões de Alpompe; 4, Serra de Todo-o-Mundo; 5, Cadaval; 6, Castro de São Salvador; 7, *Scallabis*; 8, Alto dos Cacos; 9, Castro de Pragança; 10, Castro de São Mateus; 11, Torres Vedras; 12, Dois Portos; 13, Castro do Amaral; 14, Castro das Marquitas; 15, Castro do Socorro; 16, Castelinhos; 17, Castro do Castelo; 18, Casal do Cego; 19, Moinho do Custódio.



BIBLIOGRAFIA:

- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel, e SANZ GAMO, Rubí (1993)** - Bronces antiguos del museo de Albacete. Instituto de Estudios Albacetenses. Estudios. 67. Albacete, p. 147-161.
- ALARCÃO, Jorge (1976)** - Chapitre IX. Les amphores. In ALARCÃO, Jorge e Étienne, Robert (eds) *Fouilles de Conimbriga*. Paris, Ed. de Boccard, p. 79-88.
- ARRUDA, Ana Margarida, e ALMEIDA, Rui R. (1998)** - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas 1983-1991). *Conimbriga*. Vol. XXXII, p. 201-231.
- ARRUDA, Ana Margarida, VIEGAS, Catarina, BARGÃO, Patrícia, e PEREIRA, Raul (2006)** - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana». In TAVARES da SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina, eds. *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. (2004, Maio 7 a 9). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p.153-176.
- ARTEGA MATUTE, Oswaldo (1985)** - Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Mar (campana de 1982). *Noticiario Arqueológico Hispánico*. N.º 23, p. 195-233.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (1994)** - Urbanismo de la Hispania “Celtica” Castros y Oppida del Centro y Occidente de la Peninsula Iberica. Martín ALMAGRO-GORBEA y Ana Mª MARTIN (ed.) *Castros y Oppida en Extremadura*, Editorial Complutense, Madrid, p. 13- 75.
- BELO, Ricardo (1955)** - Subsídios para o estudo da época do Bronze na região de Torres Vedras. Boletim da Junta de Província da Estremadura. Lisboa, p. 38-40.
- BERROCAL-RANGEL, Luis (1994)** - *Oppida* y castros de la Beturia Celtica. In ALMAGRO-GORBEA, Martín e MARTIN, Ana Mª (ed.) *Castros y Oppida en Extremadura*. Editorial Complutense. Madrid, p. 190-241.
- CARDOSO, Guilherme (2002)** - *Aspectos da Romanização do ager Olisiponensis*. Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo. Universidad de Extremadura Departamento de Historia Área de Arqueología. Cáceres. (Policopiada).
- CARDOSO, Guilherme, e ENCARNAÇÃO, José d' (2010)** - Arruda dos Vinhos – Uma rota privilegiada. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Série 4. N.º 95. 2.º Tomo. Lisboa, p. 89-110.
- CARDOSO, Guilherme, e ENCARNAÇÃO, José d' (2013)** - O Povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira Arqueologia*. N.º 2. Vila Franca de Xira, p. 133-180.
- CARDOSO, Guilherme, GONZALEZ, António (2008)** - Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. *Actas do IV Seminário do Património da Região do Oeste*. Arruda dos Vinhos, p. 127-133.
- CARDOSO, Guilherme, e LUNA, Isabel (2002)** - Sondagens de emergência junto à Igreja de S. Tiago (Torres Vedras). *Al-madan*. IIª série. 11. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, p. 7.
- CARDOSO, Guilherme, e LUNA, Isabel (2005)** - Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras. In *Actas do Congresso – A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara Municipal do Bombarral, p. 65-83.
- DIOGO, A. M. Dias (1984)** - O material romano da 1ª campanha de escavações na Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. XXIII. Coimbra, p. 111-141.
- DIOGO, A. M. Dias, e TRINDADE, Laura (1993-1994)** - Materiais provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*. XXXII-XXXIII. Coimbra, p. 263-281.
- FABIÃO, Carlos (2013)** - Romanos no baixo Tejo. Pimenta, João (Coord.), Catálogo da Exposição *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do vale do Tejo*, Lisboa, p. 61-68.
- FABIÃO, Carlos, e GUERRA, Amílcar (1987)** - Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. *Da Pré-História à História – Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Editora Delta, Lisboa, p. 287-308.
- FARIA, António J. M. (1987)** - Guerras e conflitos no vale do Tejo, na Antiguidade. O testemunho dos tesouros monetários. *Arqueologia no Vale do Tejo*. Instituto Português do património Cultural. Lisboa, p. 60-61.
- GONÇALVES, João Ludgero (2008)** - O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos) – escavações 1988 a 19993. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. N.º 3. Lisboa, p. 5-52.
- GUERRA, Amílcar (2012)** - O troço inicial da via *Olisipo-Bracara* e o problema da localização de *Ierabriga*. *Cira Arqueologia – Atas mesa redonda – de Olisipo a Ierabriga*. N.º 1. Vila Franca de Xira, (edição electrónica).
- HENRIQUES, Susana (2008)** - O Sítio do Castelo (Santa Catarina, Caldas das Rainha). Do Neolítico à Idade do Ferro. *Actas do IV Seminário do Património da Região do Oeste*. Arruda dos Vinhos, p. 83-110.
- LÓPEZ CASTRO, José Luis (1995)** - *Hispania Poena Los fenicios en la Hispania romana*. Crítica, Barcelona.
- MAIA, Manuel (1978)** - Ânforas neopúnicas do Sul de Portugal. *Actas das III Jornadas Arqueológicas 1977*. Vol. I. Lisboa, p. 197-207.
- MANTAS, Vasco (1996)** - *A rede viária romana na faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Policopiada).

- MANTAS, Vasco (1998)** - Vias Romanas do Concelho de Loures. *Da vida e da morte: os Romanos em Loures*. Loures, p. 17-28.
- MANTAS, Vasco (2000)** - A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras. *Turres Veteras. Actas de História Medieval*. Vol. I. Torres Vedras. Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”, p. 9-25.
- MANTAS, Vasco (2002)** - A população da região de Torres Vedras na época Romana. *Turres Veteras. Actas de História Medieval*. Vol. IV. Torres Vedras. Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”, p. 129-141.
- MANTAS, Vasco (2012)** - A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios. *Cira Arqueologia – Actas mesa redonda – de Olisipo a Ierabriga*. N.º 1, Vila Franca de Xira. (edição electrónica).
- MANTAS, Vasco Gil (2012)** - *As vias Romanas da Lusitânia. Studia Lusitana*. 7. Mérida.
- MARQUES, Gustavo, ANDRADE, G. Miguéis, (1974)** - Aspectos da Proto-história do Território Português. I – definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Ministério da Educação Nacional, Porto, p. 125-148.
- MARTÍN BRAVO, Ana M.ª (1999)** - Los orígenes de Lusitania – el I milenio A. C. en la Alta Extremadura. *Bibliotheca Archeologica Hispana*, 2. Madrid.
- MORAIS, Rui (2010)** - Ânforas. In ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Studia Lusitana*. 5. Mérida, p. 181- 218.
- PIMENTA, João (2005)** - *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa). Trabalhos de Arqueologia*. 26. Instituto português de Arqueologia. Lisboa.
- PIMENTA, João, HENRIQUES, Eurico, e MENDES, Henriques (2012)** - *O Acampamento Romano do Alto dos Cacos – Almeirim*. Almeirim.
- PIMENTA, João, e MENDES, Henriques (2012)** - Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. In *Cira Arqueologia*, n.º 1. Actas mesa redonda – de *Olisipo a Scallabis*. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira, (edição electrónica).
- PIMENTA, João, MENDES, Henriques, e NORTON, José (2008)** - O povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira. *Al-madan*. IIª Série. 16. Almada, p. 26-37.
- PINTO, Inês Vaz, e SCHMIT, Anne (2010)** - Cerâmica comum. In ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Studia Lusitana*, 5, *Studia Lusitana*, 5, Mérida, p. 219-443.
- PONTE, Salete da (1982)** - Uma Colecção de fibulas da Estremadura. *Boletim Cultural Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, p. 215-223.
- PONTE, Salete da (2006)** - *Corpus signorum das fibulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Caleidoscópico, Coimbra.
- RAMON TORRES, Joan (1995)** - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental. Instrumenta*, 2, Barcelona.
- SÁEZ ROMERO, Antonio M. (2008)** - La producción de ánforas en el área del Estrecho en época tardo-púnica (siglos-III-I a. C.). In BERNAL CASASOLA, Dario e RIBERA I LACOMBA, Alberto (eds. Científicos) *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Cádiz, p. 635-659.
- SPINDLER, Konrad, e TRINDADE, Leonel (1970)** - A Póvoa eneolítica do Penedo – Torres Vedras. In *Actas das I Jornadas de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. 2. Lisboa, p. 10.
- TAVARES DA SILVA, Carlos, e SOARES, Joaquina (1997)** - Chibanes revisitado primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*, VI, Lisboa, p. 33-66.

Ilustrações:

Fotografias de João Ludgero Gonçalves, Guilherme Cardoso e André Cardoso.

Desenhos de João Ludgero Gonçalves, Luísa Batalha e Guilherme Cardoso.

Mapa de georreferenciação digital dos sítios arqueológicos e vias romanas (fig. 52) desenhado por José António Oliveira.

Agradecimentos:

A João Ludgero Gonçalves por toda a informação, desenhos e fotografias que tirou durante as escavações do Castelo de São Salvador e Sítio do Castelo, a Rubí Sanz Gamo pelas informações prestadas, assim como a Eurico Sepúlveda na classificação das cerâmicas finas romanas e revisão do texto.

NOTAS

- ¹ Todos os materiais exumados durante as escavações efectuadas já foram publicados por João Ludgero Gonçalves pelo que remetemos para o artigo citado na bibliografia.

Santarém durante a época romano-republicana

ANA MARGARIDA ARRUDA¹ UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

CATARINA VIEGAS² UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Resumo

Na Alcáçova de Santarém, os níveis correspondentes às ocupações romana e da Idade do Ferro encontram-se muito afectados pelas ocupações posteriores, nomeadamente islâmicas. Apesar disso foi, muitas vezes possível reconhecer alguns contextos homogéneos de época romano-republicana e verificar as associações de materiais que nelas se registaram. Neste trabalho, os dados recolhidos ao longo de mais de uma década de trabalhos arqueológicos realizados no sítio, sob a direcção das autoras, são sintetizados, avaliando-se o conjunto de forma integrada, dando-se particular atenção aos recuperados em clara associação contextual.

A informação que foi possível extrair da análise concretizada, associada à que está disponível para outros sítios coevos do vale do Tejo, permitiu discutir o complexo processo de conquista e romanização da região, parecendo claro que foi durante o pretorado de César na Ulterior que o sítio se integrou, plenamente, no mundo provincial romano, o que, aliás, o próprio topónimo *Scallabis Praesidium Iulium* já deixava perceber.

Summary

In Alcáçova de Santarém, the archaeological levels corresponding to the Iron Age and Roman occupation were severely affected by later occupations, particularly Islamic. Despite this fact, it was often possible to recognize Roman Republican homogeneous contexts and to observe the associations of materials in them.

In this work, the authors discuss the data collected over more than a decade of archaeological work conducted at the site under their direction. The information available was synthesized and the set of data was evaluated in an integrated way, giving particular attention to the one that was recovered in clear contextual association.

The information that was possible to extract from this systematic analysis, associated to that available to other coeval sites in the Tagus valley, allowed to discuss the complex process of conquest and Romanization of the region. As a result, it seems clear that it was during the period when Caesar was Propraetor in the Ulterior, that the site was fully integrated in the Roman provincial world, a reality that the place name, *Scallabis Praesidium Iulium*, already made notice.

1. Introdução

O trabalho que aqui se apresenta resulta dos dados que, para estas cronologias, foram obtidos durante as longas e extensas escavações que as autoras tiveram oportunidade de dirigir na Alcáçova de Santarém entre 1983 e 2001. Trata-se, em grande parte, de resultados coligidos em trabalhos parcelares, já publicados ou divulgados, que aqui se reúnem e discutem globalmente e de forma mais geral, tendo-se tentado verificar e analisar as suas associações e os respectivos contextos de recolha.

Neste âmbito, parece importante começar por lembrar que os níveis arqueológicos romanos do sítio, bem como aliás os da Idade do Ferro, foram particularmente afectados pelas ocupações posteriores, concretamente as de época islâmica, que muitas vezes implicaram construções subterrâneas maioritariamente de tipo silo, mas também as que se datam entre o século XIII e o XIX. A construção do Jardim das Portas do Sol nos inícios do século passado foi também gravosa para a conservação dos estratos correspondentes às ocupações da Antiguidade, assim como as construções erguidas na mesma época, na Avenida 5 de Outubro.

Assim, a grande maioria dos espólios republicanos, que são muito abundantes, surgiu descontextualizada, ainda que alguns tenham sido recuperados em contextos primários, alguns deles associados a construções. Estes últimos permitiram, de algum modo, integrar cultural e cronologicamente os primeiros, tendo sido possível abordar quase todos no âmbito do complexo processo da conquista e romanização do vale do Tejo.

Resta ainda recordar, nesta breve introdução, que o sítio arqueológico corresponde à antiga colónia romana *Scallabis Praesidium Iulium*, cuja fundação se tem vindo a atribuir a César e a Augusto (Mantas, 1993; Faria, 1999, Arruda e Viegas, 1999). Seguro parece ser o facto de esta se sobrepor a um acampamento fundado por César durante o seu pretorado na Ulterior, em 60 a.n.e. (Arruda e Viegas, 1999).

Implanta-se no vasto planalto sobranceiro ao Tejo, onde na Idade Média se ergueu a Alcáçova. Dista cerca de 70 Km. da foz do estuário deste rio e, assim, de *Olisipo*, e está a escassos 12,5 de Chões de Alpompé (*Móron*), com o qual mantém, aliás uma relação de estreita inter-visibilidade. Dele se avista também o Alto do Castelo (Alpiarça), outro muito provável acampamento romano coevo (Kalb e Hock, 1988), bem como o Alto dos Cacos, em Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012), o Porto do Sabugueiro, em Muge (Pimenta e Mendes 2008, *Idem*, 2013) e o Monte dos Castelinhos (Pimenta e Marques, 2103), sítios cuja ocupação republicana é conhecida e densa.

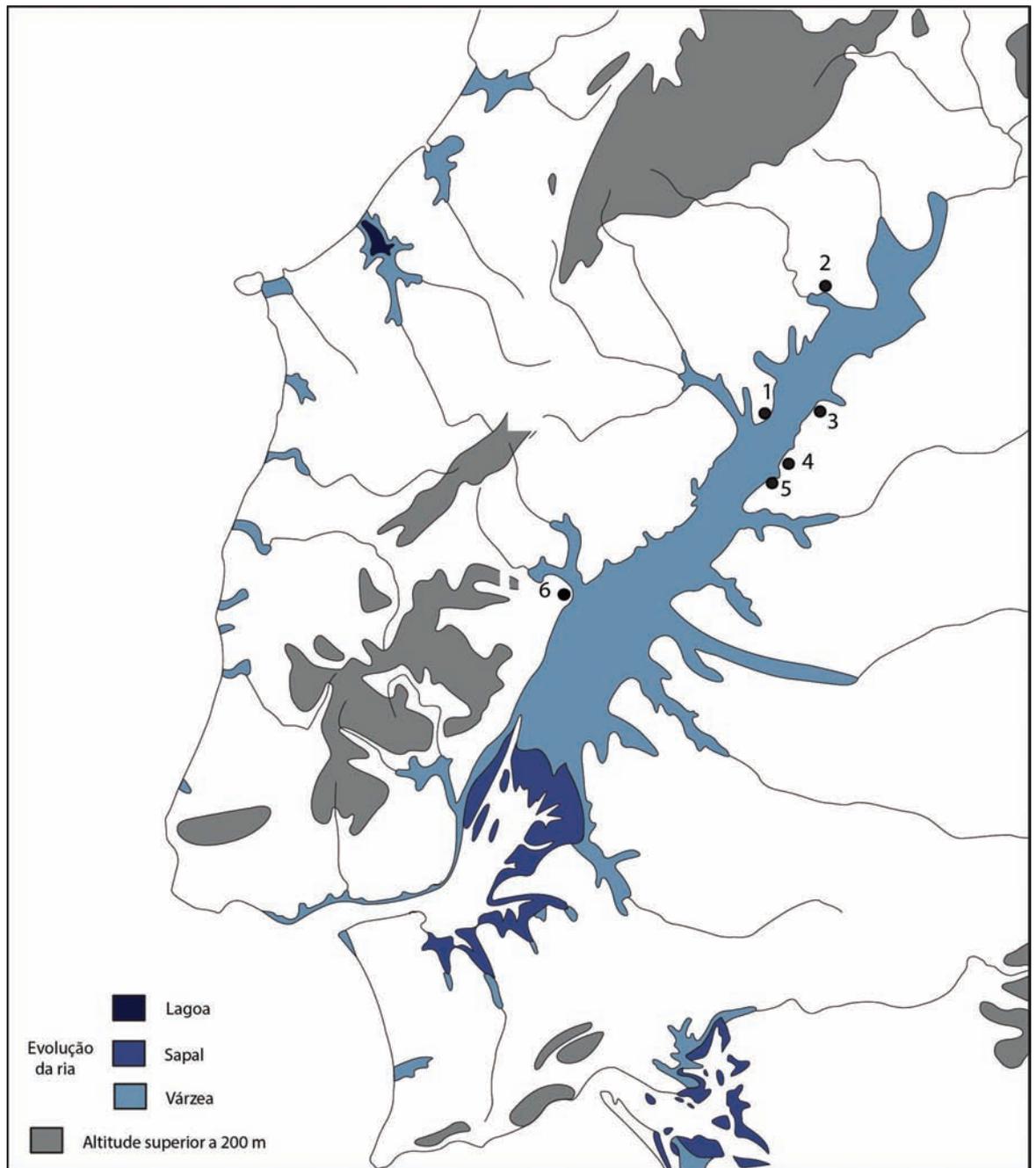


Figura 1
Estuário do Tejo
com localização
de Santarém e dos
restantes sítios com
ocupação republicana
(base cartográfica
Daveau , 1994). 1.
Santarém; 2. Chões
de Alpompe; 3. Alto
do Castelo; 4. Alto
dos Cacos; 5. Porto
Sabugueiro; 6. Monte
dos Castelinhos.

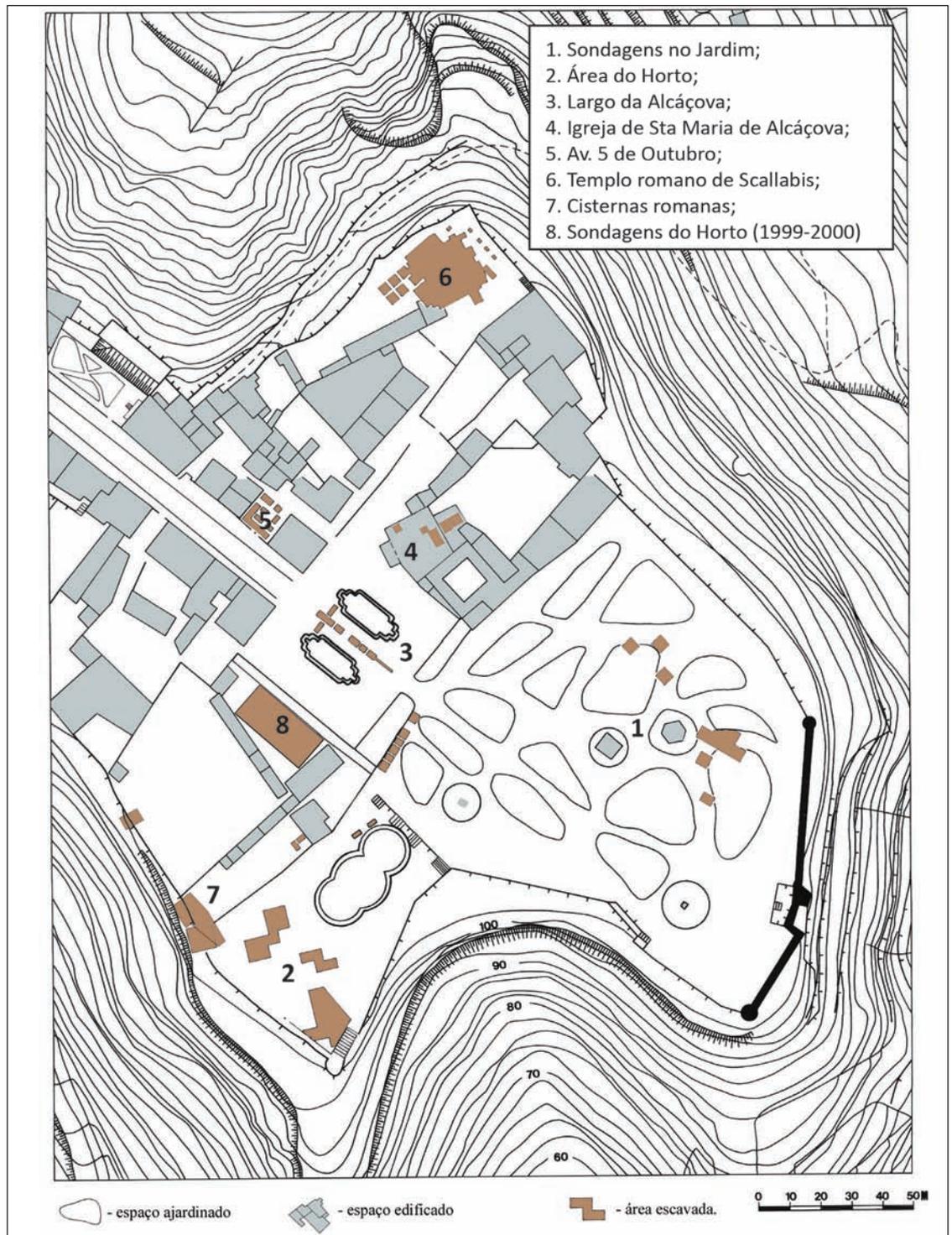


Figura 2
 Planta da Alcáçova
 de Santarém com
 a localização das
 áreas escavadas
 mencionadas no texto
 (segundo Arruda,
 2002, adaptado).

2. Os contextos

Tal como fizemos já referência, são escassos os contextos primários relacionados com a ocupação romano-republicana da Alcáçova de Santarém. Contudo, foi possível identificar alguns deles, nomeadamente os que se puderam identificar na área dos viveiros durante os trabalhos de campo de 1999 e 2000, e que estavam associados à construção de um conjunto arquitectónico composto por vários edifícios organizados em função de arruamentos, bem como os que se encontravam sob estes, concretamente fossas e aterros. Neste caso, a área escavada foi extensa, o que possibilitou uma leitura mais organizada da ocupação, e, sobretudo, da sua sequência.

Em outros casos, a análise foi mais difícil, uma vez que a escavação (na área ajardinada do Jardim da Portas do Sol, no espaço do Restaurante e na Avenida 5 de Outubro) foi de dimensão mais reduzida, mas, ainda assim, houve a oportunidade de verificar associações de materiais republicanos.

Como já se referiu, na área dos viveiros identificou-se um conjunto de estruturas que correspondem a edifícios alinhados de forma ortogonal, em função de arruamentos. Trata-se de uma série de construções que incluem diversos compartimentos de planta rectangular, cuja implantação rompe claramente com o urbanismo anterior, da Idade do Ferro. Trata-se, portanto, das primeiras edificações romanas da Alcáçova de Santarém e foram integradas no que se designou como fase 1, de cronologia tardo republicana, concretamente do segundo quartel/meados do séc. I a.C. (Arruda e Viegas, 2002; Viegas 2003; Almeida 2008).

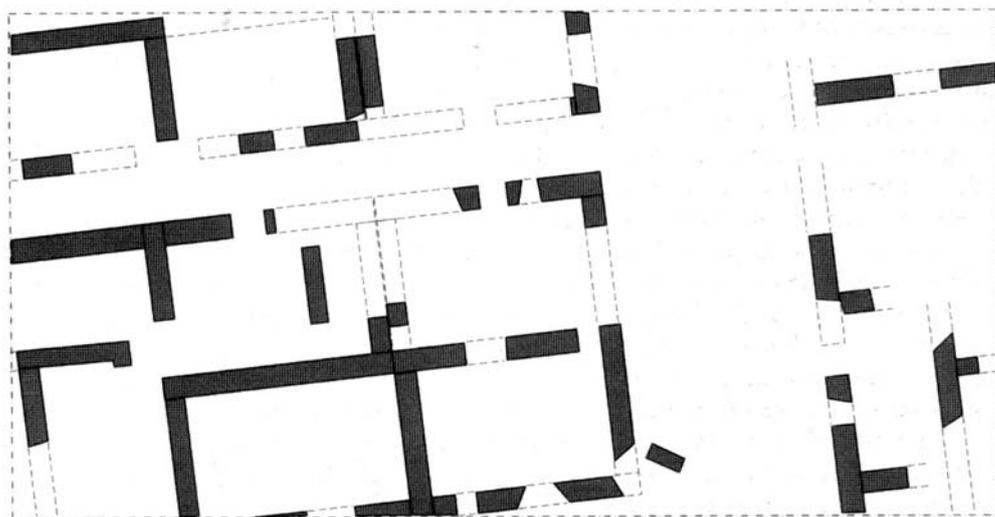


Figura 3
Planta esquemática das construções da Fase Republicana na área do Horto (segundo Viegas 2003).

Contudo, tornou-se evidente que estas construções foram erguidas sobre estratos de aterro e de preparação, que taparam fossas cujo enchimento continha espólios também republicanos, ainda que, como é evidente, lhes possamos atribuir, quer pela posição estratigráfica quer mesmo pela tipologia dos materiais que nelas se recuperaram, uma cronologia anterior.

A análise da totalidade dos materiais recuperados nos níveis de preparação/fundação e utilização destes edifícios encontra-se ainda por efectuar de forma detalhada, mas no âmbito do estudo levado a efeito acerca das importações anfóricas do Guadalquivir, realizou-se uma primeira abordagem contextual destes dados (Almeida, 2008, p. 254-256).

Nestes contextos, as ânforas são itálicas, de tipo Dressel 1, existindo também produções da *Ulterior*, concretamente Mañá C2b, ovóides e Dressel 1 gaditanas e Dressel 7/11. A cerâmica comum de âmbito local/regional está também documentada, assim como a importada da Península itálica e do vale do Guadalquivir. Entre as cerâmicas de mesa importadas assinala-se a cerâmica campaniense e a de paredes finas.

Foi ainda possível verificar a existência de níveis preservados de época republicana em outras áreas. Destacamos, pela sua relevância, o conjunto de materiais identificados no sector B, escavado no Jardim, por constituir um excelente exemplo das associações artefactuais documentadas para o período tardo-republicano. Aqui, eram abundantes as produções anfóricas do Guadalquivir, além de ânforas itálicas (Dressel 1), e da área costeira da *Ulterior* (Dressel 7/11, Mañá C2b). As cerâmicas de mesa importada encontravam-se igualmente bem representadas por vasos de paredes finas, sendo de referir também a cerâmica campaniense A (Lamb. 1, Lamb. 2, Lamb. 5/7 e Lamb. 55), e a cerâmica campaniense de produção calena e etrusca, além da de pasta cinzenta (Soria, 2013, p. 256).

Do mesmo modo, a escavação do templo possibilitou o reconhecimento de um conjunto de níveis de cronologia republicana anteriores à sua (Arruda e Viegas, 1999). Os dados mais relevantes foram recuperados nas sondagens 11 e 13, implantadas junto à fachada Este do monumento, onde as camadas 4, 5, 6 e 32 estavam associadas a um conjunto de estruturas tardo-republicanas, destruídas para a construção do *podium* (*Ibidem*; Viegas, 2003). Apresentavam ânforas: itálicas (Dressel 1) e da *Ulterior* (Dressel 7/11, e Mañá C2); cerâmica comum e de mesa (campaniense e paredes finas). Foram exactamente os materiais recolhidos nestes níveis que possibilitaram avançar com uma datação *terminus post quem* para a construção do templo, meados do século I a.n.e. (Arruda e Viegas, 1999).

Na intervenção de arqueologia preventiva realizada na Av. 5 de Outubro, registaram-se igualmente contextos conservados de época romana republicana, tendo-se recuperado um conjunto muito significativo de ânforas itálicas do tipo Dressel 1. Esta área apresenta a maior concentração deste tipo anfórico na Alcáçova de Santarém, estando-lhes associados alguns objectos metálicos e escassos numismas.

3. Os materiais

As evidências estratigráficas atrás sumariamente apresentadas permitiram detectar dois grandes momentos de ocupação, que se diferenciam, não só pelas características sedimentológicas das terras que embalavam os espólios e pela sua posição relativa na sequência estratigráfica, mas também pelas especificidades formais dos materiais arqueológicos recolhidos nas referidas e distintas camadas de terra.

Os materiais arqueológicos de época republicana recuperados em Santarém são sobretudo cerâmicos, concretamente ânforas, cerâmicas de mesa e de cozinha (campanienses, paredes finas, *kalathoi*, lucernas, unguentários). Numismas, fíbulas e vasilha metálica foram também recuperados quer em níveis conservados, quer em estratos de deposição secundária, o mesmo se passando com as armas, que são em número muito reduzido, mas que integram glandes de chumbo e pontas de lança.

As ânforas republicanas de Santarém foram já estudadas quase integralmente em trabalhos de vária natureza (Arruda e Almeida, 1998; Arruda e Almeida, 1999; Arruda e Almeida, 2001; Bargão, 2006; Almeida, 2008). Importa, portanto, explicitar aqui que as do momento mais antigo são maioritariamente itálicas, mais concretamente da costa tirénica, dividindo-se pelos tipos greco-itálico e Dressel 1, quer de transição quer clássicas,

havendo ainda a registar exemplares com origem em Brindes. As restantes são oriundas do norte de África, Tripolitanas Antigas e Manã C2 (7.4.1.1.), destacando-se também uma ródia. As 9.1.1.1. (CNN), gaditanas, ainda que não tenham sido encontradas em contextos preservados devem ser incluídas nesta fase inicial.

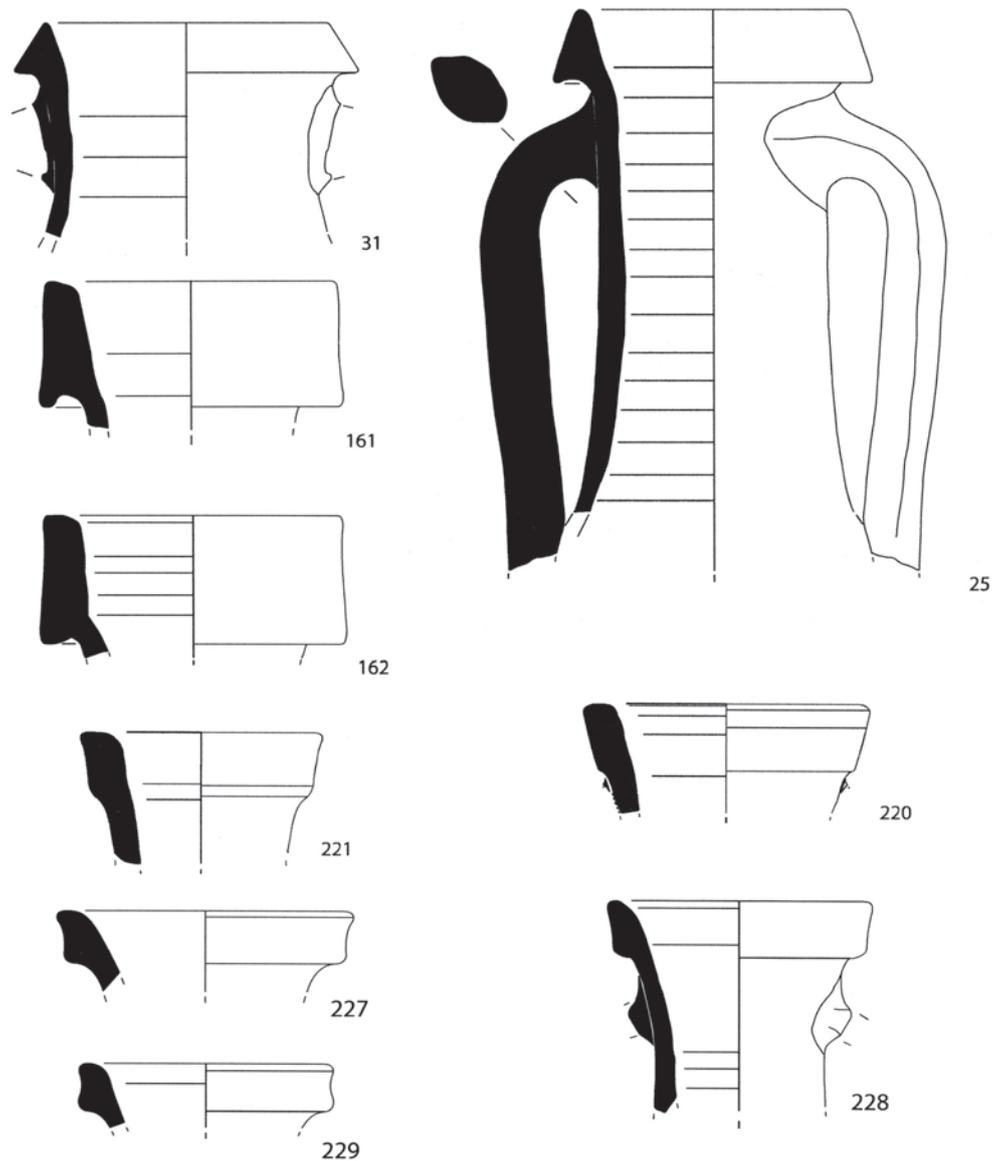


Figura 4
Ânforas greco-italicas, Dressel 1 itálicas, Lamboglia 2 e Tripolitanas antigas, da Alcáçova de Santarém, (segundo Arruda e Almeida 1999; Bargão, 2006, adaptado).

A partir do 2º quartel do século I a.n.e., as realidades alteraram-se também no que diz respeito às importações de produtos alimentares. O vinho itálico continua a ser adquirido em quantidades relevantes, ainda que diminua em volume, e fosse então contido em ânforas Dressel 1 e Lamboglia 2, estas últimas, contudo, numericamente insignificantes. Os produtos vinários e oleícolas do vale do Guadalquivir tornaram-se importantes, estando representados pelas ânforas Haltern 70, Classe 67 e Dressel 28. A abundância de contentores anfóricos provenientes do Vale do Guadalquivir é assinalável nesta fase, tendo a sua

diversidade morfológica permitido já uma abordagem detalhada acerca dos tipos, que com esta origem, estão representados na Alcáçova de Santarém, o que possibilitou a avançar com novas propostas tipológicas para estes contentores (Almeida, 2008).

Mas é a baía de Cádiz que assume o maior protagonismo nestes contextos republicanos mais tardios, através dos numerosíssimos fragmentos de Maña C2b, que dominam, em absoluto, no conjunto das ânforas republicanas de Santarém.

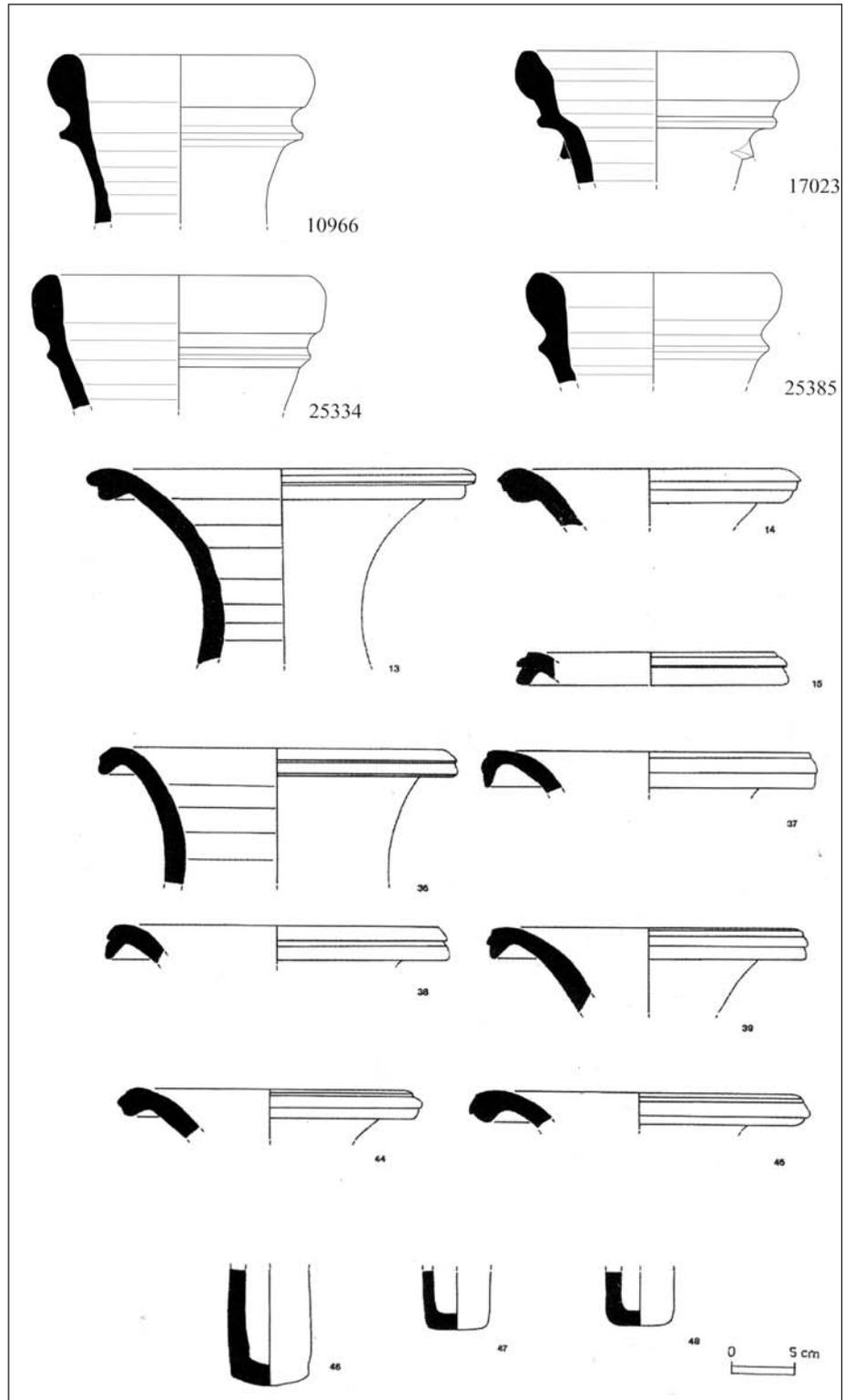


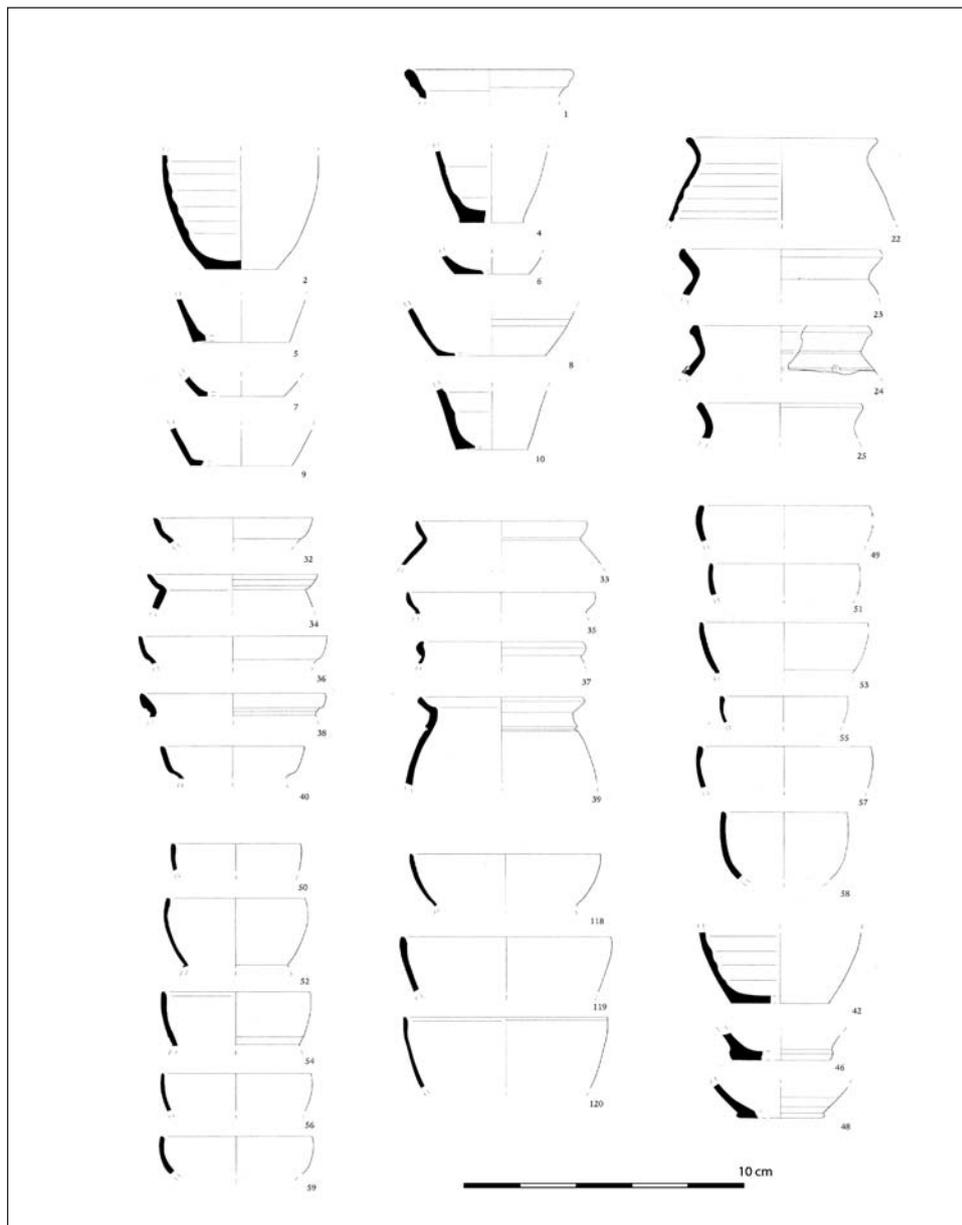
Figura 5
Ânforas da Classe 67
originárias do vale
do Guadalquivir,
(segundo Almeida,
2008) e Maña C2
da região gaditana,
(segundo Arruda
e Almeida, 1998,
adaptado).

O conjunto de cerâmica campaniense da Alcáçova de Santarém é abundante contando com 1058 fragmentos, dos quais 396 foi possível integrar nas tipologias de referência. Contabilizado o NMI, V. Soria identificou 217 peças correspondentes às produções de Cales/Teano, o que constitui 74% do total da amostra recuperada (Soria, 2013, p. 262, Fig. 6). A cerâmica campaninense A encontra-se representada por 37 indivíduos, a de pasta cinzenta por 31 e a B estrusca por apenas 10 (*Ibidem*).

Ainda no que se refere à cerâmica campaniense, deve referir-se que a de tipo A é maioritária nos contextos mais recuados cronologicamente, estando presentes as formas Lamb. 36, Lamb. 5-7, Lamb. 27, Lamb. 55. (*Ibidem*).

O panorama muda a partir do século I a.n.e, com as campanienses calenas a serem quase exclusivas, no que se refere à importações itálicas, sendo as A residuais. Neste caso, as taças Lamboglia 1 e os pratos Lamb. 5, 7 e 5/7 são as formas mais comuns, encontrando-se neste conjunto o característico losango impresso, que corresponde a decoração típica destas produções. As formas Lamb. 2, 3 e 4 foram também recuperadas.

Figura 6
Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém, (segundo Arruda e Sousa, 2003, adaptado).



Muito bem representadas estão também as produções hispânicas de pasta cinzenta, sendo as formas mais comuns as Lamb. 5/7 e, em menor número, as Lamb. 1, portanto um conjunto de formas características do séc. I a.C.. Mas as formas Lamb. 2, 3, 4, 6, 16, 27 e 28 também se identificaram.

Para beber, os copos de cerâmica de paredes finas da forma 1 de Mayet foram registados, mas são sobretudo os da 2, 3, bem como as taças da 8, 9 e 10 da mesma tipologia que desempenharam tal função (Arruda e Sousa, 2003). Trata-se de um conjunto de importações itálicas cuja cronologia se centra entre o período republicano e o reinado de Augusto (*Ibidem*).

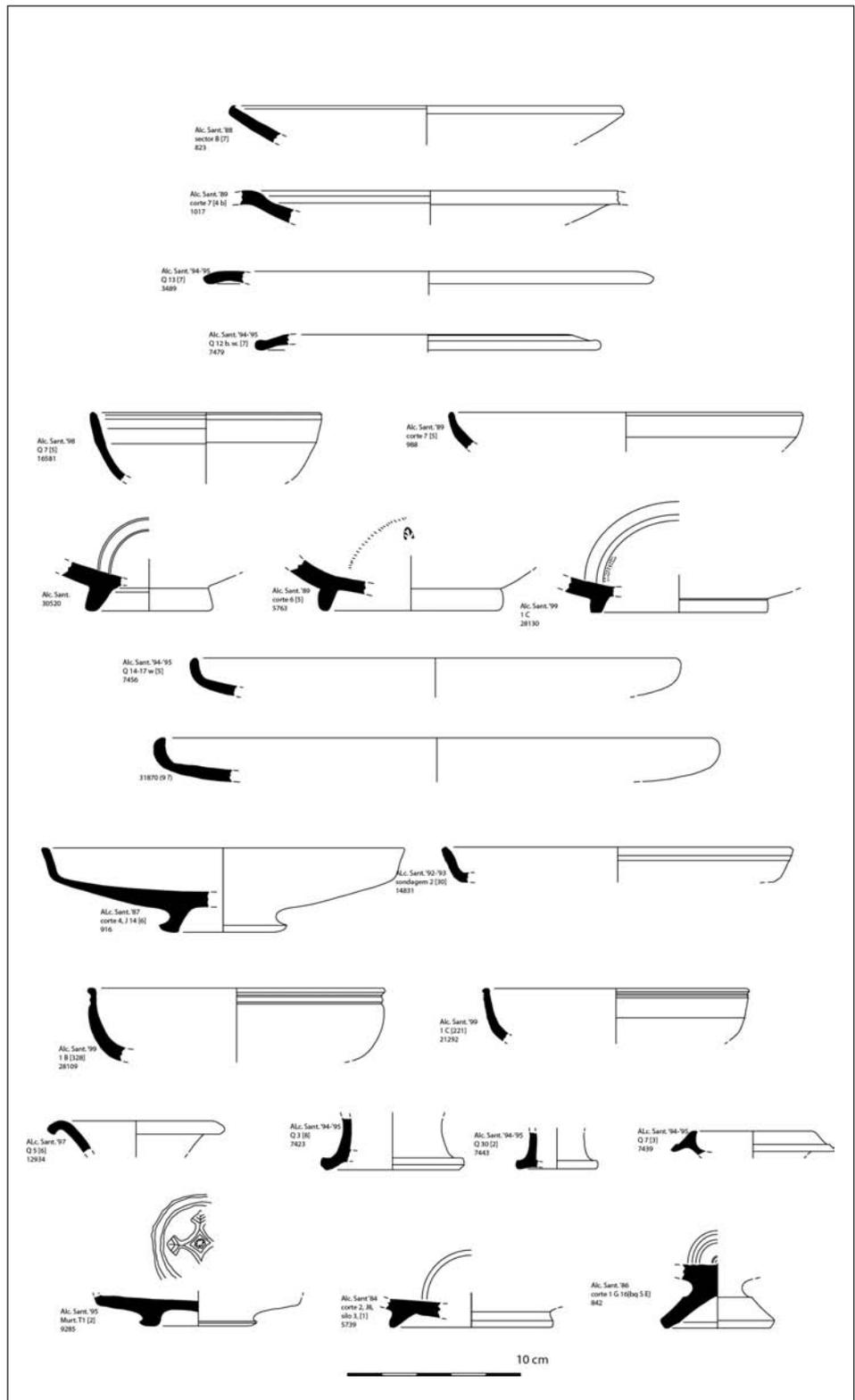


Figura 7
Cerâmica
campaniense A e
B (Cales/Teano) da
Alcáçova de Santarém,
(segundo Soria, 2013,
Fig. 7 e 8, adaptado).

Relativamente à *terra sigillata*, foi possível identificar no conjunto *scallabitano* alguns exemplares de *sigillata* oriental A, de formas que tipologicamente se podem enquadrar na fase final do período republicano. Infelizmente encontravam-se em contextos posteriores, mas esta identificação, feita pela primeira vez neste sítio nas margens do rio Tejo, permitiu alargar a difusão para Ocidente da distribuição desta categoria cerâmica (Viegas, 2003). As cerâmicas de iluminação republicanas não são muito numerosas em Santarém. Pudemos, no entanto, reconhecer uma lucerna que pode remontar à 1ª fase, concretamente de tipo Ricci E, ainda que outra da mesma forma possa ser já incluída em momentos mais tardios, a que se associam outras de recolhidas em H da mesma tipologia (Pereira, 2008; 2014). Nesta cronologia da 2ª metade do século I a.n.e., cabem também as Ricci/Dressel 1, Ricci-Dressel 2/Ponsich 1 B/Deneauve I, Dressel 2/Ricci-Dressel 2A, Dressel 2/Ricci-Dressel 2/3, Dressel 3/Ricci-Dressel 3/Walters 73-74/Ponsich IC/Deneauve III e Dressel 3/Ricci-Dressel 3A (*Ibidem*).

Mesmo sendo maioritariamente já de cronologia alto imperial, entre a cerâmica comum importada assinala-se a presença de cerâmica de engobe vermelho pompeiano do período republicano. Infelizmente, os escassos fragmentos pertencentes à forma Luni 1 (tipo 3 de Aguarod), não foram recolhidos em contextos primários (Arruda e Viegas, 2002b, p. 221-238).

Os artefactos metálicos que pudemos associar à ocupação republicana correspondem a algum armamento de ferro, assim como a projecteis de chumbo para funda (glandes). Outro artefacto que deve ser destacado devido à sua raridade no território actualmente português e ao estado de conservação que apresenta corresponde a um *simpulum* de bronze de pega vertical. A origem é, muito possivelmente, itálica, encontrando-se associado ao consumo do vinho (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, p. 154).

Não podemos também deixar de aqui registar a presença de fíbulas que correspondem à época republicana (Arruda, Viegas e Almeida, 2002: 164), das quais destacamos uma de tipo “transmontano”, tipo Schule 4H, recolhida em contexto do Sector B, e que podemos datar do 3º quartel do século I (*Ibidem*).

As moedas não são abundantes na Alcáçova de Santarém. Ainda assim, as cunhagens peninsulares estão representadas por exemplares cunhados em Córdova, Mértola (*Ibidem*) havendo também exemplares de Roma, sendo a cronologia de todas estas passível de atribuir aos anos 80 do século I a.n.e.

4. Considerações finais

A análise dos materiais arqueológicos em geral, nas suas especificidades formais e de fabrico e, sobretudo algumas associações entre eles que foi possível verificar nos escassos níveis de deposição primária, permitiram ir um pouco mais longe na análise da ocupação republicana de *Scallabis*.

Assim, parece claro que é ainda nas últimas décadas do século II a.n.e que o *opidum* pré-romano inicia o processo da romanização. A este momento, arqueologicamente documentado em algumas fossas e em aterros que se escavaram sob os edifícios identificados, em 1999-2000, na área dos viveiros, pudemos associar um conjunto de materiais específicos. As armas são muito raras em Santarém, mas as que aparecem estão quase sempre contextualizadas nestes níveis mais antigos. O mesmo se passa relativamente a baixela metálica. A partir do 2º quartel do século I as realidades alteram-se consideravelmente. É este o momento em que se constroem os edifícios identificados na área dos viveiros. Por outro lado, os contextos preservados surgem também em outras áreas escavadas.

O processo de romanização do importante povoado pré-romano de *Scallabis* é pois aparentemente tardio. De facto, apenas nas últimas duas décadas do século II surgem espólios que indicam se não presenças efectivas, seguramente contactos regulares e já relativamente intensos, consubstanciados em importações de produtos alimentares e manufacturados, mas é no século I, a partir do segundo quartel, que as quantidades dessas importações indicam já a romanização plena do *opidum* e muito provavelmente a presença de populações itálicas. É também neste momento que se implanta um plano arquitectónico de traçado ortogonal, que aliás rompe com o existente na Idade do Ferro

Tendo em consideração estes dados parece imprescindível a sua leitura em função dos processos de conquista e romanização do vale do Tejo, mais especificamente do seu estuário. Impõe-se, portanto, uma análise que tenha também em consideração os outros sítios que se localizam na mesma região, muito especificamente Lisboa, Chões de Alpompe (Diogo, 1982), Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, (Pimenta, 2013), mas também outros da margem esquerda como é o caso do muito esquecido Alto do Castelo em Alpiarça (Kalb e Hock, 1988) e do Alto dos Cacos, em Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012). Assim, Santarém parece ter ficado relativamente à margem das movimentações militares ocorridas no 3º quartel do século II a.n.e., com a campanha de 138, realidade que distingue o sítio dos outros dois importantes povoados pré-romanos da foz do Tejo, Lisboa e Chões de Alpompe, onde esse momento está particularmente bem documentado.

Tal como parece ser o caso do Monte do Castelinho, é já em momento relativamente avançado do século I, mais exactamente no seu 2º quartel que *Scallabis* se integra plenamente no mundo provincial romano, parecendo possível admitir que será então que o topónimo *Præsidium Iulium Scallabis* se impõe. E assim sendo, a cronologia da realidade que os materiais arqueológicos permitem avançar, bem como o topónimo propriamente dito são passíveis de se interpretarem à luz do pretorado de César na Ulterior.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, R. (2008)** - *Ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta 28).
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1998)** - As ânforas da classe 32 da Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991). *Conimbriga*, 36, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1999)** - As importações de vinho itálico para o território actualmente português: Contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez. 65, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (1999)** - The roman of Scallabis (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto, 1, p. 185-224
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J. (2002)** - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia.
- ARRUDA, A. M. e ALMEIDA, R. (2001)** - Importação e consumo de vinho bético na Colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal). In *Actas do Congreso Internacional «Ex Baetica Amphorae Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio romano»*. Sevilha, 1998. Vol. II, p. 703-716.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002a)** - A Alcáçova. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia, p. 73-81.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002b)** - A cerâmica de engobe vermelho pompeiano da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5. 1, p. 221-238.
- ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2003)** - Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6. 1, p. 235-286
- BARGÃO, P. (2006)** - *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época Romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FARIA, A. M. (1999)** - Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2. 2, p. 29-50.
- KALB, P., HÖCK, M. (1988)** - Moron. *Conimbriga*, 27, p. 189-201.
- MANTAS, V. (1993a)** - As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 18 a 20 de Outubro de 1990). Coimbra: Universidade, p. 467-500.
- PEREIRA, C. (2008)** - *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Policopiada)
- PEREIRA, C. (2014)** - Roman Lamps of *Scallabis* (Santarém, Portugal), BAR Int series S2627. Oxford.
- PIMENTA, J. (2013)** - Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008)** - Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11. 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013)** - 1ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto de Sabugueiro. *Cira*, 2, p. 195-219
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** - *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*: Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- SORIA, V. (2013)** - Cerâmica de mesa em época tardorepublicana em *Scallabis*: o contributo da campaniense. In *Actas del I Congreso Internacional de la SECAH (Cádiz, 2011)*. *Monografías Ex Officina Hispana* 1, II. Cádiz, p. 249- 269.
- VIEGAS, C. (2003)** - *Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.

NOTAS

- ¹ UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- ² UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos – Almeirim.

JOÃO PIMENTA¹ MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA/ UNIARQ

HENRIQUE MENDES² MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EURICO HENRIQUES³ VEREADOR DA CULTURA - CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

“Era uma ideia vaga, mais desejo que tenção, que eu tinha há muito, de ir reconhecer as ricas várzeas desse Ribatejo”

(Almeida Garrett (1843) – Viagens na Minha Terra)

Resumo

O sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim, foi detetado pelo Dr. Eurico Henriques no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições fruto de trabalhos agrícolas.

Apesar das ações de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas ao IPPC, este sítio caiu no esquecimento ao longo de mais de trinta anos.

O presente trabalho, insere-se num projeto de estudo, estruturado em torno desta singular estação arqueológica, e tem como objetivo a publicação sistemática da diversificada coleção de materiais arqueológicos aqui recolhidos e depositados na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

Summary:

The archaeological site of Alto dos Cacos - Almeirim, was detected by Dr Eurico Henriques in the early eighties of the last century, in the result of deep and extensive destruction caused by farm work.

Despite the situations then observed, and repeated warnings to the IPPC, the site fell into oblivion for over thirty years.

This work is part of a study project, structured around this unique archaeological site, which aims the systematic publication of the diverse collection of archaeological materials here collected and deposited in the yields of the Association for the Defense of Historical and Cultural Heritage of Almeirim.

Introdução

Em 2010, tomou-se conhecimento através da base de dados Endovélico, de uma invulgar ocorrência. Esta referia a existência de uma estação arqueológica no concelho de Almeirim, onde se teria descoberto, no início dos anos oitenta do século passado, uma bateria de quatro fornos romanos.

A estação, com o apelativo topónimo de Alto dos Cacos apresenta o Código Nacional de Sítio n.º 3108. A breve referência no Endovélico, concernente ao espólio aí recolhido remetia para a presença de ânforas romanas com marca, assim como diversificado espólio da Idade do Ferro, Idade do Bronze e Calcolítico.

Face ao interesse desta informação, e que apontava para a existência de um novo centro de produção oleira no baixo Tejo, entrou-se em contacto com a Câmara Municipal de Almeirim, com o objectivo de obter informações sobre a localização exacta desta estação e se possível aceder ao espólio aí recolhido.

Os serviços camarários informaram-nos, que para obter informações mais precisas sobre as ocupações antigas no seu território, a pessoa mais adequada era o Dr. Eurico Henriques, Presidente da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.C.A.).

Ao contactar-se o Dr. Eurico Henriques, este mostrou-se extremamente cooperante e entusiasmado com a perspectiva de um estudo destas realidades, tendo informado da existência de um conjunto considerável de espólio arqueológico, proveniente desta e de outras estações, em depósito na sede da A.D.P.H.C.C.A.

Perante o interesse científico e patrimonial do conjunto de materiais de época romana provenientes da estação do Alto dos Cacos, os signatários decidiram encetar o projecto do seu estudo e publicação sistemática.

Para um melhor enquadramento destas realidades e para aferir do real estado de conservação desta estação arqueológica, pareceu-nos imperativo efectuar um novo reconhecimento do local. Nesse sentido, solicitou-se em 2010 autorização ao então IGESPAR, para trabalhos de prospecção arqueológica, numa área de lezíria entre os concelhos de Almeirim e Alpiarça, onde se situa a estação do Alto dos Cacos (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).



Figura 1
Localização da estação de Alto dos Cacos no vale do Tejo a par dos sítios de maior relevo no século I a.C.

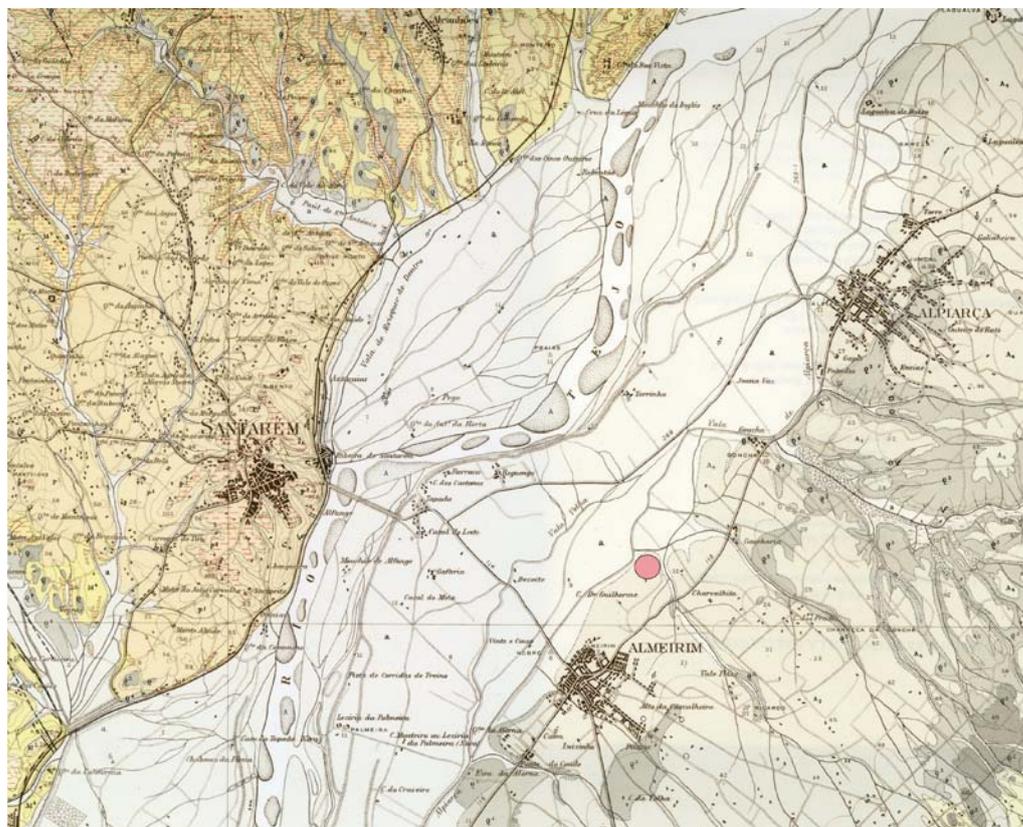


Figura 2
Localização da estação
de Alto dos Cacos
na folha n.º 31A
Santarém, da Carta
Geológica de Portugal
1:50.000.

2. Resenha da descoberta da estação arqueológica de Alto dos Cacos.

A estação arqueológica do Alto dos Cacos (Almeirim) implanta-se sobre uma área arenosa que constitui um extenso terraço plistocénico sobre a margem esquerda do paul de Vale de Peixes, com uma altitude média de 14m. Do ponto de vista geológico trata-se de formações quaternárias antigas, representadas por argilas e areias com calhaus rolados (Zbyszewski, 1953).

Enquadra-se administrativamente na freguesia e concelho de Almeirim, situando-se a cerca de 1,5 km a Este do centro histórico da cidade, com as coordenadas LAT. 39° 10' 23" e LONG. 0° 28' 17", na folha n.º 363 da Carta Militar de Portugal 1:25000 (Fig. N.º 1).

Implantado nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo, as características topográficas do sítio favorecem a implantação humana, possuindo uma plataforma relativamente plana de orientação NE-SE, dispendo de excelente visibilidade e apresentando, apesar da sua escassa altura, uma posição francamente dominadora sobre a zona envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças.

A sua localização permite um contacto visual directo com outros espaços de ocupação romana e pré-romana da região: mesmo em frente do outro lado do Rio Tejo situa-se, em posição de sobranceira, a cidade de Santarém antiga urbe de *Scallabis*, alguns quilómetros mais à direita mas em perfeito contacto visual ergue-se o planalto fortificado dos Chões de Alpompe, na mesma margem, a cerca de 2 km, situa-se o Cabeço da Bruxa e a 3 km a vasta fortificação do Alto do Castelo – Alpiarça.

A referência mais antiga ao sítio do Alto dos Cacos remonta ao século XIX, quando Guilherme Tiago do Couto, refere, que a norte da vila, sempre que se lavrava a terra, surgiam materiais romanos (Couto, 1859).

O conhecimento científico desta estação decorre da sua brusca destruição em início dos anos oitenta do século passado, no decorrer de trabalhos agrícolas. Apesar de o seu descobridor Dr. Eurico Henriques ter alertado a tutela para os nefastos impactos dos trabalhos aí a decorrer, nada foi feito (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

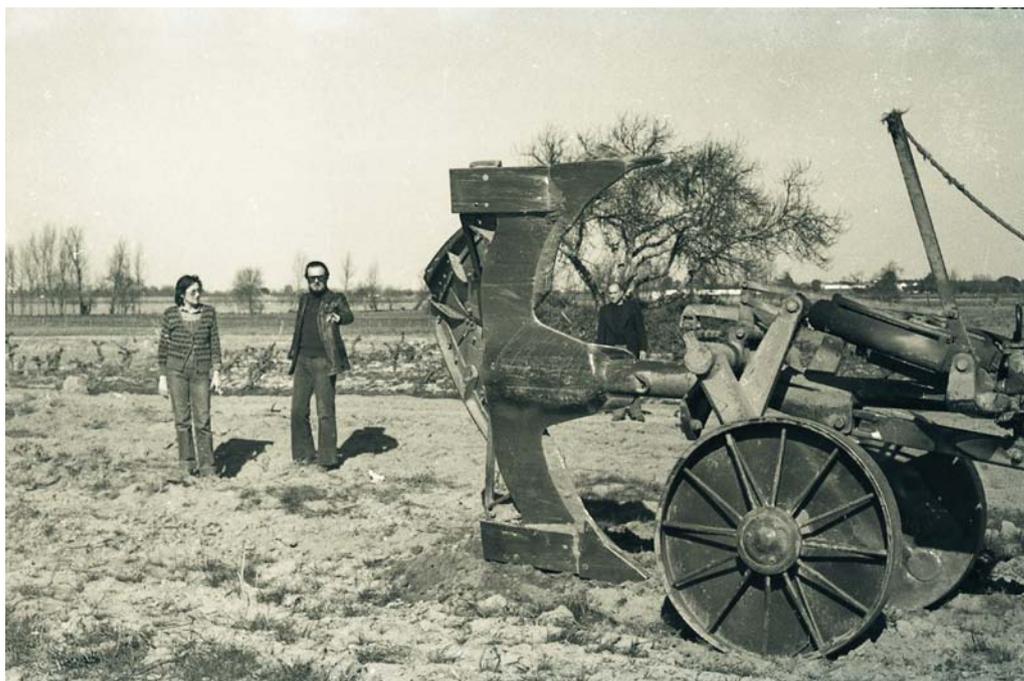
É neste quadro de emergência, que a Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim procedeu à recolha exaustiva dos materiais, e ao registo fotográfico do espaço.

As visitas feitas foram dilatadas no tempo. Uma vez que, em simultâneo, se verificara o mesmo procedimento para a então descoberta estação arqueológica da Azeitada, em Benfica do Ribatejo. Durante este período contactou-se o organismo responsável pelo património arqueológico, o então IPPC, tendo-se deslocado a Alto dos Cacos, o Dr. Cavaleiro Paixão e o Dr. Clementino Amaro (figura 3). Posteriormente houve vários contactos com a delegação de Évora do mesmo Instituto, tendo-se deslocado a Almeirim o seu director, Dr. Caetano de Mello Beirão.

Destas visitas não houve resultados práticos, como o que seria mais evidente: proceder-se ao estudo arqueológico da estação.

Figura 3

Visita à estação de Alto dos cacos em 1981 pela equipa do IPPC. Em primeiro plano o arado utilizado para a lavra do sítio. Em segundo plano o Dr. Cavaleiro Paixão, a Dr.ª Maria da Conceição Quinteira então professora da Escola Febo Moniz em Almeirim e por trás do arado o então Vereador da Cultura de Almeirim Dr. António Cláudio. Fotografia: Eurico Henriques.



3. O estudo das colecções em depósito na Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.C.A.).

Desde a primeira visita ao núcleo museológico existente no edifício sede da A.D.P.H.C.C.A., fomos confrontados com um volume considerável de espólio proveniente desta estação. O grosso destes materiais encontrava-se distribuído em diversas vitrinas e estantes, e estava organizado cronologicamente desde a pré-história até época romana, estando o restante arrumado em contentores numa sala que servia à data de espaço de reserva.

Para efectuar uma abordagem abrangente ao sítio, decidimos individualizar a totalidade do espólio existente com esta proveniência. Este procedimento foi facilitado pois o material encontrava-se marcado com a sigla – A.C.81 – (Alto dos Cacos 1981).

Uma vez separado, este foi devidamente inventariado e inserido em base de dados elaborada para o efeito, acompanhado de um registo gráfico e fotográfico, tendo em vista a sua informação intrínseca.

Como referimos, no início deste texto, tínhamos *a priori*, como objectivo um projecto de estudo sobre a produção oleira em época romana no vale do Tejo. E foi com esse quadro de indagações prévio, que encetámos a análise das colecções arqueológicas provenientes desta estação, contudo, fomos surpreendidos com uma leitura completamente distinta.

Em vez de materiais cerâmicos típicos de uma olaria de época romana, deparámo-nos com um conjunto coerente e quantitativamente relevante de informação, atestando uma ampla diacronia de ocupação que se estende, ainda que com hiatos, desde a pré-história até à época romana, com uma especial incidência no período romano republicano (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).



Figura 4
Vista geral do sítio de Alto dos Cacos, ao fundo a Alcáçova de Santarém em posição francamente dominante – 2010.

4. Alto dos Cacos: um Acampamento romano?

“Buscar os exércitos da conquista torna-se pois uma tarefa complexa, pelo que não é de estranhar que (...) no actual estado dos conhecimentos, sejam mais as dúvidas do que as certezas na hora de propor uma finalidade especificamente castrense para sítios e contextos arqueológicos.” (Fabião, 2004a, p. 53)

Os dados aferidos, a partir do estudo dos materiais recolhidos no início dos anos oitenta e dos recentes trabalhos de prospecção aí efectuados, levam a destacar a relevância que o sítio apresenta em época romana republicana.

É a esta fase que se reporta a maior parte dos materiais, recolhidos durante as destruições de 1981, elevando-se estes a várias centenas de artefactos dos mais diversos tipos.

Os estudos em curso, em torno da colecção de metais, do conjunto numismático, dos artefactos líticos e das cerâmicas importadas, nomeadamente: a cerâmica campaniense; lucernas; paredes finas e ânforas levam-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio. Apesar de carecerem de quaisquer coordenadas estratigráficas, o conjunto é bastante coerente, reportando-se a uma fase de ocupação centrada no século I a.C.

É nesta fase que se parece assistir à instalação em Alto dos Cacos de um acampamento militar romano, sobrepondo-se, pelo menos parcialmente a um povoado indígena da Idade do Ferro.

Esta interpretação, algo temerária assenta em três traves mestres, que julgamos sólidas. Primeiro nos dados arqueológicos, que como iremos ver *infra*, permitem verificar a existência de uma impressionante ocupação de época tardo-republicana. Segundo nos artefactos bélicos, presentes nas colecções depositadas na A.D.P.H.C.C.A. que atestam uma coesa presença de cariz militar em Alto dos Cacos. Por último os dados da fotografia aérea, que permitem vislumbrar, em consonância com o que se vê no terreno, a existência de uma antiga estrutura subrectangular regular de cantos arredondados, rodeada de fossos e possivelmente com muralhas de talude em terra.

4. 1. Os dados arqueológicos

As cerâmicas de verniz negro importadas da península Itálica são um dos melhores indicadores cronológicos para o estudo dos primeiros momentos da presença romana no ocidente peninsular. Apesar do seu estado de fragmentação ser elevado, os serviços de mesa em campaniense encontram-se bem atestados tendo-se recolhido quer entre as colecções antigas, quer nos trabalhos de prospecção efectuados em 2010.

A cerâmica campaniense de Alto dos Cacos é dominada por produções típicas do chamado “círculo da B”, com possível origem no centro produtor de Cales. Do ponto de vista formal apresenta um reportório repartido entre as espécies 1220, 2300, 2270 e 2280, (Morel, 1981), enquadrado *grosso modo* na primeira metade do século I a.C. (figura 5 e 6).

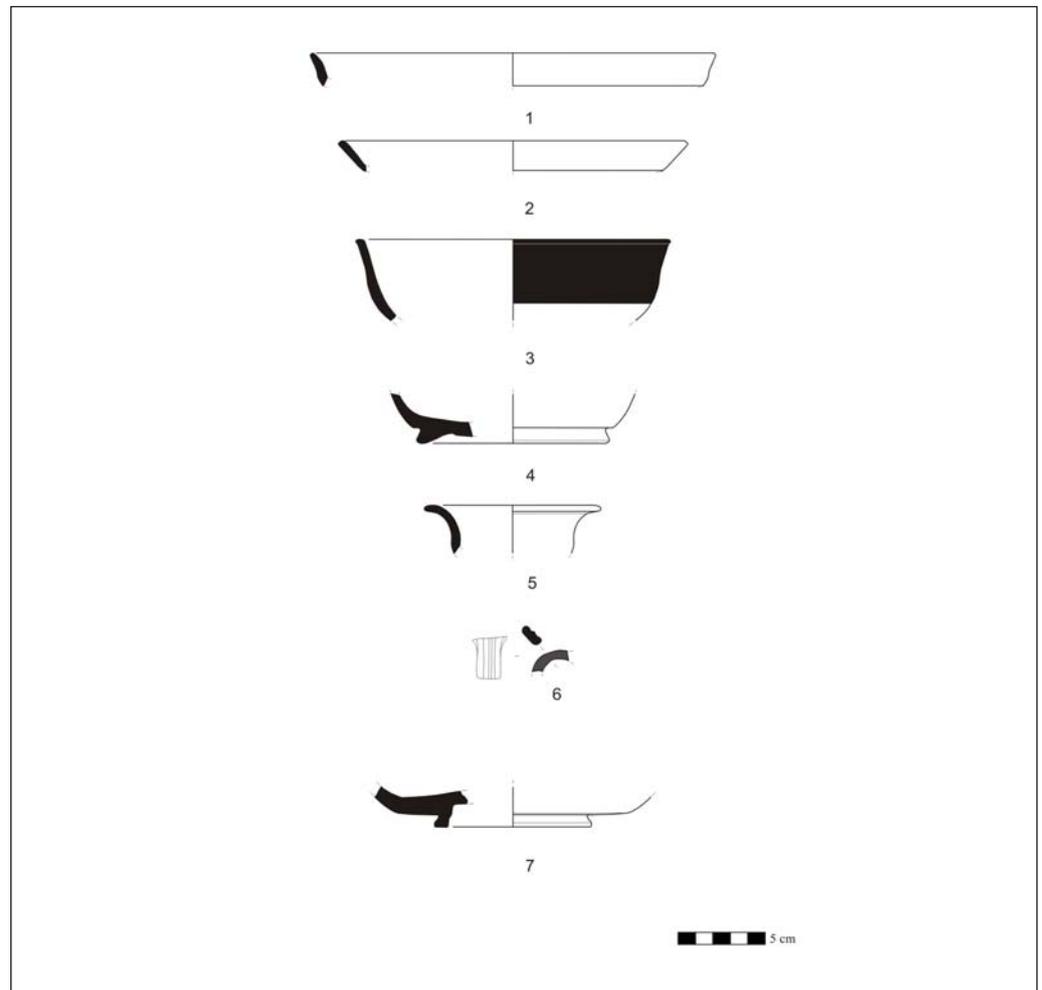
A par das peças de verniz negro, surgem alguns exemplares que constituem aquilo a que poderemos chamar imitações ou campaniense de pasta cinzenta.



Figura 5
Fragmentos
de cerâmica
campaniense.

Figura 6

N.º 1 – Campaniense B da Forma 2280 (= Lamb. 7). **N.º 2** – Campaniense B da Forma 2270 (= Lamb. 7). **N.º 3** – Campaniense B da Forma 2360 de Morel (= Lamb. 1). **N.º 4** – Campaniense B da Forma 2320 de Morel (= Lamb. 1). **N.º 5** – Campaniense B da Forma 1220 possivelmente da Série 1212 (= Lamb. 2). **N.º 6** – Fragmento de asa de Lucerna em Campaniense B da Forma Dressel/Lamboglia 2. **N.º 7** – Imitação de Campaniense do género 1200 (= Lamb. 2).



As lucernas republicanas encontram-se representadas por um fragmento de asa, possivelmente de uma Dressel/Lamboglia 2 revestida com verniz negro (figura 6, n.º 6).



Figura 7
Fragmentos de
paredes finas Itálicas.

As delicadas taças e copos de cerâmica de paredes finas, importadas da península itálica e destinadas ao consumo de líquidos, permitem um bom enquadramento cronológico. O conjunto de paredes finas de Alto dos Cacos é composto por cerca de duas dezenas de fragmentos, tendo sido possível a identificação formal de oito vasos. Apesar do elevado grau de fragmentação, foi possível identificar um conjunto de copos e taças de produção Itálica dos tipos II, III e VIII de Mayet (1975) datados entre o final da República e o reinado de Augusto. Este conjunto encontra estreitos paralelos em contextos habitacionais bem datados da antiga urbe de *Scallabis* (Arruda e Sousa, 2003).

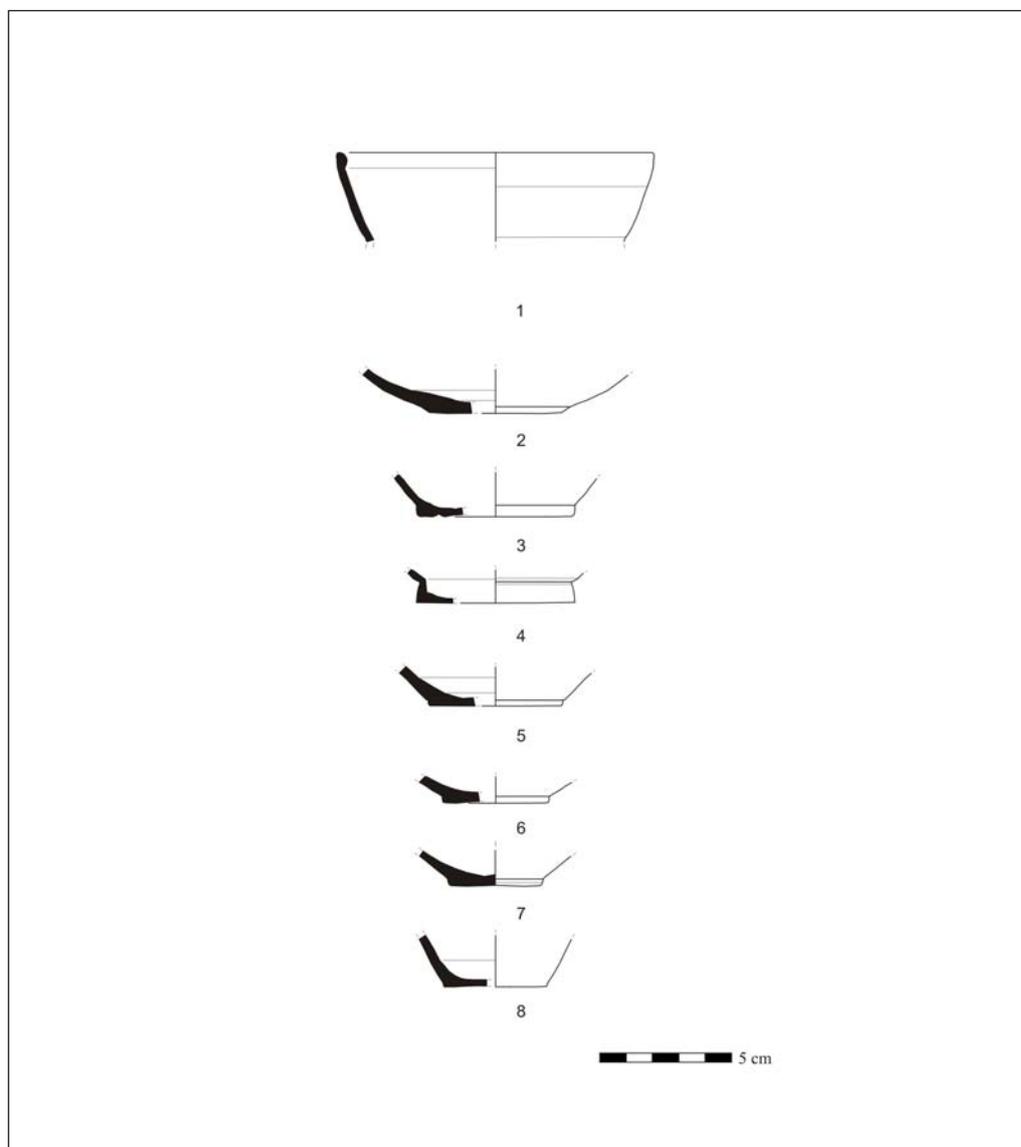


Figura 8
Paredes Finas Itálicas.
N.º 1 a 3 – Forma III de
Mayet; **N.º 4** – Forma
VIIC de Mayet; **N.º 5 a**
7 – Forma III de Mayet;
N.º 8 – Forma I de
Mayet.

Entre os materiais provenientes de Alto dos Cacos, destaca-se uma extensa e diversificada coleção de ânforas, balizadas entre o século I a.C. e a primeira metade do século I d.C. Estes grandes recipientes, destinados ao transporte de produtos alimentares a longa distância, contam-se entre os documentos mais relevantes face ao seu potencial informativo. Encontra-se atestada a importação de vinho italiano da costa tirrénica e azeite da cidade de Brindisi a partir de finais do século II inícios do século I a.C. Vinho e azeite da península Ibérica, provenientes do vale do Guadalquivir. E por último os afamados preparados piscícolas, da área do estreito de Gibraltar, possivelmente embarcados no grande porto de *Gades*.

O vinho Itálico ao contrário do atestado nos contextos republicanos das cidades de Lisboa (Pimenta, 2005), Santarém (Bargão, 2006) ou nos Chões de Alpompe (Fabião, 1989; Diogo e Trindade, 1993-94) encontra-se escassamente documentado.

Tal leitura configura do nosso ponto de vista uma mera questão cronológica, entenda-se o sítio do Alto dos Cacos, atesta um padrão de consumo de produtos alimentares típico já de finais do século I a.C. quando as importações do vinho italiano se encontram em declínio acentuado. Porém algumas ânforas do tipo Dressel 1 estão presentes, não sendo claro qual o seu enquadramento cronológico.

Entre o conjunto de ânforas recolhidas no Alto dos Cacos em 1981, identificámos uma asa de ânfora de Brindisi. Este tipo de ânforas, produzido na cidade homónima do sul da península Itálica em meados do século II e I a.C., destinava-se ao transporte de Azeite. O exemplar em causa tem a particularidade de preservar a marca – **VEHILI** impressa numa matriz quadrangular (Figura 9). Esta marca encontra-se bem atestada em Apani (Desy, 1989), e na península Ibérica surge em contextos bem datados de cerca de 50 a.C. em Ampúrias (Aquilué, *et alii* 2002)

Embora esta colecção se encontre ainda em fase de estudo, é clara e esmagadora a presença de ânforas importadas da área do Guadalquivir, atestando um padrão de consumo de produtos alimentares em tudo similar ao detectado para a mesma época para a Alcáçova de Santarém (Almeida, 2008).

Figura 9

N.º 1 e 2 – Ânforas Itálicas do Tipo Dressel 1; **N.º 3** – Ânfora Itálica de Tipo Brindisi; **N.º 4** ânfora ovóide Gaditana; **N.º 5** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 9; **N.º 6** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 1; **N.º 7** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 5; **N.º 8** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 4; **N.º 9 e 10** – Fragmentos de asas com marca de ânfora do Guadalquivir de difícil classificação.



O estado de preservação de alguns dos exemplares é verdadeiramente pouco usual, destacando-se a presença de uma ânfora do Tipo ovóide 4 e uma da forma Dressel 7/11 com *Tituli Picti*. Este tipo de indicações de foro alfandegário, referindo o conteúdo transportado na ânfora, o nome dos magistrados da cidade onde a ânfora é embarcada, o porto de origem etc. embora fosse assaz usual nestes contentores, é raro aparecer no território português por questões de preservação.

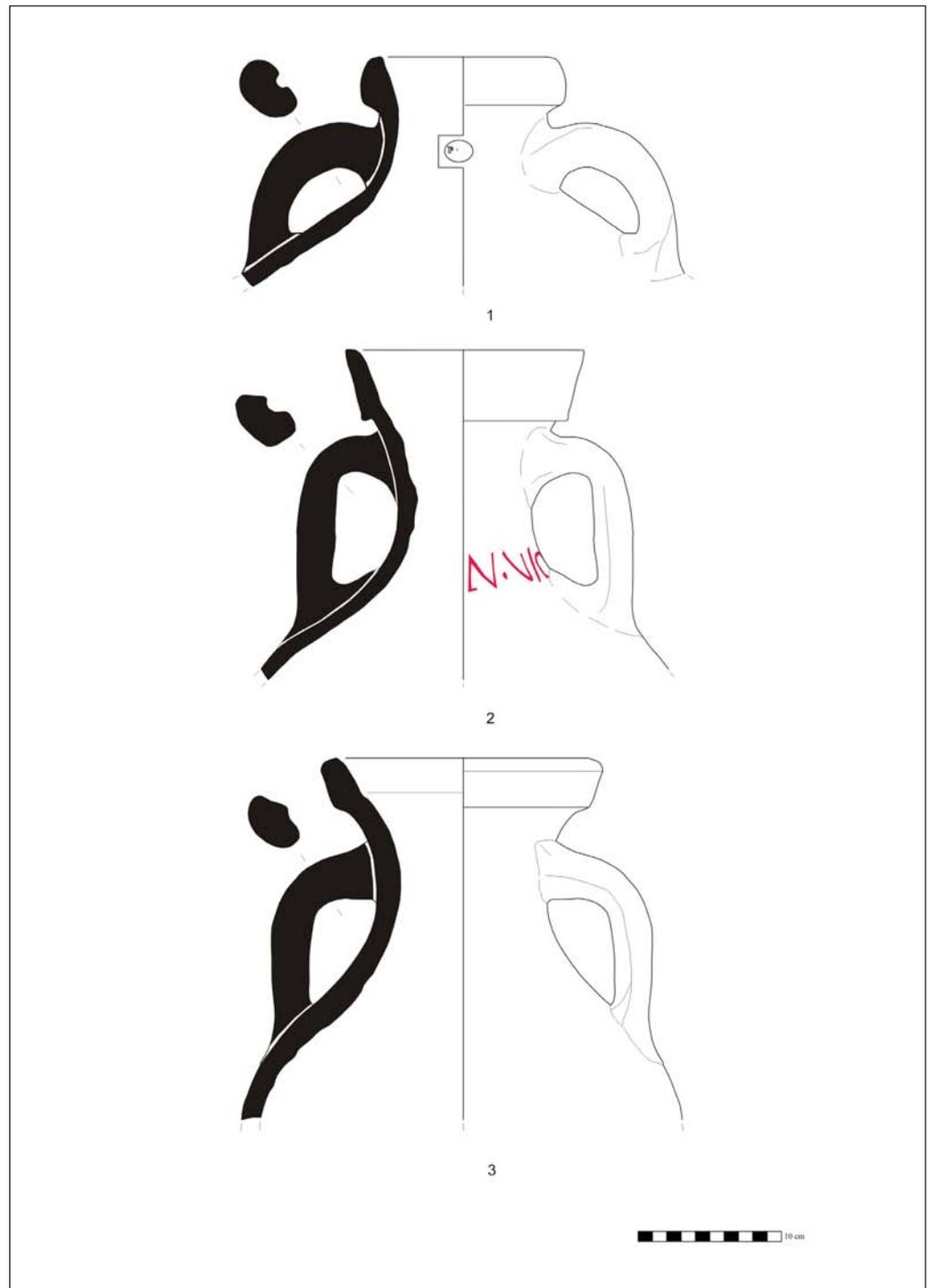


Figura 10

N.º 1 - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 6;
N.º 2 - Ânfora do Guadalquivir do Tipo Ovóide 4 com Titulus Pictus - **L.FAN.VIC.** -;
N.º 3 - Ânfora Tipo Ovóide Gaditana.



Figura 11
Ânfora Dressel 7/11
da Bética costeira com
Titulus Pictus.



Figura 12
Ânfora Ovóide
Gaditana.



Figura 13
Ânfora do
Guadalquivir do Tipo
Ovóide 4 com Titulus
Pictus – L.FAN.VIC.

Como referimos entre o conjunto das ânforas, dominam de uma forma clara, as importações de produtos alimentares da área do vale do Guadalquivir, estando representadas praticamente todas as formas de morfologia Ovóide de cronologia romana republicana recentemente sistematizadas (Garcia Vargas; Almeida e González Cesteros, 2011). Entre estas, existem duas asas de ânfora, de difícil classificação, com a marca **L.HORAT** (Figura 9, n.º 10 e 11). Esta marca encontra uma concentração pouco usual no Vale do Tejo, estando atestada na Alcáçova de Santarém, (Almeida, 2008), e em Lisboa nas escavações do Teatro Romano (Filipe, 2008) e no Claustro da Sé Catedral.

A par desta proveniência, encontra-se bem atestada a presença de ânforas da faixa costeira da Andaluzia, das formas Ovóides Gaditanas, Dressel 12 e Dressel 7/11. Assim como as primeiras produções de ânforas do vale do Tejo, de formas ainda mal definidas mas que seguem de perto os modelos ovóides da província da Ulterior.

A cerâmica comum é numerosa, encontrando-se essencialmente representada por grandes contentores de armazenagem de filiação no mundo pré-romano (Figura 14). Estas grandes talhas encontram bons paralelos no vale do Tejo, no povoado romano republicano de Monte dos Castelinhos, (Pimenta, Mendes e Norton, 2008). Escavações aí em curso sob a direcção de dois dos signatários, permitiram escavar níveis bem definidos de inícios da segunda metade do século I a.C. onde estes contentores globulares, com um característico fundo com ressalto externo, se encontram bem representados (Pimenta, 2013).

No Castelo da Lousa (Mourão), formas similares encontram-se bem datadas em contextos bem definidos de meados do século I a.C. ao período de Augusto (Pinto e Schmitt, 2010). Os exemplares n.º 2 e 3 da figura 14 enquadram-se dentro da Forma 1 variante A estabelecida para as Talhas do Castelo da Lousa. O n.º 4 pode-se englobar dentro da Forma 3 da mesma tipologia (Pinto e Schmitt, 2010, p. 285 e 286).

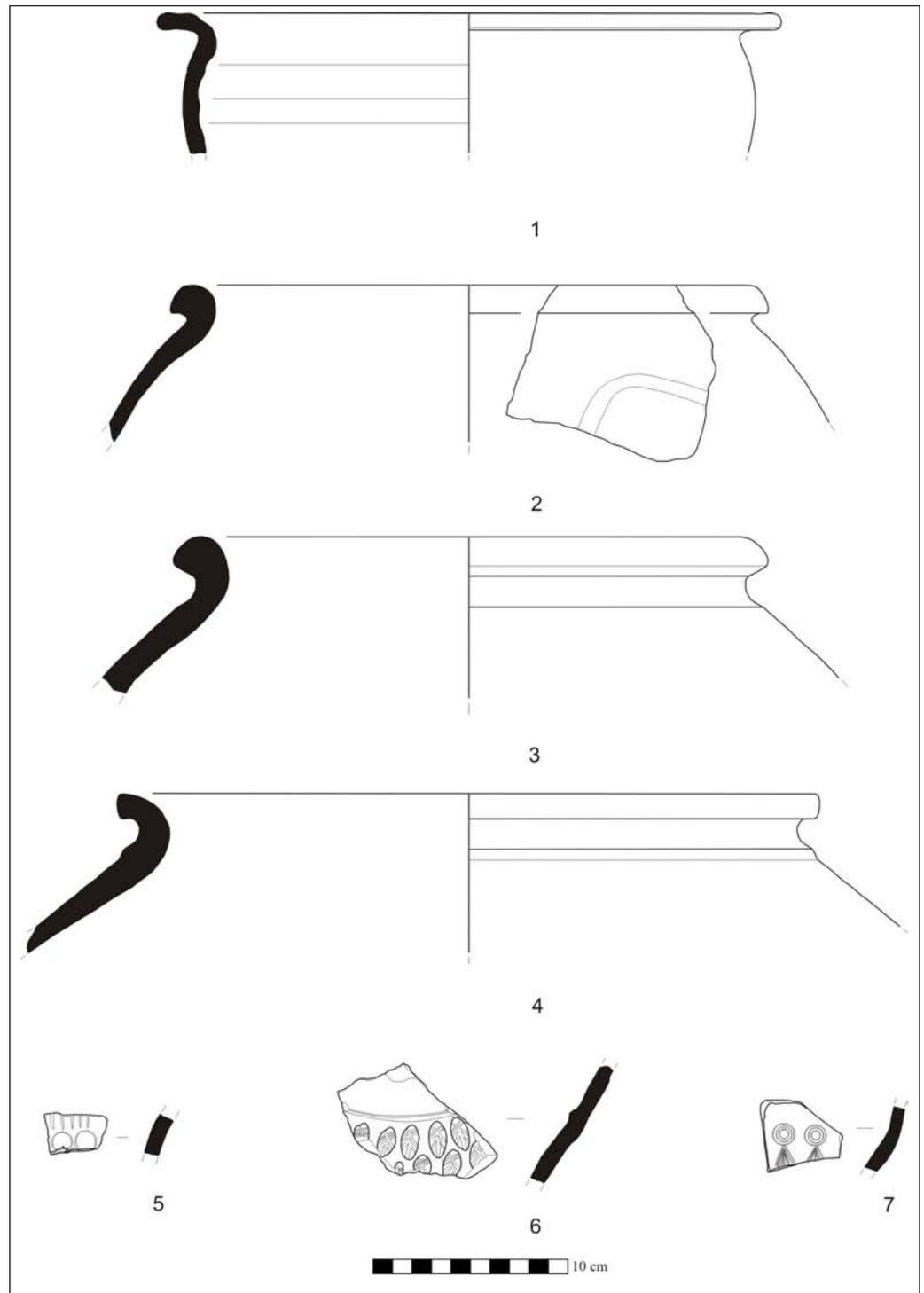




Figura 15
Peça em cerâmica
cinzenta com
estampilhas ovóides.

Entre a cerâmica comum, três exemplares evidenciam estampilhas impressas. Trata-se de formas fechadas, possivelmente potes, de difícil enquadramento cronológico, podendo pertencer à Idade do Ferro ou já à ocupação romana republicana do sítio.

Paralelamente às cerâmicas de utilização quotidiana, entre o conjunto cerâmico, encontram-se diversos elementos atestando a actividade de fiação, tais como pesos de tear (Figura 16, n.º 1 e 2) e cossoiros.

As cerâmicas correlacionadas com a cobertura e técnicas de construção, recolhidas em Alto dos Cacos são numerosas e diversificadas. Por motivos de difícil enquadramento cronológico, nesta fase dos trabalhos, não nos vamos deter muito na sua análise.

Importa, porém, reter que as *tégulas*, *imbrices* e *lateres* são numerosas, tal como ainda hoje pode ser documentado na própria estação arqueológica, deixando antever uma área edificada considerável. A aduzir a esta leitura temos as evidências da presença de colunas de grande dimensão corroboradas pela presença de diversos tijolos de quadrante.

Entre os *Lateres*, não podemos deixar de sublinhar o hábito omnipresente da gravação de pequenas marcas circulares paralelas. Ao abordarmos inicialmente estes materiais, colocou-se a hipótese de estar perante marcas de jogo. Contudo, fomos alertados pelo Professor Doutor Angell Morillo, a quem agradecemos, para este motivo ser um elemento comum em sítios de cariz militar romano. Tratando-se das marcas inequívocas das *caligas* dos militares romanos.

Identificámos, ainda, alguns elementos cerâmicos, que podem estar correlacionados com pavimentos de época romana republicana (Figura 16 e 17). Os dois invulgares tijolos romboidais, encontram bons paralelos em Chões de Alpompé, no acampamento romano de Cáceres el Viejo (Fabião, 2004a, p. 58) e mais recentemente em Monte dos Castelinhos, onde foi possível escavar um pavimento bem preservado *in situ*.

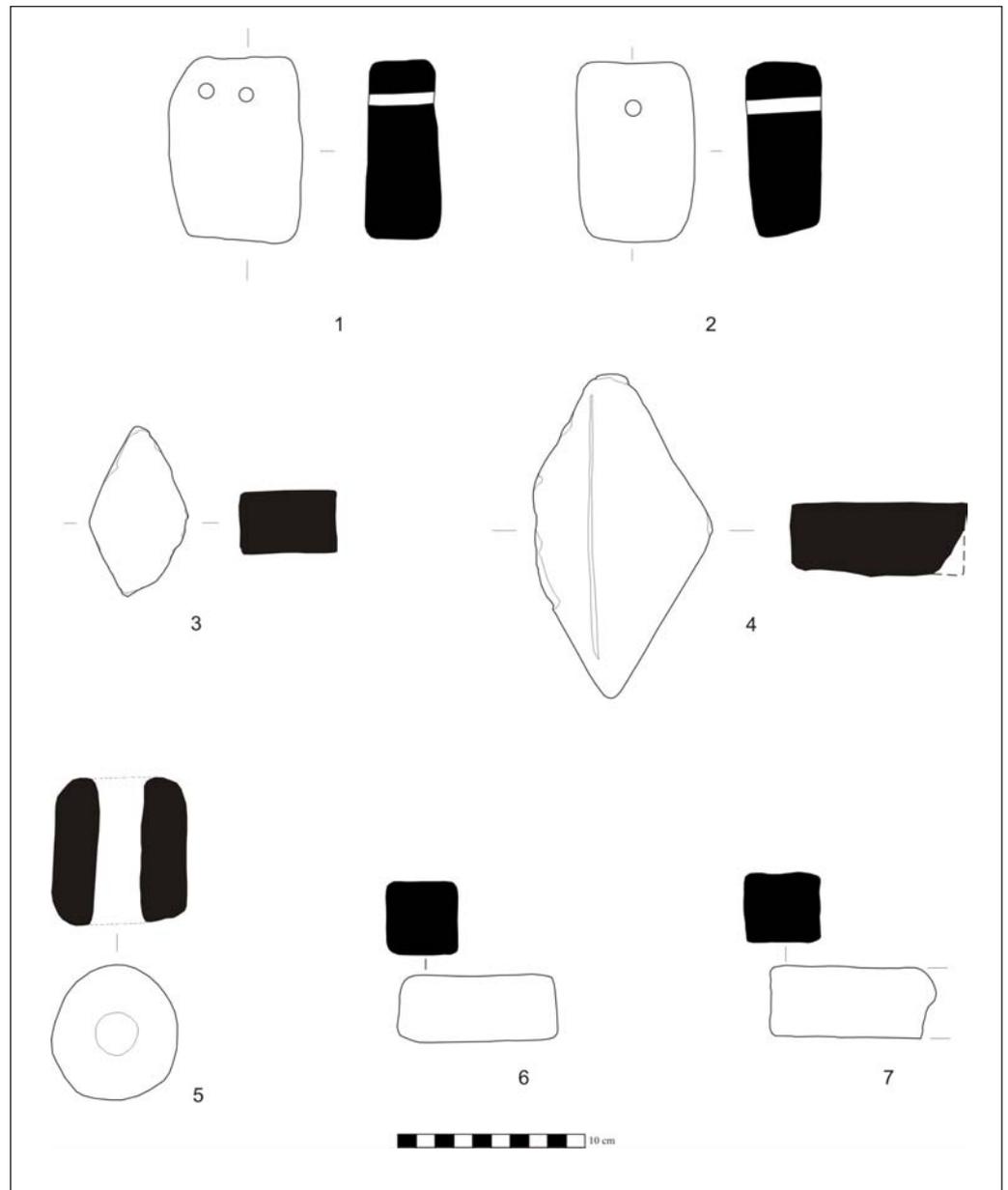


Figura 16
N.º 1 e 2 – Pesos de tear; **N.º 3 e 4** – Elementos de pavimento; **N.º 5** – Peso de rede; **N.º 6 e 7** – Pequenos tijolos possivelmente de pavimento.

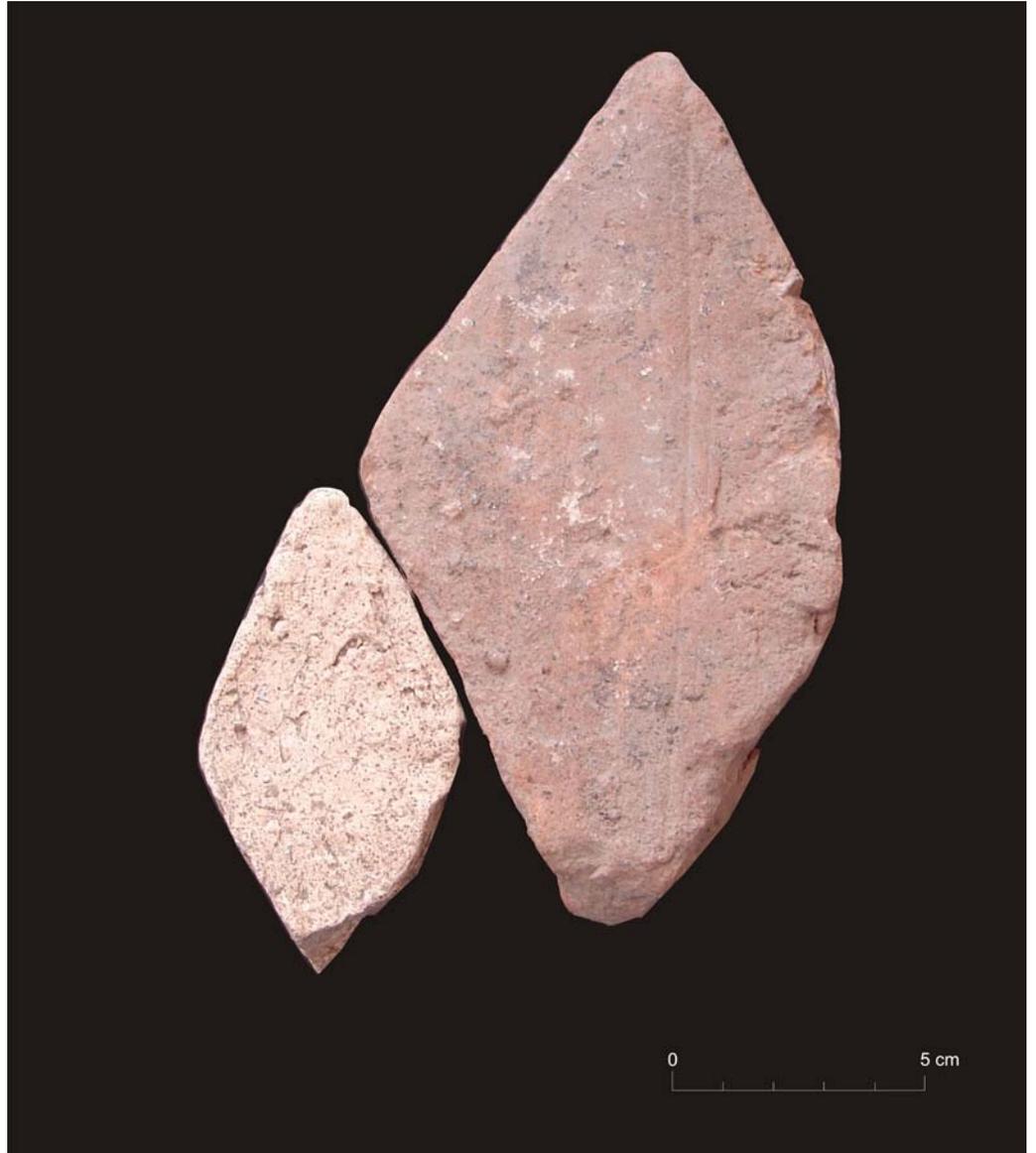


Figura 17
Tijolos romboidais.



Figura 18 e 19
Lateres com gravação de pequenas marcas circulares, correspondendo às taxas metálicas das típicas sandálias dos legionários romanos, as Caligas.

A par do conjunto cerâmico, foi recolhido um significativo e diversificado espólio metálico, parte do qual aguarda tratamento de conservação e restauro nas instalações da sede da A.D.P.H.C.C.A.

Diversos elementos de escória de ferro e bronze levam-nos a supor a existência de actividade de metalurgia no sítio.

Entre os metais podemos distinguir três grandes grupos: Os de cariz bélico que trataremos à parte, ver *infra*; os correlacionados com o adorno pessoal e por último os relacionados com actividades domésticas e quotidianas. Começemos por estes últimos.

Entre o conjunto de metais, destaca-se a presença de pregos e cavilhas, correlacionados com actividades de construção, telhados e estruturas edificadas das mais diversas índoles. Estes são maioritariamente em ferro, evidenciando diversas dimensões, contudo encontram-se igualmente alguns em bronze (Figura 20, n.º 8 a 10).

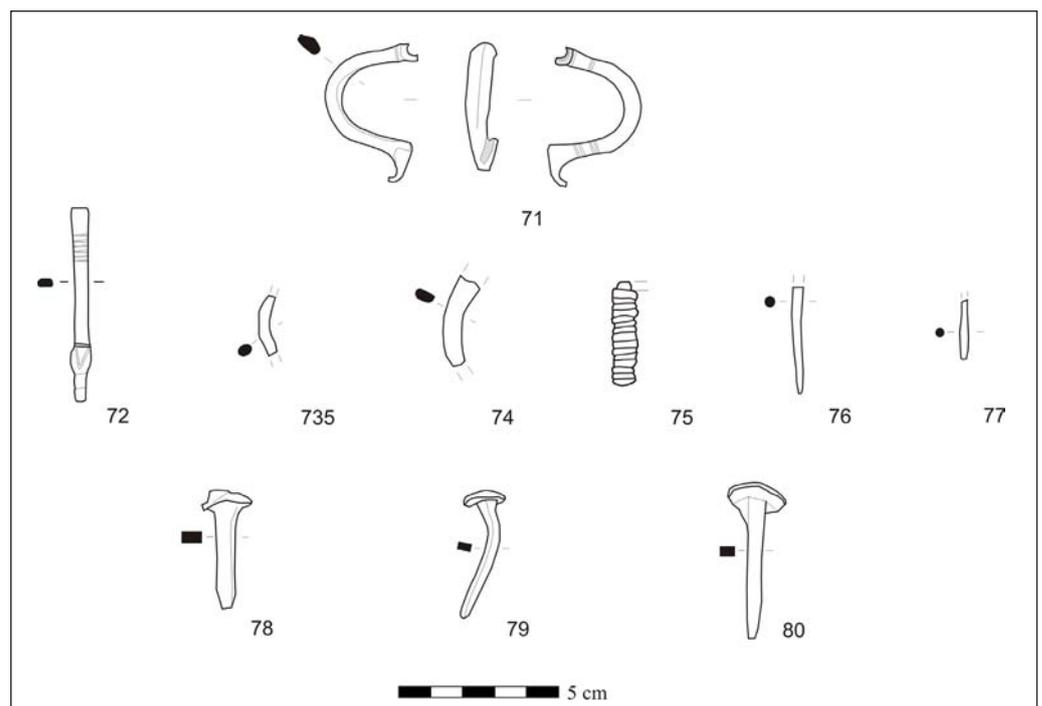
Mais conotados com o quotidiano, estão presentes lâminas de facas e diversos elementos pertencentes a uma balança romana em ferro.

Conotados com o adorno pessoal estão atestados diversos elementos de fíbula. Embora o estado de conservação da maioria dificulte muito a sua classificação e atribuição cronológica podemos ensaiar uma interpretação para duas das peças.

O exemplar n.º 5 poderia corresponder a uma fíbula pré-romana do tipo dupla mola. Estando assim conectada com o povoado proto-histórico de Alto dos Cacos.

O exemplar n.º 1 corresponde a uma fíbula em bronze Tipo Schüle 4h dita Transmontana, ou Tipo Ponte 32 datada entre o século III a. C. e o século I d. C. (Ponte, 2001). Um exemplar similar a este de Alto dos Cacos foi identificado em Mesas do Castelinho (Almodôvar), em contexto bem definido do século I a. C. (Miguez, 2010). Analogamente, no povoado de Chibanes (Palmela), um exemplar deste tipo foi encontrado em estrato do 2.º e 3.º quartel do século I a. C. (Silva e Soares, 1997).

Figura 20
Metals. **N.º 1** – Fíbula Tipo Schüle 4h dita Transmontana; **N.º 2** – Peça em bronze de difícil classificação. Instrumento médico? **N.º 3 a 7** – Fragmentos de fíbulas; **N.º 8 a 10** – Pregos em bronze.



Por último no que diz respeito aos dados arqueológicos, recolheu-se em alto dos cacos um pequeno mas coerente conjunto de numismas que merece algumas considerações.

O espólio numismático regista a presença de seis numismas, havendo referência à descoberta de mais um, mas do qual se desconhece o paradeiro actual.

Quatro dos numismas são cunhagens Hispânicas de cronologia romana republicana (Séculos II-I a.C.):

Entre os que permitem leitura, um é uma cunhagem Ibérica da cidade de KELSE bem datada de meados do século II a.C., dois são uma cunhagem de difícil classificação atribuíveis à cidade Obulco e o terceiro é um AS de Augusto com cunhagem em *Bilbilis* e cronologia entre os anos 13 e 2 a.C. Por último um dos numismas apresenta-se muito desgastado, sendo contudo possível tratar-se de uma Ceca Ibérica.



Figura 21
1 - Numisma celtibérico AE da cidade de *Kelse*. 2 – Numisma Hispânico de Augusto com cunhagem em *Bilbilis*.

1 - AE. Unidade. 29mm. 14.6 g R2

Emissão de meados do século II a.C. (Villaronga, 1994, p. 223)

Anverso - Cabeça Masculina à direita rodeado por três golfinhos.

Reverso - Cavalo com palma à direita, por de baixo inscrição Ibérica - KELSE (4).
V.61-7; NAH.637.

2 - AE de Obulco

(Villaronga, 1994, p. 352 -79)

AE. Semis. 20 mm 3.4 g.

Anverso - Cabeça masculina à direita.

Reverso - Touro à direita.

3 - AE de Obulco

(Villaronga, 1994, p. 352 -79)

AE. Semis. 20 mm 3.4 g.

Anverso - Cabeça masculina à direita.

Reverso - Touro à direita.

4 - AS Augusto

RPC 1 – 390

VIVES -138.7

Anverso - Cabeça Masculina à direita rodeado pela inscrição Divif(ilius) Avgvstvs.

Reverso – Cavalo com lança à direita. Debaixo a inscrição Bilbilis separado por uma linha.

Os outros dois numismas correspondem já a um período posterior atestando uma continuidade de ocupação ou uma reocupação do espaço. Voltaremos mais à frente a esta questão. As moedas representadas são um Antoniniano de Galieno, Imperador romano de 253 d.C. a 268 d.C. e a uma referência oral, de ter sido recolhido um numisma de Constantino, Imperador romano de 306 a 337 d.C.

4. 2. Os artefactos bélicos

A presença de elementos de armamento Itálico em Alto dos Cacos é um dos elementos mais contundentes para a interpretação do sítio como local de estacionamento de tropas romanas.

A peça n.º 1 (figura 22) corresponde a uma haste de ferro com cerca de trinta centímetros de secção quadrangular, apresentando a ponta dobrada intencionalmente e com vestígios de encabamento na extremidade proximal. Trata-se segundo a nossa interpretação de um *Pilum*.

O *Pilum* é a típica arma dos legionários romanos, foi concebido como um projectil destinado a atingir o escudo do oponente assim como o oponente em si. Tendo a particularidade de se dobrar com o impacto do arremesso, para não poder ser reutilizado (Bishop e Coulston, 1993).

De características igualmente bélicas, surge-nos uma bala de catapulta em calcário evidenciando forte erosão dos agentes atmosféricos (figura 24). Esta invulgar peça de artilharia foi recolhida no início dos anos oitenta quando das destruições ocorridas nesta estação. Projecteis similares foram recolhidos nas escavações dos acampamentos romanos do cerco

à cidade Celtibérica de *Numantia* (Bishop e Coulston, 1993, p. 57). E em Valência nos níveis correlacionados com a destruição da cidade de Valentia por Pompeio em 75 a.C. (Alapont Martín et al. 2009).

Paralelamente vários restos de chumbo, e inclusivamente algumas tiras e chapas com vestígios de corte, fazem supor o trabalho deste metal. Terão sido produzidas localmente projecteis de funda, *Glandes Plumbeae*, através da técnica de martelagem?

No decorrer da conclusão do primeiro trabalho que elaboramos sobre o sítio, deparámo-nos com a resposta afirmativa a esta questão, com a inesperada descoberta por parte de um particular de um depósito de *Glans Plumbeae* provenientes de Alto dos Cacos, ver estudo neste mesmo volume.

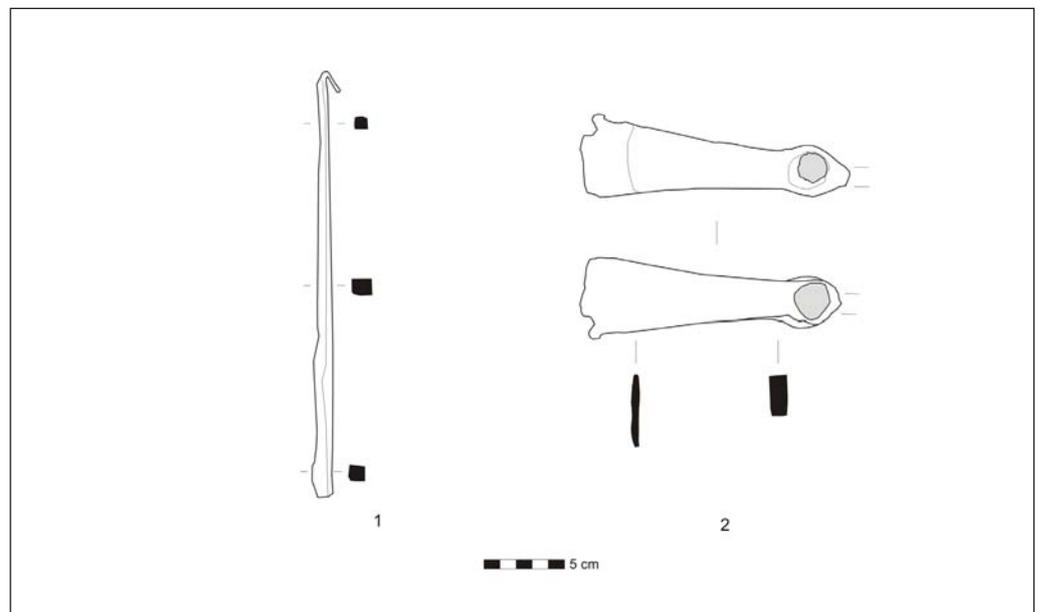


Figura 22
Metais. N.º 1 – Ponta
de Pilum;
N.º 2 – Dolabra;



Figura 23
Ponta de Pilum
em ferro.



Figura 24
Bala de catapulta
em calcário.

Por último, ainda que não seja interpretado como arma em sentido estrito, a presença de uma ferramenta ou utensílio típico do legionário romano remete-nos igualmente para o mundo militar (Figura 22, n.º 2). A peça n.º 2 corresponde a um machado de mão em ferro, conhecido na literatura como *Dolabra*. Ainda que no presente exemplar apenas esteja preservado um dos lados da ferramenta, é possível verificar o arranque do elemento em falta correspondendo à lâmina do machado.

4. 3. Os dados da fotografia aérea

Pelas características e coerência dos materiais cerâmicos, líticos e metálicos recolhidos em Alto dos Cacos, que apontam para uma relevante ocupação de época romana republicana, olhámos com outra perspectiva para o terreno e para os meios tecnológicos à nossa disposição.

Ao determos a nossa análise sobre as fotografias aéreas do sítio, pareceu-nos evidente a existência de uma estrutura antiga, fossilizada na paisagem.

Para consolidar esta observação, recorreremos à secção de cartografia do Instituto Geográfico do Exército. Aí foi possível consultar e trabalhar digitalmente a totalidade dos voos disponíveis que cobrem a zona alvo da nossa atenção.

Para efeitos de foto interpretação da evolução antrópica da paisagem, resultam particularmente esclarecedoras as alterações da mancha de urbanização da cidade de Almeirim visível entre a fotografia aérea do voo Royal Air Force de 1947 e o voo da Força Aérea Portuguesa de 2001.

Entre as fotografias disponíveis, voos R.A.F. 1947; U.S.A.F. 1958; F.A.P. 1967 e F.A.P. 2001 denota-se uma evolução da paisagem e do aproveitamento agrícola dos terrenos nesta área. No que diz respeito ao sítio de Alto dos Cacos é particularmente curiosa a preservação da implantação deste arqueossítio nos três primeiros voos mencionados acima. Este

apresenta-se como uma península rodeada por linhas de água. Porém denota-se, entre o voo de 1967 e o de 2001, profundas alterações no parcelamento e na construção de uma ampla vala de drenagem que vem substituir a antiga linha da ribeira e que atravessa longitudinalmente a estação romana.

Da análise cuidadosa das diversas fotografias aéreas denota-se a existência de manchas de tonalidade distinta do restante terreno e que parecem corresponder a estruturas soterradas de grande dimensão.

Apesar do terreno se encontrar muito recortado, quer pelo parcelamento agrícola dos terrenos, quer por duas valas de escoamento de águas, é ainda possível observar nas fotografias aéreas antigas a existência de uma ampla construção regular de planta subretangular e cantos arredondados, em perfeita coincidência com a distribuição dos materiais no terreno. Os limites físicos desta estrutura parecem corresponder a uma muralha de terra seguida de um ou dois fossos.

Esta interpretação coincide com os achados de 1981, pois é da zona do fosso ou *valum* que se identificaram os materiais cerâmicos em melhor estado de preservação, nomeadamente as ânforas.

As dimensões do sítio 450m por 260 configuram uma extensa área ocupada de cerca 11 hectares, orientada aos pontos cardiais.

Parece-nos assim seguro podermos estar perante evidências de um acampamento militar romano de traçado regular como nos é descrito por Políbio (Hist. VI. 26.10).



Figura 25
Voo Força Aérea
Portuguesa
2001 - As setas
vermelhas indicam
a área do eventual
acampamento.

Figura 26
 Figura 26 – Voo Força Aérea Portuguesa 2001 – A negro e branco - Tentativa de interpretação da implantação do Acampamento Romano de Alto dos Cacos; A Vermelho – Traçado da Via Romana de *Scallabis* a *Emerita Augusta*; A Laranja acesso antigo ao sítio de Alto dos Cacos.



5. Alto dos Cacos: De Acampamento romano a elemento estruturante e estruturador de território.

Como ficou acima atestado, pela apresentação do conjunto numismático, o sítio de Alto dos Cacos, não é de todo abandonado com o fim do período romano republicano. De facto, entre os materiais provenientes desta estação, preserva-se uma colecção coerente e quantitativamente relevante de materiais que atestam uma clara continuidade da ocupação romana do sítio. Este mantém-se activo ao longo do século I d.C. entrando posteriormente em franco declínio com os Flávios para aparentemente ser abandonado no século II d.C. Qual a razão da manutenção deste sítio de cariz militar numa fase onde este já não faria aparentemente sentido? Terá o acampamento mantido a sua função inicial? E se sim, terá esta estado conotada com a dedução colonial e a necessidade de uma presença militar para o parcelamento do território e implantação do novo cadastro?

Propomos assim como hipótese de trabalho a ser confirmada ou infirmada, o acampamento ter-se mantido como elemento estruturante e estruturador de uma nova paisagem política. Podendo os militares terem tido um papel de relevo na construção dessa paisagem.

As evidências da sua ocupação, assentam essencialmente na presença de uma significativa colecção de serviços de mesa importados, que nos permitem aferir boas cronologias para a dinâmica das relações aquisitivas do sítio (ver Silva, Pimenta e Mendes, 2013).

Tal como na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003), no conjunto de *Sigillata* de Alto dos

Cacos identificou-se a presença de *Sigillata* Oriental A, atestada por um fragmento de um grande prato possivelmente da forma Hayes 3.

É relevante a sua presença, visto este fabrico de *sigillata* proveniente do Mediterrâneo Oriental, situar-se, cronologicamente, entre a primeira metade do século I a.C. e o final desse século, chegando a Santarém antes da *sigillata* de tipo itálico. (Viegas, 2003, p.41). Atesta assim, uma evidente situação de sequência na ocupação de Alto dos Cacos.

Alto dos Cacos uma leitura possível

O sítio arqueológico de Alto dos Cacos implanta-se num extenso terraço quaternário, que hoje em dia passa completamente despercebido a quem se desloca entre Almeirim e Alpiarça. De facto, apesar de actualmente esta localização não se destacar sobre o território envolvente, tal não seria necessariamente assim em época romana.

Ao tentarmos reconstituir a topografia à época, deparámo-nos com um vazio de informação que é difícil de contornar. Um dos elementos mais gritantes é que, objectivamente, não sabemos como seria o curso do rio Tejo na antiguidade. Temos, assim, que matizar a nossa observação do terreno com dois mil anos de actividade humana, que muito adulterou a paisagem.

As informações de que dispomos nas fontes clássicas, em particular a partir do geógrafo grego Estrabão, pintam-nos uma imagem de uma clara posição estuarina para esta zona do Vale do Tejo.

Podemos assim supor que a vasta planície aluvionar que contorna o planalto do Alto dos Cacos, seria muito diferente e que este sítio, hoje situado a cerca de 2 quilómetros das margens do Tejo, se encontraria certamente noutra posição mais vantajosa.

Realmente a percepção da implantação geoestratégica de Alto dos Cacos só se entende vista do rio. É por ele e em função dele e certamente do seu antigo trajecto, que as comunidades humanas aqui se estabeleceram ao longo da sua ampla diacronia de ocupação.

A amplitude e extensão do Rio Tejo nesta zona, aliada à importância complementar de ambas as margens, conduziu a que fosse indispensável, por questões logísticas e comerciais, assegurar um local seguro e permanente de travessia do rio por barco.

As evidências, proporcionadas pela análise do povoamento da região levam a supor ser precisamente nesta zona, entre Santarém e Almeirim, que se efectuava (e efectua) essa travessia.

As evidências de Alto dos Cacos, permitem vislumbrar um franco paralelismo com a evolução do povoado Escalabitano. Ainda que com amplos antecedentes de ocupação humana remontando ao Calcolítico final, é com a Idade do Bronze que Alto dos Cacos se afirma a nível regional, integrando-se numa densa rede de povoamento, no qual sobressai o grande povoado fortificado de Alto do Castelo – (Alpiarça).

Ainda que muito se desconheça sobre a evolução do povoado Proto-histórico de Alto dos Cacos, a componente artefactual aqui recolhida, permite atestar uma precoce interacção com o mundo fenício. Os contactos com o mundo mediterrâneo mantêm-se ao longo do primeiro milénio a.C. estando atestados por uma série de importações nomeadamente ânforas de proveniência meridional.

Figura 27
 Excerto de planta
 antiga do Rio Tejo
 desde o Mouchão
 dos Coelhoos até ao
 extremo do Dique de
 Vallada. 1 – Alto dos
 Cacos; 2 – Santarém.
 Fonte: M. J. Júlio
 Guerra, 1861, Estudos
 Chorographicos,
 Physicos e
 Hydrographicos da
 Bacia do Rio Tejo.



Tendo em conta a referência de Plínio de que a Colónia romana de *Scallabis* é chamada de *Praesidium Iulium*, (PLIN.4,117), foi proposto ter aqui existido um acampamento militar na época de Júlio César (Alarcão, 1988).

Não existe porém consenso em relação à cronologia do mesmo. As datas de 61 a.C. contemporânea da presença de César como propretor da Hispânia Ulterior, ou 49-44 a.C. correlacionada com a guerra civil entre César e Pompeio foram propostas inicialmente por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1988, p. 26). Mais recentemente e após crítica de António Faria (1999, p. 43), Jorge de Alarcão propõe que será mais credível a cronologia de 49-44 a.C. (Alarcão, 2002, p. 39)

Durante este período assiste-se à eclosão da guerra civil entre Júlio César e Cneu Pompeio, tendo a Península Ibérica voltado a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. A presença de grandes contingentes militares, e as múltiplas referências nas fontes clássicas à presença de Legiões estacionadas no Ocidente Peninsular, permitem inferir que este conflito terá sido decisivo para a romanização da Lusitânia (Alarcão, 1988, p. 27).

Independentemente da cronologia do *Praesidium Iulium*, é mais significativo reter que “A escolha do local para a instalação de um centro de comando, afinal em sítio não muito distante do ponto onde Décio Júnio Bruto implantou o seu principal acampamento militar, confirma a importância estratégica que aquela região do Vale do Tejo conheceu ao longo do processo de conquista do actual território português pelos exércitos romanos.” (Fabião, 1992, p. 224).

Esta importância geoestratégica é realmente significativa e é um dado a reter, correlacionando-se directamente com dois factores:

1. A ampla navegabilidade do Tejo na antiguidade, até à zona de Santarém. O que fez com que esta região pudessem aportar as galés romanas, desembarcando directamente as legiões provenientes de paragens mais meridionais.

2. A localização geográfica da zona de Santarém de onde partem vias terrestres de penetração natural. Quer para interior da península quer para o Norte ou Sul do território (Ver Mantas, 2002).

De facto nesta região do médio Tejo, são conhecidos diversos sítios de características militares romanas, que embora se encontrem mal caracterizados, julgamos pertinente referir, para contextualizar Alto dos Cacos.

1 – A norte de Santarém na confluência entre o Rio Alviela e o Tejo situa-se o sítio arqueológico de Chões de Alpompé (Ruivo, 1999 e Fabião, 2002).

2 – Em frente aos Chões de Alpompé na outra margem do rio Tejo, situa-se outro relevante sítio arqueológico que tem vindo a ser interpretado como acampamento militar romano, o Alto do Castelo – Alpiarça (Fabião, 2004).

3 – Mais a sul já no concelho de Salvaterra de Magos, recentes trabalhos de prospecções e escavações arqueológicas, permitiram identificar um importante sítio indígena de cariz portuário, o povoado de Porto do Sabugueiro – Muge (Pimenta e Mendes, 2008 e 2013, Pimenta et al. 2014). Nas suas imediações detectou-se um sítio de características militares datado de meados do século II a.C.

Paralelamente a estes sítios, onde a presença militar ou militarizada se faz sentir, um recente projeto de estudo que temos vindo a desenvolver, assente na reanálise de espólios

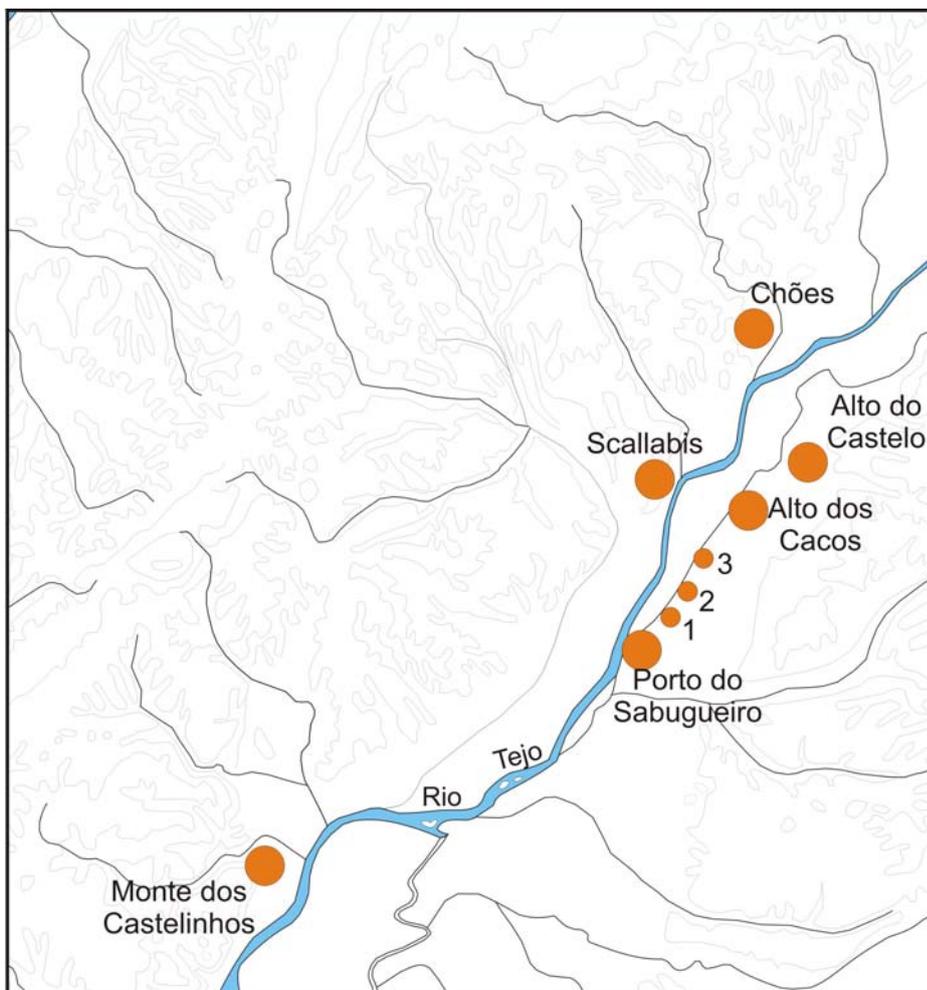


Figura 28

Mapa do Baixo Tejo com os sítios com ocupação atestada nos séculos II/I a.C. N.º 1 – Azeitada; N.º 2 – Vale de Tijolos; N.º 3 Eira da Alorna.

antigos, depositados no Museu Municipal de Almeirim e na sede da A.D.P.H.C.C.A. permite vislumbrar uma rede de povoamento bem mais densa na margem esquerda do Tejo para esta fase conturbada da implantação do poder de Roma.

Não é aqui o espaço para a apresentação detalhada destas novas realidades, porém não podemos deixar de sublinhar a sua existência.

De sul para norte, temos assim no território do Município de Almeirim:

O sítio arqueológico de Azeitada (CNS 3106). Conhecido desde à muito pela sua ocupação de época alto Imperial, pendendo a sua interpretação enquanto área de necrópole e *Villa* (Quinteira, 1996 e 1998, Silva, 2012).

Recentemente verificou-se nas suas imediações a existência de uma ocupação da Idade do Ferro. Sendo que a esta, sucede uma forte presença do período romano republicano atestada por cerâmica campaniense, ânforas Itálicas, ânforas do vale do Guadalquivir e pela recolha de três Glandes *Plumbeae*.

O sítio de Vale de Tijolos (CNS 3110). Conhecido como provável *Villa* e área de necrópole (Quinteira, 1996 e Silva, 2012). A reanálise do espólio aqui recolhido permite consolidar a hipótese que o sítio terá surgido ainda em meados do século I a.C. Estão presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do Guadalquivir do tipo Ovóide 4 e 6, cerâmica campaniense etc. Entre o espólio metálico está atestada uma Glande *Plumbeae* e um Quinário de *Augustus* com cunhagem em Mérida (RIC I, 1a), com datação entre 25 a 23 a.C.

A estação arqueológica de Eira da Alorna (CNS 2165) é conhecida desde há largas dezenas de anos devido à sua ocupação da Idade do Bronze (Marques e Andrade, 1974), assim como pelos vestígios romanos, interpretados como correspondendo a uma *Villa* (Quinteira, 1996).

Reanalizando os materiais depositados em Almeirim com esta proveniência constatou-se com uma relevante ocupação da Idade do Ferro que é aparentemente abandonada durante o período romano republicano.

No Museu Municipal de Almeirim encontra-se depositado um conjunto de numismas atribuíveis ao sítio de Eira da Alorna. O conjunto é homogéneo podendo corresponder a um pequeno entesouramento composto por sete denários de prata. Apenas destoa um exemplar, que aliás evidencia distinta patine, correspondendo a um Denário de NERVA – RIC 34 – 96-98 d.C.

Entre os seis exemplares republicanos o mais antigo corresponde a um denário de C. Font - 114-113 a.C. (RRC, 290/1). O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I a.C., sendo da primeira década o denário de Q. TITI., de 90 a.C. (RRC, 341/1), e o de L. PISO L.F.L.N. FRVGI, datável de 90 a.C. (RRC, 340/1). Imediatamente posterior a estes é o denário de L. TITVRI LF. SABINVS datado de 89 a.C. (RRC, 344/2B) seguido do de L. CENSOR datável de 82 a.C. (RRC, 363/1d). O mais recente de todos é o denário de L. LUCRETITRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1).

Os denários recolhidos na Eira da Alorna estão bem documentados nos tesouros de época sertoriana documentados na Estremadura portuguesa, (Ruivo, 1993-97; Ruivo, 1997). Este facto permite supor, uma cronologia sertoriana para o conjunto de moedas, o que não obsta que alguma das mais antigas possa ter chegado ao local anteriormente.

Ainda que o estudo do restante espólio ainda esteja a decorrer. O conjunto de importações tardo republicanas é coerente remontando a inícios do século I a.C. e admite a hipótese de estarmos perante um abandono do local no contexto das Guerras Sertorianas. Voltaremos em breve noutros moldes a esta temática.



Figura 29
Denários republicanos
de Eira da Alorna -
Almeirim

Em Jeito de Conclusão:

O conjunto de espólios recolhidos em Alto dos Cacos permite sublinhar a relevância da ocupação do sítio no século I a.C., mais em concreto em meados da segunda metade do século I a.C. Poderemos, assim, estar perante um acampamento militar, correlacionado com os conflitos entre os partidários de César e Pompeio na *Ulterior*, resultantes da instabilidade reinante no ocidente durante este período (Fabião, 1998).

Esta proposta de fundação, em data posterior ao conflito Sertoriano, imbrica com a proposta de Carlos Fabião de termos assistido na *Ulterior*, após a este episódio, a uma efetiva reorganização da estratégia romana das áreas ocupadas, desencadeando-se um processo de apropriação do território que pode ser apelidado de verdadeira “re-fundação” (Fabião, 1998, p. 288, e veja-se artigo de Rui Mataloto neste mesmo volume). Sublinhe-se que nesta mesma área geográfica assiste-se após o episódio Sertoriano, ao abandono da base operacional de Chões de Al pompé e possivelmente do sítio de Alto do Castelo. Verificando-se como contraponto, o emergir de novas centralidades como a base operacional centrada em Scallabis, o sítio de Monte dos Castelinhos e Alto dos Cacos.

Para concluir não podemos deixar de sublinhar que só a futura realização de escavações arqueológicas devidamente programadas e com um quadro de indagações prévio devidamente orientado para estas questões de índole militar, poderá esclarecer muitas das questões ora deixadas em aberto, nomeadamente da sua funcionalidade castrense.

BIBLIOGRAFIA:

- ALAPONT MARTÍN, L.; CALVO GÁLVEZ, M.; RIBERA I LACOMBA, A. (2009)** – *La destrucción de Valentia por Pompeyo (75 a.C.)*. Quaderns de difusió Arqueològica. 6. Ajuntament de València.
- ALARCÃO, J. (1988)** – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América.
- ALARCÃO, J. (2002)** – Scallabis e o seu território. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 37-46.
- ALARCÃO, J. ; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010)** – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *STUDIA LUSITANA* 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.
- ALMEIDA, R. R. (2008)** – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios. Col. Lecció Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- ARRUDA, A. e ALMEIDA, R. R. (1999)** – Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Actas da IIIe Table ronde sur la Lusitanie romaine*, (Madrid, 1 e 2 de Dezembro 1997). Madrid: Casa de Velazquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2003)** – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, n.º 1. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 235 – 286.
- AQUILUÉ, X.; CASTANYER, P.; SANTOS, M.; TREMOLEDA, J. (2002)** – El Campo de Silos del área Central de la Ciudad Romana de Empúries. *Romula* N.º 1. Universidad Pablo de Olavid. Sevilla, p. 9-38.
- BARGÃO, P. (2006)** – *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em pré-história e arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.
- BISHOP, M. C. ; COULSTON, J. C. N. (1993)** – *Roman Military equipment. From the Punic Wars to the fall of Rome*. A Batsford Book. London.
- COUTO, GUILHERME TIAGO DE (1859)** – *Breve Notícia de Almeirim - 1859*. Edição da Associação de Defesa de Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim. 1991. Almeirim.
- CRAWFORD, M. H. (1974)** – *Roman Republican Coinage*. Cambridge, Cambridge University Press, 2 vols.
- DESY, P. (1989)** – *Les timbres amphoriques de l'Apulie républicaine. Documents pour une histoire économique et sociale*. BAR. International Series. 554.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94)** – Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Conímbriga*. XXXII-XXXIII, p. 263-281.
- DELGADO, M. (1981-82)** – Acerca da cerâmica da época romana do Cabeço da Bruxa, Alpiarça. *Portugália*. Nova Série. Volume II e III. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 71-82.
- FABIÃO, C. (1989)** – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1992)** – A romanização do actual território português. In MATTOSO, J., ed. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I, p. 202-299.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2002)** – Chões de Alpompe. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004)** – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León, p. 113-134.
- FABIÃO, C. (2004a)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césaréo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73
- FABIÃO, C. (2013)** – Os romanos no Baixo Tejo. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 61-68.

- FARIA, A.M. (1999)** – Colonização e municipalização nas províncias hispano- romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 29-50.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEIRO, H. (2011)** – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 20. Universidad de Sevilla.
- GIRÃO, A. ; OLEIRO, J. M. B. (1953)** – Geografia e Campos Fortificados Romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. 6-7, p. 77-80.
- GUERRA, A (1987)** – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 5, p. 161-177.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1981-82)** – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália*. Nova Série. Volume II e III. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 61-69
- KALB, P.; HÖCK, M. (1988)** – O povoamento pré-histórico de Alpiarça. Porto. *GEAP*. 17, p. 193-200.
- KALB, P., HÖCK, M. (1998)** – Moron. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 189-201.
- MANTAS, V. (1993)** – As fundações coloniais no território português nos finais da República e os inícios do Império. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra 1990). Coimbra: Universidade, p. 465-500.
- MANTAS, V. G. (2002)** – A rede viária de Scallabis. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- MAYET, F. (1975)** – *La céramique a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Bordéus. Centre Pierre/CNRS. Paris.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974)** – Aspectos da proto-história do território português 1 – definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro) In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, p. 125-148.
- MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007)** – Novas produções de fabrico Lusitano: Problemáticas e importância económica. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 127-133.
- MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MORILLO, A. (2007)** – *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León.
- MIGUEZ, J.N.M. (2010)** – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos. O caso de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988)** – *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil. Museu Regional de Arqueologia.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1989)** – Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho, Arganil: Um ponto da situação. *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu* (Viseu, 1988). Viseu, p. 403-424.
- PIMENTA, J. (2005)** – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.
- PIMENTA, J. (coord.) (2013)** – *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo*. Lisboa e Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. ; e Mendes, H. (2008)** – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11. 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2013)** – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia* N.º2, p. 195-219.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. e NORTON, J. (2008)** – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série, n.º 16, p. 26-37.

- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos* – Almeirim. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014)** – Do Pré-romano ao Império: a ocupação humana do porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*. N.º 1. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos, p. 39-57.
- PINTO, I.V.; SCHMITT, A. (2010)** – Cerâmica Comum. In *STUDIA LUSITANA 5. Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Coord. Jorge de Alarcão, Pedro C. Carvalho e Ana Gonçalves. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 219-443.
- OOSTERBEEK, L. CORREIA, S. (1984)** – *Informação arqueológica* – 1981. N.º 4. Departamento de Arqueologia IPPC. Lisboa.
- PONTE, Salette da (2006)** - *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- QUINTEIRA, A.J.F. (1996)** – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre. Policopiado.
- QUINTEIRA, A.J.F. (1998)** – Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim), in *Conimbriga*, 37, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 151 – 183.
- RUIVO, J. (1993-97)** - A circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III. *Nvmmvs*. 2ª Série, XVI/XX, p. 7-177.
- RUIVO, J. (1997)** - O conflito sertoriano no Ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 70, p. 91-100.
- RUIVO, J. (1999)** – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompé (Santarém). In Centeno, R.; Garcia Bellido, M.; Mora, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueología. XX, p. 101-110.
- SILVA, R. B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013)** – A *Terra Sigillata* do Acampamento militar romano de Alto dos Cacos (Almeirim). In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 775-783.
- SILVA, R. B. (2012)** - *As “marcas de oleiro” na terra Sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Versão Policopiada.
- VIEGAS, C. (2003)** - *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém - Economia, comércio e cerâmica*. Trabalhos de Arqueologia, 26. Lisboa.
- VILLARONGA, L. (1994)** - *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. 2ª ed. Madrid : José A. Herrero S. A.
- ZBYSZEWSKI, G. (1953)** – Carta Geológica de Portugal. Na Escala 1/50.000. Notícia explicativa da Folha 31-A Santarém. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.

NOTAS

- ¹ Museu Municipal de Vila Franca de Xira/ UNIARQ
- ² Museu Municipal de Vila Franca de Xira
- ³ Vereador da Cultura - Câmara Municipal de Almeirim

Conjunto de *Glandes Plumbeae* do sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim¹

AMÍLCAR GUERRA² FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DE LISBOA/UNIARQ

JOÃO PIMENTA³ MUSEU MUNICIPAL VILA FRANCA DE XIRA/UNIARQ

JOÃO SEQUEIRA⁴ MESTRANDO DE ARQUEOLOGIA – FCSH/INVESTIGADOR INTEGRADO IHC

Resumo

O sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim, foi detetado pelo Dr. Eurico Henriques no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições fruto de trabalhos agrícolas.

Apesar das ações de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas ao IPPC, este sítio caiu no esquecimento ao longo de mais de trinta anos.

O presente trabalho, pretende dar a conhecer um conjunto de glandes plumbeae aqui recolhidos, enquadrando-os nas dinâmicas das movimentações militares do baixo-Tejo.

Abstract

The archaeological site of Alto dos Cacos - Almeirim, was detected by Dr Eurico Henriques in the early eighties of the last century, in the result of deep and extensive destruction caused by farm (plough) works.

Despite the situations then observed, and repeated warnings to the IPPC, the site fell into oblivion for over thirty years.

This aim of this study is to present a set of glandes *plumbeae* collected at the site, framing them in the military dynamics of the Tagus Valley.

1. Introdução

O sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim, foi detetado pelo Dr. Eurico Henriques no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições fruto de trabalhos agrícolas (Henriques, 1982).

Apesar das ações de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas ao IPPC, este sítio caiu no esquecimento ao longo de mais de trinta anos.

O presente trabalho, insere-se num projeto de estudo, estruturado em torno desta singular estação arqueológica, e que tem como objetivo a publicação sistemática da diversificada coleção de materiais arqueológicos aqui recolhidos e depositados na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.C.A.) (Pimenta, Henriques e Mendes 2012).

2. Enquadramento

A estação arqueológica do Alto dos Cacos implanta-se sobre uma área arenosa que constitui pequeno cabeço de uma antiga duna consolidada sobre a margem esquerda do paul de Vale de Peixes, com uma altitude média de 14m.

Enquadra-se administrativamente na Freguesia e concelho de Almeirim, situando-se a cerca de 1,5 km a Este do centro histórico da Cidade

Situado nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo, as características topográficas do sítio favorecem a implantação humana, possuindo uma plataforma relativamente plana de orientação NE-SE, dispondo de excelente visibilidade e apresentando, apesar da sua escassa altura, uma posição francamente dominadora sobre a zona envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças.

A sua localização permite um contacto visual direto com espaços de ocupação romana e pré-romana da região: mesmo em frente, do outro lado do Rio Tejo, situa-se em posição de sobrançeria a cidade de Santarém, antiga urbe de *Scallabis*: alguns quilómetros mais à direita mas em perfeito contacto visual ergue-se o povoado fortificado dos Chões de Alpompe na mesma margem a cerca de 2 km situa-se o antigo povoado do Cabeço da Bruxa e a 3 km o amplo planalto fortificado de Alto do Castelo – Alpiarça.



Figura 1
Planta de Localização
de Alto dos Cacos.

3. Alto dos Cacos: um acampamento romano?

Os dados aferidos, a partir do estudo dos materiais recolhidos no início dos anos oitenta e dos recentes trabalhos de prospeção, levam a destacar a relevância que o sítio apresenta em época romana republicana.

É a esta fase que se reporta a maior parte dos materiais, recolhidos durante as destruições de 1981, elevando-se estes a várias centenas de artefactos dos mais diversos tipos.

Os estudos em curso, em torno da coleção de metais, do conjunto numismático, dos artefactos líticos e das cerâmicas importadas, nomeadamente a cerâmica campaniense, lucernas, paredes finas e ânforas, levam-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio. Apesar de estes carecerem de quaisquer coordenadas estratigráficas, o conjunto é bastante coerente, reportando-se a uma fase de ocupação centrada no século I a. C. (Pimenta, Henriques e Mendes 2012).

Dos dados até ao momento recolhidos pode presumir-se que durante este período conturbado do período tardo-republicano se tenha aqui edificado um acampamento militar romano de traçado regular.

Esta interpretação assenta em três traves mestras, que julgamos bastante sugestivas. Primeiro nos dados arqueológicos, que permitem verificar a existência de uma impressionante ocupação de época tardo-republicana. Segundo nos artefactos bélicos, presentes nas

coleções depositadas na A.D.P.H.C.C.A. que atestam uma coesa presença de cariz militar em Alto dos Cacos. Por último os dados da fotografia aérea, que permitem vislumbrar, em consonância com o que se vê no terreno, a existência de uma antiga estrutura subrectangular regular de cantos arredondados, rodeada de fossos e possivelmente com muralhas de talude em terra.

As dimensões do sítio 450m por 260 configuram uma extensa área ocupada de cerca 11 hectares, orientada aos pontos cardiais.

Parece-nos assim bastante consistente a hipótese de estarmos perante evidências de um acampamento militar romano de traçado regular como nos é descrito por algumas obras da literatura antiga, em especial, para uma época um pouco anterior, por Políbio (Hist. VI. 26.10).

Para esta interpretação contribui ainda o facto, bem conhecido, de *Scallabis* se ter constituído, desde o séc. II a. C., um ponto fundamental num conjunto de operações levadas a cabo pelo exército romano. Destaca-se, em particular, para o período correspondente à cronologia dos achados do Alto dos Cacos, a associação da cidade às campanhas militares de César na Lusitânia, a que se costuma associar a designação de cidade como *Praesidium Iulium Scallabis*.

Há, por isso, motivos arqueológicos e históricos que nos levam a admitir a interpretação do sítio como um estabelecimento militar romano. Aguardamos contudo, que a realização de escavações arqueológicas no local, devidamente enquadradas num programa de estudo direccionado para a caracterização deste estabelecimento, permitam esclarecer a sua funcionalidade e confirmar ou infirmar as nossas deduções.



Figura 2
Fotografia aérea
do local.

Figura 3
Vista geral do sítio de Alto dos Cacos, ao fundo a Alcáçova de Santarém em posição francamente dominante – 2010.



4. OS ARTEFACTOS BÉLICOS

A presença de elementos de armamento itálico em Alto dos Cacos é um dos elementos mais contundentes para a interpretação do sítio como local de estacionamento de tropas romanas.

Apesar de estes não terem sido identificados num contexto arqueológico primário, mas sim resultado de recolhas fruto da destruição do sítio nos anos oitenta, é mesmo assim impressionante a sua abundância e estado de conservação (Pimenta, Henriques e Mendes 2012).

Uma das peças mais invulgares, corresponde a uma haste de ferro com cerca de trinta centímetros, de secção quadrangular, apresentando a ponta dobrada intencionalmente e com vestígios de encabamento na extremidade proximal. Trata-se, segundo a nossa análise, de um *pilum*.

O *pilum*, a típica arma dos legionários romanos, foi concebido como um projétil destinado a atingir o escudo do oponente assim como o oponente em si. Tendo a particularidade de se dobrar com o impacto do arremesso, para não poder ser reutilizado (Bishop e Coulston, 1993).

De características igualmente bélicas, encontra-se na exposição permanente na sede da A.D.P.H.C.C.A. uma bala de catapulta em calcário evidenciando forte erosão devida à ação dos agentes atmosféricos. Projéteis similares foram recolhidos, por exemplo, nas escavações dos acampamentos romanos do cerco à cidade celtibérica de *Numantia* (Bishop e Coulston, 1993, p. 57) ou na antiga *Calagurris*, onde se identificaram 314 balas deste tipo, alguns deles inscritos (Cinca; Sádaba; Velaza, 2003).

5. O CONJUNTO DE *Glandes Plumbeae*

Entre o vasto conjunto de artefactos metálicos recolhidos no local no início dos anos oitenta, identificamos vários fragmentos e elementos de chumbo, e inclusivamente algumas tiras e chapas com vestígios de corte, que atestam o trabalho deste metal.

Perante estas evidências colocou-se a hipótese das tiras e chapas de chumbo com vestígios de corte pudessem atestar a produção local de projéteis de funda, *glandes plumbeae*, através da técnica de martelagem?

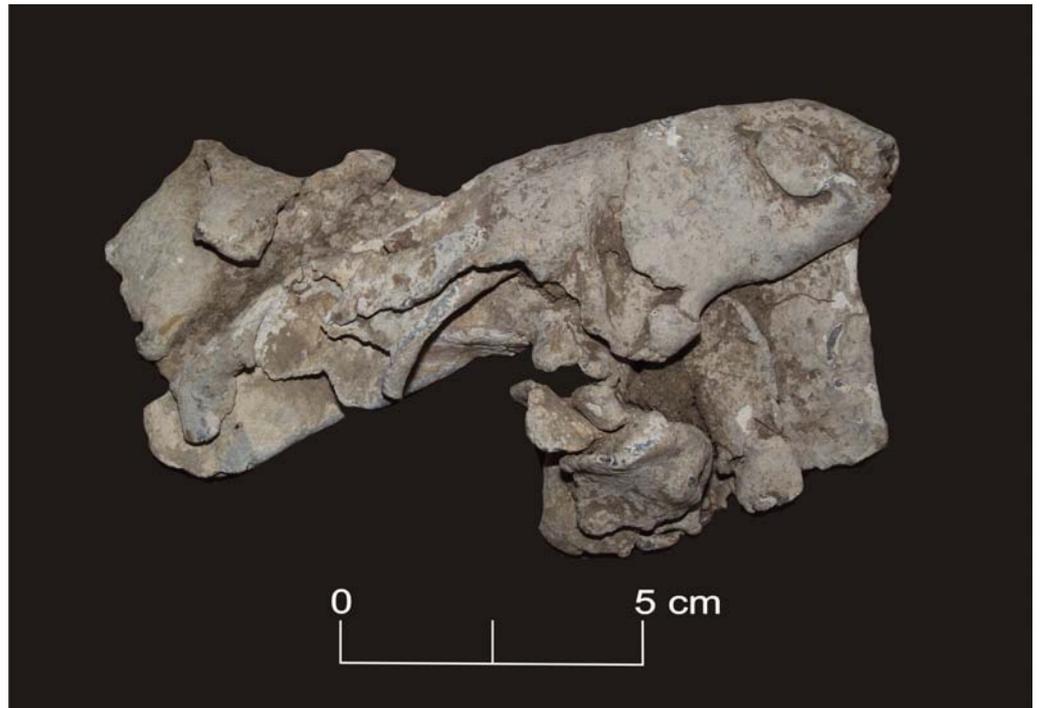


Figura 4
Placa de chumbo
deformada por
exposição a altas
temperaturas.

No decorrer da investigação sobre este sítio, deparámo-nos com a resposta afirmativa a esta questão, com a inesperada descoberta por parte de um particular de um depósito de *glandes plumbeae* provenientes de Alto dos Cacos, recolhidas num espaço circunscrito, numa área que definimos como o interior do recinto militar.

Esta descoberta é assaz relevante para a compreensão do sítio e para a sua interpretação enquanto espaço destinado ao estacionamento de tropas. Trata-se do maior conjunto de projéteis para funda alguma vez encontrado e estudado em território português, sendo composto por 76 glandes de chumbo⁵.

Uma vez consciente da importância da descoberta efetuada, e da sua relevância científica e patrimonial, o descobridor entregou a coleção a um dos signatários (J.S.) que as doou ao Museu Municipal de Almeirim.

O presente trabalho incide assim sobre um conjunto de 76 projéteis de funda, de um achado ocasional efetuada por um praticante de detectorismo na estação de Alto dos Cacos. Apesar de todos os problemas éticos morais e científicos que o estudo de um conjunto com esta proveniência e natureza coloca à partida, pareceu-nos que, tendo em conta também a circunstâncias de o conjunto integrar atualmente uma coleção pública, era nosso dever trazer às claras à comunidade arqueológica um conjunto relevante de informação que sem dúvida traz nova luz ao estudo da movimentação militar romana no ocidente peninsular.



Figura 5
Fotografia de
algumas das glandes
recolhidas.

5.1. Estudo do conjunto de Alto dos Cacos

O conjunto de projéteis analisados evidencia-se bastante homogêneo sendo patente um ar de família ao nível do estado de corrosão dos chumbos.

Muitas das peças evidenciam marcas recentes causadas pelos trabalhos agrícolas. Saliente-se que os terrenos desta estação são ainda hoje intensamente agricultados.

Um dos elementos mais relevantes deste depósito, é a presença de diversos exemplares de glandes fabricados a molde evidenciando ainda as rebarbas, atestando assim a sua produção local.

Encontram-se atestados dois tipos de técnicas de fabrico de glandes: A moldagem que domina de uma forma esmagadora, 86% e a produção através da técnica de martelagem, representada por 14% dos exemplares (ver gráfico 1).

Ainda que pudéssemos adicionar a este alguns exemplares fabricados a molde que posteriormente são terminados através de martelagem.

Entre as glandes fabricadas a molde, pode-se distinguir dois tipos. Os moldes bicónicos mais característicos. E diversos exemplares fabricados aparentemente de uma forma algo fruste ou apressada em molde possivelmente aberto no próprio solo e sobre o qual seria despejado o chumbo.

Podemos realizar alguns paralelos de características comuns entre esta coleção e o conjunto encontrado na Lomba Do Canho: Os exemplares aqui referidos possuem em média um peso superior de 75 gramas em comparação com a média de 32 gramas dos exemplares da Lomba do Canho, considerada uma das coleções mais leves existentes no território português. As medidas não apresentam uma grande diferença, mas aparentemente os exemplares de Almeirim parecem muito mais deformados, e muito menos conservados.

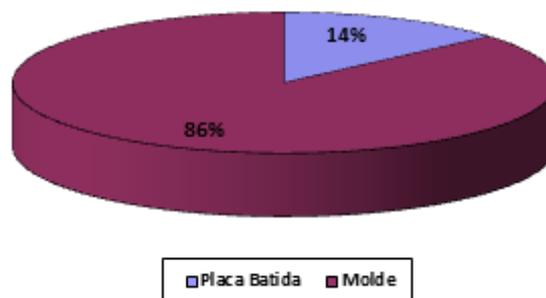


Gráfico 1 - Tipos de fabricos de glandes representados.

Se foram ou não abandonadas num só local, ou se estariam dispersas pelo solo, é um dado que não podemos confirmar devido à já referida utilização dos mesmos para fins agrícolas. Mas o facto de terem sido recolhidas escórias de fundição destes terrenos, prova a sustentabilidade de movimentações de carácter militar nesta estação.

5.1. CATÁLOGO

1 – N.º Inv. A.C. 0331. Medidas – 4,7 cm/ 2,1 cm/ 1,4 cm. Peso – 60 g. Placa Batida. Bicónica.

2 – N.º Inv. A.C. 0320. Medidas – 5,1 cm/ 1,4 cm/ 1,9cm. Peso – 57 g. Placa Batida. Bicónica. Marca?

3 – N.º Inv. A.C. 0343. Medidas – 4,9cm/ 2 cm/ 1,5 cm. Peso – 71 g. Placa Batida. Bicónica.

4 – N.º Inv. A.C. 0340. Medidas – 5,9 cm/ 2,1 cm/ 1,8 cm. Peso – 92 g. Placa Batida. Bicónica.

5 – N.º Inv. A.C. 0317. Medidas – 4,9 cm/ 2,2 cm/ 1,5cm. Peso – 70 g. Placa Batida. Bicónica.

6 – N.º Inv. A.C. 0325. Medidas – 4,6 cm/ 2,1 cm/ 2,1cm. Peso – 109 g. Placa Batida. Bicónica.

7 – N.º Inv. A.C. 0322. Medidas – 3 cm/ 1,7 cm/ 1,6cm. Peso – 43 g. Fabricada a molde. Oliviforme. Evidência uma patine dourada distinta do restante conjunto.

8 – N.º Inv. A.C. 0341. Medidas – 3,8 cm/ 1,7 cm/ 2,1 cm. Peso – 90 g. Fabricada a molde. Oblonga.

9 – N.º Inv. A.C. 0342. Medidas – 4,9cm/ 1,8 cm/ 1,7 cm. Peso – 73 g. Fabricada a molde. Bicónica.

10 – N.º Inv. A.C. 0318. Medidas – 5,9 cm/ 1,8 cm/ 2,1cm. Peso – 104 g. Fabricada a molde. Bitroncocónica.

11 – N.º Inv. A.C. 0326. Medidas – 5,5 cm/ 1,9 cm/ 1,5cm. Peso – 92 g. Fabricada a molde. Bitroncocónica.

12 – N.º Inv. A.C. 0350. Medidas – 4,4 cm/ 1,8 cm/ 1,9 cm. Peso – 60 g. Fabricada a molde e Placa Batida. Oblonga. Esta peça foi fabricada a molde mas tem a curiosidade de evidenciar trabalhos de martelagem com o objetivo de aplainar uma das extremidades.

13 – N.º Inv. A.C. 0349 Medidas – 5,3 cm/ 2,2 cm/ 1,7 cm. Peso – 97 g. Fabricada a molde. Bitroncocónica.

14 – N.º Inv. A.C. 0365. Medidas – 6 cm/ 2,1 cm/ 1,7 cm. Peso – 95 g. Placa Batida. Bicónica.

15 – N.º Inv. A.C. 0376. Medidas – 5,4 cm/ 2,2 cm/ 1,8 cm. Peso – 87 g. Placa Batida. Bicónica.

16 – N.º Inv. A.C. 0360. Medidas – 5 cm/ 2,3 cm/ 2,2 cm. Peso – 71 g. Placa Batida. Bicónica.

17 – N.º Inv. A.C. 0367. Medidas – 5,4 cm/ 2,2 cm/ 1,8 cm. Peso – 94 g. Placa Batida. Bicónica.

18 – N.º Inv. A.C. 0363. Medidas – 5,5 cm/ 2,3 cm/ 1,7 cm. Peso – 89 g. Fabricada a molde. Oblonga.

19 – N.º Inv. A.C. 0364. Medidas – 4,4 cm/ 1,7 cm/ 1,3 cm. Peso – 54 g. Fabricada a molde. Oblonga.

20 – N.º Inv. A.C. 0361. Medidas – 5,1 cm/ 2,2 cm/ 1,5 cm. Peso – 88 g. Fabricada a molde. Oblonga. Com marcas antigas.

21 – N.º Inv. A.C. 0362. Medidas – 4,5 cm/ 2,3 cm/ 1,5 cm. Peso – 71 g. Fabricada a molde. Oblonga.

22 – N.º Inv. A.C. 0368. Medidas – 5,4 cm/ 2,2 cm/ 2,1 cm. Peso – 127 g. Fabricada a molde. Bicónica.

23 – N.º Inv. A.C. 0369. Medidas – 4,1 cm/ 2,9 cm/ 1,3 cm. Peso – 60 g. Fabricada a molde. Oblonga.

24 – N.º Inv. A.C. 0370. Medidas – 4,1 cm/ 2,2 cm/ 1,2 cm. Peso – 53 g. Fabricada a molde. Oblonga.

25 – N.º Inv. A.C. 0371. Medidas – 4,8 cm/ 2 cm/ 2,1 cm. Peso – 95 g. Fabricada a molde. Bicónica.

26 – N.º Inv. A.C. 0373. Medidas – 5 cm/ 2,3 cm/ 2 cm. Peso – 117 g. Fabricada a molde. Bicónica.

27 – N.º Inv. A.C. 0372. Medidas – 4,5 cm/ 1,8 cm/ 1,4 cm. Peso – 61 g. Fabricada a molde. Bicónica.

28 – N.º Inv. A.C. 0379. Medidas – 5 cm/ 2,3 cm/ 1,6 cm. Peso – 79 g. Fabricada a molde. Oblonga.

29 – N.º Inv. A.C. 0378. Medidas – 4,5 cm/ 2 cm/ 1,7 cm. Peso – 64 g. Fabricada a molde. Bicónica.

30 – N.º Inv. A.C. 0381. Medidas – 5 cm/ 2,2 cm/ 1,7 cm. Peso – 87 g. Fabricada a molde. Oblonga.

31 – N.º Inv. A.C. 0380. Medidas – 4,7 cm/ 1,9 cm/ 1,3 cm. Peso – 52 g. Fabricada a molde. Oblonga.

32 – N.º Inv. A.C. 0382. Medidas – 5 cm/ 2,2 cm/ 1,7 cm. Peso – 117 g. Fabricada a molde. Oblonga.

33 – N.º Inv. A.C. 0384. Medidas – 4,9 cm/ 2,1 cm/ 1,8 cm. Peso – 87 g. Fabricada a molde. Oblonga.

34 – N.º Inv. A.C. 0388. Medidas – 4,5 cm/ 1,8 cm/ 1,3 cm. Peso – 55 g. Fabricada a molde. Oblonga.

35 – N.º Inv. A.C. 0390. Medidas – 5,3 cm/ 2,3 cm/ 1,6 cm. Peso – 90 g. Fabricada a molde. Oblonga.

36 – N.º Inv. A.C. 0392. Medidas – 5,4 cm/ 2,3 cm/ 1,7 cm. Peso – 104 g. Fabricada a molde. Oblonga.

37 – N.º Inv. A.C. 0389. Medidas – 4,9 cm/ 2,3 cm/ 1,6 cm. Peso – 63 g. Fabricada a molde. Oblonga.

38 – N.º Inv. A.C. 0394. Medidas – 4,7 cm/ 2,3 cm/ 1,8 cm. Peso – 87 g. Fabricada a molde. Oblonga.

39 – N.º Inv. A.C. 0396. Medidas – 4,8 cm/ 2,1 cm/ 2,1 cm. Peso – 100 g. Fabricada a molde. Bicónica.

40 – N.º Inv. A.C. 0336. Medidas – 4 cm/ 2,2 cm/ 1,5 cm. Peso – 58 g. Fabricada a molde. Oblonga.

41 – N.º Inv. A.C. 0319. Medidas – 4,2 cm/ 1,9 cm/ 1,2cm. Peso – 54 g. Fabricada a molde. Oblonga.

42 – N.º Inv. A.C. 0328. Medidas – 4,4 cm/ 2,4 cm/ 1,3 cm. Peso – 61 g. Fabricada a molde. Oblonga. Esta peça apresenta-se deformada por possível impacto.

43 – N.º Inv. A.C. 0333. Medidas – 4,5 cm/ 2,2 cm/ 1,6 cm. Peso – 73 g. Fabricada a molde. Oblonga.

44 – N.º Inv. A.C. 0332. Medidas – 4,3 cm/ 1,9 cm/ 1,2 cm. Peso – 54 g. Fabricada a molde. Oblonga.

45 – N.º Inv. A.C. 0329. Medidas – 4,4 cm/ 2 cm/ 1,25 cm. Peso – 56 g. Fabricada a molde e Placa Batida. Oblonga. Esta peça foi fabricada a molde mas tem a curiosidade de evidenciar trabalhos de martelagem com o objetivo de aguçar uma das extremidades.

46 – N.º Inv. A.C. 0327. Medidas – 3,6 cm/ 1,8 cm/ 1cm. Peso – 33 g. Fabricada a molde. Oblonga.

47 – N.º Inv. A.C. 0335. Medidas – 3,9 cm/ 2,2 cm/ 1,2 cm. Peso – 54 g. Fabricada a molde. Oblonga.

48 – N.º Inv. A.C. 0337. Medidas – 3,9 cm/ 2,2 cm/ 1,3 cm. Peso – 56 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidencia rebarba de chumbo por remover.

49 – N.º Inv. A.C. 0316. Medidas – 4,5 cm/ 2,1 cm/ 1,5cm. Peso – 59 g. Fabricada a molde. Oblonga.

50 – N.º Inv. A.C. 0324. Medidas – 4,7 cm/ 1,8 cm/ 1,4cm. Peso – 60 g. Fabricada a molde. Oblonga.

51 – N.º Inv. A.C. 0354. Medidas – 4 cm/ 1,8 cm/ 1,4 cm. Peso – 60 g. Fabricada a molde. Oblonga.

52 – N.º Inv. A.C. 0346. Medidas – 4,7 cm/ 2,2 cm/ 1,1 cm. Peso – 57 g. Fabricada a molde. Oblonga.

53 – N.º Inv. A.C. 0347. Medidas – 4,4 cm/ 1,7 cm/ 1,3 cm. Peso – 49 g. Fabricada a molde. Oblonga.

54 – N.º Inv. A.C. 0352 Medidas – 4,7 cm/ 2,2 cm/ 1,6 cm. Peso – 80 g. Fabricada a molde. Oblonga.

55 – N.º Inv. A.C. 0344. Medidas – 4,5 cm/ 2,2 cm/ 1,3 cm. Peso – 77 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

56 – N.º Inv. A.C. 0345. Medidas – 4,8 cm/ 1,9 cm/ 1,5 cm. Peso – 61 g. Fabricada a molde. Oblonga.

57 – N.º Inv. A.C. 0351. Medidas – 4,4 cm/ 2,2 cm/ 1,3 cm. Peso – 57 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

58 – N.º Inv. A.C. 0339. Medidas – 4,3 cm/ 2,2 cm/ 1,4 cm. Peso – 73 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

59 – N.º Inv. A.C. 0334. Medidas – 5 cm/ 1,7 cm/ 1,7 cm. Peso – 83 g. Fabricada a molde. Bicónica. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

60 – N.º Inv. A.C. 0323. Medidas – 4,7 cm/ 2,3 cm/ 1,4cm. Peso – 81 g. Moldagem. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

61 – N.º Inv. A.C. 0330. Medidas – 4,6 cm/ 2,1 cm/ 1,5 cm. Peso – 72 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

62 – N.º Inv. A.C. 0338. Medidas – 4,7 cm/ 2,7 cm/ 1,4 cm. Peso – 86 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

63 – N.º Inv. A.C. 0321. Medidas – 4,2 cm/ 1,2 cm/ 2,5cm. Peso – 52 g. Fabricada a molde. Bicónica. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

64 – N.º Inv. A.C. 0348. Medidas – 4,4 cm/ 2,7 cm/ 1,3 cm. Peso – 67 g. Fabricada a molde. Oblonga. Com restos de rebarbas de fundição.

65 – N.º Inv. A.C. 0353. Medidas – 4,3 cm/ 2 cm/ 1,6 cm. Peso – 63 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

66 – N.º Inv. A.C. 0386. Medidas – 4,4 cm/ 2,4 cm/ 1,7 cm. Peso – 86 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

67 – N.º Inv. A.C. 0366. Medidas – 4,7 cm/ 2,6 cm/ 1,5 cm. Peso – 77 g. Fabricada a molde. Bicónica. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

68 – N.º Inv. A.C. 0374. Medidas – 3,9 cm/ 2,7 cm/ 1,5 cm. Peso – 64 g. Fabricada a molde. Bicónica. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

69 – N.º Inv. A.C. 0395. Medidas – 4,1 cm/ 2,4 cm/ 1,5 cm. Peso – 67 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

70 – N.º Inv. A.C. 0377. Medidas – 5,3 cm/ 2,3 cm/ 1,9 cm. Peso – 111 g. Fabricada a molde. Bicónica. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

71 – N.º Inv. A.C. 0383. Medidas – 4,9 cm/ 2,2 cm/ 21, cm. Peso – 60 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

72 – N.º Inv. A.C. 0385. Medidas – 4,9 cm/ 2,4 cm/ 1,5 cm. Peso – 71 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

73 – N.º Inv. A.C. 0393. Medidas – 4,3 cm/ 1,9 cm/ 1,4 cm. Peso – 60 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

74 – N.º Inv. A.C. 0387. Medidas – 4,7 cm/ 2,2 cm/ 1,6 cm. Peso – 78 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

75 – N.º Inv. A.C. 0391. Medidas – 4,8 cm/ 2,4 cm/ 1,7 cm. Peso – 80 g. Fabricada a molde. Oblonga. Peça inacabada, evidência rebarba de chumbo por remover.

76 – N.º Inv. A.C. 0375. Medidas – 6,2 cm/ 2,4 cm/ 1,8 cm. Peso – 89 g. Fabricada a molde. Bicónica.

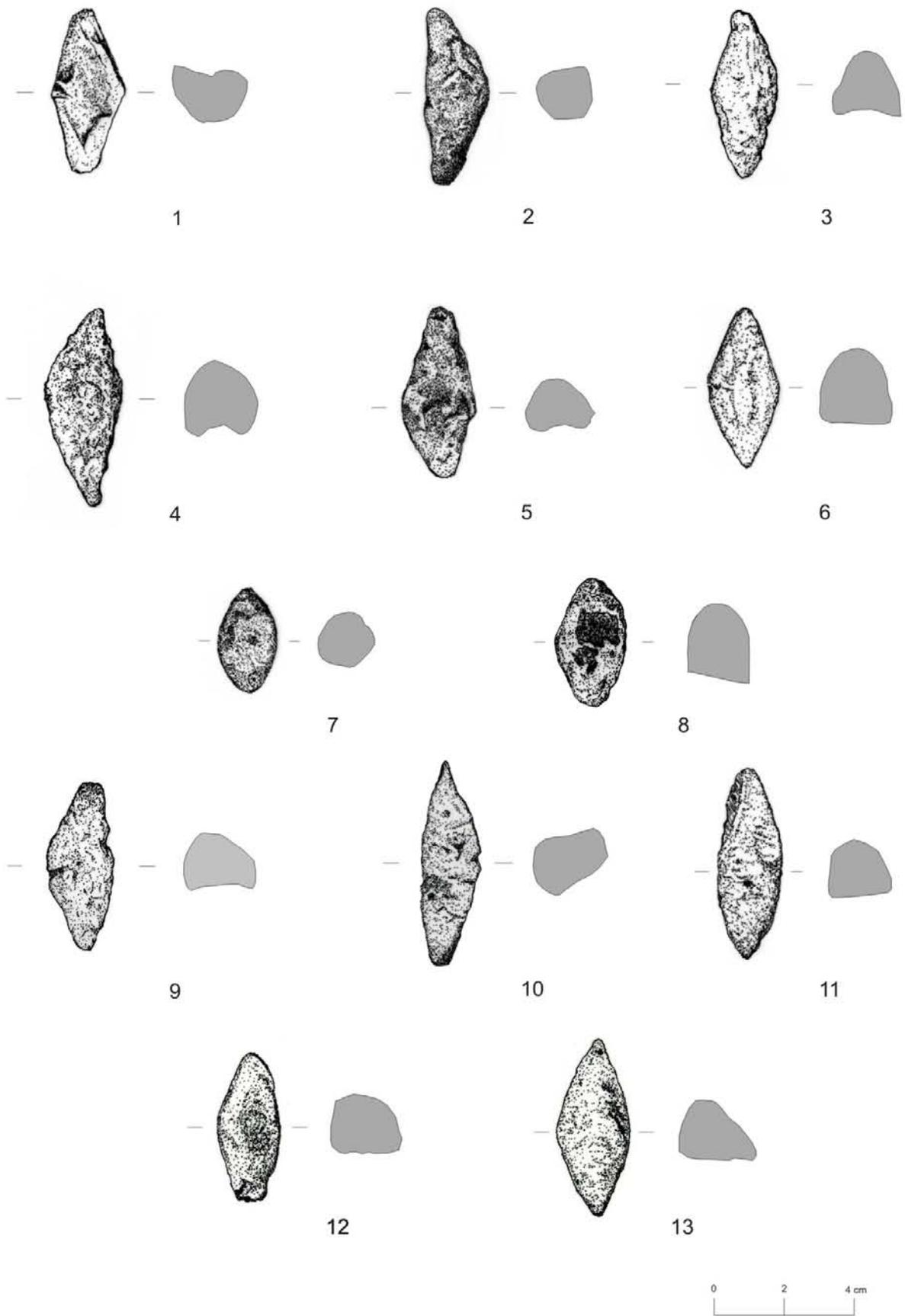


Figura 6

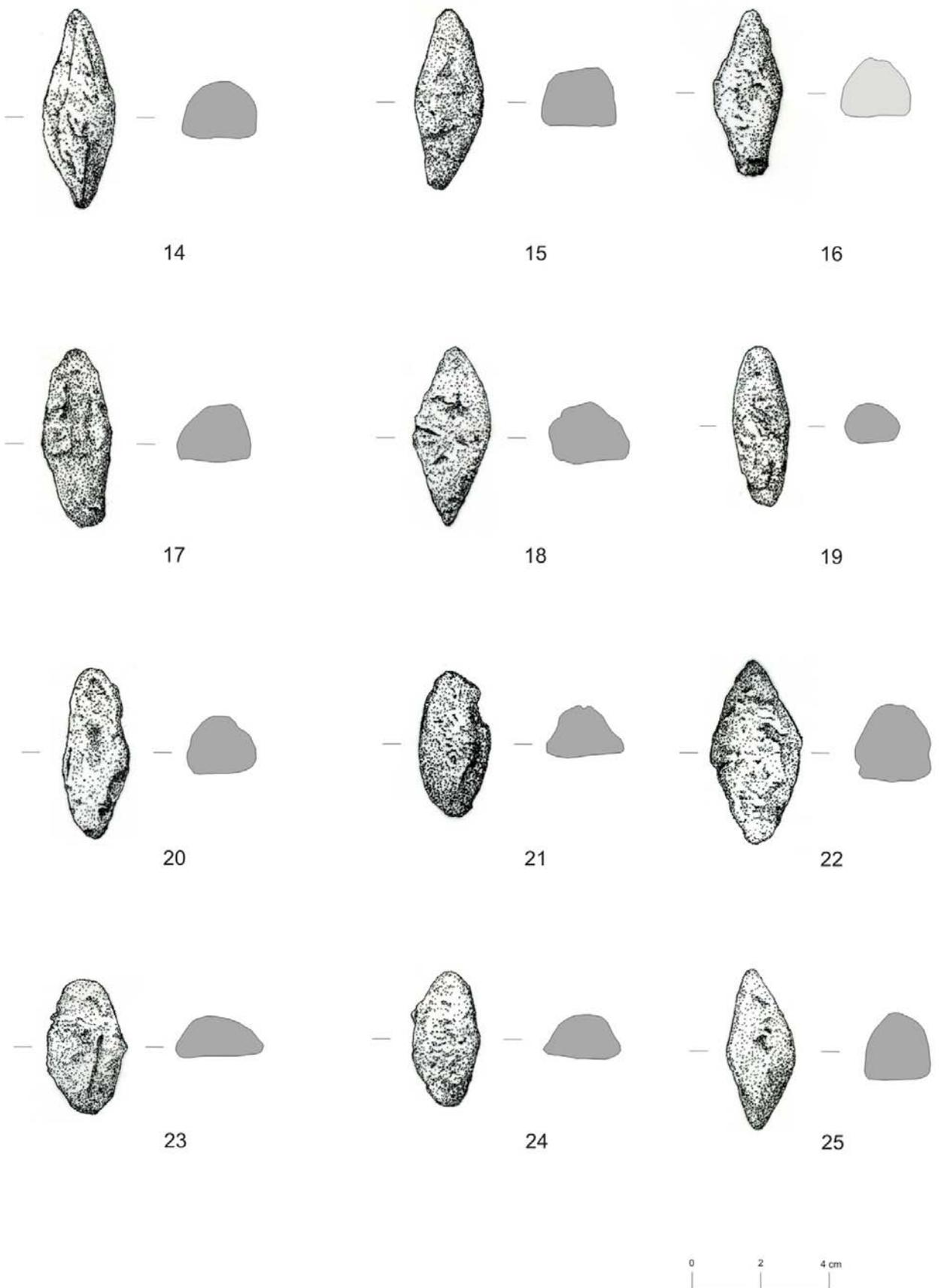


Figura 7

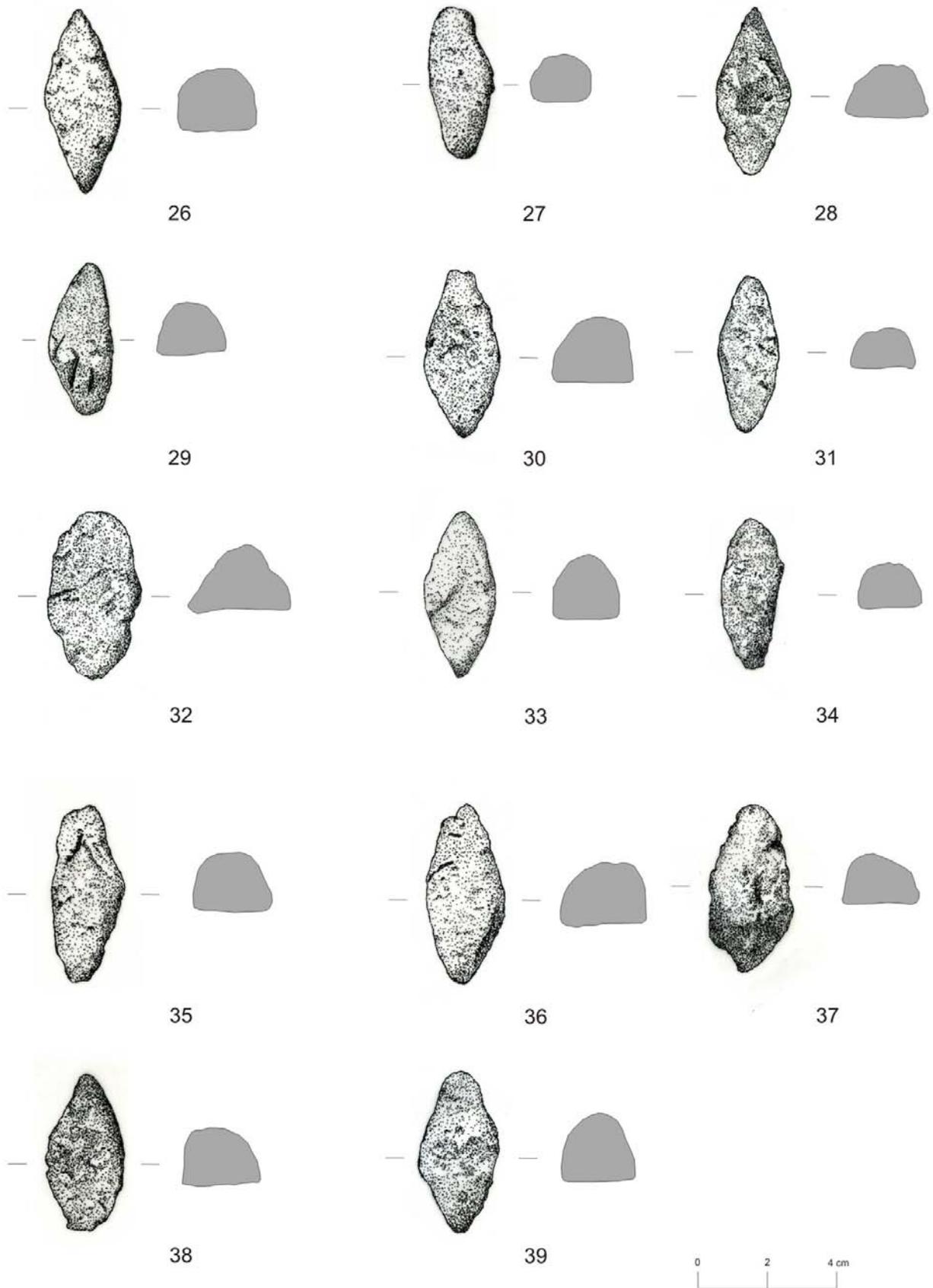


Figura 8

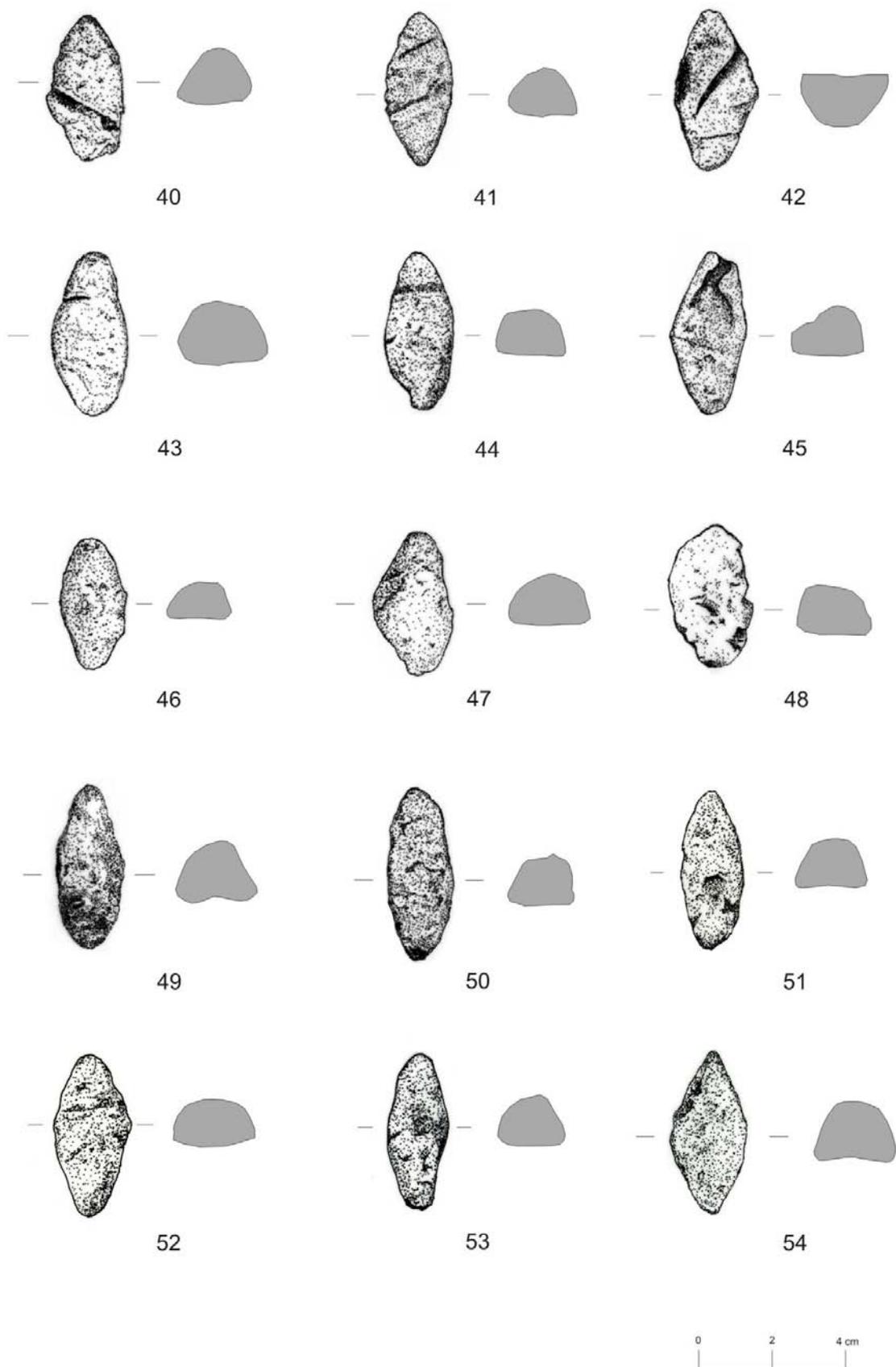


Figura 9

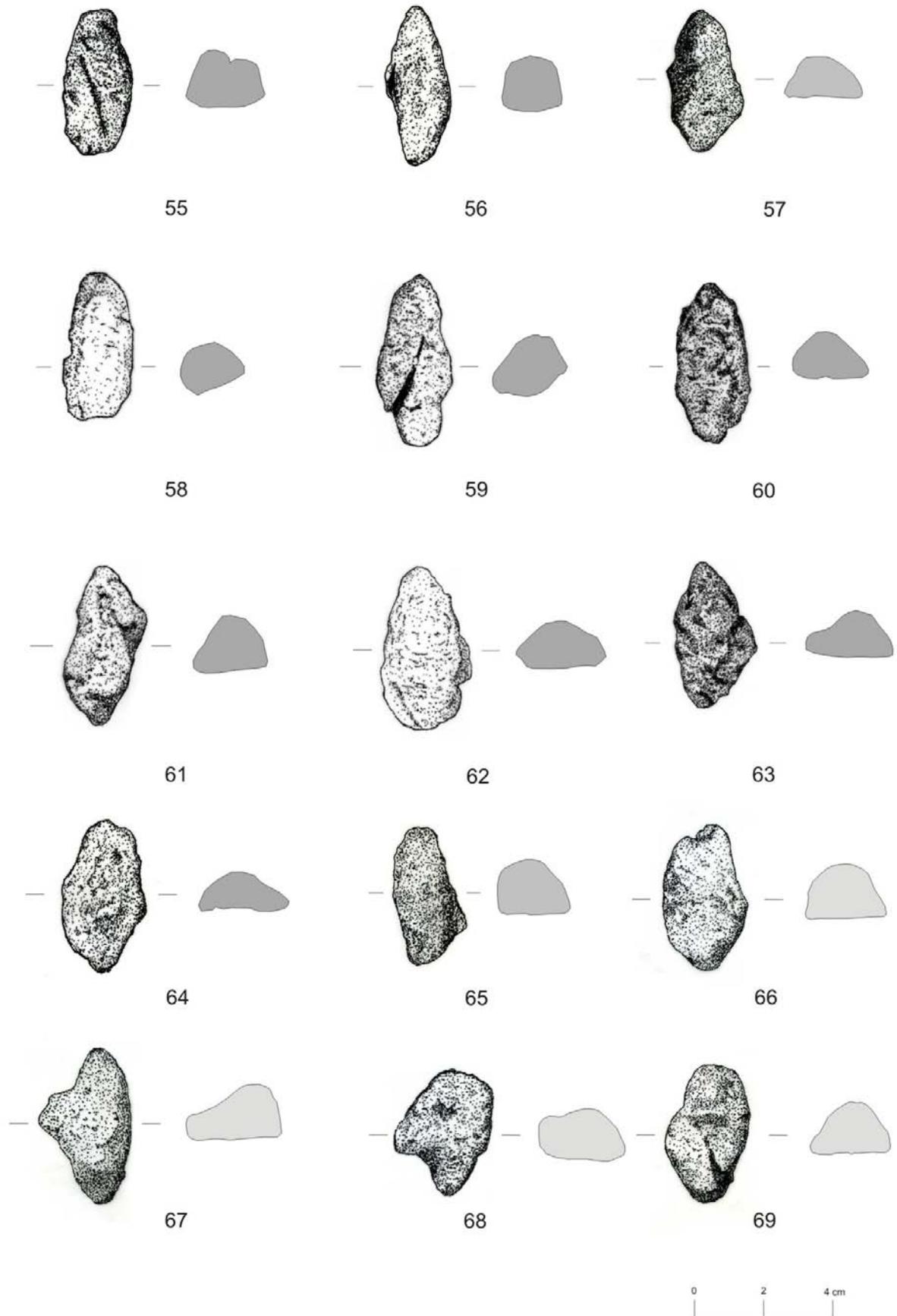


Figura 10

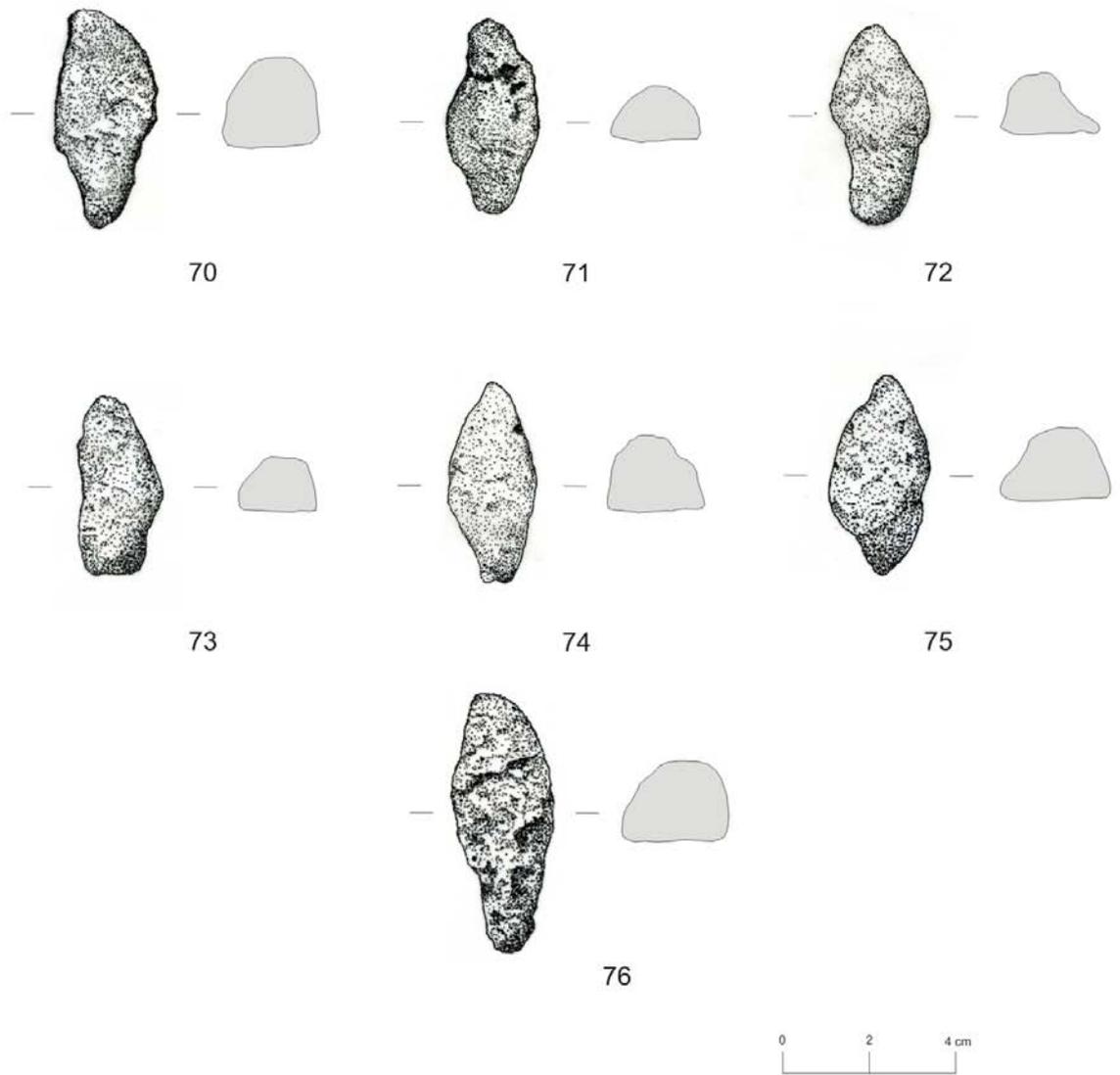


Figura 11

5.2. Os projéteis de funda

O uso da funda enquanto arma está abundantemente atestado nos exércitos romanos do final da República, encontrando-se atestado arqueologicamente para a Península Ibérica especialmente no decurso das Guerras Sertorianas e das Guerras Civis (Guerra, 1987).

Projéteis de chumbo deste tipo eram normalmente utilizados pela classe dos fundibulários, grupos de guerreiros que apenas se dedicavam a esta especialidade. Em grupo, como os arqueiros, eram posicionados no campo de batalha, e lançando estas glandes com a propulsão de uma funda, causariam grandes estragos nas linhas inimigas. Uma saraivada de glandes em campo aberto seria tão mortífera como uma nuvem de flechas. (DANDO-COLLINS, 2002)

Nem sempre é fácil contextualizar estes artefactos, tendo em conta o facto de se tratar de um projétil, a sua ampla dispersão é um elemento sempre presente, a não ser que sejam encontradas perto das estruturas relacionadas com a atividade da sua produção, como por exemplo uma forja ou em espaços de armazenamento. Num contexto geral, estes projéteis podem ser encontrados tanto em zonas de conflito, como em zonas de estruturas de carácter militar como acampamentos romanos, dando o exemplo dos projéteis encontrados em Numância. (BISHOP; COULSTON, 1993) ou no acampamento romano da Lomba do Canho (Guerra, 1987).

Por uma breve passagem do Corpus Cesariano (Bell. Afr. 20.3) e alguma evidência arqueológica tudo indica que os projéteis de funda eram tão fáceis de fabricar que podiam produzir-se em vésperas de batalha ou mesmo em pleno fragor do combate (Gómez-Pantoja y Morales Hernández, 2008).

Pelo facto de se usar como matéria-prima num metal abundante (em particular na Hispania), de fácil aquisição e mais fácil de transportar em bruto que em balas não deve estranhar-se que não se coloque muito esforço na sua recuperação após um combate ou no abandono de um acampamento.

As glandes encontradas no atual território português foram principalmente recolhidas sem qualquer contexto, sendo possível apenas referir que os sítios onde foram encontradas tiveram uma provável ocupação romana durante o período republicano (principalmente durante as Guerras Sertorianas e as Guerras Civis) (GUERRA, 1987).

Em Portugal, os únicos sítios que nos permitem uma datação e um estudo significativo destes materiais são o Castelo de Lousa (Moura), O Castelo das Juntas (Moura), o Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) e o acampamento da Lomba do Canho (Arganil). É particularmente relevante os dados deste último sítio, cuja cronologia fina foi possível de atribuir através do estudo dos materiais numismáticos e de alguns achados cerâmicos (ocupação centrada entre 75 e 40 a.C) (GUERRA, 1987).

Número	Proveniência	Inventário	Medidas	Peso
1	Mértola	16031A	36.20.17	55
2	Mértola	16031B	35.21.16	54
3	Mértola	16031C	36.19.17	59
4	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214A	34.16.15	32
5	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214B	36.16.13	35
6	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214C	34.16.14	38
7	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214D	29.14.12	28
8	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214E	32.23.13	47
9	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214F	35.17.15	36
10	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214G	30.16.15	31
11	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214H	37.17.13	35
12	Casal da Cascalheira - Chamusca	20214I	37.16.15	37
13	Carniçais - Moncorvo	16724	30.16.12	31
14	Castelo da Lousa - Mourão	64G1	40.20.18	70
15	Castelo da Lousa - Mourão	64P1	43.18.16	70
16	Castelo da Lousa - Mourão	64E1	38.17.16	58
17	Lomba do Canho - Arganil	LC1001	46.16.13	40
18	Lomba do Canho - Arganil	LC1002	53.14.14	39
19	Lomba do Canho - Arganil	LC1003	42.15.12	31
20	Lomba do Canho - Arganil	LC1004	41.16.13	32
21	Lomba do Canho - Arganil	LC1005	40.14.12	28
22	Lomba do Canho - Arganil	LC1006	48.16.13	34
23	Lomba do Canho - Arganil	LC1007	41.16.13	35
24	Lomba do Canho - Arganil	LC1008	41.14.13	25
25	Lomba do Canho - Arganil	LC1009	36.14.13	25
26	Foz do Enxarrique - Vila Velha do Rodão	N-42-8	44.18.14	48
27	Foz do Enxarrique - Vila Velha do Rodão	N-42-9	45.16.13	49
28	Foz do Enxarrique - Vila Velha do Rodão	N-42-10	45.18.15	59

Figura 12
Descrição das Glandes encontradas no território português (GUERRA, 1987 - modificado).

Observando o quadro acima referido, constatamos o total de glandes de chumbo encontradas no atual território português, que incluem no total 28 glandes de chumbo: três identificadas em Mértola, nove em Ulme, duas em Moncorvo, três em Mourão, três em Vila Velha de Ródão e nove na Lomba do Canho). (GUERRA, 1987) Este número é pouco significativo a nível histórico e arqueológico, também devido à falta de informação sobre os contextos arqueológicos dos mesmos (GUERRA, 1987).

Só o nosso objeto de estudo ultrapassa o total das glandes encontradas a nível nacional (76 como já foi referido anteriormente), sem contar com o facto de na sua totalidade original poderia ter rondado as cerca de 80 glandes.

Esta comparação entre as 28 glandes encontradas a nível nacional e as 76 glandes encontradas no Alto dos Cacos permite uma ligeira mudança da convenção predominante (ou seja, a escassez da mesmas), aumentando substancialmente os achados nacionais para um total de 105 glandes de chumbo a que temos que acrescer os dados publicados neste mesmo volume sobre o Castelo das Juntas.

Desde o trabalho de síntese que um de nós elaborou no já distante ano de 1987, o panorama da distribuição deste tipo de materiais alterou-se sendo pertinente fazer o ponto da situação e cartografar de novo as ocorrências. Este novo quadro, todavia não difere substancialmente do panorama recentemente delineado (Guerra e Pimenta, 2013).

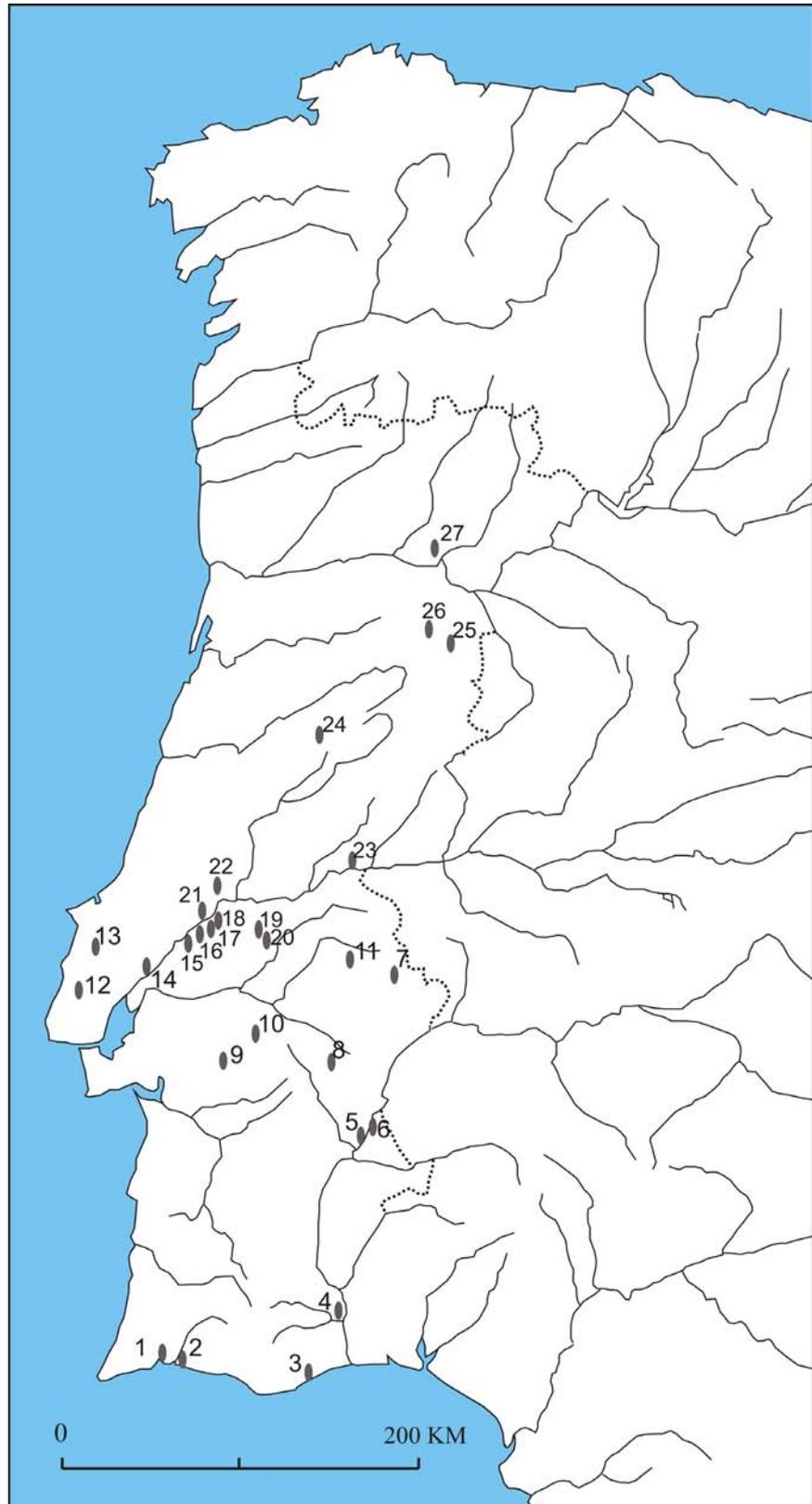


Figura 13
Mapa do território
atual português com
a distribuição dos
projéteis de funda,
(Guerra e Pimenta
2013).

6. Considerações Finais

A associação desta região a atividades bélicas e à presença de tropas decorre, desde logo, da bem conhecida referência de Plínio, segundo a qual a colónia romana de Scallabis era chamada de *Praesidium Iulium*, (PLIN.4,117), o tendo este facto servido de fundamento à hipótese de aqui ter existido um acampamento militar na época de Júlio César (Alarcão, 1988, p.).

Não existe porém consenso em relação à cronologia do mesmo. As datas de 61 a. C. contemporânea da presença de César como propretor da Hispânia Ulterior, ou 49-44 a. C. correlacionada com a guerra civil entre o ditador e Pompeio foram propostas inicialmente por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1988, p. 26). Mais recentemente e após alguns considerações críticas de António Faria (1999, p. 43) sobre o tema, Jorge de Alarcão propôs como mais credível uma cronologia de 49-44 a. C. (Alarcão, 2002, p. 39).

Na realidade, a questão envolve dois aspetos bem distintos: o que diz respeito à instalação de tropas cesarianas e o que concerne à cronologia da concessão de privilégios jurídicos e do título que Plínio refere. A respeito do último aspeto a proposta de Faria parece mais consistente e não vale a pena discuti-la aqui. Importa, neste caso concreto, considerar a possibilidade de *Scallabis* ter servido de instalação temporária a contingentes militares que serviram nas campanhas que César, enquanto propretor, levou a cabo na Lusitânia e das quais conhecemos alguns aspetos particulares. As condições que esta área proporcionava e a importância estratégica deste lugar, já posta evidência com a sua escolha por parte de Décimo Júnio Bruto como base da sua incursão até à região do Minho, podem justificar esta opção.

Isso não impede, antes pode justificar, que a mesma área venha a ser escolhida em fase posterior, quando eclodem os conflitos com Pompeio, continuados pelos filhos deste. Durante este período a Península Ibérica volta a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. A presença de grandes contingentes militares e as múltiplas referências nas fontes clássicas à presença de legiões estacionadas no Ocidente Peninsular permitem inferir que este conflito terá sido decisivo para a romanização da Lusitânia (Alarcão, 1988, p. 27) e para a projeção extraordinária que assumiu *Scallabis*, cujo precoce estatuto colonial marca a sua privilegiada condição.

A importância geoestratégica da cidade e do território envolvente é realmente significativa e constitui um dado a reter, correlacionando-se diretamente com vários fatores:

1 - A ampla navegabilidade do Tejo na antiguidade, até à zona de Santarém. O que fez com que a esta região, pudessem aportar as galés romanas desembarcando as legiões provenientes de paragens mais meridionais. A acessibilidade do local a navios de grande porte foi posta em evidência, de forma muito sugestiva, por Estrabão e constitui sem dúvida um aspeto que justifica a sua frequente escolha como ponto de estacionamento de contingentes militares;

2 - A localização geográfica da zona de Santarém de onde partem vias terrestres de penetração natural. Por um lado, o tradicional percurso de ligação entre o Baixo Vale do Tejo e o Norte, o qual teria sido usado por Décimo Júnio Bruto. Por outro lado a ligação para sul, que compreenderia tanto um percurso orientado para o litoral, como se deveria projetar para o interior, estabelecendo uma ligação com o vale do Guadiana. (Ver Mantas, 2002).

3 – Esta circunstância é indissociável do facto de *Scallabis* se encontrar junto a importante ponto de atravessamento a vau do Tejo.

4 – Tem-se igualmente chamado a atenção para um outro que exigiria a presença de tropas

e que, a nosso ver, não tem sido devidamente valorizado (Cardoso, Guerra e, Guerra e Fabião, 2011). Trata-se da importância que estes contingentes militares desempenhavam no processo de exploração dos recursos mineiros, neste caso concreto na ações que neste período se deveriam levar a cabo no percurso a montante do rio, e que foram responsáveis pela fama que o rio adquiriu na literatura, ao tornar-se um dos mais famosos rios auríferos do mundo romano. O primeiro autor que integra na sua obra uma referência a este aspeto foi Catulo (Fernández Nieto), precisamente um autor contemporâneo de César.

Este conjunto de circunstâncias permite explicar facilmente a razão pela qual toda a região de Santarém ter proporcionado amplos vestígios e algo dispersos que devem corresponder aos diferentes episódios que marcaram a história da presença romana no nosso território, no que concerne especialmente à presença de contingentes militares.

Daqui decorre uma determinada interpretação dos vestígios que se identificaram em Altos dos Cacos. O conjunto de materiais cerâmicos, líticos e metálicos aí recolhidos permite sublinhar a relevância da ocupação do sítio em meados do século I a. C., mais em concreto em meados da segunda metade do século I a. C.

As correlações de materiais cerâmicos aqui recolhidos, encontra bons paralelos em contextos do século I a. C. em sítios de cariz militar, como o estabelecimento romano da Lomba do Canho em Arganil (Fabião, 1989) e o Castelo da Lousa – Mourão (Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010) ou outros sítios onde se identifica a presença de materiais tipicamente militares, como a Alcáçova de Santarém (Arruda e Almeida, 2000; Viegas, 2003; Bargão, 2006; Almeida, 2008), o Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira (Pimenta, Mendes e Norton, 2008), o Pedrão – Setúbal, (Soares e Silva, 1973).

Ainda que a informação disponível careça de confirmação estratigráfica, julgamos defensável avançar-se com a proposta de estarmos perante uma ocupação de índole militar bem datada, a partir dos inícios da segunda metade do século I a. C. (50 a 40 a. C.). Poderíamos, assim, estar perante um acampamento militar, correlacionável com os conflitos entre os partidários de César e Pompeio na Ulterior, em consequência da instabilidade reinante no Ocidente durante este período (Fabião, 1998).

Finda esta fase conturbada, com a implantação de uma ideologia da *Pax* tão cara a Augusto, todo o vale do Tejo é integrado numa nova estrutura política à escala global, que se estende desde o longínquo Oriente até ao Ocidente peninsular.

Depois de um período marcado pelas hesitações a respeito do local que corresponderia às referências a uma *Scallabis* por parte dos diversos textos clássicos (Plínio, Ptolomeu e o Itinerário de Antonino), sustenta-se hoje que o espaço ocupado pelo povoado indígena do morro da Alcáçova de Santarém foi o ponto escolhido para implantação da cidade romana (Arruda e Viegas, 2002; Viegas, 2003).

Através de Plínio, sabemos que a esta urbe do Vale do Tejo foi conferido o estatuto de colónia e que teve um papel de relevo incontestado a nível político, administrativo, judicial e económico, como sede de um dos três conventos jurídicos da província romana da Lusitânia.

Não é aqui o sítio, para discutir a questão da data exata da fundação dessa Colónia, que aliás não é ainda tema de todo pacífico (ver Mantas, 1993, Faria, 1999, Alarcão, 2002 e Viegas, 2003). Importa porém reter, que o primeiro gizar de um programa amplo de concessão de estatuto privilegiado a cidades e de uma política coerente de colonização corresponde, na Península Ibérica, ao final das guerras civis entre César e Pompeio (Mantas, 1993) e *Scallabis* se constitui como o exemplo mais precoce desse processo, na faixa costeira ocidental

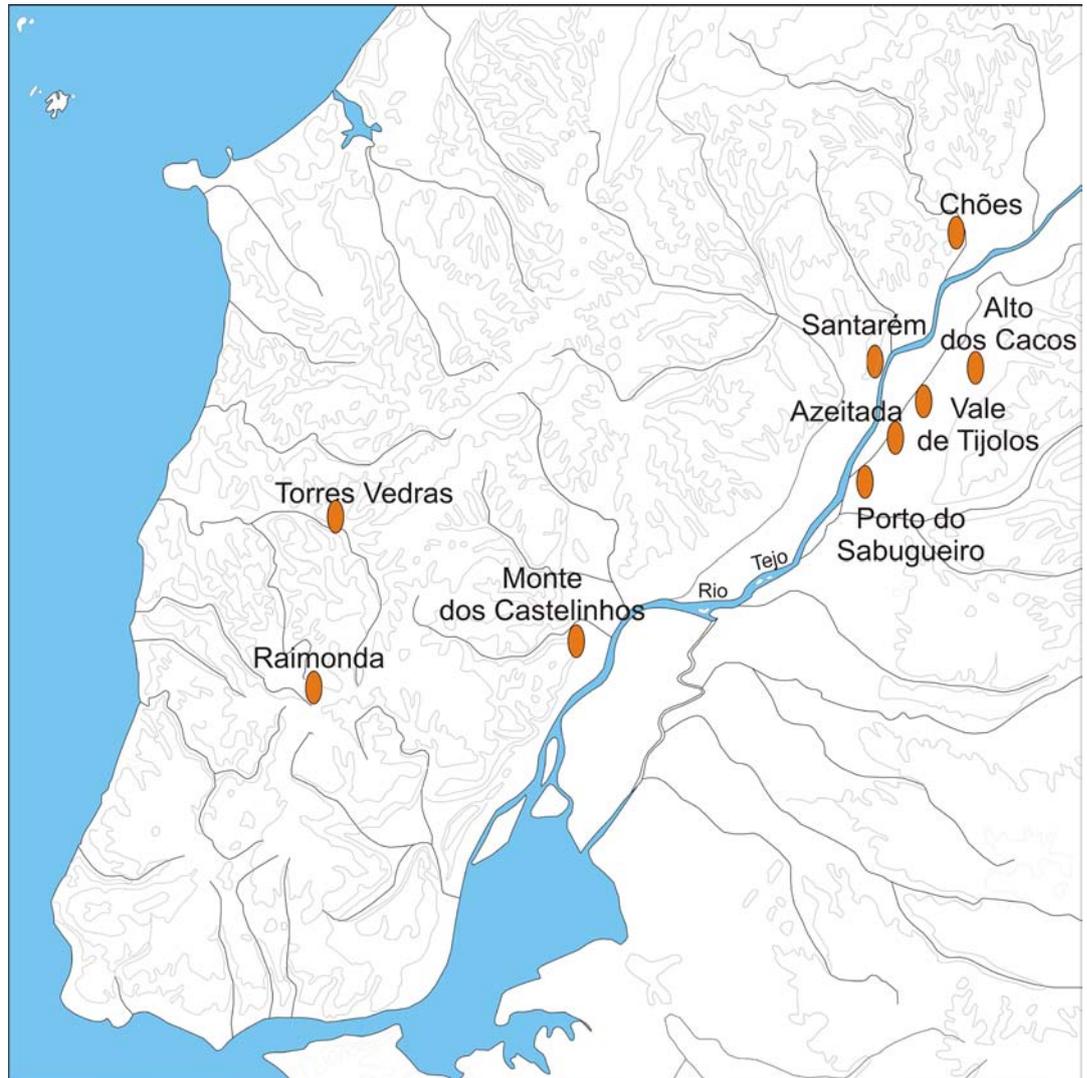


Figura 14
Mapa do baixo-Tejo
com a localização
das estações onde se
detetaram projecteis
de funda.

Independentemente da cronologia precisa dessa concessão parece indiscutível que na génese desse privilégio se encontra a sua ligação com a sua importância militar, inserindo-se a sua promoção numa estratégia de defesa ou prevenção da linha do Tejo (Mantas, 1993, p. 485)

A dedução da colónia de *Scallabis* terá tido assim, um forte impacto em toda a sua envolvente em particular entre as populações indígenas que habitavam esta fértil região.

A chegada e implantação de um conjunto considerável de colonos, possivelmente veteranos das campanhas de César, desencadeou um processo de enérgicas transformações no território, que segundo alguns autores ainda hoje marcam a paisagem (Mantas, 1996, Quinteira, 1996).

A implantação da colónia teria, assim, efeitos práticos sobre o seu território. De facto, inerente à implantação dos colonos encontrar-se-ia a centurição do seu território, que, segundo um modelo conhecido, mas por vezes simplisticamente aplicado, teria passado de mãos, das comunidades indígenas para os novos habitantes, a quem, terá sido entregue uma parcela de terreno a explorar. Vasco Mantas sustenta, que “não faltam vestígios dessa grande operação de ordenamento económico e administrativo” sugerindo, em concreto, que o módulo adotado “foi o da *centuria quadrata* de 50 hectares (710×710m)” (Mantas, 2002, p. 111).

Qual o papel do acampamento romano de Alto dos Cacos, neste novo desenho político? Como já referimos, a comprovada continuidade da sua ocupação ao longo do século I d. C. pelo menos até aos Flávios, numa fase já de paz e num novo cenário que se encontrava a implantar no território, leva-nos a propor que a sua continuidade esteja relacionada com a fundação e desenvolvimento da *colonia Scallabitana* e do seu território

Propomos assim, como hipótese de trabalho, que o acampamento de Alto dos Cacos, se teria mantido como elemento estruturante e estruturador de uma nova paisagem política, podendo os militares ter tido um papel de relevo na construção dessa paisagem, quer com ações físicas como no assegurar de obras de engenharia essenciais como as construções viárias ou em associação com a exploração dos recursos mineiros, que tradicionalmente são acompanhados de uma presença militar.

BIBLIOGRAFIA:

- ARRUDA, A.M.; VIEGAS, C. (2002)** – A Alcáçova. In *De Scallabis a Santarém*. Catálogo da exposição do MNA. Lisboa. MNA, p. 73-81
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010)** – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.
- BISHOP, M.C.; COULSTON, J.C.N. (1993)** – *Military Equipment. From the Punic Wars to the Fall of Rome*. London: BT Batsford Ltd
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2011)** – Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alentejo In *Lucius Cornelius Bochus Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Academia Portuguesa de História e Real Academia de La Historia. Lisboa e Madrid, p. 169-188.
- CINCA, J. L.; RAMÍREZ SÁDABA, J. L.; VELAZA, J. (2003)** – Un depósito de proyectiles de catapulta hallado en Calahorra (La Rioja). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 76, p. 263-271.
- CONTRERAS, Fernando ; MÜLLER, Regine ; MUNTANER, José e VALLE, Francisco (2006)** – *Estúdio pormenorizado de los glandes de plomo depositados en el CEHIMO*. In *Cehimo* [s.], [s.d] pp. 1-47
- DANDO-COLLINS, S. (2002)** – *Caesar's Legion, The Epic Saga of Julius Caesar's Elite Tenth Legion and the armies of Rome*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2004)** – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León, p. 113-134.
- FABIÃO, C. (2004a)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias materiais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords César Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73
- FARIA, A. M. de (1999)** – Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 29-50.
- FERNÁNDEZ NIETO, F. J. (1971) - Aurifer Tagus. *Zephyrus*. Salamanca. 21, p. 245-59.
- GÓMES-PANTOJA, J. y MORALES HERNÁNDEZ, F. (2008)** – Los etolios en Numancia. In *Actes de la table ronde internationale (Madrid, novembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine. SALDVIE*. N.º 8. Universidad de Zaragoza, p. 37-58.
- GOMES, S.S.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M.; GUERRA, A. (2013) – Caracterização Isotópica do Pb em Glandes *Plumbeae* do Alto dos Cacos (Almeirim) In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 835-837.
- GUERRA, A. (1987)** – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 5, p. 161-177.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J. (2013)** – Os projecteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*, p. 47-58.
- HENRIQUES, E. (1982)** – Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim. Almeirim. Texto manuscrito. 19/12/82. Processo 82/1 (242) IGESPAR.
- LLORIS, F. B. (1990)** – La «pietas» de Sertório. In *Gerión*, 8, Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, pp. 211-226
- MANTAS, V. (1993)** – As fundações coloniais no território português nos finais da República e os inícios do Império. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra 1990)*. Coimbra: Universidade, p. 465-500.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- MORILLO, A. (2007)** – *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León.

- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988)** - *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil. Museu Regional de Arqueologia.
- POUX, Matthieu; GUYARD, Laurent (1999)**- Un moule à balles de fronde inscrit d'époque tardo-républicaine à Paris (rue Saint-Martin). In *Instrumentum*, 9, [s.l.], [s.e.]. pp. 29-30
- QUINTEIRA, A.J.F. (1996)** – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre. (Edição fotocopiada).
- RUIVO, J. (1999)** – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In Centeno, R.; Garcia Bellido, M.; Mora, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueología. XX, p. 101-110.
- SILVA, R. B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013)** – A Terra Sigillata do Acampamento militar romano de Alto dos Cacos (Almeirim). In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 775-783.
- VEGA, Margaret B. e CRAIG, Nathan (2009)** – *New Experimental data on the distance of sling projectiles*. In *Journal of Archaeological Science*, 36, [s.l.]: Elsevier, pp. 1264-1268.
- VIEGAS, C. (2003)** – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio* (Trabalhos de Arqueologia, 26). Lisboa: Instituto Portugues de Arqueologia.

NOTAS

- ¹ Este conjunto foi já objecto de um trabalho de análise isotópica levado a cabo no Campus Tecnológico e Nuclear do IST (Gomes et alii 2013) e constitui material integrante da tese de Doutoramento de Susana Gomes.
- ² Faculdade de Letras Universidade de Lisboa/Uniarq
- ³ Museu Municipal Vila Franca de Xira/UNIARQ
- ⁴ Mestrando de Arqueologia – FCSH/Investigador Integrado IHC
- ⁵ Recorde-se que os maiores conjuntos de glandes plumbeae até ao momento conhecidos eram os provenientes do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil) e o de Casal da Cascalheira (Ulme – Chamusca) – ambos de 9 exemplares (Guerra, 1987). Noticiou-se igualmente o aparecimento de uma quantidade significativa de objectos de chumbo, de 96 quilos, que se presume corresponderem a este mesmo tipo de espólio, mas a sua natureza e proveniência não foram estabelecidas com rigor. Neste mesmo volume é apresentado um conjunto de 69 glandes provenientes do Castelo das Juntas Moura.

Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal)

TERESA RITA PEREIRA¹ BOLSEIRA DE DOUTORAMENTO FCT/UNIARQ

Resumo: Cabeça de Vaiamonte apresenta-se como um sítio arqueológico emblemático no âmbito da conquista e romanização do Vale do Tejo. O extenso conjunto artefactual parece enquadrar-se na proposta de uma ocupação militar no 1.º quartel do século I a.C., provavelmente relacionável com o período das guerras sertorianas, encontrando notórias semelhanças com o acampamento de Cáceres el Viejo. Não obstante, uma nova análise parece revelar algum espólio, se bem que de expressão diminuta, atribuível a meados - 3.º quartel do século I a.C. e com o qual se poderia extrapolar uma continuidade ou acção esporádica militar/ “militarizada” deste local por altura das guerras entre César e Pompeu (cerca de 49-45 a.C.). Esta hipótese surge sustentada pela presença do capacete de tipo *Buggenum*, datado genericamente de meados do século I a.C., e que havia sido recolhido fortuitamente no sopé do cabeço. Se bem que este capacete foi recuperado em um contexto provavelmente ritual - junto a um curso de água, a verdade é que no contexto das escavações foram recuperadas duas ponteiros de capacete atribuíveis a esta mesma tipologia. Para além destes dados há ainda que considerar: a possível inscrição no projectil de funda associada à *Legio X Equestris* (61-45 a.C.), algumas fíbulas de tipo *Nauheim* de produção gálica entre 75 e 10 a.C., os dois asses de *Cneus Magnus Imperator* e outros dois asses de *Lépida/ Celsa* em cunhagem bilingue atribuída aos pompeianos.

Palavras-chave: século I a.C.; ocupação militarizada; armamento; guerras sertorianas; guerra civil cesariana.

Abstract: Cabeça de Vaiamonte is an emblematic archaeological site within the conquest and romanization of the Tagus Valley. The extensive artefactual set seems to fit in the proposal of a military occupation in the 1st quarter of the first century BC, probably related to the Sertorian Wars period, finding similarities with the notorious camp of Cáceres el Viejo. However, a new analysis seems to reveal some artifacts, though with a diminished expression, attributable to mid - 3rd quarter of the first century BC and with which one could extrapolate a continuity or sporadic military/ “militarized” action for this site, by the time of the war between Caesar and Sextus Pompey (about 49-45 BC). This hypothesis appears supported by the presence of the *Buggenum* type helmet, generally dated from the mid-first century BC, that had been randomly collected at the foothill. Although this helmet was recovered on a probable ritual context - next to a watercourse - , the truth is that two helmet knobs, attributable to this same type, were recovered during the excavations. In addition to these data there is to consider the possible inscription on the funda projectile associated with *Legio X equestris* (61-45 BC), some *Nauheim* type fibulae of Gallic production between 75 and 10 BC and the two coins of *Cneus Magnus Imperator* and another two bronze asses of *Lepida / Celsa*, a bilingual coinage attributed to the Pompeian.

1. O sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte: novos dados, poucos esclarecimentos.

O sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte, localizado no distrito de Portalegre, concelho de Monforte (Fig. 1), foi alvo de várias campanhas de escavações arqueológicas dirigidas por Manuel Heleno entre 1951 e 1964. O antigo povoado encontra-se num outeiro isolado que se destaca claramente na paisagem pela sua implantação a 393 metros de altitude, enquadrado pelas bacias do Sorraia/Tejo e do Caia/Guadiana. Apesar do vasto conjunto artefactual recuperado, os dados de leitura arqueográfica e estratigráfica do sítio apresentam-se de difícil extrapolação, uma vez que o registo efectuado pelos seus principais intervenientes – Manuel Heleno e João Lino da Silva, limita, em muito, a tentativa de relacionar os materiais e a realidade ocupacional deste espaço. Desconhece-se por isso com exactidão quais as zonas intervencionadas, que área abrangiam e se se terão cingido à encosta Sudeste do cabeço.

Apesar de todas estas dificuldades, e mesmo impossibilidades, a tese de doutoramento de Carlos Fabião (1998) permitiu conhecer o provável faseamento de ocupação do sítio, onde, um momento transitório, de efectiva romanização é notório com os dados que a cerâmica campaniense (incluindo as imitações regionais/ locais), os numismas, as fíbulas e a *militaria* transparecem.

Para além de todo o espólio recuperado ao longo daqueles anos de escavação, também os relatórios produzidos pelo encarregado João Lino da Silva se encontram depositados no Museu Nacional de Arqueologia. A sua leitura, apesar de não ser frutuosa no que diz respeito à ilustração de quaisquer mapas de localização das sondagens efectuadas, permitiu refutar alguns dos dados anteriormente avançados.

Um dos elementos que sustentava a teoria de que algumas das peças atribuídas a Cabeça de Vaiamonte pudessem de facto pertencer ao sítio arqueológico de Torre de Palma, que era escavado em simultâneo, residia no facto de alguns artefactos apresentarem numeração romana superior a XX, número este respeitante ao total de sondagens efectuadas no povoado (Fabião, 1998, p.171). Tal facto, colocaria de parte a hipótese de se tratar de peças provenientes das sondagens efectuadas em Cabeça de Vaiamonte, e remetê-las-ia para alguma das salas descritas para Torre de Palma, ou, segundo sugestão de Carlos Fabião (1998, p.165) para novas camadas identificadas. Não obstante, pude confirmar que esta numeração romana era atribuída pelo responsável das escavações aos artefactos que considerava mais relevantes. O responsável escolhia um conjunto de artefactos para cada um dos sítios intervencionados em simultâneo (Cabeça de Vaiamonte, Torre de Palma e Monte do Pombal), atribuía-lhes um número - escrevendo-o na própria peça com tinta permanente, e descrevia-os brevemente numa lista onde constam o número, o sítio arqueológico, o tipo de objecto, a matéria-prima e a profundidade estratigráfica do achado (Silva, s/ data). Assim sendo, e apesar de ter sido possível encontrar algumas destas peças que ainda conservam a tinta permanente, outras encontram-se por identificar. Tal como Carlos Fabião previra, existem alguns objectos que eram atribuídos a Torre de Palma que pertencerão a Cabeça de Vaiamonte, e o inverso também deverá ocorrer.

Outros dos mistérios atribuídos ao espólio numismático de Cabeça de Vaiamonte, diz respeito à atribuição da designação da “Tapada D. Maria Vinte e Um”. Segundo Carlos Fabião (1998, p.170) esta designação poderia dever-se à atribuição numérica das inúmeras tapadas localizadas naquele local. Não obstante, foi agora possível identificar a Sr.^a Maria Vinte e Um como uma das proprietárias de uma das tapadas intervencionadas, sendo que ao longo

do texto surgem ainda os nomes de outros proprietários (Silva, 1958).

Nos relatórios conhecidos, referentes aos trabalhos de campo efectuados entre 1952 e 1958, os artefactos metálicos representam um terço (33,4%) de todas as referências artefactuais, que englobam distintas categorias: “fibula” e “fragmento de fibula”, “moeda” e “moeda de prata”, “objecto” e “fragmento de ferro”, “objecto” e “fragmento de bronze”. Este artigo debruçar-se-á justamente sobre este conjunto e as leituras que o mesmo permite acerca das marcas da romanização naquele território.

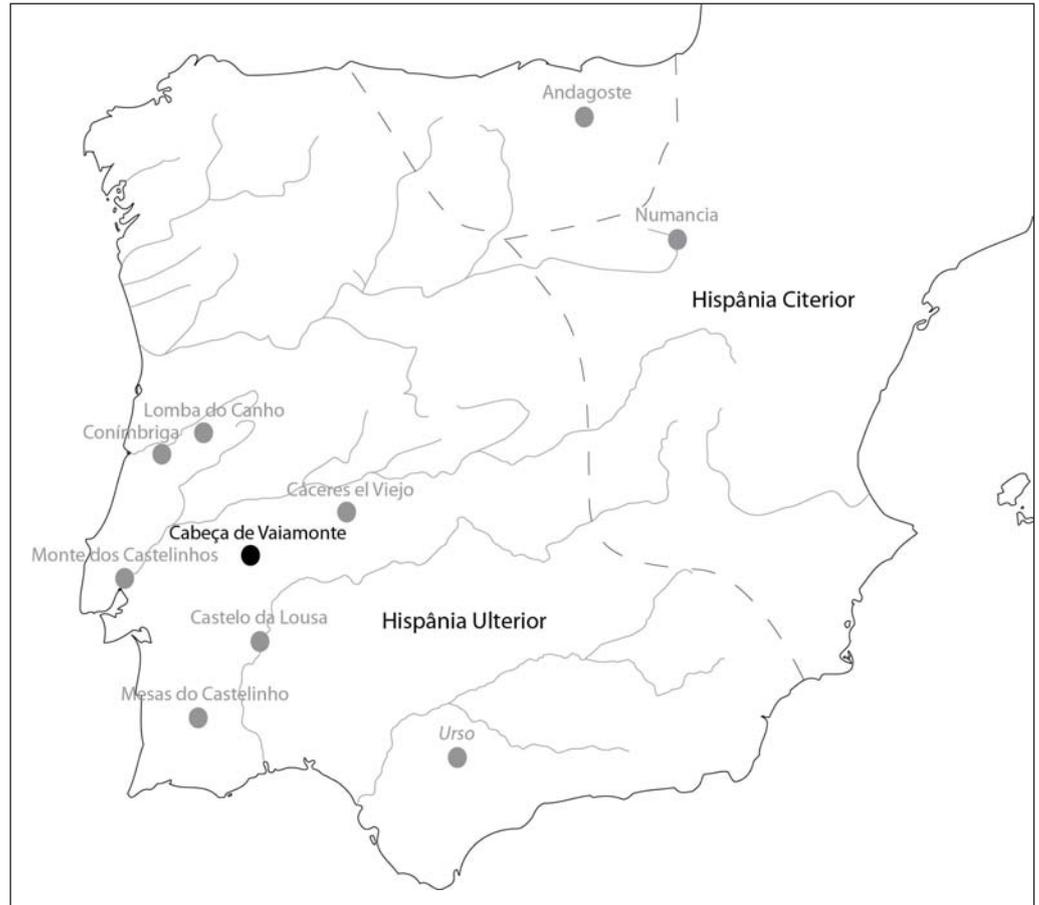


Figura 1
Mapa de localização
do sítio arqueológico
de Cabeça de
Vaiamonte.

2. As marcas da romanização espelhadas nos artefactos metálicos.

2.1. Militar: em cada sarcina...

A designação latina *militaria* engloba o conjunto de instrumentos relacionáveis com a função militar. No entanto, e ao longo da produção historiográfica, a interpretação *stricto sensu* inclui apenas o armamento, os elementos de arreo associados à cavalaria e os componentes de *cingulum* (Feugère, 2002, p. 75), tendo sido assumida uma clara distinção entre categorias. Cada uma delas assiste ainda a outras divisões, como é o caso do armamento que foi dividido pela sua função de ataque ou defesa - veja-se a título de exemplo, o trabalho monográfico de Fernando Quesada Sanz (1997a).

No entanto, e no que diz respeito a Cabeça de Vaiamonte, estas divisões são claramente insuficientes para o conjunto artefactual passível de relacionarmos com a ocupação militar/militarizada deste local. A divisão efectuada por Michel Feugère (2002, p.75) da *militaria*

de Hérault (França) entre armas, *cingulum* e arreios justifica-se pelo facto de tratar um conjunto de contextos civis, à semelhança do que acontece em Oedenburg (Suíça) onde o autor afirma que os objectos provenientes de contextos do povoado foram excluídos como *militaria*, ao contrário daqueles encontrados em acampamentos e que por isso foram integrados (Fort, 2009, p.255).

No caso de ocupações militares irrefutáveis, como os acampamentos, estes horizontes deverão ser alargados pela presença de outros elementos facilmente associados a um contexto sociocultural muito específico: a guerra. Isto porque, nestes casos em particular, tudo se resume a uma ocupação muito limitada em espaço e tempo, e com uma acção bélica muito específica: quer esta esteja activa, num cenário de batalha, ou adormecida, quando o efectivo militar se encontra apenas com funções de manutenção da paz e/ou criação/manutenção de infra-estruturas.

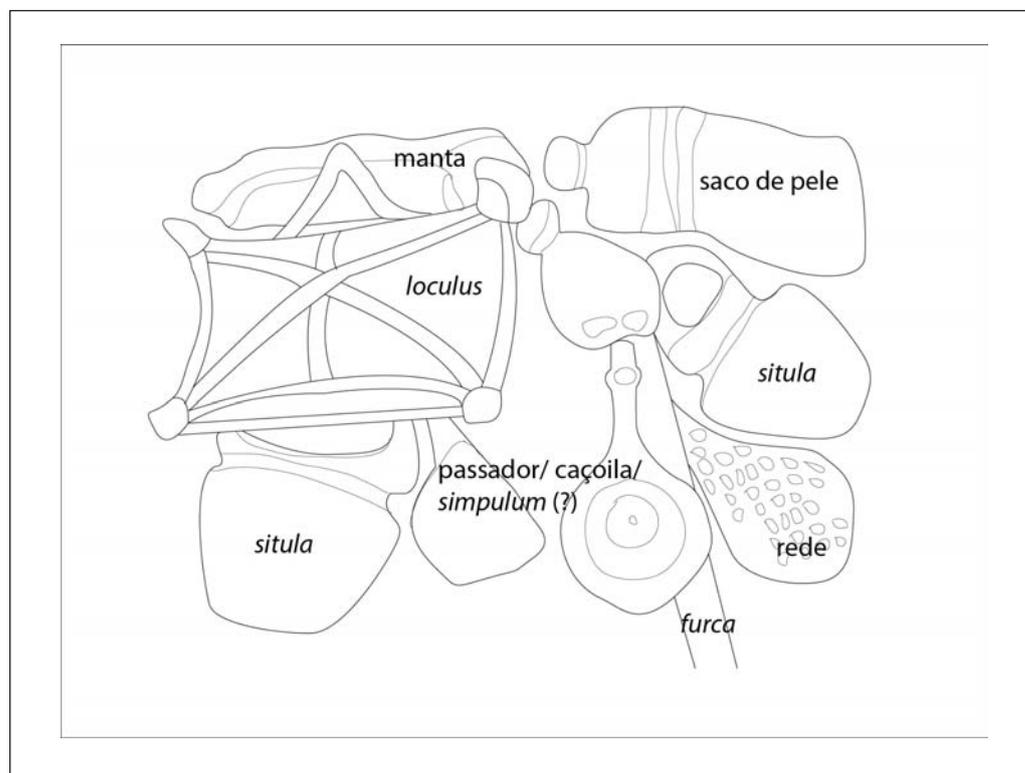
Veja-se a título de exemplo o caso das estacas de tenda utilizadas no acampamento de El Pedrosillo (Morillo, 2008, p.81 e 85, fig.9) que foram recuperadas *in situ*, com recurso a detector de metais, o que permite reproduzir a dimensão e localização exacta das tendas de campanha. Ou ainda o caso da dolabra que podemos classificar genericamente como utilitário agro-florestal mas que desde há muito sabemos estar fortemente relacionado com o trabalho da infantaria romana, chegando mesmo a ser referida nas fontes clássicas como uma “arma” que vence batalhas (Bishop & Coulston, 1993, p.104; Goldsworthy, 2003, p.135). Em qualquer um destes casos, estamos perante objectos que representariam papéis importantes no desempenho de um exército, integrando assim de forma irrefutável o equipamento militar.

Assim sendo, e uma vez que mesmo entre académicos ainda não existem critérios rígidos e específicos que nos indiquem o que deve integrar a definição de equipamento militar (Bishop & Coulston, 1993, p.13), no presente trabalho optámos por seguir as seis categorias de *militaria* adoptadas por Eckhard Deschler-Erb (1999, p.14) no estudo exaustivo dos artefactos metálicos provenientes de *Augusta Raurica*: armas ofensivas, armas defensivas, elementos de *cingulum*, arreios de cavalo, outros equipamentos e instrumentos musicais de sinalização.

A *militaria* representa assim uma importância irrefutável pois, juntamente com a cerâmica e os numismas, “os elementos metálicos típicos da panóplia militar romana são fundamentais para uma atribuição cultural.” (tradução livre de Morillo, 2008, p.85).

Muitos destes elementos seriam transportados pelos próprios legionários, uma vez que depois das “reformas marianas”, uma das formas de agilizar o avanço das tropas, efectuou-se pelo transporte individual de algum do equipamento militar (Connolly, 1998, p.215). Apesar de cada legião seguir com uma caravana de 500 a 550 mulas (uma por cada 10 legionários), a partir destas reformas cada homem deveria carregar todo o equipamento que conseguisse: armadura, armas e provisões para 15 dias (*Idem*, p.242). Para facilitar esta tarefa, cada homem carregaria o equipamento na sua *sarcina*, que era composta por um bastão cruzado de madeira (*furca*) onde, a julgar pelas ilustrações presentes na coluna de Trajano (Fig.2), se transportavam: um *loculus* - sacola pequena para bens pessoais; um saco de pano e um saco de rede – provavelmente para os bens perecíveis; uma *situla*, uma *paterna*; uma enxada, uma *dolabra*; e ainda uma manta.

Figura 2
Representação de
uma sarcina: desenho
da autora efectuado
a partir do detalhe
na Coluna de Trajano
presente no Victoria
and Albert Museum
de Londres ([http://
en.wikipedia.org/
wiki/File:Sarcina_
detail_002.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sarcina_detail_002.jpg))



2.1.1. Armas defensivas.

Por entre o lote de armas recuperadas em Cabeça de Vaiamonte, as armas defensivas representam uma pequena amostra de apenas quatro exemplares: um capacete, duas ponteiros de capacete e fragmento de um escudo.

O exemplar mais completo, trata-se de um capacete de liga de cobre (Fig.3, n.º 1) de tipo *Buggenum*, caracterizado pela ausência de motivos decorativos e que se encontram datados da 2.ª metade do século I a.C., e que Michel Feugère geralmente associa a contextos cesarianos (*apud in* Quesada, 1997b, p.159). Encontra paralelo em outros exemplares peninsulares: Várzea de Aljezur, Mesas do Castelinho, Lacimurga, Alcaracejos e Piquete de la Atalaya (*Ibidem*). Este capacete havia sido recolhido fortuitamente num contexto deposicional secundário junto a um ponto de água denominado localmente por «Fonte da Moura» (Vasconcelos, 1929, p.184), juntamente com uma ponta de lança de ferro.

Este capacete encontra-se bem conservado, apresenta uma forma semiesférica, de bordo inferior espessado, guarda-nuca curto e plano, não conserva as guardas-laterais e, a ponteira de forma bitroncocónica parece tratar-se de uma peça independente, fundida ao capacete *a posteriori*, como parecem demonstrar os exemplares destacados como o de Mesas do Castelinho (Fabião, 1998, Fig.74, n.º3) ou os dois exemplares recuperados em Vaiamonte (Fig.3, n.º 2).

A sua deposição poderá ter-se revestido de um carácter intencional e ritual de “armas nas águas”, à semelhança do achado da Várzea da Misericórdia em Aljezur (*Idem*, p.151). Curioso será notar que cerca de 80% dos achados de capacetes em contextos do início da época imperial ocorrem em cenários idênticos (Bishop & Coulston, 1993, p.37). Acerca da ponta de lança, da qual conhecemos apenas o desenho publicado (Vasconcelos, 1929, p.184, fig.54), podemos caracterizá-la como uma ponta de lança de ferro cuja lâmina tipo «folha de loureiro» e respectivo alvado apresentam comprimentos semelhantes, e que

encontra paralelo no tipo B de Rouillard para as pontas de lança de *Urso* (Quesada, 2008, p.15, fig. 5B). A julgar pelos objectos que ali se depositaram, e partindo do pressuposto que pertenceriam a um único militar, poderíamos supor que se trataria de um auxiliar de infantaria.

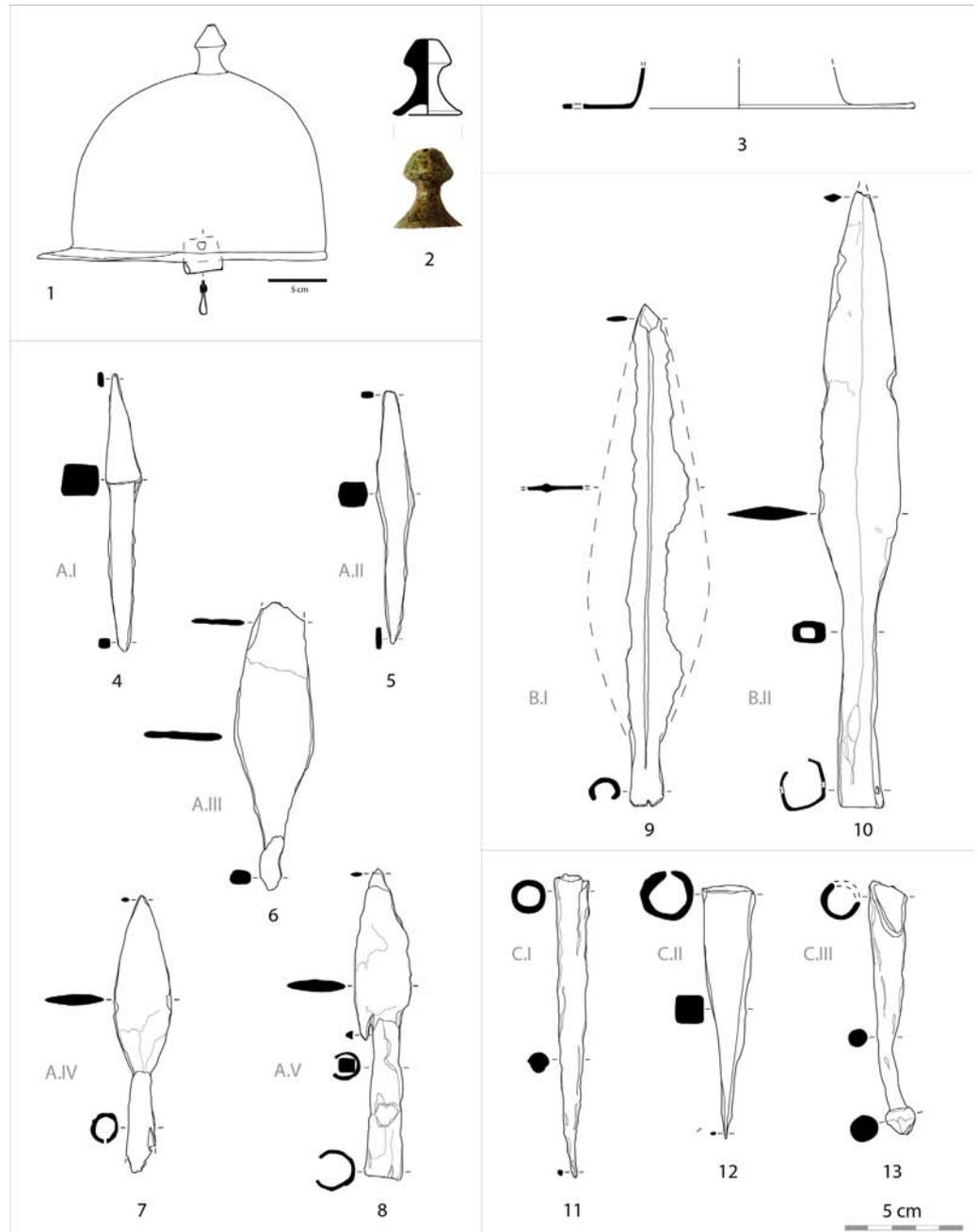


Figura 3
Armas defensivas:
capacete, ponteiros
e umbo circular
de escudo; armas
ofensivas hasteadas:
pontas de seta (A.I-V),
pontas (B.I-II) e contos
de lança (C.I-III).

De outro contexto surge um fragmento de ferro de um umbo circular de escudo com um diâmetro externo aproximado de 15 cm (Fig.3, n.º 3). Este umbo poderia pertencer tanto a um escudo circular pequeno, como a um escudo oval. Apresenta paralelos em Lomba do Canho (Fabião, 2007, p.124, fig.4), Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013a), Tossal de Sant Miquel (García Jiménez, 2011, p.1032, fig. 336, n.º 2041 do tipo I.1) e Numancia IV (*Idem*, p.1033, fig. 337, n.º 2055 do tipo I; Luik, 2010, p.65, Fig. I, n.º 6), sendo que estes últimos dois apresentam diâmetros ligeiramente superiores: entre os 15-20 cm. Este tipo

de umbo circular pequeno aplicado em escudo oval é considerado “tipicamente romano”, e é genericamente datado do século I a.C, tendo sido associado o seu aparecimento às guerras entre César e Pompeu (Quesada, 1997a, pp.539-540).

2.1.2. Armas ofensivas.

As armas ofensivas aqui consideradas, apresentam-se como um lote bastante numeroso e diversificado de 128 fragmentos que corresponderão necessário a um número mínimo de exemplares. Este lote comporta as armas de haste, a falcata, as espadas e punhais, os projecteis de funda e ainda os elementos de arco como as pontas de seta.

Apesar de sabermos que após a reforma mariana ocorrida em 107 a.C. os arqueiros (*hastati*) foram destituídos das funções, a verdade é que esta arma continuaria a ser utilizada pelas tropas de infantaria ligeira. Assim o comprovam os 13 exemplares de pontas de seta (tipo A) aqui recuperados que apontam claramente para uma cronologia de período romano-republicano. Estas armas formam cinco tipos distintos: cinco exemplares de tipo A.I (Fig.3, n.º 4), que caracterizam-se pela lâmina piramidal maciça claramente destacada da zona de encabamento por espigão; quatro exemplares do tipo A.II (Fig.3, n.º 5) formado por uma haste com espessamento central e comprimento variável entre 8 e 16 cm, cujas extremidades se encontram aguçadas: quer a proximal que seria encabada, quer a distal que actuará como perfurante; dois exemplares do tipo A.III (Fig.3, n.º 6) de lâmina plana e leve que não deveria obter grande qualidade perfurante; e apenas um exemplar do tipo A.IV (Fig.3, n.º 7) - lâmina de secção lenticular e alvado, e do tipo A.V (Fig.3, n.º 8) - semelhante ao último tipo mas com barbela lateral.

Todo o conjunto encontra uma baliza cronológica entre a 2.ª metade do século II a.C. e o século I a.C. (Pereira, no prelo) e notáveis paralelismos com os conjuntos de Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p.514; Galamba, 2008, p.24), Conímbriga (Alarcão & alii, 1979, Pl.XVIII e XIX) e Urso (Quesada, 2008, 15-16).

As pontas de lança classificáveis (B) surgem igualmente de dois tipos: o de lâmina com nervura central circular ou em diamante, mais ou menos destacada (B.I) e o de lâmina em forma de folha de loureiro de secção lenticular ou em diamante (B.II). As quatro pontas de lança de tipo B.I (Fig.3, n.º 9) conservam características pré-romanas quer pela sua dimensão, quer pela aresta central que conserva e que virá a ser menos pronunciada. O tipo B.II (Fig.3, n.º 10), representado por 13 exemplares, transpõe já uma preferência claramente romana: a lâmina leve de secção lenticular ou em diamante. Estas pontas de lança são muito comuns em contextos do século I a.C. como Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 24, n.º 181-183), *Urso* (Quesada, 2008, p.15, fig.5B), Numancia e Alesia onde surgem em contextos cesarianos (Ulbert, 1984, p.105).

São exactamente os contos de lança que se afiguram como o maior conjunto dentro do armamento de Cabeça de Vaíamonte, com um total de 37 exemplares. Com base no comprimento, no diâmetro do alvado e na secção maciça do conto foi possível efectuar uma tentativa de diferenciação tipológica. Desta tentativa resultam três tipos diferenciados: os tipos C.I (Fig.3, n.º 11) e C.II (Fig.3, n.º 12) caracterizados respectivamente pelos perfis cónico ou piramidal, secções circulares ou quadrangulares totalizam 35 exemplares. O tipo C.III (Fig.3, n.º 13), com dois exemplares, destaca-se pelo seu formato cónico com botão terminal e alvado estreito, típico de contextos tardo-republicanos e dos inícios do principado de Augusto (Bishop & Coulston, 1993, p.68, fig.35, n.º 17 e 18; Rost & Wilbers-Rost, 2010, p.125, fig.8, n.º 15).

Será uma provável evolução destes contos de lança que origina pontas de dardo ligeiras, como é o caso dos dois exemplares do nosso tipo D.I (Fig.4, n.º 14), em tudo semelhante ao conto, excepto na secção em diamante bastante mais efectiva na perfuração do alvo, semelhante aos dardos de *balista* e muito típico de contextos do século II e I a.C. (Quesada, 2008, p.14). O tipo D.II (Fig.4, n.º 15) é caracterizado por uma ponta de dardo muito espessa e pesada, em tudo semelhante às pontas de *pilum*, somente distinguível pelo remate em pequeno espigão que seria colocado na haste do projectil. Encontra paralelo em Monte dos Castelinhos onde surge num contexto de destruição datado entre 50 e 40 a.C. (Pimenta e Mendes, no prelo; Pimenta, 2013, p.78, n.º57).

O tipo de dardo D.III (Fig.4, n.º16-19) é genericamente designado por “dardo incendiário”, trata-se de uma arma de ferro construída com um propósito específico: ser lançada com material em combustão. Em *Urso* foram recolhidos 83 exemplares, sendo que alguns destes ainda conservavam restos de tecido a envolver a ponta e muitos deles se apresentavam queimados (Quesada, 2008, p.16). Para além de *Urso*, onde estão relacionados com os ataques cesarianos à muralha, este subtipo de dardo incendiário encontra paralelo no Castelo da Lousa (Galamba, 2008, p.24, ME8936) e em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 37, n.º 376 e 377). O estado de conservação e a difícil distinção entre este último tipo de dardo incendiário e uma simples haste indeterminada de ferro faz com que as referências a este tipo de arma sejam muito escassas, ou que em alguns casos sejam publicadas como pontas de seta (no caso do Castelo da Lousa) ou como grampos (em Cáceres el Viejo). Um destes exemplares (Fig.4, n.º19) poderá tratar-se de uma ponta e encaixe de ferro para um arco composto ou mesmo de um qualquer equipamento de artilharia de torção.

Em Cabeça de Vaiamonte foram ainda identificados cinco fragmentos de extremidades proximais e hastes de *pilum* de aba, aqui designado por E.I (Fig.4, n.º20). Foram ainda identificados quatro fragmentos de pontas de *pilum* que não podemos precisar se pertencem ao tipo mais ligeiro ou mais pesado, de aba: três deles, integráveis na forma E.1 (Fig.4, n.º21) apresentam extremidades piramidais, apesar de terem diferentes secções de haste, sendo uma circular e outra rectangular; e um outro exemplar de tipo E.2 (Fig.4, n.º22) apresenta extremidade cónica e haste mais fina de secção quadrangular.

Para além destas armas hasteadas, foi ainda recuperado um conjunto de cinco *glans plumbeae* (Fig. 4, n.º23-27) afigura-se interessante, nomeadamente pela presença de dois exemplares decorados: um deles apresenta aquilo que parece ser um *phallus* em baixo-relevo (Fig. 4, n.º23), já conhecido em contexto itálico – Perugia, onde se encontra datado cerca de 40 a.C. (Keppie, 1998, p.109, fig. 36, n.º 11); e o outro apresenta uma cartela quadrangular, centrada na peça, com um “X” em baixo-relevo (Fig. 4, n.º24). No conjunto de projecteis de funda recuperados no Cerro de las Balas conhece-se um exemplar semelhante com cartela subquadrangular centrada com “LXIII” em baixo-relevo (Pina Polo & Zanier, 2006, fig.2, n.º 14) a que se atribui a *Legio XIII*, fundada em 57 a.C. por Júlio César. Podemos assim, e de forma cautelosa, avançar com a proposta de este «X» inscrito ser referente à *Legio X Equestris*, também fundada por César em 62 a.C. A título de exemplo, afigura-se interessante a comparação do “X” produzido nesta *glans*, e aquele que surge nos denários de Marco António, em cujo anverso se alude à *Legio X*.

Todos os projecteis de funda de Cabeça de Vaiamonte apresentam uma forma oliviforme e foram produzidos em molde bivalve, apresentando em todos os casos as marcas transversais da junção das duas metades - como no caso dos exemplares de Mértola (Guerra, 1987, p.166, 175, fig.2, 1), tendo sido por esse motivo que todos foram integrados no tipo F.I. O

peso médio deste conjunto é de 64 gr, muito semelhante à média do conjunto do Castelo da Lousa com 60 gr e próximo da média de 56 gr de Mértola (*Idem*, p.170, quadro 2).

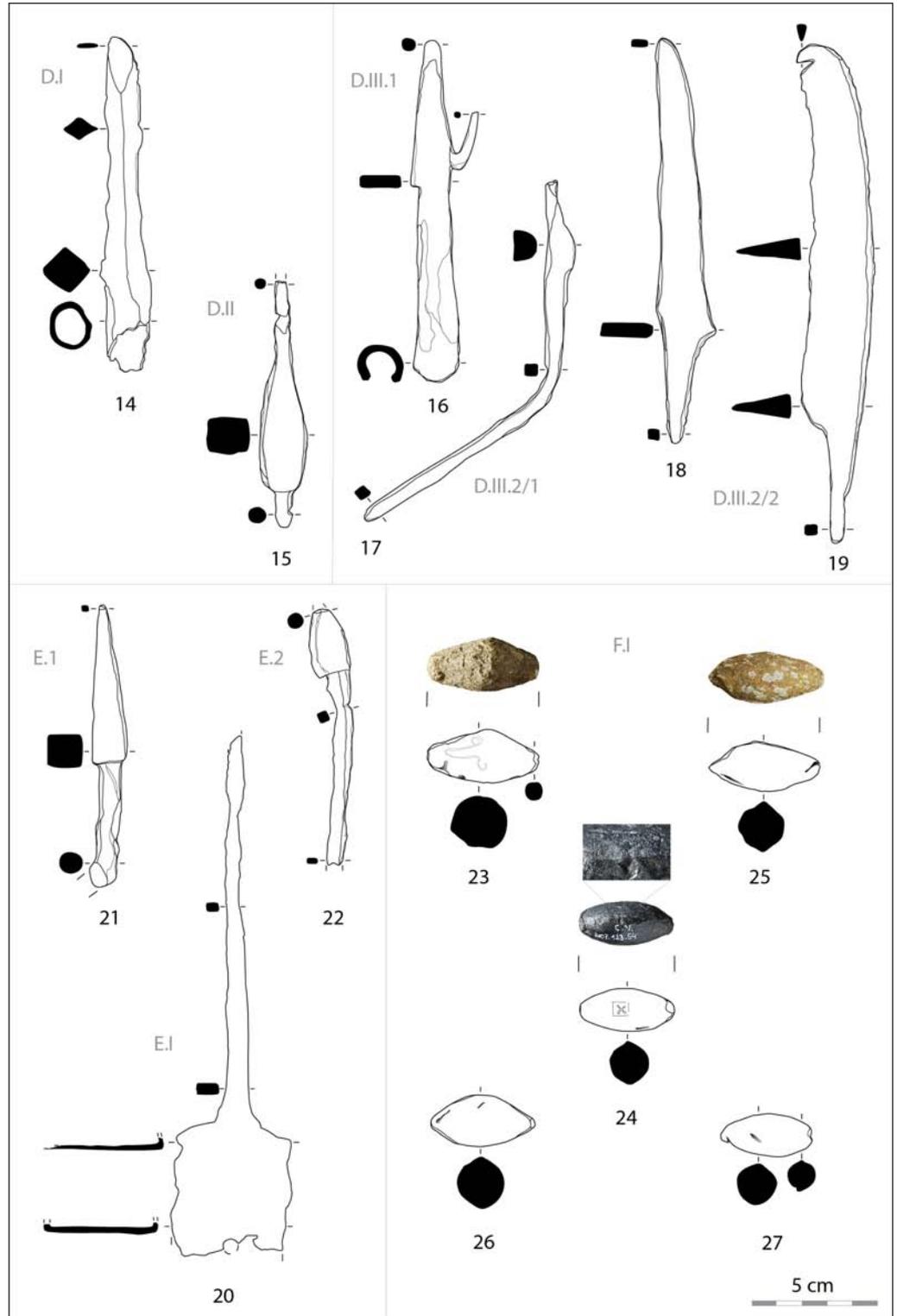


Figura 4
Armas ofensivas
hasteadas: pontas de
dardo (D.I-II), dardos
incendiários (D.III),
pila (E.) e projecteis de
funda (F.).

Os punhais bidiscoidais (G.) apresentam-se como um dos grupos melhor representado, com um total de 10 fragmentos (quatro de empunhadura, cinco de lâmina e um de talão). De acordo com a tipologia apresentada por Eduardo Kavanagh de Prado (2008), a maioria do nosso conjunto (Fig.5, n.º28-32) oferece uma datação entre os séculos II e I a.C., à excepção de dois fragmentos de empunhaduras globulares de ferro (tipo G.I), um dos quais decorado com prováveis damasquinados de prata e/ou ouro, e que deverão situar-se entre os séculos III e II a.C.

A associação do punhal bidiscoidal à falcata, arma ibérica por excelência, surge em alguns contextos das guerras sertorianas como em Cáceres el Viejo (Ullbert, 1984, Tafel 25, 195-199, 201) ou La Caridad (Quesada, 1997, p.82). Tal como observado por María Paz García-Gelabert (2002, p.508), as armas ibéricas e celtibéricas surgem representadas na plástica não só na época de esplendor ibérica, mas também na romanização. Nos relevos de Osuna vêm-se soldados, infantes, provavelmente auxilia a empunharem a falcata e pelas descrições de Séneca sabemos que esta continua a ser utilizada pelo menos até meados do século I a.C. (Quesada, 2008, p.18). Em Cabeça de Vaiamonte foi possível identificar um fragmento de guarda-de-mão lateral de uma falcata (Fig. 5, n.º33) que aqui designaremos de tipo H. Trata-se de uma placa de ferro curva de perfil em «L» com dois orifícios para rebites circulares em que uma das extremidades conservadas apresenta um aplique decorativo/agarrador de secção ovalada oca que rodeia a guarda. No espaço oco entre estes elementos é visível a existência de vestígios de material perecível (madeira ou material osteológico). A ausência de contexto estratigráfico não auxilia a correcta interpretação cronológica, no entanto, e tendo por base os mapas de dispersão dos achados de falcatas em território peninsular (Quesada, 1997, pp.77-78, fig. 16-17) podemos aferir que é mais provável que este se trate de um exemplar mais tardio, enquadrável entre 250 e 50 a.C. como os exemplares recuperados em Castrejon de Capote ou Cáceres el Viejo (*Idem*, p.82).

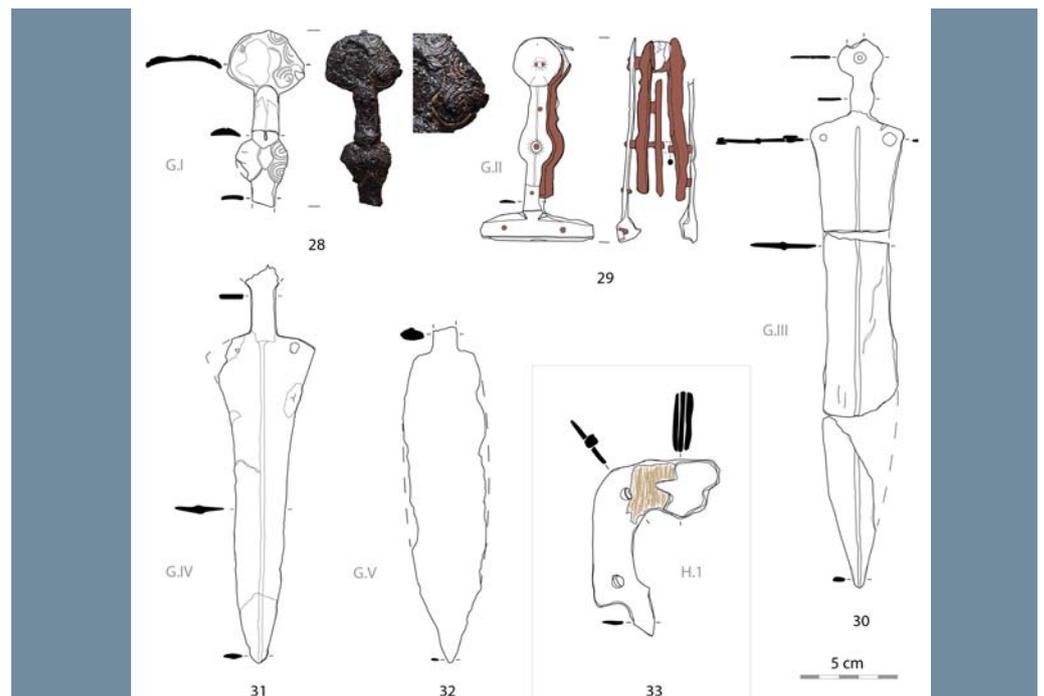


Figura 5
Armas ofensivas:
punhais bidiscoidais
(G.I-V) e falcata (H.1).

2.1.3. Elementos de *cingulum/ balteus*.

Apesar de não ser nosso objectivo contribuir para a discussão acerca da designação deste elemento, achamos conveniente apresentar as duas designações adoptadas para o mesmo objecto utilizado maioritariamente (senão mesmo exclusivamente) por militares: o *cingulum* ou *balteus*. Segundo as fontes clássicas, a designação *cingulum militare* surge apenas a partir do século III d.C., sendo que ao longo dos séculos I e II d.C. existem fontes que referem os cintos militares como *balteus* – pl. *baltei* (Bishop & Coulston, 1993, p.96).

Uma das principais funções deste objecto é o da sujeição e suspensão dos punhais. Em Cabeça de Vaiamonte foram recuperados alguns elementos decorativos volutados que teriam esta função de suspensão (Fabião, 1998, fig.88, n.º3; Fig.6, n.º34) – paralelo em Velsen (Bishop & Coulston, 1993, p.76, fig. 40, n.º 2c), bem como vários fragmentos de bainhas de liga de cobre que correspondem aos modelos ditos «celtíbericos» de “*vaina de cañas*” (Kavanagh de Prado, p.61, fig.17).

O *cingulum/ balteus* tipicamente romano era composto por várias placas de feição quadrangular (Fig.6, n.º35), rebitadas nos quatro cantos para sujeição ao cinto de couro, e que culminariam numa última placa-fivela (Fig.6, n.º36). Este último elemento apresenta um paralelo idêntico no acampamento de Castillejo (Bishop & Coulston, 1993, p.62, fig.31, n.º1), que provavelmente se encontra datado do período republicano entre as guerras sertorianas e cantábricas (Peralta Labrador & *alli*, 2011, pp.162-163).

Foram ainda recuperados outros fusilhões de fechos de cinturão (Fig.6, n.º37 e 38) de tipo *Aislingen*, caracterizados pelos seus três braços (um deles com a forma característica de flor-de-lis) e que se encontram genericamente datados de finais do século I a.C. - século I d.C. (Deschler-Erb, 1999, p.42, tafel 17, n.º 298-310; Fort, 2009, n.º 101, pl. 7.6; Bishop & Coulston, 1993, pp.96-98, fig.59, n.º8 e 19) com um paralelo em Conímbriga (Alarcão & *alli*, 1979, pl.LIII, n.º296).

Ainda sem uma utilização específica atribuída, surgem dois pequenos elementos que poderão estar relacionados com a decoração de elementos de couro quer no *cingulum/ balteus*, quer nos arreios: um aplique circular rebitado e um botão de anel. O aplique circular (Fig.6, n.º39) encontra paralelo em Las Rabas (Fernández Vega & *alli*, 2012, p.238-239, Fig.12, n.º29), povoado sidérico que assiste a um abandono em torno de 29 a.C. com o início das guerras cantábricas (*Ibidem*, p.232). Já o botão de anel circular (Fig.6, n.º40) encontra paralelo em Conímbriga (Alarcão & *alli*, 1979, pl.XXI, n.º85) e La Ribera/ Herrera de Pisuerga (Fernández Ibañez, 2005, p.194, n.º31, Fig.2.5) sendo que o autor os considera elementos fundamentais de identificação de estabelecimentos militares alto-imperiais (*Ibidem*, p.197), apesar de estas cronologias tardias terem sido questionadas aquando da publicação do exemplar proveniente do Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p.500, n.º81).

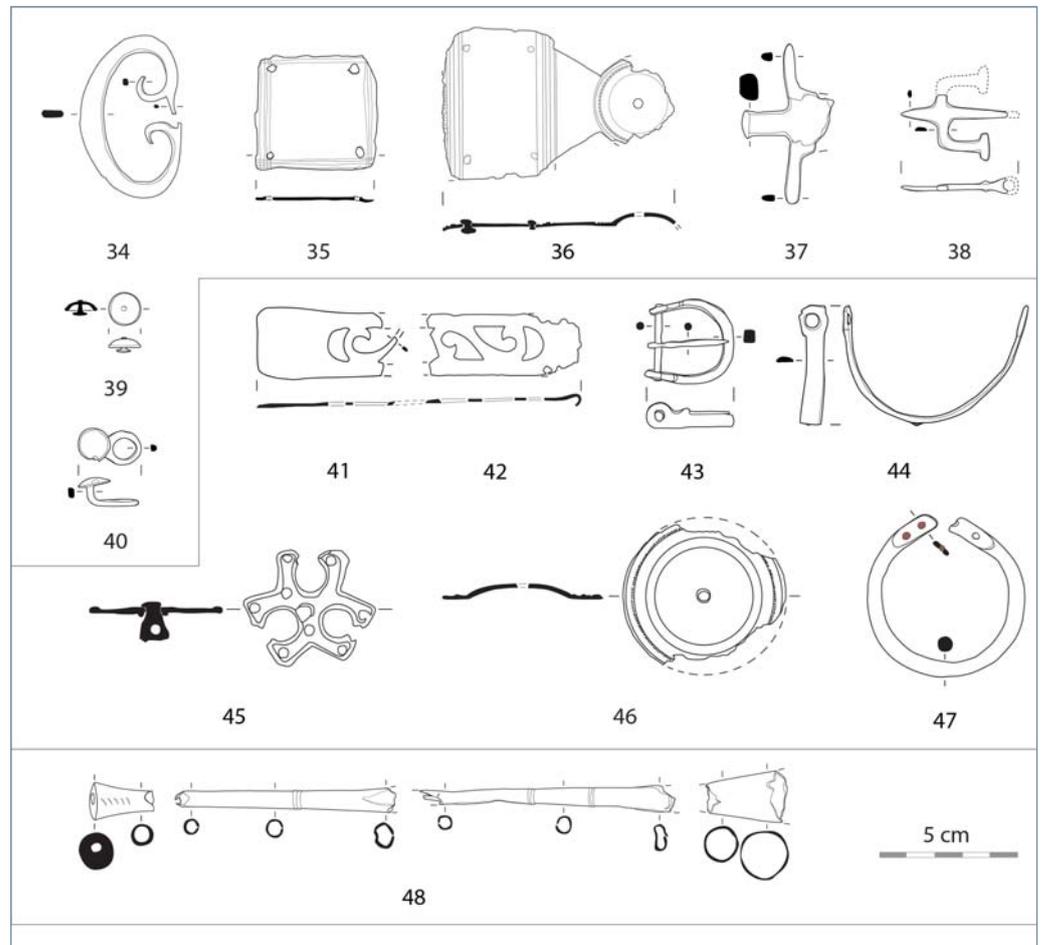


Figura 6
Equipamento militar:
elementos de
cingulum/ balteus,
de arreio de cavalo e
instrumento musical
de sinalização.

2.1.4. Arreios.

Por entre o espólio recuperado em Cabeça de Vaiamonte encontram-se inúmeros fragmentos de arreios de cavalo, como por exemplo: guias laterais, bridões, agrafos, junções, arganéis, fivelas, *phalerae* e esporas.

Um dos elementos mais frequentes é justamente o das fivelas de arreio (Fig.6, n.º43), que muitas vezes foram confundidas com fivelas de *cingulum/ balteus*, mas que pelas suas diminutas dimensões não deverão suscitar dúvidas na sua correcta atribuição funcional (Feugère 2002, p.63). Exemplares idênticos foram recuperados em Cáceres el Viejo, Herrera de Pisuerga, Conímbriga e Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p.500, n.º80).

Parece ser possível relacionar com esta fivela de arreio, dois fragmentos que deverão pertencer a uma presilha de arreio (Fig.6, n.º41-42) com decoração excisa, também ela com um paralelo funcional em Castelo da Lousa (*Idem*, p.501, n.º82).

Foram ainda recuperadas algumas esporas de liga de cobre, tanto de criação peninsular – grupo 2 de Quesada (2005, p.131), como outros exemplares típicos de contextos tardo-republicanos – grupo 4, 5 e 6 de Quesada (2005, p.133). Um desses exemplares (Fig.6, n.º44), enquadra-se no tipo 4 de Quesada (*Ibidem*) e caracteriza-se pela corpo de liga de cobre de secção semi-circular com extremidades de feição rectangular, recortadas e com olhais circulares, e pela pua de ferro fragmentada.

Os apliques de arreio são outro dos elementos metálicos frequentes no conjunto de Vaiamonte, sendo que um deles (Fabião, 1998, Fig.88, n.º4; Fig.6, n.º45), frequentemente associado à presença militar romana, encontra paralelos idênticos em Castrejón de Capote,

Castelo Velho de Veiros, Cáceres el Viejo (*Idem*, p.201). Esta presença surge igualmente espelhada em algumas *phalerae* recuperadas (Fabião, 1998, Fig.88, n.º8; Fig.6, n.º46). Relacionado com o arreio do cavalo, surgem ainda diversos arganéis de liga de cobre, um dos quais enquadrável no tipo 1 de Garcés Estallo, datado genericamente - e quiçá pela falta de elementos identificados, entre finais do século VII e o II a.n.e (Garcés Estallo, 2007, p.75), que por enquanto se vem juntar apenas ao exemplar (de tipo 2) de Monte Molião (Arruda & Pereira, 2010, p.12).

2.1.5. Outros equipamentos.

Dentro deste grande conjunto que engloba a militar, enquadram-se ainda uma série de instrumentos utilitários agro-florestais que, e à exceção da *dolabra* fortemente associada à infantaria romana, poderão revestir-se tanto de um carácter civil como militar. Não obstante, apresenta-se aqui um exemplar de uma *dolabra* (Fig.7, n.º 49), espécie de alvião composto por lâmina de machado e outra de pico, e de um machado com alvado (Fig.7, n.º 50) que deveriam compor parte dos utensílios transportados pelo exército, que facilitariam o trabalho florestal em que se veriam envolvidos aquando da sua deslocação e para acantonamento de tropas. Encontra paralelo idêntico no acampamento romano do Alto dos Cacos (Pimenta & *alli.*, 2012, pp.72-73, n.º82).

Outros elementos bem conhecidos em contextos militares/ “militarizados” romano-republicanos são as estacas de ferro associadas às tendas de campanha, veja-se os casos de Lomba do Canho (Fabião 2007: 124, fig.4), Castelo da Lousa (Ruivo 2010: 515, Est. CLXVI, n.º 106), Numancia e Cáceres el Viejo (Bishop 1993: 63, fig.32, n.º 5-9). No caso de Cabeça de Vaiamonte foram identificadas 96 estacas de forma bastante variada (tipo A-F): tanto nas secções de haste e terminal como na forma do olhal (Fig. 7, n.º 51-56). Para além das estacas, também as algemas (*manicae*)/ grilhões, são elementos relacionáveis com a acção militar. Admitindo que algumas peças poderão ter servido como grilhões para gado, a verdade é que estes objectos são comuns em contextos romanos e em Renieblas a sua função é mesmo associada aos prisioneiros de guerra (Luik, 2002, p.103). Em Cabeça de Vaiamonte onde foram recuperados cinco fragmentos de algemas/ grilhões e 14 fragmentos de correntes de ferro.

No caso das algemas/ grilhões propriamente ditos podemos distinguir dois tipos distintos: o de argola móvel com dois braços sujeitos por rebite com corrente associada (tipo I; Fig.7, n.º57) e o de argola fixa com olhais nas extremidades com cadeado associado (tipo II; Fig.7, n.º 58). Entre os romanos estes objectos não estão somente relacionados com a escravatura pois também foram usados como método disciplinador. O tipo J.I é relativamente comum em contextos romanos peninsulares, com dois exemplares identificados em Numancia IV/ Renieblas (Luik, 2002, p.237, Abb.202, n.º 312-313), onde poderão datar de finais do século II- inícios do I a.C.; um fragmento em Conímbriga (Alarcão & *alli.*, 1979, Pl. XLVII, 175) e outro possível exemplar em Monte Molião (Sousa et al. 2012: no prelo) possivelmente datado do último quartel do século II a.C. O tipo J.II surge não só em contextos romanos, como Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013, p.78, n.º65), como também em alguns espaços com influência de *La Tène*, como Bibracte, onde dá origem a um tipo específico galo-romano (tipo Bavay). Também surge em contextos mais tardios (século I-III d.C.) na Bretanha (Thompson, 1993, p.117) e na Germânia, com o exemplar do depósito de Neupotz.

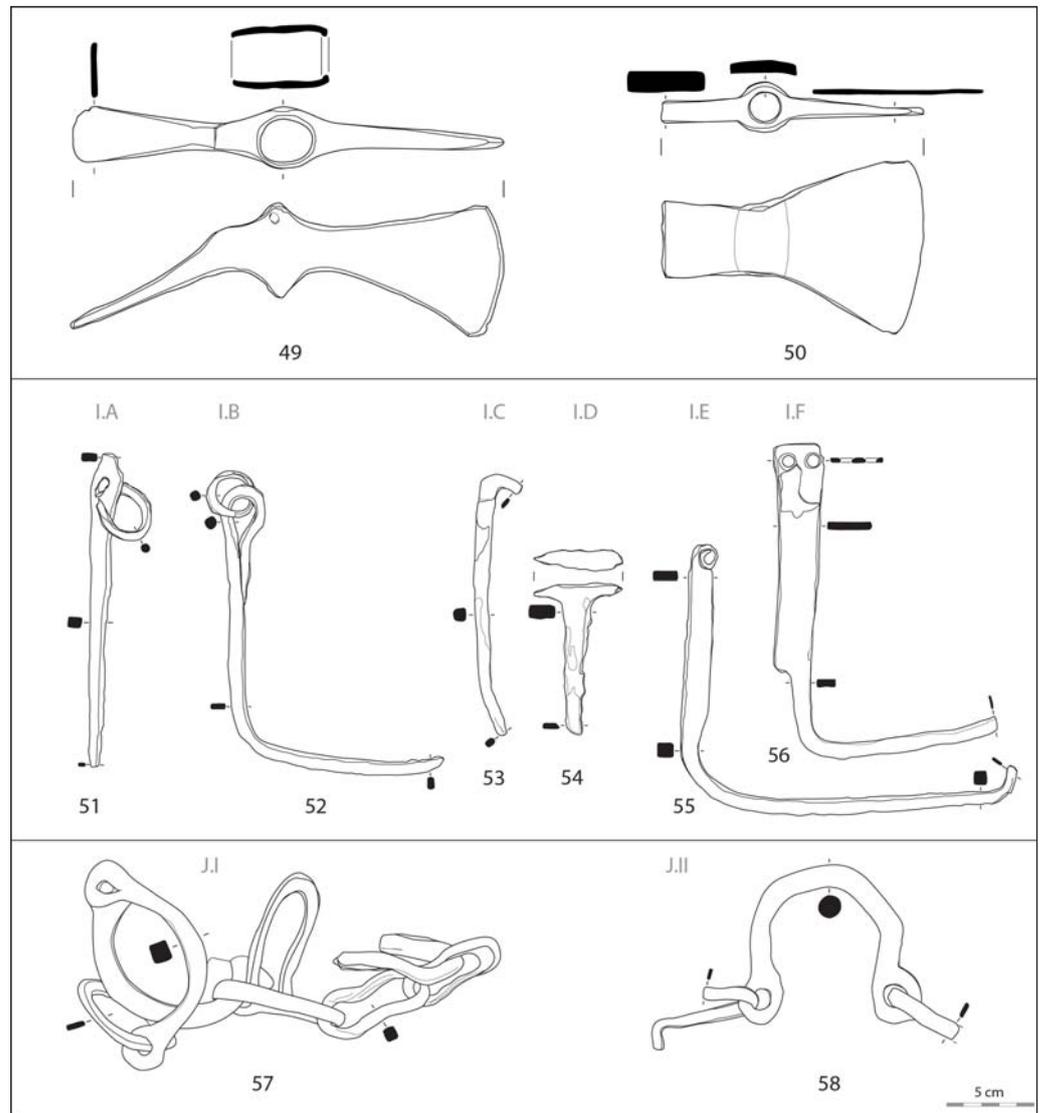


Figura 7
Equipamento militar:
dolabra e machado;
estacas (I.A-F) e
algemas/ grilhões
(J.I-II).

2.1.6. Instrumentos musicais de sinalização.

Destaca-se pela sua singularidade quatro fragmentos de possível instrumento musical de sopro (Fig.6, n.º48), cujo contributo para a discussão acerca da sua correcta designação explanarei adiante. Apesar da reconstituição aqui apresentada, estes fragmentos de liga de cobre poderão pertencer a mais do que um instrumento: dois deles referentes ao corpo da peça, um de embocadura e um outro que poderá pertencer ao início da flexão externa da campânula.

A identificação como possível instrumento musical de sopro foi efectuada com base no exemplar de Prés-Bas (*villa galo-romana*) publicado por Michel Feugère (2002, p.97, Fig.12, n.º 70), bem como em alguns exemplares publicados por Mary Angela Wardle (1991) no seu levantamento iconográfico e de instrumentos musicais romanos presentes nas colecções de alguns museus.

Michel Feugère descreve o seu exemplar como pertencendo a um *lituus* ou *cornu* e caracteriza-o pela sua embocadura fundida, profusamente decorada, que foi introduzida no corpo do instrumento de forma tubular, de secção oca circular e aberta, dado tratar-se de uma placa enrolada sobre si mesma de forma ligeiramente troncocónica.

No caso dos fragmentos que aqui apresentamos, devido ao seu estado de conservação e à sua dimensão diminuta, os mesmos deverão ser considerados fragmentos de *tuba* ou *cornu*. Isto porque, e segundo o Prof. Dr. Roberto Meucci, a quem agradeço a opinião expressa, a atribuição da designação *lituus* deverá ser empregue somente nos exemplares etruscos e o termo *buccina* refere-se a uma corneta curvada e produzida quer em concha, quer em chifres de boi (Meucci, 1989). Quanto à distinção entre *tuba* e *cornu*, seria necessário que um dos fragmentos conservados apresentasse uma curvatura circular para o atribuirmos a uma forma em «G» típica do *cornu*. No entanto, e segundo Meucci, a atribuição como *tuba* deverá ser mais correcta uma vez que estes instrumentos eram manufacturados em chapa metálica, ao contrário das embocaduras de *cornu* que eram geralmente produzidas em molde. Esta descrição afigura-se bastante plausível com base nos exemplares de embocaduras de *cornu* publicadas por Feugère (2002, p.97) e Wardle (1991, p.96, Vol.II, n.º 36, Pla. 51-52). Todas estas embocaduras obtidas por molde, mais espessas, datam dos séculos I e II d.C. e são provenientes da Gália, Bretanha e Renânia, não obstante, ainda não ter sido possível estabelecer uma evolução crono-tipológica para este tipo de objectos (Deschler-Erb 1999: 71-73). Na Península Ibérica estes objectos não se encontram documentados, no entanto, penso que seja possível afirmar que o objecto proveniente de Osuna, Sevilha (Román Punzón & allii, 2008-2009, pp.111-115) descrito como provável instrumento médico (estetoscópio), possa tratar-se do primeiro exemplar ibérico de embocadura de *cornu* obtida por molde.

Em Portugal, os exemplares de Cabeça de Vaiamonte, obtidos por forja de lâmina metálica, encontram paralelo apenas em Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p.510, n.º 130-131, Est.CLXVIII), onde dois fragmentos tubulares (um deles decorado com cinco conjuntos de anéis) foram publicados no catálogo de “Espólio metálico” como “*miscelânea*” e descritos como “*fragmento de tubo cilíndrico*” e “*pega(?)*” (*Ibidem*) desconhecendo-se a sua função. De qualquer forma, foi a sua representação que permitiu que os mesmos fossem agora identificados como prováveis fragmentos de instrumento musical de sopro. A ausência de número deste tipo de objectos em contextos arqueológicos romanos portugueses poderá dever-se exactamente a uma selecção dos materiais arqueológicos publicados, dado que geralmente são escolhidos para publicação, aqueles aos quais conseguimos propor uma correcta designação, deixando à mercê todos aqueles que figuram um enorme grupo de “objectos indeterminados”. Este grupo, geralmente superior no caso dos espólios metálicos dificulta em muito as leituras de conjunto aos investigadores que estudam o grupo apelidado por Michel Feugère como “*pequenos achados*”.

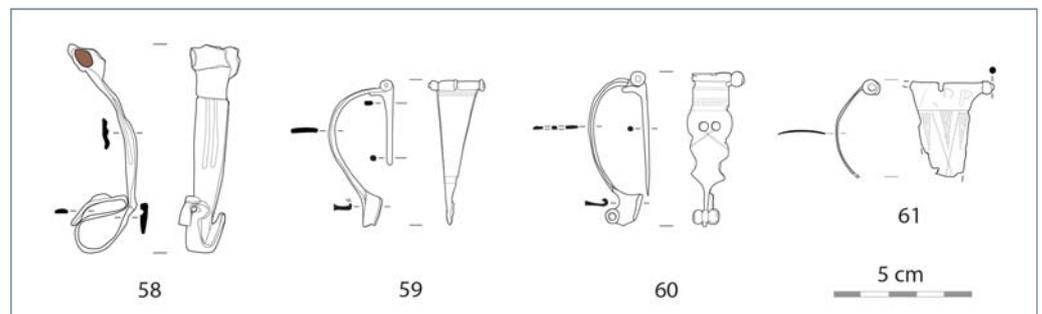


Figura 8
Fíbulas: tipo *Alésia*/
“charneira e arco
triangular”.

Entre Sertório e César: ocupação militarizada a dois tempos?

O sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte deverá ser, como descrito por Carlos Fabião, um exemplo da utilização dos aglomerados indígenas pelos destacamentos militares romanos (Fabião, 2007, p.128). Aliás, muitas das armas que aqui foram descritas (como a falcata ou o punhal bidiscoidal) podem ser uma prova da existência de indígenas nas tropas auxiliares, pois desde o início da romanização, existem hispanos nos exércitos, bem como mercenários e *auxilia*, voluntários ou forçados (García-Gelabert, 2002, p.505).

O conjunto artefactual recuperado parece enquadrar-se na proposta de uma ocupação militar no 1.º quartel do século I a.C., e por esse motivo enquadrável no período das guerras sertorianas, encontrando notórias semelhanças com o espólio de Cáceres el Viejo (Fabião, 2007, p.130). Não obstante, esta nova análise parece revelar algum espólio, se bem que de expressão diminuta, atribuível a meados - 3.º quartel do século I a.C. e com o qual se poderia extrapolar uma continuidade na ocupação militar/ “militarizada” deste local por altura das guerras entre César e Pompeu (c. 49-45 a.C.).

Esta hipótese surge sustentada pela presença do capacete de tipo *Buggenum*, datado genericamente de meados do século I a.C., e que havia sido recolhido fortuitamente no sopé do cabeço. Se bem que este capacete aparece num provável contexto ritual junto a um curso de água, a verdade é que no contexto das escavações foram recuperadas duas ponteiras de capacete atribuíveis a esta mesma tipologia. Para além destes dados há ainda que considerar: a possível inscrição no projectil de funda associada à *Legio X Equestris* (61-45 a.C.), algumas fíbulas de tipo *Nauheim* de produção gálica entre 75 e 10 a.C., cinco fíbulas de tipo *Alèsia* (Ponte, 1985, pp.146-147, n.º 75-79; Fig.8) datadas entre 60 e 20 a.C. (Feugère, 1985, p.306), os dois asses de *Cneus Magnus Imperator* e outros dois asses de *Lépida/ Celsa* em cunhagem bilingue atribuída aos pompeianos.

Para além das evidentes semelhanças do conjunto de armas recuperado em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984) e datado do período das guerras sertorianas, também o armamento de Castelo da Lousa (Galamba, 2008; Ruivo, 2010) oferece algumas semelhanças. Não obstante, neste último não terem sido recuperados quer falcatas, quer punhais bidiscoidais (que são as principais ausências em contextos cesarianos), a verdade é que o carácter militar/ “militarizado” em período tardo-republicano parece evidenciado tanto pelo espólio depositado no Museu de Évora (Galamba 2008: 24-27) como naquele que foi exumado nas escavações mais recentes (Ruivo 2010), e que integra: pontas de seta com espessamento central, ponta de lança com aresta, contos de lança, pontas de seta de espessamento central, dardo incendiário, *glandes plumbeae*, um *pilum* e um projectil de artilharia de torção. Tanto este projectil de artilharia de torção, que foi erroneamente descrito como “*ponta de lança*” (Galamba, 2008, p.27) como o *pilum*, o dardo incendiário ou o conjunto de projecteis de funda favorece a hipótese da presença de um contingente militar romano extra-peninsular. A presença deste armamento, em especial do projectil de artilharia de torção, do dardo incendiário e das *glandes plumbeae*, contraria a teoria de que estas armas “*não sejam necessariamente de uso militar*” (Ruivo, 2010, p.481) uma vez que este tipo de armamento é reconhecido como indicador da presença de tropas romanas ou auxiliares não-hispanas (Quesada, 2008, p.17). A recolha de um denário de César e de um asse de *Lépida/ Celsa* no interior do edifício central do Castelo da Lousa poderá apontar para um momento contemporâneo, ou ligeiramente posterior à guerra civil cesariana, uma vez que o abandono do local ocorre entre o último quartel do século I a.C. e o período augustano (Fabião, 2007, p.121).

No caso de Cabeça de Vaiamonte, o abandono do local no 1.º quartel do século I a.C.

parece evidenciado pelo conjunto artefactual que não assiste a um carácter de continuidade, reflectido, por exemplo, na ausência de *terra sigillata* itálica. Não obstante, foi agora possível atribuir uma cronologia ligeiramente mais tardia a alguns dos artefactos metálicos que compõem este conjunto. Apesar do seu número inexpressivo, não podemos ignorar a sua existência, pelo que poderemos tecer parcas teorias acerca da sua presença.

Cabeça de Vaiamonte enquanto povoado indígena apresenta traços precoces de «romanização» (Fabião, 1998, p.201-202) que parecem fortemente relacionáveis com o contingente militar romano que ali esteve estacionado com um carácter pelo menos “semi-permanente”, a julgar pela quantidade de espólio recuperado e associado a uma função militar. Não obstante, o local é abandonado em momento contemporâneo ou ligeiramente posterior às guerras sertorianas. Infelizmente a ausência de contextos estratigráficos não nos permite aferir se este abandono estará relacionado com o período de instabilidade política espelhado numa efectiva acção bélica de ataque ao povoado, ou se após este período conturbado e a desmobilização das tropas, aquela comunidade foi efectivamente romanizada e pode “refundar-se” em outro local. De qualquer modo, aquilo que é válido quer para os conflitos de Sertório, quer para os conflitos de César e Pompeu, é que Cabeça de Vaiamonte surge na rota de passagem dos contingentes militares do século I a.C.

Retomando a proposta de Carlos Fabião (1998, p.204), a continuidade de ocupação deste espaço em época romano-republicana em cronologia posterior ao 1.º quartel do século I a.C. reflecte uma frequência esporádica e de curta duração que se poderá dever a diversos factores. Uma das possibilidades é o da presença circunstancial de tropas romanas em trânsito por altura dos conflitos cesarianos, o que justificaria a presença dos numismas já referidos, do projectil de funda com a possível relação à *Legio X Equestris* e também do lote de fibulas de tipo *Alèsia*. Outra possibilidade, já avançada pelo mesmo investigador (*Ibidem*, pp.194-199) é a de este local ter sido um local de culto, o que justificaria a continuidade cultural e algumas deposições tardias como a do capacete de tipo *Buggenum*.

BIBLIOGRAFIA:

- ALARCÃO, J. de; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. de (1979)** – *Fouilles de Conimbriga VII - Trouvailles diverses, conclusions générales*. Paris.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. (2010)** – Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época Romano-Republicana. Actas do 7.º Congresso de Arqueologia do Algarve. *XELB*, 10.
- BISHOP, M.C.; COULSTON, J.C.N. (1993)** – *Roman Military Equipment. From the Punic Wars to the Fall of Rome*. Londres.
- CONNOLLY, Peter (1998)** – *Greece and Rome at war*. Londres: Greenhill Books.
- DESCHLER-ERB, Eckhard (1999)** – *Ad Arma ! Römisches Militär des 1. Jahrhunderts n. Chr. in Augusta Raurica*. Augst: (Forschungen in Augst, 28).
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [texto policopiado]. Lisboa.
- FABIÃO, C. (2007)** – El ejército romano en Portugal. In MORILLO, José Ángel, ed. - *El Ejército Romano en Hispania (Guía Arqueológica)*. León: pp.113-134.
- FERNÁNDEZ VEGA, P. Á.; BOLADO DEL CASTILLO, R.; CALLEJO GÓMEZ, J. e MANTECÓN CALLEJO, L. (2012)** – El castro de Las Rabas (Cervatos, Cantabria) y las Guerras Cántabras: resultados de las intervenciones arqueológicas de 2009 y 2010. *Munibe (Antropología-Arqueología)*. San Sebastián, 63, p.213-253.
- FERNÁNDEZ IBAÑEZ, C. (2005)** – Objetos metálicos del asentamiento militar romano de Herrera de Pisuerga (Palencia). Excavaciones de A. García y Bellido (1960-61). In BENDALA, Manuel & alli (eds.) – *La Arqueología Clásica Peninsular. Ante el terceiro milénio, en el centenario de A.García Bellido. Anejos de AEspA, XXXIV*. Madrid 2005.
- FEUGÈRE, M. (1985)** – *Les fibules en Gaule méridionale, de la conquête à la fin du Ve siècle ap. J.-C.* (suppl. 12 à la Rev. Arch. Narb.). Paris, Ed. CNRS.
- FEUGÈRE, M. (2002)** – Militaria de Gaule Méridionale, 19. Le mobilier militaire romain dans le Département de L'Hérault (F). *Gladius*. Madrid. XXII, p.73-126.
- FORT, B. (2009)** – Chapitre 7: Le matériel métallique. In REDDÉ, M., dir. - *Oedenburg, Volume I. Les camps militaires julio-claudiens*. Mainz: RGZM Forschungsinstitut für Vor- und Frühgeschichte (Monographien des Römisch-Germanischen Zentralmuseums. Band 79/1), p.255-304.
- GALAMBA, U.F. (2008)** – A colecção de armas do Museu de Évora. *Cenáculo*. Évora, 3 pp.3-46.
<http://museudevora.imc-ip.pt/Data/Documents/Cenaculo3/B3Armas20008parte1.pdf>
- GARCÉS ESTALLO, I. (2007)** – El empleo del roncal caballar en el Norte del Ebro durante da Edad del Hierro y la Época Ibérica. *Gladius*. Madrid, XXVII, p.67-84.
- GARCÍA-GELABERT, M.ª Paz (2002)** – El armamento y las tropas auxiliares hispanas en los ejércitos romanos de la República”. In MORILLO CERDÁN, A. (ed.) - *Anejos de Gladius (I Congreso de Arqueología Militar Romana en Hispania, Segovia, 1998)*. Madrid, p.503-509.
- GARCÍA JIMÉNEZ, G. (2011)** – El Armamento de influencia La Tène en la Península Ibérica (siglos V-I a.C.). Girona.
- GARCÍA-MAURIÑO, J. (1993)** – “Los cascos de tipo Montefortino en la Península Ibérica. Aproximación al estudio del armamento en la Segunda Edad del Hierro”. *Complutum*. Madrid. 4, p.95-146.
- GOLDSWORTHY, A. (2003)** – *The complete Roman Army*. Londres: Thames & Hudson.
- GUERRA, A. (1987)** – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5, p.161-177.
- KAVANAGH DE PRADO, E. (2008)** – El puñal bidiscoidal peninsular: tipología y relación com el puñal militar romano (pugio). *Gladius*. Madrid, XXVIII, p.5-85.
- KEPPIE, L. (1998)** – *The Making of the Roman Army. From Republic to Empire*. Londres: Routledge .

- LUIK, M. (2002)** - *Die Funde aus den Römischen Lagern um Numantia in Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Mainz.
- MEUCCI, R. (1989)** - Roman Military Instruments and the Lituus. *The Galpin Society Journal*, Vol. 42 (Aug., 1989), p. 85-97.
- MORILLO CERDÁN, J. Á. (2008)** - Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos romanos en Hispania. *Saldvie: Estudios de prehistoria y arqueología*. Zaragoza. 8, p.73-93.
- PERALTA LABRADOR, E.; HIERRO GÁRATE, J. Á. e GUTIÉRREZ CUENCA, E. (2011)** - Las monedas de los campamentos romanos de campaña de las guerras cántabras del asedio de La Loma, Castillejo y El Alambre. *Lvcentvm*. XXX, p.151-172.
- PEREIRA, T. (No prelo)** - As armas na romanização: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal). *Actas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Villafranca de los Barros.
- PEREIRA, T.; SOUSA, E. de; ALVES, C. (No prelo)** - A Roman Republican Context on the outside area of Monte Molião (Lagos). *Actas do XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Mérida.
- PIMENTA, J. (2013)** - *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2013a)** - O escudo romano de Monte dos Castelinhos. *In Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 43-46.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** - *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (No prelo)** - Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. *In Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Anejos de Archivo Español de Arqueología
- PONTE, S. da (1985)** - Fibulas de Vaiamonte (Monforte). In HOZ, Javier (ed.) - *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispanicas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- PINA POLO, F. e ZANIER, W. (2006)** - Glandes *inscriptae* procedentes de la Hispania Ulterior. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 79, p.29-50.
- QUESADA SANZ, F. (1997a)** - *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac: Éditions Monique Mergoil.
- QUESADA SANZ, F. (1997b)** - Montefortino type and related helmets in the Iberian Peninsula: a study in archaeological context. In FEUGÈRE, M., ed. - *Journal of Roman Military equipment studies 8 (L'équipement militaire et l'armement de la République, IVe-Ier s. avant J.-C.)*, p.151-166.
- QUESADA SANZ, F. (2005)** - El gobierno del caballo montado en la antigüedad clásica con especial referencia al caso de iberia. bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar, estribos y herraduras. *Gladius*. Madrid, XXV, p.97-150.
- QUESADA SANZ, F. (2008)** - Armamento romano e ibérico em Urso (Osuna): testimonio de uma época. *Cuadernos de los amigos de los Museos de Osuna*. 10, p.13-19.
- ROMÁN PUNZÓN, J. M.; RUIZ CECÍLIA, J. I.; MANCILLA CABELLO, M. I.; JOFRE SERRA, C. A.; RIVAS ANTEQUERA, M. J. (2008-2009)** - La colección de instrumentos médicos de época romana del Museo Arqueológico de Osuna (Sevilla). *CVDAS*, 9-10. Asociación Cultural *Cvdas*, p.99-118.
- ROST, A. e WILBERS-ROST, S. (2010)** - Weapons at the battlefield of Kalkriese. *Gladius*. Madrid. XXX, p.117-136.
- RUIVO, J. (2010)** - Capítulo 7.9 – Espólio metálico. In Alarcão, J., Carvalho, P., Gonçalves, A. (coord.) - *Castelo da Lousa: intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: (Studia Lusitana, 5), p. 481-517.
- SILVA, J. L. da (1952)** - Relatório das escavações na Herdade da Torre de Palma, Monforte (Alentejo). Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.

- SILVA, J. L. da (1953)** – Relatório das Escavações Arqueológicas na Villa Lusitano-Romana. Herdade de Torre de Palma e no Cabeço de Vaiamonte; Concelho de Monforte; Distrito de Portalegre. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.
- SILVA, J. L. da (1954)** – Relatório das Escavações na Herdade de Torre de Palma, Cabeço de Vaiamonte, Cemitério do Pombal. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.
- SILVA, J. L. da (1955)** – Relatório das Escavações na Herdade de Torre de Palma, Cabeço de Vaiamonte e Monte do Pombal. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.
- SILVA, J. L. da (1956)** – Escavações na Cabeça de Vaiamonte (Alentejo). Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.
- SILVA, J. L. da (1957)** – Relatório das Escavações na Cabeça de Vaiamonte (Alentejo). Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.
- SILVA, J. L. da (1958)** – [Escavações] na Cabeça de Vaiamonte (Alentejo). Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.
- SILVA, J. L. da (s/data)** – Inventário de materiais de Torre de Palma. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.
- THOMPSON, H. (1993)** – Iron Age and roman slave-shackles. *Archeological Journal*, 150, pp.57-168.
- ULBERT, G. (1984)** – *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionlager in Spanisch-Extremadura*. Mainz am Rhein: Madrider Beitrage 11.
- VASCONCELOS, J. L. de (1929)** – Antiguidades do Alentejo X. Cabeça de Vaiamonte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Serie I, 28, p.183-185.
- WARDLE, M. A. (1981)** – *Musical instruments in the Roman World*. Tese de doutoramento [texto policopiado]. Faculty of Arts University of London- Institute of Archaeology. Londres.

NOTAS

- ¹ Bolseira de Doutoramento FCT/UNIARQ

A propósito de um conjunto de glandes *plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana

RUI MATALOTO¹ MUNICÍPIO DE REDONDO; PORTANTA – ASSOCIAÇÃO DE ARQUEOLOGIA IBÉRICA

“O velho Nabu com a afunda, mete uma pedra, onde mete um olho,”
comentário popular de Santiago Rio de Moinhos (Borba), 1999

“... officinas ferrarias instruere, sagittas telaque uti fierent complura curare, glandes fundere, sudes comparare, litteras in Siciliam nuntiosque mittere ut sibi crates materiem que congererent ad arietes, cuius inopia in Africa esset, praeterea ferrum plumbum mitteretur.”

“At the same time he established workshops, made a great number of darts and arrows, provided himself with leaden bullets and palisades, wrote to Sicily for hurdles and wood to make rams, because he had none in Africa, and likewise gave orders for sending corn.”

Bel. Afr., 20, 3

Resumo: Pretende-se com o presente trabalho dar a conhecer um conjunto de glandes *plumbeae* recolhidos no sítio do Castelo das Juntas, em Moura, enquadrando-as nas dinâmicas de povoamento da margem esquerda do Guadiana, em particular ao longo do séc. I aC, com especial enfoque no período das Guerras Sertorianas.

Summary: The aim of this study is to present a set of glandes *plumbeae* collected at the site of Castelo das Juntas in Moura, framing them in the settlements dynamics of the left bank of the Guadiana, in particular along the 1st century BC, with special focus on the period of the Sertorian's War.

1 - “Achamento” do conjunto: considerações gerais

No âmbito da revisão que João Pimenta se encontrava a efectuar sobre a distribuição de balas de funda tardo-republicanas registadas no território actualmente português tomou-se conhecimento em finais de 2011, através de uma simples pesquisa no Google, da existência da colecção que deu azo ao presente trabalho. No sentido de apurarmos a sua origem, e de a documentarmos devidamente, pediu-me o meu amigo para entrar em contacto com o Dr. António Montezo, interessado e conhecedor das antiguidades da envolvente da Póvoa de São Miguel.

Após o primeiro contacto desde logo ficou patente que o conjunto existente era bem maior que o dado a conhecer *on-line*, estando na posse do senhor José Batista, residente na Póvoa de São Miguel, e amigo do Dr. António Montezo.

As 67 balas de funda aqui dadas a conhecer encontram-se 3 na posse deste último, 3 no Museu de Moura e as restantes na de José Batista, achador da maior parte.

Estas foram recolhidas essencialmente nos inícios da década de 90 do séc. XX no Castelo das Juntas, e nas suas imediações. Foi-nos transmitido pelo achador que uma parte havia sido recolhida essencialmente na envolvente do sítio (n^{os} 1 a 24), enquanto as restantes (n^{os} 25 a 62) foram encontradas reunidas no interior do povoado. As três existentes no Museu de Moura, sem proveniência atribuída, poderão corresponder a parte deste conjunto, oferecidas pelo Sr. José Batista, tal como uma grande urna de chumbo, pouco depois do seu achamento.

Além destas será de registar ainda a recolha de seis outras gandes (Albergaria e Melro, 2004, p. 82), no decurso dos trabalhos de escavação de caracterização efectuados no âmbito do Plano de Minimização de Alqueva, que submergiu boa parte do povoado, restando emersa uma pequena parte transformada em ilha.

Igualmente provenientes deste local, e que detalharemos posteriormente, foram também recolhidas outras peças metálicas, em bronze, além de seis denários e duas moedas de cunhagem peninsular.

Além deste conjunto proveniente do Castelo das Juntas registámos a presença de outra glans pumbeae proveniente do Castelo da Lousa, de tipologia manifestamente distinta.

2. O Castelo das Juntas: localização e balanço dos conhecimentos

O sítio arqueológico do Castelo das Juntas apresenta o Código Nacional de Sítio 8493, localizando-se nas seguintes coordenadas, constantes na base de dados – Endovélico: 38.29562N/-7.397956E.

Este povoado situa-se no concelho de Moura, freguesia da Póvoa de São Miguel, implantando-se em um apertado, mas extenso, meandro, distante não mais de 2km para montante da foz da Ribeira de Alcarrache. Localiza-se num topo aplanado, justamente no ponto mais apertado do meandro, rodeado de vertentes declivosas, principalmente para Nascente. Ainda que apresente algum destaque na paisagem envolvente imediata, dilui-se bastante a maior distância. Enquadrando-se numa área de solos particularmente pobres, cremos significativo para a devida percepção da localização deste povoado o facto de situar nas imediações de vários “portos”, onde se passava a vau, tanto o Alcarrache, nos “portos”

da Luz a montante, e da Junta, a jusante, como do Guadiana, nos “portos” do Cu de Pato e Meirinho. Adjacente a estes dois últimos, mas já na margem direita, verificou-se a presença de atalaias medievais, que parecem comprovar a relevância da travessia do “rio grande do Sul” nestes locais (Silva, 1999, p. 309).

O sítio foi primeiramente mencionado por Fragoso Lima, de um modo bastante vago, sem nunca o ter visitado (Lima, 1988, p. 60), ainda que desde logo mencione a presença da estrutura de fortificação e de estruturas circulares, que têm vindo a ser interpretadas como



Figura 1
Localização do Castelo das Juntas sobre mapa topográfico 1:25000

grandes torreões exteriores. Posteriormente, C. Tavares da Silva no âmbito dos trabalhos de levantamento arqueológico afeto à construção da barragem de Alqueva faz a primeira descrição mais pormenorizada, confirmando o seu enquadramento num momento avançado da Idade do Ferro, algo que se manteve nas descrições posteriores, onde igualmente se comenta a presença de muralhas e dois bastiões circulares (Silva, 1999, p. 327). O sítio veio em boa medida a ser afectado pela subida das águas da barragem de Alqueva que, não o cobrindo integralmente, submergiram todo o circuito murallhado, transformando-o em ilha.

Esta afectação levou-o a ser intervencionado no âmbito do PMI de Alqueva, conhecendo duas campanhas de escavação, nas quais se efectuaram 4 sondagens, que abrangeram uma área ínfima do povoado, e das quais já se deu a conhecer uma primeira notícia (Albergaria, et al. 2000), tendo entretanto saído a monografia do Bloco referente à proto-história da margem esquerda do Guadiana (Albergaria e Melro, 2013).

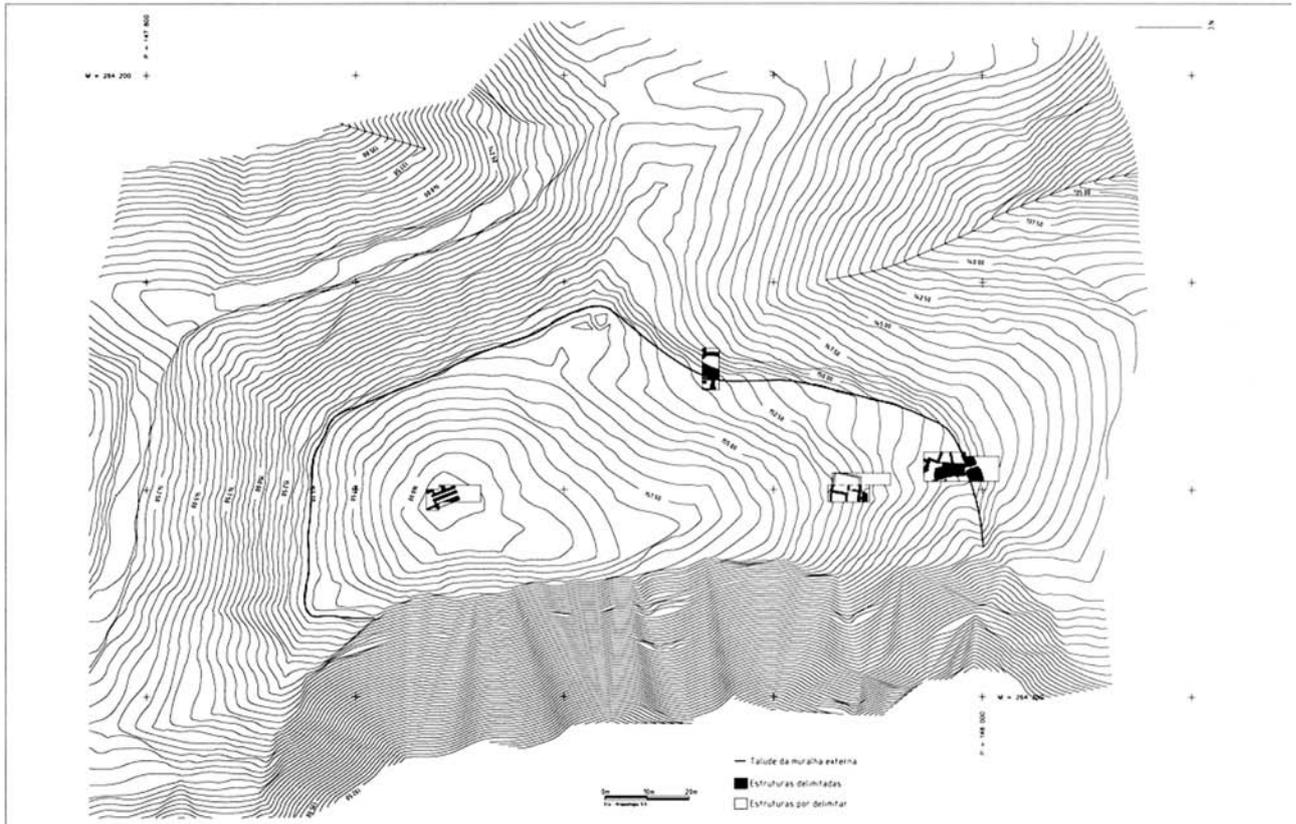


Figura 2
Planta geral do Castelo das Juntas, com implantação das sondagens e estruturas detectadas (seg. Albergaria e Melro, 2013)

O povoado do Castelo das Juntas apresenta uma planta genericamente subrectangular, com o eixo maior no sentido N-S e uma ligeira excrescência do lado Poente. A sua área não deverá superar 1ha intramuros (v. Fig 2).

As quatro sondagens permitiram documentar uma espessa muralha, aparentemente perimetral, dotada de uma estreita porta, virada a Norte, apresentando nos pontos mais facilmente franqueáveis dois torreões arredondados, não intervencionados. No interior, tanto quanto foi possível apurar, desenvolve-se um urbanismo de compartimentos rectangulares adossados à muralha. No topo documentou-se um muito interessante celeiro sobrelevado (Albergaria et al. 2000, Albergaria e Melro, 2013, fig. 4.104). Esta realidade arquitectónica é totalmente desconhecida em contextos indígenas no sudoeste peninsular, ainda que esta observação seja pouco relevante, dada a ausência quase total de intervenções em povoados deste cariz. Contudo, um destes celeiros sobrelevados foi documentado no fortim do Pedrão (Soares e Silva, 1973) que vem sendo interpretado, nos últimos anos, como um local de estacionamento de um pequeno contingente militar romano (Fabião, 1998; Fabião, 2006, p. 119), posição com a qual coincidimos (Mataloto, 2002, p.214).

Segundo os autores, foi possível documentar três grandes momentos de ocupação, estando a estrutura amuralhada perimetral presente desde o início. A Fase I, a mais antiga, não entregou um conjunto material que permita um enquadramento cronológico claro. As Fase II e especialmente a Fase III autorizam uma certa aproximação ao espectro cronológico, ainda que não apresentem marcada diferenciação, devendo provavelmente desenvolver-se entre um momento avançado/final do séc. II aC e o primeiro terço do séc. I aC (Albergaria e Melro, 2013, p. 242), ainda que não existam sólidos argumentos, em nossa perspectiva, para retroceder a ocupação para o séc. II aC, já que o escasso material

de importação pode ser todo enquadrado no séc. I aC, independentemente de poder ter uma cronologia se produção mais longa. Na realidade, os autores informam-nos que em estratigrafia integrada na Fase II se procedeu à recolha de diversos recipientes de “paredes finas” com cronologias dentro do séc. II-I aC, o que nos deixa um espectro cronológico bastante curto para a fase seguinte se, segundo cremos, e se tentará demonstrar adiante, o sítio foi abandonado no contexto das Guerras Sertorianas. Por outro lado, no que diz respeito à Fase I, sem materiais datáveis, mesmo que pontualmente possam ter surgido remobilizados alguns materiais de cronologia aparentemente mais recuada, estamos em crer que o povoado, tal e como se nos apresenta, deve ter sido obra provavelmente de finais do séc. II aC, se não mesmo de inícios do seguinte, o que não obsta ter existido uma realidade ocupacional anterior, dentro do séc. III aC (Albergaria e Melro, 2013, p. 241), que em nossa opinião não deveria ter tido a expressão arquitectónica deste.

Segundo se afirma, 96% da cerâmica é de tradição indígena, correspondendo a produções locais/regionais de cerâmica comum, composta por potes/panelas, tigelas, contentores abertos e grandes recipientes de armazenagem. Sem pôr em causa estes números, cremos que devemos discordar dos autores quando afirmam que a feição claramente romana-republicana está assinalada apenas por dois recipientes de campaniense, do círculo da B, uma forma da série F7553 e uma base de pátera integrável nas séries F2230-2280 (Morel, 1981), para além das formas de “paredes finas” IIB, III e IIIB, VIIC de Mayet (Albergaria e Melro, 2013, p. 222, fig. 4.130, forma aberta II). Na realidade, cremos que se encontram já bem patentes claras influências romanas em algumas produções aparentemente regionais, como se pode ver na peça CJ 283, que imita a campaniense Lamb. 1/F2300 (v. Albergaria e Melro, 2013, p. fig. 4.135, forma aberta II), para além de uma tija/prato, CJ 287, de ampla base plana, sem qualquer paralelo nas produções pré-romanas, mas com evidentes afinidades na cerâmica comum itálica (v. Albergaria e Melro, 2013, p. 226, fig. 4.127). Todavia, cremos ser na lucerna CJ 282 (v. Albergaria e Melro, 2013, p. 224, fig. 4.133), produzida aparentemente a nível local, que fica bem patente esta influência itálica, seguindo a proposta de C. Fabião (1998, p. 425) que associou a presença de lucernas a um dos mais claros exemplos da romanização dos hábitos, se não mesmo da presença de contingentes itálicos. Não deixa de ser bastante revelador existirem em Cáceres El Viejo lucernas bastante semelhantes, produzidas igualmente a nível local (Ulbert, 1984, *tafel* 42).

Por fim, não cremos ser muito significativo sobre o contingente populacional que ocupou o Castelo das Juntas o facto de 9% da cerâmica ser de produção manual (Albergaria e Melro, 2013, p. 214). Na análise efectuada à cerâmica comum do Castelo da Lousa documentou-se a presença de 3,6% de produções manuais, a que deveríamos aduzir 15,2% de produções a torno lento, por vezes dificilmente destrincháveis daquelas. As autoras do estudo consideraram estas presenças ao nível dos povoados indígenas (Pinto e Schmitt, 2010, p. 331), o que consideramos excessivamente linear, sabida que é a forte presença de cerâmica manual no acampamento da Lomba do Canho, apenas para citar um exemplo conhecido (Fabião e Guerra, 1987, p. 299).

Deste modo, não nos surge suficientemente clara e linear a leitura deste local enquanto simples povoado indígena, antes nos parece surgir já numa lógica profundamente integrada nas dinâmicas romanas do processo de conquista, independentemente de os seus ocupantes terem sido maioritariamente populações peninsulares. As suas características, e o seu posicionamento, como se pretende demonstrar, autorizam a associação deste local

ao estacionamento de uma guarnição militar de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo da transitabilidade, tal como foi proposto para outras áreas peninsulares (Ñaco e Principal, 2012)

Ainda que os dados sejam lacónicos, não é de todo improvável que este sítio tenha surgido apenas num momento muito avançado da ocupação efectiva do território pelas tropas romanas republicanas, tendo rapidamente ficado envolvido nos episódios peninsulares das guerras civis, que levaram ao seu abandono.

3. O conjunto de balas de funda em chumbo do Castelo das Juntas

O conjunto de balas de funda aqui em estudo, e que nos foi disponibilizado pelo Dr. António Montezo e o Sr. José Batista é composto por 63 exemplares provenientes do Castelo das Juntas e suas imediações, além de um exemplar recolhido no Castelo da Lousa, que achámos por bem integrar neste estudo. Também ao Castelo das Juntas cremos que deveriam pertencer três outras balas de funda detectadas no Museu Municipal de Moura pelo colega José Gonçalo, mas de origem desconhecida; no entanto, o senhor José Batista mencionou que havia doado ao Museu algumas balas de funda aquando do achamento, e na sequência da entrega de uma grande urna de chumbo de época romana. Deste modo, e atendendo que todo o aspecto e morfologia acompanham os restantes exemplares, cremos ser bastante plausível a sua associação ao restante conjunto.

Por último, importa reter que a intervenção desenvolvida no Castelo das Juntas no âmbito do PMI de Alqueva conduziu à recolha de mais seis exemplares, agora em contexto arqueológico controlado (Albergaria e Melro, 2013, p. 239).

Os 63 exemplares disponibilizados para estudo estavam reunidos em dois conjuntos correspondentes a dois tipos de “achamento”: disperso, principalmente em torno do povoado, pelo exterior, o que não obsta que alguma possa vir mesmo do interior do recinto (25 exemplares); concentrado, correspondendo a 38 projecteis de funda encontrados todos reunidos no interior do povoado, tal como nos foi transmitido pelo achador.

No global as peças apresentam-se todas oxidadas, o que lhe confere uma coloração esbranquiçada, à excepção de duas delas que levaram um tratamento de limpeza e estabilização que lhe conferiu uma tonalidade cinzenta brilhante.

Todo o conjunto dos projecteis de funda recolhido no Castelo das Juntas, inclusivamente nas intervenções arqueológicas, foi obtido por moldagem em molde bivalve, sendo bem patente em todos os exemplares as marcas longitudinais da junta do molde, e por vezes as rebarbas resultantes do processo de infusio. O frequente desajuste dos moldes ou o deficiente enchimento dos mesmos causou deformações frequentes, sendo muitas vezes responsáveis pelo menor peso das mesmas. Todavia, cremos que apesar do frequente mau acabamento dos projecteis, estes terão-se-ão mantido, certamente, inteiramente funcionais. Nesta medida, a forma expedita e pouco cuidada como foram executadas poderá indiciar a sua produção em pleno contexto de beligerância, como já foi apontado (Bosman, 1995; Poux e Guyard, 1999, p. 29). Por outro lado, a facilidade de utilização das mesmas, ainda que mal executadas, pode justificar o desleixo na sua fraca qualidade, sem impor

uma produção num contexto de conflito. O facto de muitas apresentarem as extremidades angulosas dobradas pode apontar para o seu uso efectivo.

As glandes plumbeae recolhidas no Castelo da Juntas apresentam uma gama relativamente homogénea em termos formais, dimensões e peso, o que não exclui, como se verá, uma certa variação derivada, muitas vezes, de deficiências de fabrico.

Para a classificação do conjunto utilizámos a tipologia de Völling (1990) por nos parecer a mais adequada, ainda que nem sempre seja simples a distinção entre alguns subtipos (v. Tabela Anexo I). A esmagadora maioria dos projecteis (49 ex.) foram integrados no subtipo fusiforme IIb. No subtipo fusiforme IIa, mais marcadamente bicónico, foram integrados 4 exemplares. Mais raros são os subtipos ovóides Ia (4 ex) e Ib (8 ex). Os projecteis documentados no processo de escavação foram integrados no tipo oblongo de Guerra (1987) (Albergaria e Melro, 2013, p. 239), o que, atendendo aos 3 exemplares publicados, dois se poderiam integrar no mais comum subtipo IIb de Völling, enquanto outro parece mais facilmente associar-se ao tipo Ia.

Dos exemplares do Museu de Moura dois integram-se no subtipo mais comum, IIb, e outro no subtipo IIa, igualmente representado no conjunto.

Não deixa de ser interessante verificar que o exemplar recolhido no Castelo da Lousa (v. Fig 10 n° 67) é o único que se integra no tipo III de Völling, sendo igualmente o único que nos parece ter sido obtido por martelagem e, como veremos, de longe, o mais pesado de todos, afastando-se por completo das glandes do Castelo das Juntas.

Estas apresentam dimensões entre os 32 e os 45mm de comprimento, sendo que a maioria se situa entre os 37 e os 43 mm, rondando a largura máxima entre os 18 e 20mm, ficando a espessura entre 16 e os 18 mm (v. Tabela Anexo I). No peso, a variação é um pouco maior, apresentando o conjunto uma média de 67g. Apenas dois exemplares apresentam um peso abaixo dos 40g e acima dos 80g, um. O exemplar do Castelo da Lousa é claramente mais pesado que os restantes, estando bem acima da média, com 95g (v. Fig 11), sendo dos exemplares mais pesados conhecidos no território actualmente português, apenas superado, que saibamos, por duas peças do Alto dos Cacos, Almeirim (Ferreira e Sequeira, 2011). Será importante referir que é, igualmente, bastante mais pesado que os restantes exemplares conhecidos do Castelo da Lousa, também obtidos por martelagem, que apresentam pesos mais aproximados dos verificados no Castelo das Juntas (Guerra, 1987, p. 170; Ruivo, 2010, p. 502).

Estes dados acompanham por completo o panorama tipológico e metrológico conhecido um pouco por todo o mundo romano, o que acaba por ser óbvio, dada a sua relação com a movimentação de tropas romanas, que seguiriam modelos até certo ponto padronizados, entre os 4-5 cm e os 40-70grs em média (Völling, 1990, p. 37; Quesada, 1997, p. 478). Efectivamente, a leitura dos dados disponibilizados recentemente em outras paragens, como a Eslovénia (Laharnar, 2011, p. 351), apontam no mesmo sentido tipológico e métrico, tal como acontece nos contextos mais centro europeus (Poux, 2008, p. 368).

A análise comparativa feita entre o peso destes elementos e o sistema de pesos romanos (Hultsch, 1971, 144-161, *apud* Laharnar, 2011, p. 355) se, por um lado, permitiu verificar uma variação aparentemente baseada na onça (27,3 grs), por outro lado, deixou igualmente patente não existir uma preocupação efectiva de acompanhar os mesmos.

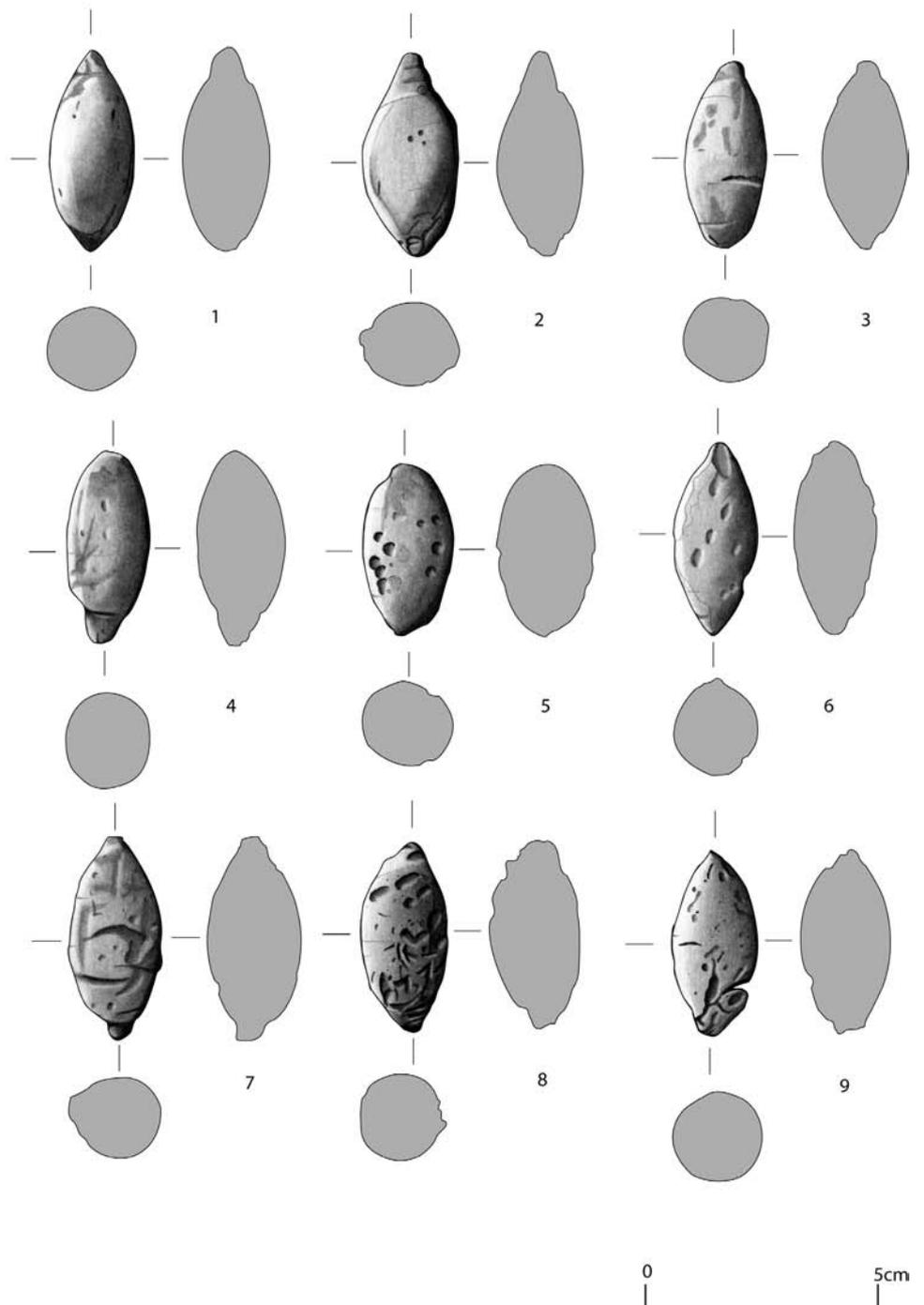


Figura 3
Glandes plumbeae do
Castelo das Juntas

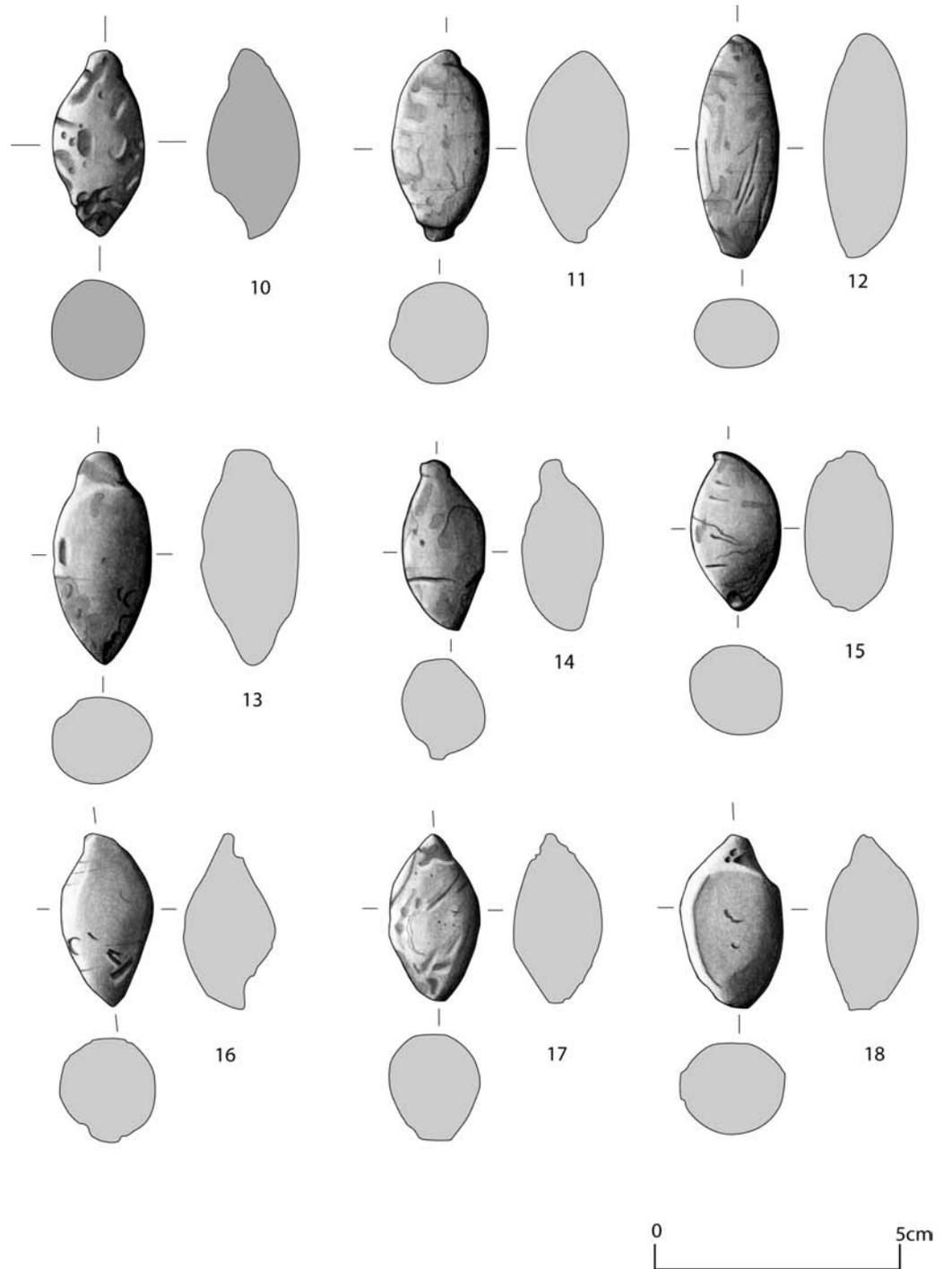


Figura 4
Glandes plumbeae do
Castelo das Juntas

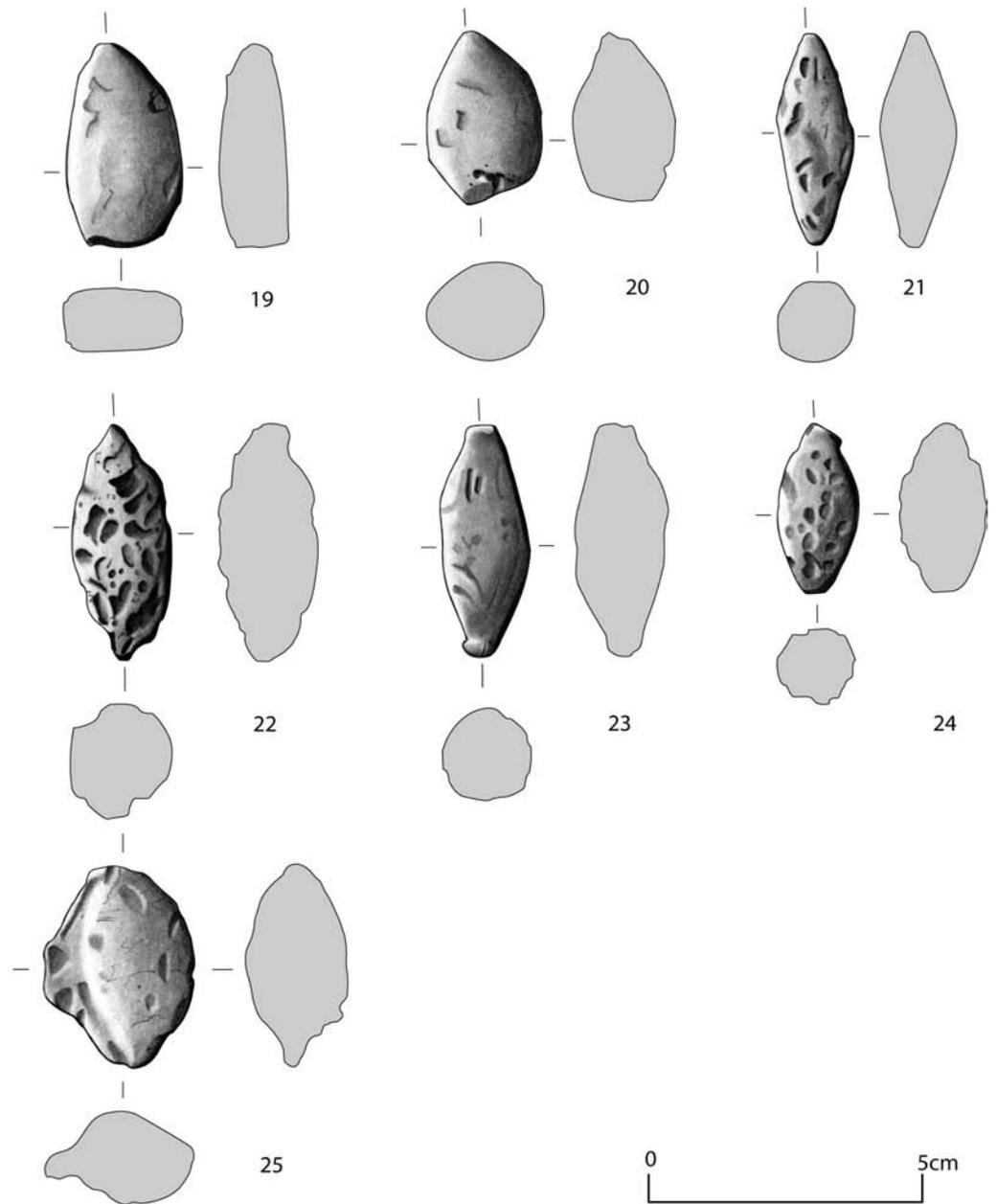


Figura 5
Glandes plumbeae do
Castelo das Juntas

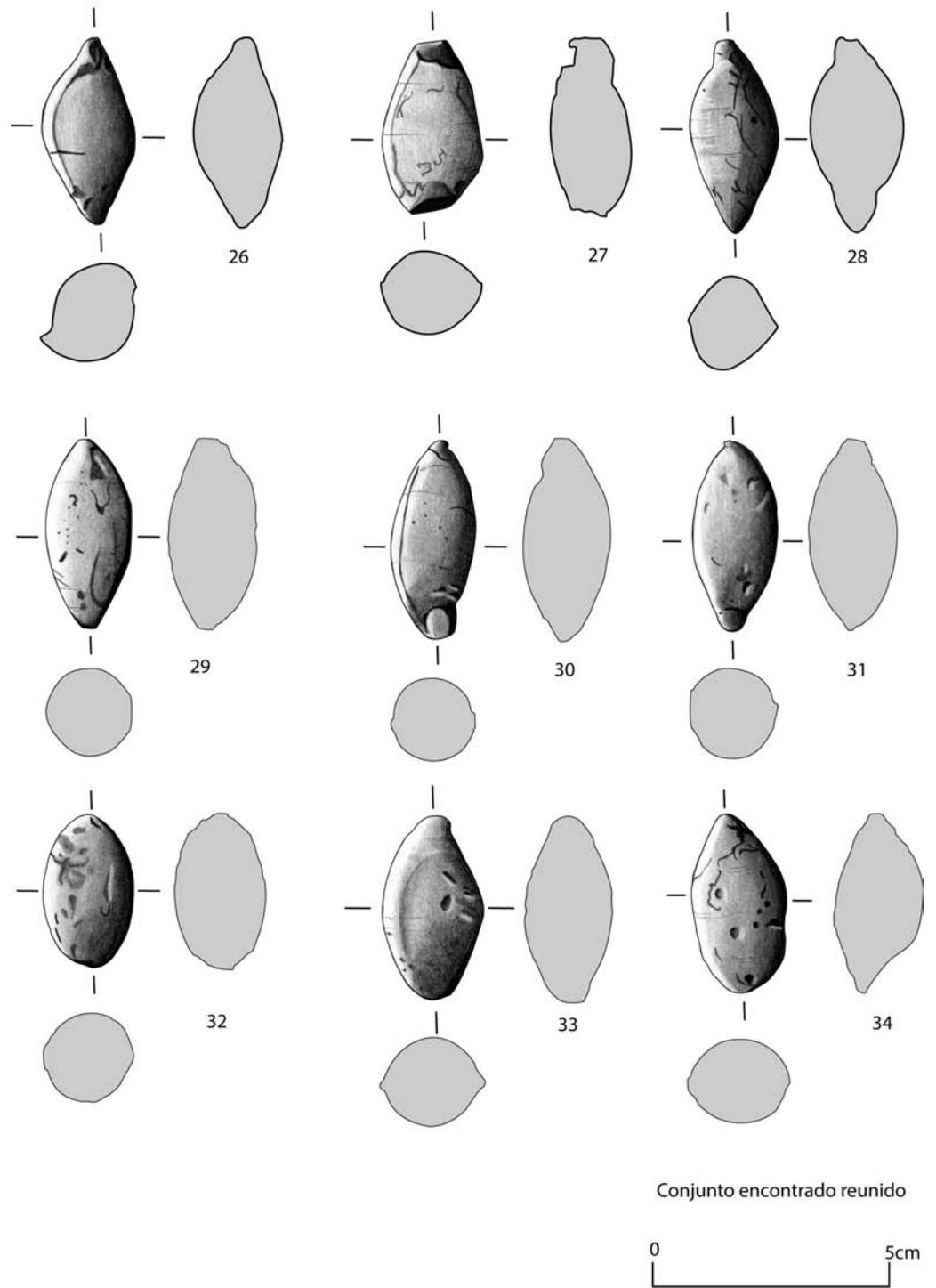


Figura 6
Glandes plumbeae do
 Castelo das Juntas
 encontradas reunidas

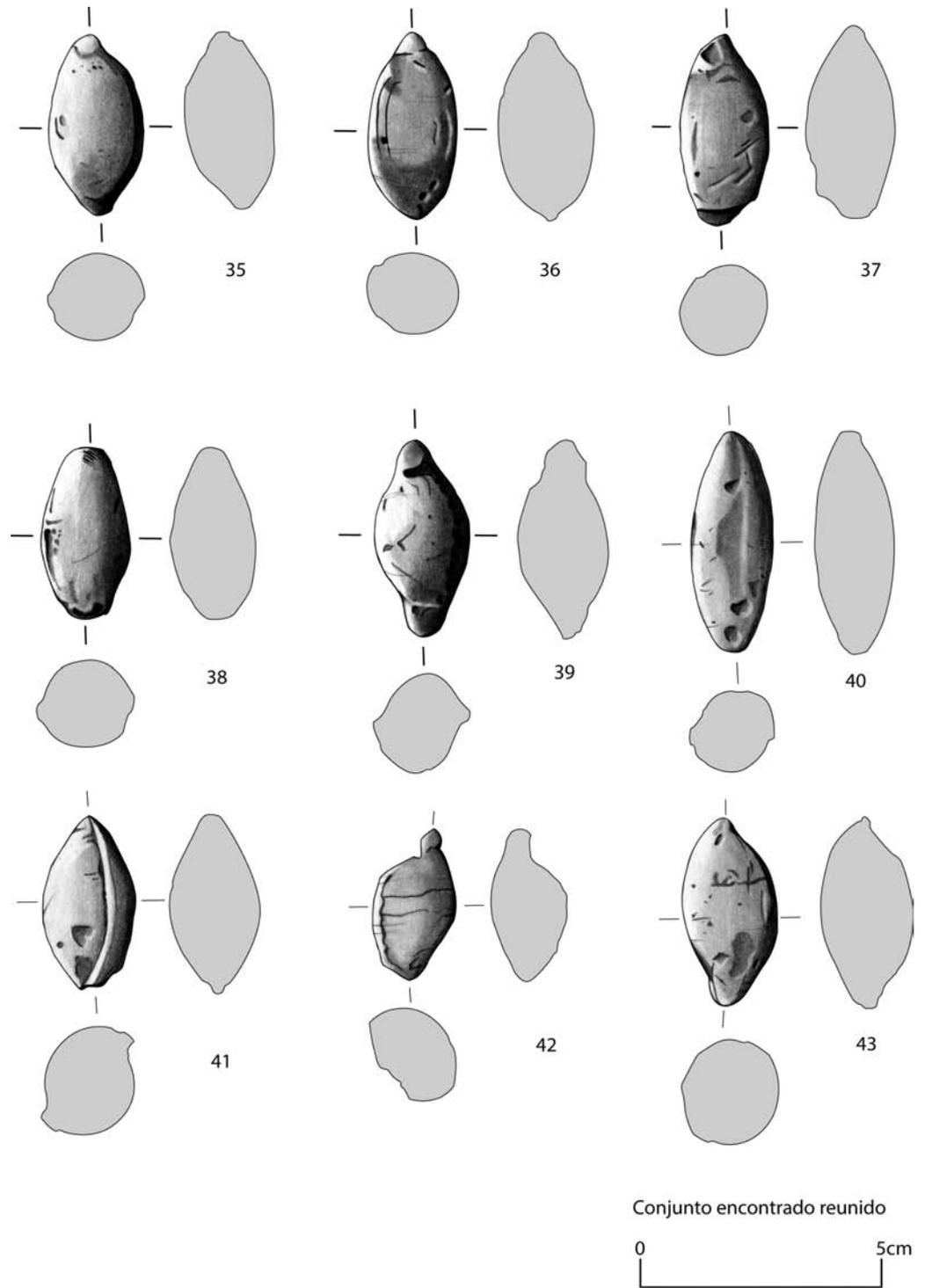


Figura 7
Glandes plumbeae do
Castelo das Juntas
encontradas reunidas

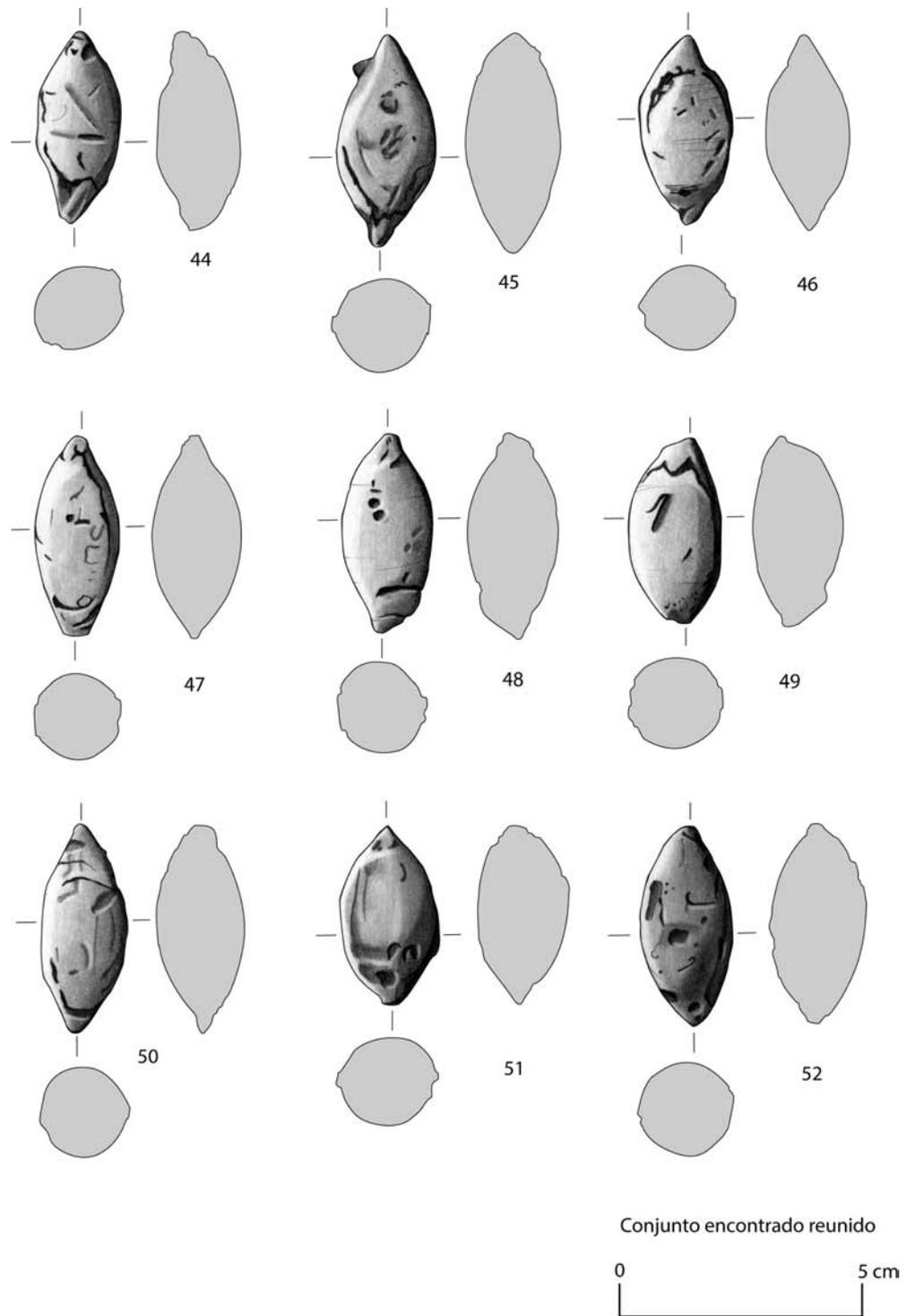


Figura 8
Glandes plumbeae do
Castelo das Juntas
encontradas reunidas

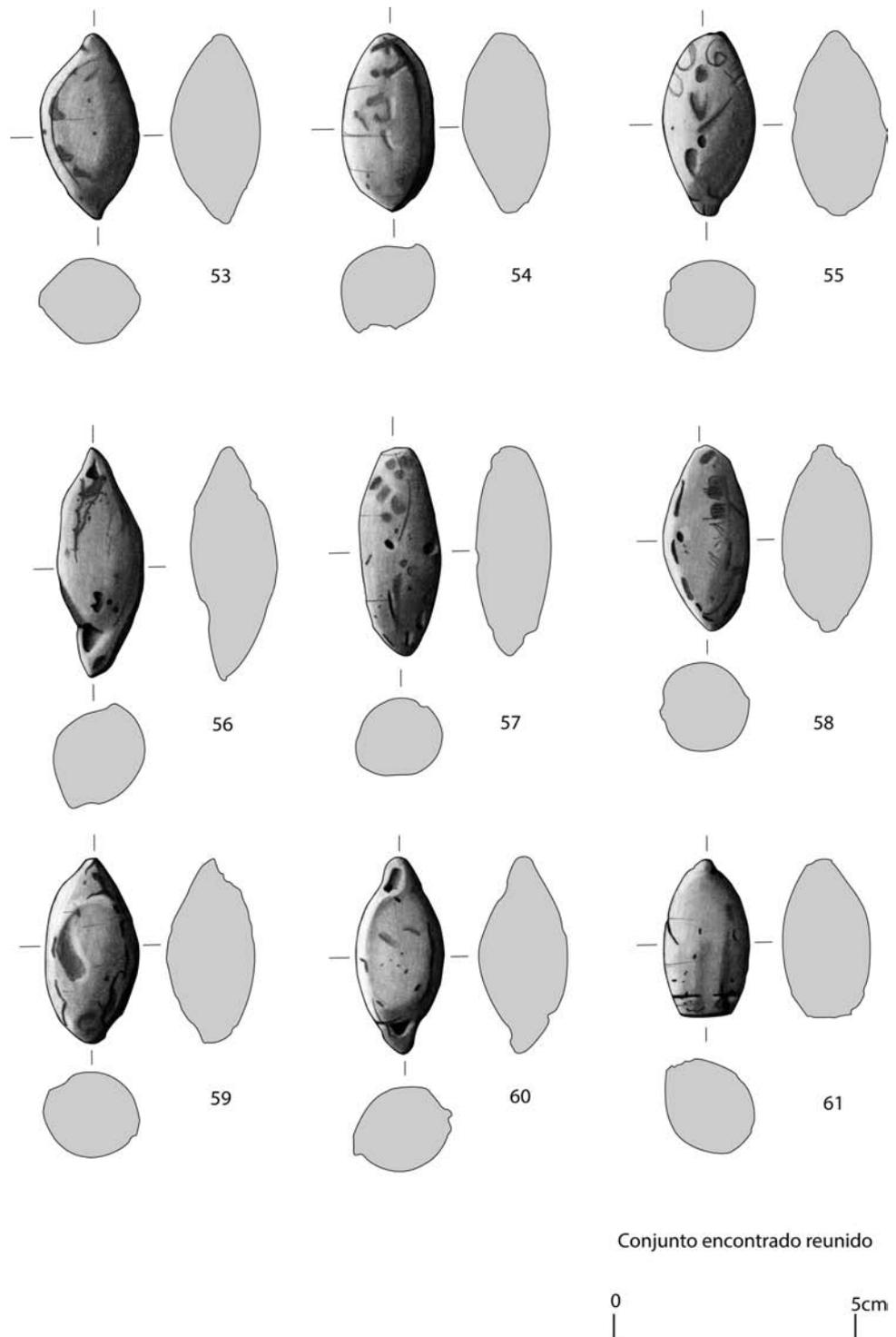


Figura 9
Glandes plumbeae do
Castelo das Juntas
encontradas reunidas

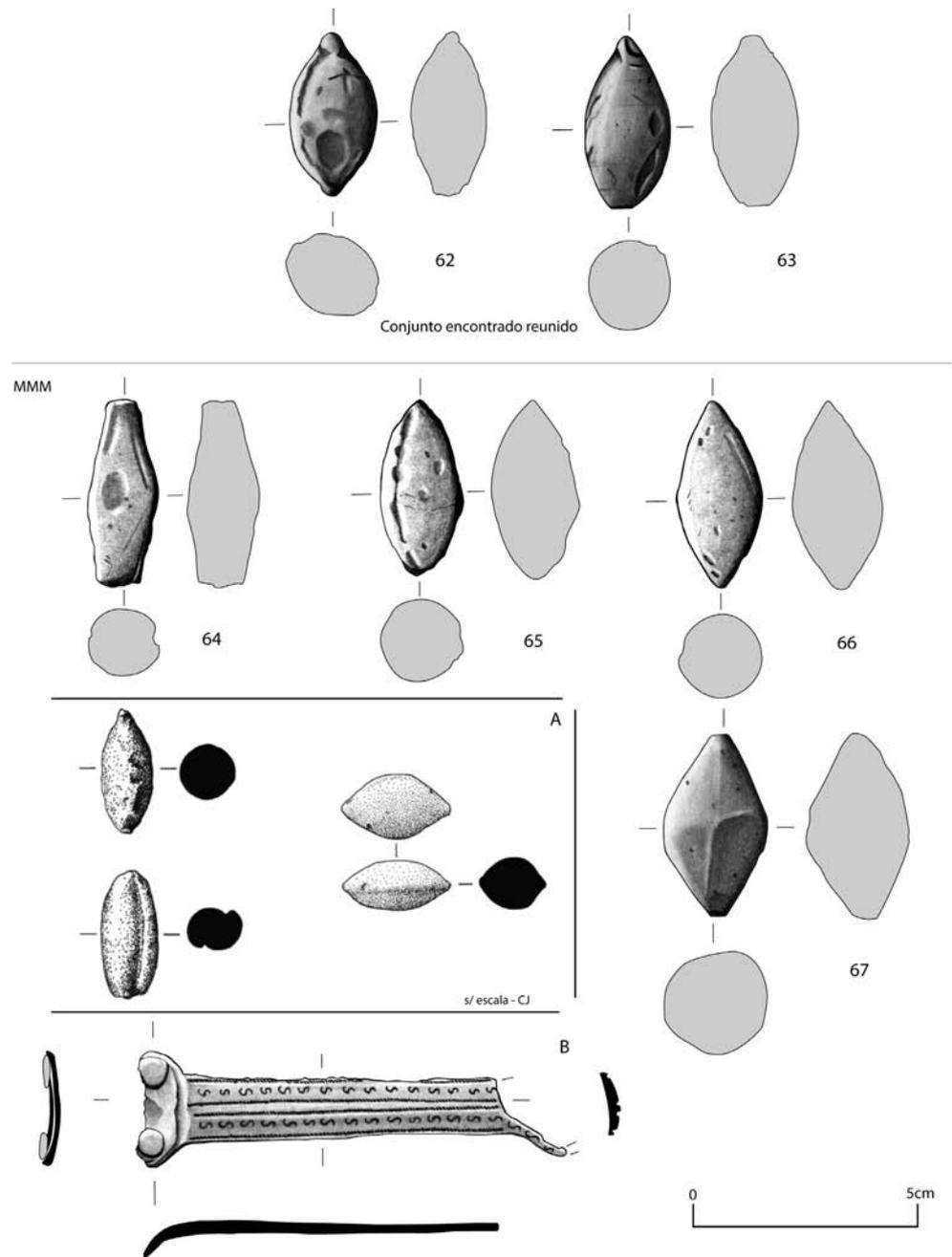


Figura 10
Glandes plumbeae do Castelo das Juntas encontradas reunidas (n.ºs 62-63); glandes do Museu de Moura, provavelmente do Castelo das Juntas (n.º 64-66); glans do Castelo da Lousa (n.º 67); A – glandes do Castelo das Juntas encontradas em escavação (seg. Albergaria e Melro, 2013); B - asa horizontal em bronze com rebites em ferro do Castelo das Juntas

No nosso conjunto verificamos também que os exemplares mais leves são mais pesados que a onça, acima dos 30grs, enquanto muitos dos mais pesados não atingem as 3 onças (81grs). Todavia, não deixa de ser sintomático que a média de peso dos nossos exemplares (67grs) se aproxime bastante das duas onças e meia (68,25grs) ou que o exemplar do Castelo da Lousa apresente o peso de 3 onças e meia (95,5grs). No entanto, acompanhamos os citados autores, não valorizando excessivamente esta padronização para elementos que muitas vezes eram produzidos em massa e em contextos de extrema pressão. Por outro lado, também não parece evidente a possibilidade levantada da progressiva diminuição do peso dos projecteis entre a República e o Império (Guerra, 1987, p. 168; Poux, 2008, p. 369), sendo bastante complexo, sem contextos arqueológicos fiáveis, datar os projecteis de funda, os quais, todavia, se parecem concentrar, em território actualmente português, e mesmo peninsular, em dois grandes momentos cronológicos, ambos no séc. I aC e relacionados com os episódios peninsulares das Guerras Civis (Guerra, 1987, p. 168; Guerra e Pimenta, 2013, p. 49; Quesada, 1997, p. 476).

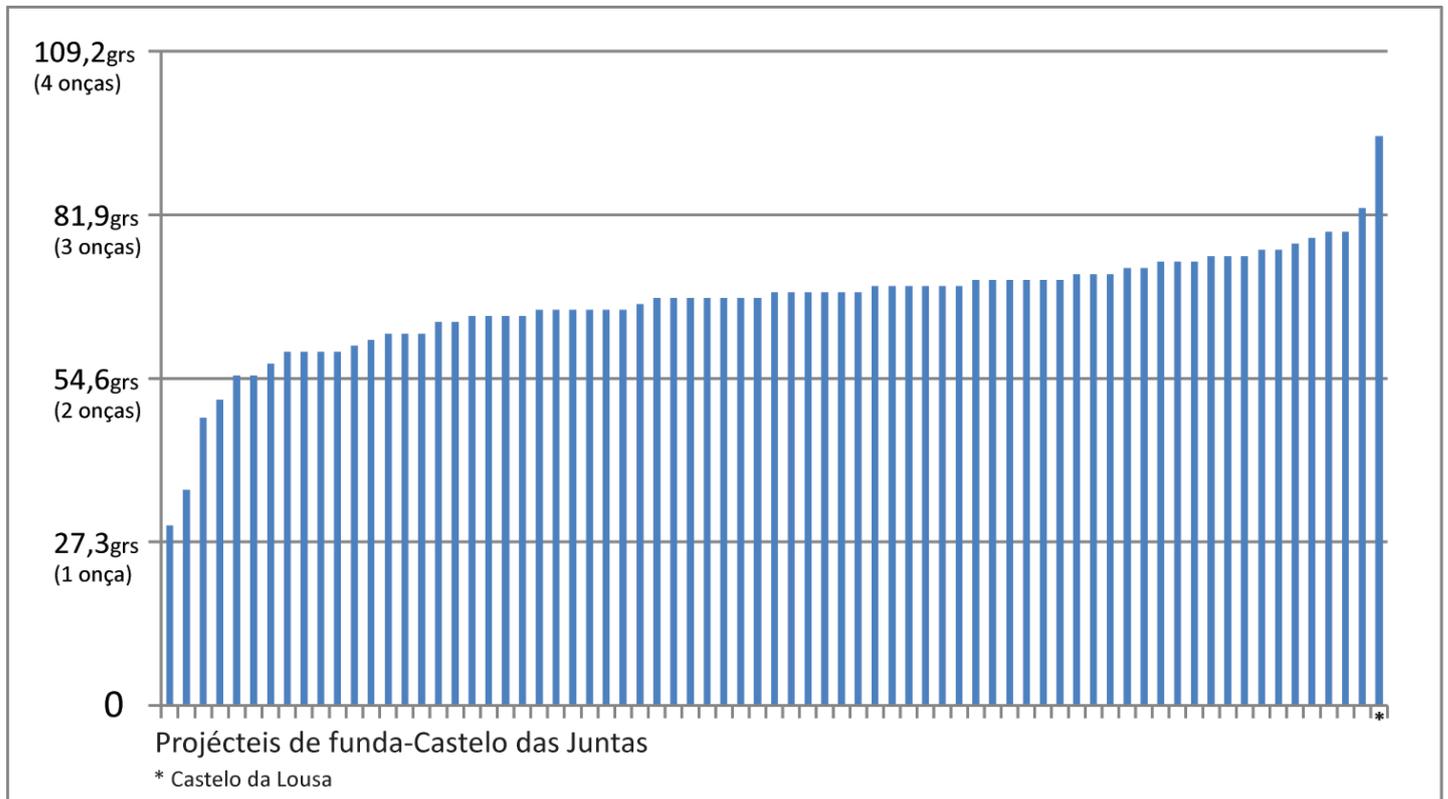


Figura 11
Glandes plumbeae do Castelo das Juntas, dispersão por peso.

Certo é que se desconhece a verdadeira função balística inerente a cada formato e peso, se é que existia alguma, caso a variabilidade não seja meramente aleatória; no entanto, foi já assinalado que os tipos bicónicos, mais comuns, tal como os que apresentam pesos entre as duas e duas onças e meia, apresentam melhor coeficiente balístico (Fontenla Ballesta, 2005, p. 70), o que de certa forma demonstra o conhecimento deste facto, e conduz a uma relativa padronização dentro destes parâmetros, sem que tal impeça uma certa variabilidade dependente de inúmeros factores (Poux, 2008, p. 369). Neste sentido, convém recordar, na esteira de Völling (1990, p. 36), que Diodoro Sículo, na sua *Bibliotheca Historica* (5,18) menciona que os famosos funditores baleáricos se faziam acompanhar de três tipos distintos de funda, com dimensões diversas, consoante a proximidade do alvo

a abater, o que foi de certo modo secundado pelas informações de Estrabão, na sua Geografia (3.5,1), onde menciona que as mais longas fundas seriam para alvos mais distantes e as curtas para os mais próximos. Deste modo, resta saber se os exemplares mais pesados visavam distâncias mais longas, ajudando o seu peso a melhorar a balística, enquanto os de menores dimensões, mais facilmente afectados por factores externos, como o vento, serviriam para alvos mais próximos.

Os projecteis de funda do Castelo das Juntas autorizam perspectivar o seu fabrico local expedito, que se observa quer pela presença de rebarbas em alguns exemplares, quer pela fraca qualidade de acabamento de muitos deles, dado o desajuste entre os dois lados do molde bivalve. Certamente de realçar será o facto de os projecteis terem saído de múltiplos moldes, e não apenas de um único, como se pode depreender pela sua variabilidade, e assumindo que no mesmo molde se teria utilizado apenas um formato, o que não é obrigatório. A sua fundição em contexto de combate é conhecida, como nos demonstra a passagem do *Bellum Africum* (20, 3) onde César pede o reforço das posições, a criação de forjas e a fundição de projecteis (Poux, 2008, p. 369; Guerra e Pimenta, 2013, p. 50). A necessidade de produção de balas, em pleno contexto de combate, poderia estar facilitada pelo uso e transporte de pequenas varas de chumbo pelos *funditores*, como as documentadas em Noudar (v. Fig 14), com cerca de um triens (110grs), que permitiriam a rápida fundição de diversos projecteis, como aliás parece ter sido documentado no campo de batalha de Alésia (Poux, 2008, p. 369). Talvez apenas como mero aspecto anedótico, não deixa de ser relevante a proximidade fonética entre a designação dos fundibulários em latim (*funditores*) e a palavra fundição, e derivadas, como fundidores, em português, actividade certamente frequente naqueles.

Aceitando a perspectiva de dispersão que nos foi transmitida pelo achador, o conjunto em estudo dá-nos uma leitura correcta do que deveria ser a disseminação destes elementos num contexto de uso/batalha: uma parte surgia dispersa pelo exterior do sítio, porque já devidamente lançadas, enquanto outras seriam a munição de um dos fundibulários, e daí a aglomeração de 38 destes projecteis. Não deixa de ser bastante interessante verificar que este número se aproxima do registado num depósito em Puntal dels Llops (41) registado dentro do Compartimento 12 (Bonet Rosado e Mata Parreño, 2002, p. 82); ainda que reconheçamos a distância física e cronológica, já que este último sítio se integra entre o séc. III aC e inícios do seguinte, estes números poderiam de facto assinalar-nos o arsenal de cada funditor. No entanto, sabemos que a ausência de contextos arqueológicos exactos no caso do Castelo das Juntas impõe severas reservas a estas observações, que devem ser entendidas como meramente hipotéticas, ainda que a diversidade de modelos e pesos do conjunto achado reunido pareça descartar que se tivesse encontrado associado a uma qualquer área de moldagem.

Este é o maior conjunto de projecteis de funda efectivamente conhecido em território actualmente português, se exceptuarmos a notícia de Mário Saa sobre os achados de Casal de Tamazim (Guerra e Pimenta, 2013, p. 56).

No geral, pouco se pode inferir a partir deste conjunto, que vem essencialmente assinalar dois aspectos que ficaram já patentes na recente síntese sobre o tema no território actualmente português (Guerra e Pimenta, 2013): que as balas de funda, em determinados

contextos, serão bastante mais frequentes que as conhecidas até ao momento, e que a obtenção de conjuntos relativamente amplos dificilmente se fará pelos métodos arqueológicos convencionais, sendo importante acompanhar de perto, e com as devidas precauções, estas colecções particulares, que nos vêm a assinalar uma muito maior presença das mesmas, reflectindo obviamente uma maior presença militar romana tardo-republicana em contexto de conflito. Talvez deva aqui expressar um apelo à utilização controlada de novas metodologias, que nos permitam, em contextos particulares, novos resultados, que venham alargar os existentes.

4. Algumas observações sobre outros “achados” do Castelo das Juntas

As glandes *plumbeae* eram acompanhadas por um pequeno conjunto de moedas recuperadas no local e arredores imediatos. Para além destas tivemos acesso a um fundo de campaniense e um objecto em bronze, aparentemente uma asa horizontal decorada. Tratemos primeiramente destes, passando em seguida para as moedas, as quais nos poderão aduzir mais alguma informação cronológica sobre o local.

O elemento em bronze apresenta uma forma rectangular achatada, relativamente fina, com acabamentos toscos na parte inferior e decoração impressa, constituída por dupla faixa longitudinal delimitada por linha superior e inferior de pequenas incisões oblíquas que enquadram uma sequência de “S”s deitados (Fig. 10, B). Na extremidade de um lado menor apresenta uma inflexão acentuada, onde parece estar rebitada, com rebites de ferro, uma outra placa de bronze, da qual nada restou. Na extremidade oposta sai de um dos lados um pequeno alongamento, onde se perpetua a decoração, apresentando ligeira curvatura. Não nos foi possível encontrar qualquer paralelo exacto que nos permitisse enquadrar esta peça, sendo ainda mais complexo, dada a insegurança existente sobre a proveniência estratigráfica. Efectivamente, na grande síntese sobre a baixela tardo-republicana em Bronze (Feugère e Rolley, 1991), não encontramos qualquer exemplar que remetesse para a peça em análise, ainda que tenhamos reconhecido semelhanças com pegas horizontais curtas de frigideiras, ou outras peças de pega horizontal, como as cassarolas do tipo G 2000 de Pompeia, ou mesmo dos *atingitoi* e coadores (K2000 e K3000) (Tassinari, 1993). O facto de se encontrar rebitada noutra superfície poderá estar a remeter para uma qualquer reparação, na justa medida em que os recipientes de asa horizontal eram fundidos numa só peça. A decoração, algo tosca, também não apresenta paralelos directos remetendo para algumas gramáticas conhecidas nas cerâmicas indígenas do sudoeste peninsular.

Foi também recuperada à superfície uma base de pátera de verniz negro, aparentemente uma produção calena integrável nas séries 2230-2280 (Morel, 1981).

O conjunto de moedas atribuíveis ao Castelo das Juntas é composto por seis denários de prata, uma cunhagem aparentemente peninsular ilegível e um Asse de Cláudio cuja pertença ao conjunto é duvidosa.

Os denários foram recolhidos no sítio e sua envolvente imediata estando, em geral, mal conservados e de leitura difícil, na justa medida em que não foram sujeitos a qualquer limpeza, à excepção de um³.

O exemplar mais antigo corresponde a um denário serrado de L. PORCI.LICI * L LIC CN DOM, datado de 118 aC (RRC 282/5), sendo o único cunhado em Narbo, face aos restantes em Roma. Este encontra-se perfurado, a modo de pendente, o que pode justificar a sua cronologia mais antiga relativamente à maior parte dos restantes. Um outro, de cronologia próxima, corresponde, com alguma segurança, a um denário de M. SERGI SILVS Q, aparentemente de 116 ou 115 aC (RRC, 286/1), que se encontra, contudo, em bastante mau estado.

O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I aC, sendo da primeira década o denário de D. SILANVS L.F., de 91 aC (RRC, 337/3), e o de C.VIBIVS C.F. PANSA, datável de 90 aC (RRC, 342/5b?)⁴. Imediatamente posterior a estes é o denário de L. TITVRI L.F. SABINVS, datado de 89 aC (RRC, 344/1a-c), impedindo o estado de conservação maior precisão do tipo. O mais recente de todos é o denário de L.CENSOR datado de 82 aC (RRC, 363).

A moeda peninsular pertencente ao conjunto, aparentemente em bronze, encontra-se totalmente ilegível, deixando apenas entender um possível zoomorfo (touro?) virado à direita, e na outra face aparentemente um busto. Dado o estado de conservação não conseguimos avançar qualquer hipótese.

Por fim, integra também o rol de moedas aparentemente proveniente do local ou suas imediações um Asse de Cláudio, provavelmente uma imitação hispânica da cunhagem RIC I 100, que foge claramente ao conjunto, podendo representar uma perda fortuita no local em momento bastante posterior ao seu abandono.

Na intervenção arqueológica levada a efeito no local foi documentada a presença de um denário serrado, de 79 a.C., C. Naevius Balbus, (RRC, 382/1b), para além de um asse de Ilerda, em caracteres ibéricos (Albergaria e Melro, 2013, p. 240). Os denários recolhidos no Castelo das Juntas estão bem documentados nos tesouros de época sertoriana documentados na Estremadura portuguesa, enquadrando-se todos dentro dos dois períodos de Crawford percentualmente mais relevantes nesses conjuntos (Id e Ie), seguindo padrões de espectro peninsular (Ruivo, 1993-97, quadro 6; Ruivo, 1997, p. 96). Este facto ajuda a melhor sustentar, cremos, uma cronologia sertoriana para o conjunto de moedas, o que não obsta que alguma das mais antigas possa ter chegado ao local anteriormente, na justa medida em que estamos perante perdas ocasionais e não de um tesouro. Os tesouros de época sertoriana conhecem uma certa concentração no território entre Tejo e Douro, estando ausentes a Sul do Tejo, como bem notou J. Alarcão (1999, p. 4), ainda que se desconheça a cronologia de alguns tesouros alentejanos, como o de São Manços, de que sabemos apenas estar composto por denários (Alarcão, 1999, p. 2)⁵.

Algumas das cunhagens documentadas no Castelo das Juntas estão presentes em outros locais alentejanos, como na Cabeça de Vaiamonte ou em Miróbriga/Chãos Salgados, Santiago do Cacém, (Fabião, 1998, vol. 3, apêndice numismático).

A ausência de cunhagens de denários posteriores permite reforçar a proposta de abandono do local no contexto das Guerras Sertorianas, provavelmente após a perda de protagonismo da Ulterior no seio do recontro.

5. O episódio sertoriano da Guerra Civil no Sudoeste peninsular e o seu reflexo na margem esquerda do Guadiana

Não é certamente aqui o local para uma avaliação rigorosa da acção sertoriana, nem de Metelo, no sul do território actualmente português, tema amplo e intensamente debatido em obras de referência, de que destacamos F. García Morá (1990; 1991), inclusivamente com problematizações recentes que alteram ou reiteram, de certo modo, perspectivas mais antigas (Guerra, 2004; Salinas Frías, 2006).

Contudo, cremos ser fundamental traçar um percurso básico do conflito nesta região, de modo a melhor podermos enquadrar a ocupação do Castelo das Juntas no seu contexto histórico.

Depois da vinda de Sertório para a península, em 80 aC, a pedido dos Lusitanos, apenas conhecemos com alguma clareza a entrada do Ocidente peninsular no contexto de beligerância com a chegada à província da Ulterior do governador Q. Cecílio Metelo Pio, em 79 aC. Este ano e o seguinte parecem conhecer uma série de recontros entre as duas facções no Ocidente peninsular, que poderão claramente centrar a beligerância no território entre o Tejo e o Guadiana, com a referência a recontros em *Dipo* e *Conistorgis*, tal como nos menciona *Salústio* (Hist. I, 113 e 119) (Alarcão, 1988, p. 24; García Morá, 1990, p. 248; Salinas Frías, 2006, p. 157), que em nossa opinião dificilmente poderemos afastar do sudoeste peninsular actualmente português, sendo mesmo Évoramonte a melhor hipótese (Alarcão 1988, p. 98; 2002; Guerra, 2010, p. 90) para o primeiro destes locais, o que a presença de materiais tardo-republicanos e de *glans laterícia* (Vasconcelos, 1918, p. 78) para além de outra, presumivelmente em chumbo (Costa e Liberato 2007: 638), melhor poderiam ajudar a sustentar. Por outro lado, parece ficar patente a ideia da deslocação do conflito até às margens do Tejo (*Salústio*, Hist. I, 115), ou seja numa acção Sul-Norte, provavelmente a partir da Baixa Andaluzia, onde o partido de Roma gozava de fortes apoios, como bem nos lembra García Morá (1994, p. 276), e como fica patente no apoio concedido por Gades, e nomeadamente pelos Balbi (v. Cícero, Pro Balbo, 5; García Morá, 1990, p. 252), a que não seria alheia a renovação do *foedus* de 206 aC justamente em 78 aC, numa clara política de reforço dos laços com Roma, de modo a limitar as possibilidades de apoio a Sertório (García Morá, 1994, p. 276).

Nesta perspectiva, parece-nos claramente que a região de Moura, situada justamente num corredor natural de ligação entre a bacia do baixo Tejo e o baixo Guadalquivir, através do Guadiana, parece estar francamente posicionada numa área de movimentação das tropas de ambas partes, em particular se, como cremos na esteira de outros, desde Fernando Nunes Ribeiro (Ribeiro, 1960, p. 73-113) e Abel Viana (Grilo, 2006, p. 6), situarmos *Conistorgis* em Beja. Neste sentido, a proposta infográfica de Salinas Frías (2006, p. 171, Fig 1e 3) e Luís Berrocal et alli (2014, p. 275, fig. 1.2) é particularmente apelativa. Convém relembrar que, muito provavelmente, até então esta seria com maior propriedade a região lusitana, cerne do apoio sertoriano, e que apenas no decorrer deste conflito, e em momentos posteriores, o conceito de Lusitânia se foi expandindo para Norte (Pérez Vilatela, 2000, p. 255).

Como refere García Morá, entre finais de 78 aC e o Verão de 76 aC, as fontes praticamente deixam de se referir à Ulterior, assumindo-se que Sertório haveria conseguido estabelecer

um verdadeiro *limes* meridional, empurrando Metelo para a região mais romanizada da Ulterior, onde facilmente recolhia bastante mais apoio que no ocidente lusitano (García Morá, 1994, p. 279-81). Esta proposta deixaria, em boa medida, toda a bacia do Guadiana em mãos sertorianas, até à margem Sul da Serra Morena, controlando as riquezas metalíferas da região, fulcrais para a sustentação económica da causa, como assinala o mesmo autor. Neste sentido parecem apontar as famosas glandes da Peña de San Sixto (Encinasola) com a inscrição Q·SERTORI· /PRO·COS (Chic García, 1986, p. 172), a que aparentemente se deveriam juntar outras do Castrejón de Valencia del Ventoso (Berrocal, 2003, p. 206; Berrocal, et alli, 2014, p. 277). Estas ocupações, entre outras, deveriam, segundo este autor, integrar uma linha de defesa da fronteira entre as duas facções neste período.

Importa, então, desde logo, realçar o facto destas ocupações, para além de outras como o Castrejón de Capote, distarem do Castelo das Juntas apenas algumas dezenas de quilómetros para Nascente, justamente em direcção à bacia do Guadalquivir, sendo igualmente de destaque o facto de terem sido abandonadas aparentemente na sequência deste conflito (Berrocal et alli, 2014, p. 277).

A chegada de Pompeio à península, nos inícios de 76 aC, iria provocar novas movimentações e actividade na Ulterior. Efectivamente, no Verão de 76 aC, o lugar tenente de Sertório na Ulterior, Hirtuleio, defronta Q. Cecílio Metelo junto de Itálica, saindo completamente derrotado, rumando depois o curso da guerra mais para Oriente, de modo a evitar a junção dos exércitos dos dois legados de Roma. Contudo, não fica claro até que ponto a eventual perseguição de Hirtuleio não trouxe a guerra até ao nosso território, e à Lusitânia, reduto amplamente sertoriano e que seria ainda em grande medida área de reorganização e recrutamento de tropas. O território entre o Tejo e a Serra Morena poderá ter sido a retaguarda do avanço temerário de Hirtuleio até ao Guadalquivir, ajudando a explicar as múltiplas marcas de beligerância documentadas, em particular, nesta última região. Certo é que, no Verão do ano seguinte Hirtuleio cai definitivamente perante as forças de Metelo, junto a Segóvia, numa passagem que tem tanto de apelativa quanto de controversa. Efectivamente, esta Segóvia vem sendo associada a realidades tão diversas como a Segóbrica mesetenha, na esteira das propostas de Schulten (Fabião, 1992, p. 223), ou na putativa Segóvia andaluza (Chic García, 1986, p. 174; García Morá, 1994, p. 282; Roldán, 1985, p. 133), para além da hipótese de se tratar do Castro de Segóvia, nas imediações de Campo Maior (Gamito, 1987), proposta complexa, mas aceite como provável (Alarcão, 1988, p. 24; Berrocal, et alli, 2014, p. 277).

Estamos com vários autores que assumem que nada nos permite associar este local alentejano com o sítio mencionado nas fontes clássicas, ainda que se registre uma ocupação tardo-republicana mal documentada, na qual não falta, contudo, alguma *militaria*, nomeadamente glandes de chumbo (Guerra e Pimenta, 2013, p. 57), que conduziram C. Fabião a propor a presença de uma guarnição militar (Fabião, 1998, p. 238).

Contudo, se a proposta de Gamito nos surge como pouco fundamentada, por outro lado, parece-nos mais conducente com o desenrolar da guerra, na esteira, aliás, de outros autores (Berrocal, et alli, 2014, p. 277). Ainda que a putativa intenção de Metelo em 76 aC fosse a união dos exércitos dos dois legados na Hispânia, certo é que, como nos propõe Roldán (1985, p. 132), a derrota de Pompeio e a sua retirada mais para Norte, ou mesmo para a Narbonense, dificultasse ainda mais essa tarefa, em particular quando Sertório e

Perpena, após a derrota de Hirtuleio, parecem invernar de novo na Lusitânia (Ap. Bel. Civ., 111), em busca de mais apoios para este, certamente obtidos um ano após a sua derrota. Deste modo, acompanhamos Roldán (1985, p. 132) quando propõe que Metelo deverá ter antes invernado no interior da sua província, não a deixando desguarnecida, num momento onde o reagrupar de tropas e forças por Sertório na Lusitânia faria indiciar novo enfrentamento. Se assim tiver sido, nada atesta com clareza o confronto das duas forças na suposta Segóvia andaluza, bem no interior da Ulterior, onde Metelo controlava totalmente o território. Nesta medida, ou a movimentação de Hirtuleio era bastante temerária, ao adentrar-se bastante em território hostil após uma forte derrota, ou então, em prol da opção alentejana, Metelo, antes de rumar a Leste, viria combater e derrotar, numa última grande batalha na Ulterior, os partidários sertorianos. Os múltiplos indícios de prováveis confrontos, atestados pela presença, ao longo da bacia da margem esquerda do Guadiana descendente e da Serra Morena Ocidental, das já citadas balas de funda com as marcas sertorianas, que podem corresponder a qualquer momento do recontro, traduzem, cremos, alguma verosimilhança à proposta da Segóvia alentejana que, contudo, não nos atrevemos a defender com firmeza. Por outro lado, o tesouro de Santana da Carnota, datado aparentemente de 76 aC (Ruivo, 1997, p. 93; Alarcão, 1999, p. 4) poderá documentar a presença de movimentações militares na linha do Tejo na sequência da derrota e morte de Hirtuleio, independentemente da localização do evento. Todavia, certo parece ser que esta região entre o vale do Guadiana e as estribações da Serra Morena assumiu, num momento ainda impreciso, mas certamente avançado, da Guerra Civil, um papel relevante no contexto do controlo da Ulterior ocidental por parte das forças da *Urbs*, como fica bem patente, uma vez mais, na infografia de L. Berrocal et alli (2014, p. 275, Fig1.2).

Por fim, e tal como defende Garcia Morá (1990, p. 391; 1994, p. 285), no final de 73 aC o limite dos territórios conquistados pelos partidários da República estariam certamente muito próximos da linha do Douro, o que parece bem atestado pelos diversos tesouros documentados justamente entre o Tejo e o Douro no território actualmente português, cujas últimas moedas parecem datar de 74 aC (Ruivo, 1997, p. 93). No mesmo sentido poderá apontar, como bem refere C. Fabião (2004, p. 69), a concentração de achados argênteos na Beira Baixa, usualmente associados ao episódio sertoriano das Guerras Civis, a que a proximidade com o acampamento de Cáceres el Viejo, aparentemente abandonado neste período, não deve ser alheia.

Ora será justamente num contexto de forte instabilidade neste tramo do vale do Guadiana que teremos que enquadrar as diversas ocupações conhecidas num raio relativamente alargado a partir do Castelo das Juntas, principalmente na margem esquerda, mas igualmente na margem direita do grande rio do Sul.

6. O Castelo das Juntas e as ocupações tardo-republicanas na região de Moura: tentativa de leitura histórica

Infelizmente, e tal como grande parte do Sul do território actualmente português, o tramo superior do Guadiana descendente, em ambas as margens, é bastante mal conhecido durante o período pré-romano e tardo-republicano, ainda que existam múltiplas notícias sobre povoados indígenas romanizados (Lima, 1988)⁶

Contudo, cremos que existe já um conjunto de dados que permite uma melhor compreensão do contexto regional, justamente durante a primeira metade do séc. I aC, que permitirá um entendimento mais sólido do Castelo das Juntas e do seu posicionamento na margem esquerda do Guadiana.

Nos últimos anos o conhecimento sobre a ocupação pré-romana e romana republicana tem, no entanto, progredido ligeiramente, permitindo destacar, largamente, o sítio de Moura conhecido, todavia, apenas por pequenas notícias (v. síntese recente em Monge, 2012, p. 8), ou pela informação oral de um dos seus escavadores, José Gonçalo Valente, que teve a amabilidade de nos adiantar alguns dados que vêm reforçar as notícias existentes. Durante o período pré-romano, como bem assinala aquele autor, a ocupação deveria apresentar uma dimensão considerável, o que a frequente cerâmica ática parece reforçar (Monge, 2012, p. 11).

No entanto, o pequeno conjunto cerâmico de importação a que tivemos acesso, proveniente apenas da intervenção dos anos 80, não deixa uma imagem particularmente impressionante, o que os resultados obtidos nas campanhas recentes pode alterar. Basicamente observou-se apenas um pequeno conjunto de cerâmicas campanienses A, B “calena” e de pasta cinzenta, que podem abarcar um espectro cronológico amplo, entre finais do séc. II aC e meados do seguinte, mas que em geral poderão facilmente enquadrar-se nas séries da variante tardia de Cales, com cronologias entre 90/80aC e 40/20aC (Pedroni, 2001). De campaniense A apenas registámos a presença da série F1441-43, estando as produções de B “calena” representadas pelas formas F1222, F1413, F2257, F2320, F2323 tipo f1, F2820, F7551, além de algumas produções de imitação de cerâmica campaniense em pasta cinzenta e em pastas regionais das grande páteras, com o usual ressaltado junto à carena, pelo interior, tal como foi registado em Vaiamonte (Fabião, 1998) (v. Fig 13).

Infelizmente não nos foi possível observar qualquer fragmento de contentor anfórico, eventualmente retirados para estudo anteriormente, sem que tenha ficado qualquer registo. Seja como for, cremos ser bastante plausível que o sítio de Moura possa ter jogado um papel relevante na estruturação do território pré-romano e durante o período da conquista, dada a sua estratégica localização sobre uma via natural de ligação entre a margem esquerda do Guadiana e o baixo Tejo e Sado através do território alentejano a Norte e a Sul da Serra de Portel/Mendro, como fica bem patente no velho caminho transumante que atravessava o Guadiana no significativo Porto de Évora, junto à barragem de Alqueva, e que seguia para noroeste ao longo do Rio Degebe. Relativamente equidistante deste vau fica o Castelo das Juntas que controlava, claramente, os acessos a outros vaus marcados pelos portos de Cu de Pato, Meirinho e Espada, próximos da foz da Ribeira de Alcarrache.

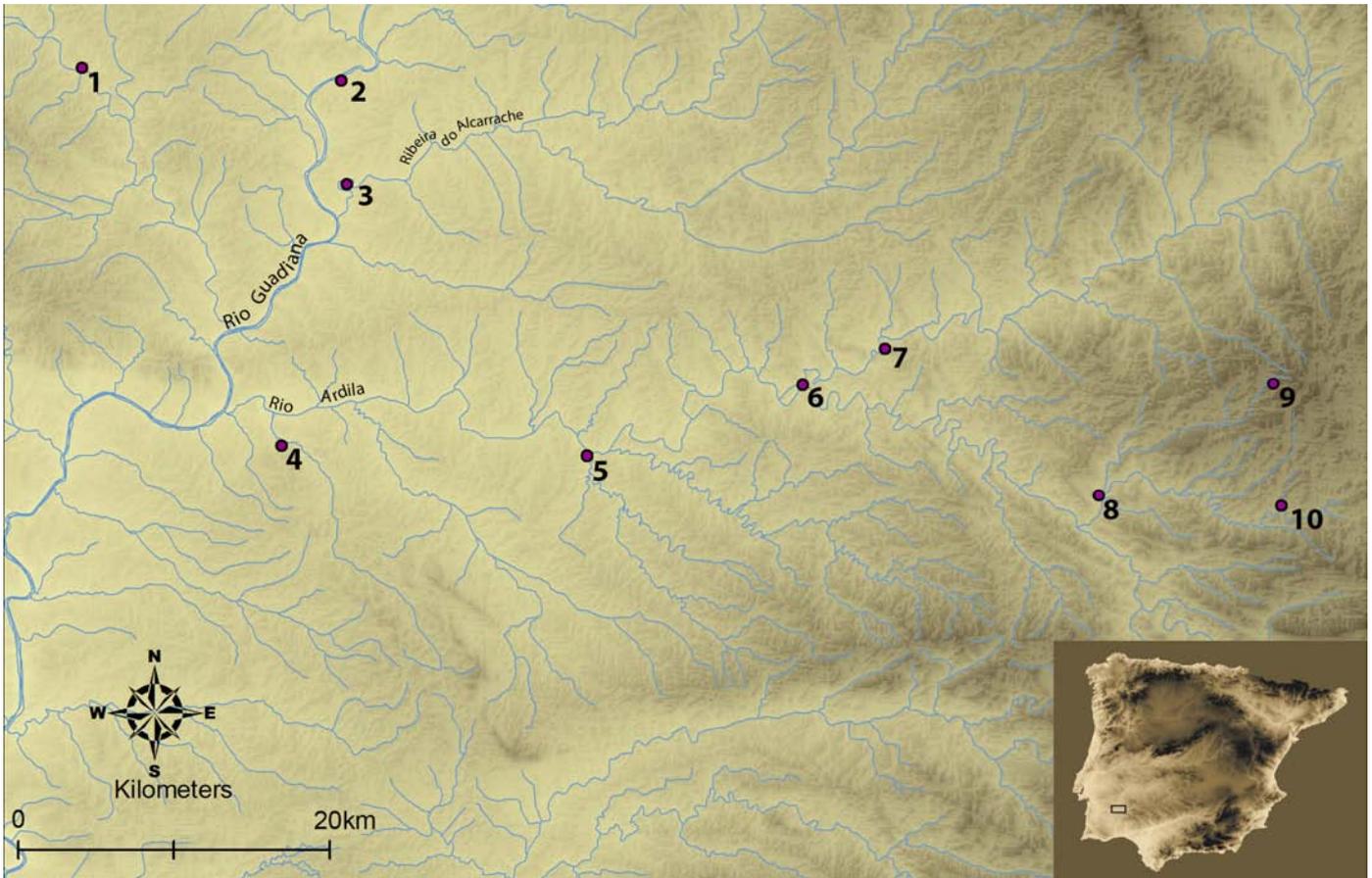


Figura 12
Povoamento tardo-republicano na envolvente do Castelo das Juntas: 1- Castelo Velho do Degebe; 2- Castelo da Lousa 3- Castelo das Juntas; 4- Moura; 5- Castelo Velho de Safára; 6- Noudar; 7- Castelo do Cid; 8 – La Peña de San Sixto; 9- Castejón de Bodonal 10 – Castejón de Capote

Cerca de 20km para Sudeste do Castelo das Juntas, na confluência da Ribeira de Safara com o Rio Ardila localiza-se o Castelo Velho de Safara que, apesar de não ter sido ainda objecto de uma intervenção arqueológica, foi a base de uma dissertação de mestrado, o que nos permite uma leitura global sobre a sua ocupação (Costa, 2010).

Este sítio integra-se facilmente dentro dos designados “castro de ribeiro” identificados por Luís Berrocal (1992) como a mais típica ocupação dos territórios célticos do Sudoeste peninsular, em particular da “cuenca” do Ardila. De dimensões relativamente modestas, cerca um hectare e meio, aparentemente rodeada por um circuito defensivo, a ocupação do local parece prolongar-se ao longo da segunda metade do Iº milénio aC. Se a fase mais antiga surge bem documentada quer através das presenças de cerâmica ática (Costa, 2010, p. 76), quer através de cerâmicas indígenas com decorações típicas da designada Fase de Apogeu de Berrocal (1992, p. 95), já o momento subsequente parece mais difícil de avaliar. A notória ausência de materiais romanos republicanos de fases mais recuadas, como cerâmica campaniense A ou ânforas itálicas, deixam alguma margem para se acreditar no abandono do local antes ou durante a fase de conquista. O facto de estarmos a tratar de um sítio conhecido apenas por materiais de superfície não deve limitar demasiado a valorização das ausências, dada a recolha, da mesma forma, de cerâmica ática, não só mais antiga, como usualmente menos comum. Certo parece ser o facto de a ocupação ter conhecido uma eventual reactivação já durante o séc. I aC, provavelmente em meados do mesmo, atendendo quer à presença de cerâmica de imitação de campaniense em pastas cinzentas (Alves et al. np), à presença de ânforas da Ulterior, da região do Guadalquivir, aparentemente do tipo “Haltern 70” (Costa, 2010, p. 71), mas principalmente devido a um impor-

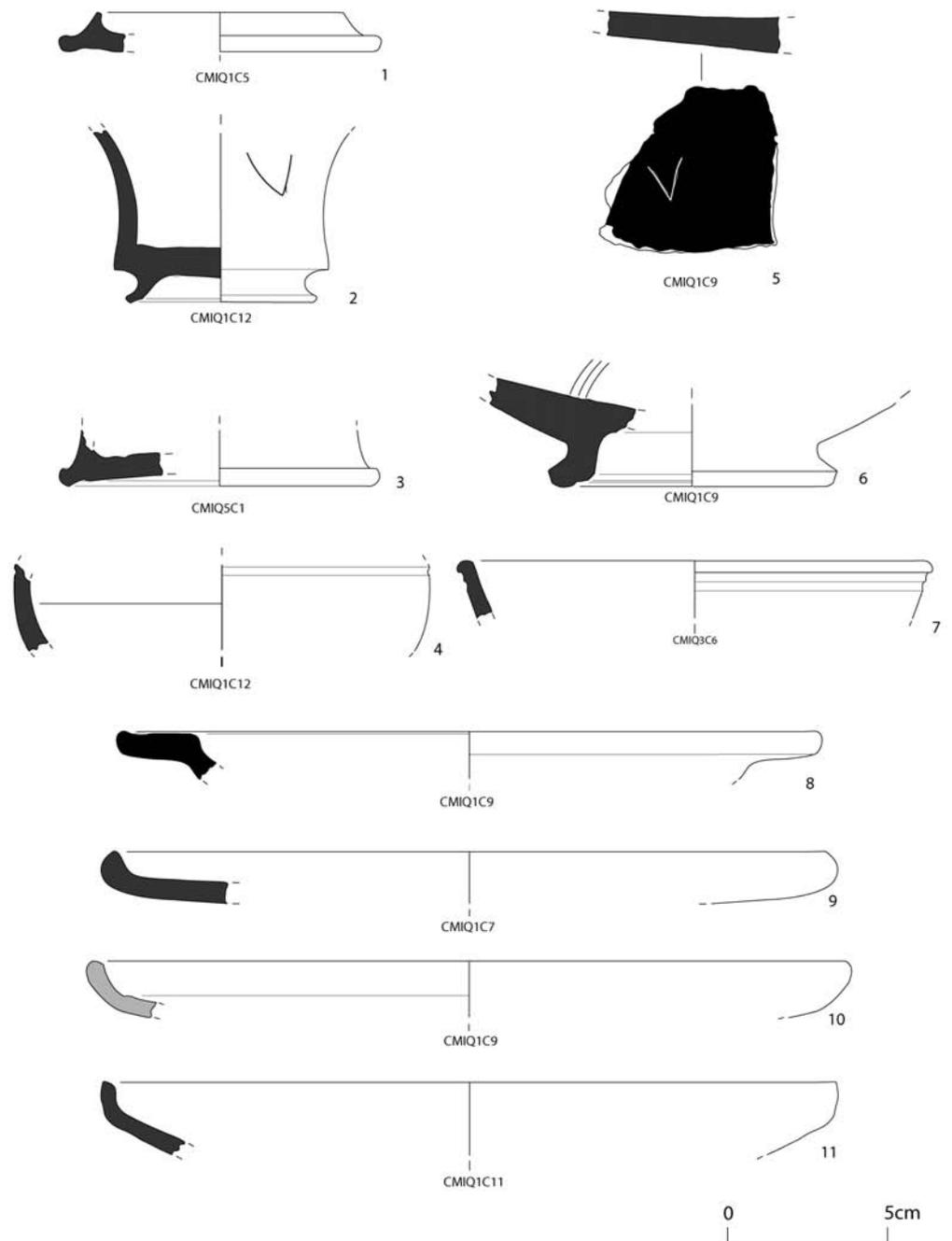


Figura 13

Cerâmica campaniense das intervenções no Castelo de Moura na década de 80 do séc. XX (secção a negro Camp. A; a cinzento escuro, Camp. B de Cales “calena”; cinzento claro, imitação regional).
 1- F1413; 2- F1222;
 3- F7551; 4- F2320; 5- F2250-80, com grafito pós cozedura; 6- F2255-58; 7- F2323f1; 8- F1441-43; 9- F2257; 10- Pátera de imitação. 11- F2820.

tante número de cerâmica decorada a carretilha e pequenas estampilhas, que parece indicar um novo dinamismo no local. Resta saber qual o efectivo cariz que o sítio teve durante esta fase, se um povoado indígena, ou se não terá conhecido uma outra ocupação afim dos fortins, dada a documentação de uma estrutura de tipo torre, em posição destacada, com cerca de 6m de lado, assemelhando-se bastante aos fortins de tipo torre (Costa, 2010, p. 12), bem documentados mais a Norte (Mataloto, 2002; 2004), mas igualmente mais a Sul, na região de Serpa onde tivemos a oportunidade de visitar alguns fortins⁸.

Deste modo, é com bastante dificuldade que contemplamos a contemporaneidade do Castelo Velho de Safára face ao Castelo das Juntas, deixando-nos ver que, provavelmente, cada um destes sítios teve a sua própria biografia, bastante complexa de aprisionar; todavia, acreditamos que, a estar ocupado neste momento, o Castelo Velho de Safára deverá ter tido uma relevância menor neste momento, ganhando, eventualmente, novo protagonismo pouco depois.

Como se afirmou acima, as múltiplas menções a povoados fortificados romanizados no território de Moura efectuadas por Fragoso Lima (Lima, 1988) resistem mal a uma leitura actual, tal como fica patente nas revisões levadas a efeito recentemente pelas equipas do então IPA, e constantes na base de dados Endovélico. Deste modo, cremos antes conveniente deslocarmos a nossa análise mais para Nascente, no território de Barrancos.

Nas imediações da confluência da Ribeira do Múrtega com o Ardila ergue-se o castelo de Noudar, num estreito e declivoso interflúvio. Objecto de escavação nos inícios dos anos 90 não foi ainda extensivamente publicado; contudo, dispomos já de alguma informação (Rego, 1994). A ocupação prolongada do local, com fortes remobilizações de terra em época medieval e moderna, dificultam uma visão mais assertiva das ocupações antigas, ainda que nos pareça terem sido intervencionados estratos tardo-republicanos bem preservados e de grande interesse, a carecerem de uma publicação mais extensa.

O castelo medieval apresenta uma área relativamente reduzida, com cerca de 1,2ha, todavia, nada implica que a ocupação antiga do local se atenha às dimensões da fortaleza existente.

A ocupação sidérica, segundo a informação disponível, parece desenvolver-se a partir do séc. IV a.C. até ao séc. I a.C. (Rego, 1994, p. 42). O conjunto material publicado e analisado no Museu de Barrancos pode associar-se, principalmente, a um momento avançado da Idade do Ferro, certamente contemporâneo do período de conquista. A presença de cerâmica cinzenta decorada com pequenas estampilhas e/ou incisões, usualmente associada à Fase Tardia de L. Berrocal (1992, p. 93), parece apontar nesse sentido.

No “desentulhamento” da Porta de Moura surgiu uma ânfora Dressel 1 itálica completa, tendo-se registado mais um bocal e asas no Museu de Barrancos. Para além destes documentou-se a presença de dois fundos de Campaniense B, provavelmente de produção calena, integráveis na série 7551 (Morel, 1981, p. 414). No museu encontravam-se expostos diversos exemplares de cerâmica cinzenta fina polida inspiradas em formas de cerâmica campaniense, nomeadamente páteras da Espécie F2250.

Aparentemente associáveis a esta mesma fase registaram-se dois lingotes de chumbo, de forma alongada e secção semicircular, com cerca de 100gr de peso, além de diversas pequenas placas do mesmo material, com cerca de 30gr de peso, ou seja, perto de uma onça romana.

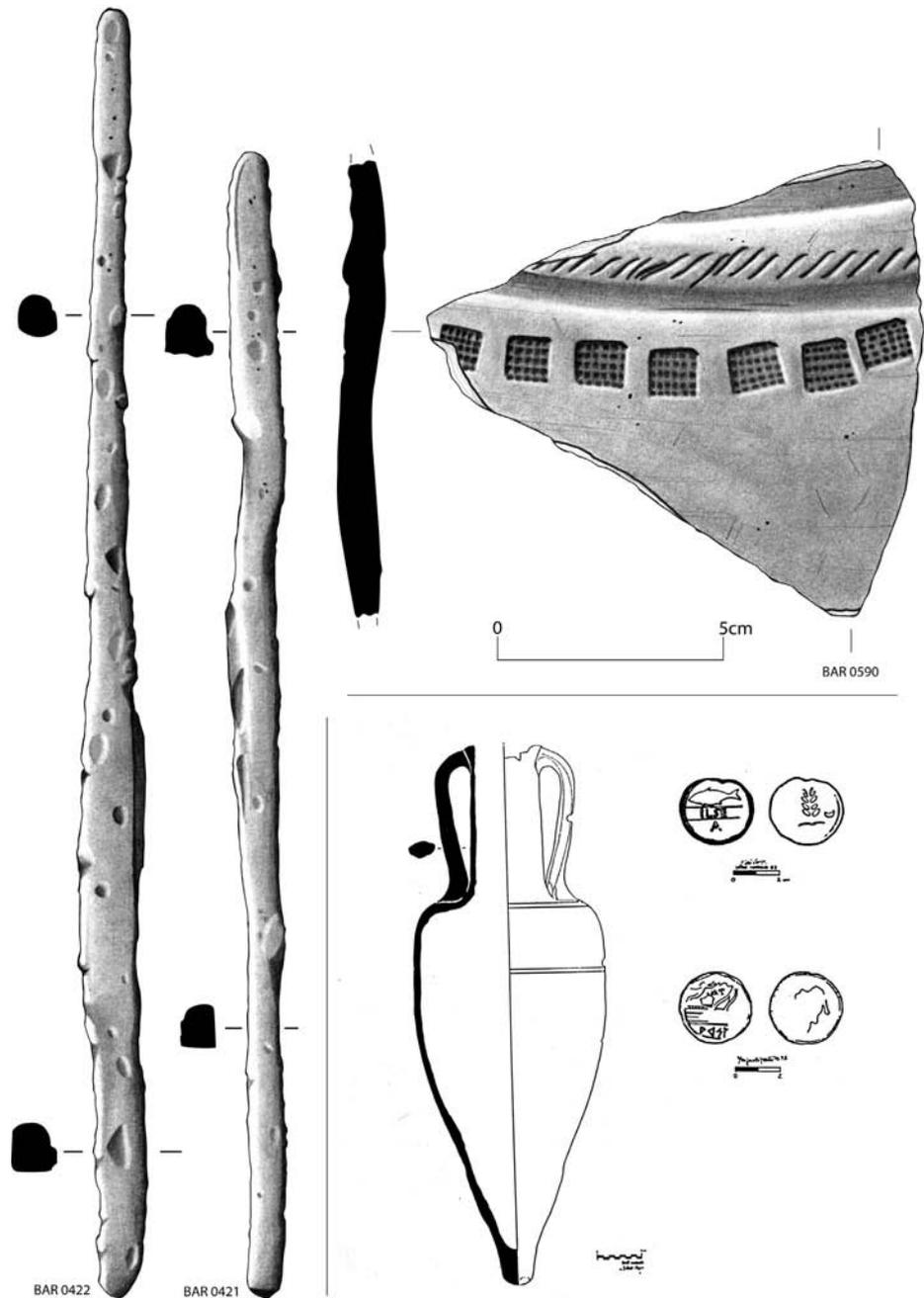


Figura 14
Conjunto artefactual
de Noudar: lingotes
de chumbo;
cerâmica cinzenta
fina decorada com
matrizes e incisões;
ânfora Dressel 1
itálica e cunhagens
peninsulares (seg.
Rego, 1994)

Uma outra pequena ocupação, o Castelo do Cid, poderá também ter desempenhado um papel relevante na primeira metade do séc. I aC, tendo-se aí documentado além de se atendermos à presença de ânforas e cerâmica campaniense, mas também algumas balas de funda em chumbo⁹ (Rego, 2001, p. 121), usualmente associadas, como se viu, a contextos de beligerância romana.

A ocupação tardo-republicana do Castelo de Noudar, atendendo às presenças itálicas, mas igualmente indígenas, pode situar-se genericamente entre os finais do séc. II aC e a primeira metade do séc. I aC sendo, então, contemporânea do Castelo das Juntas.

Estas duas ocupações, a par do Castelo de Cid, desempenharam, credivelmente, um papel complementar no controlo das transitabilidades NO-SE, pela margem esquerda do Guadiana, fazendo a ligação entre a foz do Tejo e o Guadalquivir, através da Serra Morena. Ou seja, controlavam um importante eixo de circulação interior durante o processo de conquista e estabilização do Ocidente peninsular, também certamente relevante durante os episódios peninsulares das Guerras Civis.

O Castelo de Noudar situa-se, na realidade, nas abas da Serra Morena, antes da planície que conduz à travessia do Guadiana, pouco acima do Castelo das Juntas.

No território mais acidentado das estribeações da Serra Morena, para Nascente de Noudar, é bem conhecida uma importante rede de ocupações pré-romanas e romanas republicanas, da qual se destaca o Castrejón de Capote. Nesta região, relacionada com a designada “Beturia Céltica”, foi anteriormente registado o sistema de povoamento da área “central del Ardila” (Berrocal, 1992, p. 267). Efectivamente Capote, o melhor documentado, terá sido abandonado na sequência do conflito sertoriano, que causou grande impacto em toda a região, como defende o autor dos trabalhos (Berrocal, 1992, p. 280; 2003, p. 206; 2014, p. 277). Tal como se assinalou acima, um conjunto importante de instalações com ocupações tardias, como Castrejón de Bodonal, Castrejón de Valencia del Ventoso ou San Sixto, em particular nestes últimos onde se documentaram as balas de funda com a marca de Q·SERTORI·PRO·COS (Berrocal, 2003, p. 206), integram claramente esta região nas movimentações sertorianas, em particular pela sua localização estratégica entre o interior lusitano, e o Baixo Guadalquivir, nomeadamente Itálica, onde as acções de Hirtuleio viariam a ter um desastroso resultado.

A título quase ensaístico, e como breve balanço sobre estas ocupações da margem do Guadiana, e das estribeações da Serra Morena ocidental, julgamos pertinente tecer alguns considerandos sobre o posicionamento e função do Castelo das Juntas, em particular nos momentos imediatamente anteriores ao seu abandono, concomitante, aliás, com muitos outros. Pensamos ter ficado patente o seu posicionamento estratégico junto de uma importante via de circulação e ligação do litoral Oeste com o Sul peninsular, em particular num contexto de beligerância onde o foco do conflito sertoriano se desenrolava nestas regiões. Deste modo, cremos que o Castelo das Juntas poderá ter sido um importante ponto de suporte logístico ao longo da via de circulação, como foi já proposto para outros sítios no Nordeste peninsular (Ñaco e Principal, 2012) e na retaguarda dos exércitos, provavelmente sertorianos, como poderá ficar bem patente no horreum documentado no topo em posição central. Assim, na sequência da “queda” da frente ocidental, após o desastre de Itálica e a perseguição de Hirtuleio, o Castelo das Juntas será palco de conflitos, comprovados pela dispersão das balas de funda, sendo posteriormente abandonado, quando a sua função de suporte desaparece.

A proximidade do Castelo das Juntas face ao Guadiana impõe algumas considerações sobre as ocupações existentes na margem oposta do rio. No entanto, o vale em si constitui um grande vazio durante grande parte da segunda metade do Iº milénio aC, conhecendo-

-se apenas algumas pequenas ocupações abertas a montante, como a Malhada dos Gagos ou a Malhada das Mimosas (Calado, Mataloto e Rocha, 2007, p. 160 e 164), sendo esta última possivelmente contemporânea do Castelo das Juntas. A sua presença evidencia a multiplicidade de soluções de agregação populacional que se conhece nos momentos avançados da Idade do Ferro.

Assim, durante grande parte da segunda metade do I^o milénio aC, o grande povoamento concentrado encontrava-se relativamente retraído face ao rio, localizando-se, preferencialmente, nos seus principais afluentes, constituindo as margens do Guadiana um território periférico, ocupado essencialmente por instalações de fundo rural, de dimensão diversa.

O Castelo Velho do Degebe, situado na margem do rio que lhe dá nome, apenas 20km para noroeste do sítio aqui em estudo, merece comentário particular. Este povoado tornou-se conhecido inicialmente por uma pequena notícia de Afonso do Paço e Pires Gonçalves, onde se realça o seu estado “prístino” (Paço e Gonçalves, 1962). Contudo, foi a sua destruição maciça, no final dos anos 80, com vista ao plantio de eucaliptos, que o tornou tristemente célebre. Após esta destruição procedeu-se a uma intensa recolha de materiais, no âmbito de um programa de minimização de impactes levada a efeito pelo IPPC, na qual se reuniu o conjunto que está na base dos comentários que se seguem.¹⁰

Não é este o local para uma valorização aprofundada deste sítio, que bem a merece, e que esperamos vir a fazer, contudo, resulta essencial realçar alguns aspectos determinantes na leitura global da região na primeira metade do séc. I aC.

O Castelo Velho do Degebe pode designar-se de um típico “castro de ribeiro”, enquanto modelo de povoamento típico do interior do sudoeste peninsular durante a segunda metade do I^o milénio aC. Implantado em posição sobranceira ao Rio Degebe, com vertentes abruptas, assinalou-se-lhe a presença de três linhas de fortificação e dois torreões (Silva, 1999, p. 219), sendo antecedido de um fosso escavado na rocha.

O conjunto cerâmico recolhido no local apresenta-se relativamente extenso, estando a carecer ainda de um trabalho aturado. No geral permite propor uma ocupação entre os sécs. IV e I aC, ainda que sejam mais frequentes as cerâmicas atribuíveis às designadas Fases Tardia e Final de L. Berrocal (1992, p. 93), que documentam a ocupação do sítio entre o séc. II^o e I^o aC. As cerâmicas de importação são escassas, constando de algumas cerâmicas campanienses do “círculo da B”, um fundo de pátera F2250-80 de Campaniense A, além de um pequeno fragmento de imitação de cerâmica campaniense em pasta cinzenta. Cremos, todavia, que o pequeno conjunto anfórico, composto apenas por bordos, asas e fundo de ânforas itálicas do tipo Dressel 1, é bastante mais expressivo sobre a diacronia de ocupação do local. A ausência de ânforas de produção peninsular parece apontar para o seu abandono num momento aparentemente recuado do séc. I aC.

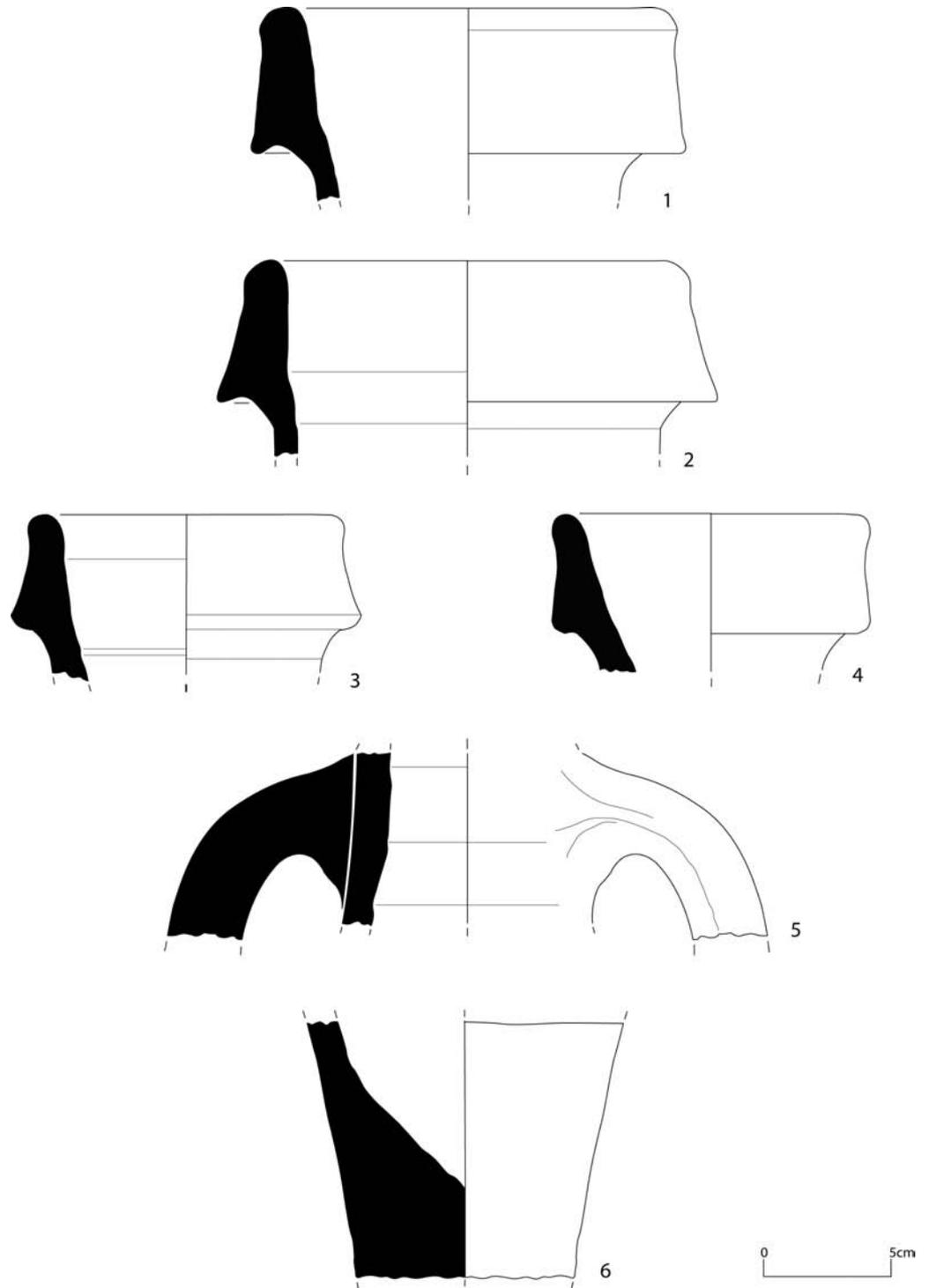


Figura 15
 Conjunto de
 fragmentos de ânforas
 itálicas da costa
 tirrénica recolhidas
 no Castelo Velho do
 Degebe

As presenças metálicas são, como se verá, bem mais expressivas que as cerâmicas sobre os contactos com o Mundo romano. Ainda assim, sabemos que estas foram largamente delapidadas pela pilhagem levada a efeito por aficionados do detectorismo, especialmente após a destruição do sítio, que foi bastante comentada na imprensa de então. No local ficaram largos vestígios abandonados da sua acção, nomeadamente alguns dos restos que aqui vamos referir, além de diversos instrumentos (tenaz e pesos) em ferro, frequentes fragmentos de chumbo, em particular uma grande placa, além dos artefactos em cobre/bronze, que vamos referir. De particular interesse, pelo seu significado no contexto do processo de transformação cultural, está a presença de pequenos elementos de baixela metálica, como um pequeno fragmento do recipiente de simpulum de pega horizontal que, dada a ausência da mesma impede estabelecer o tipo (Castoldi e Feuguère, 1991) (v. Fig 16, 7). Foi igualmente documentada a presença de um jarro de tipo bitroncocónico (Boube, 1991) (v. Fig 16, 8) que, dada a ausência de asa, se torna impossível enquadrar tipologicamente; todavia, dada a conhecida presença de asas de tipo “Piatra Neamt” em Portugal (Fabião, 1999, p. 183), se pode alvitrar a sua atribuição a este tipo.

Estas presenças resultam, em grande medida, inversas ao usual panorama nacional, onde as peças conhecidas são justamente as que se encontram aqui ausentes, ou seja, o recolhido no Castelo Velho do Degebe são as peças rejeitadas pelos detectoristas, devendo os elementos de maior valor artístico e de conservação, as asas, estar na posse dos mesmos.

De maior interesse, e raridade, nos parece a existência de material metálico relacionado com as presenças militares. Para além de um possível capacete, descrito por um dos pastores, mas nunca visto, certa é a presença de um gancho de lorica hamata, de uma espora de botão lateral e de um disco de arreio, igualmente relacionável com a cavalaria. Se estes são relativamente conhecidos, já as esporas e o gancho da cota de malha estão bem menos documentados, mesmo em contexto extra-peninsular.

As esporas estão mesmo ausentes das tipologias utilizadas em período pré-romano e romano republicano a nível peninsular (Quesada, 2005). As esporas de botão tridiscoidais são conhecidas na Gália, tendo sido utilizadas quer pelas populações locais, quer pelas forças romanas durante o período de conquista (Poux, 2008, p. 388), podendo mesmo corresponder a tipos inicialmente utilizados por populações autóctones da região centro europeia, posteriormente integradas nos auxilia romanos. Estes modelos, do período La Tène final, seriam aparentemente de origem celta, e estariam na base dos modelos romanos posteriores (Quesada, 2005, p. 126). A sua difusão, essencialmente centro europeia, deve-se também em parte à movimentação dos exércitos romanos, como nos deixa entrever a sua presença em Sisak, na Croácia, conhecida pelos achados de militar romana (Radman-Livaja, 2004, tabla 55). Em termos cronológicos, na Gália enquadra-se a sua existência essencialmente entre a fase da conquista e o período de Augusto (Poux, 2008, p. 388). A presença militar romana no Castelo Velho do Degebe aparece aqui reforçada pela identificação do que entendemos ser um “colchete” ou gancho peitoral em forma de “lira” (Viand, 2008, p. 46) para fixação dos elementos de proteção dos ombros nas loricae hamata (v. Fig 16, 4). Este sistema de fixação, conhecido principalmente através de estatuária e figurações pelo menos desde finais do séc. II aC, não é propriamente frequente sendo, contudo, o mais amplamente registado para este tipo de proteção corporal (Viand, 2008, p. 41).

Estas peças estão relativamente pouco documentadas a nível peninsular (Aurrecoechea, 2010, p. 86), e mesmo ao nível do Mundo Romano tardo-republicano, correspondendo as poucas conhecidas principalmente a exemplares já de época Imperial. Todavia, a presença deste tipo de proteção corporal parece já atestar-se em Renieblas, mas igualmente noutros acampamentos de Numância, atendendo à identificação de fragmentos de cota de malha em bronze, deixando supor o seu uso por tropas romanas desde momentos antigos do processo de conquista do território peninsular (Aurrecoechea, 2010, p. 87; Luik, 2010, p. 65).

Efectivamente, dos poucos exemplares registados de ganchos ou “colchetes”, mesmo em outras paragens, e de época tardo-republicana (Radman-Livaja, 2004: Tabla 27; Poux, 2008, p. 349), em caso algum encontramos um exemplar tão elaborado quanto o detectado no Castelo Velho do Degebe.

Uma pequena placa de cobre/bronze, dotada de um rebite em ferro, poderá igualmente estar relacionada com a indumentária militar, enquanto elemento de fixação (v. Fig 16, 3).

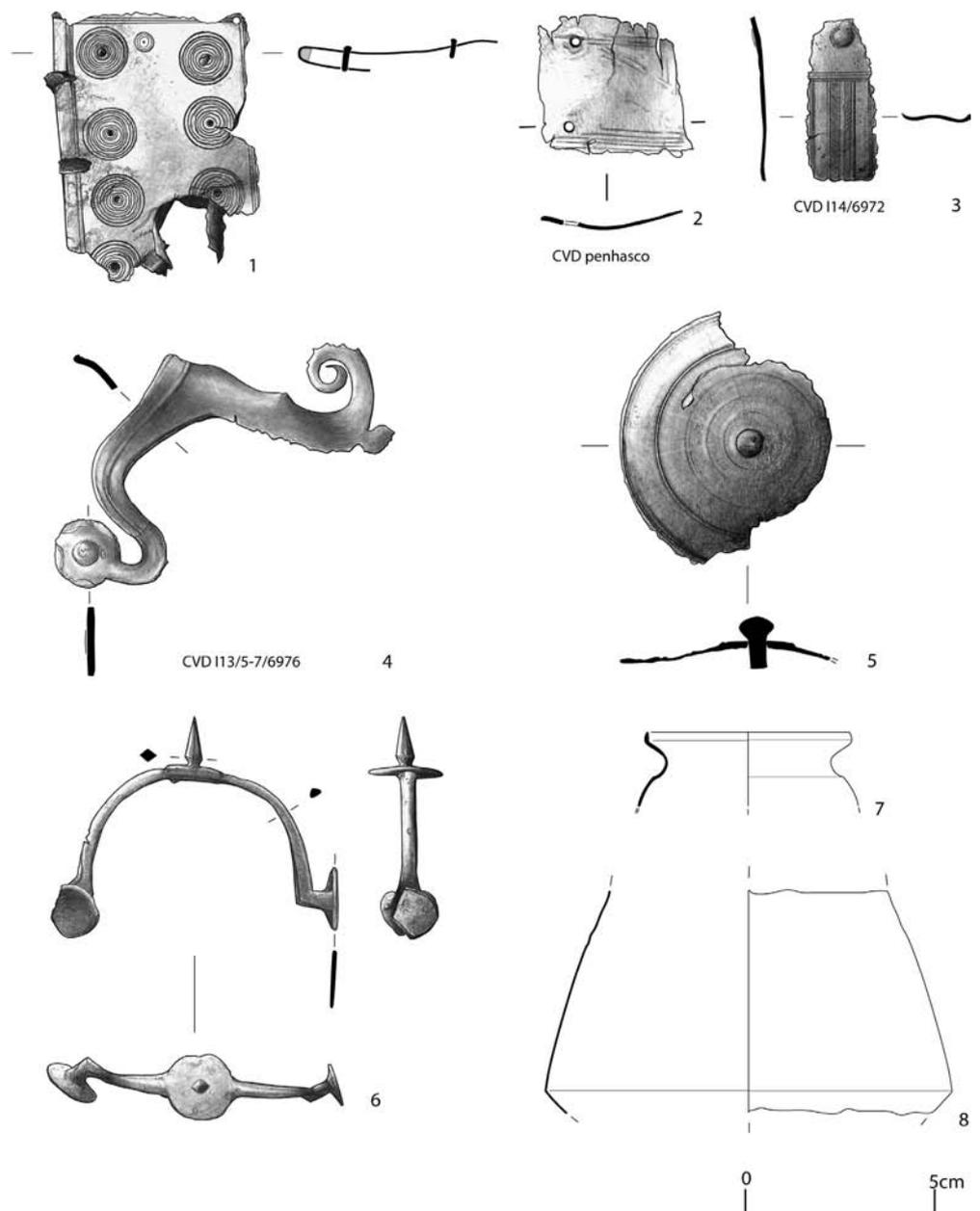


Figura 15

Achados metálicos do Castelo Velho do Degebe: 1- fecho de cinturão bi-metálico, com fivela em ferro e corpo placa em bronze; 2 – placa de *cingulum* (?); 3 – elemento metálico (de lorica?) em bronze, com rebite em ferro; 4 – Gancho peitoral “em lira” de lorica hamata em bronze, com rebite de ferro; 5 – Disco de arreios de cavalo; 6 – Espora de botão, em bronze; 7 - *Simpulum* em bronze 8 – Jarro bitroncocónico em bronze

Também eventualmente relacionado com a presença militar romana republicana poderá ser um fecho de cinturão. Este corresponde a uma placa rectangular, em cobre/bronze, dobrada numa das extremidades de modo a fixar a fivela, de duas hastes, em ferro (v. Fig 16, 1). A placa encontrava-se decorada com filete duplo perimetral inciso, que enquadrava oito conjuntos de cinco círculos concêntricos, no centro dos quais se fixavam os rebites em ferro. Este tipo de fechos são bem conhecidos em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 11), ainda que nenhum deles partilhe a decoração aqui presente, a qual podemos reconhecer num outro provável fecho de cinturão documentado no Castrejón de Capote, o qual foi, contudo, cremos, incorrectamente reconstituído como um fecho de cinturão de tipo Ibérico (Berrocal, 1989, p. 285). Este tipo de fecho de cinturão é claramente distinto de toda a tradição peninsular, dada a utilização de fivelas fechadas com hastes para fixação nas perfurações dos elementos perecíveis, ao invés dos peninsulares de encaixe. Contudo, os motivos decorativos apresentam amplos paralelos na área celtibérica, principalmente nas designadas placas ornamentais (Lorrio e Sanchez de Prado, 2009, p. 395), mas igualmente carpetana como fica patente na placa do Llano de la Horca (Baquedano, et alli, 2007, p. 388). Este facto em pouco deve obstar ao relacionamento desta peça com a presença militar romana, na justa medida em que, no acampamento numantino de Renieblas foi documentada uma destas placas com decoração repuxada de círculos concêntricos, considerada eventualmente pertencente a um cinturão (Bishop e Coulston, 1993, p. 63). Também no Castelo da Lousa uma fina placa em cobre/bronze, com decoração de triângulos pontilhados e pequenos círculos concêntricos, foi interpretada como pertencente a um fecho de cinturão e integrada no conjunto de elementos de fundo militar (Ruivo, 2010, p. 500).

A presença deste fecho de cinturão de certo modo “associado” aos indícios de uso lorica hamata recorda-nos a observação de Bishop e Coulston (1993, p. 62) segundo os quais o uso de cinturões com aquele tipo de armadura permitiria aliviar o peso sobre os ombros, transferindo-o para a cintura, aligeirando aquele que era um dos fortes defeitos desta armadura. No mesmo sentido se pode mencionar que o uso de lorica hamata seria bastante frequente, ao menos na Gália, nas forças de cavalaria (Poux, 2008, p. 411, fig. 70), cuja passagem pelo Castelo Velho do Degebe está bem atestada pela espora comentada anteriormente. Um disco em bronze, com perfuração central e rebite, eventualmente correspondente às phalerae dos arreios dos cavalos, semelhante a outros documentados em Vaiamonte (Fabião, 2006, p. 122) ou Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 17) vem reforçar a presença de elementos correlacionáveis com a cavalaria (v. Fig 16, 5).

Um fragmento de bronze recolhido também no Castelo Velho do Degebe parece remeter para placas de revestimento de cinturões, ou mesmo cingulum, atendendo que a sua decoração linear incisa perimetral, com duas perfurações na área conservada, apresenta algum paralelismo com as possíveis placas de revestimento de cingulum documentadas em Vernon (França) (Viand, 2008, p. 40).

Assim, este conjunto de presenças metálicas não nos parece deixar dúvidas sobre a passagem ou estacionamento de tropas romanas no Castelo Velho do Degebe, vindo reforçar, sem margem para dúvidas, o que C. Fabião designou de “hidden” Roman Army (Fabião, 2006).

A existência de guarnições militares romanas disseminadas pelo território e instaladas em povoados indígenas, enquanto forças de ocupação, tem sofrido fortes críticas por parte de alguns autores (Cadiou, 2008, p. 327; Cadiou e Navarro Caballero, 2010, p. 281), que rejeitam por completo esta hipótese. Todavia, se por um lado compreendemos e aceitamos a dificuldade historiográfica em aceitar o exército romano enquanto força efectiva de ocupação, com a instalação de guarnições permanentes de controlo do território (Cadiou, 2008, p. 361), o que seria, aliás, uma especificidade peninsular (Rosenstein, 2004, p. 134, apud, Cadiou, 2008); por outro lado, cremos ser cada vez mais difícil negar a presença, em contexto indígena, de forças militares romanas em período tardo republicano, no interior Sul do território actualmente português.

Neste sentido, e atendendo aos dados disponíveis para a região aqui em estudo, a que teríamos que aduzir os de Vaiamonte ou Castelo Velho de Veiros, entre outros, cremos que estas guarnições militares, mais do que se reportarem a um exército de ocupação e controlo do território, deveriam resultar, principalmente, da intensa movimentação militar romana durante o conflito sertoriano que teve, nesta região, um forte impacto e um importante palco de batalha, com múltiplas referências à presença, passagem e recrutamento militar durante boa parte deste primeiro episódio da Guerra Civil em território peninsular. Cremos então que o estacionamento de tropas nos povoados indígenas da região estaria essencialmente relacionado com este momento concreto, onde este território, sabemos, terá sido importante base de apoio e suporte da causa sertoriana. Esta hipótese conjugar-se-ia bastante bem não apenas com as questões historiográficas, mas igualmente arqueológicas, atendendo que estes sítios, nomeadamente Vaiamonte (Fabião, 1996, p. 60), Castelo Velho do Degebe ou mesmo o próprio Castelo das Juntas, parecem ter sido abruptamente abandonados após, ou durante, o episódio sertoriano.

O período subsequente terá sido marcado pela efectiva alteração da estratégia romana de controlo das áreas ocupadas, desencadeando-se um verdadeiro processo de apropriação do território, que poderá ser apelidado de verdadeira “re-fundação” tal como defende C. Fabião (1998, p. 288), que se caracterizará pela disseminação na paisagem de novos assentamentos, antecipando o início do processo de urbanização da área Sul do território actualmente português.

Importa destacar, apenas de modo muito breve, para o nosso território, a fundação do Castelo da Lousa, situado apenas 7km para Norte do Castelo das Juntas, numa posição estrategicamente muito semelhante.

Ainda que se continue a defender um cariz civil para a ocupação inicial do Castelo da Lousa (Alarcão, et alli, 2010, p. 31), parece-nos cada vez mais ineludível a sua associação a uma estratégia militar de uso do território, que teria sido antecedida nessa função pela presença do Castelo das Juntas, o qual desaparecerá na sequência do episódio sertoriano da guerra civil, dando lugar a uma edificação romana de evidente cariz militar, fundada algures nos meados do séc. I aC (Alarcão et alli, 2010, p. 109) onde a presença de militarismos se encontra bem documentada (Ruivo, 2010, p. 498).

A conjugação do posicionamento estratégico do Castelo da Lousa face às movimentações militares decorrentes na região no período imediatamente anterior, ajudará a compreender a escolha da sua localização num momento onde estaria ainda muito marcado o decor-

rer do conflito sertoriano. Neste sentido, e antes de se efectuar a profunda transformação da paisagem humana da região, através da criação não apenas de uma malha urbana, mas igualmente de uma rede de vias que permitisse instalar o Mundo Provincial Romano, importava reocupar e controlar os antigos eixos vertebradores com novas ocupações que marcassem de modo vincado o poder de Roma, e nesse sentido o Castelo da Lousa fá-lo de modo bastante claro.

No entanto, após a consolidação da ocupação efectiva do sudoeste peninsular, através da disseminação de centros urbanos que estruturarão, numa lógica totalmente distinta, o uso do território, no qual algumas das velhas travessias perdem o seu sentido, o Castelo da Lousa deixará de fazer sentido no controlo das ligações NO-SE, entre a foz dos principais rios do Sul e Ocidente peninsular. Agora, após a Pax Augusta, e a formação de uma nova província imperial, as lógicas de deslocação transitam mais para Norte, ligando o litoral à capital Emerita, perdendo as ligações com província senatorial da Baetica a relevância anterior.

Neste sentido, e em modo de conclusão, importa realçar que poderá não ter sido totalmente alheia aos acontecimentos decorrentes do episódio sertoriano, a divisão da Ulterior em duas províncias, a Bética e a Lusitânia. Durante este conflito ficaram bem marcadas as diferenças existentes entre ambas, uma insurreta, mais a Poente, e outra, fiel e submissa mais a Sul. Talvez não seja, também, totalmente alheia a esta divisão a verdadeira fronteira estabelecida em dado momento do conflito entre ambas facções na região aqui em causa, dando eventual azo à futura fronteira. Nesta lógica, o Castelo das Juntas, aparentemente afastado de todos os grandes eixos e dinâmicas históricas, parece ganhar novo sentido, estabelecendo-se como um sítio importante na compreensão do processo de instalação do Mundo Romano no sudoeste peninsular.

Agradecimentos: Este trabalho não seria possível, em primeiro lugar, sem o convite e incentivo do João Pimenta, companheiro incansável do estudo destas realidades tardo-republicanas, que me deu a conhecer este conjunto. Por outro lado, também tal seria um desiderato impossível sem a generosa colaboração do Dr. António Montezo, genuíno interessado na História local da região de Póvoa de São Miguel, tal como o aficionado amigo Sr. José Batista.

Os meus agradecimentos vão ainda para o Município de Moura na pessoa do Sr. Vereador José Gonçalo, pela amabilidade com que nos acompanhou em Moura, e nos deu a conhecer os materiais daí provenientes. Ao Município de Barrancos, na pessoa de Lídia Segão, e restantes funcionários, que autorizaram o acesso aos materiais de Noudar, tal como a Miguel Rego, que nos disponibilizou alguma informação sobre as suas intervenções.

Ao Instituto Arqueológico Alemão de Madrid e aos seus directores, nomeadamente Dirce Marzoli e Thomas Schattner, agradecemos o acolhimento insuperável que várias vezes tivemos, e que nos permitiu aceder a bibliografia que de outro modo nos seria complexo obter.

Ao Samuel Melro agradeço a disponibilização do texto monográfico sobre o Castelo das Juntas, em fase de publicação.

A Catarina Alves agradeço a sabedoria das cerâmicas de verniz negro e a paciência de longas conversas sobre estes temas ...

Por fim, mas não no fim, resta um agradecimento à Inês Conde, desenhadora “oficial”, pelo apoio prestado no desenho dos materiais, por vezes através de meios menos ortodoxos, mas sempre eficazes ...

Redondo/Setúbal, inícios de Setembro de 2014

Tabela - Anexo I

CASTELO DAS JUNTAS (MOURA) – <i>glandes pumbleae</i>				
Nº	Produção	Peso (g)	Dim. (comp. x larg. x alt. mm)	Tipo Volling
1	Moldagem	69	44x19x18	lib
2	Moldagem	71	44x21x18	lib
3	Moldagem	79	40x18x18	lib
4	Moldagem	75	42x18x20	lib
5	Moldagem	75	37x19x18	lb
6	Moldagem	65	41x20x18	lib
7	Moldagem	78	44x19x17	lib
8	Moldagem	72	40x17x18	lib
9	Moldagem	72	39x19x19	lib
10	Moldagem	66	39x19x20	lib
11	Moldagem	83	39x20x20	lib
12	Moldagem	69	46x17x14	la
13	Moldagem	70	44x20x17	lib
14	Moldagem	55	35x20x17	lib
15	Moldagem	64	32x19x18	lib
16	Moldagem	59	36x21x19	lib
17	Moldagem	68	34x21x18	lib
18	Moldagem	68	36x21x18	lib
19	Moldagem	62	37x21x11	lb
20	Moldagem	59	31x21x18	lb
21	Moldagem	36	39x14x15	lla
22	Moldagem	74	43x18x20	lib
23	Moldagem	51	42x16x17	lla
24	Moldagem	30	31x13x14	lb
25	Moldagem	74	37x27x17	lib
26	Moldagem	68	40x23x18	lib
27	Moldagem	71	38x21x17	lb
28	Moldagem	60	41x18x20	lib
29	Moldagem	69	40x18x18	lib
30	Moldagem	69	43x17x17	lib
31	Moldagem	73	40x18x19	lib
32	Moldagem	66	33x19x18	la
33	Moldagem	76	39x22x19	lib
34	Moldagem	73	38x21x17	lib
35	Moldagem	68	37x20x18	lib
36	Moldagem	71	39x19x17	lib
37	Moldagem	74	40x18x19	lib
38	Moldagem	70	36x20x18	lb
39	Moldagem	65	41x20x31	lib
40	Moldagem	70	47x17x17	la
41	Moldagem	68	37x25x20	lib
42	Moldagem	48	32x22x15	lib?
43	Moldagem	77	40x22x20	lib
44	Moldagem	61	41x20x16	lib
45	Moldagem	76	45x20x19	lib
46	Moldagem	57	40x20x17	lib
47	Moldagem	66	42x18x18	lib
48	Moldagem	70	43x18x19	lib
49	Moldagem	70	40x19x18	lib
50	Moldagem	71	43x18x18	lib
51	Moldagem	66	37x21x18	lib
52	Moldagem	75	41x19x19	lib
53	Moldagem	62	39x20x17	lib
54	Moldagem	65	37x22x18	lb
55	Moldagem	71	38x19x18	lib
56	Moldagem	79	48x23x18	lla
57	Moldagem	68	43x18x16	la
58	Moldagem	66	39x18x18	lib
59	Moldagem	64	38x20x18	lib
60	Moldagem	68	40x20x17	lla
61	Moldagem	66	43x21x17	lb
62	Moldagem	69	36x21x17	lib
63	Moldagem	72	38x20x18	lib
64 (MMM)	Moldagem	55	42x16x15	lla
65 (MMM)	Moldagem	65	40x19x18	lib
66 (MMM)	Moldagem	70	42x20x18	lib
CJ35 [9]	Moldagem	71	41x20x16	(oblonga)
CJ 151 [9]	Moldagem	62	40x23x18	(oblonga)
CJ 99 [48]	Moldagem	69	43x18x18	(oblonga)
CJ 501 [246]	Moldagem	59	36x22x17	(oblonga)
CJ 503 [246]	Moldagem	59	35x17x19	(oblonga)
CJ 502 [247]	Moldagem	67	39x22x17	(oblonga)
67 Lousa	Martelagem	95	41x22x23	III

BIBLIOGRAFIA:

- ALARCÃO, J. (1988)** - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins, Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1999)** - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Porto, marzo de 1997)*. Anejos Archivo Español de Arqueología, vol. XX, Madrid: CSIC, p. 1-8.
- ALARCÃO, J. (2001)** - A localização de *Dipo* e *Evandriana*. *Al-madan*. Série II, 10, p. 39-42.
- ALARCÃO, J. (2006)** - As vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*. *Conimbriga*. Coimbra. Vol.45, p. 211-251.
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. y GONÇALVES, A. (2010)** - *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Mérida.
- ALBERGARIA, J.; MELRO, S. (2013)** - Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana. *Memórias d’Odiana*, 2ª série.
- ALBERGARIA, J.; MELRO, S. y RAMOS, A. 2000** - Escavações arqueológicas no Castelo das Juntas (Moura). (*Era*) *Arqueologia*. Lisboa. Era/Colibri. 1, p. 38-51.
- AURRECOECHÉA, J. (2010)** - Las armaduras romanas en Hispania: protectores corporales para la infantería y la caballería. *Gladius. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente*. XXX p. 79-98
- BAQUEDANO, E.; CONTRERAS, M.; MÄRTENS, G.; RUIZ ZAPATERO, G. (2007)** - El *oppidum* carpetano de “El Llano de la Horca” (Santorcaz, Madrid). In *Estudios sobre la Edad del Hierro en la Carpetania. Registro arqueológico, secuencia y territorio*. *Zona Arqueológica*, 10, p. 375-394.
- BARBOSA, M. (1998-2000)** - Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augustus. *Nvmmvs*. II série. Vol. XXV, p. 7-144.
- BERROCAL, L. (1989)** - El Assentamiento “Celtico” de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. 16, p. 245-295.
- BERROCAL, L. (1992)** - *Los Pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica*, Complutum-Extra, 2, Madrid.
- BERROCAL, L. (1996)** - Fortificación, guerra y poblamiento en la Beturia: consideraciones sobre el altar de Capote y la conquista del suroeste. *Revista de Estudios Extremeños*. 52 (II), Mayo-Agosto, p. 411-440.
- BERROCAL, L. (2003)** - Poblamiento y defensa en el territorio céltico durante la época republicana. In *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*. Casa de Velázquez – Universidad de León. Salamanca, p. 185-218.
- BERROCAL, L.; de la BARRERA, J.; CASO AMADOR, R.; CABANILLAS DE LA TORRE, G. (2014)** - *Nertóbriga Concordia Iulia*. La conquête de la Béturie. In Cadiou, F.; Navarro Caballero, M. (coords) *La Guerre et ses Traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l’époque de la conquête romaine (III^e - I^{er})*. Bordeaux, p. 273-296.
- BISHOP, M.; COULSTON, J. (1993)** - *Roman Military Equipment: from the Punic Wars to the fall of Rome*. Londres.
- BONET ROSADO, H.; MATA PARREÑO, C. (2002)** - *El Puntal dels Llops. Un fortín edetano*. Trabajos Varios del S.I.P. 99, Diputación de Valencia.
- BOSMAN A.V.A.J. (1995)** - Pouring Lead in the Pouring Rain, Making Lead Slingshot under Battle Conditions. *Journal of Roman Military Equipment Studies*. 6, p. 99–103
- Boube, J. (1991)** - *Les Cruches*. In: Feuguère, M.; Rolley, C. (Eds.), in Feuguère, M.; Rolley, C. (Eds.) *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde du CNRS Organisée à Lattes du 26 au 28 Avril 1990)*. Dijon, Université de Bourgogne (Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13), p. p. 23-45.
- CADIOU, F. (2008)** - *Hibera in terra miles. Les armées romaines et la conquête de l’Hispanie sous la République (218-45 av. J.-C.)*. Casa Velázquez, Madrid.
- CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M. (2010)** - Les origines d’une présence italienne en Lusitanie. In Gorge, J.-G.; Nogales Basarrate, T. (eds.) *Naissance de la Lusitanie romaine (I^{er} av. – I^{er} ap. J.C.)*. VII^e Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse-Mérida, p. 253-292.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (1997)** - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz, 1, p. 99-130.
- CALADO, M.; MATALOTO, R.; ROCHA, A (2007)** - Povoamento Proto-Histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal). In Rodríguez Díaz, A. y Pavón Soldevila, I. (eds.) *Arqueologia de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*, Cáceres, p. 129-179.
- CASTOLDI, M.; FEUGUÈRE, M. (1991)** - *Les Simpulums*, in Feuguère, M.; Rolley, C. (Eds.) *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde du CNRS Organisée à Lattes du 26 au 28 Avril 1990)*. Dijon, Université de Bourgogne (Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13), p. 61-88.
- CHIC GARCÍA, G. (1986)** - Q. Sertorius, proconsul. *Actas de la reunión sobre Epigrafía hispánica de época romano-republicana*. Zaragoza, p. 171-176.

- COSTA, T. (2010)** - *O Castelo Velho de Safara (Moura): Elementos para o seu estudo*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, exemplar policopiado.
- COSTA, T.; LIBERATO, M. (2007)** - Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte: síntese de resultados. *Vipasca*, 2, Serie II, p. 632-642.
- CRAWFORD, M. H. (1974)** - *Roman Republican Coinage*. Cambridge, Cambridge University Press, 2 vols.
- EDMONSON, J. (1994)** - Creating a Provincial landscape: roman imperialism and rural change in Lusitania. Gorges, J.-G. y Salinas Frías, M. (eds) *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats*. Madrid, p. 13-30.
- FABIÃO, C. (1992)** - O Passado proto-histórico e romano. In Mattoso, J., (ed.), *História de Portugal. Vol. 1: antes de Portugal*. Círculo de Leitores. Lisboa, p. 79-299.
- FABIÃO, C. (1996)** - O povoado da Cabeça de Vaíamonte (Monforte). *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre. Nova Série, 11, Lisboa, p. 31-80.
- FABIÃO, C. (1998)** - *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, Tese Doutoramento da Universidad de Lisboa. 3 Vol., policopiado, Lisboa.
- FABIÃO, C. (1999)** - A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela Romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. Número 1, p. 163-198
- FABIÃO, C. (2001)** - O Povoamento do Sudoeste Peninsular na segunda metade do I Milénio a.C.: continuidades e rupturas. In Berrocal-Rangel, L.; Gardes, P. (eds.) *Entre Celtas e Iberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*, Real Academia de la Historia / Casa de Velázquez. Madrid, p. 227-246.
- FABIÃO, C. (2004)** - O tesouro de prata de Monsanto da Beira (Idanha-a-Nova). *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior (Catálogo de Exposição)*. Castelo Branco: IPM – Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 62-72.
- FABIÃO, C. (2006)** - The Roman army in Portugal. In Morillo, A y Aurecochea, J. (eds.) *The Roman Army in Hispania. An Archaeological Guide*. Universidad de León. León, p. 107-126.
- FABIÃO, C. E GUERRA, A. (1987)** - Considerações Preliminares sobre a Cerâmica Comum do Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa, Ed. Delta, p. 287-308
- FERREIRA, A.; SEQUEIRA, J. (2011)** - *As glandes de chumbo romanas do Alto dos Cacos, em Almeirim*. Trabalho para a unidade curricular de Arqueologia Militar, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- FEUGÈRE, M. E ROLLEY, C. (Eds.) (1991)** - *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde du CNRS Organisée à Lattes du 26 au 28 Avril 1990)*. Dijon, Université de Bourgogne (Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13).
- FONTENLA BALLESTA, S. (2005)** - Glandes de honda procedentes de la batalla de Asso. *Alberca*, 3, p. 67-84.
- GAMITO, T. J. (1987)** - O castro de Segóvia (Elvas, Portugal), ponto fulcral na primeira fase das Guerras de Sertório. *O Arqueólogo Português* - Lisboa. IV série, 5, p. 149-160.
- GARCÍA MORÁ, F. (1990)** - *Quinto Sertorio*. Tesis Doctoral presentada a Universidad de Granada.
- GARCÍA MORÁ, F.; PÉREZ MEDINA, M. (1991)** - Algunos aspectos del conflicto sertoriano en tierras Béticas. In González Román (coord.) *La Bética en su problemática histórica*. Unioversidad de Granada, p. 63-86.
- GARCÍA MORÁ, F. (1993)** - Sertorio frente a Metelo (79-78 a.C.). *Actas II Congreso peninsular de História Antiga*. Coimbra, 1993, p. 375-398.
- GARCÍA MORÁ, F. (1994)** - El conflicto sertoriano y la provincia Hispania ulterior. *Historia Antigua: actas del II Congreso de Historia de Andalucía*, Córdoba, 1991, p. 271-286.
- GRILO, C. (2006)** - *A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- GUERRA, A. (1987)** - Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 5, p. 161 -177.
- GUERRA, A. (2004)** - Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.7, nº 2, p. 217-235.
- GUERRA, A. (2010)** - A propósito dos conceitos de «Lusitano» e «Lusitânia». *Serta Palaeohispanica J. de Hoz. Palaeohispanica*. 10, p. 81-98.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J. (2013)** - Os projecteis de funda de Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. *Monte do Castelinho (Castanheira do Ribatejo), Vila Franca de Xira e a conquista romana do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira / Lisboa: Câmara Municipal / Museu Nacional de Arqueologia, p. 47 -58
- LAHARNAR, R. (2011)** - Roman lead slingshots (*glandes plumbeae*) in Slovenia. *Arheološki vestnik*, 62, p. 339-374.

- LIMA, J.F. [1942] (1988)** - *Monografia Arqueológica de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- LOPES, M.; CARVALHO, P.; GOMES, S. (1997)** - *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa. Câmara Municipal de Serpa.
- LORRIO, A.; SÁNCHEZ DE PRADO, M.D. (2009)** - *La necrópolis celtibérica de Arcóbriga (Monreal de Ariza, Zaragoza)*. *Caesaraugusta*. Intitución “Fernando el Católico”. 80.
- LUIK, M. (2010)** - Los hallazgos de armas en los campamentos romanos alrededor de Numancia. *Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXX p. 61-78
- MATALOTO, R. (2002)** - Fortins e Recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. 1, p. 161-220.
- MATALOTO, R. (2004)** - Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.”. Moret, P.; Chapa, T. (eds) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas*, Casa de Velázquez/ Universidad de Jaén, p. 31-54.
- MONGE, R. (2012)** - *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, exemplar policopiado.
- MOREL, J.-P. (1981)** - *Céramique Campanienne. Les Formes*. 2 vols. Rome, École Française de Rome.
- ÑACO DEL HOYO, T.; PRINCIPAL, J. (2012)** - Outposts of integration? Garrisoning, Logistics and Archaeology in North-eastern Hispania, 133-82 BC”. In Roselaar, S. *Processes of Integration and Identity Formation in the Roman Republic, Leiden-Boston. Brill*, p. 161-177.
- PAÇO, A.; GONÇALVES, J.P. (1962)** - Castelo Velho do Degebe (Reguengos de Monsaraz). I - Reconhecimento Preliminar. *XXVI Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências - Secção VII História e Arqueologia (Porto, 1962)*. Porto, p. 313-316.
- PEDRONI, L. (2001)** - *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*, Nápoles.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. (1997)** - San Sixto (Encinasola, Huelva). *El Oro e el Moro. XI Jornadas de Património de la Sierra de Huelva*, p. 249-270.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000)** - *Lusitania: historia y etnologia*. Bibliotheca Archaeologica Hispana, 6, Real Academia de la Historia, Madrid.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000)** - De la Lusitania independiente a la creación de la provincia. *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana*, IV Mesa Redonda Internacional. Mérida, p. 73-84.
- PINTO, I.; SCHMITT, A. (2010)** - Cerâmica comum. In Alarcão, J. Carvalho, P. y Gonçalves, A. (2010) *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Lisboa, p. 219-443.
- POUX, M. (2008)** - L’empreinte du militaire tardo-républicain dans les faciès mobiliers de La Tène finale. Caractérisation, chronologie et diffusion de ses principaux marqueurs. In Poux (dir.) *Sur les traces de César. Militaria tardo-républicains en contexte gaulois*, p. 299-432.
- POUX, M.; GUYARD, L. (1999)** - Un moule a balles de fronde inscrit d’ époque tardorépublicaine a Paris (rue Saint-Martin). *Instrumentum* 9, p. 29–30.
- QUESADA SANZ, F. (1997)** - *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Monographies Instrumentum, 3, Montagnac.
- QUESADA SANZ, F., (2005)** - El gobierno del caballo montado en la Antigüedad Clásica con especial referencia al caso de iberia. Bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar, estribos y herraduras. *Gladius*. XXV, p. 97-150.
- RADMAN-LIVAJA, I. (2004)** - *Militaria Sisciensia – finds of the Roman militar equipment in Sisak in the holding of the Archaeological Museum in Zagreb*. *Archaeological Museum of Zagreb*.
- ROLDÁN, J.M. 1985** - La Guerra Civil entre César e Pompeyo (49-31 a.C.), Blázquez, J.M. *et alii*, *Historia de la España Antigua, II España Romana* (2ª Ed.), Catedra, Madrid, p. 155-174.
- REGO, M. (1994)** - Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar. *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, p. 37-53.
- REGO, M. (2001)** - *Noudar (Barrancos): do Calcolítico à vila medieval*. Tesina em Arqueologia apresentada à Universidad de Huelva.
- RIBEIRO, F. N. (1960)** - Pré-história e a Origem de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal, vol.17, p. 3-113.
- RUIVO, J. (1993-97)** - A circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III. *Nvmmvs*. 2ª Série, XVI/XX, p. 7-177.
- RUIVO, J. (1997)** - O conflito sertoriano no Ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 70, p. 91-100.
- RUIVO, J. (2010)** - Espólio metálico. Alarcão, J.; Carvalho, P.; Gonçalves, A. (2010) *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*, *Studia Lusitana*, 5, Lisboa, p. 481-517.
- SALINAS FRÍAS, M. (2006)** - Geografía real y ficticia de la epopeia sertoriana. In Cruz Andreotti, Le Roux, Moret, (coords) *La invención de una geografía de la Península Ibérica. I: La República romana*. Universidad de Málaga, p. 153-174.

- SILVA, A. (1999)** - *Salvamento arqueológico no Guadiana*. Memórias d'Odiana. Beja: EDIA. N° 1.
- TASSINARI, S. (1993)** - *Il vasellame bronzeo di Pompei*. Roma. (Cataloghi 5)
- TEICHNER, F. (2008)** - *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Studia Lusitana, 3, Mérida.
- ULBERT, G. (1984)** - *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Madrider Beiträge, 11, Mainz.
- VASCONCELOS, J. L. (1918)** - Antigualhas de Evoramonte. *O Archeólogo Português*. Vol 23, p. 78-81.
- VIAND, A. (2008)** - Les fragments de cotte de mailles de Vernon. Armure souple véliocasse ou présence romaine aux potes de l'oppidum?. In Poux (dir.) *Sur les traces de César. Militaria tardo-républicains en contexte gaulois*. p. 33-46.
- VÖLLING, T. (1990)** - *Funditores im römischen Heer*. Saalburg Jahrbuch 45, p. 24–58.
- WAHL, J. (1985)** - Castelo da Lousa: Ein Whergeöft Caesarich-Augusteischer Zeit. *Madrider Mitteilungen*. 26, p.150-176.

NOTAS

- ¹ Município de Redondo; Portanta – Associação de Arqueologia Ibérica
- ² Adaptado de <http://sacred-texts.com/cla/jcsr/afri.htm>
- ³ Queremos deixar uma nota de agradecimento ao Dr. António Faria que corroborou algumas das leituras aqui avançadas, sendo, todavia, de nossa total responsabilidade qualquer eventual erro ou omissão. Foi de grande ajuda a consulta do site <http://www.wildwinds.com/coins/>, no qual facilmente detectámos uma ampla base fotográfica de apoio.
- ⁴ Este exemplar, apesar de leitura clara, pela forma como foi batido impede a leitura de “PANSÁ”, não deixando ver também com clareza a presença da Minerva isolada ou com a Vitória alada, daí a interrogação
- ⁵ O tesouro da Herdade da Retorta (Montemor-o-Novo), também mencionado por este autor, parece, contudo, ser já de época Imperial, se nos ativermos na descrição constante na Base de Dados Endovélico (CNS – 2655).
- ⁶ Na base de dados de sítios arqueológicos – Endovélico surgia mais de uma dezena de menções a povoados fortificados com ocupações sidéricas, muitos deles provavelmente romanizados. Contudo, revisões recentes efectuadas pelos técnicos das Instituições competentes permitiram confirmar a existência de apenas alguns deles, deixando ainda assim sobejas dúvidas quanto às suas cronologias de ocupação, por vezes bem posteriores ao período aqui em análise.
- ⁷ Agradecemos a Catarina Alves a ajuda na classificação e enquadramento dos exemplares documentados.
- ⁸ Agradeço a Rui Monge a visita proporcionada aos fortins de João Gago e do Vidigão/Monte da Caveira, estando este último já publicado como atalaia medieval (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997, p.62)
- ⁹ Não foi possível localizar estes materiais no Museu de Barrancos.
- ¹⁰ Estes materiais encontram-se principalmente à guarda da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, mas também da Direcção Regional de Cultura, em menor número.

OS CASTELLA DO BAIXO ALENTEJO. O CASO DO MONTE MANUEL GALO

CATARINA ALVES¹ BOLSEIRA DA FCT. UNIARQ.

Resumo

Ao longo da faixa Sul da península alentejana encontram-se implantados, em cerros pouco destacados mas com amplo domínio visual e, presumivelmente, com boas condições de defesa os chamados *castella* do Baixo Alentejo. A presença destes sítios observa-se, por norma, próximo de terrenos de baixa potencialidade agrícola e sempre junto de pelo menos um curso de água. Esta nova forma de ocupar o território de origem romana caracteriza-se por construções em alvenaria insossa com um edifício central de planta quadrangular (torre) e sucessivas plataformas artificiais muradas. Este tipo arquitectónico romano, de aspecto turriforme, com maior concentração nos concelhos de Castro Verde e Almodôvar, surge mencionado na bibliografia portuguesa desde o final do século XVIII.

Palavras chave: *castellum*, Baixo Alentejo, romanização

Summary:

Along the southern strip of Baixo Alentejo's peneplain the so called *castella* are deployed in a short but prominent hills with wide visual field and presumably in good condition for defense, close to the low agricultural potential land and always with at least a watercourse nearby. This new way of occupying the territory is characterized by masonry buildings with a central quadrangular plant (tower) and successive walled artificial platforms. This Roman architectural type, with turreiforme aspect has a larger concentration in the municipalities of Castro Verde and Almodôvar and appears in the portuguese literature from the late eighteenth century.

1. Enquadramento Geográfico

O sítio arqueológico de Monte Manuel Galo situa-se na freguesia de São Miguel do Pinheiro, do concelho de Mértola, no Baixo Alentejo. Dista para Sul cerca de dois quilómetros do Monte homónimo e quinze da sede de concelho.

Ocupa um cerro configurado por acção antrópica, composto por três plataformas, genericamente quadrangulares e quase planas, com uma altitude máxima que ronda os 230 metros.

Pela vertente Sul-Sudoeste o cabeço é sobranceiro ao barranco do Telheiro, um dos cursos de água derivados da ribeira das Carreiras, importante afluente do rio Guadiana que, a par das ribeiras do Cobres e Oeiras, atravessa o território no sentido Sudoeste-Nordeste, perpendicularmente à faixa piritosa alentejana (v. figuras 1 e 2).

Desta zona, localizada na extremidade Sudeste da dita faixa piritosa, são característicos os xistos argilosos com veios metalíferos, onde o relevo não é dotado da planura da zona de Beja, mas continua pouco acidentado, limitado a Sul pela serra algarvia e marcado, pontualmente, a Norte, por exemplo, pela serra quartzítica da Alcaria Ruiva. O Monte Manuel Galo, não sendo completamente discreto na paisagem, encontra a Norte o “bloqueio” de duas outras elevações com cotas superiores, o que não sucede em todo o arco Sudeste-Sudoeste, em relação ao qual dispõe de uma extensa visibilidade, em solos pobres e pouco aptos à agricultura (v. figura 3).



Figura 1
Localização do
Monte Manuel Galo
(Mértola) no território
português

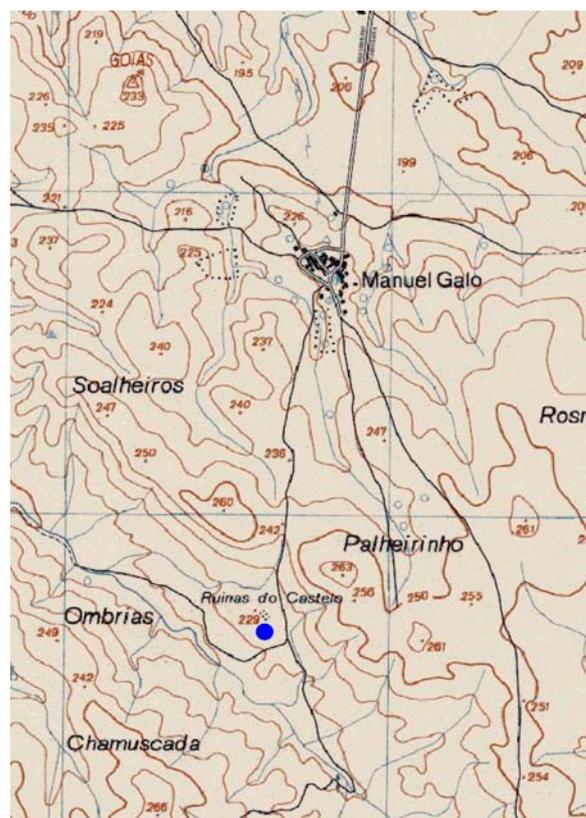


Figura 2
Localização do Monte
Manuel Galo na CMP
1:25000, folha nº 565

2. História das investigações

As primeiras referências que se conhecem aos posteriormente chamados *castella* do Baixo Alentejo, e inclusive os primeiros registos cartográficos de alguns destes sítios, nas proximidades de Castro Verde, datam de finais do século XVIII e inícios do seguinte, pelo então bispo de Beja, Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas (Villas-Boas, 1813). Não se podendo considerar parte activa na história das investigações deste tipo de sítios refira-se apenas a menção bibliográfica de 1897, da autoria de Gabriel Pereira (Pereira, 1897).

Dezoito anos mais tarde, José Leite Vasconcelos visita alguns destes sítios (como o Castelo da Amendoeira, de Vale de Mértola ou o Castelo dos Mestres) e toma conhecimento oral de outros, que só em 1933 dá à estampa nas “Excursões ao Baixo Alentejo” (Vasconcelos, 1933, p. 233-245). Ainda que naquela altura da sua vida científica se dedicasse preferencialmente à elaboração da Etnografia Portuguesa, acabou por descrever-los topograficamente e referindo algumas notas soltas de que ia tendo conhecimento, mesmo sem ver os materiais e sítios *in loco*. Destaque-se o caso das nove lucernas descobertas no Castelo da Amendoeira, Castro Verde e das “chocolateiras e panelas de cobre” provenientes do Castelo dos Mestres, Almodôvar (Vasconcelos, 1933, p. 235 e 245.).

A identificação do sítio do Monte Manuel Galo data, contudo, de 1971, na sequência das prospecções levadas a cabo por Caetano de Mello Beirão no Baixo Alentejo. Este será, então, o primeiro de um conjunto de edifícios sujeito às intervenções arqueológicas de Manuel Maia (Maia, 1974a e b), especialmente centrado nos monumentos de Castro Verde. Assim, é nos anos '70 (após a escavação do Castelo da Lousa, em Mourão) que se inicia, por um período de mais de 10 anos, aquela que pode ser considerada como a primeira abordagem de carácter científico sistemático deste conjunto de edifícios.



Figura 3
Vista de Norte
do sítio arqueológico

3. Arquitetura²

Manuel Maia realizou três campanhas de escavação em Monte Manuel Galo (entre 1972 e 1977) que deram a conhecer as três plataformas edificadas. Sobre a primeira, com cerca de 37,50 x 43,50 metros de dimensão máxima, foi implantado um edifício central de planta quadrangular, com 14,60 x 14,90 metros, dotado de muros de cerca de 1 metro de espessura, perfazendo o seu perímetro uma área bruta de 217.54 m². O interior deste foi subdividido em três naves de área equivalente que correm no sentido Este-Oeste. As laterais encontram-se subdivididas perpendicularmente, formando salas de dimensões variadas que comunicam com a central, indivisa, mediante portas de cerca de 1 metro de largura. Assim, a Norte foram registados quatro compartimentos e a Sul três (v. Figura 4). Se a circulação no interior deste núcleo é simples de avaliar, o acesso ao mesmo continua por apurar. Os trabalhos desenvolvidos não puseram a descoberto vestígios de escada pelo exterior, nem abertura de vão pelo interior. Os muros conservam cerca de 1 metro em altura e não se identificaram entaipamentos posteriores à arquitectura de raiz, pelo que a existência de porta ao nível do pavimento, como seria de supor, é inexistente e o acesso ao espaço edificado seria feito noutros moldes.

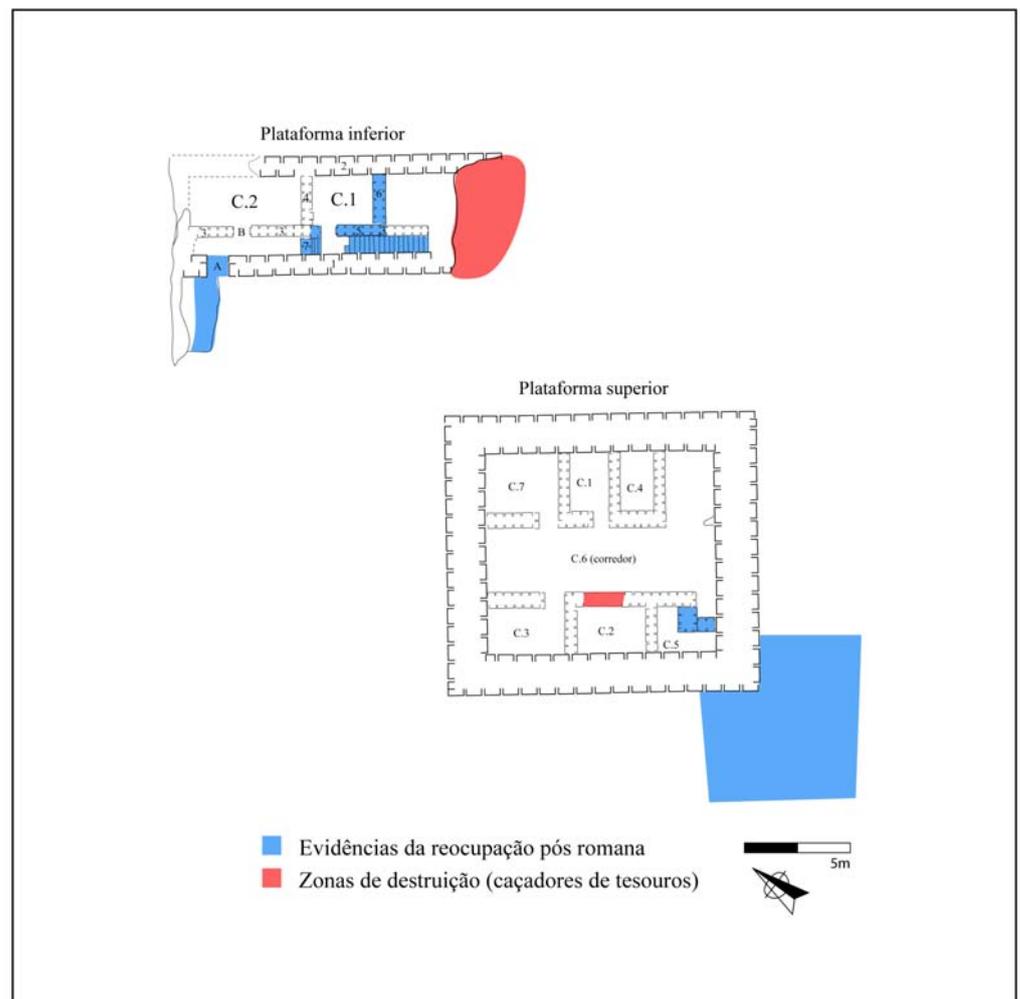


Figura 4
Planta do sítio
arqueológico.
Adaptado de Maia,
1978

De todos o compartimento 7, na zona mais a Nordeste destaca-se pelo facto de ali se ter identificado, na camada 5, uma quantidade importante de *tegulae* invertidas (Maia, 1973, p. 3), material que, estando presente nos restantes, nunca atinge quantidades que façam supor uma cobertura do género. O autor avança a hipótese de se tratar de um pavimento, porém não colocamos de parte que esta concentração corresponda aos restos da construção de uma lareira. A cobertura deste núcleo, sem mais indícios provatórios, é apontada desde os anos 70 como sendo em terraço ou placa sobre abóboda de canhão (Maia e Maia, 1998, p. 68). De assinalar, igualmente, a identificação em alguns compartimentos de pequenas aberturas nos muros exteriores pouco acima do pavimento, como que de zonas de escoamento se tratassem (Maia, 1986, p. 203). Estas frestas que pontualmente rompem as paredes exteriores do edifício poderão consubstanciar a solução arquitectónica que dá resposta à necessidade de arejar e/ou iluminar um espaço fechado e presumivelmente apenas acessível pelo piso superior. Este pormenor ocorre de igual forma no *castellum* de Vale de Mértola (*Ibidem*) e no Castelo da Lousa (Paço e Leal, 1965, p. 181; Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010, p. 40-41).

A área escavada na plataforma inferior (v. Figura. 4), separada da primeira plataforma por 5,5 metros e com 2,5 metros de desnível entre pavimentos, revelou um conjunto construtivo que se desenvolve no sentido das naves do núcleo central, ladeado por espessas paredes de 1 metro e com entrada pelo lado Sul. O espaço interior destas duas construções de grande porte foi subdividido longitudinalmente por uma parede espessa (com cerca de 70 centímetros) criando um corredor de cerca de 1 metro de largura, a partir da dita parede mais a Sul, que comunicava mediante dois vãos com outros dois compartimentos rectangulares separados por uma parede de cerca de 60 centímetros de largura. Tal como em alguns compartimentos na plataforma superior, o compartimento 1 desta zona apresentava orifícios que rasgavam a chamada “... terceira linha de muralha ...” (Maia, 1974b, p. 330-331).



Figura 5
Exemplo do aparelho
construtivo do sítio

As paredes são em alvenaria de xisto sem ligante (v. Figura 5), *opus incertum*, e revelam cuidado na sua execução, não sendo, segundo Vitruvius tão elegantes quanto o modo de construção que se lhe seguiu -*opus reticulatum*-, que é mais sólido (II-VIII, 111). Os adobes recolhidos não são em quantidade tal que permitam supor o seu uso em paredes, e escassos são também os fragmentos de estuque pintado. A interpretação dos registos de campo permite equacionar a existência de construções em terra, nomeadamente de um banco junto da parede Noroeste do corredor do núcleo central de construções. Quanto aos pavimentos, e à parte do uso generalizado de lajeados e terra batida, existem também vestígios de *opus spicatum* e referências em caderno de campo ao registo de uma camada caracterizada por “... um amontoado de tijolos em losango, de grandes dimensões, juntamente com tijolos rectangulares amarelados de pequenas dimensões e tijoleiras mais ou menos vulgares. Por baixo destes... uma nova camada deles.” (Maia, 1973). Pensamos tratar-se de um piso tipicamente itálico, utilizado em zonas residenciais, que devemos acrescentar aos exemplares já conhecidos para estas cronologias tardo republicanas do Monte dos Castelinhos, Castanheira do Ribatejo, estando presentes igualmente, por exemplo, no acampamento militar de Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, 2013, p. 36, 75 e 76). Dos muitos exemplares detectados³ apenas uma amostra de três se encontra depositada no Museu Nacional de Arqueologia (v. Figura 6). Registaram-se, ainda, vestígios raros de tijolo em quadrante.



Figura 6
Tijolo romboidal

As reocupações mais tardias, eventualmente de época islâmica, (v. Figura 4) imprimiram algumas alterações que dificultam o seu entendimento estratigráfico e arquitectónico (especialmente se atendermos que estamos a tratar de escavações antigas). A este respeito, parece certo que se inserem nestes episódios o fecho da porta que ligava o corredor da plataforma inferior com a intermédia; os acrescentos da parede que divide o Compartmento 1 e o troço de muro no enfiamento Sul da estrutura 4, subdividindo e anulando aquele espaço como corredor. A que se acrescentam as escadas que encostam a esta parede e culminam num piso lajeado cujo estrato de preparação está sobre um pavimento romano disposto sobre rocha, a par do muro 5 que cobre parcialmente o anterior muro 3. No núcleo central também se encontram vestígios destas ocupações como seja o acrescento de uma torre maciça no ângulo Sudeste do núcleo primitivo (Maia, 1974b, p. 331). Genericamente são construções menos cuidadas, adossadas ou sobrepostas às pré-existências.

4. Espólio

O estudo do espólio recolhido não se encontra terminado, pelo que apresentamos, aqui, um breve resumo e análise do mesmo.

Das cerâmicas importadas cabe destacar a exiguidade e as particularidades da cerâmica campaniense (v. Figura 7). Apesar da ausência marcante da F2300, a associação das produções de Cales/Teano nas formas F1220; 1410, F2270-80 e F2250-80 (com losango romboidal com palmetas nas extremidades, típico das produções calenas tardias) (Pedroni, 2000, p. 349-350) às produções em pasta cinzenta com as formas F2250-80 e F2650 permite-nos atribuir uma cronologia ao conjunto centrada no 3º quartel do século I a.C. (Alves, Mataloto e Soria, no prelo).

No conjunto de vasos de “paredes finas” (v. Figura 7), 171 fragmentos permitiram uma atribuição formal, sendo que cerca de 32.4% são produções de finais da República, inícios de Augusto. Aqui assiste-se à preferência pelos copos nas formas augustanas Mayet VIII e XXI (datadas genericamente da 2ª metade séc. I a.C.). Destas a forma VIII C de Mayet, é tida como pré-augustana (Mayet, 1975, p. 39), no entanto, e ainda que genericamente aceite esta cronologia, existem dados como os contextos de Santarém que permitem atestar a sua utilização até ao principado de Augusto (Arruda e Sousa, 2003, p. 263). A maioria dos bordos classificáveis do sítio em análise enquadram-se na forma XXI, que à luz dos dados de Cosa e Badalona são produções augustanas (López Mullor, 1981, p. 293). No entanto, o quadro de importação do sítio remete-nos para a zona da Bética, notando-se uma constância formal que oscila geralmente entre as formas Tibério-claudianas Mayet XXXVII e XXXVIII, com ténue superioridade da decoração a barbotina sobre a de tipo arenoso. As produções da Península Ibérica estão, ainda representadas por uns meros 2,4 pontos percentuais de produtos emeritenses, quase exclusivamente na forma da taça Mayet XLIII. A escassez de produtos emeritenses tem, obviamente, implicações na análise do quadro de consumo do sítio mas, igualmente, do ponto de vista cronológico, já que à luz dos novos dados da c/Almendralejo (Mérida) as produções desta colónia são inexistentes durante toda a 1ª metade do século I d.C., estabelecendo como seu início as décadas de 50/60 d.C. (Bustamante Álvarez, 2011, p.170). Portanto, no que às cerâmicas de “paredes finas” diz respeito, o sítio aqui em análise segue um padrão semelhante a outros locais da Lusitânia, onde a forma XXXVII domina, como, por exemplo, em Conímbriga (Alarcão, Delgado, Mayet, Alarcão e Ponte, 1976).

Em relação às lucernas, apesar de muito fragmentadas, foi possível reconhecer formas

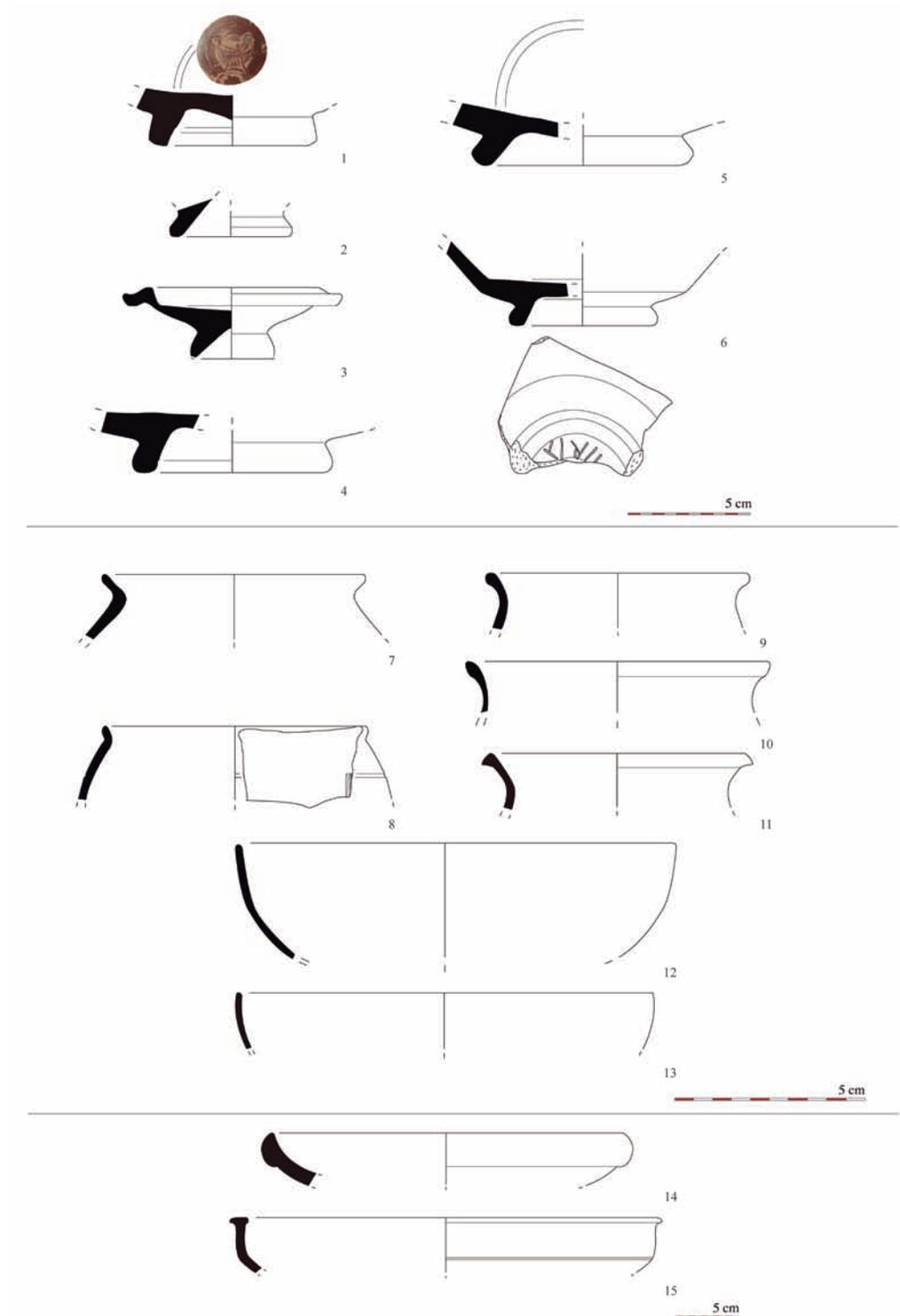


Figura 7

Cerâmica

Campaniense de pasta

cinzenta: Cerâmica

Campaniense B de

Cales/Teano: 1: F2270;

2: F1220; 3: F1410; 4-5:

F2250-80; 6: F2650;

Paredes finas: 7-8:

Mayet II; 9-11: Mayet

XXI; 12-13: Mayet VIII;

Cerâmica de engobe

vermelho pompeiano:

14: Aguarod 3; 15:

Aguarod 4

tardo republicanas (como a Dressel 2, genericamente de 2º e 3º quartel do séc. I a.C.), sendo o conjunto dominado pelas produções hispânicas e itálicas Alto Imperiais Dressel-Lamboglia 9, a par de escassos exemplares da forma Dressel-Lamboglia 16 e Dressel-Lamboglia 11/14, já da 2ª metade do século I d.C., estas, aliás, das mais difundidas neste período na Península Ibérica.

Os escassos fragmentos de cerâmica de engobe vermelho pompeiano classificáveis reportam-se às formas 3 de Aguarod, tida na bibliografia como rara no Mediterrâneo ocidental, quando comparada à 4 ou 6, sendo a última ausente neste sítio (v. Figura 7). Os exemplares aqui descritos são, aparentemente⁴, produções da Campânia (tipo 2 das pastas da Catalunha, definidas por Aguarod), que se podem estender aos reinados de Tibério ou Cláudio (Aguarod Otal, 1991, p. 63-71).

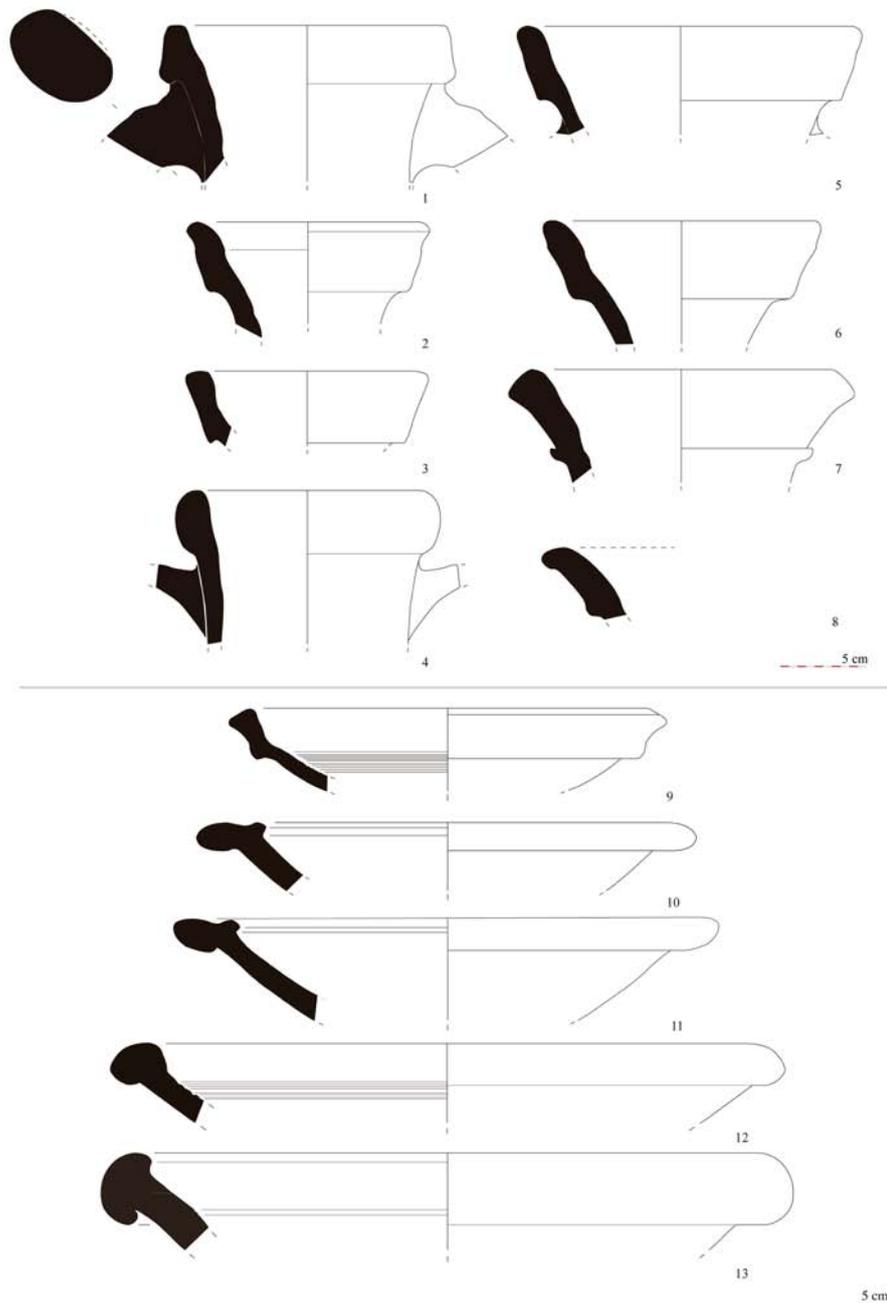


Figura 8

Ânforas: 1: Lamboglia 2; 2-3: ovóide 4; 4: ovóide 6; 5-6: Haltern 70; 7-8: Dressel 7/11; Almofarizes: 9: forma 2 de Santarém; 10-11: Dramon 1; 12: lábio arredondado; 13: bordo em martelo

Os contentores anfóricos são representados por 120 fragmentos classificáveis (v. Figura 8). Aqui, o panorama das importações resume-se a uma preferência esmagadora pelos produtos peninsulares, como seria de esperar, e em especial do vale do Guadalquivir. Destes recipientes⁵ destacam-se as formas republicanas: Classe 67 (ovóide 1), Classe 24 (ovóide 6) e com maior índice de presenças, só ultrapassado pelas Haltern 70 “iniciais”, a ovóide 4. Como produções extra-peninsulares, neste caso itálicas, registaram-se apenas dois fragmentos de Lamboglia 2 e um de Dressel 1. Entre 20-15 a.C. e o segundo terço do século seguinte (García Vargas; Almeida; González Cesteros, 2011, p. 244) o abastecimento está bem representado pela forma Haltern 70 “clássica”, com morfologias atribuíveis ao período Augusto-tiberiano, juntamente com as gaditanas Dressel 7/11.

Com as produções anfóricas e a par de um conjunto expressivo de cerâmica comum com a mesma origem, chegam alguns almofarizes (v. Figura 8). Destes cabe-nos destacar um dos mais antigos exemplares tardo republicanos de produção bética na forma 2 de Santarém (Arruda e Viegas, 2004, p. 344-345) e dois indivíduos de imitação bética do protótipo itálico Dramon 1. A estes há que acrescer a presença de outros com cronologias mais tardias, caso dos exemplares de lábio reentrante (um de produção local/regional), dos exemplares de bordo simples, além dos de bordo redondo. Enquanto os primeiros se poderão datar entre os finais do século I a.C. e o período pré-flaviano, o último apresenta uma cronologia mais lata, extensível ao século II d.C. (Arruda e Viegas, 2004, p. 346).

Das mais de sete centenas de fragmentos de *terra sigillata* analisados (v. Figura 9), verifica-se que no Monte Manuel Galo o grande volume de materiais do tipo itálico (cerca de 30% do conjunto) corresponde ao período de maior produção e difusão, com datações de finais de Augusto/inícios de Tibério. Assim, predominam os pratos das formas *Conspectus* 18 e 20 e as taças *Conspectus* 22 e 23, compondo o chamado serviço Haltern II. As marcas de oleiro podem obviamente trazer informações e firmar balizas cronológicas mais fidedignas e circunscritas, pelo que queremos salientar algumas das recolhidas no sítio e que até ao momento não foram dadas à estampa mas que, contudo, vêm confirmar os intervalos propostos com base nas publicadas anteriormente (Maia, 1974 e Maia, 1987). O centro oleiro que aqui, tal como nos restantes sítios do actual território português, assume maior representatividade é, efectivamente, o de Arezzo, e do qual destacamos a oficina de L. Annivs (OCK, tipo 164) com um período de laboração entre 10 a.C. e 10 d.C. Das restantes marcas com esta proveniência, e já conhecidas de outras publicações, como já referimos, cabe especial destaque para a mais antiga e rara de todo o conjunto em contextos afins. Referimo-nos à marca radial L.TE (OCK, tipo 2094) correspondente a Lucivs Tettivs, datada dos últimos 20 anos do século I a.C. que, a par dos escassos fragmentos das formas *Conspectus* 12 e 13, nos permitem fazer recuar o início das importações a pelo menos 10 a.C. O segundo centro produtor com maior índice de presenças é Pisa e, seguindo a lógica anterior, salientamos a presença do oleiro Zoilvs (OCK, tipo 2544), quer em cartela rectangular ou em planta *pedis*, datado de 5 a.C. a 50 d.C., sendo este o oleiro com laboração até mais tarde dos identificados no espólio do Monte Manuel Galo. A este último segue-se Vasanello como o terceiro e último centro identificado no sítio, do qual destacamos na mesma proporção do anterior (dois exemplares) o oleiro Qvartio (OCK, tipo 1599) datado entre 10 a.C. e 10 d.C. Assim, as restantes marcas itálicas já conhecidas revelam a preponderância dos produtos augustanos sobre os do período seguinte, de maior difusão, ainda que igualmente bem representados (v. Figura 9). Quantitativa e comparativamente o conjunto da *terra sigillata* sud-gálica assume uma discrepância de cerca de vinte pontos percentuais, onde as formas lisas mais difundidas no ocidente estão

também aqui presentes, ou seja, Dragendorf 15/17, 18/31, 24/25 e 27, com presenças menos expressivas, por exemplo, das formas Dragendorf 31, 33, 36 e Ritterling 8. Com os inícios do reinado de Tibério e a decadência das importações itálicas, a *terra sigillata* sud-gálica ganha importância, centrando o período de maior índice de consumo em Tibério—Cláudio. Paralelamente à diminuta expressividade das importações de *terra sigillata* hispânica, a escassez de formas típicas do serviço Flaviano, como Dragendorf 36, 37 e a ausência do tipo Curle 15 sugerem um declínio do consumo antes do final do século I d.C. (Viegas, 2003, p. 134). Por último uma pequena nota quanto ao conjunto de 35 fragmentos classificáveis de *terra sigillata* hispânica de tipo Peñaflores (v. Figura 9). As formas identificadas variam entre as taças tipos I (b, c ou e) e II (b), que se inspiram na *terra sigillata* de tipo itálico, e os pratos covos tipo III (a ou b), com respectivos sulcos no interior, afins da forma 6 de Aguarod das cerâmicas de engobe vermelho pompeiano (Amores Carredano e Keay, 1999). As cronologias referenciadas são pouco sólidas e muito discutidas, pelo que o conjunto se encaixa em todo o século I d.C., estando a fase mais tardia da produção patente no exemplar único do tipo Ie e nos pratos covos, cuja cronologia pode atingir finais desse século, princípios do seguinte. Este tipo regista apenas 5% do total das produções de *terra sigillata* no quadro das importações do sítio, tratando-se, portanto, de um serviço de carácter secundário.

Registaram-se, ainda, pesos de tear, alguns artefactos em osso, inclusive já dados à estampa, como uma régua ou o botão (Maia, 1974a), além de dois elementos associados à tecelagem e escassos fragmentos de vidro. Por último, resta apontar que o espólio metálico conta com mais de uma centena de elementos, na sua maioria em liga de ferro, com alguns exemplares em liga de cobre e excepcionalmente em liga de chumbo (v. Figura 10). Assim, registaram-se cinco fíbula do tipo *Aucissa*, algumas já publicadas (Maia, 1974a), um cabo de espelho, uma agulha de rede (laçadeira) e, para citar outro exemplo, um arreo de cavalo em liga de cobre; em liga de chumbo apenas uma conta e em ferro o espólio desdobra-se entre pregos, cavilhas, lâminas, um cabo de chave, entre outros indeterminados.

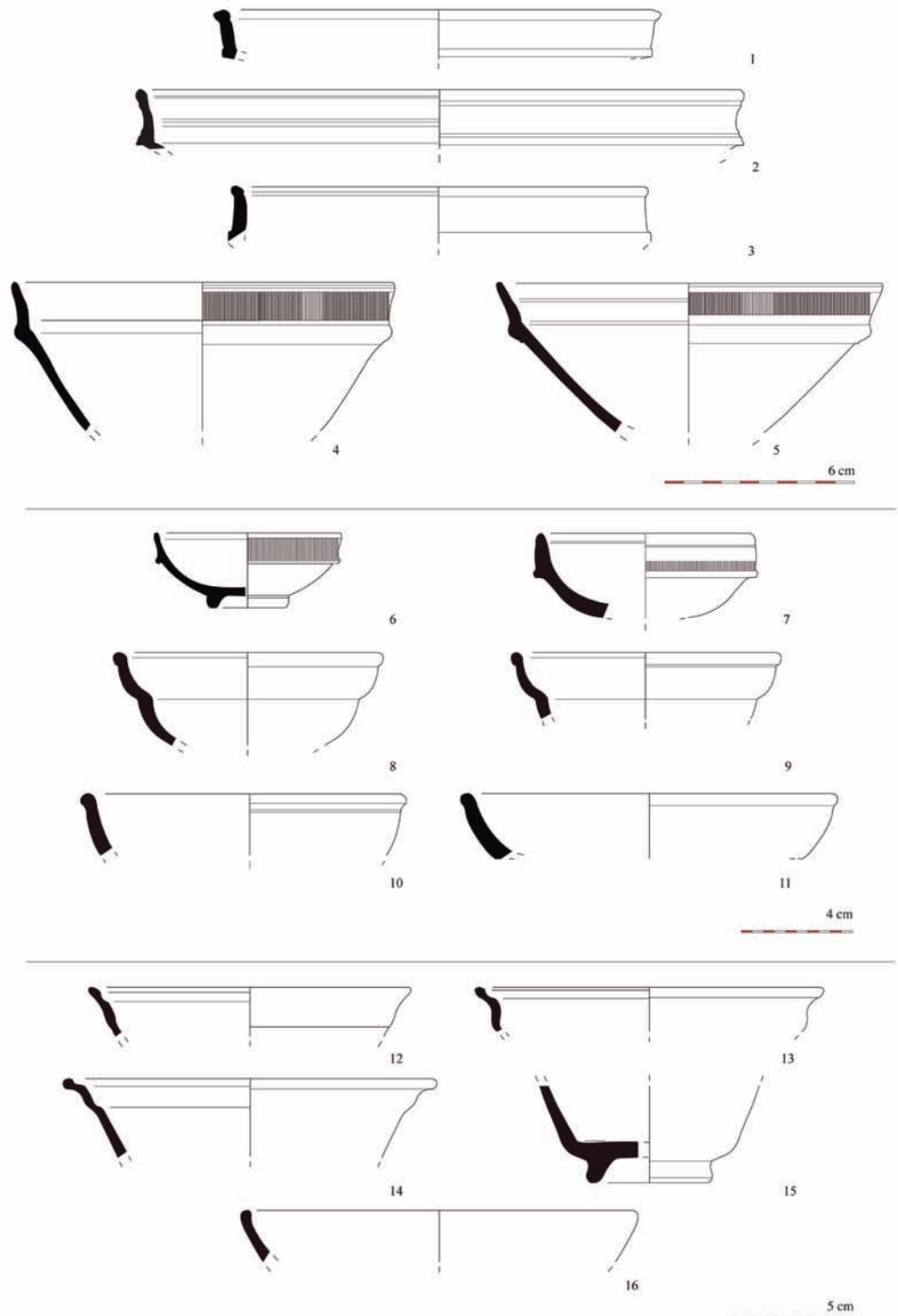


Figura 9
Terra Sigillata de tipo
 Itálico: 1-2: Consp.
 20; 3: Consp. 21;
 4-5: Consp. 22; *Terra
 Sigillata* sud-gálica:
 6-7: Drag. 24/25; 8-9:
 Drag. 27; 10-11: Drag.
 18/31; *Terra Sigillata*
 de tipo Peñaflor:
 12-15: tipo I de
 Martínez; 16: tipo III de
 Martínez

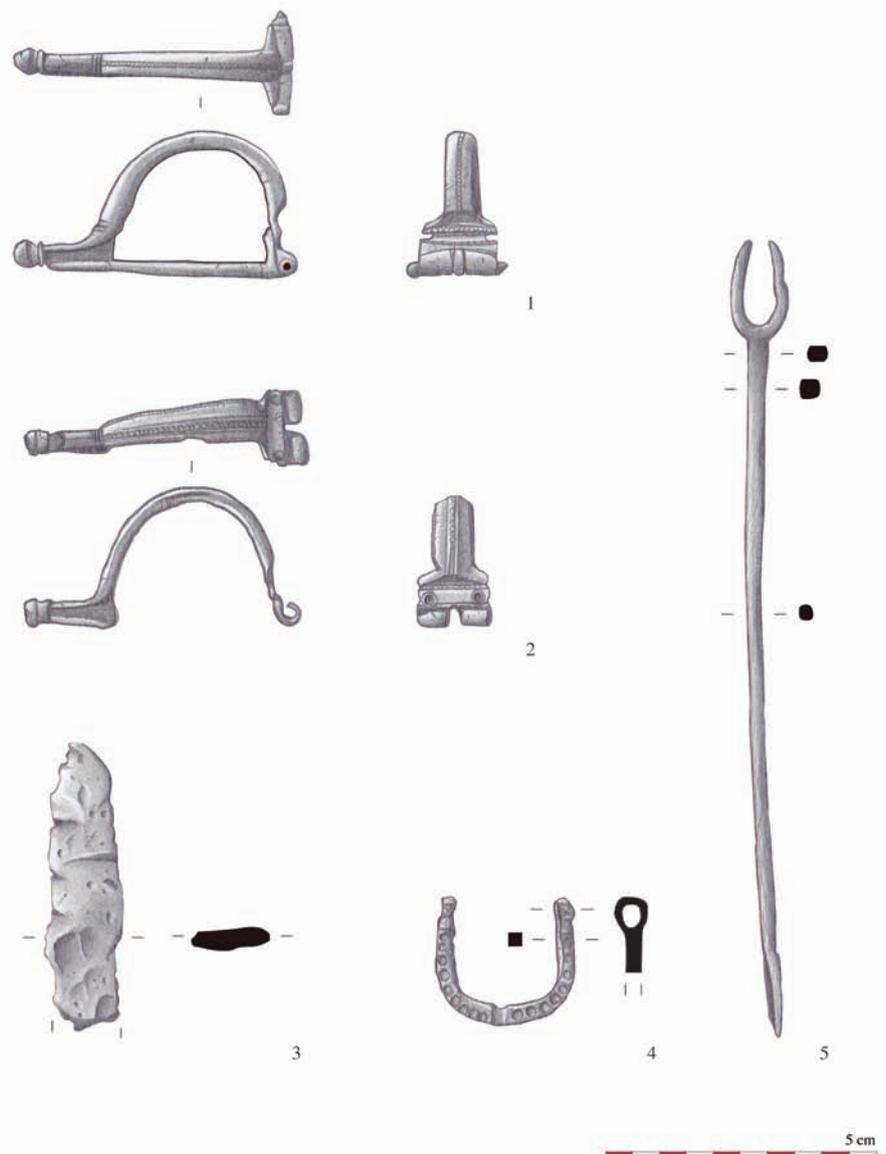


Figura 10
Metais: 1-2: Fíbula tipo Aucissa; 3: lâmina de faca em liga de ferro; 4: arreio de cavalo em liga de cobre; 5: laçadeira em liga de cobre

5. Algumas considerações finais

Sob a designação de *castella* foram contabilizados no Baixo Alentejo, pelo Dr. Manuel Maia, 20 monumentos (Maia, 1986). Assim, registou-se no concelho de Castro Verde: os Castelos da Amendoeira, de Caminha, de Vale de Mértola, da Chaminé das Cabeças, dos Namorados, dos Almarjões e o Castelinho dos Mouros. No concelho de Almodôvar: os Castelos dos Mestres, de Almodôvar, dos Gorazes, do Cerro do Malhão Largo e da Caiada Velha; e em Mértola: os Castelos da Fonte Santa, da Quintã de Dona Maior, do Castelejo, do Papa Leite e do Monte Manuel Galo. Neste grupo o autor contabilizou, igualmente, o Castelo das Juntas, cujas características e cronologia de fundação, mais antiga, não se poderá incluir neste inventário, além dos *castella* na região algarvia: Castelinho dos Mouros e o Castelo de Alcaria Cova, em Alcoutim.

Da lista acima referida, o investigador levou a cabo a escavação “... quase integral...” de dois deles –Monte Manuel Galo e Castelinho dos Mouros-, tendo realizado “...sondagens...” em quatro –Castelo de Vale de Mértola; Castelo da Amendoeira; Castelo dos Namorados e Castelo da Chaminé das Cabeças (Maia, 1986).

Apesar das vicissitudes de cada caso e ainda que não se possa falar de um modelo unitário extrapolável, é notório o que se pode designar de um mesmo “ar de família” entre os diversos sítios integrados na categoria de *castellum*. Em termos arquitectónicos são sempre construções em alvenaria de planta rectangular (que não excedem os 15 metros de largo), com o corpo central no topo da elevação, a que se associam outras construções em sucessivas plataformas artificiais e muradas. O interior do recinto central é subdividido de forma tripartida, com duas alas laterais compartimentadas e um corredor comunicante, ao centro. Actualmente conhecem-se quatro plantas, a saber: a do Castelo do Monte Manuel Galo, a do Castelo dos Namorados, do Castelo da Chaminé das Cabeças e do Castelinho dos Mouros (Maia, 1986). Será de destacar, como diferenças mais evidentes, a dimensão do *castellum* dos Mouros, ligeiramente mais pequeno e a aparente subdivisão do dito corredor no Castelo dos Namorados, criando um espaço de menor dimensão e forma rectangular. Ainda que, e neste caso em específico, não tenhamos como certo que este fosse o projecto arquitectónico original, devendo equacionar-se a hipótese de se tratar de um acrescento mais tardio. De qualquer forma constata-se, entre as plantas conhecidas (quatro, reforce-se) alguma homogeneidade não só na arquitectura como no tipo de enquadramento paisagístico escolhido para a sua implantação, ou, por exemplo, nos materiais utilizados na construção das respectivas estruturas positivas e horizontais.

Os ditos *castella* do Baixo Alentejo parecem corresponder a um novo modelo de implantação territorial, conhecido e especialmente concentrado nas regiões de Castro Verde e Almodôvar⁶. Esta nova forma de ocupar o espaço consubstancia-se, genericamente, no aproveitamento de pequenas elevações, sempre próximas de linhas de água (afluentes do Guadiana, como a Ribeira de Cobres ou de Oeiras), quase sempre com bom domínio visual e, presumivelmente, com razoáveis condições de defesa, ainda que os cerros escolhidos nem sempre sejam os de maior altitude na envolvência.

O Monte Manuel Galo carece das melhores condições de implantação passíveis de lhe conferirem boas condições de defesa e domínio visual em todos os quadrantes. De salientar que pelo lado Sul-Sudoeste o sítio não tendo grande desnível também não possui a continuação do perímetro das plataformas atrás descrito. Parece claro que nem a limitação do sítio nas diferentes cinturas pétreas, nem a escolha do cerro podem ser linearmente associadas com técnicas defensivas no sentido bélico do termo. O próprio espólio não

encerra em si nenhum marcador claro de confronto belicista, pelo que a funcionalidade do (s) sítio (s) deste tipo no Baixo Alentejo terá que se relacionar com outros factores, que se mantêm, ainda, difíceis de apurar. No entanto, e com isto não colocamos de parte a ideia de na origem se relacionarem com a necessidade de controlo e protecção do território rural do que será a futura província da Lusitânia. A feição arquitectónica destes edifícios e o termo latino escolhido pelos investigadores para os designar associa-se ao mundo militar, de conflito. Na segunda metade avançada do século I a.C. (e estes sítios não recuam de forma alguma a momentos anteriores) todo o Sul peninsular deveria estar pacificado, pelo que mais uma vez, esta noção e associação a um espaço e tempo em efectiva convulsão choca num aparente contra censo, dado o intervalo cronológico da (s) sua (s) edificação (ões). O que não implica que os efeitos dos episódios conturbados decorrentes das guerras entre César e Pompeio em território hispânico não se tenham repercutido, até bem tarde, num clima de incerteza, o que associado ao plano de estabilização do Império e reorganização do espaço provincial em finais do século I a.C., tenha dado lugar a estes ensaios em áreas há muito pacificadas mas, a exigir o reconhecimento e a articulação efectiva com um território ainda não totalmente consolidado.

Não se conhecem paralelos no período que antecede a romanização do Sudoeste para este tipo de construções o que reforça a singularidade das mesmas. São, portanto, edifícios romanos sem ligação ao mundo indígena, o que também é observável no espólio recolhido e por isso incontornáveis nas abordagens à ocupação e apropriação romana do território do Sudoeste peninsular.

A ausência de níveis pré romanos, não só verificável no caso aqui descrito mas igualmente nos restantes *castella* do Baixo Alentejo, associado ao quadro de importações (*supra* descrito, ainda que de forma sumária e preliminar) coloca em evidência a ocupação do cerro do Monte Manuel Galo por uma população perfeitamente romanizada e integrada nos circuitos comerciais de finais da República aos finais do século seguinte. Em meados do primeiro século da nossa Era o sítio parece perder a importância e pujança do período imediatamente precedente. Esta dinâmica estará, em nosso entender, intrinsecamente conectada com a função inicial destes edifícios, que no decorrer da 2ª metade do século I d.C. já se não deveria adequar à nova realidade económica, produtiva e social provincial. De tal forma que parece assistir-se a um ajuste de alguns, como o Castelo dos Namorados, por forma a integrar-se no novo tecido produtivo romano, enquanto outros serão definitivamente abandonados.

De momento não arriscamos a definição de uma funcionalidade ou funcionalidades específicas para este tipo de sítios, mas parece certo que o desígnio da sua construção não se mantêm presente ao largo do século I d.C. Em todo o caso, e independentemente das *nuances* cronológicas, funcionalidades atribuídas, tipologia ou nomenclatura postadas na bibliografia peninsular, povoar a paisagem de pequenos pontos é certamente estratégico e extensível a outras regiões, como seja o Alto Alentejo (Mataloto, 2002).

O sítio não se esgota em si mesmo e tem de ser enquadrado segundo uma perspectiva de análise do território e da paisagem num confronto com os dados de outros sítios com ocupações coevas nesta área geográfica baixo alentejana. O Monte Manuel Galo deve ser lido, então, não só a passo com a análise dos restantes *castella* conhecidos na região, mas à luz de uma rede de povoamento mais alargada e diversificada na sua forma, como sejam as *villae* com ocupações augustanas da Courela das Antas, ou Horta da Apariça, na Vidigueira (Fabião, 1997, p. 247), ou a *villa* romana das Neves, em Castro Verde (Maia e Maia, 1996),

a título de exemplo. A convivência cronológica de algumas destas novas estratégias de ocupar o espaço durante o primeiro século da nossa Era põe em evidência a diversidade de possibilidades de povoamento e poderá explicar algumas destas problemáticas.

O sítio do Monte Manuel Galo assume, assim, importância na compreensão da transição entre o mundo tardo republicano e o Alto Império num mundo rural em mutação e construção, reflectindo uma estruturação territorial padronizada de fundo romano.

BIBLIOGRAFIA:

- AGUAROD OTAL, C. (1991)** – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- ALARCÃO, J., CARVALHO, P e GONÇALVES, A. (2010)** – A arquitectura do Castelo da Lousa. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P e GONÇALVES, A. (coords.) (2010) *Castelo da Lousa: intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. (Studia Lusitania). Mérida, p. 37-64.
- ALARCÃO, J., DELGADO, M., MAYET, F., ALARCÃO, A. e PONTE, S. (1976)** – In ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., (eds.) - *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris: Diff. E. de Bocard.
- ALVES, C., MATALOTO, R., SORIA, V. (no prelo)** – As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no Sul do território actualmente português. *II Congresso Internacional da SECAH – EX OFFICINA HISPANA*. Braga, de 3 a 6 de abril de 2013- no prelo
- AMORES CARREDANO, F., KEAY, S. J. (1999)** – Las sigillatas de imitación tipo Peñaflores o una serie de Hispánicas Precoces. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., eds. - *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a M. Ángeles Mezquíriz*, Jaén/Málaga: Universidad de Jaén/Universidad de Málaga, p. 235-252.
- ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2003)** – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. 6:1, p. 235–286.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2004)** – Les mortiers de l’Alcáçova de Santarém (Portugal). *SFECAG, Actes du Congrès de Vallauris*, p. 341-349.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011)** – Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas emeritenses. *Zephyrus*. LXVII, p. 161-170.
- FABIÃO, C. (1997)** – A Romanização do actual Território Português. In Mattoso, J. (coord.) *História de Portugal: Antes de Portugal*. Editorial Estampa. Lisboa. 1, p. 191-265.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011)** – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco. De los envases hispanos del siglo I a.C. un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *Spal*. Sevilla. 20, p. 185-283.
- LOPÉZ MULLOR, A. (1981)** – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- MAIA, M. (1973)** – Relatório da segunda campanha de escavações no Castelo do Manuel Galo, Mértola.
- MAIA, M. (1974a)** – 1ª Campanha de Escavações Realizada no Cerro do Castelo do Monte Manuel Galo (Mértola). Uma possível Fortaleza Romana. *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*. AAP. Lisboa. Vol. 2, pp. 139-155.
- MAIA, M. (1974b)** – Fortaleza Romana do Monte Manuel Galo (Mértola). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*. Porto. Vol. 1, pp. 325-333.
- MAIA, M. (1986)** – Os Castella do Sul de Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 27, pp. 195-222.
- MAIA, M. (1987)** – *Romanização do território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e interação sócio-cultural 218-14 d.C.* Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: mimeografado.
- MAIA, M.G.P. (1974)** – Notas sobre a “Terra Sigillata” do Manuel Galo (Mértola). Enquadramento cronológico. *Actas das II Jornadas Arqueológicas. (Lisboa, 1972)*. AAP. Lisboa. Vol. II, p. 157-174.
- MAIA, M.G.P. e MAIA M. (1996)** – Arqueologia do Couto Mineiro de Neves Corvo. In REGO, M., ed. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal. p. 83-93.
- MAIA, M.G.P. e MAIA M. (1996)** – Os castella do Sul de Portugal e a mineração da prata nos primórdios do Império. In REGO, M., ed. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal. p. 60-81.
- MATALOTO, R. (2002)** – Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 5:1, p. 161-220.
- MAYET, F. (1975)** – *La céramique a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Bordéus. Centre Pierre/CNRS. Paris.
- OXÉ, A. ; COMFORT, H. ; KENRICK, P. (2000)** – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of italian sigillata*. Second edition completely revised and enlarged. Antiquitas. 3:41. Bonn: Rudolf Habelt GmbH.
- PAÇO, A. e LEAL, J.B. (1965)** – Castelo de Lousa, Mourão (Portugal). Una fortificación romana de la margen izquierda del Guadiana. *Archivo Español de Arqueología*. 39, p. 167-183.
- PEDRONI, L. (2000)** – Produzione e diffusione della ceramica calena “media”: problemi e ipotesi di lavoro. In AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. e GUITART DURAN, J. (coords.) *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona, (Empúries 1998). Mataró: Museu de Mataró / Museu de Catalunya (Empúries) / Universitat Autònoma de Barcelona. p. 149-176.

PEREIRA, G. (1897) – Notas d'Archaeologia – Montes fortificados da Cola e Castro Verde. Évora.

PIMENTA, J. (2013) – A arquitectura do Monte dos Castelinhos. In PIMENTA, J. (coord.) - *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo*. p. 31-42.

VASCONCELOS, J. L. (1933) – Excursão pelo Baixo-Alentejo. *O Archeólogo Português. (1930.1931)*. Lisboa. 29, p. 230-246.

Viegas, C. (2003) – *Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.

VILLAS-BOAS, Fr. M. do C. (1813) – *Graças Concedidas por Christo no Campo de Ourique Acontecidas em Outros Tempos, e Repetidas no Actual Conformes aos Desenhos de suas Idades*. Lisboa. Impressão Régia.

Fontes:

VITRÚVIO, M.L. *Los diez libros de arquitectura* (tradução de) Blánquez, A. Gabriel (2000) – Editorial Iberia, Barcelona

Carta Militar Portuguesa 1:25 000, folha n° 565

NOTAS

- ¹ Bolseira da FCT. UNIARQ.
- ² É importante referir que as observações em seguida efectuadas resultam, não só dos dados já publicados sobre o sítio como da leitura e interpretação dos cadernos de campo, gentilmente disponibilizados pelo Dr. Manuel Maia.
- ³ Informação oral, gentilmente cedida, pelo responsável das intervenções Dr. Manuel Maia.
- ⁴ As pastas de alguns exemplares encontram-se sobreaquecidas pelo que é, manifestamente, difícil apurar os seus constituintes não plásticos.
- ⁵ Queremos aqui agradecer a cedência dos dados preliminares referentes ao estudo em curso efectuado pelo Dr. Rui Roberto de Almeida, a quem pertence a autoria das classificações anfóricas mencionadas neste artigo. O conjunto anfórico do Monte Manuel Galo é, então, parte integrante no projecto de doutoramento intitulado: “Ex Baetis ad Occidentem. O comércio marítimo de alimentos desde o Guadalquivir para a Lusitânia (séculos I a.C. – V / VI d.C.)”
- ⁶ importa salientar que o quadro de dispersão destes sítios pode na realidade ser apenas reflexo da geografia das investigações

S.I.R.A.¹ Reflexiones sobre la normalización en el estudio de cerámicas procedentes de excavaciones arqueológicas

ANDRÉS MARÍA ADROHER AUROUX² DEPARTAMENTO DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGÍA, FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS, CAMPUS UNIVERSITARIO DE CARTUJA, 18071, GRANADA, AADROHER@UGR.ES

Resumen

La gran cantidad de datos que genera un estudio arqueológico, sea en trabajos de campo o de laboratorio, deben ser gestionados desde un aparato de protocolos claramente definidos y ordenados, suponiendo el registro en sí un primer nivel básico en la recogida de esos datos. Ese primer nivel de documentación sólo puede ser tramitado a través de bases de datos, elaboradas con cualquiera de los programas actualmente existentes en el mercado. Las hojas de cálculo, muy válidas para otras labores, no están pensadas para este tipo de documentación, siendo mucho menos versátiles en su aplicación de ordenación y búsqueda, por mucho que lo sean en el ámbito de la generación de nuevos datos, al igual que sucede con los programas propiamente estadísticos.

Ofertando completar este ámbito aparece S.I.R.A. (Sistema Informatizado de Registro Arqueológico), una propuesta para entornos PC y Mac, que solventa los problemas de protocolos con una base de datos muy completa que incluye dos grandes aportaciones respecto a otras existentes en el mercado: el usuario de compañía de bibliotecas de consulta que eliminan el uso de las engorrosas fotocopias y publicaciones sobre la mesa del laboratorio y las respuestas, generadas automáticamente mediante persianas desplegadas y muchas veces retroalimentadas, no están codificadas por lo que se ahorra tiempo y espacio en las guías de uso y codificación de otros sistemas de registro.

Uno de los módulos más desarrollados de S.I.R.A. es precisamente el de los protocolos de clasificación y estudio tipológico y cuantitativo de las cerámicas en época protohistórica y clásica.

Summary

The large amount of data generated by an archaeological study is fieldwork or laboratory should be managed from a device clearly defined and ordered protocols, assuming the log itself a first basic level in collecting these data. That first level of documentation can only be processed through databases, made with any of the existing market programs. Spreadsheets, very valid for other tasks, are not intended for this type of documentation, being much less versatile in its application of sorting and searching, however much they are in the field of generation of new data, as happens with proper statistical programs.

Offering complete this field appears S.I.R.A. (from the spanish, Computer System Archaeological Record), a proposal for PC and Mac environments, it solves the problems of protocols with a comprehensive database that includes two large contributions relative to other currently on the market: the user accompanied by reference libraries eliminating the use of cumbersome photocopies and publications on the lab bench and answers, automatically generated via pull-down blinds and often fed back, are not coded thereby saving time and space in the guides and coding of other systems log.

One of the modules developed by S.I.R.A. it is precisely the protocols and typological classification and quantitative study of protohistoric and classical pottery.

1. Introducción

Quizás el mejor comienzo para la explicación de una aplicación informática destinada a la normalización del registro arqueológico, sea la frase con la que empezaba Michel Py en la presentación de una de las primeras versiones del ya conocido SYSLAT: “ni dogma ni modelo” (Py 1991: 5).

Ambos conceptos, dogma y modelo, van en detrimento de la idea de búsqueda y aportación de conocimiento que se le presupone a cualquier disciplina. El dogma es impuesto, por tanto contrario a la discusión y en consecuencia va en perjuicio de la superación; mientras que un modelo provoca la asunción voluntaria de una serie de principios, limitándose a imitarlos o reproducirlos (como dice la primera acepción del diccionario de la Real Academia de la Lengua española) y, por tanto no se activa capacidad crítica alguna respecto al “arquetipo”.

También al margen de ambos conceptos hemos logrado que se sitúe S.I.R.A.

Desde las críticas de la sociología al modernismo (Latour 1991) y la superación de lo que en su momento se dio por llamar Nueva Arqueología que no consiguió abrirse paso como consecuencia de su incapacidad para prevalecer sobre una arqueología tradicional sin desviarse del objeto de la disciplina (Gándara 1980), se ha producido un fenómeno sobre el que ya nos puso sobre aviso algún investigador: “Si no queremos que las aplicaciones informáticas en arqueología se conviertan en una disciplina de elite, deberemos desarrollar un enfoque pragmático a la tecnología, con el objetivo de encontrar una manera arqueológica para ciencias de la computación, y no una manera computacional para la arqueología. Encontrar un correcto compromiso en el proceso de adquisición de conocimientos sobre herramientas digitales debe convertirse en uno de los principales puntos de reflexión, así como en el debate dentro de la gran área de aplicaciones informáticas en arqueología”² (Francovich *et alii* 2003: 150).

De hecho, nadie en puridad, puede negar que hoy en día seguimos confundiendo objeto y herramienta dentro de nuestra disciplina, en un campo en el que, además los saltos al ámbito de la teoría sin estar respaldados por la evidencia arqueológica, son muy abundantes (Parikh, Hall 2012). Esto puede estar en la base de que haya cada vez más fracturas, incluso de orden epistemológico, entre las diversas subdisciplinas, elevando un muro teórico que cada vez parece separar más arqueología, arqueometría, arqueografía, etc., agravándose la situación si tenemos en cuenta el papel que últimamente está jugando la emergente arqueología experimental con fuertes críticas al hiperrelativismo, mal entendido, donde subyace cierto positivismo latente (Morgado, Baena 2011).

Sin embargo, entre todos los avances que han afectado de una forma u otra a la teoría arqueológica, la estructuración adecuada y ulterior desarrollo del concepto de contexto supuso un salto cualitativo de gran magnitud, llegando a constituir el debate central de toda una tendencia denominada Arqueología Contextual (Hodder 1987; Barrett 1987; Ruiz Rodríguez *et alii* 1988). No nos vamos a extender aquí acerca de los múltiples problemas ocasionados por el uso de dicha nomenclatura, lo que nos desviaría del eje de nuestro discurso, que *γ* es la utilización del contexto en cuanto que herramienta.

Desde este punto de vista en calidad de herramieta, para la mayor parte de la arqueología, el contexto se define como algo fijo, inamovible; sin embargo se alzan voces en contra, como quien considera que los objetos se entienden como producto de la constante evolución de sus relaciones contextuales (Jones 2002: 19); posiblemente el origen del problema, entre estas dos posturas, se sitúe en la confusión entre un contexto cambiante en su origen (contexto sistémico) y un contexto fijo en el momento de su descubrimiento (contexto arqueológico) pero que ha sido fruto de cambios formativos y postdeposicionales que lo han configurado como lo documentamos en cuanto evidencia arqueológica.

En todo caso, nada es estático porque la realidad, en cualquiera de sus formulaciones, tampoco lo es. Pero, en el proceso de investigación, por la propia configuración del mismo, lo cambiante se convierte en estático, para, de esa forma, poder analizarlo. La Arqueología se mueve, en cuanto conocimiento empírico, en los mismos parámetros que se pueden detraer alternativamente, de la relación de indeterminación de Heisenberg (principio de incertidumbre) y la paradoja de Schrödinger; sin embargo tenemos que describir para poder conocer, y al describir cercenamos parte de la realidad, y precisamente la que más sufre las consecuencias de este proceso es el concepto de cambio; para ello el ser humano ha desarrollado la categoría de tiempo, pero, como toda categoría, ésta no deja de ser un constructo cultural.

En resumen, los dos problemas que nos encontramos cuando describimos la realidad son, la pérdida de la idea de cambio constante (incluso cuando interactuamos con ella para conocerla) y la creación de constructos culturales en los que basar el simple hecho del conocimiento en sí. Pero una vez que asumimos estos puntos de partida, podemos empezar a desarrollar sistemas de trabajo que permitan la contrastación de los datos que elaboramos mediante la percepción y descripción de las evidencias.

Llegados a este punto, no queda más salida que asumir la necesidad de creación de protocolos que homogenicen los discursos y procesos analíticos y permitan la interacción entre las diversas realidades; desde un punto de vista meramente arqueológico, es necesario establecer protocolos que establezcan puentes entre los resultados para que éstos puedan ser comparados entre dos o varias excavaciones, prospecciones o estudio de materiales. De este modo se crearían generalidades que permitirían la contrastación de los datos obtenidos independientemente del grupo de trabajo que los hubiese generado. Negar el desarrollo de esta opción supone negar el futuro de la investigación arqueológica. Debemos trabajar por establecer unos mínimos comunes denominadores para que todos podamos entender el alcance de ciertas expresiones y convirtamos nuestros esfuerzos en un resultado cien por cien útil.

Por ejemplo, ante la frase “el porcentaje de tal clase cerámica es un 20 % inferior al porcentaje de tal otra clase”, pueden surgir múltiples dudas que no son fáciles de expresar, ya que la mayor parte de las publicaciones adolecen de un capítulo introductorio donde se explique de forma clara y distintiva, los protocolos que se han utilizado durante el proceso de captación y elaboración de datos empíricos y analíticos, en definitiva, las premisas conceptuales y metodológicas por las que han decidido organizar su trabajo ¿Qué significa en esa frase la palabra clase? ¿Y qué valor se ha contabilizado en cada clase para poder establecer una correlación entre varias de ellas: número de fragmentos, peso, número mínimo de individuos?

Item más, no son pocas las ocasiones en las que podemos comprobar que un término, considerado suficientemente fijado por la tradición académica, como puede ser el de Número Mínimo de Individuos empleado en cuantificación cerámica, se aplica distintamente según el investigador. En un recorrido por la historiografía podemos encontrar, por ejemplo, cómo según el autor que referenciamos, dicha cuantificación se realiza de una forma u otra, impidiendo, en consecuencia, que se puedan comparar resultados de distintas procedencias.

Así pues, ante esta perspectiva que nos queda esbozada con los ejemplos anteriores, resulta del todo necesario seguir reivindicando y trabajando por establecer unos protocolos básicos y asequibles que se puedan cumplir sin mayor complicación por parte de cualquier investigador o profesional con un mínimo de experiencia en la documentación, registro y gestión básica de la evidencia arqueológica.

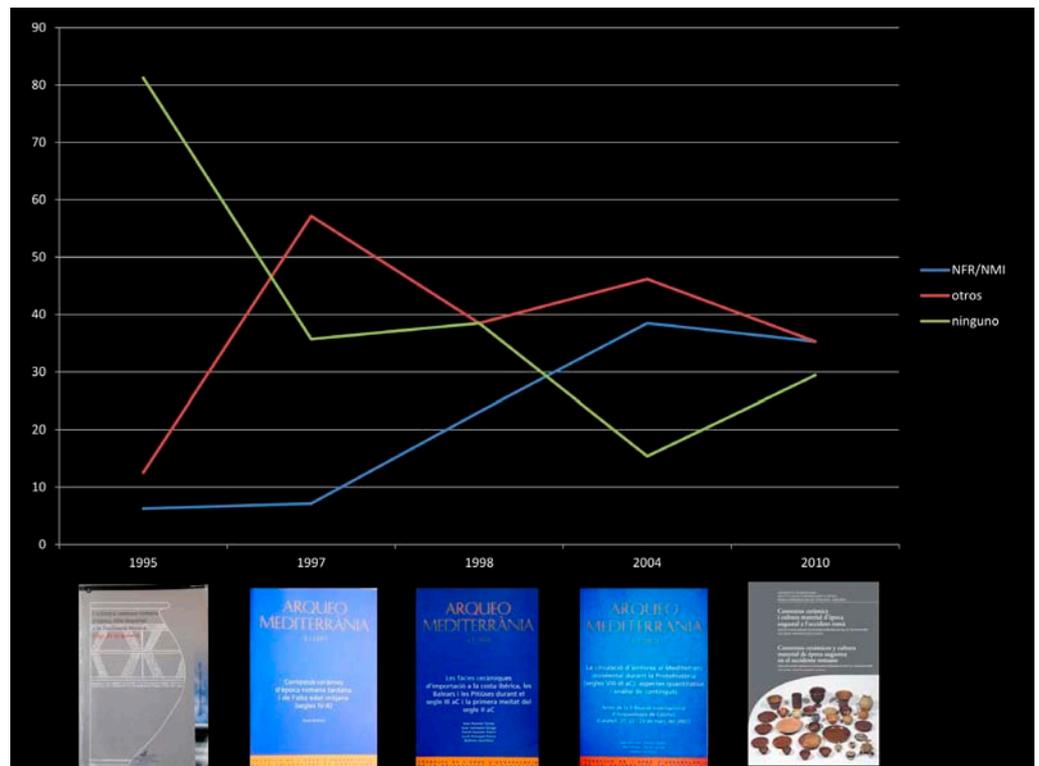
Desde los años 80, la informática entró a formar parte de la labor cotidiana del trabajo de investigación, también en el ámbito de las denominadas ciencias sociales. En el caso concreto de la Arqueología, surgirá a partir de la fase procesualista de su desarrollo como disciplina, la Arqueología Computacional, con tal importancia como herramienta que en 1990 nace la revista *Archeologia e Calcolatori*, publicación del *Centro Nazionale di Ricerca* italiano, una de las más veteranas revista europeas en esta línea.

Una de las consecuencias más importantes de la implicación de la informática en los trabajos arqueológicos, fue el desarrollo de numerosos sistemas de registro arqueológico como SYSLAT, ArcheoDATA, SIAA, AGEA, SatiGaph, ArchEd, Stratify, Lusitania, SIA+, Registro de la Información en Intervención Arqueológicas, DIACRON, B.O.I.R.A., ARK, VRC, ArcheoOS, ADRA o TooWaste de Ayco, más aquellos que carecen de nombre pero han sido desarrollados a partir de alguno de los anteriores; aunque no vamos a entrar en ello, en este apartado cabe enumerar también el desarrollo de los Sistemas de Información Geográficos aplicados a la Arqueología³. Lamentablemente ninguno de estos sistemas de registro han logrado hacer universales sus protocolos de trabajo, tal vez porque cada uno de ellos ha surgido de un equipo interdisciplinar siempre sujeto a parámetros condicionados por un proyecto de investigación más o menos específico, o bien sus métodos han tenido poca difusión o han resultado de difícil aplicación; quizás se pueda considerar una excepción por su destacada difusión SYSLAT, uno de los sistemas más extendidos, conocidos y referenciados, con más años de experiencia a sus espaldas.

Con la idea clara desde su génesis, apartando sus perspectivas de aquellas dos nociones antítesis de cualquier disciplina científica, (“ni dogma, ni modelo”), y entre toda esta vorágine de Sistemas de nueva creación, se sitúa S.I.R.A., afiliado inicialmente a SYSLAT, cuyos primeros objetivos se centraron en superar los problemas que la adopción de éste suponían en nuestro medio: el idioma y los obstáculos derivados de la especificidad de su uso en el entorno de los antiguos computadores de sistema Apple, los MacIntosh; ambos escollos quedan resueltos a día de hoy, en mayor o menor medida.

No vale la pena entrar más en su origen y características generales, suficientemente explicitadas en publicaciones anteriores (Adroher 2010; en prensa); aquí nos centraremos solamente, dadas las características de esta publicación, en un aspecto del sistema relacionado específicamente con la clasificación y el estudio tipológico de conjuntos cerámicos extraídos durante una excavación arqueológica.

Figura 1
Principales congresos peninsulares sobre cerámica publicados en los dos últimos decenios; comparativa sobre el uso de sistemas de cuantificación explicitados en el texto (elaboración propia)



2. Principios y protocolos

El desarrollo de unos protocolos de estudio de materiales cerámicos es absolutamente necesario, especialmente cuando deben gestionarse grandes cantidades de datos susceptibles de una posterior interrelación.

Cuando nos enfrentamos a un estrato, considerando éste como la unidad básica e indivisible del registro arqueológico, el material propio del estrato forma parte de dicho registro, y como tal debe ser documentado. En un segundo nivel de nuestro trabajo podemos proceder a la gestión de carácter interpretativo, que corresponde con la interrelación de datos procedentes de diversas analíticas, en este caso de carácter estadístico, que optimicen las diferencias entre distintos materiales de modo que nos permitan reconocer ciertos patrones de comportamientos en los mismos.

Por tanto, esa unidad indivisible (el estrato) es el contexto dentro del cual debemos mover cualquier variable que seamos capaces de crear a partir del material. El objetivo prioritario de una excavación es reconstruir la historia del yacimiento arqueológico (por eso las excavaciones se describen de arriba hacia abajo y se interpretan de abajo hacia arriba), tanto de sus procesos formativos como transformativos. Por tanto, la correcta documentación del registro arqueológico precisa de una clara diferencia entre descripción e interpretación. Eso hace absolutamente necesario describir lo que tenemos, lo que es simplemente:

se trata de contar en cuanto a enumeración (características formales y materiales), no en cuanto a interpretación. Así conseguiremos un dato primario, obtenido de la observación directa de la evidencia, y no a través de una analítica; de aquí surge la cuantificación del número de fragmentos y del peso.

Posteriormente deberemos crear sistemas que nos permitan homogeneizar este dato respecto a su propia naturaleza y además interrelacionarlo con otros datos elaborados en condiciones semejantes dependiendo de las circunstancias. Surgen entonces los sistemas secundarios de cuantificación, es decir, los que desarrollan un cierto nivel interpretativo en su propia naturaleza, y que implican normalizaciones estadísticas más complejas, entre los cuales se encuentran: número mínimo de individuos (Arcelin, Arcelin-Pradelle 1981), el número mínimo de individuos ponderado (Py, Adroher 1991), estimación equivalente de vasijas y equivalente de vasijas representadas (Orton 1975), densidad por metro cúbico de sedimento (Carreras 2000), entre las más extendidas.

Hay dos cuestiones que en la actualidad focalizan el problema de la cuantificación en cerámica arqueológica. El primero de ellos es el escaso interés demostrado por parte de la mayor parte de los investigadores, ya sea fruto de la escasa formación que los arqueólogos tenemos en temas de estadística, o bien porque simplemente no creen en los resultados de estas técnicas de trabajo. El segundo es que los escasos ejemplos con que contamos de publicaciones que utilizan sistemas de cuantificación, suelen sufrir una falta de explicación clara de los protocolos utilizados, o si éstos se definen, resultan no haber sido aplicados correctamente.

Dadas estas circunstancias se puede llegar a entender que en estos últimos años el tema de la cuantificación en cerámica arqueológica no ha sido objeto de muchos estudios, surgiendo serios problemas incluso a la hora de poder articular una metodología adecuada a la hora de la puesta en funcionamiento de cualquier trabajo, informe o proyecto arqueológico.

En 1998 en el entorno del yacimiento francés de Bibracte tuvo lugar una reunión con 19 investigadores que trabajaron sobre el campo de la cuantificación de cerámicas arqueológicas, todos ellos asociados de una forma u otra a la escuela francesa, donde el papel de los protohistoriadores del mediodía fue relevante especialmente en torno al yacimiento de Lattara, junto a Montpellier, que se ha ido convirtiendo en un foco de formación y un importante centro para los estudios de ceramología. El desarrollo de la reunión científica resolvió de una forma interesante, pues dio lugar a un documento firmado por la totalidad de los participantes, donde se establecían una serie de acuerdos y protocolos mínimos que permitieran avanzar en el conocimiento arqueográfico de los contextos, independientemente de su cronología (Arcelin, Tuffreaut-Libre 1998). Sin embargo no participaron ponentes que no fuesen francófonos.

Exactamente una década después, en 2008, la Escuela Suiza de Arqueología en Grecia organizaba en Atenas una mesa redonda sobre cuantificación cerámica en la Edad del Hierro (Verdan *et alii* 2011). La casi totalidad de las técnicas presentadas se aplicaban sobre contextos griegos, a excepción de una aportación sarda. Llama poderosamente la atención que si no la totalidad, sí la inmensa mayoría de los participantes mantenían una relación

directa con diversas escuelas arqueológicas de Atenas, especialmente la suiza y la británica, por lo que puede decirse que observando su formación, todos ellos forman parte del ámbito anglosajón.

De esto podemos deducir que existen en Europa fundamentalmente dos escuelas que se ocupan de los estudios ceramológicos y que apenas se miran de reojo la una a la otra; la gala y la anglosajona, sin que apenas se reconozcan mutuamente.

Los primeros apenas mencionan bibliografía de los segundos (salvo quizás a Clive Orton), e igual sucede con los segundos que ignoran lo que la escuela francesa ha aportado en las últimas tres décadas, aglutinando y formando a un amplio número de investigadores que trabajan esencialmente en el Mediterráneo Occidental, especialmente en la propia Francia, Italia y España. Es más, mientras la escuela francesa elabora sistemas que suelen ser útiles para el tratamiento de grandes conjuntos de materiales, los anglosajones desarrollan sistemas mucho más complejos, pero altamente especializados, que garantizan un estudio pormenorizado pero a la vez poco rentable a la hora de enfrentarse a ingentes agregaciones de materiales. También es cierto que cada tendencia responde a unas necesidades específicas y reales en los correspondientes trabajos de campo, sobre lo cual no ha lugar entrar en este texto.

Al mismo tiempo existen ámbitos específicos donde la cuantificación es, desde hace tiempo, una técnica objeto de diversas experiencias, especialmente en el caso de los estudios de materiales anfóricos; en España es mucho más fácil encontrar sistemas de cuantificación más o menos complejos desarrollados sobre este tipo de materiales que sobre ninguna otra categoría; de hecho la cuantificación de material teniendo en cuenta la entidad volumétrica del contexto sedimentario, fue un trabajo desarrollado por César Carreras aplicado específicamente al estudio de producción, comercio y consumo de material anfórico (Carreras 2000).

Esto nos obliga a pensar que no siempre cualquier técnica de cuantificación puede, ni debe, ser usada de forma discrecional. Existen diversos elementos que debemos tener en cuenta a la hora de utilizar un sistema u otro (Bellanger et alii 2006: 170-171) relacionados, en definitiva, con la naturaleza del registro arqueológico y su ámbito contextual:

- a. El área geográfica de estudio; la elección de centros de consumo situados en las principales redes de distribución, permiten una mayor y mejor muestra de material.
- b. La calidad y cantidad de las excavaciones a analizar; si los contextos son homogéneos y existe una mínima precisión estratigráfica se puede conseguir conjuntos seriados en secuencias bien organizadas.
- c. La selección de los conjuntos cerámicos deben organizarse en agrupaciones interpretativas semejantes, no debiendo agruparse materiales provenientes de contextos muy diversos.
- d. La selección de los tipos en los conjuntos cerámicos, de modo que exista un mínimo representativo.

En la introducción de la obra colectiva *Analysing Pottery Processing, Classification, Publication* (Horejs et alii 2010), los editores se hacen eco del problema de la diversidad del registro arqueológico, incluso dentro de un mismo yacimiento arqueológico especialmente cuando éste es objeto de una excavación prolongada en el tiempo.

“Los arqueólogos que trabajan en hallazgos de larga duración, excavaciones a gran escala, se enfrentan a problemas similares: montones de cerámicas provenientes de cientos de contextos de diversa calidad, cuando no materiales desplazados en posición secundaria, e incluso terciaria. No puede haber un enfoque generalizado ya que cada yacimiento tiene sus propias características, ya sea un simple asentamiento ocupado un par de generaciones o un verdadero tell formado por su uso durante milenios. De la misma forma, la cerámica con decoración simple, o sin ella, debe ser vista desde una perspectiva diferente a la cerámica con decoración compleja. La cerámica a mano pondrá problemas diferentes que la producción en masa de la cerámica a torno, así como los fragmentos de un hábitat deben ser tratados de otra forma que las urnas completas de un cementerio” (Horejs et alii 2010: 7)⁴.

Y terminan apostando por evitar una normalización de protocolos,

“Incluso si un modelo desarrollado para una excavación concreta no puede ser aplicado de forma directa a otros yacimientos, siempre hay algo de inspiración en los modelos utilizados por otras personas” (Horejs et alii 2010: 7)⁵.

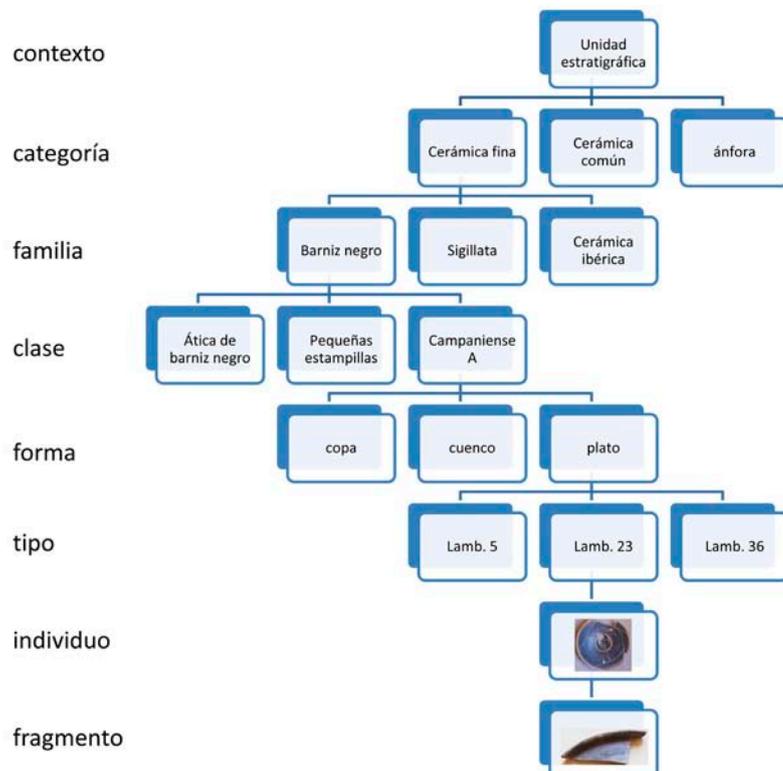


Figura 2
Organigrama de los niveles de jerarquización en el estudio de la cerámica de un contexto, desde éste hasta el fragmento (elaboración propia)

Quizás el problema de la homogenización de protocolos venga de la mano de que los objetivos que tiene cada proyecto, cada investigador, son distintos, y por ese motivo es más difícil, si cabe, ponerse de acuerdo.

Quizás por eso los protocolos que deben compartirse entre equipos deben ser básicos, ya que si se desarrollan modelos extremadamente complejos estamos interfiriendo en la libertad que ante todo debe caracterizar a la investigación científica, al conocimiento.

3. Terminología en la clasificación

La clasificación de material y el estudio tipológico de éste pueden no ir de la mano necesariamente; la mayor parte de las personas que llevan años trabajando en una zona conocen las clases cerámicas principales que se encuentran con más frecuencia en ese área aunque no hayan reparado con precisión en sus tipos ya que es mucho más complicado gestionar un estudio tipológico que precisa de una experiencia en la gestión de tipos, mucho más numerosos que las clases. Consecuentemente, para hacer un estudio tipológico es necesario controlar un mayor número de datos. Por este motivo resulta contradictorio que sea mucho más frecuente encontrar libros y artículos sobre las tipologías al uso que un manual dirigido a saber cómo distinguir dos producciones cerámicas.

Para empezar una buena clasificación de la totalidad del material procedente de un conjunto hay que establecer una jerarquía (taxonómica) en el proceso de ordenación en relación a cada agrupación que pueda permitirnos aplicar diversas técnicas y analíticas según el grado de prioridad que se establezca en dicha agrupación.

Hay pues que organizar una seriación jerárquica de agrupaciones de cerámicas desde el contexto, entendiendo éste como el conjunto cerámico que se asocia a una unidad estratigráfica, y por tanto conteniendo entidad interpretativa en relación directa con el ámbito donde se ha localizado. Así pues el contexto estará constituido por todos los restos cerámicos de una unidad estratigráfica, desde la forma completa hasta el fragmento, unidad mínima indivisible de resto cerámico recuperado en el registro arqueológico.

El contexto cerámico puede dividirse a su vez en categorías que vienen a ser unidades macrofuncionales. A ellas asociamos tradicionalmente los vasos, por ejemplo; en arqueología clásica y protohistórica suelen considerarse como tales las cerámicas finas, las comunes y de cocina, y el material de transporte (ánforas); en cerámica medieval existen diversas propuestas pero de alguna manera todas suelen contemplar almacenaje y transporte, servicio de mesa, cocina, contenedores de fuego, complementos y usos múltiples.

Desde el trabajo sobre cerámica de barniz negro de Morel de 1981, hay un término que ha quedado fijado en los estudios de ceramología clásica: es el de clase, entendida como un conjunto de cerámicas con semejanzas morfológicas y tecnológicas, procedentes de un taller o de un conjunto de talleres regionalmente relacionados entre sí. Este concepto sigue siendo completamente válido, y se ha mantenido vigente en gran parte de la bibliografía de las últimas tres décadas.

Un grupo de clases se podrían agrupar entre sí por relaciones filiales, al existir en ellas imitaciones (una producción que imita a otra), o ser consecuencia del trabajo de unos mismos artesanos (por un desplazamiento de alfareros hacia otros territorios más o menos lejanos); este conjunto de clases se denomina familia, pues tal término resalta la relación filial existente entre distintos talleres; es el caso de la *Terra Sigillata*, entendida como el conjunto de todas las producciones itálicas, galas o hispánicas y que sin lugar a duda se entienden como desarrolladas unas a partir de las otras. Lo mismo le sucede al barniz negro, familia que agrupa a las producciones áticas, las protocampanienses, las campanienses universales y a todas las imitaciones que se hayan producido independientemente de que su expansión sea local o regional.

Entre la clase y el tipo se desarrolla otro concepto, el de forma, que agrupa una serie de variables morfológicas y morfométricas, englobando diversos tipos, pero con una misma funcionalidad, por ejemplo, un plato, que puede estar, según la moda del momento, realizado con una serie de características u otras (tipos) pero que responde siempre al mismo destino en su uso.

Finalmente bajamos hasta el concepto de tipo, sobre el cual se ha trabajado mucho, sobre todo desde dos perspectivas: la interpretativa sistémica y la analítica tecnológica. Poco o nada se ha avanzado en la concepción del tipo como ideal residente en la estructura cultural que fabrica un producto dado. Insistir en esta línea indica olvidar que la arqueología es una disciplina del presente, y que todos los elementos que utilizamos para analizar los objetos que nos vienen del pasado son constructos culturales actuales. Es más conveniente considerar la definición de un tipo como el conjunto de elementos morfológicos y morfométricos que responden a parámetros suficientemente semejantes, y que implican, normalmente, una homogeneidad cronológica.

Luego existen variantes, gestos que se vislumbran en diversos aspectos técnicos dentro de un tipo pero que mantienen un reflejo relativamente fiel al mismo.

Por individuo entendemos cada uno de los vasos que han estado presentes en el contexto que se está analizando; cualquier cuantificación relacionada con la identificación del número de individuos llevará implícito aglutinar (casar) al máximo todas las piezas que coincidan, sea la fractura anterior o posterior a la recogida del material (fractura reciente o antigua)

Y en la base de todo tenemos el fragmento; sólo hay un sistema de cuantificación sobre el fragmento, y éste debe hacerse sin tener en cuenta los fragmentos coincidentes con fractura antigua (los de fractura reciente si deben unirse) ya que estamos trabajando sobre registro arqueológico, y el índice de fragmentación es un dato importante a la hora de valorar diversas características de los procesos formativos y transformativos del mismo.

En cada uno de estos niveles también debemos de considerar sus distintas particularidades para saber y decidir qué sistema es mejor en cada caso.

Por el momento, no todos estos niveles están reflejados en SIRA, ya que la variabilidad de estudios es tan grande y particular a cada caso y a los objetivos que se buscan, que dejaría de ser un sistema de gestión para convertirse en un modelo analítico de investigación pre-determinado, lo cual no siempre es positivo (vs. *supra*).

La ventaja que presenta nuestra nueva versión de la aplicación, es que el usuario elige cada categoría dependiendo de las clases cerámicas que se pueden localizar en el yacimiento, independientemente de su cronología, de modo que se pueden listar todas ellas y crear una sola ficha que de salida a la totalidad del material proveniente de la excavación; así se evitan los engorrosos modelos de fichas cronológicas donde dependiendo de la fases que se le asigna a la unidad estratigráfica hay que ir desplazándose de una ficha o a otra.

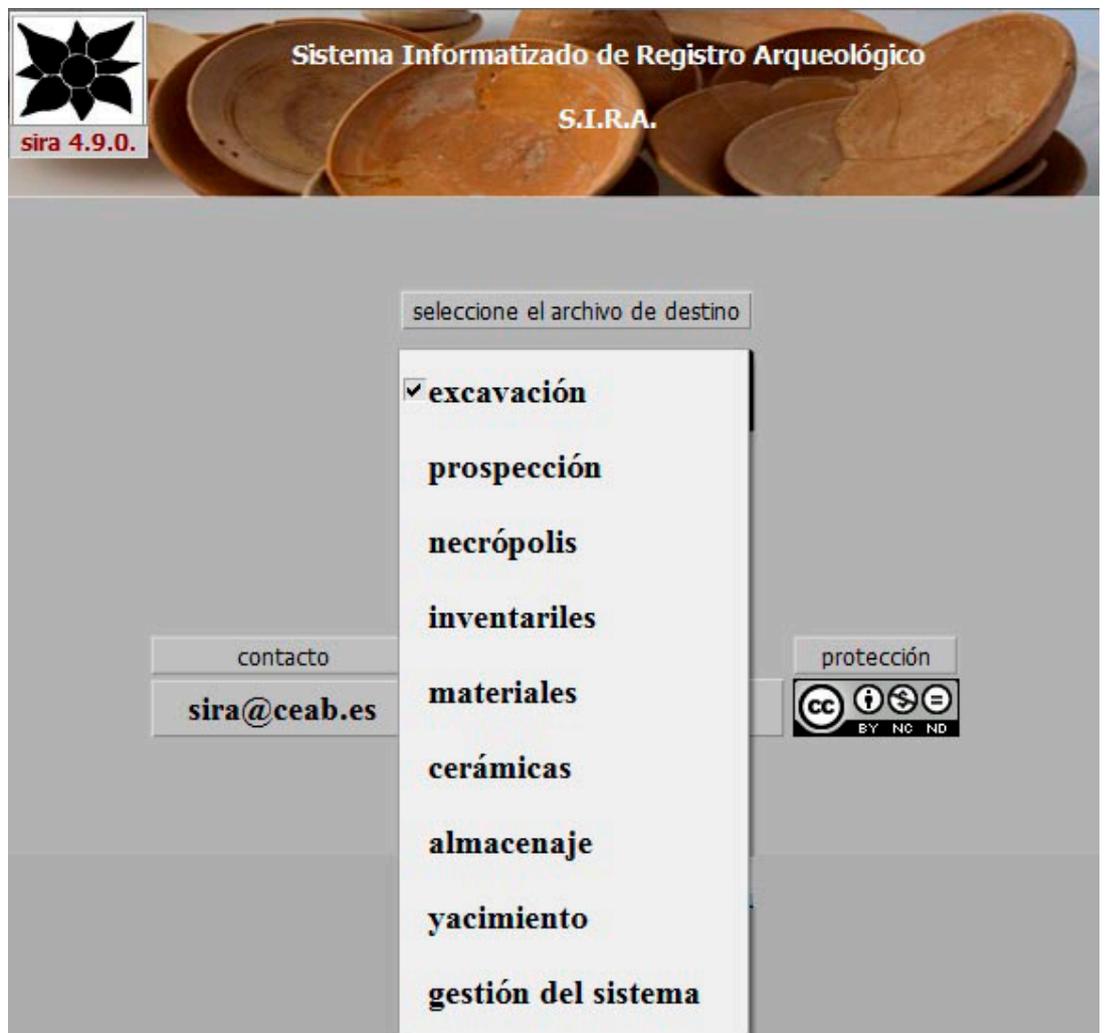


Figura 3
Arranque de la aplicación SIRA en su versión 4.9.0.; el usuario elige entre una persiana de opciones el tipo de estudio que pretende realizar (elaboración propia)

4. La cuantificación

La aplicación SIRA presenta diversas opciones de cuantificación, y su ulterior desarrollo permitirá tomar decisiones acerca de cuál utilizar dependiendo de las circunstancias, tal y como vimos en el capítulo anterior.

Para empezar, el usuario deberá tener claro los nombres de las clases cerámicas que estarán presentes en el ámbito de estudio en el que se encuentre, y asignarlas a las categorías predeterminadas (aunque pueden crearse nuevas llegado el caso); accediendo al archivo “ceramoteca clases” de la carpeta biblioteca, al abrirlo deberá solicitar mediante búsqueda la categoría que se disponga a completar, y una vez localizada dicha categoría, deberá incluir en la columna “clase” las que se considere oportunas.

Esta acción permitirá que se seleccionen en la ventana de clases cerámicas las que se necesiten, teniendo en cuenta que deberán incluirse todas las que pudieran aparecer durante el estudio; no importa si apareciese una nueva, ya que en cualquier momento se pueden incluir en los listado; basta con abrir de nuevo el archivo “ceramoteca clases”, e incluirla en la categoría correspondiente.

La ficha de cuantificación por clases da una idea general y visual de cómo se comportan las clases cerámicas, sea en una unidad concreta o sea en cualquier tipo de conjunto de búsqueda. En todo momento podemos acceder a histograma, ya sea por fragmentos o por número mínimo de individuos (ponderado según, Py y Adroher 1991); bastará con pulsar sobre el botón azul que se encuentra en la barra de cada categoría. El porcentaje de presencia de cada clase cerámica (deducido automáticamente por la aplicación) se calcula en relación a la categoría, no con el total de la unidad.

Cuando se hace una búsqueda de un conjunto de unidades (o incluso de la totalidad de las existentes) logramos una visión de este conjunto hallado pulsando sobre el botón “medias” que da acceso a una nueva ficha donde se realizan medias y medidas de dispersión (desviación típica y coeficiente de validación) que permiten interpretar el grado de homogeneidad que presentan las unidades que se están analizando.

Para cambiar los parámetros de búsqueda, volvemos a la ventana de clasificación, establecemos los nuevos parámetros, y podemos volver sobre medias para comprobar los cambios producidos. Esas medias, en consecuencia, solamente incluyen las unidades que están activas en ese momento en la base de datos como consecuencia de cualquier búsqueda que hayamos establecido. Sobre la pantalla de “medias” no podemos acceder ni cambiar ningún dato, ya que se trata de un sumario que la aplicación desarrolla de forma interna y al que el usuario no tiene acceso alguno.

A su vez, y dado el cúmulo de datos que se están visualizando en esta pantalla, encontraremos dos formas de localizar rápidamente algunas informaciones; en primer lugar se resaltan los valores del coeficiente de validación de modo que cuando éste arroja un valor muy alto (superior a 100), la casilla correspondiente automáticamente se volverá roja; eso indica que hay algún conjunto de clases cerámicas que presentan una concentración muy elevada en una o en varias unidades estratigráficas, y por tanto, esas unidades deben ser revisadas, pues se salen notablemente de la media del conjunto analizado.

Si por el contrario, el conjunto es particularmente homogéneo, este valor será inferior a 20, y la casilla correspondiente a esa clase cerámica, presentará color verde.

También en esta pantalla es posible visualizar los resultados por categorías en histogramas, pulsando sobre el botón azul de la barra de cada categoría.

En general hay que tener en cuenta que cuantas más unidades se estén analizando, más valor tendrá la muestra y en consecuencia los resultados serán mucho más fiables.

Con el objetivo de poder conocer dicho valor, se ha incorporado en la parte inferior izquierda de esa pantalla, una información para el usuario dónde se presentan los totales cuantificados por números de fragmentos y número mínimo de individuos, de modo que se pueda valorar la representatividad de la muestra analizada por sí mismo. Si el número de fragmentos es inferior a 1.000 probablemente los resultados estadísticos apenas tendrán validez, aunque sobre la validez de la muestra, tras haber consultado varias publicaciones, no parece haber ningún acuerdo.



Figura 4
Conjunto de
materiales en la
superficie de un
santuario ibérico en
Galera (Granada).
(Foto: Asociación
de Estudios de
Arqueología
Bastetana, 2010)



Figura 5
Agrupación de material-tipo presentes en un santuario ibérico, reconstrucción en el Museo Municipal de Baza (Foto: Asociación de Estudios de Arqueología Bastetana, 2008)

5. La tipología

En estos últimos años han proliferado numerosas publicaciones que tratan de dar solución a estos problemas. A diferencia de las tipologías al uso (centradas frecuentemente en una sola clase cerámica como los estudios de Terra Sigillata Hispánica de Mezquiriz de 1961, o en una familia como el caso del barniz negro de Morel de 1981), a inicios de la década de los 90 la necesidad de gestionar grandes cantidades de materiales de procedencias muy diversas, consecuencia posiblemente del incremento que tuvo lugar en España de las excavaciones arqueológicas de urgencia, provoca una necesidad de acometer estudios de materiales mucho más complejos, lo que genera el inicio de una tendencia a publicar grandes corpus que incluyeran la mayor parte de las producciones conocidas. Quizás el primer caso muy difundido sea el de Miguel Beltrán (1990), un manual que tuvo en relativo éxito en la Península Ibérica. A ésta publicación le han seguido otras tres, con semejantes características y que responden a modelos parecidos; una década y media más tarde ve la luz un nuevo ensayo (Roca, Fernández 2005), pero esta vez cada clase cerámica se organizaba bajo la responsabilidad de un especialista en la materia elegido por las coordinadoras de la publicación. Recientemente se vuelve a repetir el esquema de publicación, y un equipo editor (Darío Bernal y Albert Ribera en 2008 y 2012) coordina y unifica bajo los mismos objetivos al, hasta ese momento, mayor grupo de investigadores especialistas en diversas clases cerámicas de la Península Ibérica. En su momento estas publicaciones supusieron

la generalización y simplificación de la clasificación y de los estudios tipológicos de las distintas producciones. Pero estaban enfocadas desde una perspectiva muy formalista, sin planteamientos de partida, y, una vez más, sin unos protocolos que permitieran la adecuada versatilidad en la comunicación entre los diversos estudiosos. Ninguna de estas publicaciones está pensada o, mejor dicho, orientada, hacia la gestión informatizada de los datos, y de ahí parte la carencia de información que adolecen todas estas publicaciones. No hay propuestas fáciles y concretas que permitan establecer cronologías por tipos, o si quiera, por agrupaciones por tipos, en la mayor parte de los casos.

En este sentido hacía falta un equipo acostumbrado a trabajar con problemas concretos en un laboratorio con larga experiencia; es el caso del proyecto que en 1991 veía la luz en formato de publicación bajo la dirección de Michel Py a partir de la experiencia basada en el uso continuado de unos protocolos fijados en un sistema de registro, hoy muy extendido, SYSLAT; surgía así el DICOCER (Py 1991). Las posibilidades que ofrecía este modelo, donde cada tipo se presentaba con formato de ficha descriptiva y cronológica, tuvieron su fruto en una de las obras de referencia del comportamiento de la cerámica en el Mediterráneo Occidental y de fácil consulta (Py *et alii* 2001). Pero DICOCER tampoco estaba exento de problemas; quizás el más notorio era la baja calidad de los dibujos, lo cual, teniendo en cuenta el objetivo inicial de esa publicación, se convertía en un importante obstáculo, que, lamentablemente, no se ha resuelto por el momento.

De todas formas, en una era tecnológica e informatizada, la gestión de un elevado número de piezas exige un sistema de registro que agilice este y otros procesos. Por eso en SIRA se trabaja con la colaboración de la mayor cantidad de profesionales para que el sistema no sea fruto del trabajo de un único grupo de experiencias; la suma de investigadores y arqueólogos de muy diversas procedencias, fomenta la evolución y optimización de los procesos hasta el punto que, internamente, se pueda gestionar de formas diversas la información del material dependiendo de las necesidades del usuario.

Ante los problemas que acabamos de mencionar, SIRA presenta un sistema con bibliotecas actualizadas de cerámicas elaboradas por diversos especialistas, y abierto a la colaboración de nuevos equipos que pueden desarrollar sus propias bibliotecas añadiéndolas a las ya existentes.

La ficha de biblioteca cerámica permite clasificar tipológicamente cualquier fragmento cerámico de tipo diagnóstico, ya que ahorra tiempo y espacio, dejando de lado los engorrosos libros y fotocopias, al tener toda la documentación dentro del ordenador.

La ficha incluye: un dibujo del tipo, la nomenclatura tipológica, sus equivalencias en caso de que haya sido clasificado por diversos investigadores, una breve descripción que ayuda a reconocer la arcilla y, sobre todo, los elementos formales que permiten diferenciarlo de otros tipos más o menos semejantes, y una cronología en formato TPQ/TAQ, el cual a diferencia de los formatos por siglos (siglos II d.C.) o nominales (julio-claudio) permite un ulterior análisis de porcentajes, propuestas cronológicas al contexto, y fácil detección de problemas de intrusión y/o amortización.

En la parte inferior derecha de la ficha se incluye la referencia correspondiente a la pieza que se representa en el dibujo.

Existen igualmente opciones de campo para ubicar piezas del mismo tipo localizadas en espacios más o menos próximos al del objeto de estudio, y que sirven para orientar mejor los problemas de residualidad en contextos más modernos. En esta ficha se rellena el número de elementos diagnóstico presentes en el contexto que se está estudiando.

Tras realizar las operaciones pertinentes se pulsa sobre la imagen, y la aplicación nos volverá al fichero de estudio tipológico, habiéndose cumplimentado automáticamente los campos de tipo, forma y cronología tipológica (que no contextual, lógicamente) de la pieza.



Figura 6
Estudio de materiales
en el laboratorio
francés de Lattes
(Foto: autor, 2000)

Figura 7
Módulo de clasificación cerámica en SIRA; el usuario puede elegir las clases cerámicas presentes en todos los ficheros mediante su selección en una lista formatada persiana (elaboración propia)

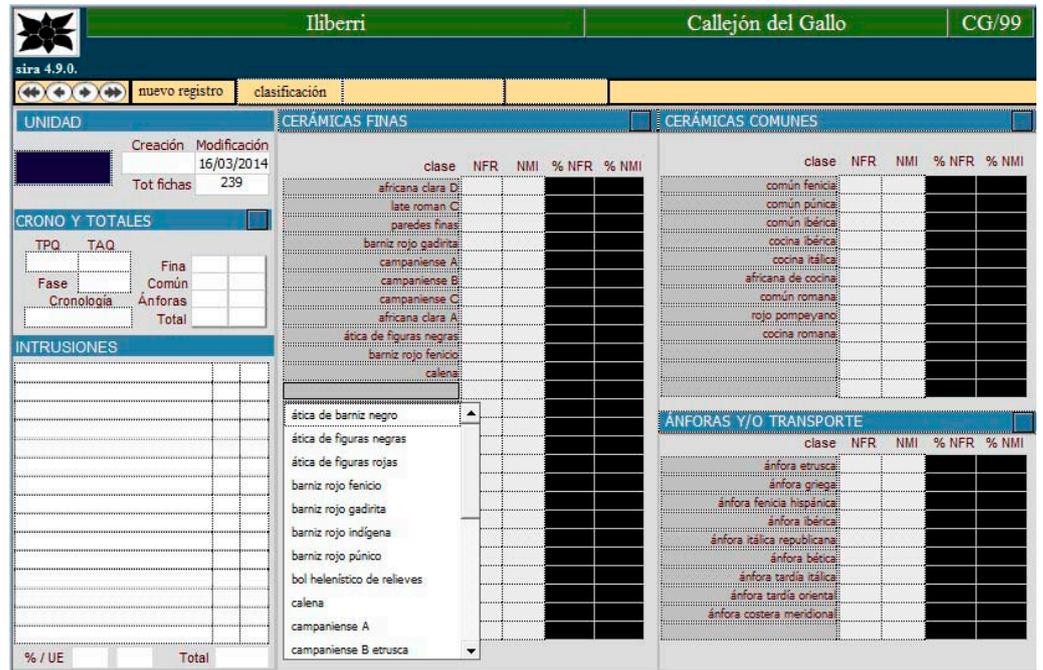
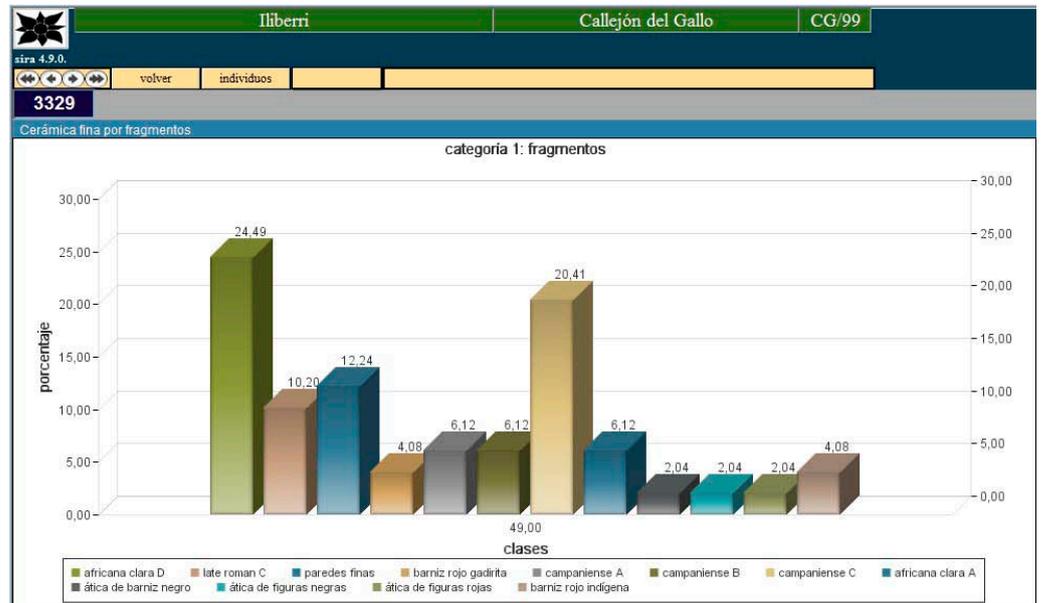


Figura 8
Módulo de clasificación cerámica en SIRA. Histograma con los porcentajes de distintas clases cerámicas en una Unidad estratigráfica determinada (elaboración propia)



6. Conclusiones

Una vez más, hemos podido presentar SIRA, no tanto en formato de manual de usuario (en ello se está trabajando) cuanto en los principios sobre los que se asienta esta aplicación, resultado de varios años de experiencia en campo y laboratorio, que aporta la suficiente versatilidad como para que cualquier usuario pueda acceder a personalizar los tipos de registro que requiera para la casuística a la que se enfrente.

SIRA es una herramienta sencilla, bastante intuitiva; sin embargo debemos seguir trabajando en una simplificación de los accesos y ventanas, pues para quien desembarca por primera vez en él, sin conocer la mapificación completa del sistema, puede resultar algo complejo empezar a dar los primeros pasos. En ese sentido, la versión 4.9.0. en la que se está trabajando ahora mismo, será más clara visualmente en esos aspectos.

Una vez que se controlan esos primeros pasos, resulta más que satisfactorio lo que el sistema puede hacer por el usuario; éste navegará con mucha fluidez entre las ventanas y botones consiguiendo utilizar los mecanismos de accesibilidad a cualquier faceta que se requiera del registro arqueológico.

No debemos olvidar que, si bien en este trabajo presentamos los módulos relacionados con las cerámicas y sus problemáticas, ésta es sólo una parte del potente paquete completo de SIRA, ya que la aplicación fue concebida inicialmente para la gestión de los datos extraídos de los trabajos de campo y su ulterior manipulación en el laboratorio; la unidad básica sigue siendo la unidad estratigráfica, y en cualquier momento podemos acceder a la información de campo que complete las características apuntadas en la información extraída en laboratorio, generándose un proceso de retroalimentación constante e indispensable, que nunca debería olvidar quien pretende trabajar en documentación e interpretación arqueológica.



Figura 9
Módulo de analítica estadística en un conjunto de unidades estratigráficas en SIRA (elaboración propia)

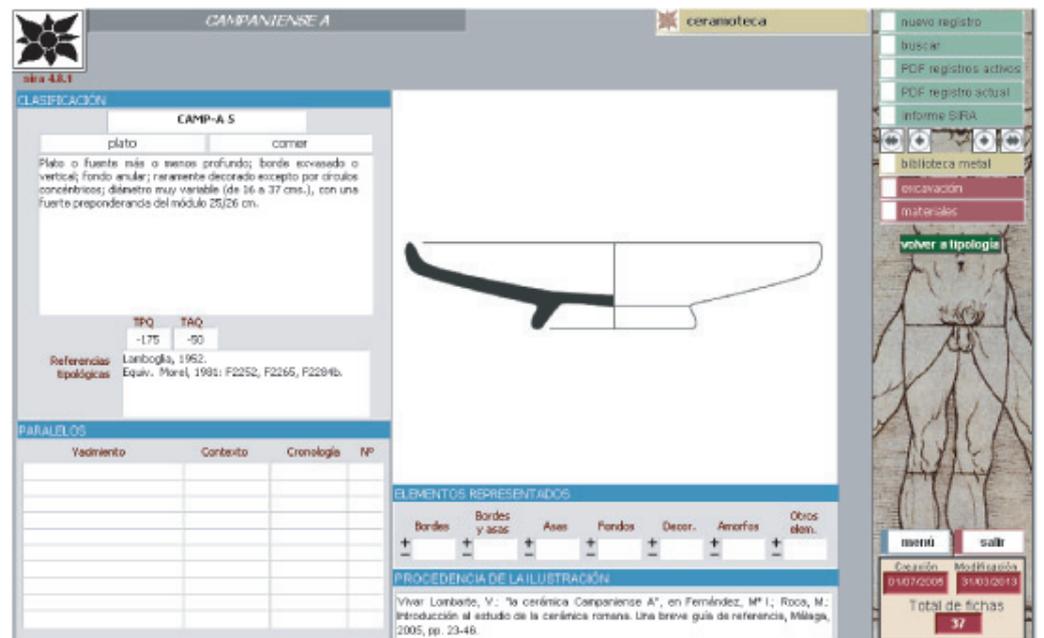


Figura 10
Ejemplo de ficha de la biblioteca de tipos cerámicos en SIRA. Este fichero ahorra tiempo y espacio en el laboratorio durante el proceso de estudio de la cerámica (elaboración propia)

BIBLIOGRAFIA:

- ADROHER AUROUX, A. M. (2010)** - Metodología de registro: el sistema SIRA. Una propedéutica”, I. Muñiz y F. Quesada (eds.): *Un drama en tres actos. Dos milenios de ocupación humana en el cerro de la Cruz (Almedinilla, Córdoba)*, *Oikos*, 2, (2010), pp. 177-186.
- ADROHER AUROUX, A. M. (en prensa)** - Propuesta de gestión de cerámica en contextos arqueológicos: El Sistema de Información de Registro Arqueológico (S.I.R.A.)”, *II Congresso Internacional da SECAH Ex Officina Hispan, As produções cerâmicas de imitação na Hispania, Braga, 2013*, en prensa.
- ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ, A.; CABALLERO, A.; SALVADOR, J.A. (2004)** - Protocolos y sistema de registro. A.M. Adroher y A. López (dirs.): *El territorio de las altiplanicies granadinas entre la Prehistoria y la Edad Media. Arqueología en Puebla de Don Fadrique (1995-2002)*. Sevilla, pp. 49-54.
- ARCELIN, P.; ARCELIN PRADELLE, C. (1981)** - Un problème de méthode: choix de données quantitatives en céramologie. *Documents d'Archéologie Méridionale*. 4, pp. 189-192.
- ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (dirs) (1998)** - *La Quantification des céramiques. Conditions et protocole, Actes de la table ronde, Glux-en-Glenne 1998, Bibracte*, 2, 1998.
- BARRET, J. C. (1987)** - Contextual archaeology. *Antiquity*. 61, pp. 468-473.
- BELLANGER, L.; HUSI, PH.; TOMASSONE, R. (2006)** - Statistical aspects of pottery quantification for the dating of some archaeological contexts. *Archaeometry*. 48, pp. 169-183.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) - *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza, 1990.
- BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (2008)** - *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz.
- BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (2012)** - *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*, Cádiz, 2012.
- CARRERAS MONFORT, C. (2000)** - *Economía de la Britannia romana: la importación de alimentos*. Barcelona.
- FRANCOVICH, R.; FRONZA, V.; NARDINI, A.; VALENTI, M. (2003)** - OpenArcheo: an information system for archaeological datamanagement. Recent developments and future aims. V. Cappellini, J. Hemsley e G. Stanke (eds.): *Electronic Imaging and the Visual Arts. Proceedings. Florencia. 2003*. Bolonia, 2003, pp. 149-153.
- GÁNDARA, M. (1980)** - La vieja Nueva Arqueología, primera parte. *Boletín de Antropología Americana*. 2, pp. 7-45.
- HODDER, I (1987)** - *The Archaeology of contextual meanings*. Cambridge.
- HOREJS, B.; JUNG, R.; AVÚK, P. (2010)** - Analysing pottery. Processing, classification, publication. *Studia archaeologica et medievalia*. 10. Bratislava.
- JONES, A. (2002)** - *Archaeological Theory and scientific practice*, Cambridge, 2002.
- LATOURE, B. (1991)** - *Nous n'avons jamais été modernes*. París.
- LÓPEZ, A.; ADROHER, A.M.; CABALLERO, A. (2001)** - Gestión y explotación de los datos. A.M. Adroher y A. López (eds.): *Excavaciones arqueológicas en el Albaicín (Granada). I. El Callejón del Gallo*. Granada, pp. 25-36.
- MEZQUIRIZ, M. A. (1961)** - *Terra Sigillata Hispánica*. Valencia.
- MOREL, J. P. (1981)** - *Cerámique campanienne. Les formes*, 1981, Rome.
- MORGADO RODRÍGUEZ, A.; BAENA PREYSLER, J. (2011)** - Experimentación, Arqueología experimental y experiencia del pasado en la Arqueología actual. A. Morgado et al. (eds.): *La investigación experimental aplicada a la Arqueología*. Málaga, pp. 21-28.
- ORTON, C. (1975)** - Quantitative pottery studies: some progress, problems and prospects. *Science and Archaeology*. 16, pp. 30-35.
- PARIKH, D.; HALL, K. (2012)** - The two archaeologies: the great divide. *Archaeological Review of Cambridge*, 27/1, pp. 1-8.
- PAVEL, C. (2010)** - Fisele stratigrafice (“context sheets”) in saptatura arheologica. Perspective critice. *Sciva*. 61. 3-4, pp. 251-279.
- PY, M. (1991)** - Système d'information, de gestion et d'exploitation de la documentation issue des fouilles de Lattes. *Lattara*. 4. Lattes.
- PY, M. (dir.) (1993)** - Dicocer. Dictionnaire des céramiques antiques (VIIème s. av. n. è. –VIIèm s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan). *Lattara*, 6. Lattes.
- PY, M.; ADROHER AUROUX, A. M. (1991)** - Principes d'enregistrement du mobilier archéologique. *Lattara*. 4, pp. 83-100.
- PY, M.; ADROHER AUROUX, A. M.; SANCHEZ, C. (2001)** - Dococer 2. Corpus des céramiques de l'Âge du Fer de Lattes (fouilles 1963-1999). 2 vl. *Lattara*. 14. Lattes.
- ROCA ROUMENS, M. (COORDS.) (2005)** - *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*, Málaga, 2005.

RUIZ RODRÍGUEZ, A.; CHAPA BRUNET, T.; RUIZ ZAPATERO, G. (1987) - La arqueología contextual: una revisión crítica. *Trabajos de Prehistoria*. 45., pp. 11-17.

VERDAN, S.; THEURILLAT, T.; PFYFFER, A. P. (2011) - Early Iron Age pottery: an quantitative approach, proceedings of the International Round Table at Athens, 2008. *British Archaeological Report. International Series*. 2254. Oxford.

NOTAS

- ¹ Acrónimo de Sistema Informatizado de Registro Arqueológico
- ² Departamento de Prehistoria y Arqueología, Facultad de Filosofía y letras, Campus Universitario de Cartuja, 18071, Granada, aadroher@ugr.es
- ³ *If we don't want computer applications in archaeology to remain an elite discipline we need to have a pragmatic approach to technology, in order to find an archaeological way to computer science and not a computer science way to archaeology. Finding a right compromise in acquiring knowledge about digital tools should represent one of the major points of reflection and discussion within the large area of computer applications in archaeology.*
- ⁴ Es interesante el seguimiento que se hace hoy en día al freeware y open source por parte del proyecto ArqueoFOSS
- ⁵ *Archaeologists working on ceramic finds from long-term, large-scale excavations all face similar problems: heaps of pottery from hundreds of contexts of diverse quality, more often than not re-deposited in a secondary or even tertiary position. There can be no general approach since each site has its own specific characteristics, be it a flat settlement lasting just a couple of generations or a tell-settlement in use for millennia. Likewise, pottery with simple or no decoration must be viewed from a different perspective than pottery with complex decoration. Hand-made pottery will pose different problems to mass-produced wheel-thrown ceramics and sherds from a settlement must be treated in yet another way than whole pots from a cemetery*
- ⁶ *Even if a specific model developed for a particular site cannot be applied en bloc to other sites, there is always something inspirational about other people's models. We therefore humbly hope to offer some inspiration with the contributions collected in this volume*